JOÃO BERNARDO

LABIRINTOS DO FASCISMO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1998

UNIDADE BC
N.º CHAMADA: T/UNICAMP B456L
V. Ex.
TOMBO BC/ 35402
PROC. 395/98
C [ ] D [X]
PREÇO R$ 11,00
DATA 09/10/98
N.º CPD

CM-00118292-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

B456L

Bernardo, João, 1946-
Labirintos do fascismo / João Bernardo. -- Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Fascismo. 2. Socialismo. 3. Movimento operário. 4. Racismo. 5. Estética. I. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. II. Título.

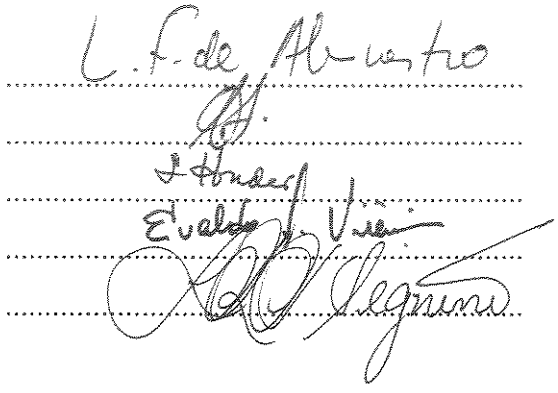
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por **João Bernardo Maia Viegas Soares** e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 06/08/98

Assinatura: _____
Presidente

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, de acordo com a Deliberação CONSU-221/92, respeitante ao artigo 62 do Regimento Geral.

Comissão Julgadora



ÍNDICE

O labirinto 7

I. A teia dos fascismos 11
Definição de fascismo 12
O momento histórico dos fascismos 33
Perspectivas de crítica ao fascismo 47

II. Uma política sem economia? 60
Modalidades do corporativismo 61
O financiamento dos partidos fascistas 72
O nazismo como metacapitalismo 86

III. A classe dos gestores e o fascismo 122
A salvação da burguesia pelos gestores 123
Tecnocracia liberal e tecnocracia fascista 127

IV. Convergências entre a direita radical e a esquerda revolucionária 133
A «nação proletária» 134
O nacional-bolchevismo 182
A frente popular antifascista 232
A guerra civil em Espanha 237

V. Racismo 275
A legitimidade democrática do racismo nacional-socialista 276
Fascismo filo-semita 348

VI. Estética 351
O fascismo como estética 352
A sedução da morte 382

VII. O fascismo pós-fascista 414
O fascismo sem nome 415
Ecologia da Terra e Sangue 425
Rituais de violência 431

Siglas 436
Referências 438

Agradeço a Maurício Tragtenberg ter-me facultado o acesso à sua biblioteca e aos seus conhecimentos bibliográficos, tão bem fornecida uma como os outros, e ter ainda tido o interesse de discutir comigo certas facetas do fascismo. Pude somar assim ao labirinto algumas circunvoluções. Águeda Bittencourt e Milton José de Almeida incentivaram-me a dar um curso na Unicamp, em Junho e Julho de 1997, que me permitiu analisar as raízes burguesas do fascismo enquanto estética, e deste modo, talvez sem o saberem, ajudaram-me a buscar novos caminhos e atalhos imprevistos.

Para o Tiago,

para que saiba que perguntar é mais importante do que responder.

O LABIRINTO

Este é um livro interminável, por isso me permito apresentá-lo inacabado.

Não porque o assunto seja extenso. Outros há de dimensões muito superiores e, de toda a maneira, a função, ou pelo menos o privilégio, do historiador é cortar onde quiser e seguir o caminho mais curto se achar melhor. São outras as razões por que este livro nunca terá fim.

Antes de mais, não é meu objectivo proceder a uma história factual do fascismo, e muito menos compilar e comparar os acontecimentos que preencheram os vários regimes fascistas. Não faltam obras nesse domínio, não vejo razão para lhes acrescentar outra. O que deveras me interessa é, seguindo o fio de leituras e rememorando experiências directas, alinhar reflexões francamente contraditórias com certos lugares-comuns que, à força de serem repetidos, se apresentam como evidências. Neste sentido o labirinto aprisionou igualmente os historiadores, e julgo impossível reconstruir a história do fascismo sem proceder implicitamente a uma avaliação crítica da sua historiografia. Por isso pressuponho que o leitor conheça os principais factos a que aqui faço referência e que para ele não sejam epitáfios obscuros os nomes daqueles muitos personagens que entre as duas guerras mundiais se agitaram e tentaram encontrar sentidos numa convulsão social profunda. Será pedir demais? Quando iniciei a minha vida política consciente as farsas e tragédias dessas figuras, as suas vilezas e heroísmos, as suas traições ou o seu martírio, os seus destinos, perduravam ainda na memória colectiva de numerosos interessados. Mas hoje, depois de os grandes anseios ideológicos terem mudado de temas, e quando o que passa por política se centrou noutros interesses e rompeu o fio ténue das recordações, sepultando-as no silêncio, haverá ainda razão para supor que daqueles nomes emane algum frémito que possa romper o tédio? Seja como for, não procuro aqui relatar episódios nem biografias, e é para isso aliás que servem as enciclopédias. Mas, ao apresentar-se como um mero processo de reflexão, o livro não encontra qualquer razão intrínseca para se encerrar.

É outro, porém, o principal motivo que o leva a ser interminável.

O fascismo ocupou, em meu entender, o ponto nevrálgico das contradições do movimento operário e, ao mesmo tempo, das contradições internas das classes dominantes. Ele situou-se também de modo muito contraditório nos vários planos a que é habitual remeter os comportamentos na sociedade capitalista. Os fascistas actuaram politicamente na esfera económica, pretenderam fazer política como se fosse uma arte, admitiram para a arte

uma inspiração estritamente política, remeteram a filosofia para o mundo da acção, reduziram a acção à vontade do espírito. A única coisa que me interessa no estudo do fascismo é a ambição de esclarecer, a partir deste amontoado de contradições, as ambiguidades mais íntimas do capitalismo, aquelas que produziram os efeitos mais trágicos. E com este objectivo enfrentei o fascismo precisamente nos aspectos que a generalidade dos historiadores e dos estudiosos da política se esforça por ignorar.

Talvez estas páginas pareçam estranhas a quem as ler. Talvez não seja este o fascismo que as pessoas admitem que conhecem, e no espelho da minha visão é muito possível que as outras forças políticas surjam de maneira igualmente inusitada. Mas não escrevo para conforto do leitor, nem meu. É claro que se pusermos de lado tudo o que é incómodo podemos talvez dormir descansados e apresentar como impolutas as paisagens políticas da nossa predilecção. Mas quando se somam os contra-sensos, os contrastes, os becos sem saída, chega-se a uma altura em que é impossível continuar a usar modelos explicativos que deixam o fundamental por explicar. Na história, orientar-se no labirinto implica acima de tudo uma arqueologia do saber, a descoberta de velhas passagens ocultas, de portas tapadas por paredes, de esconderijos, de escadarias e corredores cujo acesso se mantinha secreto. Descobrir nunca é desvendar factos, mas rasgar as camadas do discurso proferido sobre factos. Os factos estão onde sempre estiveram, temos as suas acções e os seus efeitos incorporados já em cada um de nós, independentemente de lhes sabermos da existência ou lhes conhecermos os processos. Por isso eles são factos. Mas não é de factos que a história se alimenta, embora seja a mais enganadora das formas ideológicas, porque oculta sempre a sua prosa por detrás da máscara factual. Orientarmo-nos no labirinto da história é passar, mediante palavras, para além de outras palavras. E descobrimos que muito do que tem sido dito se destina a silenciar o que não se quer dizer, com um tal grau de sistematicidade que, segundo uma lógica rigorosa, deveríamos afirmar que nestes assuntos o único e verdadeiro dito é o não dito.

Sejamos prosaicos, porque tudo tem uma expressão tipográfica. Esta arquelogia do saber faz-se olhando para a parte de baixo das páginas, para as notas de rodapé, e também entre as linhas, destacando o que é afirmado no corpo do texto e esquecido nas conclusões. Em matéria de ideologia o silêncio é sempre uma parte do discurso – para a visão crítica é mesmo a sua componente fundamental – por isso o lugar do silêncio está bem marcado, e quanto mais claramente definido ele for tanto mais gritante será, e mais o abafarão numa pletora de palavras. Tal como, na arqueologia dos objectos materiais, os acúmulos de terra podem indicar que haja ali tesouros escondidos.

Decidi, então, abordar o fascismo não a partir de fora, do campo claro das minhas certezas, mas desde o seu interior, nas encruzilhadas sociais e políticas em que se gerou e nos percursos paradoxais, quando não dementes, em que prosseguiu a sua ideologia. E verifiquei que é muitíssimo difícil relacionar as consequências do fascismo, vistas *a posteriori,* com os quadros em que se gerou e primeiro se desenvolveu, quando conhecidos apenas *a priori.* Esta desarticulação na estrutura das causas e consequências é para mim o grande mistério do fascismo, e se não o desvendarmos podemos estar hoje, cegamente, a ocasionar paradoxos não menos macabros.

O interesse da história em nada se refere ao passado. É só o presente que nos deve preocupar, porque é só dele que a nossa prática se ocupa. E a inquietação vem precisamente de apenas o futuro iluminar o sentido do que fazemos hoje. Para um animal racional não podia haver ironia mais pesada, a de estarmos condenados a construir às cegas o nosso mundo, porque só os desenvolvimentos posteriores nos esclarecerão as contradições iniciais. Nós conhecemos, sem dúvida, a nossa prática, mas depois de a termos praticado.

E vou adicionando as contradições sociais e políticas e estéticas daqueles anos entre as duas guerras mundiais, para ficar sempre com a certeza de que em vez de resolver as questões as desdobro em dúvidas ainda maiores, num labor que jamais poderá ter fim. Como alguém que fechado numa casa procura a saída para a rua, o jardim, o sol, mas que a cada porta que abre só entra em novas salas e quartos, com outras portas, que dão para outros quartos e salas. É um pesadelo, evidentemente. Se «o sonho da razão produz monstros», não devemos afinal espantar-nos de viver um interminável pesadelo quando penetramos na sem-razão alheia.

O que podem ser, no caso do fascismo, os silêncios da historiografia? O que a política do fascismo teve de propriamente fascista não foi a criação de factos, mas a emissão de discursos sobre os factos. O fascismo foi sempre um exercício de *travestissement,* numa estética de *trompe l'oeil.* Como se pode, então, romper o labirinto, se depois de rasgarmos os discursos da história e desvendarmos as suas perversidades chegamos, como objecto último, a um mero discurso, e o mais perverso de todos, o que teve como exclusiva razão de ser o revestimento dos factos numa cerimónia de máscaras? Talvez, afinal, o labirinto seja o único modo de existência real do irracionalismo fascista, possível de ser destruído materialmente, mas não de ser desarticulado intelectualmente. E, se assim for, não será esta uma das ciladas menores do labirinto.

«El sueño de la razón produce monstruos»

Francisco de Goya

I

A TEIA DOS FASCISMOS

DEFINIÇÃO DE FASCISMO

1

Durante um curso que dei na Unicamp em 1994 um dos alunos pediu-me que definisse o fascismo em três palavras. «Literalmente? Em três palavras?» «Sim, em três». Eu organizara todo o curso em torno da tensão existente entre a coesão social e a ruptura: as contradições da coesão social, os movimento de ruptura e a constituição de novos princípios de organização da sociedade, os limites com que até agora se tem deparado o desenvolvimento destas novas formas de organização e a sua recuperação pelas classes dominantes, de modo a reestruturarem a coesão social. Defini então o fascismo, em três palavras, como a revolta no interior da coesão, chamando assim a atenção para a sua ambivalência, ao mesmo tempo radical e conservador. O fascismo mobilizou a classe trabalhadora para efectuar uma revolução capitalista contra a burguesia ou, talvez mais exactamente, apesar da burguesia.

Recordando um passado em que já não acreditava, Dionisio Ridruejo, que fora um dos mais significativos propagandistas do fascismo espanhol, confessou com ironia que ele e os seus correligionários haviam chamado «revolução» a uma operação de polícia e a tinham vivido espiritualmente como se o fosse[1]. Conservadores na prática e radicais no espírito? Sem dúvida. Mas o espírito alimenta-se também, e as instituições do fascismo tiveram um radicalismo próprio, que cumpre analisar.

Na Alemanha, a lei Reguladora do Trabalho Nacional, promulgada em Janeiro de 1934, definiu em termos políticos as hierarquias empresariais, considerando o patrão como *Führer* da empresa e os empregados como seus seguidores, *Gefolgschaft*. Ao patrão cabia tomar as decisões, sendo responsável pelo bem-estar dos assalariados, que por seu lado lhe deviam fidelidade e obediência[2]. E na mesma altura, anunciando que o novo regime havia quebrado a espinha dorsal do sindicalismo, Robert Ley, o chefe da Frente Alemã do Trabalho, prometeu que seria concedida a «autoridade absoluta ao dirigente natural da

---

[1] Citado por H. R. Southworth (1967) 13.

[2] F. Neumann (1943) 265, 277, 463; W. L. Shirer (1995) I 287.

Porém, F. Neumann, *op. cit.*, 305 chama a atenção para o facto de que «o princípio da liderança não prevalece nas organizações de cartéis, nos *trusts*, nas associações e nas sociedades por acções. É a maioria quem decide em todas estas organizações ».

fábrica, quer dizer, ao patrão [...] Só o patrão pode tomar decisões. Durante anos muitos patrões tiveram de pedir licença ao "dono da casa". Agora vão ser eles de novo o "dono da casa"»[3]. Ao mesmo tempo, porém, que estas clivagens económicas assumiam uma expressão pública tanto mais rigorosa quanto era formulada politicamente, elas ficavam obnubiladas mediante a codificação de um comportamento comum. Os uniformes das milícias, os desfiles em que todos marchavam no mesmo passo cadenciado, as colossais paradas em que se alinhavam longuíssimas filas humanas traçadas com incrível rigor, tudo isto servia para escamotear precisamente aquilo que se proclamava, confundindo-se numa aparência homogénea as oposições de classe e as distinções de estatuto. E os jovens de todas as origens sociais eram mobilizados em conjunto nas fileiras da Juventude Hitleriana, onde participavam nas mesmas realizações e vestiam fardamentos iguais. Esta foi a manifestação exacta de uma revolta dentro da ordem.

Os historiadores têm analisado frequentemente a importância assumida pelo *lumpenproletariat* nos fascismos, mesmo quando mal se esboçavam ainda as suas primeiras manifestações históricas. As razões desta participação são simples. Qualquer que tivesse sido a sua classe de origem, os *déclassés* mantêm-se socialmente individualizados, excluídos de um tecido de relações próprias. Nestas condições, embora a perda do estatuto suscite atitudes de revolta, a desinserção dos quadros de classe, ou mesmo meramente profissionais, faz com que essas formas de contestação se processem obrigatoriamente no âmbito da sociedade em geral. Ora, na dinâmica das lutas, quando a sociedade não é rompida pelas clivagens de classe reconstitui-se sempre com um grau superior de coesão. Os *déclassés* só podem contribuir para o restabelecimento das hierarquias, por isso se divulgam neste meio as formas mais paradoxais do radicalismo conservador. Quando foram eles a conduzir o movimento, animaram uma revolta aristocrática feita por não-aristocratas.

Nestas condições o fascismo pôde surgir às camadas sociais intermédias como uma esperança contra a ameaça iminente de proletarização[4]. Na relutância em ganhar a vida numa fábrica manifestava-se o apego aos valores tradicionais e a recusa de uma situação social potencialmente subversiva, a que se opunha uma vocação de ordem. Ao mesmo tempo, porém, só conseguiria suster-se a proletarização se se invertessem os processos económicos prevalecentes, e não podemos entender esta aspiração senão como um desejo de revolta. Evitar a proletarização era sair da ordem para melhor entrar na ordem. Todavia, a ordem é uma condicionante imperiosa, mais não fazendo do que precipitar as tendências

[3] Citado em W. L. Shirer (1995) I 220.
[4] J. Droz [s. d.] 23-24.

inerentes do capitalismo. E os não-aristocratas que conduziram revoluções aristocráticas destinadas a salvar da proletarização as camadas intermédias converteram-se, no dia seguinte, numa nova elite presidindo a uma massa de neoproletários.

*

Que limites se devem traçar ao fascismo?

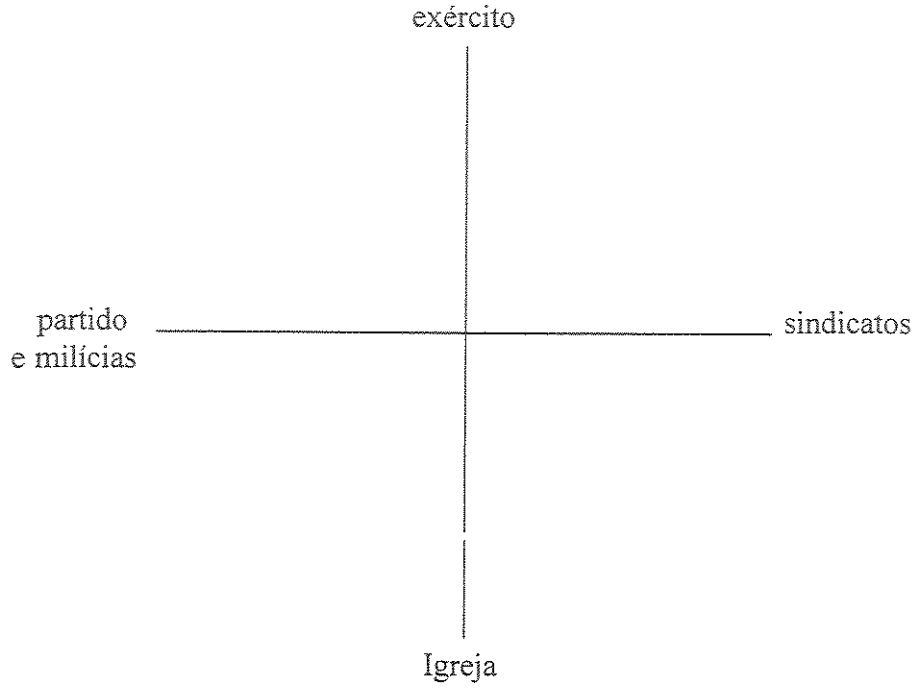
O autoritarismo foi uma das suas características mais constantes, e no entanto numerosos regimes autoritários não foram fascistas, e alguns instituíram-se mesmo contra o fascismo. A vida política da Roménia durante a década de 1930 não se pode entender se não nos recordarmos de que o autoritarismo da monarquia se desenvolveu precisamente contra a ameaça fascista representada pela Legião do Arcanjo São Miguel, com a sua Guarda de Ferro, chefiadas por Codreanu. Aliás, nessa época, que viu os regimes fascistas nascerem e atingirem a plenitude, as democracias recorriam a medidas cada vez mais repressivas contra a classe trabalhadora e invejavam publicamente ao fascismo o seu sentido da ordem e a sua propensão ao exercício da autoridade.

O populismo foi outro dos aspectos mais ou menos presentes no fascismo, mas tem igualmente servido orientações muito diferentes. Se o definirmos como uma política de mobilização para o crescimento económico, mediante a promessa de distribuir aos trabalhadores uma parte relativamente menor de um rendimento nacional em progressivo aumento, então foi esta mesmo a estratégia dos governos sociais-democratas nas décadas que se seguiram ao final da segunda guerra mundial. E se entendermos o populismo noutra perspectiva, que aliás não é contraditória com a anterior, como uma coligação entre a classe trabalhadora, camadas sociais intermédias que pretendiam evitar a proletarização e certos sectores do patronato de base económica predominantemente nacional, então o populismo revela uma resistência contra a internacionalização do capital e tem podido encontrar-se em regimes de carácter democrático, inspirando a esquerda terceiro-mundista.

Os contornos também não ficam claros quanto à organização da economia. Todos os fascismos adoptaram uma estrutura corporativa, se entendermos o conceito numa acepção lata, enquanto institucionalização legal das relações entre o governo e as empresas num quadro dividido por ramos de actividade, entrando neste jogo os sindicatos como parceiro menor. Todavia, o corporativismo, assim definido, caracterizou igualmente regimes que ocuparam no xadrez político posições opostas. A república de Weimar, por exemplo, não

foi menos corporativa do que o Terceiro Reich[5]. Nunca conseguiremos definir o fascismo se nos limitarmos a adicionar características particulares, na esperança de que a soma de todas faça esquecer o facto de cada uma ter sido partilhada por outros sistemas políticos.

O fascismo define-se antes de mais pelo quadro em que se inseriu. São os limites deste quadro que tenho de traçar e todos os partidos ou regimes que se situem no seu interior caracterizam-se como fascistas. Quatro instituições o demarcam, numa dupla bipolaridade.



Neste quadrilátero existem dois campos institucionais exógenos ao movimento fascista, o exército e a Igreja, que representam o peso conservador da sociedade, e dois campos endógenos, o conjunto do partido com as milícias e os sindicatos, que representam o factor de radicalismo introduzido na tradição conservadora. A especificidade do fascismo consiste na forma como se ligou às instituições exógenas e no carácter que imprimiu às

[5] Adepto de uma visão demasiado jurídica e constitucional do poder e da organização da sociedade, F. Neumann (1943) 263 nega que o sistema corporativo tivesse existido durante a república de Weimar e considera igualmente (pags. 264-265, 458, 460-461) que, após a liquidação da ala populista, Hitler rejeitou o corporativismo. No entanto, este autor mostra abundantemente (pags. 26-29, 267-272) que o sistema corporativo, na definição lata que eu aqui proponho, constituiu o próprio fundamento das instituições de Weimar, e perdurou no nazismo, mesmo depois de terem sido postos de lado, em 1934, os elementos mais francamente corporativistas (pags. 272 e segs.). «A estrutura nacional-socialista da organização alemã dos negócios não é muito diferente daquela que existia na época da república de Weimar», afirma Franz Neumann (pag. 272).

instituições endógenas. Detenhamo-nos um pouco nos dois pontos cardeais especificamente fascistas desta topografia política.

Os velhos partidos parlamentares, tanto liberais como conservadores ou legitimistas, haviam-se reduzido a redes de interesses. Por seu lado, os partidos marxistas, abrindo-se exteriormente a uma vocação de massas, tinham um carácter doutrinário e pedagógico de que nunca se separaram. A concepção fascista de partido distinguiu-se de qualquer destes casos, criando uma hierarquia de disciplina virada exclusivamente para a acção, entendida enquanto mera violência. O fascismo, forma absoluta de idealismo, encontrava corpo no partido, que era a emanação da vontade do chefe. O rigor da disciplina deve considerar-se como a condição deste processo, e a violência era a expressão dessa actividade quando confrontada com a realidade exterior. Só nesta perspectiva pode compreender-se a importância das milícias. Elas eram indispensáveis à concepção de acção que constituía a razão de ser do partido. Para os antifascistas, o fascismo foi um grosseiro materialismo de submissão, óleo de rícino e paulada, e a dialéctica de Hitler não parece muito sofisticada ao escrever em *Mein Kampf* que «o espírito mais elevado pode ser eliminado quando o seu portador é deitado abaixo com uma matraca»[6]. É este o eco que ouvimos das suas palavras, ainda no começo da carreira, em 1921: «[...] chegará um dia em que um cérebro de ferro, calçando talvez botas sujas, mas possuidor de uma consciência pura e de um punho sólido [...]»[7]. Era o «punho sólido» que as vítimas sentiam. Para os fascistas, porém, a disciplina e a violência eram meros corolários da *consciência pura* do idealismo absoluto.

Quanto aos sindicatos fascistas, a sua especificidade só pode ser avaliada depois de se analisar o sindicalismo dito «livre», ou seja, de inspiração patronal. Seria necessário estudar a divisão operada desde o início do socialismo entre as correntes que se propunham levar a cabo uma reorganização completa da sociedade, tanto as que adoptavam métodos reformistas como as que se dedicavam a preparar conspirações e insurreições, e aquelas outras correntes a que poderia chamar de socialismo caritativo, exclusivamente filantrópico ou directamente patronal. Os primeiros esboços de programa social concebidos no interior da Igreja católica e as formas paternalistas de gestão de empresa, com a edificação de bairros operários, formaram a base a partir de onde se desenvolveu um movimento operário ao mesmo tempo reivindicativo e ordeiro. A ausência de estudos sistemáticos e gerais acerca deste assunto é uma das grandes lacunas que prejudica a compreensão dos confrontos sociais no termo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

---

[6] A. Hitler (1995) 488.
[7] Citado por K. Heiden (1934) 49-50.

Mas contribuirá talvez para situar a génese da questão recordarmos as ideias defendidas por Franz Xaver von Baader nos anos inaugurais do século XIX. Entre os nacionalistas do romantismo germânico, todos eles literatos, Baader destacou-se pela sua profissão de engenheiro de minas, que decerto contribuiu para o preocupar com os problemas do proletariado industrial. «É indispensável», escrevia ele, «dar aos proletários uma representação, sob a forma de uma tutela, a qual será concedida aos padres. Com isto a sociedade ficará duplamente beneficiada. Por um lado, afastar-se-á o proletariado da influência nefasta dos demagogos e dos homens de leis. Por outro lado, será restaurada a dignidade social do clero [...]»[8]. Numa época e num país em que a classe de gestores mal iniciara o seu desenvolvimento, Franz Baader atribuiu aos eclesiásticos funções de tecnocracia e pretendeu conferir-lhes a condução do movimento operário organizado. Não se trata apenas de uma curiosa antecipação do que viria a ser o sindicalismo cristão, mas sobretudo de um entendimento precoce do carácter triangular das lutas sociais no capitalismo, em que a burguesia não pode conter satisfatoriamente os trabalhadores sem a intervenção da tecnocracia. Apresentando a sociedade como um organismo, e considerando que os problemas de uma colectividade são diferentes dos de uma mera soma de indivíduos, os nacionalistas românticos estavam bem situados para compreender que qualquer legislação impeditiva das organizações operárias ficava condenada à ineficácia. Como os proprietários privados das empresas não conseguiriam controlar por dentro um movimento que se virava exclusivamente contra eles próprios, as reivindicações operárias só podiam processar-se nos limites da ordem se estivessem chefiadas e enquadradas por pessoas que, embora capitalistas, não fossem directamente proprietários. Sem isto, os trabalhadores ou seguiriam os seus próprios chefes, os «demagogos», ou apoiariam os «homens de leis», decerto suspeitos de jacobinismo, e contra os quais Baader manifestou a mesma aversão que alguns anos depois constituiria um dos eixos do pensamento político de Saint-Simon. Como vemos, desde muito cedo foi entendido o papel ambíguo que viria a ser desempenhado pela classe dos gestores nas lutas sociais.

Há uma infinidade de posições possíveis no interior dos quatro pontos cardeais da topografia fascista, o que permite analisar a especificidade de cada um dos regimes, por vezes mesmo as grandes diferenças que entre eles se verificaram, e ao mesmo tempo explicá-los na sua fundamental unidade. Dois eixos orientam a pluralidade dos casos

---

[8] Citado por J. Droz (1966) 286.

Traduzo por *tutela* o que na versão francesa aparece como *«avocatie»*. Com efeito, é esse o sentido arcaico da palavra, tal como se vê pela função desempenhada pelos *advocati* relativamente aos estabelecimentos religiosos na Idade Média.

concretos, tendendo os fascismos mais radicais a aproximar-se do horizontal, e do vertical os mais conservadores. O eixo endógeno, dos sindicatos e das milícias partidárias, representa a revolta; o eixo exógeno, da Igreja e do exército, representa a coesão social. Por isto mesmo, porque jamais deixou de ser uma revolta realizada dentro dos limites da coesão e teve como finalidade expressa tornar a sociedade mais coesa, nenhum fascismo pôde dispensar a conjugação de ambos os vectores. E a permanente tensão em que eles se encontravam explica tanto as grandes crises políticas internas como o dia-a-dia das manobras de corredores. A inevitável articulação dos dois eixos faz com que o quadro geral do fascismo se divida acessoriamente em quatro pares de relações, que definem as tensões e o carácter dominante prevalecentes em cada caso concreto.

2

A actuação dos nacionalistas na guerra civil de Espanha fornece talvez o mais completo exemplo de funcionamento conjugado dos quatro pólos daquele quadro e toda a habilidade política de Franco consistiu em articulá-los de uma maneira tanto quanto possível equilibrada. As etapas da consolidação do Caudillo no poder corresponderam ao progresso desta estratégia. Inicialmente excluído da Junta formada em Burgos em 24 de Julho de 1936, tornando-se membro da Junta no início de Agosto, titular a partir de Setembro do comando unificado das tropas revoltosas e aclamado como Generalíssimo nos últimos dias desse mês, nomeado por fim Chefe de Estado da Espanha nacionalista em 1 de Outubro, acumulando desde 19 de Abril de 1937 a direcção suprema da Falange e tornando-se no final de Janeiro do ano seguinte presidente do Conselho de Ministros no primeiro governo nacionalista regularmente organizado, esta transformação do general em Caudillo só se tornou possível porque Franco se colocara no centro equidistante das grandes forças políticas em jogo, e em seguida conseguiu aproximá-las e uni-las num campo institucional único, que nunca deixou de se confundir com ele próprio.

A 6 de Outubro de 1936, recebendo em Salamanca um diplomata da embaixada alemã em Lisboa que lhe trazia as felicitações oficiais de Hitler, o recém-nomeado Chefe de Estado confidencia-lhe, durante o jantar, que uma restauração da monarquia estava por enquanto posta de parte e que era fundamental criar uma ideologia comum que juntasse o

exército, a Falange, os carlistas, os monárquicos ortodoxos e a CEDA[9]. Não se podia ser mais preciso na enunciação dos quatro extremos do quadrante. Na Falange incluía-se uma embrionária organização sindical e um partido com as respectivas milícias, encontrando-se as outras milícias entre os Requetés do carlismo. Os partidários da dinastia de Alfonso XIII compunham boa parte dos generais e da Igreja; mas a hierarquia eclesiástica, consciente de que a monarquia perdera o apoio popular, encontrava-se directamente representada na CEDA, que lhe servia para actuar pragmaticamente no interior do regime republicano. Por seu lado, os carlistas conjugavam com o sonho da restauração de uma monarquia absoluta o apelo a uma religião inquisitorial e intolerante, de modo que o catolicismo espanhol definia-se numa tensão entre dois subpólos, a Igreja burocrática e a Igreja militante.

A contraditoriedade das opiniões a respeito do Caudillo é esclarecedora da sua posição singular, antipático aos representantes de cada um dos eixos precisamente por encontrar apoio no eixo rival, e necessário a ambos porque separadamente não conseguiam triunfar, como não poderiam depois manter sozinhos o poder. No começo da guerra civil os emissários do nacional-socialismo alemão temiam que Franco estivesse demasiado próximo da aristocracia latifundiária e da Igreja e suspeitavam que não procurasse, afinal, senão o restabelecimento da antiga situação social[10]. Ao mesmo tempo, o embaixador português incomodava-se com as palestras em favor do sindicalismo que Franco o obrigava a escutar quando o recebia. «O Generalíssimo», informou o diplomata com mal velado ressentimento num relatório de Agosto de 1939 dirigido a Salazar, «disse-me em tom de confidência: "Estou resolvido a fazer grandes reformas sociais. Hei-de elevar custe o que custar o nível de vida das classes trabalhadoras. E o meu receio é que em Portugal não nos possam acompanhar e haja depois um contraste" [...] Mais uma vez as ideias do Generalíssimo me pareceram bizarras [... ... ...] *Confesso a V. Ex.ª que cada vez tenho mais apreensão sobre as ideias do Generalíssimo*»[11].

Ao enviado do Führer com quem se encontrara nos primeiros dias de Outubro de 1936 Franco dissera que eram necessárias «luvas de veludo» para juntar numa ideologia comum os vários campos políticos do levantamento nacionalista[12]. E sem dúvida o tecido que se lhe deparava era delicado. Fosse sua a mestria ou de Serrano Suñer, o certo é que era

---

[9] H. Thomas (1965) 371.

[10] Id., ibid., 351, 421.

[11] Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1987) 192-193, 195 (sub. orig.).

[12] H. Thomas (1965) 371.

dele a força, que vale por muita habilidade. A unificação fez-se sem percalços de maior e em Abril de 1937 deu-se início à Falange Española Tradicionalista y de las JONS.

3

Antes do golpe de Munique Hitler considerara que a tomada do poder só teria êxito se contasse com o apoio do exército, da polícia e das instituições políticas conservadoras[13]. O que não espanta, pois os serviços de formação política do exército estiveram na origem directa da sua inscrição no que viria a ser o partido nazi[14]. Aliás, foi com toda a candura que o futuro Führer o confessou: «Um dia recebi ordens do meu comandante para averiguar o que estava por detrás de uma organização aparentemente política que planejava convocar uma assembleia num dos dias seguintes [...] Mandaram-me ir e dar uma vista de olhos na organização, e apresentar depois um relatório»[15]. Foi através desta actividade de espionagem ao serviço das chefias militares que Hitler conheceu o partido político de que em breve se apoderaria. «A Reichswehr e a polícia constituíram, até 1923, a espinha dorsal do movimento nacional-socialista»[16].

A importância das forças armadas para o desenvolvimento do fascismo alemão observa-se ainda noutro aspecto, não menos decisivo. Os limites impostos pelo tratado de Versailles tornaram ilusória a demarcação entre o exército oficial e os corpos francos, e foram estes que estiveram na origem directa das milícias nazis. «[...] as SA foram simplesmente as sucessoras da brigada Ehrhardt [... ... ...] O corpo franco Oberland mostrou a sua combatividade, em 1921, na Alta Silésia [...]; a brigada Ehrhardt, dissolvida na Prússia, continuou a existir em Munique sob o nome de Organização Consul; a ela se juntaram alguns restos do corpo franco de Rossbach. O corpo franco Oberland [...] manteve-se independente. Pelo contrário, os homens de Ehrhardt passaram-se quase todos para

---

[13] W. L. Shirer (1995) I 80.

[14] K. Heiden (1934) 14-15; D. C. Watt (1995) xx-xxi.

[15] A. Hitler (1995) 197.

No segundo volume do seu livro, depois de perorar contra as crianças que denunciam os colegas aos professores, o ex-informador escreveu (pag. 378): «Tem sucedido muitas vezes que um pequeno informador se torne, quando adulto, num grande malandro!» A avaliarmos pelo seu exemplo, são as únicas palavras justas em tantas centenas de páginas.

[16] K. Heiden (1934) 8.

Consultar igualmente J. Droz [s. d.] 9-10.

Hitler. Foi assim que se formaram as SA»[17]. Nem Hitler pretendeu sequer deixar no segredo esta filiação, pois ele próprio «chamou a atenção, no seu processo, para os conluios muito íntimos que existiam entre a Reichswehr e as Secções de Assalto»[18]. O reconhecimento deste terreno comum seria consagrado mais tarde pela historiografia oficial. «Após 1933 os nazis estavam tão confiantes na estabilidade do regime que eles mesmos revelaram as inter-relações entre os antigos corpos francos e a ascensão do movimento nazi»[19]. Aliás, o exército fez mais do que fornecer os quadros das milícias nacionais-socialistas, pois inspirou-lhes igualmente os métodos de actuação, que se resumiram, numa forma de síntese prática se não brilhante pelo menos eficaz, à paulada e ao homicídio. Dos 354 assassinatos políticos cometidos pela direita na Alemanha durante os quatro anos que se seguiram ao dia 9 de Novembro de 1918, todos eles se deveram a oficiais e soldados[20].

Através das tácticas que patrocinava e dos bandos de mercenários que tolerava e ocultamente fomentava, talvez também fornecendo homens dos seus próprios quadros, o exército, instituição inteiramente exógena ao nazismo, pôde desdobrar-se nas SA, instituição cabalmente endógena. A tal ponto que nos primeiros anos a Reichswehr, além de pagar discretamente o soldo dos membros das milícias nacionalistas, incluindo as nazis, fornecia-lhes armas e orientava a sua preparação militar; e em 1923, na Baviera, procurou mesmo submetê-los a um controle político directo, como coisa sua. Foi então, ao sentir que as SA lhe escapavam, que Hitler recorreu à criação de uma guarda pretoriana, os SS. As sementes do futuro antagonismo entre as duas organizações de combate estavam lançadas desde início, e o Führer teve consideráveis dificuldades em impedir finalmente os desígnios das altas esferas do exército[21]. Apesar disso, a aliança com a Reichswehr jamais deixou de nortear a estratégia hitleriana de conquista do Estado.

Este pendor respeitoso do nacional-socialismo reduz a intentona da cervejaria àquilo que ela realmente foi, uma vulgar manobra circunscrita ao campo da ordem, e apesar de os objectivos últimos prosseguidos então pelo governo da Baviera se distinguirem dos

---

[17] K. Heiden (1934) 86, 89.
Ver igualmente A. Bullock (1972) 67 e 73.

[18] J. Droz [s. d.] 10.

[19] E. K. Bramstedt (1945) 227.

[20] Foi este um dos factos estabelecidos por Emil Julius Gumbel em *Vier Jahre politischer Mord,* um estudo completo dos assassinatos políticos cometidos pela esquerda e pela direita nos quatro primeiros anos da república de Weimar, antologiado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 102.

[21] O relato dos confrontos entre Hitler e as altas esferas militares relativamente ao controle das SA encontra-se em K. Heiden (1934) 128-133 e 138. Ver igualmente A. Bullock (1972) 93-94. Quanto ao financiamento recebido da Reichswehr, ver id., ibid., 143. J. P. Faye (1980) 39 refere o fornecimento de armas. D. C. Watt (1995) xxi apresenta a participação de soldados nas SA como mais segura do que o seu financiamento pelos altos comandos militares.

defendidos por Hitler, não podemos esquecer que naquela conjuntura eles eram fundamentalmente convergentes[22]. As hesitações, ou até a aparente inépcia, dos conspiradores esclarecem-se quando sabemos que de modo algum eles pretendiam entrar em confronto com o exército, procurando apenas, com uns empurrões mais violentos, insuflar à direita conservadora uma audácia que julgavam faltar-lhe[23]. «Jamais pensámos levar a cabo uma revolta contra o exército», recordaria Hitler dez anos mais tarde. «Era *com ele* que tínhamos a convicção de que havíamos de vencer»[24]. A reverência por certas instituições dominantes, manifestada então pelo futuro Führer, tornou-se ainda mais acentuada depois do fracasso da tentativa insurreccional. Meditando na experiência, Hitler pôs definitivamente de parte quaisquer veleidades de conspiração e resolveu daí em diante utilizar apenas os mecanismos legais para chegar ao governo, uma decisão que manteve mesmo em circunstâncias especialmente adversas e contrariando por vezes fortes pressões da base do partido[25]. Se de então em diante a importância do estado-maior do exército diminuiu para Hitler, isto deveu-se às próprias circunstâncias políticas gerais, que com a estabilização económica e o novo quadro diplomático deixaram os militares nos bastidores e precipitaram no primeiro plano os políticos civis. Cortejar a benevolência da legalidade burguesa tornou-se a preocupação principal de Hitler, que até então havia mais do que tudo procurado pôr-se às ordens dos generais[26]. Como observou sagazmente um historiador, «Hitler pretendia sem dúvida fazer a sua revolução, mas pretendia fazê-la depois – e não antes – de ter alcançado o poder»[27]. Aliás, após 1933 o Führer não precisou de abolir a constituição de Weimar nem de extravasar formalmente os quadros legais definidos pelos «traidores de Novembro» para prosseguir a conquista total do Estado[28].

A liquidação física da ala populista em Julho de 1934 resultou de uma conjugação de preocupações muito variadas, mas entre elas é bem conhecida a decisão de Hitler de impedir que as SA se substituíssem às forças armadas oficiais, como Röhm pretendia[29]. Nesta perspectiva, é interessante recordar que já em 1929 o Führer tivera de usar de grande energia

---

[22] A. Bullock (1972) 103-104; J. Droz [s. d.] 7-8.

[23] A. Bullock (1972) 89, 101-114.

[24] Hitler, no discurso de 8 de Novembro de 1933, em Munique, citado por id., ibid., 114 (sub. orig.).

[25] Id., ibid., 118-119, 177, 223-224; W. L. Shirer (1995) I 99 n., 129, 147, 152-153, 184; D. C. Watt (1995) xxv.

[26] K. Heiden (1934) 192.

[27] A. Bullock (1972) 162.

[28] Id., ibid., 266; W. L. Shirer (1995) I 299.

«A constituição de Weimar nunca foi substituída», observa A. Bullock (1972) 403, «ela foi simplesmente suspensa pela Lei de Plenos Poderes, que era renovada periodicamente e depositara todo o poder nas mãos de Hitler».

[29] A. Bullock (1972) 289 e segs.

ao combater a tendência dos chefes das SA para entrarem em concorrência com a Reichswehr[30]. «O que os altos comandos do exército não previram foi que, passados menos de dez anos sobre o assassinato de Röhm, os SS conseguiriam realizar aquilo que as SA se haviam mostrado incapazes de fazer, estabelecendo um exército do partido, rival declarado do exército dos generais [...]»[31]. Quando, na sequência da repressão à tentativa de golpe de Julho de 1944, foram finalmente anulados quaisquer resquícios de autonomia que os comandos da Wehrmacht ainda pudessem ter, expandiu-se o campo de acção dos Waffen SS[32], que mais não eram do que outros corpos militares, mas endógenos ao nacional-socialismo, seleccionados com critérios mais severos e enquadrados pela chefia dos SS. O pólo das milícias obteve a hegemonia sobre o pólo do exército, sem no entanto o eliminar[33].

Assim como até à desagregação final do Reich as forças armadas nunca perderam a sua função de sustentáculo conservador do regime, também as Igrejas, o outro desses alicerces da tradição, se mantiveram, apesar dos ataques a que foram submetidas pelo partido e do declínio do seu prestígio. Aliás, a divisão entre protestantes e católicos decerto contribuiu para minar a solidez do cristianismo no país. O nacional-socialismo alemão é frequentemente apresentado como um neopaganismo. Sem dúvida que o era nas ambições políticas e rácicas a longo prazo de alguns dos seus mais rigorosos doutrinários, como Alfred Rosenberg, e dos práticos mais severos, como Himmler, que converteram a raça e o solo em objectos de um culto verdadeiramente religioso e de conotações anticristãs evidentes[34]. O Führer, porém, contrariamente aos esforços de Rosenberg e às intenções expressas ou veladas de Bormann e outros colaboradores muito próximos, opôs-se sempre à transformação do nazismo em nova religião, e se o desinteresse que aparentava publicamente pelas polémicas religiosas não correspondia às suas convicções íntimas, ele resultava de uma indispensável neutralidade táctica[35]. Podia suceder que em privado Hitler expressasse um desprezo nietzschiano pelo cristianismo e previsse o dia em que o nacional-socialismo haveria de condenar à extinção todas as formas religiosas[36], mas nunca converteu estes anseios em medidas práticas efectivas. Já ao ditar *Mein Kampf* ele mencionara «uma sensação desagradável que sempre se apodera de mim quando ocorrem disputas religiosas na minha presença» e fora ao ponto de confessar que, da primeira vez

---

[30] K. Heiden (1934) 258-261.
[31] A. Bullock (1972) 307-308.
[32] Id., ibid., 734, 752.
[33] E. K. Bramstedt (1945) 91-92.
[34] E. Conte et al. (1995) 22 e segs., 47 e segs.
[35] R. Cecil (1973) 112-114, 122; E. Conte et al. (1995) 34-40, 45-47, 54, 58; K. Heiden (1934) 244.
[36] A. Bullock (1972) 389, 672-673; H. Rauschning (1939) 65-69.

que se deparara com a questão judaica, sentira uma instintiva simpatia por esse povo, precisamente por sabê-lo vítima da perseguição religiosa[37]. Hitler não encaminhou a sua actividade para o plano estrito da religião. «[...] o destino do nosso povo,» advertia ele em 1928 numa carta a um dos principais promotores do cristianismo nazi, «pelo menos no que diz respeito ao problema racial, decidir-se-á num período mais curto do que aquele que seria necessário para a realização de uma reforma religiosa »[38]. Enquanto existiu, o nazismo não prescindiu do apoio dos corpos eclesiásticos; e se lhes limitou o poder, lhes dissolveu vários organismos e enviou para campos de concentração alguns dignitários expressivos e várias centenas de religiosos menos timoratos, sobretudo entre o clero protestante[39], nunca aboliu as Igrejas nem pretendeu sequer fazê-lo[40]. Censurando a política de hostilidade aberta que Bismarck havia prosseguido contra a Igreja católica durante a década de 1870, Hitler teria declarado: «Quanto a mim, não me lançarei numa nova Kulturkampf. Isso seria uma completa estupidez»[41].

Entre os protestantes a hegemonia do nazismo fez-se sentir primeiro através da criação de um movimento religioso próprio. Mas, perante a impossibilidade de assegurar rapidamente a partir do interior o controle de um corpo de crenças e ritos com vários séculos de existência, e para demais tão diversificado, o Führer preferiu submeter o protestantismo à sua autoridade a partir do exterior[42]. Quanto aos católicos, a assinatura de uma concordata com o Vaticano em Julho de 1933 serviu os desígnios imediatos de Hitler, já que ficava excluída qualquer intervenção da Igreja na actividade política do novo Reich. O Führer «viu na concordata duas vantagens essenciais: primeiro, a possibilidade de expulsar

---

[37] A. Hitler (1995) 48.

Quanto à necessidade de tolerância nas questões estritamentes religiosas, desde que elas não fossem contra os interesses rácicos, ver ainda id., ibid., 104-107, 313-314, 328 e 511-515.

[38] Citado em E. Conte et al. (1995) 38.

[39] «Nos meios católicos, a resistência ao regime limitou-se a um certo número de membros do baixo clero», escreve J. Droz [s. d.] 68. Pelo contrário, foram bastante numerosos os pastores protestantes detidos pela polícia nazi, como se vê em id., ibid., 75-77. «[...] a resistência à ideologia nazi foi infinitamente mais vigorosa no protestantismo do que no catolicismo», conclui este historiador na pag. 79. Ver igualmente R. Cecil (1973) 123.

[40] E. K. Bramstedt (1945) 200-204; E. Conte et al. (1995) 57; J. Droz [s. d.] 77; K. Heiden (1934) 298-299; W. L. Shirer (1995) I 255-262; A. Speer (1979) 130-131, 167.

[41] Citado em H. Rauschning (1939) 68.

Hermann Rauschning era um nacionalista conservador, que na sua passagem pelo partido nazi ficou apavorado perante as manifestações de radicalismo social e de niilismo ideológico. A. Bullock (1972) 378 n. 1 considera inteiramente dignos de crédito os relatos feitos por Rauschning acerca das suas conversas com Hitler. Note-se que Rauschning menciona a frase de Hitler num capítulo onde afirma que a eliminação do cristianismo era o propósito último do Führer. Também E. Conte et al. (1995) 29 pretendem que «tudo leva a crer que depois da "vitória final" o ritual nazi haveria de ser pregado através de métodos coercivos». Mas na medida em que a história não é um processo de intenções, devemos atribuir uma validade superior ao que sucedeu até à derradeira derrota.

[42] R. Cecil (1973) 123; E. Conte et al. (1995) 45-47, 56; J. Droz [s. d.] 70-74; W. L. Shirer (1995) I 257-262.

completamente os católicos da vida política [...] e, por outro lado, a possibilidade de obter para o novo regime um enorme sucesso na política externa»[43]. Ao aceitar a liquidação do partido católico e dos sindicatos católicos, a hierarquia de confissão romana contribuiu para consolidar o nazismo, e de 1934 em diante oscilou entre o despeito por ver violados os termos do acordo e a esperança de que ele voltasse no futuro a servir de referência. «Era como se nenhum dos dois adversários quisesse, ou pudesse, consumar uma ruptura definitiva com o outro»[44]. Renitente muitas vezes, criticando algumas das manifestações ideológicas do nacional-socialismo, mas, apesar disso, fundamentalmente de acordo com a política interna do novo regime, incluindo os campos de concentração e a perseguição aos Judeus, e, pelo menos até 1939, aplaudindo também as orientações seguidas na política externa, o episcopado católico nunca deixou de constituir um suporte da ordem hitleriana[45].

Durante o último ano da sua existência o círculo do legalismo hitleriano completara-se. Respeitador do exército e das Igrejas até ser nomeado para a chancelaria em 1933, esforçando-se nos anos seguintes por manter o equilíbrio entre as instituições nazis e as da sociedade conservadora, Hitler finalmente impôs a hegemonia do partido sobre as Igrejas, das milícias sobre o exército. A revolução nacional-socialista operou-se primeiro dentro do âmbito da ordem, para acabar integrando a ordem no quadro das novas instituições. A mudança foi importante, mas mais significativo ainda foi o facto de terem perdurado ambos os eixos desta dialéctica política.

Para entender o tipo de radicalismo próprio do fascismo germânico é necessário observar que as milícias hegemonizaram o partido e que o lugar dos sindicatos foi relegado a um mínimo. Por um lado isto deveu-se à política estritamente racista de Hitler, que se opunha até às meras referências a qualquer remodelação social, considerando-as um desvio da tarefa única. A criação de uma Raça de Senhores permitiria um enquadramento muito mais efectivo de toda a população trabalhadora do que aquele que seria conseguido mediante o recurso às burocracias sindicais. Como recordou Wilhelm Keppler, conselheiro do Führer para as questões de economia, «durante os seus anos de luta, nunca o partido se

---

[43] J. Droz [s. d.] 51.

[44] E. Conte et al. (1995) 44-45, 56-58. A frase citada vem na pag. 57.
Ver igualmente E. K. Bramstedt (1945) 201.

[45] Acerca das relações entre o regime nazi e a Igreja católica ver em geral J. Droz [s. d.] 6 e 47-68. Este autor menciona, na pag. 67, «a completa ausência de protestos contra os campos de concentração, apesar de desde cedo estar aí detido um certo número de padres católicos. [...] o bispo de Osnabrück, Monsenhor Berning, que era membro do Conselho de Estado prussiano, visitou os campos de concentração da sua diocese em 1936, e aplaudiu a sua instalação». Quanto ao apoio prestado pelo episcopado católico à política anti-semita consultar as pags. 58-59. Acerca da aprovação manifestada relativamente à política externa do nacional-socialismo até 1939 ver as pags. 61-64. Mesmo «a luta contra o neopaganismo foi conduzida pela Igreja católica com uma notável ambiguidade», como se lê na pag. 59.

permitiu [...] pôr [...] os problemas económicos em primeiro plano, nem emitir vastos programas económicos oficiais de partido»[46]. Hitler dedicou a este assunto um capítulo de *Mein Kampf*[47], e vale a pena seguir o fio do seu raciocínio. Numa situação em que a grande maioria dos patrões se caracterizava pelo egoísmo e a estreiteza de vistas, começou ele por afirmar, eram necessários os sindicatos e, portanto, os nazis deviam possuir um movimento sindical próprio, desde que se tratasse exclusivamente de defender interesses profissionais, pois ele não reconhecia a divisão do povo em classes sociais. O grande problema provinha do facto de as massas operárias estarem já agrupadas em sindicatos e, dada a sua vocação estritamente totalitária, o nazismo não poderia aceitar concorrentes. Porém, a tarefa de fundar sindicatos e levá-los a suplantarem gradualmente os rivais marxistas parecia impossível a Hitler, tanto pela escassez de fundos financeiros, como pela ausência de quadros capazes. Mas havia outra objecção, a mais poderosa de todas. «Eu tinha nessa época a convicção inabalável, e ainda hoje a tenho, de que é perigoso ligar prematuramente uma grande luta político-filosófica com questões económicas [...] Porque neste caso a luta económica roubará imediatamente as energias à luta política»[48]. E Hitler concluiu, num excelente exemplo de duplo discurso, que os trabalhadores nazis deviam permanecer no interior dos sindicatos marxistas para tentar desagregá-los por dentro. Não podia ter invertido mais completamente a posição inicial, pois começara por reconhecer a necessidade do sindicalismo, apelando uma dezena de páginas depois à destruição dos sindicatos existentes.

Foi a ala populista do partido, encabeçada por Gregor Strasser até aos finais de 1932, a defender a actuação em meio sindical. No entanto, apesar de o congresso do NSDAP de 1927, em Nurembergaa, ter recomendado a próxima convocação de outro congresso destinado a debater a questão sindical, a direcção do partido determinou em Agosto do ano seguinte que não tinha chegado ainda o momento de fundar sindicatos próprios[49]. Hitler «nunca conseguiu encontrar ninguém que lhe criasse um aparelho sindical nazi antes da conquista do poder em 1933»[50]. Até essa data a generalidade dos trabalhadores nacionais-socialistas encontrava apenas lugar nas milícias, uma instituição de ginástica militar e gangsteresca, de modo algum propensa a exigências de carácter económico. Aliás, os operários inscritos nas SA eram sobretudo desempregados, sobre quem o soldo de

---

[46] Citado em F. Neumann (1943) 264.
[47] A. Hitler (1995) 544-553.
[48] Id., ibid., 551.
[49] K. Heiden (1934) 249-250.
[50] D. C. Watt (1995) xxv.

mercenários exercia verosimilmente uma considerável atracção[51], e que, desenraizados profissionalmente, estavam por isso afastados das formas colectivas de reivindicação. As organizações operárias nazis, NSBO, criadas tardiamente, tinham uma expressão muito reduzida, contando em 1932 duzentos e vinte e um mil filiados, perante os cinco milhões de aderentes dos sindicatos sociais-democratas[52]. E eram de tal maneira impopulares que quando observamos a composição dos conselhos de fábrica, organismos de co-gestão formados em Fevereiro de 1920 pela república de Weimar e abolidos no começo do Terceiro Reich, verificamos que em 1930, de 156.145 membros eleitos pelos trabalhadores da indústria, nenhum era nacional-socialista, e que no ano seguinte registavam-se apenas 710 nazis entre 138.418 eleitos[53]. A indiferença do operariado fabril perante o programa económico dos nacionais-socialistas confirma-se ao vermos que eles obtiveram menos de 1% dos votos nas últimas eleições livres de empresa, realizadas já depois de 30 de Janeiro de 1933[54].

Por isso, logo em Maio de 1933, quando o Führer destruiu os sindicatos marxistas e, no mês seguinte, também os sindicatos cristãos, deparando-se ao mesmo tempo com a impossibilidade de deixar a classe trabalhadora sem um controle adequado, foi criada a Frente do Trabalho Alemã, numa operação estritamente burocrática de transferência de edifícios, arquivos e meios financeiros, executada graças aos argumentos musculados das milícias[55]. Um especialista pretende mesmo que «Hitler evitou deliberadamente subordinar os sindicatos à NSBO, que estava influenciada pelas ideias socialistas e pelo strasserismo. Ele atribuiu o controle da Frente do Trabalho a Robert Ley, que já desde 1925 vinha a opor-se a Gregor Strasser [...]»[56]. Embora durante o Terceiro Reich um terço dos membros do NSDAP fosse proveniente da classe trabalhadora[57], a sua participação política no regime não se reflectia em quaisquer modalidades de activismo sindical. Observando a prática estagnação dos salários nos anos que decorreram entre a tomada do poder pelos nazis e o começo da guerra, um economista comenta que «o facto de um período de arranque económico, de multiplicação do número de empregos, de elevação do custo de vida e de acréscimo dos lucros não ter sido acompanhado por qualquer aumento dos salários é um

[51] J. P. Faye (1980) 482, 484, 556 e n.
[52] Id., ibid., 448.
[53] F. Neumann (1943) 467.
[54] J. P. Faye (1980) 708, 556 n. Ver igualmente J. Droz [s. d.] 110.
[55] A. Bullock (1972) 272-273; K. Heiden (1934) 366-367; F. Neumann (1943) 457-458.
[56] A. Bullock (1972) 273.
[57] F. Neumann (1943) 441 e n.

fenómeno único na história do assalariamento»[58]. Para chegar a tal resultado foi necessário não só destruir o sindicalismo clássico, mas enquadrar a classe trabalhadora numa organização que se opunha declaradamente à formulação de reivindicações de ordem salarial. O sindicalismo nazi nunca serviu para a conquista do Estado e jamais teve, portanto, uma conotação radical.

*

Nos fascismos o eixo horizontal nunca conseguiu dominar sem o apoio do vertical, e isto ajuda a compreender a táctica seguida por Heinrich Himmler nos últimos anos da guerra. O Reichsführer SS era um dos principais promotores do neopaganismo, sendo ele portanto a personalidade que unia superiormente o confronto com o exército e o confronto com as Igrejas. Apesar disso, a partir de 1943 Himmler manteve ligações com a resistência conservadora, usando os órgãos de polícia e de espionagem não só para ficar ao corrente dos conluios e impedir o seu desenvolvimento, mas igualmente para abrir a possibilidade de futuros contactos com os Aliados. Do mesmo modo, entre os conspiradores havia quem, como Johannes Popitz, o antigo ministro das Finanças da Prússia, visse em Himmler um substituto conveniente de Hitler e neste sentido procurasse sondar-lhe as ambições. É certo que entre os conjurados prevaleceu a intenção de assassinarem Himmler e Göring junto com Hitler – um plano frustrado, como os demais. Mesmo assim, após o fim miserável da tentativa de golpe de 20 de Julho de 1944, durante a fúria da repressão contra a resistência conservadora, Himmler conseguiu protelar a execução de numerosos condenados à morte, com a esperança de os usar politicamente no caso de tomar o poder e encetar negociações com as potências ocidentais.

A 23 de Abril de 1945, em Lübeck, Himmler recorreu a um mediador sueco para anunciar ao general Eisenhower que estava pronto a assumir a chefia do Reich e propor-lhe a paz na frente ocidental, de maneira a que os Norte-Americanos substituíssem os Alemães a leste, na condução da guerra contra a União Soviética. Chegados os derradeiros estertores do nacional-socialismo, Himmler confiava ainda na oportunidade política de uma cisão entre os Aliados, quando o próprio Führer, que durante tanto tempo se embalara com esta ilusão, deixara enfim de acreditar nela.

Algumas horas antes, na cidade de Berlim pouco a pouco conquistada pelas tropas soviéticas, quando a Gestapo transferia para uma cadeia mais segura duas dezenas daqueles

[58] Ch. Bettelheim (1971) II 87-88.

condenados que Himmler mantivera em vida precisamente para os empregar nesta ocasião, surgiu um destacamento dos SS que os fuzilou a todos, excepto dois que escaparam. Quem ordenou a execução? Himmler, para apagar os traços? Aqueles que se lhe opunham, para lhe prejudicar a manobra? Ou seria apenas uma entre tantas decisões caóticas e iniciativas desesperadas, num Reich que deixava de existir? Pouco importa. Para o nacional-socialismo nada valia já. Em tal ponto da história, a única coisa a considerar é que estes agentes da resistência conservadora duraram tanto como durou politicamente o chefe neopagão das milícias, suspensos todos eles da mesma teia de instituições[59].

A teia era a mesma, porque se o eixo horizontal só se impôs graças à ajuda do vertical, este necessitara também do impulso político que apenas as instituições do eixo horizontal pareciam capazes de dar. Recuemos alguns anos – tanto tempo, nesta época em que os acontecimentos se precipitaram! – e vejamos o comandante-chefe do exército, general barão Werner von Fritsch, um belo espécimen da clique do estado-maior de formação tradicional, protestante e prussiana, a cair em Janeiro de 1938 numa armadilha orquestrada pelos SS e a Gestapo e a ser demitido sob a acusação de homossexualidade. Pouco importou que os testemunhos apresentados se tivessem depois revelado inteiramente falsos. O general barão permaneceu de então em diante afastado dos comandos[60]. Poderemos imaginar a amargura deste homem, o seu rancor? Foi morto logo no começo da guerra, em Setembro de 1939, às portas de Varsóvia, mas se tivesse sobrevivido contar-se-ia talvez entre os conspiradores que em Julho de 1944 tentaram assassinar Hitler.

E no entanto é este mesmo von Fritsch quem escreve em Dezembro de 1938, numa carta a uma amiga baronesa: «É deveras estranho que tanta gente encare apreensivamente o futuro, apesar dos êxitos inegáveis obtidos pelo Führer durante os últimos anos [...] Pouco depois da guerra eu cheguei à conclusão de que devíamos triunfar em três batalhas, se queríamos que a Alemanha se tornasse poderosa de novo: 1) A batalha contra a classe trabalhadora – Hitler já a ganhou. 2) Contra a Igreja católica ou, talvez mais exactamente, contra o Ultramontanismo e 3) Contra os Judeus. Estamos no meio destas batalhas, e a que se trava contra os Judeus é a mais difícil. Espero que todos se dêem conta da complexidade desta campanha»[61]. Seria difícil expor melhor os principais objectivos da política interna de Hitler. Os chefes militares receavam a guerra, como sempre sucede, e só nesta perspectiva puderam discordar do Führer e depois opor-se a ele e tentar liquidá-lo. Mas nenhumas

[59] Acerca das relações entre Himmler e a resistência conservadora ver W. L. Shirer (1995) II 430, 437, 461-462, 491 e 492.

[60] A. Bullock (1972) 417-420; W. L. Shirer (1995) I 344-351, 388.

[61] Citado em W. L. Shirer (1995) I 389.

divergências surgiram quanto à política interna, que constituiu para eles a razão de ser da instalação do nacional-socialismo. Mesmo quando sofriam as artimanhas do nazismo, os generais não o podiam dispensar.

4

O regime de Mussolini, pelo seu radicalismo, é um dos que melhor exemplifica a importância conferida ao eixo horizontal e, apesar disto, o Duce assinou com o Vaticano um tratado tão sólido que ainda hoje mantém a validade. No outro pólo do eixo vertical, as alterações introduzidas no seu programa inicial de maneira a aceitar as instituições monárquicas representaram para Mussolini a conciliação obrigatória com as chefias do exército. E quando, depois de abandonado por Victor Emmanuel e pelo Grande Conselho, rompeu com a coroa e implantou a República Social no norte da península, só pôde fazê-lo porque se apoiava nas forças militares alemãs. A Igreja e o exército nunca deixaram de cobrir com a sua sombra as instituições específicas do fascismo italiano.

5

Talvez o exemplo mais cabalmente oposto ao italiano tivesse sido o Estado Novo português, com um ditador que temia as manifestações de massas e manteve durante toda a vida uma profunda aversão ao populismo, tanto político como económico. Mas embora se sustentasse sobretudo nas tropas e no clero, o salazarismo criou também milícias partidárias e sindicatos. O próprio facto de umas e outros terem funções apenas decorativas revela a sua necessidade estrutural. Apesar de mantê-los praticamente inoperantes, Oliveira Salazar não pôde prescindir da Legião Portuguesa e dos Sindicatos Nacionais, equilibrando-os com um comando militar e uma hierarquia religiosa que no decorrer do tempo haviam sido igualmente afastados da intervenção política activa. Afinal, talvez o salazarismo se

caracterizasse não tanto pelo prevalecimento do eixo conservador, mas sobretudo pela palidez a que condenou qualquer dos pólos componentes.

6

Em certos casos o fascismo, em vez de criar sindicatos, estabeleceu uma plataforma de acordo com partidos políticos de base operária, que lhe forneceram os necessários instrumentos de manipulação dos movimentos laborais.

Foi assim que na Espanha da década de 1920 o general Primo de Rivera – chefe de um regime que sob vários aspectos deve ser considerado fascista – utilizou a UGT, a central sindical ligada ao Partido Socialista, para ampliar o apoio popular da ditadura e ao mesmo tempo perseguir com maior eficácia os sectores mais militantes do proletariado, que se mobilizavam em torno da confederação sindical anarquista.

Numa versão mais completa e sistemática da mesma experiência, o regime fascista pluripartidário do almirante Horthy, na Hungria de entre as duas guerras mundiais, permitiu a actuação do Partido Social-Democrata e dos sindicatos socialistas no meio urbano, garantindo ao mesmo tempo o controle indisputado das forças conservadoras sobre a sociedade rural. «Mediante um acordo secreto, o governo restituiu aos dirigentes sociais-democratas e aos sindicatos o direito de se organizarem e o direito de negociação colectiva. [...] Em troca, os sociais-democratas comprometeram-se a restringir a sua actividade às cidades e os sindicatos abstiveram-se de organizar os funcionários públicos, os empregados dos caminhos de ferro e dos correios, bem como os trabalhadores agrícolas»[62]. Este pacto foi respeitado por ambas as partes desde 1921 até à prisão de Horthy pelas tropas nazis, em Outubro de 1944, quando o regime chegara aos últimos estertores, definindo portanto uma das linhas de continuidade do fascismo húngaro. Na verdade, a social-democracia serviu repetidamente de apoio às facções políticas mais conservadoras, ajudando-as a promover a estabilidade e a ordem interna, quando elas sentiram a necessidade de refrear o radicalismo social, ou pelo menos a demagogia, da ala nacionalista extrema[63]. «A história política da Hungria na época de Horthy caracterizou-se pelo conflito entre as diferentes facções de um

[62] I. Deák (1965) 375.
[63] Id., ibid., 380-381, 383, 398, 401.

movimento contra-revolucionário. Os seus elementos moderados constituíam uma "esquerda" [...] A esquerda era conservadora [...] e desprovida de aspirações democráticas ou socialistas. No entanto, inevitavelmente, beneficiou do apoio das depauperadas forças liberais e socialistas do país. É muito curioso que tivesse sido a direita a abrir o caminho à revolução social»[64].

A maior latitude da vida política neste tipo de fascismos, que não se deve confundir com qualquer democraticidade ou liberalismo, explica-se apenas pela necessidade em que os seus dirigentes se encontraram de recorrer a burocracias operárias já existentes para desempenharem a função sindical.

7

Em suma, o que há de peculiar no fascismo é o seu carácter ao mesmo tempo simétrico e *a posteriori*. Simétrico porque, afirmando que supera os extremos, coloca-se na realidade num ponto mediano entre eles. E *a posteriori* porque este equilíbrio é realizado entre terrenos políticos já existentes, o conservador e o revolucionário. Não se trata, como para os adeptos da tradição, de prolongar e transformar internamente aquilo que existe, nem, como para os agentes da revolução, de criar uma nova realidade, mas de superar o existente, sem romper com o quadro dessa existência. Por isso defino o fascismo como uma revolta que não comprometeu a coesão social.

[64] Id., ibid., 405.

O MOMENTO HISTÓRICO DOS FASCISMOS

1

Aquele quadro geral, em que se cruzaram quatro grandes campos institucionais, serve para definir todos os tipos de movimento fascista, mas é insuficiente para analisar o seu triunfo ou a sua derrota. Os fascismos só chegaram ao poder quando a articulação dos dois eixos institucionais teve como pano de fundo o bloqueio ao desenvolvimento económico. Podem apontar-se três tipos de situações: a derrota militar de um país, que corresponde especialmente aos casos da Alemanha e da Hungria após a primeira guerra mundial; uma vitória frustrada nos seus êxitos práticos, de que a Itália é o exemplo típico; uma posição marginal na economia mundial, que caracterizava Portugal ou, do outro lado do mar, o Brasil de Getúlio Vargas e a Argentina de Perón.

Em qualquer destas circunstâncias era difícil transitar de um para outro ciclo da mais-valia relativa, ou afigurava-se mesmo impossível a ultrapassagem dos limites da mais-valia absoluta. Os regimes fascistas só se implantaram em países que se encontravam numa dessas situações, ou que articulavam a terceira com qualquer das outras duas. Para estudar um movimento fascista basta-nos o quadro institucional que analisei no capítulo anterior. Para estudar um regime fascista temos de colocar o inter-relacionamento daquelas instituições num dos três contextos sócio-económicos.

2

Com o abandono de vários territórios imposto à Alemanha pelo tratado de Versailles ficaram perdidos 11% da capacidade produtiva nas indústrias de meios de produção e 6,5% nas de bens de consumo. Além disso, as reparações de guerra exigidas pelos vencedores implicaram uma drenagem regular de capital, que tornava particularmente difícil a recuperação da economia. Em 1922 o volume da produção industrial representava pouco

mais de 70% do nível anterior à guerra e, no ano seguinte, a ocupação do Ruhr pelas tropas franco-belgas mais ainda deteriorou a situação. Se atribuirmos o índice 100 à produção industrial de 1913, em 1923 o índice foi de 48 e só em 1927 alcançou de novo 100, chegando a 102 em 1928 e 1929, nas vésperas da grande crise económica mundial[1].

Os obstáculos ao arranque da actividade produtiva, apesar da existência de uma forte base de sustentação industrial, provinham do facto de a Alemanha se deparar com uma sangria de capitais, imposta politicamente e também pela força das armas, que impedia a economia de funcionar consoante os padrões que poderiam esperar-se de empresas muitíssimo evoluídas tecnicamente. Tratava-se, em suma, de um sistema de mais-valia relativa que, por razões exteriores, era obrigado a recorrer a mecanismos típicos da mais-valia absoluta. Em princípio, nas economias industriais desenvolvidas a acumulação do capital tem como suporte directo o progresso técnico e o aumento da produtividade. Por um lado, na mesma jornada de trabalho, ou até numa jornada mais reduzida, os trabalhadores executam operações que requerem uma qualificação crescente e um desempenho mais intensivo, ou seja, durante o mesmo número de horas do relógio estão a realizar uma actividade que representa um tempo superior relativamente àquele que era executado com capacidades técnicas menos evoluídas. Tudo o que no capitalismo se chama progresso consiste, afinal, em realizar durante o espaço de uma hora um trabalho cada vez mais complexo, que representa um número crescente de horas de trabalho simples. Por outro lado, os patrões podem pagar mais aos trabalhadores em termos da quantidade de bens e de serviços que estes adquirem com o salário, porque lhes pagam menos em termos do tempo de trabalho incorporado nesses bens e serviços. O crescimento da produtividade permite aumentar o número de bens postos à disposição da classe trabalhadora e simultaneamente reduzir o valor de cada um desses bens, medido em tempo de trabalho. Enquanto os trabalhadores julgam que estão trabalhando menos e ganhando mais – e estão-no decerto, numa perspectiva estritamente formal ou material – são os capitalistas quem lucra nos únicos termos que realmente contam, na apropriação de tempo de trabalho e na sua conversão em capital.

Mas as circunstâncias impostas à Alemanha pelo tratado de Versailles dificultaram a plena aplicação destes mecanismos da mais-valia relativa. Em vez de o agravamento da exploração ser obnubilado pela redução do horário formal de trabalho e pelo aumento do número de bens e serviços consumidos, ele teve de se esconder por detrás de artifícios

---

[1] Ch. Bettelheim (1971) I 18.

estritamente monetários. Nos anos a seguir à guerra a inflação serviu de recurso para substituir o aumento da produtividade. Provocando uma subida dos preços mais rápida do que a dos salários, a inflação leva ao declínio do salário real. Mas, ao contrário do que sucede no sistema da mais-valia relativa, esse declínio não implica nem um aumento da qualificação da força de trabalho nem uma expansão do volume da produção. Nos moldes em que vigorou na Alemanha, a hiperinflação representou no salário real uma punção desprovida de contrapartidas e, na verdade, constituiu uma forma actualizada de acumulação primitiva do capital. Fazendo sentir os seus efeitos durante mais de cinco anos, o regime hiperinflacionário permitiu aos chefes de empresa um enorme volume de lucros e um avanço muito considerável na concentração económica. «Terminado o período de inflação, o aparelho produtivo alemão, em numerosos sectores, era mais poderoso do que antes da guerra [...]»[2]. Estes resultados permitiram estabilizar a moeda em 1924 e, ao mesmo tempo, dar um novo impulso ao crescimento da produtividade, que atingiu taxas espectaculares entre 1925 e 1929[3]. Neste período a Alemanha tornou-se o segundo país industrial, logo depois dos Estados Unidos[4].

A acumulação interna de capital serviu de base para o arranque da produção e da produtividade. Mas estes resultados só puderam sustentar-se graças a empréstimos externos maciços contraídos junto aos grandes bancos estrangeiros, que permitiram à Alemanha ir cumprindo as obrigações decorrentes das reparações de guerra e ao mesmo tempo reestruturar as empresas industriais e modernizá-las tecnicamente. Com um óbice porém, e de peso – o pagamento de um volume crescente de juros agravava a saída de divisas necessária para pagar as reparações de guerra. Observa o economista que tenho vindo a citar que «pela primeira vez um país altamente industrializado em vez de ser exportador de capitais tornou-se importador de capitais»[5]. Esta situação paradoxal deixou a economia alemã muito vulnerável a qualquer movimentação financeira à escala mundial, e por isso foi ela que mais sofreu com a grande crise de 1929. A retracção dos capitais estrangeiros pôs cobro às ilusões. Em 1932 a produção industrial da Alemanha reduzia-se a quase metade do que havia sido em 1929[6].

A partir de então o programa nacional-socialista apareceu como uma alternativa viável. O rearmamento maciço, e uma política de obras pública pensada em função de uma

---

[2] Id., ibid., I 25.
[3] Id., ibid., I 19.
[4] Id., ibid., I 20.
[5] Id., ibid., I 23.
[6] Id., ibid., I 21.

situação de guerra e do transporte rápido de tropas, incluindo a movimentação de blindados, permitiria absorver o elevado número de desempregados e aumentar o mercado interno. E esta mesma política de rearmamento daria à Alemanha a possibilidade de dialogar numa situação de força com os vencedores de 1918, ou mesmo de se impor pelas armas no caso de as suas pretensões não serem aceites, readquirindo no contexto internacional o lugar que parecia competir-lhe. Para os grandes capitalistas alemães as soluções propostas por Hitler, precisamente por serem estritamente políticas e militares, tinham a vantagem de romper o cerco político e militar que impedia a economia do país de funcionar plenamente nos termos da mais-valia relativa. Tratava-se, nas palavras do referido economista, de «abrir à indústria alemã mercados provisórios graças ao rearmamento maciço e às obras públicas e depois, mediante as armas assim forjadas, abrir à Alemanha, de maneira definitiva, os mercados externos [...]»[7]. A implantação do nacional-socialismo só pode entender-se nos termos de uma economia de guerra.

3

Em todos os casos o fascismo foi um regime que pretendeu resolver mediante a expansão externa as limitações surgidas ao desenvolvimento interno. Por razões económicas o imperialismo constituiu um componente indispensável dos fascismos. Ora, o imperialismo das metrópoles mais fortes pôde exercer-se sobretudo através dos mecanismos do mercado, mas para as metrópoles mais fracas, cuja debilidade residia precisamente na posição secundária que ocupavam na economia internacional, a expansão só conseguiria realizar-se pelo recurso à guerra. Para os fascismos os meios bélicos substituíram a acumulação interna do capital. É certo que a fusão operada por Corradini entre *proletariado* e *nação* se operou em Itália antes de 1914. Mas a actividade militar, na forma das aventuras coloniais africanas, fora desde início pensada como uma condição daquela fusão, e foi a primeira guerra mundial que lançou o fascismo enquanto movimento de massas.

A génese dos fascismos não podia ter sido mais contraditória porque, se a guerra lhes serviu de modelo para a resolução dos problemas económicos, devia recordar-lhes

---

[7] Id., ibid., I 34. Ver igualmente, no vol. II, as pags. 77-82.

igualmente tudo o que desejavam evitar. O entusiasmo popular, que no início do conflito animara os principais beligerantes, e deixara isolados e expostos a ataques e baixas calúnias os internacionalistas e os pacifistas, converteu-se a partir de 1916 num movimento social de hostilidade à guerra, com dimensões sem precedentes.

A minoria na conferência de Zimmerwald fora profética. Nesta povoação suiça haviam-se reunido trinta e oito delegados em Setembro de 1915, representando os socialistas internacionalistas de onze países. Uma minoria de doze votos, entre os quais se contava o de Lenin, propunha uma estratégia que levasse à conversão da guerra em revolução, à transformação do conflito entre nações num conflito entre classes. Os dezanove votos da maioria, Trotsky e Kautsky entre eles, apelavam simplesmente para que os trabalhadores impusessem a interrupção imediata das hostilidades e uma paz negociada, sem anexações territoriais nem indemnizações económicas entre os países beligerantes.

Com efeito, perante o impasse que imobilizara as principais frentes de batalha e desvendara o verdadeiro sentido das promessas iniciais dos governantes e dos chefes militares, esmoreceu o empenho dos trabalhadores activos em participar no esforço de guerra. De 1915 a 1916 o número de dias de trabalho perdidos por greve na Alemanha aumentou de 500%, e de 700% de 1916 a 1917, quando atingiu os dois milhões[8]. As greves de Abril de 1917 em Berlim mobilizaram entre 200.000 e 300.000 operários[9]. De 1916 a 1917 o número de movimentos grevistas em França subiu de 600% e a quantidade de participantes aumentou mais de 3.000%, chegando quase aos 300.000[10]. As implicações sociais desta agitação foram desde logo visíveis na Grã-Bretanha, onde as greves de 1916 e 1917 suscitaram a expansão e a generalização do movimento dos *shop stewards,* membros dos sindicatos eleitos pelos trabalhadores no quadro das unidades de produção, e que defendiam naquela época as posições da base operária, em frequente conflito com as direcções sindicais[11].

A contestação económica estimulou, por seu turno, a insatisfação dentro dos exércitos. Ao longo de 1916 foi cada vez mais frequente a fraternização nas trincheiras entre soldados dos Aliados e das Potências Centrais. Em França a deserção tornou-se maciça e começou mesmo a ser organizada à luz do dia[12], a tal ponto que a hostilidade dos trabalhadores à guerra teve sérias repercussões nas classes dominantes. Políticos muito

---

[8] A. Marwick (1974) 847.
[9] O. K. Flechtheim (1972) 48.
[10] A. Marwick (1974) 846.
[11] A.-L. Morton et al. (1963) 350 e segs.
[12] J. Williams (1974) 762.

importantes, defensores de uma orientação conciliatória naqueles conflitos sociais, como o ministro do Interior, Louis Malvy, e Joseph Caillaux, que havia ocupado o cargo de ministro das Finanças e de primeiro-ministro, foram acusados de traição e conivência com o inimigo pelas facções mais militaristas, e condenados com este pretexto. Era uma época de histeria, que levava a encontrar espiões em todo o lugar.

Desde Abril até Setembro de 1917 uma enorme onda de revolta propagou-se nas trincheiras francesas, atingindo o auge em Maio e na primeira metade de Junho. Durante estas seis semanas amotinou-se a maior parte do exército. Sublevadas contra os seus comandantes, cinquenta e quatro divisões hastearam bandeiras vermelhas e ameaçaram marchar sobre Paris para derrubar o governo. Ao mesmo tempo ocorriam deserções maciças[13]. O movimento atingiu proporções tais e a repressão foi tão sangrenta que ainda hoje a documentação acerca destes acontecimentos continua oculta nos arquivos militares. «O segredo oficial a respeito dos motins nunca foi descuidado», escreve um historiador. «Os arquivos militares franceses são inacessíveis e a história da guerra, tal como é oficialmente relatada pelos franceses [...], revela poucos detalhes»[14]. Leio nas memórias de Pierre van Paassen, um jornalista arguto e íntegro, duas qualidades que raramente se encontram juntas nesta profissão: «Na primavera de 191[7] André Maginot», um dos políticos mais ligados aos altos comandos militares, «reconheceu em sessão secreta da Câmara que entre a cidade de Paris e a linha de combate só restava uma divisão em que o governo podia depositar absoluta confiança. [...] Um rumor subterrâneo de descontentamento alastrava-se pelo exército. Rebentaram revoltas. De uma feita estiveram envolvidos oitenta e sete regimentos franceses, de outra cento e quinze. Os conselhos de guerra funcionavam noite e dia. Por um simples murmúrio de desagrado dizimava-se uma companhia inteira. Enviavam-se divisões propositadamente à linha de combate, para serem chacinadas, esmagando-se assim o espírito de derrotismo»[15].

Ao mesmo tempo a vaga revolucionária propagou-se entre os soldados e os trabalhadores dos outros países beligerantes. Ocorreram motins na marinha alemã no Verão de 1917, sendo condenados à morte e executados os dois dirigentes principais do levantamento[16]. E em Itália as deserções tomaram proporções tão impressionantes que no

[13] Id., ibid., 760-763.
[14] Id., ibid., 761.
[15] P. van Paassen (1941) 73-74.
[16] O. K. Flechtheim (1972) 49.

final da guerra havia pendentes 1.100.000 processos por deserção, o que significa que a quinta parte dos soldados havia abandonado as fileiras[17].

O movimento atingiu o auge quando a frente russa derrocou em 1917. «Paz e Terra» não foi uma palavra de ordem inventada por Lenin, e a particularidade dos bolchevistas consistiu em terem sabido entender o que se passava e aproveitarem-se da situação. Os soldados, que na esmagadora maioria eram camponeses, queriam a paz, para poderem regressar às suas aldeias e repartir e ocupar as terras dos grandes proprietários. Decretar a reforma agrária sem pôr termo à guerra não valia de nada, porque os *mujiks* continuariam mobilizados na frente de combate, sem poderem apoderar-se dos campos e cultivá-los. A questão militar e a questão agrária estavam indissoluvelmente ligadas. Por isso os soldados-camponeses russos amotinavam-se e desertavam colectivamente, para retalharem os latifúndios. Foi esta a primeira versão do Exército Vermelho, que em seguida Lenin e Trotsky transformaram profundamente, liquidando-lhe a espontaneidade e hierarquizando-o sob o comando de antigos oficiais czaristas, controlados por comissários políticos bolchevistas.

Nos outros países beligerantes as insurreições militares tiveram também consequências políticas e sociais muito profundas. Em Janeiro de 1918 houve na Alemanha grandes greves, mobilizando várias centenas de milhares de operários[18] e dando lugar à criação de conselhos[19], assembleias de massas que não alienavam o controle exercido sobre o processo de luta porque podiam em qualquer momento revocar o mandato dos delegados eleitos. Era impossível já separar a efeverscência entre os trabalhadores nas fábricas e os trabalhadores mobilizados nas frentes de combate. Sucedeu nas batalhas do Verão e do Outono de 1918 que soldados alemães se entregassem como prisioneiros aos milhares, sem oferecer resistência, sem disparar um tiro[20]. O terreno estava, assim, preparado quando a revolta dos marinheiros da armada do Báltico, no final de Outubro desse ano, se estendeu rapidamente em Novembro aos soldados e aos trabalhadores da indústria[21], iniciando-se a Revolução dos Conselhos, que ressurgiu em repetidas ocasiões nos anos seguintes e deixou na classe trabalhadora germânica marcas muito duradouras, liquidadas apenas com a ascensão dos nazis ao poder. Também a revolução iniciada em Março de 1919 na Hungria e

[17] F. Neumann (1943) 99.
[18] O. K. Flechtheim (1972) 49.
[19] Id., ibid., 57.
[20] E. O. Volkmann (1933) 124.
[21] O. K. Flechtheim (1972) 56.

as ocupações de fábricas no norte da Itália em Setembro de 1920 estiveram na imediata sequência do movimento social que pusera termo à guerra.

Não menos importantes, pelas suas repercussões, foram os levantamentos militares durante a guerra civil russa, na qual os Aliados participaram ao lado das tropas brancas. Em 1918 regimentos norte-americanos recusaram-se a combater, o que obrigou à sua retirada[22]. Em 1919 os expedicionários britânicos negaram-se a embarcar para a Rússia, exigindo a desmobilização[23], enquanto ocorriam motins e levantamentos entre as tropas britânicas estacionadas no norte da Rússia[24]. E, também em 1919, revoltaram-se os marinheiros franceses da frota que actuava no Mar Negro, hasteando bandeiras vermelhas nos seus navios, o que levou as tropas estrangeiras a evacuar o sul da Ucrânia[25]. Estes movimentos e insurreições, ampliados pela hostilidade que grande parte dos trabalhadores europeus e norte-americanos demonstrava perante o apoio concedido às forças brancas, fizeram com que os governos aliados desistissem da intervenção, ficando decisivamente facilitada a vitória bolchevista. No final de 1919 o marechal Sir Henry Wilson, chefe do estado-maior britânico, escrevia num documento oficial acerca da participação na guerra civil: «As dificuldades com que a *Entente* se deparou para exprimir a sua política a respeito da Rússia foram de facto insuperáveis, já que não houve em qualquer dos países aliados uma opinião pública suficientemente forte para justificar a intervenção contra os bolchevistas numa escala decisiva. A consequência inevitável desta situação foi a falta de coesão e de objectivo das operações militares»[26].

A guerra civil russa foi na realidade uma revolução internacionalista. O seu último episódio marca o fim da guerra civil e também o encerramento da revolução. Em Março de 1921, terminadas já as operações contra as tropas brancas na Rússia europeia, os marinheiros de alguns navios da armada do Báltico e a guarnição da importantíssima base naval de Kronstadt, juntamente com a numerosa população operária dos seus estaleiros e oficinas, insurreccionaram-se em apoio ao movimento grevista que a partir dos últimos dias de Fevereiro se expandira em várias fábricas e estabelecimentos industriais da vizinha cidade de Petrogrado, e ainda noutros grandes centros urbanos. A base de Kronstadt era continuadora de uma secular tradição revolucionária, e a marinha gozava então de uma situação especial, tendo conseguido resistir à burocratização e à disciplina autoritarista que

[22] M. Sayers et al. (1947) 103-104.
[23] A.-L. Morton et al. (1963) 369-370.
[24] M. Sayers et al. (1947) 104.
[25] S. V. Lipitsky (1974) 1051.
[26] Citado em M. Sayers et al. (1947) 130.

os dirigentes bolchevistas haviam reintroduzido no exército desde a Primavera de 1918. «[...] uma reorganização deste tipo era impossível na marinha, por razões puramente técnicas, visto que os elementos dotados de certas qualificações técnicas não podiam ser substituídos por novos recrutas. Foi por este motivo que perduraram aqui os antigos hábitos revolucionários e que os marinheiros beneficiavam ainda de um resto das liberdades adquiridas em 1917»[27]. Ao amotinarem-se em 1921, os marinheiros de Kronstadt deram voz aos anseios mais profundos do proletariado russo, pronunciando-se contra a burocratização da actividade política e contra o regime de partido único, e exigindo o regresso ao sistema originário dos sovietes, enquanto genuínos conselhos deliberativos, e a instauração de uma democracia dos trabalhadores, com liberdade de expressão para todas as forças operárias de esquerda, bem como a liberdade de organização sindical e o direito de controle dos trabalhadores sobre as unidades de produção. Além disso, reivindicava-se igualmente a liberdade económica dos camponeses que não empregassem assalariados. Passando das palavras aos actos, os insurrectos organizaram-se segundo o modelo proposto, dotando-se de instituições onde a base podia exprimir as suas deliberações.Os bolchevistas resusaram as propostas de diálogo dos marinheiros e reprimiram a sublevação, provocando de ambos os lados uma terrível matança. Mas nestas coisas os mortos pouco contam. Mais grave foi sepultarem-nos sob um epitáfio de calúnias, cindindo a memória do movimento operário e destruindo-lhe as raízes. E se, por um lado, os próprios comunicados oficiais reconheceram a má vontade das tropas vermelhas em atacar os seus irmãos de armas[28], não é menos certo que, no que diz respeito ao Partido Comunista, todas as suas facções apoiaram a repressão aos insurrectos de Kronstadt, mesmo a Oposição Operária, que nesse preciso momento, quando ocorriam os debates do décimo congresso, se opunha a Lenin em defesa de uma maior autonomia dos trabalhadores[29]. Podemos concluir que até para as tendências bolchevistas mais radicais a defesa da hegemonia do partido, enquanto instituição burocrática, primava sobre quaisquer outras considerações, confirmando-se plenamente a instauração de um poder de classe dos gestores e de uma economia capitalista de Estado[30].

---

[27] I. Mett (1949) 24.

[28] Id., ibid., 50-54.

[29] J. Barrot (1972) 66-67; I. Mett (1949) 78; A Velha Toupeira (1973) 10-11.

A ambiguidade das posições tomadas pela Oposição Operária é desvendada por J.-M. Gélinet (1974) 37, ao escrever que, «apesar de reprovar confidencialmente as medidas tomadas quanto aos insurrectos, a Oposição enviou os seus melhores elementos para o combate, onde figuraram entre os mais ferozes».

[30] Acerca da insurreição de Kronstadt sigo sobretudo I. Mett (1949) e Voline (1972) II 173-252, III 13-30. Consultei acessoriamente A. Berkman (1987) 259-269 e S. M. Petritchenko (1975).

Em suma, o que sucedeu de 1916 até 1921, ou até 1923, se fundarmos a cronologia nos acontecimentos da Alemanha, foi um processo revolucionário único, à escala europeia e com repercussões nos Estados Unidos. A insurreição bolchevista foi um mero episódio, que se distinguiu apenas por um detalhe – ter vencido. Mas o declínio do movimento internacionalista e a evolução posterior das lutas sociais converteram numa profunda derrota aquela vitória inicial dos trabalhadores russos. Aliás, o facto de uma vaga de agitação que começara ultrapassando as fronteiras ter triunfado apenas num país contribuiu decisivamente para desarticular o movimento. Ao ocuparem o poder de Estado e implantarem uma economia estatal, os bolchevistas abandonaram muito rapidamente as posições internacionalistas e passaram a defender interesses nacionais russos. A inversão da revolução e a desagregação do impulso internacionalista são as responsáveis pela deturpação da história destes acontecimentos, já que geralmente a revolução bolchevista é apresentada pelos historiadores como exclusivamente russa, e as insurreições militares são reduzidas a episódios isolados ou votadas a um esquecimento tanto mais deliberado quanto é ajudado pelo segredo dos arquivos. A dinâmica daquela época só pode ser entendida por quem tiver em conta o carácter internacional do processo ocorrido entre 1916 e 1921.

4

Apresentar a guerra como uma solução para os problemas nacionais, quando ela fora tão obviamente uma ocasião de ruptura dos consensos e fornecera a oportunidade para internacionalizar a agitação social, exigia uma completa adulteração da realidade, a conversão da história em ficção.

A função da guerra no fascismo foi dupla, alimentando a mitologia política além de inspirar as oportunidades económicas. Enquanto caso extremo de conjugação de classes antagónicas, o fascismo requeria uma força capaz de agregar as inevitáveis tendências centrífugas. Para isso recorreu à guerra, experiência de coesão entre pessoas dos mais variados grupos sociais, perante um inimigo tido como comum. O conflito entre nações serviu como tentativa de superação das barreiras com que se defrontava o desenvolvimento económico e, ao mesmo tempo, como antídoto à hostilidade entre classes.

Os nacionalistas alemães interpretaram a sua derrota na primeira guerra mundial como uma frustração da legítima vitória, pela acção funesta da revolução no interior do país. Foi a tese da «punhalada nas costas». Um marechal francês – e membro da Academia, imagine-se! – no prefácio que escreveu a uma tradução do primeiro dos romances de Ernst Jünger teve a prosápia de converter esses traumas obscuros em lei histórica, afirmando que «a vitória será sempre determinada pela acção dos combatentes da linha de frente. O drama é que essa vitória é muitas vezes perdida pelos da rectaguarda»[31]. Esta alegre divisão das responsabilidades permitiu que o estado-maior da Reichswehr e os seus ideólogos se proclamassem ao longo dos anos de Weimar como herdeiros de uma vitória e, portanto, mensageiros de novos e maiores triunfos. Por seu lado, os nacionalistas italianos sentiram-se espoliados da participação no êxito da *Entente,* cujos frutos mais suculentos as maiores nações reservaram para elas próprias durante as negociações de Versailles e de Saint-Germain-en-Laye. Uma vez mais, a diplomacia e os políticos teriam traído os feitos de armas, aliás tanto mais mitificados quanto eram realmente duvidosos.

Para ambas estas versões, a de um derrotado e a de um frustrado vencedor, a guerra era tida como experiência redentora. A fraternidade do perigo, estabelecida entre os homens no campo de batalha, passou a servir de modelo de relações sociais. «A trincheirocracia», proclamava Mussolini antes ainda de terminado o conflito, «é a aristocracia das trincheiras. É a aristocracia de amanhã! É a aristocracia em acção. Ela surge das profundezas. Os seus pergaminhos são de um esplêndido vermelho, côr do sangue»[32]. Talvez ninguém tivesse exprimido com um lirismo mais elegante do que Ernst Jünger a brutalidade desta ideia. «[...] este é o homem novo, o pioneiro da tempestade, a elite da Europa Central. Uma raça completamente nova, inteligente, enérgica, forte e voluntariosa. O que aqui se revela como uma visão será amanhã o eixo em torno do qual a vida há-de girar cada vez mais veloz. O caminho nem sempre terá de ser aberto, como aqui, pelas crateras das bombas, pelo fogo e pelo aço, mas a marcha acelerada a que os acontecimentos aqui se desenrolam, o ritmo habituado ao ferro, esse manter-se-á o mesmo. A luminosidade crepuscular de uma era em declínio é de súbito uma alvorada em que nos armamos para novas e mais duras batalhas. Lá atrás, muito longe, as cidades gigantescas, as hostes de máquinas, os impérios, cujos elos mais íntimos se romperam na tempestade, aguardam os homens novos, os homens sagazes e testados no campo de batalha, impiedosos para com eles próprios e para com os outros. Esta

---

[31] A. Juin (1987) 12.

[32] Artigo de Benito Mussolini em *Il Popolo d'Italia,* de 15 de Dezembro de 1917, antologiado em R. Griffin (org. 1995) 28.

guerra não representa o fim da violência, mas o seu prelúdio. É a forja em que a golpes de martelo se criarão no novo mundo novas fronteiras e novas comunidades. Há novas formas, esperando ser preenchidas com sangue, e o poder será mantido por um punho duro. A guerra é uma grande escola, e o homem novo ostentará a nossa marca. [...] É isto a guerra. Tudo o que há de melhor e de mais valioso, a mais elevada emanação da vida, serve apenas para ser lançado nas suas goelas vorazes. Basta uma metralhadora, basta uma fita de munições a deslizar suavemente durante um segundo, e vinte e cinco homens – podia-se cultivar com eles uma ilha de boas dimensões – ficam pendurados no arame farpado, em massas esfarrapadas que se decomporão lentamente. São estudantes universitários, jovens oficiais orgulhosos de um nome de família de velhas tradições, mecânicos, herdeiros de férteis fazendas, insolente ralé das grandes cidades e alunos de institutos especializados [...]»[33]. Ernst Jünger estava politicamente próximo do nacional-bolchevismo, mas do outro lado da esfera do nacionalismo radical, na sua vertente mais conservadora, Alfred Rosenberg escrevia também, nove anos depois de terminada a guerra: «Os homens de cinzento [a cor do uniforme dos soldados alemães] trouxeram algo de novo do campo de batalha: o sentido da coesão social e nacional das várias classes»[34].

Contra o marxismo, que apresenta a actividade na esfera da produção como a condicionante de todo o relacionamento humano, determinando a solidariedade entre os explorados e as clivagens de classe devidas à exploração, os nacionalismos imperialistas e irredentistas proclamavam a guerra como o fundamento real de um paradigma social oposto. Quando os ideólogos e os políticos da direita radical enunciavam a absoluta necessidade de uma hierarquia e, ao mesmo tempo, afirmavam que ela constituía o quadro mais sólido para a fusão de todas as pessoas numa comunidade nacional, estavam a introduzir no âmbito geral da sociedade uma experiência de guerra. O fogo inimigo não escolhia as vítimas, e ao mesmo tempo que o exército apresentava a forma mais extrema e explícita de gradação hierárquica, a morte surgia aqui como a justiça nas alegorias, de olhos vendados, e a sua grande foice era o agente democratizador, irmanando ricos e pobres, oficiais e soldados, num mesmo amanhã de sangue.

Isso para as vastas massas. Mais reservadamente, a primeira guerra mundial fornecera a oportunidade para levar a planificação central da economia a um ponto até então insuspeitado e abrira à classe dos gestores possibilidades de actuação muitíssimo amplas. O conflito serviu, assim, não só de modelo das relações sociais nacionalistas, mas igualmente

---

[33] Ernst Jünger, em *Der Kampf als inneres Erlebnis*, antologiado por A. Kaes et al. (orgs. 1995) 19.
[34] Citado em R. Cecil (1973) 70.

de grande experiência de organização económica estatal. Se este processo se verificou em todos os países beligerantes, foi sobretudo notável na Alemanha, cujo isolamento geográfico entre potências hostis e cuja escassez de matérias-primas próprias obrigaram a um aproveitamento rigoroso e sistemático de todos os recursos. A economia de guerra do estado-maior alemão inspirou as medidas de planificação em todos os países, desde os capitalismos democráticos até aos primeiros bosquejos da Rússia leninista.

O fascismo pôde ser a revolta no interior da coesão social, a revolução dentro do conservadorismo, porque transpôs para a sociedade civil a experiência que os seus fundadores haviam encontrado nos campos de batalha. Organizar a nação consoante princípios de obediência tão fortes e indisputados como os que presidiam às cadeias de comando militares, e ao mesmo tempo proceder a uma mistificação de igualdade formal entre as pessoas de todas as classes sociais tão ilusória e tão poderosa como a democratização suscitada pela presença iminente da morte nas trincheiras – este paradoxo, que o fascismo conseguiu implantar na realidade, só era possível depois da guerra e em função dela. O segredo da política interna fascista consistiu em fomentar um espírito de guerra em tempo de paz. «[...] a Alemanha aprendeu as lições de 1914, compreendeu que a preparação para a guerra tem de começar durante a paz, que guerra e paz deixaram de ser duas categorias distintas e constituem duas expressões de um mesmo fenómeno – o fenómeno da expansão»[35]. Walter Benjamin foi, como tantas vezes era, muito lúcido quando, ao comentar a prosa de Ernst Jünger e dos seus émulos, observou que, «na verdade, as virtudes que eles celebram, da dureza, da discrição e da implacabilidade, não caracterizam tanto o soldado como o militante de classe experiente. O que aqui se desenvolveu, primeiro sob a aparência do voluntário da Grande Guerra e depois com o mercenário do pós-guerra, foi na verdade o convicto combatente de classe fascista. E quando aqueles autores referem a nação, o que eles querem dizer é uma classe dominante apoiada nessa casta [...]»[36]. Se, como havia previsto a minoria de Zimmerwald, o conflito entre nações se transformara numa guerra de classes, agora, depois da derrota do internacionalismo revolucionário, eram os outros guerreiros de classe quem surgia, dissimulados sob o mito da fraternidade das armas.

Fardados, perfilados, desfilando, gesticulando e gritando em uníssono, ouvindo discursos não como pessoas em assembleias, mas como soldados na parada, que batalhas travavam estas multidões recentes, mobilizadas, quando não arrebanhadas, pelos homens-

[35] F. Neumann (1943) 232.
[36] Walter Benjamin, num artigo publicado em 1930, antologiado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 163.

de-mão dos novos chefes? Para o fascismo a paz era uma guerra suspensa. As técnicas de mobilização geral, que os estados-maiores haviam reservado a quem constasse das listas do recrutamento, expandiram-se a todos os eleitores e converteram-se em modelo do Estado totalitário ou da raça de senhores.

Foi neste quadro de mobilização geral que se desenvolveram os aspectos principais da ideologia fascista, o culto da virilidade, o amor do risco, a apologia da morte, o fascínio pela vertente destruidora da civilização mecânica, o afã sádico de mandar e o paradoxal prazer masoquista da obediência, a exaltação pela novidade sem ultrapassar as sombras da tradição, a face escanhoada. Que prosaico! Será que a mística do irracionalismo não foi mais do que uma psicologia de sargento?

PERSPECTIVAS DE CRÍTICA AO FASCISMO

1

Na encruzilhada da ordem e da revolução, o fascismo é penoso de explicar, porque exige uma visão crítica tanto da sociedade capitalista como dos movimentos anticapitalistas. São muito poucos os que sentiram a urgência de fazê-lo, e menos ainda os que foram capazes de se lançar a um esforço de pesquisa ideológica tão complexo e multifacetado. Geralmente o fascismo tem sido analisado ou por autores que pretendem ilibar o capitalismo liberal das suas consequências mais perversas e mais odiadas, ou por autores que procuram atribuir apenas às formas tradicionais de capitalismo a responsabilidade do fascismo, ocultando a participação de importantes vertentes do movimento anticapitalista na génese e no desenvolvimento dos fascismos e a ajuda prestada pelo capitalismo de Estado soviético à consolidação desses regimes.

Por isso o fascismo é apresentado pela grande maioria dos historiadores de direita como um facto sem génese, um acontecimento abrupto, à maneira das pragas do Egipto. Se bem que a função de qualquer historiador consista em estabelecer um relacionamento o mais amplo possível entre os eventos, de modo a desenhar-lhes a estrutura e o contexto, os especialistas que abordam o fascismo numa perspectiva conservadora esmeram-se em isolar o objecto de estudo. E o leitor fica sem entender como foi possível que aquela gente adquirisse ideias para as quais não são apresentadas filiações, e obtivesse o apoio de seguidores mais ou menos numerosos quando se pretende que tudo os distanciava de qualquer eixo de tradições sociais. Isoladas da própria dimensão histórica, as narrações da tomada do poder por um partido fascista convertem-se em meras descrições de golpes de Estado, e as biografias dos dirigentes fascistas ficam reduzidas ao esboço de personagens sem espessura, quando não sucede mesmo que o carácter e o comportamento dos biografados desapareça por detrás da narração meramente factual das suas acções.

Por outro lado, são muito raros os historiadores situados à esquerda que chamem a atenção para a partilha de quadros ideológicos e mesmo de organizações políticas por amplas vertentes do fascismo e importantes sectores do movimento revolucionário, bem como para a circulação de numerosíssimas pessoas entre os dois campos opostos, e que procurem nesta funesta inter-relação o segredo de tantos e repetidos fracassos da esquerda.

Quando não são inteiramente escondidos, os traços da inspiração revolucionária sem a qual o fascismo não teria podido nascer e desenvolver-se são remetidos para as notas de rodapé e afastados das conclusões teóricas. Quanto àqueles poucos autores que têm possuído a coragem ideológica de evidenciar a participação de sectores do movimento anticapitalista na génese do novo tipo de nacionalismo radical, o silêncio com que a sua obra é coberta funciona como a mais eficaz das censuras.

Neste panorama, qualquer estudo do fascismo que não seja ao mesmo tempo uma crítica do capitalismo liberal e uma autocrítica do movimento revolucionário fica condenada a falhar nas questões fundamentais.

2

A existência do fascismo permitiu ao capitalismo democrático refazer uma virgindade, disfarçando as suas formas próprias de autoritarismo, directamente empresariais, e encobrindo todos os vínculos económicos e políticos que têm sempre ligado as várias modalidades de realização do capital.

Não só os capitalismos democráticos nunca se inquietaram com a ascensão do fascismo, como a viram com bons olhos. A lista dos financiadores e simpatizantes estrangeiros com que Hitler contou, sobretudo nos três primeiros anos da década de 1930, incluía alguns dos principais chefes de indústria e proprietários de importantes cadeias de informação, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, como por exemplo o grande patrão da indústria automobilística, Henry Ford, o director-geral do grupo de companhias petrolíferas Royal Dutch-Shell, Sir Henri Deterding, ou Lord Rothermere, o magnate da imprensa britânica, e Randolph Hearst, detentor da maior rede de periódicos norte-americana[1]. Estes apoiantes estrangeiros mais não faziam, aliás, do que ecoar os relatórios emanados das respectivas embaixadas em Berlim, geralmente favoráveis aos variados projectos que previam a inclusão de Hitler num futuro governo[2].

---

[1] L. I. Guintsberg (1957) 172, 174-175. Quanto a Lord Rothermere, proprietário do *Daily Mail*, ver igualmente A. Bullock (1972) 161. Acerca da influência exercida por Henri Deterding sobre Hitler consultar H. Rauschning (1939) 82-83.

[2] L. I. Guintsberg (1957) 173-174, 177-180, 185.

A simpatia com que os regimes parlamentares observaram a destruição do movimento operário pelos Estados fascistas explica a inibição da Liga das Nações perante a invasão italiana da Abissínia e face ao programa de militarização da Alemanha nazi. Finalmente, a agressividade fascista foi legitimada pelo direito internacional quando o Acordo de Não-Intervenção, estabelecido para evitar as implicações exteriores da guerra civil espanhola, atribuiu aos generais rebeldes o mesmo estatuto prático que concedia ao governo legal eleito, e o Comité de Não-Intervenção fechou os olhos à participação maciça em homens e material com que as autoridades alemãs, italianas e portuguesas sustentaram a vitória de Franco. Tudo isto pareceu benéfico às democracias. Os regimes parlamentares nunca teriam deixado Mussolini ampliar a sua esfera de influência no Mediterrâneo nem teriam permitido as iniciativas diplomáticas e as exibições de força que colocaram Hitler em situação ideal para desencadear a guerra se não estivessem gratos a ambos por terem disperso ou até exterminado o movimento operário nos respectivos países. Do lado das democracias, a política externa nos anos que precederam 1939 parece uma sucessão de inépcias, e é assim que em geral os historiadores a apresentam. Tudo se esclarece, porém, ao recordarmos que a perseguição feita pelo fascismo às organizações da classe trabalhadora constituía o seu principal título de glória aos olhos do capitalismo democrático. Foi esta a razão da profunda confiança que até Setembro de 1939 os fascismos inspiraram às democracias.

Os movimentos internacionais de capital são a expressão mais perfeita do crédito político, e é conveniente saber que os investimentos estrangeiros na indústria alemã aumentaram após a entrada de Hitler na chancelaria do Reich em Janeiro de 1933[3]. As ligações mais estreitas estavam desde há muito estabelecidas com o capital britânico. E a táctica de concessões ao nacional-socialismo seguida sistematicamente pelo governo de Chamberlain torna-se mais comprensível quando vemos que a família do primeiro-ministro britânico tinha uma participação significativa nas filiais inglesas de firmas tão importantes como a Mannesmann e a Siemens[4]. Na realidade, o aparelho repressivo nazi pôde consolidar-se e o Reich conseguiu prosseguir sem obstáculos o seu rearmamento porque o governo de Londres servia os interesses de toda uma ala do capitalismo britânico para a qual eram muito importantes as relações com a economia alemã.

Quanto à França, o prestígio que os métodos de Hitler alcançaram entre os governantes democráticos avalia-se ao verificarmos que eram em tudo copiados dos seus

[3] Ch. Bettelheim (1971) I 94.
[4] Id., ibid., I 95.

congéneres nazis os campos de concentração onde, no começo de 1939, foram internados os anarquistas, comunistas e republicanos espanhóis que depois de defenderem do avanço das tropas de Franco os últimos territórios livres do seu país haviam procurado refúgio do lado de lá dos Pirenéus. Aqueles homens bravos, resistentes durante quase três anos à crueza das batalhas e ao pavor das cidades bombardeadas, sem se vergarem às maiores privações, foram em pouco tempo de regime concentracionário francês transformados em sombras, destroços físicos em que não pareciam já restar traços da coragem moral que os caracterizara. Arthur Koestler cruzou alguns em Outubro de 1939, quando ele próprio estava a ser transportado para o campo de Le Vernet, junto com outros refugiados antifascistas. «Seriam cerca de trinta. Levavam pás ao ombro e eram escoltados por guardas munidos de chicotes de couro. Tinham as cabeças rapadas, mas nas faces via-se uma barba de vários dias. As suas roupas estavam esfarrapadas, alguns caminhavam na lama de chinelos, outros com os dedos saindo dos sapatos, outros calçavam galochas de borracha sobre os pés nus. Era evidente que estavam a ser conduzidos de regresso do trabalho para o campo de concentração. Horrorizados, tínhamos os olhos fixos naqueles crânios rapados e éramos incapazes de resistir ao desespero. Eles olharam-nos, e um interesse superficial perpassou nas suas faces apáticas. Alguns tentaram falar-nos quando nos cruzaram, mas rapidamente os guardas, brandindo os chicotes, reduziram-nos ao silêncio»[5]. Em Le Vernet Koestler conheceria outros antigos combatentes, voluntários acorridos de todo o mundo que haviam ajudado a defender contra a grande aliança dos fascismos as linhas da república. «[...] o Pavilhão 32 era o verdadeiro inferno. A escuridão era completa e o cheiro nauseabundo. Nenhum dos que lá vivia tinha uma muda de roupa ou meias suplementares, e muitos haviam literalmente vendido a última camisa em troca de um maço de cigarros, e andavam nus sob um casaco fino e esfarrapado. O pavilhão estava infestado de parasitas e de doenças. Fora das horas de trabalho, os seus reclusos prestavam pequenos serviços aos demais prisioneiros, lavando-lhes a roupa a troco de algumas fatias de pão, remendando sapatos, limpando botas. Não recebiam cartas, nem as escreviam. Vagueavam pelo campo de concentração, procurando pontas de cigarro na lama e no chão de cimento das latrinas, onde era mais fácil encontrá-las. Mesmo os mais miseráveis dos outros pavilhões os olhavam com um misto de horror e de desalento. Estes cento e cinquenta homens que povoavam a chamada Caserna dos Leprosos eram o que restava das Brigadas Internacionais – que constituíram outrora o orgulho do movimento revolucionário europeu, a vanguarda da

[5] A. Koestler (1991) 92-93.

esquerda»[6]. Neste universo de abjecção, onde seres humanos haviam sido rebaixados da condição de heróis à situação mais animalesca, não nos podemos espantar de que um cão estivesse também encarcerado, «Negro, o lobo da Alsácia preto que seguira as Brigadas Internacionais por todo o lado, desde a batalha de Brihuega até à Caserna dos Leprosos»[7].

Mas o que fazia Koestler, e tantos outros como ele, por detrás de arame farpado no sul da França? Logo a partir dos primeiros dias de Setembro de 1939, com a declaração de guerra ao Reich, a República Francesa confinou em estádios e depois em campos não só estrangeiros suspeitos, mas igualmente os antifascistas alemães, italianos e da Europa central, mesmo oriundos de países então neutrais, que haviam julgado encontrar na velha democracia uma garantia de liberdade[8]. A inércia das tropas francesas durante a *drôle de guerre* entende-se melhor ao recordarmos que, enquanto se evitava penetrar nas fronteiras do Reich para aí conduzir uma ofensiva, aprisionavam-se dentro do país aqueles que haviam indubitavelmente mostrado serem adversários decididos do nacional-socialismo. Só nos derradeiros dias de combate, quando o descalabro era iminente e o exército alemão se aproximava de Paris, Georges Mandel, à frente do Ministério do Interior, ordenou a prisão de uma meia dúzia de jornalistas e políticos, partidários notórios de Hitler. Tarde e sem efeito. Tanto mais que pela mesma ocasião, a escassos dias da derrota total, os poucos alemães e austríacos que tinham entretanto sido libertados voltaram a ser detidos, incluindo todos os dirigentes e figuras significativas da oposição ao nazismo. Em Junho, quando os generais franceses assinaram o armistício após quatro semanas de fulgurante ofensiva germânica, os presos antinazis ou foram entregues às autoridades ocupantes ou permaneceram sob o controle do governo fascista de Vichy, conseguindo uns poucos escapar-se e suicidando-se outros, alguns grandes nomes entre eles.

Que pudor as democracias têm em falar hoje de tudo isto! Quando se folheiam alguns catálogos de exposições de artes plásticas, quando se lêem os resumos biográficos de certos autores consagrados, poucos saberão ainda entender que aquelas referências apressadas e confusas a uma permanência em campos de concentração franceses durante a guerra não indicam que o pintor ou o escritor tivessem sido encarcerados pelos ocupantes nacionais-socialistas ou pelos seus acólitos de Vichy, mas, antes disso, pelas legítimas autoridades democráticas. Enquanto durava a guerra com a França, a imprensa oficial

---

[6] Id., ibid., 114.

[7] Id., ibid., 131.

[8] O método seguido nas detenções, o estilo em que eram conduzidos os interrogatórios, os vexames, as condições de encarceramento e a vida naqueles campos de concentração franceses foram minuciosamente descritos por Arthur Koestler (1991).

hitleriana publicou uma lista de escritores antinazis que as autoridades francesas haviam mandado internar em campos de concentração, perguntando-lhes no fim, com o pesado sarcasmo dos factos indesmentíveis em que desejaríamos não acreditar, se estavam ainda convencidos das benesses da democracia[9].

Mesmo o racismo hitleriano não era preocupante para os regimes parlamentares, enquanto pudesse pensar-se que as vítimas seriam, além dos Eslavos, apenas os Judeus orientais, gente pobre e de hábitos extravagantes, desprezada também pelos seus correligionários germanizados. Nos fascismos as democracias encontraram sistemas de ordem, de uma ordem plena a que elas próprias aspiravam, e o racismo perturbava-as tanto menos quanto o anti-semitismo grassava em vastas camadas sociais da França e da Grã-Bretanha, e estes dois modelos de democracia aplicavam contra as populações autóctones dos seus espaços coloniais uma discriminação igualmente severa.

O único motivo de conflito surgiu do desejo de expansionismo germânico e nipónico, que pôs em causa o equilíbrio internacional e colonial. O posicionamento das democracias contra a Alemanha hitleriana e contra os generais japoneses começou como uma mera questão de política externa, e foi a necessidade de entusiasmar a população trabalhadora pelo esforço de guerra que levou os governos aliados a dar um episódico – e brevíssimo – verniz antifascista ao que na realidade constituía apenas uma preservação de esferas de influência.

Os seis anos de morticínio serviram depois para que os regimes democráticos, adulterando todo o seu passado, apresentassem como uma incompatibilidade profunda o que fora uma estreita colaboração com os fascismos, prosseguida até ao dia 3 de Setembro de 1939.

3

O passado das democracias condiciona as interpretações do fascismo propostas pela historiografia burguesa liberal. Os autores que se inscrevem nesta orientação – tantos que é impossível citá-los – têm em comum a demonização do fascismo, apresentado como

[9] Id., ibid., 133.

consequência de psicologias patológicas, individuais ou de massas, e não como resultado de um desenvolvimento inteiramente legítimo da velha cultura burguesa e das novas formas ideológicas e organizativas preconizadas pela tecnocracia. Os ensaios de explicação psicológica do fascismo têm geralmente por objectivo ocultar o facto de que ele foi uma criação genuína da sociedade capitalista. Chega-se assim a uma situação bastante estranha. Em cada país onde vigorou, o radicalismo fascista procurou sempre legitimar as suas inovações políticas apresentando-as como necessárias ao restabelecimento do passado heróico nas ambicionadas dimensões. Mas depois de passar pelas mãos, ou antes pelos cérebros, destes historiadores o fascismo ficou desprovido dos elos que o ligaram à tradição.

Na verdade, para a burguesia liberal a história do fascismo tem sido, acima de tudo, o melhor pretexto para reinventar a sua própria história, adquirindo neste exercício de ocultamento um verniz de inocência. Recusadas as suas raízes na cultura e na política capitalistas e reduzido a um fenómeno de âmbito psicológico, o fascismo fica expulso das grandes correntes históricas. A política e a economia liberais podem, assim, apresentar-se como desprovidas de consequências funestas, e aí reside precisamente o objectivo principal daqueles autores. Nos seus subentendidos e pressupostos as análises que prosseguem encontram no fascismo apenas o motivo aparente, pois o tema real é a apologia das democracias parlamentares. Daí a sensação de insuficiência que tais obras inevitavelmente ocasionam no leitor atento, passando de todas as vezes ao lado do fundamental e deixando o fascismo por explicar.

A compreensão do fascismo é impossível sem uma análise desapiedada da democracia parlamentar. A crítica ao fascismo só pode atingir a devida profundidade no quadro de uma crítica à sociedade capitalista.

4

Um historiador alemão, Ernst Nolte – que eu classificaria como saudosista não do passado que existiu, mas do que ele imagina que poderia ter ocorrido se a história não fosse perversa – pretende explicar o nacional-socialismo no contexto de uma guerra civil europeia contra o bolchevismo, que se converteu num conflito entre nações mediante o confronto final entre o Terceiro Reich e a União Soviética. Segundo esta tese, o hitlerismo, iniciado

como uma reacção contra o marxismo, teria sofrido a influência do seus opositores comunistas, transmutando-se em formas novas[10]. Ernst Nolte esquece, todavia, certos aspectos fundamentais.

Antes de tudo, e não se trata de um detalhe, mas da fragilidade mais grave das teses daquele historiador, o marxismo entre as duas guerras mundiais não se identificava apenas com o comunismo soviético, já que a maior parte da social-democracia se afirmava como a verdadeira continuadora da tradição de Marx. Ora, Hitler perseguiu todos os tipos de marxismo, incluindo no mesmo ódio o KPD e o SPD. O facto de durante a maior parte do tempo de existência do seu partido os comunistas alemães terem considerado a social-democracia como um inimigo muito mais perigoso do que o nacional-socialismo e terem-na hostilizado por vezes com enorme virulência não impediu que todos eles, comunistas e sociais-democratas, sofressem depois de Janeiro de 1933 iguais ignomínias e partilhassem os mesmos campos de concentração. Se o fascismo se explicasse por uma guerra civil contra o comunismo soviético, então teria encontrado na social-democracia um aliado, e não um inimigo. A aversão de Hitler e dos seus seguidores a todas as modalidades do marxismo mostra que, contrariamente às suposições de Ernst Nolte, a transmutação das clivagens sociais em imaginárias oposições de raça foi um postulado inaugural, e não uma reacção de medo perante a guerra civil europeia promovida pelos bolchevistas russos.

É impossível a Nolte estabelecer correctamente a cronologia deste processo porque para ele – e mostra assim ser desprovido de qualquer aversão ao hitlerismo, pelo menos no plano teórico – a abordagem dos conjuntos populacionais consoante pressupostos rácicos seria logicamente equivalente à sua análise em termos de classe. Todavia, como mostrarei no capítulo dedicado à legitimidade democrática do racismo nacional-socialista, só no âmbito dos mitos anti-semitas se pode compreender a tentativa de suprimir a globalidade do marxismo. E só em função das teses que atribuíam aos Eslavos o carácter de uma sub-humanidade pode explicar-se a decisão de invadir a União Soviética. O choque ideológico aqui foi o mero resultado de um conflito que era entendido sempre em termos rácicos. Como observou já há várias décadas Alexander Dallin, Hitler não conduziu apenas uma guerra contra o regime soviético, mas igualmente contra o povo russo[11]. O livro precioso daquele historiador é um dos mais eficazes desmentidos da tese defendida por Nolte, e a propósito dos predecessores dessa orientação ideológica escreveu ainda Dallin: «As próprias declarações públicas de Hitler, e a sua prática, demonstram amplamente que o seu objectivo

[10] E. Nolte (1989).
[11] A. Dallin (1957) 44-45.

na guerra não era, como alguns apologistas tardios gostariam de nos convencer, uma tentativa generosa de "libertar a Europa do bolchevismo". [...] Os objectivos da invasão [da União Soviética] foram essencialmente a liquidação do bolchevismo, a destruição da União Soviética enquanto Estado e a obtenção de uma vasta área destinada à exploração colonial e ao povoamento. [... ... ...] A sua [de Hitler] estranha dialéctica partia do postulado de um conflito inexorável entre Germanos e Eslavos, superiores e inferiores»[12].

Aliás, o que distinguiu as concepções de Hitler e os métodos por ele preconizados das demais versões do fascismo foi o facto de atribuir às lutas sociais um valor meramente superficial e de considerar o combate das raças como o fundamento eterno da história. Para Hitler e os seus seguidores nunca se tratou de uma guerra civil, mas sempre de um confronto racial. O marxismo, e também o liberalismo, eram vistos pelo racismo rosenberguiano e hitleriano como expressões do carácter judaico. Em vez de ser o antimarxismo a transmutar-se em anti-semitismo, no quadro de uma guerra civil, como pretende Nolte, foi a hostilidade de princípio ao Judeu Errante a inspirar a aversão a qualquer forma de pensamento crítico, enquanto consequência da exaltação mítica de uma raça de senhores. E foi a ilusão de que os vizinhos de leste eram racicamente inferiores que levou o Führer a precipitar para lá o grosso dos seus exércitos e a ser, afinal, completamente derrotado.

Em segundo lugar, todos os fascismos pertenceram a um quadro comum. Desde o salazarismo, um regime clerical e que reduziu a um mínimo as mobilizações de massas, até ao hitlerismo, em cujo âmbito progrediu o neopaganismo e que procedeu à organização das multidões em enormes festivais, desde o populismo plebeu de Doriot até à teatralidade sofisticada de um *dandy* como D'Annunzio, desde o nazismo anti-semita até ao filo-judaísmo dos fascistas espanhóis, todas estas manifestações ocorreram entre parâmetros comuns e cada uma delas é inexplicável se atentarmos somente nas suas peculiaridades. Pelo contrário, aquilo que houve de específico em cada uma das modalidades do fascismo deve ser entendido apenas como uma forma de realização do relacionamento dos quatro pólos institucionais já referidos. O hitlerismo não serve de exemplo dos demais fascismos, como se fosse a sua encarnação superior, ou mais concentrada, «a forma fenoménica mais radical» do fascismo[13], e só pode ser abordado através das diferenças que, no interior de um mesmo quadro geral, vincaram o seu contraste com os outros regimes daquele tipo.

Em terceiro lugar, os temas ideológicos e as modalidades de prática que estiveram na origem dos fascismos foram criados, se nos limitarmos às personalidades mais

[12] Id., ibid., 660, 662.
[13] E. Nolte (1989) 95.

representativas, por Sorel e por Corradini, anteriormente à primeira guerra mundial e, portanto, antes dos motins de soldados e marinheiros que em 1917 e 1918 lançaram a revolução à escala europeia. Se a Grande Guerra e os tratados que se lhe seguiram foram indispensáveis à implantação dos regimes fascistas, para que as raízes do fascismo se desenvolvessem bastou a invocação de pequenos conflitos localizados, ou mesmo só o apelo ao espírito bélico.

Finalmente, em quarto lugar, o fascismo não teve a sua génese no contexto de uma guerra civil lançada pela esquerda contra a direita, pelos internacionalistas contra os patriotas, os marxistas contra os conservadores, mas precisamente no seu exacto oposto, numa deliberada convergência entre sectores de ambos os campos políticos. É interessante verificar que Ernst Nolte evita cuidadosamente analisar as implicações do nacional-bolchevismo. Nenhum fascismo se limitou a ser uma resposta da ordem à revolução. Todos eles foram, antes de mais, uma revolução dentro da ordem, e por isso começaram por procurar na esquerda uma inspiração que permitisse renovar a direita, ao mesmo tempo que transportaram para a esquerda alguns dos temas característicos da direita. O cruzamento entre correntes da direita e da esquerda e a sua acção recíproca não foram o resultado de um processo, mas a condição prévia desse processo.

5

As teses marxistas oficiais apresentam o fascismo como o resultado político directo do grande capital no período do seu declínio. Dificilmente se acharia alguém mais qualificado do que Walter Ulbricht para expressar esta perspectiva ortodoxa, definindo o regime hitleriano como «a forma de domínio do capital monopolista alemão no período da sua decadência»[14]. À primeira vista, nada mais plausível. Todos sabemos que os partidos fascistas, antes de chegarem ao poder, receberam subsídios de grandes capitalistas e, depois de hegemonizarem os governos, serviram com denodo os interesses económicos das classes dominantes e deram livre curso às tendências mais repressivas do patronato no relacionamento com a classe trabalhadora.

[14] W. Ulbricht (1957) 117.

Todavia, se o fascismo se tivesse limitado a ser a expressão directa dos interesses do grande capital, qual o motivo por que não prevaleceu antes da segunda guerra mundial em países como os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha, onde não era menor a hegemonia da alta finança e da grande indústria e onde as organizações operárias eram muito menos fortes e muitíssimo menos radicais do que haviam sido na Itália ou na Alemanha? Se for certo, como continuam a pretender vários autores marxistas, que todo o grande capital tenda para o fascismo, como explicar que desde o final da segunda guerra mundial, e apesar das repetidas previsões em contrário, as democracias parlamentares tenham possibilitado nos países capitalistas mais desenvolvidos a intensificação dos mecanismos da mais-valia relativa e uma acumulação de lucro sem precendentes?

É interessante considerar, por exemplo, que para Walter Ulbricht «aquilo que se chamou democracia de Weimar não foi mais do que a ditadura disfarçada do capitalismo monopolista»[15]. Será verdade então que a nomeação de Hitler para a chancelaria se limitou a fazer cair as máscaras e que o domínio do grande capital monopolista não fora menor no regime instaurado em Weimar do que havia de ser durante o Terceiro Reich? Se esta perspectiva estivesse exacta, porém, devíamos deduzir que a social-democracia alemã entre 1918 e 1933 se limitara estritamente a ser um agente directo, embora dissimulado, do grande capital. Mas era precisamente isto que repetiam naquela época os comunistas ortodoxos de Moscovo e Berlim, caracterizando como «sociais-fascistas» os partidos sociais-democratas, enquanto os verdadeiros fascismos se aproximavam gradualmente do poder, até poderem encerrar nas mesmas prisões e nos mesmos campos de concentração todas as *nuances* do marxismo, para que aí prosseguissem, se tivessem vida e forças para tanto, o debate teórico.

A definição de fascismo feita pelo marxismo oficial constitui um eco da estratégia seguida pelo Komintern até aos meados da década de 1930, e é ilegítimo caracterizar a social-democracia daquela época como um agente exclusivo do capitalismo monopolista sem ao mesmo tempo recordar que os partidos comunistas tentaram repetidamente aproximar-se das alas do fascismo mais radicais e populistas, ou atraí-las a si. Para os comunistas, o nacional-bolchevismo foi uma faceta indissociável da estratégia que estigmatizava a social-democracia como social-fascista. E é precisamente aqui que a definição de fascismo consagrada pelo marxismo ortodoxo parece um gato escondido com o rabo de fora, invocando metade do problema, a caracterização da social-democracia como

---

[15] Id., ibid., 121.

um agente directo do grande capital, e tentando ocultar o resto da questão, a convergência, quando não mesmo a efectiva aliança, entre a militância comunista, por vezes também de outros sectores da esquerda, e a militância fascista, ou situada nas imediações da direita radical. O nacional-bolchevismo seria inexplicável se não existisse uma forte corrente nacionalista a partir do meio operário, ao mesmo tempo que entre os nacionalistas se gerava uma tendência não menos poderosa para procurar uma base de sustentação junto à classe trabalhadora.

O fascismo foi sem dúvida uma ditadura do grande capital. Mas se tivesse sido apenas isto não se diferenciaria substancialmente das formas parlamentares de domínio desse mesmo grande capital. É impossível compreender o fascismo sem atribuir uma importância primordial à mobilização popular que ele gerou, e sem constatarmos que – facto que as direitas lamentam e as esquerdas se esforçam por esquecer – essa mobilização transportou para o meio operário os temas mais caracterizadamente nacionalistas das esferas conservadoras e conferiu à direita um dinamismo político que até então fora apanágio das massas trabalhadoras mobilizadas pela esquerda.

A definição de fascismo feita pelo marxismo oficial é uma meia verdade, o que, em termos conceptuais rigorosos, corresponde a uma mentira completa.

6

O marxismo fornece os instrumentos teóricos mais adequados para desvendar a contraditoriedade social e para analisar a sociedade nos grupos e classes que a compõem. Em sentido contrário, porém, todas as correntes marxistas têm revelado grandes dificuldades na interpretação do nacionalismo. É um estranho paradoxo, ser capaz de mostrar as forças escondidas por detrás de uma sociedade que o Estado mantém ilusoriamente coesa, e não conseguir explicar o funcionamento prático da Nação enquanto mito da coesão social.

Se a questão do nacionalismo suscita sérias dificuldades à teoria marxista, os obstáculos parecem absolutamente intransponíveis no que se refere ao racismo. O racismo é a forma extrema do nacionalismo, consistindo na atribuição de um fundamento biológico ao que sem isso decorre apenas nos níveis político e ideológico. Quem é incapaz de

compreender o nacionalismo no seu aspecto cultural mais dificilmente ainda poderá interpretar a sua versão rácica. Por isso, se em geral as análises marxistas do fascismo são deficientes, elas tornam-se deveras insatisfatórias perante o nacional-socialismo alemão. Aqui, mais do que um problema de análise, trata-se de um problema de visão, pois os teóricos marxistas, para aplicarem os modelos com que estão habituados a lidar, forçosamente subestimam e marginalizam as manifestações do racismo. Ora, como os mitos rácicos ocuparam o lugar central no regime hitleriano, inspirando-lhe a totalidade da sua produção ideológica e toda a actividade prática, os marxistas deixam sem esclarecer aquilo mesmo que pretendem criticar.

O caso de Charles Bettelheim é interessante, pois num estudo que se desejava exaustivo dos mecanismos económicos do Terceiro Reich ele mostrou-se incapaz de explicar o anti-semitismo, limitando-se a considerar que a expropriação dos capitalistas judaicos acelerara a concentração da economia. Como as empresas alemãs haviam já atingido em todos os sectores decisivos um grau de concentração muitíssimo elevado, as expropriações tiveram um efeito sensível apenas no fabrico de vestuário e na produção e comercialização de alguns bens de consumo doméstico[16], com repercussões económicas absolutamente marginais. Aliás, os motivos da perseguição aos Judeus permanecem nesta óptica tanto mais obscuros quanto a esmagadora maioria das vítimas não era constituída por capitalistas. Por outro lado, Bettelheim deixou sem qualquer menção o estatuto de sub-humanidade a que eram consignados os Eslavos. Se as análises económicas elaboradas na perspectiva marxista desprezam aqueles dois postulados em que assentou toda a teoria racial de Hitler, concluo que ou a economia não desempenhou no Terceiro Reich o papel determinante que os marxistas em todos os casos lhe atribuem, e temos então aqui uma importante limitação à validade teórica do marxismo, ou os modelos económicos marxistas são estruturalmente incapazes de tomar o racismo em consideração, e então ficam postas em causa as capacidades de análise do marxismo no próprio campo económico, que constitui a sua área privilegiada.

Não pode haver crítica ao fascismo em geral se não o reconhecermos como um nacionalismo de base operária. Nem é possível estudar criticamente o fascismo hitleriano se não o abordarmos desde início como o mais consequente dos racismos.

---

[16] Ch. Bettelheim (1971) I 129, 130 n. 3. O autor refere ainda o anti-semitismo no vol. I, pags. 65 e 72 n. 30, em contextos que retiram a este factor qualquer especificidade.

II

UMA POLÍTICA SEM ECONOMIA?

MODALIDADES DO CORPORATIVISMO

1

Revolucionários da ordem, enquanto se mantiveram afastados do poder os fascistas caracterizaram-se pelo ódio às elites dominantes e, ao mesmo tempo, pelo respeito perante as instituições. Exercrar a burguesia e defender o capitalismo, cobrir os generais de sarcasmos e promover a disciplina militar, vilipendiar os governantes e pretender o reforço das instituições políticas, esta sistemática dualidade marcou estreitos limites às capacidades críticas do fascismo e norteou-lhe a demagogia. De certo modo, ficou mais acentuada a raiva, porque mais pessoalizada. Uma carga tão grande de um ódio tão imediato só era possível porque o futuro sonhado não se encontrava mais ou menos longínquo, dependente de transformações na economia e no tecido social, mas ali, mesmo à mão. Para os fascistas, os figurantes do poder não eram considerados enquanto meras expressões de forças sociais destinadas a ser derrubadas ou reformadas. O mal não consistia nos lugares, mas apenas no facto de já estarem ocupados. Destinando-se o fascismo a defender a ordem vigente, todos os erros do mundo só podiam ser atribuídos à incompetência, ou à senilidade civilizacional, ou à deterioração rácica daqueles que tinham essa ordem a seu cargo. Daí a aversão exclusiva aos poderosos do momento, aos plutocratas, aos ministeriáveis, aos engalanados, e a transformação das campanhas políticas em ataques pessoais.

Dificilmente se encontrarão fora da literatura fascista expressões de uma raiva tão monomaníaca. Céline foi um dos maiores escritores do fascismo porque conseguiu que o rancor e o desprezo ultrapassassem a mera trama narrativa e reconstruiu uma sintaxe e toda uma gramática apenas a partir da cegueira do ressentimento. Com Céline a linguagem acabou por se reduzir a ejaculações de ódio, marcadas pelo mesmo ritmo que em todas as arruaças preside à torrente dos insultos. Dostoyevsky acusava, e com razão, os socialistas de serem apenas capazes de amar uma humanidade abstracta. No pólo oposto, os fascistas revelaram a sua incapacidade para tudo o que não fosse o ódio concreto.

Por isso, passando a um plano um pouco mais sofisticado, o fascismo sempre se recusou a analisar a realidade em termos de classes sociais e confinou-se a uma teoria das elites. Não se tratava de renovar os fundamentos da sociedade, mas tão só de substituir elites consideradas decrépitas por outras elites, gente de sangue novo, sem medo nem remorsos. E

desta maneira se explica o aspecto apresentado pelos escritos do fascismo, estritamente preocupados com as elites e, neste quadro, reduzindo o confronto social ao rancor pessoal. A política, assim entendida, dispensava completamente qualquer perspectiva económica. A economia teórica resulta de uma actividade da razão, crítica ou apologética, sobre os fundamentos da sociedade, e nem para uma nem para outra os fascistas tinham vagar. Se eram alheios a tudo o que pusesse em causa as instituições existentes, mostravam-se inteiramente avessos também a qualquer ensaio de demonstração da razão de ser dessas instituições. Para eles o destino da ordem não consistia em ser demonstrada, como um raciocínio, mas em ser imposta, como uma força. Parece inevitável, nestes termos, que o fascismo se reduzisse a uma política, sem economia.

Chegados ao poder, os governantes fascistas renovaram de cima a baixo a prática política e introduziram modificações substanciais no aparelho de Estado não para alterar o funcionamento corrente da economia, mas para preservá-lo. Aliás, um dos indícios mais reveladores desta situação paradoxal é a escassez, ou mesmo a ausência, de referências à economia nas obras que abordam o fascismo ou que analisam a história de cada um dos regimes fascistas. Ter-se-iam então os fascismos vitoriosos limitado a uma prática política sem correspondência na esfera económica? Mas como poderia isto ser possível no capitalismo, que se caracteriza pela integração de todos os tipos de actividade sob a égide da economia? Será que o fascismo funcionou perversamente como um biombo em forma de espelho, reflectindo uma mascarada de comportamentos sociais com a função exclusiva de encobrir, ou dissimular, os mecanismos da economia? Neste caso a revolução dentro da ordem asseguraria tanto mais a continuidade dos mecanismos económicos vigentes quanto se esforçaria por fazer crer que eles haviam mudado.

Este problema não pode ser resolvido, como as demais questões relativas ao fascismo, através da crítica dos mitos ideológicos e da apreciação estética dos rituais do poder, mas directamente pela análise do funcionamento dos mecanismos económicos, tanto nas esfera das empresas como no âmbito da relação entre as empresas e o aparelho de Estado.

2

A partir da primeira guerra mundial desenvolveu-se em todos os países, inclusivamente – e malgrado as aparências – na União Soviética desde o começo da planificação quinquenal, uma forma comum de organização económica, que posso definir em sentido lato como corporativismo. Não entendo aqui o sistema corporativo na acepção restrita da doutrina social proposta pelo Vaticano, ou somente consoante o perfil que lhe deu o Estado mussoliniano ou qualquer outro dos regimes que pretenderam emitá-lo. O corporativismo consistiu num quadro institucional tripartido, quer gozasse de reconhecimento oficial quer fosse aplicado informalmente, em que o governo e todos os organismos que dele decorriam de maneira directa se relacionavam em termos de igualdade com as administrações das grandes empresas e, mantendo-se num plano superior, com as burocracias sindicais.

Na génese desse quadro institucional o colonialismo desempenhou um papel tão importante quanto a situação nas metrópoles. Enquanto nos centros de expansão económica se verificava, desde o final do século XVIII e o começo do século XIX, a intervenção activa do Estado na constituição das Condições Gerais de Produção[1], indispensáveis à própria reprodução do sistema e também à acumulação do capital, nos espaços colonizados ou semicolonizados operou-se na segunda metade do século XIX uma transformação de vastas consequências. O mercantilismo limitara-se a estabelecer relações comerciais com os potentados locais, implantando para isso feitorias ou outros estabelecimentos nas áreas costeiras. As transformações suscitadas nas sociedades autóctones por este tipo de imperialismo e as distorções económicas que ele provocou, mesmo a mais grave de todas, resultante das dimensões colossais assumidas pelo tráfico de escravos, efectuaram-se sempre através das estruturas nativas. A partir dos meados do século XIX a expansão europeia mudou completamente de características.

Aquilo que em termos económicos se denomina acumulação do capital representa no plano social o desenvolvimento do processo de proletarização, mediante a conversão de servos, ou de pequenos camponeses e artesãos, em trabalhadores assalariados obedecendo ao regime capitalista. Ao longo do século XIX e ainda no início do século XX a

[1] Em vários livros e artigos desenvolvi o conceito de Condições Gerais de Produção. Uma excelente síntese das minhas concepções a este respeito encontra-se em Fernando C. Prestes Motta, *Organização e Poder. Empresa, Estado e Escola*, São Paulo: Atlas, 1986, pags. 127-133.

proletarização expandiu-se velozmente pelos campos da Europa, deixando um número cada vez menor de rurais a desempenhar as funções de assalariados agrícolas e obrigando a esmagadora maioria dos camponeses a emigarem para as cidades de um e outro lado dos mares, onde engrossaram as fileiras dos operários da indústria. Um processo semelhante ocorreu nas colónias, mas para proletarizar a massa daquela população, que laborava consoante os seus sistemas sócio-económicos próprios, era indispensável ocupar os territórios e enquadrar os habitantes, desarticulando portanto os centros de poder tradicionais e instaurando novos órgãos governativos e burocracias de carácter capitalista. Em África foi a cobrança do imposto de palhota a assegurar este processo de proletarização.

As novas administrações coloniais implantadas no continente africano começaram a exigir uma taxa por unidade habitacional, a palhota, e o que diferenciou este imposto de todos os tributos anteriores foi o facto de o seu pagamento dever obrigatoriamente efectuar-se em dinheiro emitido pelo ocupante. Ora, para obterem o dinheiro com que deviam pagar o imposto, as famílias nativas tinham de vender primeiro alguma coisa às autoridades detentoras dessas novas formas pecuniárias. Como as potências coloniais não estavam interessadas em adquirir no mercado a produção da pequena agricultura local, até porque elas próprias pretendiam estabelecer grandes plantações dedicadas à monocultura, restava uma única coisa que os camponeses nativos podiam vender – a sua própria força de trabalho. Mas para obrigá-los a isso era necessário que o imposto fosse efectivamente cobrado, e não podia sê-lo se no lugar das antigas autoridades, interessadas apenas nas formas tradicionais de exploração, não tivessem surgido instituições políticas inteiramente novas.

Para que tal sucedesse foi necessário organizar grandes campanhas militares e em seguida, ao longo de várias décadas, recorrer ao emprego sistemático da violência no interior dos espaços conquistados. Mas por mais que aquelas guerras e atrocidades captem ainda hoje as atenções, elas foram um mero corolário do imposto de palhota, que constituiu o eixo principal de todo o processo. Em contraste com o imperialismo comercial que havia vigorado antes, o imperialismo desenvolvido a partir dos meados do século XIX procedeu à conquista e à ocupação dos territórios africanos apenas porque era esta a única maneira de converter em proletários as suas populações. Neste contexto não foram os governos, mas as grandes empresas de vocação colonial, que assumiram inicialmente o papel decisivo.

Foram elas que começaram a subsidiar os exploradores que primeiro abriram aos Europeus o interior da África e foi ainda o financiamento privado que permitiu implantar em todas as metrópoles Sociedades de Geografia, que constituíram a infra-estrutura

científica da conquista territorial e sem as quais o novo anseio expansionista jamais teria podido efectivar-se.

Também foram agentes das grandes companhias quem, através da actividade diplomática, penetrou nas fissuras apresentadas pelos potentados africanos e aproveitou as contradições entre chefes rivais para obter aliados episódicos, postos de lado logo que se houvessem tornado inúteis. De um modo geral, a Conferência de Berlim, reunida em 1884-1885, criou um quadro em que se multiplicaram, além de acordos comerciais entre os Europeus e as autoridades africanas, tratados políticos que, de maneiras variadas, limitavam o exercício da soberania pelos potentados autóctones; ora, estes tratados não se deveram somente a representantes dos governos metropolitanos, mas também a agentes de empresas privadas, que os transferiram depois para os respectivos governos[2].

Mesmo independentemente deste quadro geral, são numerosos os exemplos da iniciativa diplomática do capital privado, mas alguns parecem-me especialmente significativos. Nos finais do século XIX a National African Company, que a partir de 1886 passaria a chamar-se Royal Niger Company, firmou uma série de tratados com os governantes do que é hoje o norte da Nigéria, de modo a garantir aí uma área de influência britânica contra os concorrentes franceses e alemães[3]. E no Kenya a Imperial British East Africa Company, através dos seus representantes, estabeleceu uma rede de tratados, promovendo os aliados e reforçando-lhes o poder sobre os respectivos povos[4]. Um dos casos de maiores repercussões ocorreu no reino do Buganda, onde haviam começado a penetrar as influências estrangeiras, incluindo o islamismo e várias correntes do cristianismo, especialmente enquanto se mantivera no poder o kabaka Mutesa I. Depois da sua morte, em 1884, numerosos conflitos opuseram as facções político-religiosas que entretanto se haviam formado, e a Imperial British East Africa Company interveio a pedido do kabaka Mwanga II, que tinha perdido o trono e prometera à Companhia, em troca de auxílio, uma inteira liberdade comercial. A Companhia enviou em 1890 uma expedição sob o comando de Lugard, que restaurou o monarca e assegurou em 1892 a vitória dos protestantes contra os católicos, travando assim a influência francesa e ao mesmo tempo minando a autoridade real. Em Março de 1893 a Companhia pôs termo às suas operações no Buganda e transferiu então para o governo britânico os tratados que havia assinado com o kabaka. Finalmente, em 1894 o governo de Londres declarou um protectorado sobre o

[2] G. N. Uzoigwe (1985) 31.
[3] M. Gueye et al. (1985) 137.
[4] H. A. Mwanzi (1985) 155-156.

Buganda[5]. Será difícil encontrar em África um caso em que uma companhia privada tivesse orientado uma actividade diplomática com repercussões tão amplas e variadas. A religião e o capital estiveram também estreitamente associados nos primeiros passos do expansionismo italiano. Em 1869 um missionário italiano comprara ao sultão local o porto de Assab, no Mar Vermelho, que se tornou depois propriedade de uma companhia de navegação, a Societa Rubattino, até ser declarado colónia da Itália em 1882[6]. A penetração deste país no leste de África continuou em grande parte a dever-se à actividade diplomática privada e em 1888, graças aos bons ofícios da Imperial British East Africa Company e do governo britânico, a Itália adquiriu o controle de uma série de cidades na Somália, iniciando assim a sua presença colonial nesta região[7].

Foram ainda com frequência as grandes companhias de vocação ultramarina a recrutar soldados para as campanhas de África e a dar-lhes um corpo de oficiais, lançando-se assim em operações de envergadura. Aliás, os meios militares da expansão parecem indestrinçáveis da iniciativa diplomática. Por exemplo, na expedição enviada ao reino do Buganda em 1890 pela Imperial British East Africa Company a actividade bélica teve um papel determinante[8]. E em 1897 as tropas desta Companhia derrotaram os Taita do Kenya, que haviam procurado resistir à expansão comercial britânica[9]. Por vezes as empresas privadas auxiliaram militarmente os exércitos governamentais, como sucedeu em 1897, quando a Royal Niger Company colaborou com o governo de Londres na conquista armada do norte da actual Nigéria, invadindo Ilorin e a terra dos Nupe[10].

As grandes companhias coloniais formaram também frequentemente as burocracias destinadas a administrar os territórios conquistados. O governo português cedeu a maior parte da área central de Moçambique à Companhia de Moçambique e à Companhia da Zambézia, com o direito de cobrarem o imposto de palhota[11]. Criada em 1891, a Companhia de Moçambique recebeu, pelo prazo de cinquenta anos, direitos soberanos sobre um território de cento e sessenta mil quilómetros quadrados[12]. Nem se julgue que este sistema tivesse resultado da fraqueza do governo de Lisboa, pois situações do mesmo tipo ocorreram com as maiores potências coloniais. Depois da guerra contra os Ndebele em

---

[5] G. N. Uzoigwe (1985) 32.
[6] M. B. Akpan (1985) 265.
[7] H. A. Ibrahim (1985) 82.
[8] G. N. Uzoigwe (1985) 32.
[9] H. A. Mwanzi (1985) 156-157.
[10] M. Gueye et al. (1985) 134, 137; G. N. Uzoigwe (1985) 36.
[11] A. Isaacman et al. (1985) 185.
[12] C. Coquery-Vidrovitch (1985) 361.

1893, de que resultou a conquista da Matabelelândia, a British South Africa Company foi autorizada pelo governo britânico, no ano seguinte, a cobrar o imposto de palhota e a estabelecer um Departamento dos Nativos, o que lhe permitiu controlar toda a colónia da Rodésia do Sul. No final de 1895 a Companhia tinha em funcionamento uma administração colonial que seguia o modelo das existentes no Cabo e no Natal e que, além do imposto de palhota, instituíra reservas e passes com o duplo fim de desapossar os Africanos das suas terras e animais e de obrigá-los a trabalhar para os colonos[13]. Afinal, tanto a Rodésia do Norte como a do Sul e a Niassalândia ficaram controladas pela Companhia, cujos administradores aplicaram as Leis dos Nativos em vigor na África do Sul, libertando as terras para serem entregues aos colonos brancos e instituindo para as populações autóctones o trabalho forçado[14]. O colonialismo francês fornece um caso elucidativo de conjugação entre a intervenção do governo metropolitano e a aquisição de certos direitos soberanos por uma companhia privada. Mediante o tratado de Dezembro de 1885, que pôs fim às incursões armadas francesas, a rainha Ranavalona III de Madagascar, ou antes Rainilaiarivony, rei consorte e primeiro-ministro, aceitou, entre várias condições onerosas, a obrigação de pagar uma indemnização de dez milhões de francos ao governo de Paris. Com este fim o governo malgaxe contraiu um empréstimo junto ao Comptoir National d'Escompte de Paris, apresentando como garantia as receitas alfandegárias dos seis principais portos da ilha. A cobrança das taxas aduaneiras passou a ser fiscalizada por agentes nomeados pelo banco, embora remunerados pelas autoridades de Madagascar[15].

Finalmente, na maior parte das colónias africanas foram bancos privados que começaram a emitir e a pôr em circulação o dinheiro com que as famílias nativas eram obrigadas a pagar o imposto de palhota[16].

Os governos metropolitanos permaneceram bastante alheios a esta fase inicial do colonialismo moderno em África, e não só foram grandes empresas a conceber as linhas fundamentais da expansão e a organizar em grande parte o quadro em que foi levada a cabo, como ainda foram elas frequentemente as únicas a estar presentes no terreno. Nisto as companhias coloniais seguiram o precedente do que havia ocorrido na primeira metrópole capitalista, pois também a abertura da Índia aos capitais britânicos e a administração dos territórios ocupados directamente pelos colonialistas coubera a uma sociedade de carácter privado.

---

[13] D. Chanaiwa (1985) 207.
[14] Id., ibid., 215; M. H. Y. Kaniki (1985) 388.
[15] M. Esoavelomandroso (1985) 228-229.
[16] W. Rodney (1985) 346.

No prazo de algumas décadas, porém, as empresas coloniais revelaram-se incapazes de prosseguir sozinhas a implantação das Condições Gerais de Produção necessárias para o desenvolvimento económico. Era um esforço grande demais, numa fase em que a incipiente proletarização das populações nativas não permitia o pleno funcionamento dos mecanismos da mais-valia e em que, por conseguinte, se erguiam obstáculos muito poderosos à acumulação do capital. Num sistema de exploração fundamentalmente assente na repressão, a produtividade era baixíssima e os custos da fiscalização e do controle ultrapassavam o que cada uma das grandes companhias era capaz de comportar. Os governos metropolitanos tiveram de intervir, mobilizando para isso uma porção substancial de todo o capital nacional, e não apenas os fundos daqueles investidores que estivessem estritamente interessados nos lucros ultramarinos. Inaugurou-se então a segunda fase do colonialismo moderno em África. Aliás, as grandes companhias beneficiaram suplementarmente, pois receberam indemnizações por estas transferências de soberania[17]. E os exércitos, os órgãos administrativos e os bancos emissores até então decorrentes das companhias coloniais passaram sob a égide do aparelho de Estado tradicional, mantendo na nova situação a mesma estrutura e conservando o pessoal e as chefias. Haveria que estudar a esta luz as biografias dos principais obreiros da expansão colonial, que tão frequentemente transferiram a sua actividade das companhias privadas para o aparelho tradicional de Estado, como sucedeu por exemplo com Bartle Frere, George Goldie, Leander Starr Jameson, Frederick Lugard, Cecil Rhodes e Shepstone. Compreende-se, assim, que os sistemas relativamente informais de controle que de então em diante foram encabeçados pelos governos coloniais e pelas administrações públicas reproduzissem os que haviam antes sido praticados pelas grandes companhias[18].

A primeira fase do colonialismo moderno, se se saldou em África por um fracasso sob o ponto de vista estritamente económico, constituiu para as grandes empresas um sucesso social sem precendentes, pois pela primeira vez elas haviam assumido plenamente as funções de soberania, sem sofrerem a concorrência, ou pelo menos a presença simultânea, do aparelho tradicional de Estado.

É certo que em todas as empresas a autoridade patronal se exerceu sempre em modalidades verdadeiramente soberanas, determinando sem recurso as condições de trabalho. E as unidades económicas de dimensões mais consideráveis têm sido capazes de um elevado grau de intervenção na vida social genérica, mesmo fora dos portões da empresa

---

[17] Id., ibid., 337-338.
[18] R. F. Betts (1985) 315.

e para além do horário de trabalho. Nomeadamente, as formas de gestão paternalista, com a formação de bairros e clubes destinados aos assalariados, ou a promoção de quaisquer outras actividades nas horas vagas, constituíram desde cedo um veículo para a interferência directa dos capitalistas particulares no tecido global da sociedade. O domínio dos capitalistas não é só assegurado indirectamente, mediante o controle que mantêm sobre o aparelho de Estado clássico, mas directamente também, através do exercício da soberania no quadro das empresas. Nesta perspectiva, desde início que o poder do capital se faz sentir num perímetro tão amplo quanto o das próprias classes dominantes, por isso considero as empresas como órgãos de um Estado Amplo, por contraste com as instituições políticas clássicas, que classifico de Estado Restrito[19].

Nas colónias, todavia, o Estado Amplo assumiu proporções inusitadas, porque na maior parte dos casos vigorou sem a ajuda – que em certas circunstâncias pode ser uma efectiva concorrência – do Estado Restrito. Nas metrópoles, enquanto as instituições políticas clássicas estavam juridicamente espartilhadas pelas Constituições e por um sem número de leis, as empresas deixavam na sombra o poder que exerciam, e era precisamente este aspecto vago a dar-lhe um carácter discricionário. Isso implicava, porém, que os proprietários das empresas ou os seus administradores tivessem de recorrer aos mecanismos do Estado Restrito para intervirem na política externa, tanto na actividade diplomática como na guerra. Em África, pelo contrário, durante aquela primeira fase as grandes companhias fizeram a aprendizagem da soberania integral. Os contextos históricos que o capitalismo teve de respeitar na sua dinâmica ultramarina decorreram das sociedades onde se implantou, muito mais do que de situações herdadas dos países de origem. Por isso, enquanto nas metrópoles o Estado Amplo e o Estado Restrito aparecem sempre velados pela referência a tradições que têm como objectivo único obscurecer os problemas, nas colónias surgiu muito claramente o carácter de ambos os tipos de Estado. E assim as grandes companhias coloniais, que durante a primeira fase do imperialismo moderno exerceram frequentemente sozinhas a integralidade da soberania, adquiriram uma confiança sem precedentes nas suas próprias capacidades.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da concentração do capital nas metrópoles fez com que as grandes empresas assumissem não só dimensões cada vez mais consideráveis, mas ainda se inter-relacionassem de maneira sempre mais estreita. As várias modalidades de

---

[19] Apresentei pela primeira vez as concepções de Estado Amplo e Estado Restrito em «Gestores, Estado e Capitalismo de Estado», *Ensaio* nº 14 [1985], pags. 85-104. A exposição mais sistemática do tema encontra-se em *Economia dos Conflitos Sociais,* São Paulo: Cortez, 1991, pags. 162-182. O leitor interessado pode consultar igualmente *Estado. A Silenciosa Multiplicação do Poder,* São Paulo: USP, 1998.

capital por acções facilitaram a interpenetração dos elos de propriedade e ocasionaram uma crescente indefinição dos limites de cada empresa, constituindo ambos estes aspectos os indicadores mais exactos do grau de integração económica. Isto significa que as grandes empresas se revelaram cada vez mais capazes, na sua esfera imediata, de implantar as Condições Gerais de Produção necessárias ao funcionamento global da economia, reforçando assim, perante os órgãos governativos, a sua autoridade própria. A conjugação da concentração do capital nas metrópoles com a experiência de soberania completa das companhias coloniais criou um quadro institucional novo, em que as grandes empresas e os governos puderam começar a enfrentar-se em plano de igualdade.

A primeira guerra mundial veio acelerar e consolidar esta evolução, pois o funcionamento de toda a economia em função dos objectivos militares obrigou a uma maior coordenação das actividades e deu lugar a uma colaboração estreita e regular dos maiores patrões e dos principais gestores com as autoridades militares e civis. Criou-se assim o quadro que permitiu o aparecimento de uma planificação centralizada, ao mesmo tempo que se institucionalizaram as relações entre o poder privado das empresas, que denomino Estado Amplo, e o poder público exercido pelo Estado Restrito. O corporativismo e a planificação central apareceram em conjunto e fizeram parte do mesmo processo.

Nesta visão genérica não importa saber se as relações corporativas eram reconhecidas por lei ou se tinham apenas lugar na discrição dos bastidores, assim como é irrelevante determinar se a planificação conjunta da economia era levada a cabo por instituições próprias ou se resultava de meros acordos recíprocos estabelecidos informalmente entre os chefes de empresa. As múltiplas variantes, em que se inseriram todos os regimes político-económicos entre as duas guerras mundiais e que explicam as suas modificações internas e até as suas convulsões abruptas, só foram possíveis enquanto modalidades de realização de um mesmo quadro geral, determinado pela evolução conjunta da globalidade do capitalismo. A economia dos regimes fascistas inseriu-se nesse quadro, não se distinguindo substancialmente do funcionamento económico das democracias, ou até das tendências de desenvolvimento geradas no capitalismo de Estado soviético a partir dos primeiros planos quinquenais, qando os administradores das maiores empresas conseguiram assumir um grau de autoridade e de iniciativa cada vez mais considerável. Apesar dos enormes esforços em contrário por parte do aparelho político staliniano, os gestores das grandes unidades económicas enfrentaram com eficácia o poder central, conseguindo introduzir uma certa igualdade entre ambas as esferas, o que ocasionou os verdadeiros ensaios informais de corporativismo prosseguidos sob a égide de Malenkov, de

Khruchtchev e de Kossyguin. Até que finalmente foram estes gestores das grandes unidades económicas soviéticas a pôr fim à experiência da planificação centralizada e ao próprio capitalismo de Estado.

Para qualquer lado que nos voltemos, nada parecia diferenciar as economias dos regimes fascistas da actividade económica corrente em todos os demais países dessa época.

O FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS FASCISTAS

1

O facto de um partido fascista receber dinheiro de grupos capitalistas pouco demonstra. Seria necessário avaliar, antes de mais, qual a percentagem representada por essas somas no total das despesas políticas de cada grupo. Decerto os partidos burgueses de tradição conservadora ou liberal obtiveram ajudas financeiras muito mais substanciais, como por vezes as conseguiram também os socialistas moderados.

Em apoio da tese que define o fascismo como uma ditadura directa do grande capital, um historiador da antiga Alemanha de Leste escreveu que, com o deflagrar da crise económica mundial iniciada em 1929, «os industriais foram sempre aumentando o auxílio que concediam a Hitler, porque viam no seu partido a única força susceptível de lhes assegurar a manutenção da sua posição dominante»[1]. Mas esta afirmação esquece os factos políticos fundamentais que precipitaram o termo da república de Weimar. O caudal dos subsídios da grande indústria e da alta finança dirigia-se sobretudo para a ala mais conservadora da direita, chefiada por Hugenberg, e só quando o julgaram aprisionado entre von Papen e Hugenberg é que as maiores fortunas alemãs aceitaram Hitler na chancelaria, com a condição suplementar de que o NSDAP se limitasse a uma posição minoritária no governo. O grande capital esperava que as milícias nazis varressem a rua, mas não que o nacional-socialismo reorganizasse de cima a baixo o país. Verificou-se, afinal, que mesmo quando alguns dos mais fortes grupos capitalistas pretendiam, a troco de subsídios, controlar a orientação de um partido, nada garantia que no fim não saíssem ludibriados e que os dirigentes políticos, depois de terem chegado ao poder, não conseguissem prevalecer sobre quem de início os sustentara[2]. Em 1944, se não antes, a história do aprendiz de feiticeiro foi decerto recordada por muitos dos que haviam auxiliado Hitler a tornar-se chanceler, e alguns opositores ao nazismo encontraram um abrigo seguro nos quadros administrativos de várias grandes empresas[3].

---

[1] F. Klein (1957) 135.
[2] A. Bullock (1972) 175.
[3] E. Nolte (1989) 357.

Na Espanha das décadas de 1920 e 1930 é elucidativo observar a orientação diversificada dos capitalistas de Bilbao. Foi entre eles que o socialista Indalecio Prieto encontrou refúgio e protecção, quando perseguido pelo governo do general Primo de Rivera[4]. Mais tarde, em 1931, os banqueiros dessa cidade concederam alguns magros subsídios a Ledesma Ramos, que acabara de se estrear no fascismo, e repetiram depois, com ele e com outros fascistas, a bem aplicada caridade, como veremos de seguida.

Considerando todos estes aspectos, o que mais desperta a curiosidade é o facto de a propaganda dos facistas junto à classe trabalhadora ser directamente financiada por parte do patronato. Tratava-se de uma nova forma assumida pelo velho paternalismo empresarial, preparando a política social que seria mais tarde, depois da guerra, retomada pela social-democracia.

2

Aquele que durante vinte anos chefiou a tesouraria do NSDAP mandou queimar em 1945 os livros da contabilidade[5], apagando assim para sempre os detalhes das fontes de rendimento do partido, e as grandes empresas alemãs têm-se mostrado igualmente discretas, vedando o acesso dos historiadores aos seus arquivos[6]. Apesar disso, alguma coisa se sabe e é possível traçar um quadro geral.

Quem primeiro introduziu Hitler em alguns círculos de gente endinheirada foi Dietrich Eckart, jornalista boémio, literato alcoólico e morfinómano[7], *raté* como todos os promotores iniciais do nacional-socialismo, que com a subida ao poder alcançaram o único êxito e remiram-se das atribuladas sucessões de fracassos. A Eckart nem isto sucedeu, pois morreu no final de 1923, gasto e usado. Foi graças a ele e ao então capitão Röhm, um dos principais estrategas políticos da Reichswehr, e por intermédio de um oficial superior de persuasão nazi, capaz de dispor de fundos do exército, que em Dezembro de 1920 o NSDAP

[4] S. G. Payne (1961) 33.
[5] J. P. Faye (1980) 559.
[6] F. Klein (1957) 138 n. 22.
[7] J. Droz [s. d.] 5; J. P. Faye (1980) 166; W. L. Shirer (1995) I 42-43.

adquiriu um jornal racista à beira da falência, o *Völkischer Beobachter*[8], convertendo-o depois no porta-voz oficial de Hitler. Aliás, era então a Reichswehr a pagar o soldo dos membros das milícias nacionalistas, incluindo as SA[9].

Nestes anos iniciais da década de 1920 foi ainda no meio boémio e artístico, a que sem dúvida pertencia e com o qual nunca deixou de sentir a mais estreita afinidade, que Hitler encontrou financiadores de vulto, prontos além disso a apresentá-lo a outras pessoas capazes de favorecer economicamente a causa nacional-socialista. Uma das primeiras mecenas com que ele contou foi Helene Bechstein, esposa do fabricante dos célebres pianos[10], a quem deveu o conhecimento de alguns industriais de relevo, como Borsig, um rico capitalista de Berlim[11]. Um papel igualmente importante coube a Ernst, dito Putzi, Hanfstaengl, melómano e editor de livros de arte em Munique e membro de uma família abastada, que não só prestou directamente consideráveis auxílios financeiros a Hitler, mas também lhe ampliou os contactos com a elite[12]. E o mesmo sucedeu com outro editor de Munique, Hugo Bruckman, ou talvez mais exactamente com a sua esposa[13].

Hitler contou ainda com alguns subsídios de grandes industriais bávaros, depois de lhes ter repetidamente exposto em privado a sua política económica própria[14].

Outras fontes de financiamento, naquele começo da década de 1920, enquanto o malogro da intentona da cervejaria não comprometera as esperanças mais imediatas dos nazis, deveram-se aos raros membros do partido que pertenciam eles próprios à elite social, nomeadamente Göring e o general Ludendorff. Foi através de Ludendorff que Fritz Thyssen ofereceu a primeira de uma longa série de contribuições[15]. Então, e mais tarde, depois de

---

[8] A. Bullock (1972) 67; R. Cecil (1973) 43; J. P. Faye (1980) 167; K. Heiden (1934) 40, 57-58; A. Hitler (1995) 539 n. 1; W. L. Shirer (1995) I 51; D. C. Watt (1995) xxi-xxii.

[9] K. Heiden (1934) 143.

[10] A. Bullock (1972) 79; J. Droz [s. d.] 5; J. P. Faye (1980) 166, 167; K. Heiden (1934) 145; W. L. Shirer (1995) I 51, 157; D. C. Watt (1995) xxii.

[11] J. Droz [s. d.] 5.

[12] A. Bullock (1972) 80-81; R. Cecil (1973) 46; J. Droz [s. d.] 5; J. P. Faye (1980) 166; K. Heiden (1934) 145; W. L. Shirer (1995) I 51-52; D. C. Watt (1995) xxii.

Faye e Watt escrevem Hanfstaengel, e H. Rauschning (1939) escreve repetidamente Hanfstängel, mas em Cecil, Czichon, Heiden e Shirer, bem como em A. Speer (1979) 171-172, lê-se Hanfstaengl. Sigo a versão destes últimos. Aliás, Robert Cecil tanto escreve Hanfstaengl como Hanfstängl, enquanto Bullock usa exclusivamente esta última versão. Na passagem mencionada, Albert Speer conta como durante a guerra civil espanhola Putzi Hanfstaengl foi vítima daquilo que entre Hitler e os seus íntimos passava por uma farsa bem humorada. A ingratidão juntava-se aos muitos defeitos de carácter du Führer, que encontrara refúgio em casa de Hanfstaengl nos dias seguintes à intentona frustrada de Novembro de 1923, e para completar a afronta passou a atribuir ao financiador dos primeiros tempos uma reputação de avareza. Não espanta que depois disso Hanfstaengl tivesse acabado por se colocar ao serviço do governo norte-americano, revelando-se porém suficientemente desinteressado para não vender os segredos que conhecia. Ver a este respeito W. L. Shirer (1995) I 52-53 n. e A. Speer (1979) 172.

[13] A. Bullock (1972) 81; J. Droz [s. d.] 5; J. P. Faye (1980) 166; W. L. Shirer (1995) I 157.

[14] K. Heiden (1934) 146.

[15] E. Czichon (1971-1972) 79; W. L. Shirer (1995) I 156.

regressar à Alemanha, de onde havia fugido em virtude da sua participação na intentona de 1923, Göring utilizou politicamente os seus contactos sociais, que incluíam o príncipe herdeiro e o príncipe Filipe do Hesse, grandes industriais como Thyssen e outros, bem como membros das altas esferas militares[16]. Mas nos anos iniciais do nacional-socialismo eram ainda bastante raros os subsídios vindos da indústria ou dos grandes bancos[17].

Ultrapassado o fracasso da intentona da cervejaria, quando Hitler teve possibilidade de encetar a reconstrução do partido e restaurar a sua posição de chefia, contou com o auxílio financeiro de alguns dos antigos soberanos dos estados alemães e, o que decerto se afigurava mais promissor, começou a beneficiar das contribuições regulares de vários grandes industriais[18]. Ele já não circunscrevia os seus conhecimentos àquelas famílias endinheiradas que abriam os salões à boémia artística, mas movia-se igualmente em meios sociais mais sérios e sóbrios. Para a gente de fortuna, o apoio a Hitler em breve se converteria de uma mera inspiração entusiástica num investimento aparentemente seguro. E foi a solidez desta aposta, de que via depender toda a sua carreira política, que Hitler pretendeu preservar quando se opôs sistematicamente às veleidades mais demagógicas dos irmãos Strasser[19]. Durante estes anos em que lentamente se aproximou do poder, o Führer não se limitou a receber dinheiro da alta nobreza e do grande capital. No sentido próprio do termo, vendeu-lhes a sua linha política. Frequentemente as contribuições da administração das Vereinigte Stahlwerke, ou de Fritz Thyssen, chefe do cartel do aço, ou de Emil Kirdorf, magnate do carvão do Ruhr e administrador de um fundo político secreto constituído pela indústria mineira das regiões ocidentais do país, ou de outros ainda, iam directamente para as mãos de Hitler, sem passarem pela tesouraria do partido[20]. Não era tanto no NSDAP, como sobretudo no seu Führer, que estes grandes capitalistas confiavam. Quando, em Abril de 1930, a ala strasseriana do NSDAP apoiou a greve dos metalúrgicos da Saxónia, convocada pelos sindicatos sociais-democratas, a Associação Industrial exigiu que Hitler pusesse termo a esta adesão, sob pena de lhe cancelar os subsídios. E Hitler preferiu provocar a ruptura definitiva com Otto Strasser e os seus seguidores do que pôr em risco a caixa do partido[21].

---

[16] W. L. Shirer (1995) I 159.
[17] A. Bullock (1972) 84.
[18] F. Klein (1957) 134; W. L. Shirer (1995) I 137.
[19] K. Heiden (1934) 215-216; W. L. Shirer (1995) I 137.
[20] E. Czichon (1971-1972) 81, 83; K. Heiden (1934) 147-148; W. L. Shirer (1995) I 146, 156.
[21] A. Bullock (1972) 156; J. Droz [s. d.] 16; J. P. Faye (1980) 134; D. Reed (1944) 91.

«Até 1929 Hitler teve pouco êxito nos seus esforços para beneficiar dos fundos políticos da indústria pesada e dos mais importantes homens de negócios»[22]. Na verdade, foi com a participação dos nacionais-socialistas na campanha conduzida pela extrema-direita e por muitas personalidades do mundo económico contra o Plano Young, relativo ao pagamento das reparações de guerra, e sobretudo graças ao êxito eleitoral obtido pelos nazis nas eleições de Setembro de 1930, que afluíram maciçamente os donativos do grande capital[23], indo apesar disso o grosso das contribuições para partidos mais moderados[24]. Até 1933, das verbas que sustentavam a actividade política da direita, parece que a maior parte era entregue directamente a Alfred Hugenberg, um dos chefes do nacionalismo conservador, que passava aos nazis apenas um quinto destas somas[25]. Os subsídios recebidos pelo NSDAP vinham especialmente dos ramos mineiro e siderúrgico, mas de outros também, como a indústria química, a indústria de borracha, a construção naval e os transportes marítimos, até do têxtil, bem como de alguns grandes bancos e companhias seguradoras[26].

Se observarmos a lista dos financiadores, não parece aceitável a tese daqueles autores que distinguem entre os interesses do sector I, ou da indústria pesada, que consideram favoráveis a Hitler e à destruição dos sindicatos, e os interesses do sector II, ou da indústria ligeira, à qual atribuem uma disposição mais favorável para tratar com a república democrática e negociar com as organizações operárias[27]. Com efeito, os ramos da química e da borracha auxiliaram economicamente o Führer, apesar de as suas conveniências imediatas não se confundirem decerto com as das minas e da siderurgia, que formavam a base da indústria pesada, e o mesmo se pode observar com maior pertinência a respeito dos transportes marítimos, para não falar de alguns capitalistas do têxtil. Por outro lado, se grandes empresas da indústria eléctrica, como a Siemens e a AEG, relacionadas mais directamente com a indústria ligeira, se abstiveram de financiar a ascensão do NSDAP, e se Robert Bosch viria mesmo a sustentar activamente as conspirações contra o Terceiro Reich, houve igualmente capitalistas cujos interesses se concentravam na indústria pesada e

---

[22] A. Bullock (1972) 132.

[23] Id., ibid., 147-149; E. Czichon (1971-1972) 82-83; J. Droz [s. d.] 25; W. L. Shirer (1995) I 146, 155, 157.

[24] A. Bullock (1972) 173, 175.

[25] Id., ibid., 175; J. P. Faye (1980) 573.

Estes dados são fornecidos pelo grande industrial Fritz Thyssen nas suas memórias, depois de ter rompido com o nazismo e abandonado o país. A. Bullock (1972) 175, porém, observa que, «infelizmente, não fica claro a que período Thyssen se refere».

[26] Ch. Bettelheim (1971) I 37; A. Bullock (1972) 149, 173-174; J. Droz [s. d.] 26; W. L. Shirer (1995) I 156-157.

[27] Ver neste sentido, por exemplo, E. Czichon (1971-1972) 86 e segs.

que não obstante se mantiveram alheios às ambições de Hitler, como Hugo Stinnes[28], ou como Krupp, o mais importante dos fabricantes de munições. Só depois de Hitler ter sido nomeado chanceler é que Krupp passou a apoiá-lo[29].

Após o final de 1930 já não se tratava para o grande capital de ajudar o NSDAP a obter o poder, mas de estar em boa posição para exigir uma orientação económica conveniente quando o partido viesse a governar, o que parecia inevitável. Depois de se demitir em 1930 da presidência do banco central, como protesto contra a aceitação do Plano Young, o que lhe permitiu atacar ao mesmo tempo a política económica da república e a sua política externa, Hjalmar Schacht dedicou-se a promover a causa nazi entre os amigos da alta finança e da grande indústria e a aproximar Hitler da nomeação para a Chanceleria[30]. «[...] o contacto estabelecido entre Hitler e Schacht [...] abria aos nazis a porta dos grandes bancos [...]»[31]. Decerto não haveria voz mais influente naqueles meios. Ao mesmo tempo outras redes de relações se teceram, num plano de prestígio inferior, mas nem por isso menos eficaz. No Verão de 1931 Walther Funk, chefe de redacção do *Berliner Börsenzeitung*, um dos principais diários económicos, abandonou a carreira jornalística e, parece que a conselho dos patrões da grande indústria mineira renana, filiou-se nos nacionais-socialistas e passou a servir de elemento de ligação entre os dirigentes do partido e os grandes homens de negócios[32]. Consoante Funk explicou no decurso dos processos de Nuremberga, «naquela época a direcção do partido sustentava em matéria de política económica orientações confusas e completamente contraditórias. Eu procurei desempenhar a minha missão convencendo pessoalmente o Führer e o partido de que a iniciativa privada, a autonomia dos homens de negócios, os poderes criativos da livre empresa, etc. deviam ser reconhecidos como a política económica básica do partido. O Führer sublinhou pessoalmente inúmeras vezes, em conversas comigo e com chefes de empresa a quem eu o havia apresentado, que ele se opunha à economia de Estado e à chamada "economia

---

[28] Hugo Stinnes morreu em Abril de 1924, mas Edmund Hugo Stinnes apoiou Hitler pelo menos desde os meados de 1931, consoante se lê em F. Klein (1957) 157.

[29] E. Czichon (1971-1972) 106; J. Droz [s. d.] 26, 114; W. L. Shirer (1995) I 157.

[30] E. Czichon (1971-1972) 83; J. Droz [s. d.] 25; W. L. Shirer (1995) I 158.

[31] F. Klein (1957) 135.

[32] A. Bullock (1972) 172; J. P. Faye (1980) 574; W. L. Shirer (1995) I 155.

F. Klein (1957) 137 atribui a Funk apenas as funções de redactor da página económica daquele jornal. É W. L. Shirer quem afirma, na passagem citada, que segundo o testemunho do próprio Funk teriam sido os industriais renanos a pressioná-lo para se filiar no NSDAP. A crer na passagem mencionada de J. P. Faye, porém, e ainda em E. Czichon (1971-1972) 83, teria sido Schacht quem persudiu Hitler a empregar Funk como conselheiro económico. Aliás, as duas versões não são forçosamente contraditórias.

planificada" e que considerava a livre empresa e a concorrência como absolutamente necessárias para atingir o maior nível de produção possível»[33].

Para os sectores da grande indústria e da alta finança representados por figuras como Schacht e Funk tratava-se simplesmente de reforçar a posição de Hitler no interior do NSDAP, contra Gregor Strasser e a sua ala populista. E esse apoio era de tal modo crucial que, para conservá-lo, o Führer se dispôs a enfrentar os maiores riscos políticos. No Outono de 1930 Gregor Strasser, a segunda figura do partido, Wilhelm Frick, outro dos dirigentes cimeiros do nazismo e chefe do grupo parlamentar, e Gottfried Feder, um dos fundadores do partido e doutrinador da aversão ao que ele denominava «capital especulativo», apresentaram no parlamento um projecto de lei propondo um limite de 4% às taxas de juro, a expropriação sem compensações das terras detidas pelos magnates da finança e pelos Judeus, e a nacionalização dos grandes bancos. Hitler ordenou que o projecto fosse retirado e quando o Partido Comunista aproveitou esta oportunidade de desmistificar o populismo nacional-socialista e submeteu ele próprio o mesmo projecto, nos exactos termos em que havia sido redigido, Hitler impôs que os deputados nazis votassem contra[34]. Qualquer desprestígio seria melhor do que estancar o caudal dos financiamentos.

Enquanto demonstrava uma compreensível suspeita perante as formas mais extremas tomadas pela demagogia populista, o grande capital interessava-se vivamente pela outra vertente do nacional-socialismo, a demagogia racista. Nos anos que precederam a chegada do NSDAP ao poder, Wilhelm Keppler, um dos assessores de Hitler para as questões económicas, e pessoa de confiança da grande indústria, formou em torno de Himmler um grupo de homens de negócios, o Freundeskreis der Wirtschaft, Círculo de Amigos da Economia, dispostos a financiar aquilo que o Reichsführer SS considerava serem pesquisas científicas destinadas a promover a Raça Nórdica[35]. Vários anos antes de 1934, portanto, era já o socialismo rácico dos SS a obter a simpatia dos meios mais activos do capitalismo, contra o socialismo populista das SA.

Hitler, coadjuvado por Himmler, parecia uma aposta segura. Todavia, na segunda metade de 1932, durante o governo de von Papen, os financiadores habituais hesitaram quanto à táctica a adoptar. Não seria preferível sustentar um ministério conservador e de

---

[33] Citado em A. Bullock (1972) 172 e W. L. Shirer (1995) I 155.

[34] A. Bullock (1972) 172-173; J. P. Faye (1980) 574; F. Klein (1957) 137; W. L. Shirer (1995) I 156.

[35] A. Bullock (1972) 174; W. L. Shirer (1995) I 157.

Segundo E. Czichon (1971-1972) 81, Wilhelm Keppler era, ou havia sido, director de uma importante fábrica de produtos químicos. Fundar círculos era sem dúvida a sua vocação, pois ao mesmo tempo animava o Círculo dos Amigos de Hitler: J. P. Faye (1980) 657 n. Acerca desta última iniciativa ver E. Czichon (1971-1972) 89 e segs.

inteira confiança, que contava sete nobres e dois administradores de empresa, em vez de correr o risco de uma aventura com plebeus contra-revolucionários? Tanto mais que Hitler procurava a todo o custo minar aquele último baluarte do conservadorismo, cuja queda lhe abriria o caminho da chancelaria, e para isso permitiu aos deputados nazis o voto em comum com os parlamentares comunistas, chegando mesmo os dois partidos a realizar uma greve conjunta. Nesta altura os subsídios escassearam perigosamente e o próprio Thyssen preveniu que não contassem mais com as suas contribuições. Na preparação das eleições de Novembro de 1932 a tesouraria do NSDAP entrara em crise e a situação agravou-se até ao final do ano[36]. Mas Hitler sabia que as condições eram então diferentes do que haviam sido dois anos antes. Não se tratava para ele de prosseguir uma estratégia populista de longo prazo, mas somente de liquidar as derradeiras esperanças de uma estabilidade política obtida no quadro do conservadorismo, de maneira que restasse apenas a sua própria solução, o restabelecimento da ordem através dos métodos da revolução. Quando a queda de von Papen levou à formação do governo do general von Schleicher, manifestamente desejoso de obter a participação governamental de Gregor Strasser e o apoio da ala populista do nazismo, e pronto por outro lado a aliar-se aos sindicatos sociais-democratas, o grande capital certificou-se de que perante a falência do conservadorismo e o perigo do populismo só restava Hitler. O caudal de subsídios recomeçou[37].

A 30 de Janeiro de 1933 Hitler foi nomeado chanceler. Para a preparação das eleições de 5 de Março, as primeiras e as últimas do Terceiro Reich, não bastaram aos nazis os recursos do Estado e das finanças públicas. A 20 de Fevereiro Schacht organizou um encontro de Hitler e Göring com alguns dos principais magnates, não só os financiadores tradicionais do partido, mas outros também, como Krupp e Bosch, que se haviam mantido alheios à ascensão do nacional-socialismo, e a quem os acontecimentos recentes ensinaram nova sensatez. Em resultado desta reunião entraram vários milhões de marcos nos cofres do NSDAP[38].

---

[36] A. Bullock (1972) 228, 230, 242; W. L. Shirer (1995) I 182, 186-187, 191, 194.

Depois de mencionar uma estimativa que situa as dívidas do NSDAP em 1933 num montante entre 70 a 90 milhões de marcos, F. Klein (1957) 135 n. 15 observa que «a enorme dívida contraída pelos nazis junto a vários credores da alta finança constitui um factor de extrema importância nas relações entre Hitler e os meios económicos alemães, porque uma dívida tão avultada devia naturalmente estreitar os elos existentes entre Hitler e os seus comanditários da indústria pesada, que eram ao mesmo tempo os seus mandantes».

[37] A. Bullock (1972) 244-245; E. Czichon (1971-1972) 105; J. P. Faye (1980) 646; K. Heiden (1934) 319; F. Klein (1957) 135-136; W. L. Shirer (1995) I 195.

[38] Segundo F. Klein (1957) 136 n. 18, Walther Funk declararia mais tarde que os subsídios decididos naquela reunião haviam somado sete milhões de marcos, mas Schacht referiria apenas um montante de três milhões. A estimativa de Schacht é seguida por A. Bullock (1972) 259, J. Droz [s. d.] 26 e W. L. Shirer (1995) I 206. Ainda quanto às personalidades presentes na referida reunião, ver A. Bullock (1972) 259 e F. Klein (1957) 136, 137 n. 21.

Logo que fora nomeado chanceler, Hitler parecera responder à confiança que os seus amigos da indústria e da banca nele haviam depositado, ao prover Hjalmar Schacht na direcção do banco central e ao entregar-lhe depois, em Julho de 1934, a pasta da Economia, elevando-o ainda suplementarmente, em 1935, ao cargo de Plenipotenciário Geral para a Economia de Guerra. Contudo, algum tempo mais tarde, restabelecida a situação económica e financeira e dispondo de uma completa solidez política interna, Hitler pôde dispensar os serviços de Schacht, que pela sua comprovada competência e pelo seu passado político dispunha de uma esfera de acção e de um prestígio independentes da boa vontade do Führer. Em Setembro de 1936 Göring foi nomeado Plenipotenciário para o Plano de Quatro Anos, e a partir de então a tecnocracia estritamente nazi começou a apoderar-se do comando da economia. Sentindo minada a sua capacidade de decisão, Schacht demitiu-se de ministro da Economia no final de 1937 e abandonou nos primeiros dias de 1939 a direcção do banco central, apesar de Hitler o manter até Janeiro de 1943 como ministro sem pasta – e sem poderes. Tanto no Ministério da Economia como na presidência do Reichsbank foi Walther Funk quem o substituiu, um homem que decerto não suscitava desconfiança aos seus antigos patrões da banca e da indústria, mas era desprovido de qualquer prestígio e estava agora inteiramente dependente do patrocínio do Führer[39]. Aqueles nobres e os grandes industriais e financeiros que haviam contribuído para a ascensão de Hitler puderam então perguntar a eles próprios, e uns aos outros, se o nacional-socialismo não seguiria por caminhos inesperados.

3

Em 1931 Ramiro Ledesma Ramos conseguiu iniciar a publicação do semanário *La Conquista del Estado* com um subsídio do fundo de propaganda do último governo da monarquia. Talvez o ministério esperasse assim fomentar a divisão entre os intelectuais da oposição[40]. Depois o dinheiro veio directamente dos meios da alta finança, em especial dos banqueiros de Bilbao, embora em somas tão escassas que teve de se encerrar a publicação do jornal. Apesar disso, parece que alguns dos raros partidários de Ledesma punham em

[39] A. Bullock (1972) 413.
[40] M. García Venero (1967) 31-32; S. G. Payne (1961) 13.

dúvida a correcção de se aceitar fundos da direita[41]. De qualquer modo, se ao longo do ano de 1932 Ledesma não conseguiu encontrar banqueiros que o financiassem[42], isto deveu-se à desconfiança que ele lhes inspirava[43], e não a qualquer alheamento dos capitalistas de mentalidade mais moderna relativamente à necessidade de uma intervenção política no meio operário. Precisamente nesta altura «certos industriais e financeiros mostravam-se cada vez mais apreensivos com as potencialidades do movimento da classe trabalhadora. De maneira intermitente, debatiam a possibilidade de criar algum tipo de frente nacionalista socialista»[44].

Quem era essa gente de capitais abundantes e vistas largas? Juan March, antigo contrabandista, tornara-se o homem mais rico do país. Quanto ao Banco de Vizcaya, estava parcialmente sob o controle da Companhia de Jesus. Os industriais de Bilbao tinham como principal agente político José Felix de Lequerica. E as mãos de Antonio Goicoechea e de Pedro Sáinz Rodriguez, o chefe e o secretário do partido monárquico Renovación Española, distribuíam igualmente o dinheiro das mesmas, ou de outras, algibeiras[45]. O problema não era ter dinheiro, mas saber em quem gastá-lo.

José Antonio Primo de Rivera, que começava em 1933 a perfilar-se como um chefe potencial do fascismo, também não seduzia os financiadores. Parece que o fracasso da experiência governativa do pai os deixava pouco inclinados a apostar no filho, mas o factor mais importante nesta hesitação viria decerto do próprio personagem, um aristocrata gentil, quando se procurava pelo contrário a rudeza plebeia[46]. Indalecio Prieto seria o candidato ideal dos capitalistas, um antigo homem do povo e ainda por cima socialista moderado[47], mas apesar de repetidas pressões nunca conseguiram convencê-lo a abandonar o seu partido. Talvez a colaboração de José Antonio com Julio Ruiz de Alda, um célebre aviador, levasse os banqueiros a mudar de ideias, ou talvez não lhes restassem outras alternativas. O certo é que a partir de meados de 1933 os dois começaram a dispor de fundos significativos[48]. Ao mesmo tempo, porém, as JONS, que Ledesma recusava fundir com o círculo político de

---

[41] M. García Venero (1967) 34; S. G. Payne (1961) 15.

[42] S. G. Payne (1961) 19.

[43] Id., ibid., 32 afirma que Ledesma era considerado demasiado instável emocionalmente. Talvez a explicação seja outra. M. García Venero (1967) 33 escreve: «Não há dúvida que Ledesma Ramos, ainda que depois de fundadas as JONS tivesse recebido subsídios de pessoas alheias às teses nacionais-sindicalistas, jamais hipotecou a linha revolucionária nem as bases ideológicas».

[44] S. G. Payne (1961) 24.

[45] M. García Venero (1967) 34; S. G. Payne (1961) 45 n., 62.

[46] S. G. Payne (1961) 32-34.

[47] Id., ibid., 32-33.

[48] Id., ibid., 34-35.

José Antonio, receberam de novo as esmolas de alguns industriais e financeiros biscaínhos, o que lhes permitiu um sopro de vida[49].

Se alguma coisa posso pensar de decisões aparentemente tão contraditórias, tomadas por pessoas com o hábito de calcular friamente, é que se dava a Ledesma Ramos um renovado alento apenas para lhe fazer depois sentir até que ponto era completa a sua dependência. Com efeito, no Inverno de 1933-1934 suspenderam-se outra vez os subsídios, e a integração das JONS na recém-criada Falange apareceu como condição para a obtenção de fundos. O que não haviam conseguido as diligências de José Antonio, de Ruiz de Alda e de García Valdecasas, quando em Agosto de 1933 tentaram vãmente persuadir Ledesma a participar na fundação da Falange, obteve-o a irrespondível diplomacia do dinheiro, e graças a ela a unificação do fascismo espanhol realizou-se no princípio de 1934[50]. Para quem lhe recorde a encenação, as palavras de ordem e as cores da bandeira, a criação do que ficou a chamar-se Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista pareceria um triunfo da ala mais radical, pois os membros das JONS, embora estivessem em minoria na nova organização, eram muito mais aguerridos e foram eles a inspirar a sua propaganda e a actividade prática. Mas ao conhecerem-se as pressões que geraram a unificação, compreendemos como este movimento obedecera estreitamente à tutela dos financiadores.

A FE de las JONS deparava-se com um horizonte sombrio, já que a vitória da direita tradicional e conservadora nas eleições de Novembro de 1933 tornara menos urgente para os capitalistas o desenvolvimento de um partido de direita radical[51]. Ao mesmo tempo, a Renovación Española, cujos principais dirigentes apareciam ligados de perto aos financiadores da vida política, decidiu infiltrar sistematicamente as fileiras da Falange, com tanto êxito que em 1934 um dos seus agentes se tornou chefe dos grupos de choque e do serviço de segurança e, com o apoio dos elementos mais radicais, concebeu e quase levou a cabo um plano para assassinar José Antonio[52]. Esta enormidade não impediu José Antonio de assinar um acordo com a Renovación Española em que, para além de um certo número de generalidades aceites em vários meios de extrema-direita, a Falange se comprometia a não atacar nem pôr em causa a Renovación e a globalidade do movimento monárquico, a troco de receber os tão desejados subsídios. Estipulava-se ainda que, no caso de o financiamento exceder um dado montante mensal, a Falange despenderia 45% na criação e manutenção de um organismo sindical. A venda da orientação política não poderia ser mais

[49] Id., ibid., 45.
[50] Id., ibid., 46-47.
[51] Id., ibid., 45-46, 61.
[52] Id., ibid., 42, 57, 60-61.

clara e durante as conversações a abjecção do chefe fascista chegou ao ponto de propor a reintegração do seu frustrado assassino nos lugares que havia ocupado e de que fora expulso aquando da descoberta do atentado, mas o agente monárquico parece ter sido suficientemente digno para recusar. Só o facto de a Renovación ter ela própria começado a sentir dificuldades alguns meses depois levou à interrupção daquele acordo.

E o organismo sindical da Falange, fundado em Agosto de 1934, não conseguiu praticamente arranjar filiados, repartido entre a necessidade de atacar as grandes centrais socialista e anarquista, para cumprir o seu programa político próprio, e a necessidade de atacar os Sindicatos Libres apoiados pelo patronato, de maneira a tentar obter algum prestígio entre os trabalhadores. Para o sindicalismo fascista, pior talvez do que este fracasso junto à classe operária foi a hostilidade revelada pela maioria dos patrões, desejosos de evitar entre os empregados conflitos de facções que desorganizassem os locais de trabalho. Até ao começo da guerra civil, nem as cedências de José Antonio nem os subsídios dos capitalistas conseguiram conferir aos sindicatos falangistas qualquer importância prática[53].

As dificuldades da Falange e mesmo a penúria de fundos da Renovación explicam-se porque o dinheiro fluía sobretudo em direcção a José Calvo Sotelo, antigo ministro das Finanças no governo do general Primo de Rivera e que pudera regressar do exílio por ter obtido um mandato parlamentar nas eleições de Novembro de 1933. Sem ser propriamente fascista, situando-se mais próximo das doutrinas de Maurras, o deputado Calvo Sotelo desejara filiar-se na Falange, onde decerto, com a sua experiência política, o seu prestígio junto aos meios da direita monárquica e, sobretudo, com a confiança dos financiadores, alcançaria sem grande dificuldade o primeiro lugar. Não espanta que José Antonio se tivesse oposto terminantemente. Calvo Sotelo desenvolveu então, na segunda metade de 1934, uma estratégia muito mais ampla, visando reunir a Falange com as outras forças da direita, nomeadamente a CEDA e a Renovación Española, além do seu próprio círculo político, o que lhe asseguraria a si a posição hegemónica, enquanto único vértice possível de tal coligação. A partir deste momento a Falange ficou situada numa posição muito delicada, entre o risco de perder a identidade no interior da direita conservadora, se aceitasse a iniciativa do seu concorrente, e o de ver estancarem-se definitivamente os subsídios, se insistisse em permanecer isolada. Em qualquer dos casos a Falange estava ameaçada de desaparecimento. Tornava-se urgente que ela demonstrasse a sua especificidade e, provando

[53] Id., ibid., 62-64, 275 n. 16.

deste modo que possuía uma razão de ser, convecesse os homens do dinheiro da utilidade de continuarem a pagá-la. Deram-se asas à demagogia de Ledesma Ramos, que ficou encarregado de redigir um programa, publicado em Novembro de 1934, suficientemente radical para escandalizar a direita bem-pensante.

Ao mesmo tempo, cumprindo aquela absoluta necessidade do fascismo que consiste em conjugar o radicalismo de esquerda no discurso com o radicalismo de direita na prática, a Falange participou activamente em Oviedo e Gijón na repressão à revolta operária de Outubro. O método, uma vez mais, trouxe resultados. Nos dois últimos meses do ano a Falange aumentou muito o número de filiados e ampliou a sua base social de apoio, consoante uma estratégia que prefigurou o que haveria de suceder durante a guerra civil. Nas Astúrias ocupadas militarmente, onde os socialistas haviam sido vítimas das suas hesitações e a extrema-esquerda se encontrava desorganizada pela repressão, e onde a direita tradicional confirmava a sua inaptidão para tomar a iniciativa junto às camadas populares, a Falange surgiu como a única força capaz de se aproveitar das circunstâncias e de arrebanhar sob a demagogia das palavras numerosos elementos que haviam perdido o habitual enquadramento social. De imediato, porém, este sucesso não teve repercussões financeiras e a Falange chegou ao final de 1934 com uma gravíssima falta de recursos[54].

Aquele relativo êxito dos recrutamentos da Falange, quando comparado com o completo fracasso do seu organismo sindical, mostra que o fascismo não conseguia mobilizar os trabalhadores numa base de classe, mesmo burocrática e reformista como podiam ser os sindicatos. Só no quadro partidário, e portanto supraclassista, a Falange pôde progredir nos meios populares. Contrariamente ao que sucedia na esquerda, onde os partidos tendiam a ser secundarizados pelo crescimento dos sindicatos, quando não se tornavam mesmo seus apêndices, para o fascismo, ainda que denominado nacional-sindicalismo, os sindicatos nunca foram outra coisa senão um departamento menor do partido.

O ano de 1935 não trouxe melhoria à situação económica da Falange[55] e mesmo depois da derrota da direita moderada nas eleições de Fevereiro de 1936, quando os militantes falangistas entraram em euforia pensando que teria chegado a sua hora, José Antonio mostrava-se apreensivo, temendo que fosse Calvo Sotelo a aproveitar a oportunidade[56]. Mas, então, a direita conservadora passara a necessitar da protecção das tropas de choque falangistas, beneficiando afinal do que se revelara a única verdadeira

[54] É assim que interpreto a narração dos acontecimentos feita por id., ibid., 67-72.
[55] Id., ibid., 85 e segs.
[56] Id., ibid., 94-95, 109.

vocação deste fascismo tão palavroso – o terrorismo e a pancadaria na rua. Apesar de neste preciso momento José Antonio orientar contra a direita o grosso das suas críticas e tentar persuadir a ala moderada do Partido Socialista a fundir-se com a Falange, ele aceitou a junção do seu organismo juvenil com as Juventudes de Acción Popular da CEDA[57] e voltou mesmo a aproximar-se de Antonio Goicoechea, o principal dirigente da Renovación Española[58], o que me parecem condições ditadas pelos financiadores, que desejavam guarda-costas, mas politicamente seguros.

Logo após o começo da guerra civil multiplicaram-se os filiados da Falange e sucedeu o mesmo com os que desejavam patrociná-la economicamente[59]. Mas a situação alterou-se por completo de então em diante, quando a orientação política deixou de ser ditada apenas pelo dinheiro dos capitalistas e passou a obedecer também a outro argumento, não menos convincente, as armas dos militares.

[57] Id., ibid., 104.
[58] Id., ibid., 106.
[59] Id., ibid., 121-122.

O NAZISMO COMO METACAPITALISMO

1

O engenheiro Gottfried Feder era um agitador de questões económicas, que defendia antes de mais a existência de uma distinção entre capital especulativo e capital criador ou produtivo. Feder considerava que os males da Alemanha se deviam ao capital especulativo e proclamava a necessidade da sua extinção. Neste sentido criara já em 1917 a Liga de Combate Alemã para a Destruição da Escravidão do Juro e tornou-se depois o porta-voz para questões económicas do Partido Operário Alemão, um minúsculo clube político fundado em Janeiro de 1919. Nessa altura Feder defendia a monetarização dos títulos de empréstimos de guerra, o que levaria a um surto inflacionista de dimensões tais que anularia as dívidas do Estado e deixaria assim radicalmente enfraquecido o capital especulativo[1].

Hitler em breve transformaria aquele clube político no seu instrumento próprio. «Sempre que os protestos contra a hegemonia do capital bancário permeiam os movimentos populares», observou um crítico sagaz, «temos o indício mais claro da aproximação do fascismo»[2]. Em Abril de 1920 o nome da organização foi alterado para Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores e pouco tempo antes, no final de Fevereiro, apresentara-se um programa em vinte e cinco pontos, redigido por Anton Drexler, Feder e Hitler. O ponto 11 reclamava a abolição dos rendimentos que não tivessem sido conseguidos pelo trabalho; o ponto 12, a confiscação integral dos lucros obtidos com a guerra; o ponto 13, a nacionalização dos *trusts;* o ponto 14, aplicável somente às grandes empresas comerciais, reivindicava a participação dos empregados nos lucros; o ponto 16 proclamava a necessidade de manter uma classe média sólida, de municipalizar as grandes lojas de departamentos e alugá-las a baixo preço aos pequenos comerciantes, e de estimular as pequenas indústrias com encomendas do Estado e dos municípios; o ponto 17 previa a

---

[1] Acerca das doutrinas económicas de Gottfried Feder ver: J. Droz [s. d.] 3-4; K. Heiden (1934) 8-9, 27; W. L. Shirer (1995) I 39. Alguns detalhes biográficos de Feder encontram-se em A. Hitler (1995) 190 n. 1, sem que o editor indique se este tipo de notas é da responsabilidade do tradutor ou do autor da introdução.

[2] F. Neumann (1943) 360.

abolição da renda fundiária e a proibição de especular sobre a terra; o ponto 18, a aplicação da pena de morte aos usurários e aos especuladores[3].

A inclusão destas reivindicações no programa deveu-se à insistência de Feder e Drexler, revelando dois objectivos. O principal era claramente favorável aos empresários[4], e sobretudo à classe dos gestores, cuja intervenção na economia é sempre activa. Já a distinção entre capital produtivo e capital especulativo simbolizava a oposição entre o papel positivo atribuído aos gestores e aquele de que eram negativamente acusados os meros proprietários burgueses, se não os redimisse uma diligência empresarial. Nesta mesma perspectiva, o ponto 11 do programa, ao pressupor o conceito de trabalho como uma vulgar actividade, servia para legitimar a porção de mais-valia apropriada pelos gestores, ao mesmo tempo que abolia os direitos económicos dos burgueses que se reduzissem à função de proprietários privados. O ataque à burguesia sob um ponto de vista gestorial atingiu maiores dimensões no ponto 18. Com efeito, a concepção do investimento enquanto mera especulação é típica da burguesia rentista, quando ela se cansa de receber dividendos e decide fazer alguma coisa mais. Por outro lado, o ponto 13 favorecia especialmente os gestores decorrentes do aparelho de Estado. Este segundo objectivo, subordinado ao primeiro, aparecia consagrado nos pontos 16 e 17, destinados a beneficiar os pequenos comerciantes e industriais e os pequenos e médios camponeses. Na visão de Drexler e Feder o socialismo consistiria num regime gestorial, em que os grandes burgueses seriam liquidados economicamente, por vezes mesmo fisicamente, e a pequena e média burguesia ampliariam a base de apoio dos gestores.

2

Hitler estava tão absolutamente disposto a desrespeitar o programa do NSDAP que seis anos mais tarde determinou que ele permanecesse inalterável[5]. Como sempre tem sucedido com as religiões e os movimentos políticos, a conversão de uma tese num dogma torna-a inócua e retira-lhe qualquer repercussão prática. Hitler teria declarado a um

[3] K. Heiden (1934) 17-21; A. Kaes et al. (orgs. 1995) 124-126. A versão apresentada por W. L. Shirer (1995) I 45-46 contém discrepâncias.

[4] F. Neumann (1943) 261.

[5] K. Heiden (1934) 21; A. Hitler (1995) 416-418; F. Neumann (1943) 261; W. L. Shirer (1995) I 45.

partidário céptico: «Nunca modificarei nada nesse programa, que se destina às massas. Ele limita-se a indicar o sentido em que prosseguem alguns dos nossos esforços. [...] É como o dogma da Igreja. Será que o significado da Igreja se resume aos seus dogmas? Não residirá esse significado sobretudo na ligação da sua actividade com os seus ritos? Para alimentarem as suas esperanças, as massas precisam que lhes fixem etapas visíveis. Mas os iniciados sabem que nada é estável, que tudo se transforma permanentemente»[6].

Aliás, em *Mein Kampf* o futuro Führer foi muito claro sobre esta questão. Ele começou por enunciar entusiasticamente o seu apoio à tese de Feder acerca da diferença entre capital produtivo e capital especulativo. «Antes, eu havia sido incapaz de reconhecer de maneira suficientemente clara a diferença entre este puro capital, enquanto resultado final do trabalho produtivo, e um capital cuja existência e cuja essência decorrem unicamente da especulação. [...] Logo depois de ter ouvido a primeira conferência de Feder veio-me à cabeça a ideia de que acabara de encontrar o caminho para uma das premissas mais essenciais para a fundação de um novo partido»[7]. Imediatamente a seguir podemos ler, no entanto, que aos teóricos, como Feder, cabe apenas estabelecer os objectivos últimos, deixando-se aos políticos – a Hitler decerto – a avaliação da medida em que os princípios podem ser passados à prática. E ficamos igualmente prevenidos de que esta aplicação nunca corresponderá ao modelo ideal[8]. Ou seja, as teses de Feder eram óptimas... enquanto ideias. O destino do ideólogo seguiu o das suas formulações económicas, e Gottfried Feder, que o Führer nomeara em 1926 árbitro supremo de todas as polémicas relativas à interpretação do programa do partido, passou a ocupar de 1933 em diante lugares insignificantes no aparelho de Estado e depois no ensino, até morrer durante a guerra[9].

No seu livro, todavia, Hitler introduziu uma modificação muito importante nas concepções de Feder, ao assimilar o capital especulativo ao capital internacional. «A separação nítida entre o capital bolsista e a economia nacional permitiu opormo-nos à internacionalização da economia alemã sem ao mesmo tempo colocarmos em perigo os fundamentos de uma sustentação nacional independente e autónoma através de uma luta contra a totalidade do capital»[10]. Portanto, já não se tratava de lutar, dentro da Alemanha, contra os rentistas e em apoio dos empresários, mas exclusivamente de combater o capital estrangeiro. Feder havia convertido a luta de classes numa luta contra uma fracção de classe.

---

[6] Citado em H. Rauschning (1939) 214.

[7] A. Hitler (1995) 190-191.

[8] Id., ibid., 191-192.

[9] A. Bullock (1972) 282; A. Hitler (1995) 190 n. 1; F. Neumann (1943) 261; W. L. Shirer (1995) I 285, II 148.

[10] A. Hitler (1995) 194. Ver também as pags. 214-215.

Hitler deu o passo decisivo e transformou-a numa luta entre nações. O Judeu, considerado como a anti-raça, enquanto agente do capital internacional foi então denunciado como antinação. Ele representaria, dentro da Alemanha, o capital não-alemão, sendo por isso absolutamente estranho ao corpo nacional. E assim o que começara por ser, com Feder, uma questão económica, tornou-se com Hitler um problema estritamente racial. «A partir do momento em que, graças ao habitual silogismo nazi, a bolsa de valores passava a identificar-se com judeus e maçons, ficava aberto o caminho para se abandonar a teoria económica, que de qualquer maneira não despertava o interesse de Hitler, em favor da teoria racial»[11].

Hitler era absolutamente indiferente aos aspectos económicos, porque se propunha levar a termo uma revolução que considerava muitíssimo mais profunda, a revolução rácica, a criação, a partir dos povos nórdicos, de uma raça de senhores que eliminasse os Judeus perversos e corruptores, e mantivesse em permanente submissão os sub-homens eslavos, convertidos em escravos. Mesmo que as leis da raça sejam anti-económicas, declarou na página inicial de *Mein Kampf,* elas devem prevalecer[12]. E, com efeito, no seu livro Hitler desenvolveu uma teoria da oposição entre racismo e economia, reduzindo a questão económica à relação entre a quantidade da população e a oferta de meios de subsistência. Ao longo de demasiadas centenas de páginas não existe uma linha sequer que denote a mínima compreensão dos mecanismos capitalistas da produtividade. Nestes termos arcaicos, as únicas alternativas que Hitler concebia para o povo germânico eram ou a contenção ou a expansão[13]. Haveria duas maneiras de realizar a primeira das orientações, quer mediante uma política de controle da natalidade, quer através do aumento extensivo das áreas cultivadas dentro das fronteiras e do seu melhor aproveitamento intensivo. Em qualquer caso, a contenção do povo germânico equivaleria a uma catástrofe rácica. Quanto à expansão, ela poderia ser prosseguida tanto graças à conquista territorial como por meios meramente industriais e comerciais. Hitler sustentava que não se podia edificar um império recorrendo a instrumentos meramente económicos, sem empregar uma força militar subjacente, e acrescentava que só o judaísmo internacional, para melhor destruir o povo germânico, tinha interesse em persuadi-lo da viabilidade de uma estratégia exclusivamente industrial e comercial. «Falar de uma conquista do mundo "por meios económicos pacíficos" foi porventura o maior disparate que alguma vez se erigiu em princípio orientador

[11] R. Cecil (1973) 70.
[12] A. Hitler (1995) 3.
[13] Id., ibid., 120 e segs.

da política de um Estado. [... ... ...] A finança internacional judaica precisou de recorrer a estes ardis para executar o seu tão ambicionado plano de destruição daquela Alemanha que até então não se havia submetido ao seu generalizado controle supra-estatal das finanças e da economia»[14]. E assim uma orientação assente no aumento da produtividade dentro das fronteiras e na competitividade comercial no exterior, que constitui o procedimento próprio do capitalismo, era estigmatizada como correspondendo estritamente aos interesses judaicos. Se a expansão do Estado devia seguir a vertente territorial, e não a económica, contra quem se dirigiram os argumentos de peso das milícias nazis? Contra os agentes da economia, os capitalistas? De modo algum. O alvo aqui foram os marxistas, identificados aos Judeus[15]. Restava então a expansão territorial para assegurar a ressureição da raça germânica, ou nórdica. O conteúdo do programa hitleriano resumia-se a uma guerra de conquista. Não será que aquele metacapitalismo era, na verdade, um pré-capitalismo, que da economia não tinha outra noção além do saque?

A expansão territorial necessita de um Estado forte, e à sua sombra a economia podia prosperar. Com a condição de que o predomínio coubesse sempre à política, que assegurava a possibilidade da conquista e a viabilidade da ocupação, e nunca à economia, que apenas as aproveitava. A expansão territorial, como Hitler a concebia, não se destinava a aumentar os lucros das empresas, mas a assegurar a plenitude da raça. Por isso as instituições estatais não constituíam elas próprias um objectivo, e somente o meio de preservar a raça. O Estado devia existir exclusivamente em função da raça, não do crescimento económico. Este é um dos temas mais longa e repetidamente expressos em *Mein Kampf*[16], e que o Führer nunca deixou de recordar mais tarde, por exemplo no seu discurso ao Reichstag em 30 de Janeiro de 1937: «O partido, o Estado, o exército, a estrutura económica, a administração da justiça têm uma importância secundária e reduzem-se a um meio de preservação do *Volk*»[17]. Esta orientação distingue-se do totalitarismo estatal mussoliniano e das concepções defendidas na Alemanha por Carl Schmitt até meados de 1934, no âmbito da ala populista do NSDAP. Para os émulos da Roma fascista o liberalismo em matéria económica devia conjugar-se com o reforço da autoridade do Estado[18]. Alfred Rosenberg, que na sua obra maior, publicada em 1930, escrevera que «o Estado não constitui um fim em si, mas apenas um meio de preservação do povo»[19], iniciara

[14] Id., ibid., 132, 136.
[15] Id., ibid., 141-142.
[16] Ver sobretudo id., ibid., 88, 102, 137-140, 190, 195, 206-207, 215, 348 e 351-363.
[17] Citado em A. Bullock (1972) 402.
[18] F. Neumann (1943) 69-70.
[19] Citado em R. Cecil (1973) 129.

nos primeiros dias de 1934 o ataque às teses do totalitarismo estatal[20], que em breve seriam postas de lado, com o expurgo sangrento de 30 de Junho, como ficou definitivamente reconhecido no congresso do partido em Setembro daquele ano[21].

O próprio Carl Schmitt farejou os novos ventos e seguiu-lhes a pista, esforçando-se com certo custo por se adaptar às teorias que concebiam o Führer, enquanto mais perfeita emanação da raça, como fonte exclusiva do direito[22]. «Os juristas nacionais-socialistas mais inovadores, Reinhard Höhn y Gottfried Neesse, recusam o próprio conceito de Estado, e as suas ideias são partilhadas por muita gente. Ambos recusam a noção de personalidade do Estado como sendo uma mera invenção liberal, pois, dizem eles, se se aceitar o conceito de Estado, aqueles que exercerem o seu poder não serão mais do que seus órgãos. Segundo eles, o poder político na Alemanha reside no Führer, que não é um órgão do Estado, mas *é* a comunidade, e que não age como seu órgão, mas como sua personificação»[23]. Nas palavras de Hans Frank, um dos expoentes jurídicos do regime e figura política destacada, «todo o poder político da raça alemã converge para o Führer e se encontra nas suas mãos. Por conseguinte, todo o direito emana dele»[24]. Ou, como escreveu sinteticamente num artigo publicado no diário do partido, em Maio de 1936: «A nossa Constituição é a vontade do Führer»[25]. E Göring declarava em Julho de 1934, quando a oposição política representada pelas SA acabara de ser aniquilada: «A lei e a vontade do Führer são uma e a mesma coisa»[26]. A hierarquia das três esferas institucionais encontrava-se enunciada com a maior clareza: a economia era um dos instrumentos do Estado, e o Estado era o instrumento da raça, personificada no seu chefe. A política devia prevalecer sobre a economia, e uma versão idealista da biologia afirmava o seu primado sobre a política.

Nesse lugar duplamente subordinado, a economia era vista com desconfiança. «Os interesses materiais do homem prosperam sempre melhor enquanto se mantêm sob a égide das virtudes heróicas, mas logo que tentam ocupar o primeiro plano destroem a base da sua própria existência»[27]. Nos seus princípios fundamentais, a economia e o Estado seriam contraditórios, porque o interesse próprio é o motor da actividade económica, enquanto a lei

---

[20] F. Neumann (1943) 84.

[21] Id., ibid., 86.

[22] Id., ibid., 86-88, 96, 518.

Segundo J. Droz [s. d.] 98, Schmitt destacou-se no apoio jurídico que prestou ao morticínio dos chefes das SA.

[23] F. Neumann (1943) 517-518.

Ver no mesmo sentido: J. Droz [s. d.] 90-92; E. Nolte (1989) 278-279.

[24] Citado em F. Neumann (1943) 493.

[25] Citado em A. Bullock (1972) 403.

[26] Citado em J. Droz [s. d.] 90.

[27] A. Hitler (1995) 139.

que consagra a actuação política se resume no sacrifício[28]. Tendo na preservação da raça a sua única razão de ser, a existência presente do Estado subordinava-se à necessidade de assegurar a continuidade do sangue dos mortos. Cada geração não tinha direito ao seu sangue, que era um legado dos mortos, para ser vertido pelos vindouros. A perenidade do passado era a última palavra do racismo hitleriano, e para ele a política do sacrifício consistia na subordinação dos vivos ao apelo dos defuntos. Nenhum lugar restava, nesta delirante e cruel encenação de mitologias confusas, para a concepção de uma sociedade movida pelo progresso capitalista, em que a memória dos progenitores perde a substância perante o ritmo acelerado com que se produzem bens e serviços, e em que o presente, em vez de ser uma reactualização ideal do passado, é uma função material do futuro.

É sugestivo dos seus métodos que no discurso pronunciado em Düsseldorf, em 27 de Janeiro de 1932, perante os membros do Clube da Indústria, e que tão proveitoso lhe foi para captar os subsídios das altas esferas, Hitler tivesse falado demoradamente acerca de uma parte do seu programa, deixando o resto no silêncio. A plateia de magnates tinha toda a razão para aplaudir as vociferações de alguém que invocava a necessidade de um Estado forte para abrir dentro e fora do país o caminho às iniciativas económicas, desde que fosse mantida na ignorância do lugar subordinado que se reservaria à economia no contexto político[29]. A demagogia de Hitler foi sempre eficaz porque, em vez de dizer propriamente mentiras, recorria às meias verdades, que são muito mais enganadoras.

Até ao começo da guerra, enquanto na esfera política se preparavam as condições da conquista territorial e do renascimento da raça, o Terceiro Reich deixou o sector industrial e o sector bancário evoluírem consoante os mecanismos capitalistas usuais. Quanto à pequena agricultura, porém, as leis de 29 de Setembro de 1933 e de 21 de Dezembro de 1936, que instituíram um regime de morgadios, e que muitos observadores puderam então atribuir a meras intenções demagógicas, revelar-se-iam alguns anos mais tarde como parte integrante de uma estratégia que extravasou os limites da esfera económica. «A restauração da economia agrária não deveria nunca efectuar-se na Alemanha propriamente dita, mas a leste, no grande "espaço de comando" sob o domínio do nacional-socialismo»[30], como fora já anunciado no Verão de 1932, numa conferência secreta sobre a colonização agrária reservada a alguns dos principais dirigentes do partido, e onde o próprio Führer esteve presente.

---

[28] Id., ibid., 140.
[29] A. Bullock (1972) 196-199.
E. Czichon (1971-1972) 89 pretende que o discurso foi proferido no dia 26.
[30] H. Rauschning (1939) 53.

A partir dos acordos de Munique de Setembro de 1938, quando o fascismo italiano e as principais democracias europeias proporcionaram ao Terceiro Reich as condições imediatas para a ocupação de territórios eslavos, vieram à luz as contradições entre os interesses estritos da economia e o Estado enquanto protector da raça. «É no Leste que encontraremos o nosso grande campo de experiências», teria declarado Hitler na conferência do Verão de 1932. «É lá que há-de nascer a nova ordem social europeia. Nisto consiste o significado profundo da nossa política a leste»[31].

3

A ocupação de parte da Checoslováquia e da Polónia e, depois, o desencadeamento das operações militares contra a União Soviética permitiram aos nazis controlar um território enorme e uma numerosíssima população eslava, que consideravam composta de *Untermenschen,* sub-homens, caracterizados pela inferioridade racial. A partir de então o programa rácico pôde implicar efeitos económicos profundos. O escol intelectual e político daqueles povos começou a ser sistematicamente abatido e iniciou-se uma política metódica de analfabetização dos trabalhadores. A estratégia nazi de dominação a leste, preparada com minúcia por uma burocracia especializada, propunha-se assassinar maciçamente os eslavos mais cultos, deixar morrer à fome uma grande parte do operariado urbano, expulsar para a Ásia uma porção muito considerável da população e reduzir os que ficassem a uma economia agrária onde vigorariam níveis de subsistência baixíssimos. A Nova Ordem continental basear-se-ia na complementaridade económica entre um Reich industrial e o espaço eslavo limitado à agricultura e à exploração do subsolo, estando prevista a supressão da indústria na Polónia, na União Soviética e na Jugoslávia, bem como na Roménia[32]. Entregue a execução deste programa à eficacíssima administração SS, ambicionava-se dispor em poucos anos de uma abundante mão-de-obra miserável e ignara, convertida em escravos do Estado. Abordarei os aspectos estritamente raciais da expansão germânica para

[31] Citado em id., ibid., 61.

[32] Quanto ao programa de liquidação dos centros industriais existentes nos países eslavos e na Roménia ver, em termos gerais, A. Dallin (1957) 305-307.

leste no capítulo sobre a legitimidade democrática do racismo nacional-socialista. De imediato interessa-me apenas analisar as suas implicações económicas.

Aquele programa foi executado em grande medida, o suficiente para avaliarmos algumas das suas consequências práticas, e só os reveses militares impediram que fosse completamente levado a cabo. Não se tratava neste caso de meras especulações demagógicas, como haviam sido as teses de Gottfied Feder, mas da planificação de uma actividade concreta. Hitler desde sempre afirmara que a vocação colonial germânica não se devia dirigir para além-mar, mas para as regiões do Leste, e foi precisamente este o objectivo da Operação Barba Ruiva. Desde muito antes do começo das hostilidades estava decidido que a Rússia havia de ser reduzida a uma economia agrícola, destinada a alimentar o Ocidente, e que a sua população seria escravizada[33]. Na conferência secreta sobre a colonização agrária do Leste, reunida em Munique no Verão de 1932, fora anunciado que os novos proprietários alemães disporiam de uma força de trabalho autóctone remunerada a níveis muitíssimo baixos. «Sem a instituição de uma certa forma moderna de servidão, e mesmo de escravismo, o desenvolvimento da cultura humana não era possível», pretendera então um dos oradores[34]. E Hitler referiu-se, na mesma ocasião, à «classe dos estrangeiros submetidos pela conquista, que designaremos friamente como escravos modernos»[35]. Uma década bastou para que estes anseios humanistas e culturais começassem a ser realizados. Três semanas depois do início da invasão da União Soviética, a 16 de Julho de 1941, o Führer reuniu-se com Göring, Bormann, Lammers, Rosenberg e Keitel, e expôs-lhes o programa de aproveitamento económico dos territórios eslavos ocupados. Por um lado, estimular-se-ia o afluxo de colonos, tanto provenientes do Reich como originários de famílias de raiz alemã secularmente fixadas noutros países, que fundariam núcleos de habitat inseridos numa rede de fortificações e de vias de comunicação controlada pelos SS. Ao mesmo tempo proceder-se-ia à liquidação dos centros industriais nativos, de maneira a formar uma sociedade colonial exclusivamente agrícola, onde só os Germanos seriam os donos das fazendas. Por outro lado, parte da população eslava seria exterminada à fome ou expulsa para a Sibéria, reduzindo-se os restantes a uma condição de mão-de-obra escrava, ao serviço da raça dos senhores. Sem instituições hospitalares e de saúde e sem estabelecimentos escolares, compondo uma força de trabalho ignara e capaz apenas das tarefas mais rudes, alguns destes escravos do Estado seriam confiados aos colonos e os

[33] Id., ibid., 39-40.
[34] H. Rauschning (1939) 54.
[35] Citado em id., ibid., 61.

outros seriam enviados para o Reich, onde trabalhariam nos campos ou na indústria[36]. Em Agosto de 1941, e depois em Outubro, tecendo perante um círculo íntimo de comensais os seus vastos planos de reorganização à escala continental, o Führer foi mais loquaz acerca do programa de colonização. Não se trataria apenas de atrair imigrantes germânicos, mas também oriundos dos outros povos componentes do que se considerava ser a raça nórdica, mesmo vindos de além-mar, da América. E o carácter duplo desta sociedade ficava ainda mais fortemente vincado quando Hitler previa que os colonos iriam habitar cidades e aldeias inteiramente edificadas de novo, e unidas por uma rede de belas estradas, propositadamente construídas para este efeito, enquanto por outro lado os velhos centros de povoamento eslavos cairiam progressivamente em ruínas e no meio dos escombros viveria a população abjecta dos sub-homens. «E acima de tudo, nada de remorsos a este respeito! Não temos obrigações absolutamente nenhumas para com esses povos. [...] Há um único dever, o de germanizar esse país através da imigração de Germanos e de considerar os nativos como Peles Vermelhas»[37].

A autoridade superior sobre a execução deste projecto foi confiada a Himmler, o Reichsführer SS, que em Outubro de 1939 havia sido nomeado comissário do Reich para o Reforço do Germanismo[38]. A agência de planificação do Comissariado encarregou-se de todos os detalhes práticos, estando o plano de actuação política e económica nos territórios do Leste concluído em 1942[39]. A população nativa que não fosse expulsa ou aniquilada seria proibida de deter qualquer capital ou terra, e aliás basta isto para explicar que as mais altas autoridades nazis, Göring, Himmler, o próprio Hitler, tivessem inicialmente optado por manter intacto o sistema staliniano dos *kolkhozy* e *sovkhozy,* ou seja, as instituições básicas da colectivização da agricultura prosseguida desde 1929. Depois, com o prolongamento da guerra a leste, o Führer aceitou que fossem introduzidas algumas alterações no regime da propriedade rural autóctone, para tentar diminuir a hostilidade popular, mas tratou-se de medidas em grande parte propagandísticas, com efeitos mais demagógicos do que reais. No essencial, o colectivismo de Estado continuou na agricultura e os camponeses eslavos permaneceram sem acesso à propriedade da terra, excepto no que dizia respeito às pequenas hortas individuais. A população nativa ficaria assim confinada ao trabalho escravo, enquanto os colonos viveriam numa sociedade fechada, formando um habitat de camponeses-soldados que havia de servir de quadro aos SS para promoverem a selecção

[36] A Bullock (1972) 696-697.
[37] Citado em id., ibid., 656.
[38] Id., ibid., 697.
[39] A. Dallin (1957) 282.

racial e estimularem o desenvolvimento da raça nórdica[40]. Himmler foi, além do próprio Hitler, o dirigente nacional-socialista que mais longe e mais sistematicamente pretendeu levar a escravização dos Eslavos. Já num memorando redigido em Novembro de 1940 Himmler afirmara que, excepto no que dizia respeito a uma pequena minoria com valor racial, os territórios do Leste deviam tornar-se «um reservatório de força de trabalho, desprovida de dirigentes próprios e capaz de fornecer anualmente à Alemanha o número necessário de trabalhadores temporários»[41]. É sugestivo que em 13 de Março de 1941, mais de três meses antes da invasão da União Soviética, Hitler promulgasse uma directiva que permitia a Himmler exercer actividades especiais nos territórios futuramente ocupados sem estar para isso sujeito aos comandos da Wehrmacht, ou mesmo à autoridade do partido e do Estado[42].

As urgências da produção de guerra puderam fazer com que em alguns casos se retardasse a extinção dos centros industriais eslavos, de modo a abastecer localmente o exército de produtos indispensáveis, reduzindo a um mínimo os custos de transporte[43]. Tratou-se, contudo, de adaptações circunstanciais dos ritmos de execução de um programa que, nos seus termos gerais e nos seus objectivos últimos, jamais foi posto em causa pelas autoridades nazis. Em Julho de 1942, referindo-se à situação da Ucrânia, Hitler voltou a expressar aqueles objectivos, pretendendo que a educação fosse reduzida a um mínimo, que não se efectuassem quaisquer melhoramentos nas cidades nativas, que se limitassem estritamente os serviços médicos e sanitários, e que ficasse proibida aos Alemães a residência no interior de habitats ucranianos. Bormann apressou-se a dar a estas declarações do Führer o carácter de uma directiva oficial[44].

Se o desenvolvimento das operações militares e o desfecho da guerra a leste impediram que a vinda e o estabelecimento de colonos germânicos assumisse proporções significativas[45], a outra faceta do programa foi cabalmente cumprida, exterminando-se boa parte da população mais culta, encerrando-se os estabelecimentos de ensino superior, secundário e técnico e reduzindo-se a instrução primária ao nível mais elementar, provocando-se artificialmente uma incrível deterioração das condições de subsistência dos

---

[40] Quanto ao plano de colonização elaborado pelos SS ver id., ibid., 282-285. Quanto à decisão de manter o sistema kolkhoziano ver id., ibid., 309-310 e 321 e segs. As alterações introduzidas nesse sistema são descritas e explicadas nas pags. 331-363.

[41] Citado em id., ibid., 29.

[42] A Bullock (1972) 641.

[43] A. Dallin (1957) 309, 376 e segs.

[44] Id., ibid., 141-142.

[45] Id., ibid., 286, 341.

autóctones, inclusivamente mediante o cancelamento dos serviços hospitalares e de saúde, e enviando-se para trabalhar no Reich centenas de milhares destes escravos que, além de serem os menos instruídos, estavam subalimentados e caíam facilmente vítimas de doenças. A esta mão-de-obra deve juntar-se uma parte dos prisioneiros de guerra e dos detidos nos campos de concentração, uma população carcerária que somava vários milhões e que era mobilizada para laborar em condições físicas e mentais indescritíveis. Deste modo as autoridades nacionais-socialistas, precisamente quando necessitavam de suscitar um enorme esforço de produtividade, multiplicavam o número de trabalhadores que nem estavam fisicamente aptos a despender esforços consideráveis, nem tinham condições intelectuais e motivações psicológicas que lhes permitissem fazê-lo. «O trabalho industrial enquanto força social», observa o autor que mais detalhadamente analisou esta questão, «praticamente não figurava nos cálculos germânicos»[46].

Nas suas memórias, depois de reconhecer que partilha inteiramente as responsabilidades de Sauckel na importação de força de trabalho estrangeira, Albert Speer, que foi ministro do Armamento e Munições, omite a questão das condições em que laboravam estes verdadeiros escravos e explica a sua falta de produtividade invocando qualificações deficientes e o facto de eles desejarem sabotar o esforço de guerra alemão[47]. Só muitas páginas adiante, quando refere a mão-de-obra escrava controlada pelos SS, é que Speer, de maneira discreta, mas não deixando de ser explícito, mostra que as terríveis condições de alojamento, alimentação e saúde a impediam de alcançar o nível de produtividade desejado e deterioravam a qualidade dos artigos fabricados[48]. No discurso que proferiu em Posen em 4 de Outubro de 1943 perante os altos comandos dos SS, hoje célebre mas que na altura permaneceu compreensivelmente secreto, e que constitui uma das manifestações mais trágicas da moral nazi, Himmler recordou que no começo da campanha contra a União Soviética «não dávamos à massa da humanidade o mesmo valor que lhe damos hoje, enquanto matéria-prima, enquanto trabalho. Dezenas e centenas de milhares de prisioneiros morreram de esgotamento e de fome, e se, pensando em termos de grandeza, não temos de nos arrepender disso, hoje devemos lastimar a perda de força de trabalho». Apesar destas declarações, nem as medidas práticas se alteraram, nem o próprio Himmler

---

[46] Id., ibid., 396.

[47] A. Speer (1979) 295-296, 707 n. 12.

[48] Id., ibid., 490-491.

Speer (pag. 491) pretende que, graças à sua acção, os SS melhoraram bastante as condições físicas da mão-de-obra escrava enviada para as empresas dependentes do seu Ministério. Mas as descrições a que procede e o relato das diligências efectuadas junto às chefias dos SS (pags. 492-493, 497) parecem mostrar que não ocorreram quaisquer alterações significativas.

aprendeu a lição, não parecendo capaz de distinguir entre o número de trabalhadores e a produtividade de cada um, pois observou no mesmo discurso: «Que a exaustão possa levar ao colapso de dez mil fémeas russas durante a escavação de uma trincheira anti-tanques só me interessa na medida em que a trincheira anti-tanques for completada para a Alemanha»[49]. Em suma, numa época em que a economia do Reich se deparava com enormes problemas, aquele que era já então a segunda figura do regime declarava tranquilamente que, no tocante ao trabalho escravo, as questões de produtividade não tinham a menor importância. Compreende-se assim que «numa circular de 28 de Dezembro de 1942», segundo relata um reputado historiador, «um funcionário dos Serviços Centrais dos SS se queixasse de que, das 136.870 pessoas chegadas aos campos de concentração entre Junho e Novembro, 70.610 estavam já mortas; ele chamava a atenção para o facto de isto reduzir seriamente o número de pessoas disponíveis para trabalhar na produção de armamento nas fábricas dos campos de concentração»[50].

O emprego sistemático de prisioneiros de guerra em trabalho forçado, decidido na Primavera de 1942, levou a uma relativa melhoria da sua alimentação, de modo a poderem despender algum esforço físico. Mas com que resultados? No decurso do conflito os nazis fizeram mais de cinco milhões de prisioneiros de guerra soviéticos, dos quais menos de um milhão foi libertado, ou para regressar enquanto civis aos territórios ocupados, ou para servir nas tropas auxiliares colaboracionistas. Entre os restantes, dois milhões morreram no cativeiro e um milhão desapareceu sem deixar qualquer rasto nos documentos oficiais, exterminados uns, vitimados outros pela fome e a doença, conseguindo os demais fugir. Restou cerca de um milhão de homens, neste colossal desperdício do que poderia ter sido uma força de trabalho[51]. Por outro lado, quase três milhões de soviéticos foram deportados para o Reich, onde ficaram sujeitos ao trabalho forçado, e também neste caso as convicções racistas se opuseram à plena utilização da mão-de-obra. Mesmo quando este tipo de escravos era entregue a empresas privadas, o que parece ter sucedido na maior parte dos casos, permanecia sob a fiscalização dos SS, que impunham os seus critérios de tratamento e de punição, com a consequente perda de inúmeras vidas e o desaproveitamento das potencialidades de trabalho[52]. Erguendo uma barreira intransponível entre a situação dos trabalhadores livres alemães e as condições incrivelmente precárias a que estavam sujeitos

[49] Citado em A. Bullock (1972) 696, 697 e A. Dallin (1957) 593.

[50] A. Bullock (1972) 700.

[51] Quanto aos prisioneiros de guerra e ao seu eventual aproveitamento como força de trabalho ver A. Dallin (1957) 423-426.

[52] Quanto aos trabalhadores eslavos deportados para o Reich ver id., ibid., 428 e segs.

os escravos de origem eslava, os SS pretendiam enraizar o mito da superioridade racial nos níveis mais profundos da mentalidade germânica. Para isso, no entanto, impediram que a economia do Reich extraísse daqueles quase três milhões de homens e mulheres um rendimento adequado.

Ora, uma orientação deste tipo é inteiramente absurda em termos capitalistas, porque despreza a necessidade de desenvolver a mais-valia relativa. O capitalismo é uma forma de exploração da força de trabalho que assenta a sua especificidade histórica – e a correlativa noção de progresso – no facto de ser capaz de extrair lucros cada vez maiores mediante o adestramento físico, e em seguida a promoção intelectual, da força de trabalho. É assim que dentro dos mesmos limites temporais a actividade do trabalhador se torna cada vez mais intensiva e sempre mais complexa, permitindo que durante um mesmo número de horas do relógio aumente o tempo de trabalho efectivamente despendido, se tomarmos como padrão de medida o trabalho simples. Matar ou deixar morrer os trabalhadores mais aptos e destruir as habilitações dos outros é comprometer a possibilidade de extrair mais-valia. Sabe-se que pelo menos no campo de concentração de Majdanek os ossos dos mortos eram reduzidos a pó e, misturados nos adubos, serviam para fertilizar a terra[53]. Mas a força de trabalho dos vivos teria sido muito mais rentável do que o esqueleto dos defuntos. Se ao longo da sua história de horrores a humanidade se distingue dos animais é num facto decisivo – explorar os inimigos vencidos, em vez de simplesmente os devorar. Na guerra racial que conduziu a leste, a raça dos senhores mostrou uma estranha propensão a esquecer a economia humana e a reduzir-se a uma modalidade de canibalismo animal.

Nem sequer se pode confundir a política eslava dos nazis com as atrocidades cometidas pelo colonialismo europeu no século XIX e no começo do século XX. No caso do colonialismo tratou-se de uma forma de acumulação capitalista primitiva, ou seja, da criação de uma classe proletária, e as medidas bárbaras a que se recorreu tinham por objectivo destruir estruturas económicas e sociais tradicionais e suscitar a formação e o desenvolvimento de um proletariado. Enquanto que na Europa de Leste os nazis esforçaram-se por destruir uma economia já industrializada e por desorganizar e em boa parte liquidar uma classe proletária desenvolvida, ou até provida de elevadas qualificações. Pelo mesmo motivo, a conjugação entre o regime instaurado pelos nazis a leste e aquele que continuava a vigorar na Alemanha e nos países ocupados do norte e do ocidente da Europa não se pode comparar à articulação entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Esta dualidade

[53] E. Conte et al. (1995) 305.

tem estado sempre presente no capitalismo, que se revela incapaz de promover homogeneamente toda a força de trabalho. No caso da ocupação dos países eslavos pelos nazis, porém, não se tratou de diferentes ritmos de desenvolvimento, mas do oposto, a destruição daquilo que já havia sido desenvolvido e a imposição de uma involução generalizada. O sistema implantado a leste não foi apenas antagónico da mais-valia relativa, mas era também inexplicável no quadro da mais-valia absoluta, sendo, portanto, contraditório com o próprio capitalismo.

O carácter inteiramente paradoxal da política de ocupação nazi, se analisada em termos capitalistas, ressalta de maneira igualmente flagrante quando se examinam os critérios que presidiram à chacina de massas humanas. Em 1941 os SS queixaram-se de que o comissário geral do Reich para a Bielo-Rússia havia proibido uma execução de Judeus e, numa nota acerca do assunto, o comissário perguntou aos seus superiores do Ministério para os Territórios Ocupados de Leste se a população semita devia ser exterminada independentemente do interesse económico decorrente das suas actividades profissionais. Na sua resposta, os serviços de Rosenberg não deixaram lugar para dúvidas: «em princípio, as considerações económicas devem ser desprezadas na solução do problema»[54].

Nem foi apenas contra os interesses económicos que se realizou aquela política de escravização e de assassínio maciço, mas igualmente contra os interesses militares mais imediatos. O descontentamento geral criado entre a população e o perigo de vida em que muitos se encontravam deu lugar à formação de enormes movimentos de resistência e de guerrilha nas áreas ocupadas, prejudicando gravemente a eficácia das tropas alemãs[55].

Se, pela maneira como inspirou o tratamento dos Eslavos, a mitologia racista do nacional-socialismo ignorou os mecanismos capitalistas mais elementares, fê-lo também pelo quadro económico que pretendeu oferecer à colonização nórdica. É certo que o recuo das tropas alemãs não deu oportunidade a que os imigrantes afluíssem aos territórios ocupados em proporções significativas, mas os grandes objectivos estratégicos definidos por Hitler e começados a aplicar por Himmler esclarecem os paradoxos visíveis nas leis de 29 de Setembro de 1933 e de 21 de Dezembro de 1936, que ressuscitaram e reforçaram o sistema dos morgadios. As pequenas propriedades camponesas foram decretadas património familiar inalienável e não penhorável, transmissível apenas segundo uma linha sucessória definida na lei[56]. As autoridades nazis sabiam que estavam a proceder de maneira contrária

[54] Citação em A. Dallin (1957) 206.
[55] Id., ibid., 74-76, 159, 188, 209-212, 218-219.
[56] Ch. Bettelheim (1971) I 49.

aprendeu a lição, não parecendo capaz de distinguir entre o número de trabalhadores e a produtividade de cada um, pois observou no mesmo discurso: «Que a exaustão possa levar ao colapso de dez mil fémeas russas durante a escavação de uma trincheira anti-tanques só me interessa na medida em que a trincheira anti-tanques for completada para a Alemanha»[49]. Em suma, numa época em que a economia do Reich se deparava com enormes problemas, aquele que era já então a segunda figura do regime declarava tranquilamente que, no tocante ao trabalho escravo, as questões de produtividade não tinham a menor importância. Compreende-se assim que «numa circular de 28 de Dezembro de 1942», segundo relata um reputado historiador, «um funcionário dos Serviços Centrais dos SS se queixasse de que, das 136.870 pessoas chegadas aos campos de concentração entre Junho e Novembro, 70.610 estavam já mortas; ele chamava a atenção para o facto de isto reduzir seriamente o número de pessoas disponíveis para trabalhar na produção de armamento nas fábricas dos campos de concentração»[50].

O emprego sistemático de prisioneiros de guerra em trabalho forçado, decidido na Primavera de 1942, levou a uma relativa melhoria da sua alimentação, de modo a poderem despender algum esforço físico. Mas com que resultados? No decurso do conflito os nazis fizeram mais de cinco milhões de prisioneiros de guerra soviéticos, dos quais menos de um milhão foi libertado, ou para regressar enquanto civis aos territórios ocupados, ou para servir nas tropas auxiliares colaboracionistas. Entre os restantes, dois milhões morreram no cativeiro e um milhão desapareceu sem deixar qualquer rasto nos documentos oficiais, exterminados uns, vitimados outros pela fome e a doença, conseguindo os demais fugir. Restou cerca de um milhão de homens, neste colossal desperdício do que poderia ter sido uma força de trabalho[51]. Por outro lado, quase três milhões de soviéticos foram deportados para o Reich, onde ficaram sujeitos ao trabalho forçado, e também neste caso as convicções racistas se opuseram à plena utilização da mão-de-obra. Mesmo quando este tipo de escravos era entregue a empresas privadas, o que parece ter sucedido na maior parte dos casos, permanecia sob a fiscalização dos SS, que impunham os seus critérios de tratamento e de punição, com a consequente perda de inúmeras vidas e o desaproveitamento das potencialidades de trabalho[52]. Erguendo uma barreira intransponível entre a situação dos trabalhadores livres alemães e as condições incrivelmente precárias a que estavam sujeitos

[49] Citado em A. Bullock (1972) 696, 697 e A. Dallin (1957) 593.

[50] A. Bullock (1972) 700.

[51] Quanto aos prisioneiros de guerra e ao seu eventual aproveitamento como força de trabalho ver A. Dallin (1957) 423-426.

[52] Quanto aos trabalhadores eslavos deportados para o Reich ver id., ibid., 428 e segs.

os escravos de origem eslava, os SS pretendiam enraizar o mito da superioridade racial nos níveis mais profundos da mentalidade germânica. Para isso, no entanto, impediram que a economia do Reich extraísse daqueles quase três milhões de homens e mulheres um rendimento adequado.

Ora, uma orientação deste tipo é inteiramente absurda em termos capitalistas, porque despreza a necessidade de desenvolver a mais-valia relativa. O capitalismo é uma forma de exploração da força de trabalho que assenta a sua especificidade histórica – e a correlativa noção de progresso – no facto de ser capaz de extrair lucros cada vez maiores mediante o adestramento físico, e em seguida a promoção intelectual, da força de trabalho. É assim que dentro dos mesmos limites temporais a actividade do trabalhador se torna cada vez mais intensiva e sempre mais complexa, permitindo que durante um mesmo número de horas do relógio aumente o tempo de trabalho efectivamente despendido, se tomarmos como padrão de medida o trabalho simples. Matar ou deixar morrer os trabalhadores mais aptos e destruir as habilitações dos outros é comprometer a possibilidade de extrair mais-valia. Sabe-se que pelo menos no campo de concentração de Majdanek os ossos dos mortos eram reduzidos a pó e, misturados nos adubos, serviam para fertilizar a terra[53]. Mas a força de trabalho dos vivos teria sido muito mais rentável do que o esqueleto dos defuntos. Se ao longo da sua história de horrores a humanidade se distingue dos animais é num facto decisivo – explorar os inimigos vencidos, em vez de simplesmente os devorar. Na guerra racial que conduziu a leste, a raça dos senhores mostrou uma estranha propensão a esquecer a economia humana e a reduzir-se a uma modalidade de canibalismo animal.

Nem sequer se pode confundir a política eslava dos nazis com as atrocidades cometidas pelo colonialismo europeu no século XIX e no começo do século XX. No caso do colonialismo tratou-se de uma forma de acumulação capitalista primitiva, ou seja, da criação de uma classe proletária, e as medidas bárbaras a que se recorreu tinham por objectivo destruir estruturas económicas e sociais tradicionais e suscitar a formação e o desenvolvimento de um proletariado. Enquanto que na Europa de Leste os nazis esforçaram-se por destruir uma economia já industrializada e por desorganizar e em boa parte liquidar uma classe proletária desenvolvida, ou até provida de elevadas qualificações. Pelo mesmo motivo, a conjugação entre o regime instaurado pelos nazis a leste e aquele que continuava a vigorar na Alemanha e nos países ocupados do norte e do ocidente da Europa não se pode comparar à articulação entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Esta dualidade

[53] E. Conte et al. (1995) 305.

tem estado sempre presente no capitalismo, que se revela incapaz de promover homogeneamente toda a força de trabalho. No caso da ocupação dos países eslavos pelos nazis, porém, não se tratou de diferentes ritmos de desenvolvimento, mas do oposto, a destruição daquilo que já havia sido desenvolvido e a imposição de uma involução generalizada. O sistema implantado a leste não foi apenas antagónico da mais-valia relativa, mas era também inexplicável no quadro da mais-valia absoluta, sendo, portanto, contraditório com o próprio capitalismo.

O carácter inteiramente paradoxal da política de ocupação nazi, se analisada em termos capitalistas, ressalta de maneira igualmente flagrante quando se examinam os critérios que presidiram à chacina de massas humanas. Em 1941 os SS queixaram-se de que o comissário geral do Reich para a Bielo-Rússia havia proibido uma execução de Judeus e, numa nota acerca do assunto, o comissário perguntou aos seus superiores do Ministério para os Territórios Ocupados de Leste se a população semita devia ser exterminada independentemente do interesse económico decorrente das suas actividades profissionais. Na sua resposta, os serviços de Rosenberg não deixaram lugar para dúvidas: «em princípio, as considerações económicas devem ser desprezadas na solução do problema»[54].

Nem foi apenas contra os interesses económicos que se realizou aquela política de escravização e de assassínio maciço, mas igualmente contra os interesses militares mais imediatos. O descontentamento geral criado entre a população e o perigo de vida em que muitos se encontravam deu lugar à formação de enormes movimentos de resistência e de guerrilha nas áreas ocupadas, prejudicando gravemente a eficácia das tropas alemãs[55].

Se, pela maneira como inspirou o tratamento dos Eslavos, a mitologia racista do nacional-socialismo ignorou os mecanismos capitalistas mais elementares, fê-lo também pelo quadro económico que pretendeu oferecer à colonização nórdica. É certo que o recuo das tropas alemãs não deu oportunidade a que os imigrantes afluíssem aos territórios ocupados em proporções significativas, mas os grandes objectivos estratégicos definidos por Hitler e começados a aplicar por Himmler esclarecem os paradoxos visíveis nas leis de 29 de Setembro de 1933 e de 21 de Dezembro de 1936, que ressuscitaram e reforçaram o sistema dos morgadios. As pequenas propriedades camponesas foram decretadas património familiar inalienável e não penhorável, transmissível apenas segundo uma linha sucessória definida na lei[56]. As autoridades nazis sabiam que estavam a proceder de maneira contrária

[54] Citação em A. Dallin (1957) 206.
[55] Id., ibid., 74-76, 159, 188, 209-212, 218-219.
[56] Ch. Bettelheim (1971) I 49.

aos interesses económicos ao fixarem obrigatoriamente uma parte da mão-de-obra à actividade agrícola, ao criarem limites ao progresso da concentração do capital nos campos, e ao dificultarem às famílias detentoras destes morgadios o recurso ao crédito, pois os bancos eram tanto mais avessos a facultar empréstimos quanto conheciam que aquelas terras não podiam ser penhoradas. Walter Darré, o ministro da Agricultura, que foi um dos principais obreiros da estratégia racial, declarava num discurso em Novembro de 1936: «O campesinato deve compreender claramente que na época da técnica moderna, dos transportes modernos, dos métodos modernos de trabalho e de economia, ele tem tão poucas razões de existência económica como o barco à vela relativamente ao navio a vapor. Sob um ponto de vista puramente económico, a forma e a dimensão da exploração camponesa não são rentáveis. A única razão de ser do campesinato é um facto que a história nos ensina, o de que um povo só se renova através do seu campesinato, o de que um povo deve manter em vida o seu campesinato para manter a sua própria existência»[57]. Esta concepção do campesinato como núcleo de uma ressureição biológica da raça dos senhores só assume todo o seu significado em função da expansão germânica para leste, que constituiu desde sempre um dos vectores principais da estratégia hitleriana. Contra os princípios decorrentes da produtividade agrícola, o Terceiro Reich sustentava uma casta de camponeses destinada a colonizar os territórios eslavos, onde formaria uma nova aristocracia de agricultores-guerreiros. Não foi apenas pela escravização dos Eslavos que os mitos raciais negaram os interesses económicos mais visíveis, mas igualmente do outro lado da grande clivagem, pela criação das condições sociais consideradas necessárias para gerar uma raça dominante.

Também noutros aspectos Hitler revelou durante a guerra um completo desrespeito pela lógica do capitalismo, nomeadamente quando se recusou a aceitar a mobilização das mulheres alemãs para substituírem na indústria a força de trabalho masculina. «"O sacrifício dos nossos ideais mais queridos é um preço demasiado grande", disse ele [Hitler] em Março de 1943, quando Speer pretendia recrutar mulheres para a indústria. A ideologia nazi ensinara que o lugar da mulher alemã era no lar, e não na fábrica – e foi no lar que ela permaneceu. Nos quatro primeiros anos da guerra, enquanto na Grã-Bretanha dois milhões e duzentas e cinquenta mil mulheres haviam sido colocadas na produção de guerra, na Alemanha só 182.000 mulheres tinham um emprego equivalente. O número de empregadas domésticas existente na Alemanha em tempo de paz, um milhão e meio, conservou-se

[57] Citado em id., ibid., I 50 n. 2.
Quanto às concepções de Darré a este respeito ver também H. Rauschning (1939) 54-56.

inalterado durante a guerra»[58]. Neste sentido o gauleiter da Turíngia, Fritz Sauckel, nomeado em Março de 1942 plenipotenciário para a mobilização da força de trabalho, declarava no mês seguinte: «A fim de proporcionar às donas de casa alemãs, e sobretudo às mães de famílias numerosas, [...] um apoio eficaz e de lhes proteger a saúde, o Führer encarregou-me de obter nos territórios de Leste cerca de 400.000 a 500.000 jovens sãs e robustas e de as transferir para o Reich»[59]. A importação de cerca de meio milhão de escravas domésticas eslavas não se destinava a libertar as mulheres germânicas das fainas do lar e a mobilizá-las para o trabalho industrial, já que Sauckel, fiel executante das directivas de Hitler, se opôs sistematicamente ao seu recrutamento, alegando para isso os riscos de ordem moral que elas correriam nas fábricas e os prejuízos que adviriam para a sua fecundidade, com consequências funestas no plano rácico[60]. Aliás, a questão deve ser colocada numa perspectiva mais ampla. «Fazer com que as mulheres empregadas regressassem ao lar era um dos objectivos iniciais dos nazis. Isto contribuiria para aumentar o número de nascimentos, e também para libertar empregos para os homens. [...] Esta política, que pretendia por outro lado baixar a idade média de casamento das mulheres, iria ser modificada sob a pressão da economia de guerra. Os industriais procuravam operárias jovens e solteiras para substituírem os homens que partiam para a frente de batalha. Nestas circunstâncias tornava-se especialmente vantajoso ser esposa de soldado e ser mãe, porque a remuneração concedida pelas forças armadas em vida do marido (ou a pensão, após a sua morte eventual) era bastante generosa. Por isso estas mulheres, mesmo quando não tinham filhos, estavam proibidas de exercer uma profissão»[61].

Em tudo isto, Hitler, cujo desinteresse pelas questões da economia deixara o capitalismo alemão prosseguir após 1933 sem alterações substanciais, introduzia agora uma profunda revolução económica, mediante a execução do único tema que o fascinava, o

---

[58] W. L. Shirer (1995) II 507.

Citando outros autores, A. Speer (1979) 708 n. 16 observa que no Reich o número de serviçais domésticas, que era de 1.582.000 em 1939, se mantinha praticamente inalterado em 1943, no montante de 1.442.000; enquanto que na Grã-Bretanha, entre as mesmas datas, passara de 1.200.000 para 400.000.

Todavia, F. Neumann (1943) 380 apresenta uma visão substancialmente diferente, ao escrever: «A preparação para a guerra e a própria guerra [...] levaram a um aumento do número de mulheres empregadas, sobretudo no transporte e na indústria. Ainda que em 1933 as mulheres constituíssem 37,3% da mão-de-obra industrial total e em 1936 a sua participação se tivesse reduzido a 31,8%, em Outubro de 1941 atingira já os 37,1%. Em valores absolutos, o número de mulheres empregadas subiu de 4.700.000 em 1933 para 6.300.000 em 1938 e 8.420.000 em Janeiro de 1941. Ainda não está esgotada a reserva de trabalho representada pelas mulheres, já que o número total de mulheres aptas para o trabalho é avaliado entre 10 e 12 milhões, e por isso estudam-se cada vez mais métodos e processos destinados a mobilizar aquela reserva».

[59] A. Speer (1979) 297.

[60] Id., ibid., 296-297, 707-708 n. 14, 713 n. 3.

[61] E. Conte et al. (1995) 391 n. 2.

programa racial. Reduzir os Eslavos a uma condição sub-humana correspondia a deteriorar as capacidades da força de trabalho e, portanto, perder a única fonte do lucro capitalista.

O historiador que mais exaustivamente estudou este assunto avaliou que a Alemanha podia ter obtido mais da União Soviética mediante as relações comerciais estabelecidas sob a égide do Pacto de Não-Agressão assinado em Agosto de 1939, e nomeadamente graças aos acordos económicos de Outubro desse ano e de Fevereiro do ano seguinte, do que conseguiu extorquir das terras ocupadas através de uma impiedosa repressão[62]. Já durante o período em que Hitler estava a preparar a Operação Barba Ruiva os peritos económicos que haviam concebido os acordos comerciais vigentes entre Berlim e Moscovo indicaram que se continuasse a recorrer a estes meios pacíficos o Reich conseguiria aumentar o volume de alimentos e de matérias-primas proveniente da URSS, sem precisar portanto de declarar guerra à sua aliada[63]. Afinal, a apropriação dos excedentes da produção rural nos territórios em breve conquistados à União Soviética, que provocou um tão grande caos na vida destes povos e condenou milhões de pessoas a morrerem de fome, serviu quase somente para alimentar o exército ocupante, pouco sobrando que pudesse ser enviado para o Reich[64]. Os maus tratos sistemáticos infligidos à força de trabalho e à população em geral, e a própria ocupação militar do território, fizeram com que a produção agrícola descesse a níveis tais que comprometeram o plano de colonização nacional-socialista. Alexander Dallin desvenda os termos deste paradoxo ao observar que «a ocupação permitia alimentar um exército que tornava possível a ocupação, mas que perdeu a guerra. E os métodos empregues para obter aqueles alimentos contribuíram para a derrota, na medida em que aumentaram a hostilidade da população»[65]. Do mesmo modo, a produção de matérias-primas não-agrícolas, e também a produção dos centros industriais mantidos em actividade para abastecer o aparelho militar, foram muito pouco relevantes, especialmente se levarmos em conta o valor dos equipamentos e do carvão que tiveram de ser importados para os territórios de Leste[66]. Em suma, «Berlim [...] fracassou mesmo no mais imediato dos seus objectivos, o de obrigar o Leste a contribuir substancialmente para o esforço de guerra alemão. [... ... ...] Apesar de terem sido submetidos a uma exploração mais brutal, e apesar de possuírem uma área muito maior e recursos muito mais abundantes, os territórios ocupados do Leste forneceram ao

---

[62] A. Dallin (1957) 365 e segs. A principal conclusão encontra-se na pag. 369. Acerca do benefício que o Reich havia extraído das suas relações comerciais com a URSS durante os dois primeiros anos da guerra ver também A. Bullock (1972) 573.

[63] A. Dallin (1957) 17.

[64] Id., ibid., 368.

[65] Id., ibid., 369.

[66] Id., ibid., 406.

Reich propriamente dito, segundo os registos oficiais, apenas um sétimo do que foi obtido da França!»[67]. E de novo, na conclusão da sua obra, Dallin insiste no saldo económico negativo provocado pela política nazi. «A ocupação alemã foi um fracasso. [...] Foi um fracasso mesmo quanto ao programa económico a curto prazo estabelecido por Berlim. É provável que os cereais e as matérias-primas confiscados em 1941-1943 não representassem um volume superior ao que Hitler teria conseguido através dos fornecimentos soviéticos se tivesse permanecido fiel ao pacto com Stalin – admitindo», acrescenta o historiador com ironia, «que Stalin respeitasse os termos do acordo»[68].

A campanha contra a União Soviética, que precipitou o nazismo na catástrofe, era inteiramente injustificável por considerações económicas ou sequer militares e só encontra explicação no quadro das teorias raciais, que previam a subjugação dos sub-homens eslavos pela raça dos senhores. Como muito bem observa um historiador, «o que foi a guerra contra a Rússia, senão uma guerra ideológica? No Verão de 1941 Hitler tinha a Europa a seus pés. Stalin mostrava-se quase pusilânime na sua ansiedade de evitar o conflito, e a Alemanha obtinha directamente da Rússia, ou através dela, matérias-primas essenciais em quantidade superior a tudo aquilo que conseguiu saquear depois de Hitler ter decretado a invasão. É certo que a Inglaterra continuava a resistir, mas seria impotente sem a intervenção declarada da América. E após os Americanos terem sido compelidos, não por iniciativa própria, a entrar em guerra, passaram mais dois anos e meio até que os Aliados se sentissem suficientemente fortes para abrirem uma segunda frente do outro lado da Mancha. Se Hitler não era um ideólogo, por que motivo apostou na invasão da URSS tudo aquilo que havia ganho?»[69].

Poderia pensar-se que esta nova lógica económica, e os paradoxos dela resultantes em termos de produtividade capitalista, se devessem exclusivamente ao papel assumido pelos tecnocratas na exploração dos territórios eslavos conquistados. Teríamos então aqui mais um indício do conflito de interesses entre os gestores e a burguesia privada, que tem agitado toda a história recente do capitalismo. E, com efeito, desde 1941 alguns sectores do nacional-socialismo, nomeadamente a Frente do Trabalho, a cargo do Reichsleiter Robert Ley, defendiam que os sectores chaves da economia nos territórios de Leste não deviam ser entregues à iniciativa privada, mas mantidos em regime de monopólio estatal[70]. A tecnocracia SS tinha, porém, uma importância incomparavelmente superior à burocracia

[67] Id., ibid., 406-407.
[68] Id., ibid., 677-678.
[69] R. Cecil (1973) 75.
[70] A. Dallin (1957) 382.

sindical. Desde o início coubera aos SS organizar as condições repressivas indispensáveis a um escravismo de Estado aplicado em escala tão colossal, e no final de 1942 Himmler conseguiu que o Ministério da Justiça abdicasse dos poderes legais sobre os Polacos e todos os outros Eslavos, que passaram a estar directamente submetidos à polícia, da qual o Reichsführer SS era o chefe supremo[71]. A partir de então os SS tiveram a possibilidade de decidir com plena independência o tratamento que devia ser ministrado à força de trabalho importada compulsoriamente do Leste[72]. Assim, estava já traçado o caminho para que, após o dia 20 de Julho de 1944, quando se frustrou o esboço de golpe de Estado animado por um bom número de generais, Himmler assumisse o controle de todas as questões relativas aos prisioneiros de guerra[73]. Nos últimos tempos do Reich a milícia negra possuía um império económico muito considerável, dispondo de fábricas próprias, que funcionavam com força de trabalho escrava[74].

Mas a questão é muitíssimo mais complexa, porque não foram só a tecnocracia estatal e os SS a aproveitar o trabalho escravo e a prosseguir a deterioração mental e física da mão-de-obra. O facto de todo este programa ser indubitavelmente contrário aos mecanismos mais elementares do capitalismo não impediu, paradoxalmente, que as grandes empresas colaborassem de maneira entusiástica na sua implementação. O Ministério de Alfred Rosenberg para os Territórios Ocupados do Leste, reflectindo o conservadorismo social do seu titular, tomou uma posição francamente favorável às empresas privadas[75]. Mas Rosenberg fora já posto à margem dos conflitos políticos decisivos, e os interesses do capital privado articularam-se em torno de outros personagens. Quando se começou a projectar a exploração colonial dos territórios de Leste os aspectos mais directamente económicos haviam ficado sob a égide suprema de Göring, enquanto responsável pelo Programa de Quatro Anos[76]. Ora, se por um lado os serviços de planificação constituíam o quadro próprio para o desenvolvimento da classe dos gestores, por outro lado Göring sempre mativera relações muito estreitas com o patronato privado, o que explica que tivesse agora suscitado a criação de um tipo de companhias especialmente concebidas para operarem no Leste, e que proliferaram rapidamente. Vejamos com algum detalhe essas instituições.

---

[71] Id., ibid., 437-438.
[72] Id., ibid., 438.
[73] Id., ibid., 426.
[74] A. Bullock (1972) 728.
[75] A. Dallin (1957) 382.
[76] A. Bullock (1972) 641; A. Dallin (1957) 314-315.

O Reich, enquanto proprietário em última instância e financiador de capital, assumia a tutela de grandes companhias, às quais era concedido o monopólio de dados ramos da economia; mas as empresas privadas alemãs, mediante os seus quadros dirigentes, encarregavam-se da administração destas companhias. Em consequência as companhias contavam entre os membros dos seus conselhos de administração importantes gestores ou patrões de empresas privadas, o que tornava mais estreita a rede de interesses. Este sistema era considerado como «um instrumento transitório, que tinha a vantagem de conjugar a actividade governamental na direcção económica com a iniciativa privada na execução». É certo que estas companhias não operavam apenas no sector mineiro, comercial e de serviços. Exploravam igualmente centros industriais que, embora destinados no futuro a serem arrasados, eram ainda mantidos temporariamente em funções, devido às necessidades prementes de abastecimento do aparelho militar. Sob este ponto de vista elas não servem para avaliar o interesse que os empresários privados pudessem ter pelo programa nacional-socialista de colonização a Leste, quando a economia desses territórios ficasse reduzida à agricultura e à mineração, além do comércio e de alguns serviços. Por outro lado, todavia, aquelas companhias laboravam com uma mão-de-obra escrava, e quanto a este aspecto mostraram-se completamente inseridas no plano de colonização[77]. Ao mesmo tempo que desenvolveu no Leste aquele tipo de grandes companhias, Göring criou o quadro legal que permitiu às empresas privadas alemãs assumirem, com os devidos lucros, uma espécie de tutela, ou de patrocínio, de antigas empresas soviéticas que se mantinham formalmente no âmbito da propriedade estatal do Reich. Deste modo cartéis e grandes firmas conseguiram o que para todos os efeitos práticos era uma forma de apropriação dos estabelecimentos mineiros e industriais nos territórios soviéticos ocupados[78]. Com o apoio activo de Göring, e com o consentimento expresso de Hitler, as empresas privadas alemãs reforçaram a sua penetração económica a Leste, em detrimento da burocracia estatal e dos SS[79]. Assim, verificamos que o escravismo industrial não seduziu apenas a mentalidade tecnocrática, pois a burguesia tradicional manifestou-se igualmente interessada por esta modalidade de exploração, tanto mais que no próprio Reich as empresas privadas recebiam com abundância a sua quota-parte da mão-de-obra escrava, compulsoriamente importada dos territórios eslavos de Leste[80].

---

[77] Quanto a este tipo de companhias ver A. Dallin (1957) 383-385. A passagem citada vem na pag. 383. Consultar igualmente Ch. Bettelheim (1971) I 137-138.

[78] Quanto a esta forma de participação do grande capital privado ver A. Dallin (1957) 384-385.

[79] Id., ibid., 387-389.

[80] Id., ibid., 428-429.

Numerosas grandes empresas alemãs operaram com força de trabalho escravizada e mantiveram-na em condições físicas e mentais incrivelmente degradadas. «Krupp», um *Konzern* que se contava entre os mais poderosos, «empregava uma grande quantidade de trabalhadores escravos [...] Em certo momento da guerra, foram trazidas seiscentas judias do campo de concentração de Buchenwald para trabalharem nas fábricas Krupp [...] O Dr. Wilhelm Jaeger, o "médico principal" encarregado dos escravos da Krupp, apresentou em Nuremberga, sob juramento, um documento escrito onde descreve a situação com que se deparou ao iniciar as suas funções. "Na primeira das minhas visitas verifiquei que essas fémeas sofriam de feridas abertas e purulentas, além de outras doenças. [...] Não havia medicamentos. [...] Elas não tinham sapatos e andavam descalças. Como único vestuário, cada uma usava um saco com buracos para os braços e a cabeça. [...] A alimentação era extremamente escassa e de muito má qualidade". O Dr. Jaeger comunicou a situação aos administradores da Krupp, e mesmo ao médico pessoal do proprietário, Gustav Krupp von Bohlen und Halbach, mas em vão. E os seus relatórios acerca de outros campos de trabalho escravo da Krupp também não levaram a qualquer melhoria das condições»[81]. Na I. G. Farben, o *Konzern* mais importante do Reich, que em 1939 empregava 25% do pessoal de toda a indústria química alemã, fornecendo 33% da produção e 66% das exportações deste ramo, usavam-se igualmente prisioneiros dos campos de concentração para trabalhar nas instalações químicas[82].

Alexander Dallin, o historiador que mais detalhadamente analisou a situação dos territórios de Leste sob a ocupação nacional-socialista, regista vários protestos acerca do tratamento a que eram sujeitos os soviéticos empregues como mão-de-obra escrava no interior do Reich[83], mas, e muito curiosamente, nenhuma destas intervenções críticas emanou da esfera empresarial. É diferente a posição adoptada por um historiador da antiga República Democrática Alemã, que escreve – embora sem acrescentar qualquer especificação nem dar nenhuma referência, pelo menos na versão que conheço – que «nos meios monopolistas, tal como entre os chefes da quadrilha nazi, houve durante toda a guerra quem lamentasse o absurdo que consistia em deixar morrer de fome trabalhadores quando eles eram tão necessários, em os deportar, em os submeter a tratamentos especiais ou em os exterminar maciçamente de um ou outro modo»[84]. Para esse autor, todavia, aquela situação

---

[81] W. L. Shirer (1995) II 355-356.

Acerca do *Konzern* Krupp ver Ch. Bettelheim (1971) II 167.

[82] W. L. Shirer (1995) II 377. Quanto à I. G. Farbenindustrie ver Ch. Bettelheim (1971) I 86 e D. Eichholtz (1971-1972) 138 e segs.

[83] A. Dallin (1957) 439-442.

[84] D. Eichholtz (1971-1972) 117.

resultava de um conflito insanável entre as necessidades da repressão nos territórios ocupados, que levariam as autoridades nazis a condenar os vencidos a formas extremas de miséria e a liquidar fisicamente um grande número de pessoas, e os requisitos do aparelho produtivo, que exigiam um melhor tratamento das populações[85]. Ora, esta argumentação ignora dois factos fundamentais. Por um lado, Alexander Dallin mostrou[86], sem deixar sombra de dúvida, que a maneira como os nazis trataram os povos eslavos dificultou a ocupação e a continuidade da guerra, pois contribuiu para estimular a formação de guerrilhas e para generalizar as sabotagens, como aliás as próprias autoridades militares não ignoravam. Por outro lado, o prosseguimento sistemático de uma política de massacre e de miséria forçada só vitimou os Eslavos e os Judeus, além dos Ciganos, um povo de dimensões históricas menos significativas, sem que fosse aplicada aos habitantes das outras nações ocupadas, tanto na Europa ocidental como na Escandinávia. E mesmo nos territórios conquistados no Leste, como mostrarei no capítulo em que abordo a legitimidade democrática do racismo nacional-socialista, eram executadas políticas muito diferentes, consoante a hierarquia racial atribuída às populações. A verdadeira contradição processou-se entre os interesses económicos e a política rácica, mas os autores inseridos no marxismo ortodoxo mostram-se sempre incapazes de adoptar esta perspectiva, o que os leva a falsear completamente a análise do fascismo alemão. Se em termos marxistas – que genericamente são os meus também – aquela contradição representa um paradoxo insolúvel, e se não se pode conceber que uma ideologia inteiramente falseada tivesse prevalecido sobre os interesses económicos mais prementes, então tenho muita pena da teoria, mas isso não me leva a deitar fora os factos. Não é por não conseguirmos explicar uma coisa que ela passa a ser menos real.

Que consequências teve sobre a produtividade das fábricas aquele sistema de miséria forçada e de destruição das qualificações da força de trabalho? Se existem estudos sobre o assunto não os encontrei, e o primoroso livro de Alexander Dallin não faz qualquer referência às condições de funcionamento das empresas industriais em situação de escravismo de Estado[87]. E, todavia, sem resolver este problema é impossível compreender o aparente interesse dos grandes capitalistas alemães por uma força de trabalho que só podia

[85] Id., ibid., 117.

[86] A. Dallin (1957) 74-76, 159, 188, 209-212, 218-219.

[87] Em todo o capítulo dedicado à questão dos *Ostarbeiter*, ou seja, dos trabalhadores de Leste empregues como mão-de-obra escrava no interior do Reich, id., ibid., 428-453 não tem uma palavra acerca da reacção dos meios empresariais, nem do desempenho produtivo daqueles trabalhadores.

deteriorar a produtividade e que, portanto, punha em causa os próprios princípios básicos da reprodução do capital.

É instrutivo recordar a este respeito o destino do *apartheid.* Apesar de os trabalhadores negros na África do Sul não terem sido escravos do Estado e se assalariarem em termos capitalistas, os obstáculos criados deliberadamente à ascensão profissional desta força de trabalho aproximaram o *apartheid* das condições vigentes na Europa de Leste administrada sob a tutela dos SS. Ora, o desenvolvimento do capitalismo na África do Sul revelou-se finalmente inconciliável com o bloqueio aos mecanismos da produtividade. Sem aumentarem as qualificações dos trabalhadores negros e sem os admitirem em postos compatíveis com tal promoção, as maiores empresas sul-africanas não podiam acrescer significativamente a taxa de extorsão da mais-valia. A falência económica do *apartheid,* para nem falar do seu fracasso político, pois acabou por ser incapaz de manter a população negra em estado de submissão, serve para nos revelar o que sucederia, com o decurso do tempo, no império SS da Europa de Leste.

Não pode subsistir a mínima dúvida quanto à incapacidade do escravismo de Estado para desenvolver a produtividade e, por conseguinte, quanto à impossibilidade de operar nesse quadro consoante os mecanismos da mais-valia. Mas é aqui que começa o verdadeiro problema, porque a incompatibilidade entre o escravismo de Estado e o sistema económico assente na extorsão de mais-valia revela que a política racial de Hitler, na sua execução prática, destruíra o capitalismo e substituíra-o por um regime económico novo.

4

Talvez isso resolva os paradoxos da ideologia hitleriana. Ao longo dos anos de guerra observa-se, é certo que não entre a generalidade dos nazis, mas no grupo restrito dos fiéis de Hitler, e mais do que todos no próprio Führer, um prevalecimento das determinantes ideológicas, absolutamente distinto do que tem sucedido em qualquer das formas correntes de capitalismo e, aliás, inexplicável em termos estritamente marxistas. Seria esta a expressão ideológica do metacapitalismo SS? A decisão de invadir a União Soviética, insiste um historiador, «baseava-se em ideias irracionais e em preconceitos acerca do drama da história e dos papéis interpretados pelo povo alemão e pelo povo eslavo. O massacre dos

Eslavos, tal como o dos Judeus, foi um homicídio ritual, que não só não contribuiu em nada para a vitória militar, mas [...] criou graves obstáculos à actuação da Wehrmacht»[88]. A destruição das qualificações dos trabalhadores e das forças produtivas na Europa de Leste, do mesmo modo que as últimas decisões militares de Hitler e as suas repetidas ordens de liquidação do aparelho produtivo germânico, tão absurdas em termos de economia capitalista, não revelarão a hegemonia da instância doutrinária na estrutura de poder nazi e não indicarão, portanto, o surgimento de um modo de produção diferente do capitalismo?

E não assentaria esta outra economia num novo contexto social? Sabemos que as maiores empresas privadas se mostraram muito interessadas pelo trabalho escravo fornecido pelas populações eslavas e se expandiram nos territórios conquistados de Leste, em detrimento dos interesses económicos dos próprios SS. Mas talvez se possa admitir que esta actuação da grande burguesia fosse condicionada pelo quadro social que a tecnocracia SS estabelecera. Segundo esta hipótese, a classe burguesa ter-se-ia limitado a reagir a uma situação determinada pela classe dos gestores. Veja-se o programa previsto para o *Gau* de Warthe, na parte ocidental da Polónia incorporada no Reich em Outubro de 1939. Esta circunscrição administrativa era proclamada oficialmente como um modelo, onde se prefiguravam as modalidades de dominação que deveriam ser aplicadas nos demais territórios resultantes da expansão para leste[89]. Aí os SS, que mediante as suas forças armadas próprias, os Waffen SS, representavam já a conjugação do partido e das milícias com o exército, e que subalternizavam a instância sindical enquanto mera agência de administração da força de trabalho, encarregar-se-iam de todas as outras funções estatais e iriam também assimilar completamente as Igrejas[90]. Se recordarmos o quadrilátero em que os fascismos se inscreveram sempre enquanto ponto mediano, concluímos que o centro absorvera a totalidade do campo em que se situava. O metacapitalismo SS teria uma metaburocracia como classe dominante.

Se isto for exacto, então existem em gérmen sob o capitalismo dois novos modos de produção. Um, pressuposto nas relações de solidariedade e de igualdade que os trabalhadores estabelecem entre si quando lutam activa e colectivamente contra o capital. O surgimento do outro ameaça quando a contestação, em vez de pôr em causa as hierarquias sociais, se processa inteiramente dentro do quadro da ordem, reforçando-a mediante a renovação das elites, ou pior ainda, através da constituição de elites novas. Num caso

[88] R. Cecil (1973) 199.
[89] E. Conte et al. (1995) 58, 144.
[90] Id., ibid., 59-62.

teríamos a tendência ao socialismo, entendido enquanto negação das classes e da exploração do trabalho. No outro caso, a afirmação hierárquica de um metacapitalismo, conducente a um escravismo de Estado.

A ser assim, o período entre as duas guerras mundiais teria constituído um extraordinário laboratório de antecipações históricas.

5

Nem seria necessário ter chegado dedutivamente à conclusão de que o hitlerismo correspondeu a um metacapitalismo, pois foi uma tese apresentada por alguns autores da extrema-esquerda da época.

Nas franjas mais radicais do movimento operário, confinados nas prisões soviéticas ou relegados nas democracias à marginalização grupuscular e ao anonimato, vários activistas, completamente exteriores ao meio académico, tiveram a ousadia teórica, e acima de tudo a coragem prática, de inaugurar uma nova problemática económica e social. As suas obras, artigos ou livros de escassa divulgação, surgiram no combate contra a degenerescência da revolução russa, e as suas premissas desenvolveram-se na crítica à ortodoxia trotskista, que continuava a pretender que a economia staliniana tinha um carácter socialista. Argumentava Trotsky que o socialismo se definia pelo facto de os meios de produção serem apropriados pelo Estado, e que esta situação não fora posta em causa pela ascensão de Stalin. Em sentido contrário, os críticos mais radicais do regime soviético afirmavam que as formas jurídicas da propriedade haviam deixado de revelar as características decisivas da sociedade e que era necessário analisar directamente as relações sociais, sobretudo as relações tecidas no processo de produção.

Esses teóricos militantes, cuja implacável lucidez constituiu a razão maior da obscuridade a que foram votados, defendiam que a revolução russa havia sido conduzida, ou pelo menos os seus resultados haviam sido captados, por uma classe de gestores, proprietária colectiva do capital e por isso distinta da clássica burguesia de propriedade privada. Entendiam uns que se tratava de uma classe pós-capitalista, enquanto outros a explicavam dentro dos mecanismos do capital e mediante o modelo da apropriação da mais-valia. A polémica não era de somenos importância, pois implicava a definição do papel

histórico do proletariado. Se os gestores fossem uma classe capitalista, então estaria preservada a função da classe trabalhadora enquanto única força capaz de destruir e ultrapassar o capital. Mas se os gestores fossem socialmente incompatíveis com o capitalismo, então a classe trabalhadora deparar-se-ia com um concorrente histórico, e de tanto mais peso quanto detinha já uma parte considerável do poder económico e político. A dúvida lancinante que a extrema-esquerda formulou na década de 1930 – socialismo ou barbárie? – assumia um carácter diferente para uma e outra daquelas correntes, que viam na barbárie ou a continuação do capitalismo ou a sua superação por um regime mais mortífero ainda.

Detido no campo prisional de Verkhnie-Uralsk, onde estava a maioria dos membros mais activos da facção trotskista[91], o croata Anton Ciliga deixou um testemunho fundamental para a compreensão daquelas polémicas, e tanto mais importante quanto permaneceu singular, conseguindo o seu livro sobreviver a atribulações tão variadas como as que sofreu o autor. Participante activo entre 1919 e 1921 no movimento comunista de numerosos países, na Jugoslávia, na Hungria, onde interveio na revolução dos conselhos, na Checoslováquia, na Itália, Ciliga foi nomeado em 1925 para o *Bureau* Político do Partido Comunista jugoslavo. Expulso então do seu país, fixou-se durante um ano em Viena, para exercer actividade como representante do Comité Central no estrangeiro e membro do *bureau* balcânico da Internacional Comunista. Em 1926 foi para Moscovo e tornou-se partidário da oposição de esquerda, de feição trotskista. Preso em 1930 e deportado para a Sibéria, teve a sorte de ser expulso da União Soviética em Dezembro de 1935, pouco antes de começarem os grandes processos públicos dos oposicionistas. A primeira edição do livro em que relatou as suas experiências foi confiscada pelas autoridades alemãs logo após a ocupação de Paris. Vigorava então o pacto germano-soviético e, se bem que os nazis permitissem a difusão de críticas de direita ao regime staliniano, as análises de esquerda eram perseguidas e silenciadas. Em relativo apagamento permaneceu também a segunda edição da obra, com uma difusão restrita aos grupúsculos da esquerda mais extrema, e só a crescente dimensão tomada pelo movimento operário autónomo ao longo das décadas de 1960 e de 1970 forneceu a oportunidade para uma edição comercial de grande tiragem, impedindo que caísse no definitivo esquecimento esta contribuição indispensável para o estudo crítico das novas formas assumidas pelo capitalismo.

[91] A. Ciliga (1977) 169.

Na cadeia Ciliga pôde conhecer vários membros de pequenos agrupamentos comunistas de oposição, mais ou menos clandestinos, formados durante a guerra civil, ainda em vida de Lenin e enquanto Trotsky era uma das personalidades mais poderosas na nova Rússia. Esta primeira oposição comunista atribuía toda a dinâmica do processo revolucionário à própria classe operária, e não ao partido, como pretendiam os leninistas e, na sequência deles, os trotskistas[92]. Uma divergência tão fundamental ocasionara, desde muito cedo, discordâncias profundas relativamente às várias orientações económicas e políticas seguidas pelas autoridades soviéticas.

De entre os membros destas correntes radicais, que se encontravam então juntos com elementos das outras tendências de oposição nos mesmos campos de prisioneiros, Ciliga destacou o jovem Volodia Smirnov, que afirmara: «Na Rússia nunca houve revolução proletária nem ditadura do proletariado. Houve simplesmente uma "revolução popular" na base e uma ditadura burocrática no topo. Lenin nunca foi um ideólogo do proletariado. Do princípio até ao fim, ele foi um ideólogo da *intelligentsia*». E Ciliga esclareceu: «Estas concepções de Smirnov relacionavam-se com a ideia geral de que o mundo se dirige, através de caminhos diferentes, para uma nova forma social, o capitalismo de Estado, com a burocracia enquanto nova classe dirigente. Ele situava no mesmo plano a Rússia soviética, a Turquia de Kemal Atatürk, a Itália fascista, a Alemanha em marcha para o hitlerismo e a América de Hoover e Roosevel. "O comunismo é um fascismo extremista, o fascismo é um comunismo moderado", escrevia ele no seu artigo "O Com-fascismo"». Era uma ousadia teórica grande demais, mesmo para um grupo de oposição extrema, e Smirnov, excomungado sei lá quantas vezes, foi excluído de novo, expulso da tendência a que até então havia pertencido[93].

Enquanto as sucessivas experiências da guerra civil, da NEP e do primeiro plano quinquenal suscitavam aquelas observações, uma elaboração teórica convergente verificava-se em outros países[94]. Num livro editado em 1931 em França, Lucien Laurat considerou que a União Soviética, não sendo socialista, não era também capitalista, e que a burocracia soviética constituía uma nova classe exploradora e inaugurara um modo de produção novo[95]. Noutra obra, publicada oito anos depois, Laurat defendeu a tese de que a mesma

---

[92] Id., ibid., 211-212.

[93] Id., ibid., 219.

[94] F. Neumann (1943) 555-556 n. 1 fornece algumas indicações bibliográficas acerca de autores que negavam o carácter capitalista do nacional-socialismo.

[95] H. E. Morel (1977) 244.

Escrevendo em 1933, L. Trotsky (1972 a) 111-112 mostrou até que ponto lhe escapavam as implicações fundamentais da polémica acerca do carácter de classe do regime soviético, ao afirmar que as

classe que tomara o poder na Rússia se desenvolvia igualmente no seio do capitalismo ocidental[96]. Entretanto, em 1933, fugido da Alemanha hitleriana, Hugo Urbahns, antigo dirigente do Partido Comunista alemão em Hamburgo, afirmou também que a União Soviética, os países fascistas e os Estados Unidos do *New Deal* convergiam num sistema económico comum[97].

Mas foi outro autor que deu a este tipo de posições uma formulação consagrada[98]. Num livro saído em 1939 Bruno Rizzi, que acabara de romper com o trotskismo, sustentou que na União Soviética, tal como na Itália e na Alemanha fascistas e no Japão dominado pelos militares, bem como nos Estados Unidos sob a administração de Franklin D. Roosevelt, a nova classe burocrática ou hegemonizara o poder e ultrapassara o capitalismo ou caminhava a passos rápidos neste sentido, fundando um regime de exploração diferente dos anteriores, que ele denominou *colectivismo burocrático*.

O choque provocado pela obra de Rizzi deveu-se, mais do que à sua análise socioeconómica, às conclusões políticas que continha. Presumindo, na boa tradição do marxismo ortodoxo, que as forças produtivas se caracterizam por um crescimento gradual, Rizzi admitiu que o colectivismo burocrático correspondesse a um estádio mais progressivo do que o capitalismo, capaz por isso de assegurar maior abundância e bem-estar à generalidade da população. «Sob o ponto de vista histórico, esta sociedade tem como tarefa elevar de maneira ordenada a produção total do mundo [..]»[99]. E mais adiante Rizzi foi ao ponto de escrever que «a próxima sociedade atingirá os limites máximos da produção quanto ao volume e talvez também quanto à qualidade [...]»[100]. Aliás, ele afirmou que a classe burocrática estava em vias de resolver os dois únicos problemas prévios à constituição de uma sociedade sem classes, já que havia substituído a propriedade privada pela propriedade colectiva e, no seu entender, teria além disso deixado de orientar a produção pelo critério do lucro, substituindo-lhe o princípio do interesse geral. «A derradeira classe dirigente da história encontra-se situada tão perto da sociedade sem classes

---

teses expostas por Lucien Laurat se assemelhavam àquelas que Makhaisky havia defendido no princípio do século. Todavia, Makhaisky jamais sustentou que esta segunda classe dominante tivesse inaugurado um novo modo de produção, considerando-a, pelo contrário, como um agente do desenvolvimento capitalista.

[96] E. Kamenka (1989) 154.

[97] Conheço as teses de Hugo Urbahns apenas através da polémica contra ele conduzida por L. Trotsky (1972 a) 107-110 e (1972 b) 66.

[98] F. Neumann (1943) 556 n. cont. considera o livro de Rizzi mais importante do que os seus congéneres.

[99] B. Rizzi [1939] 253.

Ver igualmente as pags. 250-251 e 261.

[100] Id., ibid., 304.

que nega a sua qualidade de classe e de proprietária»[101]. Por isso o comunismo seria o resultado único e inevitável do colectivismo burocrático[102]. «[...] o Estado totalitário perderá cada vez mais as suas características políticas, para conservar unicamente as características administrativas. No fim deste processo teremos uma sociedade sem classes e o Socialismo»[103].

Se era este o curso da história, então as classes sociais teriam um destino muito diferente do profetizado por Marx. Enquanto no capitalismo a burguesia e o proletariado se enfrentavam como tese e antítese, a burocracia formava, na opinião de Rizzi, a síntese histórica desse confronto. «[...] no momento em que da antítese proletariado-burguesia saiu já a nova classe, o proletariado deve retirar-se da luta de classes, porque o ciclo está cumprido: tese – antítese = síntese; proletariado – burguesia = burocracia»[104]. Nestes termos, só cabia ao proletariado abdicar das suas pretensões à condução da história e, portanto, ele devia inverter completamente o rumo da sua política. Em vez de se aliarem às democracias capitalistas, o interesse dos trabalhadores consistiria em apoiar as ditaduras colectivistas burocráticas, especialmente os fascismos[105]. «Os fascistas cometeram o erro teórico de pretender colaborar com a burguesia, quando, pelo contrário, deverão liquidá-la, e aliás já a deixaram meio morta. A colaboração deve fazer-se com o proletariado, que hoje já não é o proletariado, mas a classe dos cidadãos trabalhadores»[106]. A proclamação dificilmente poderia ser mais bombástica. «Mussolini e Hitler dão a mão a Lenin. Proletários da França, da Inglaterra e da América, dêem a mão a Hitler e a Mussolini»[107].

Ora, não só o fascismo hitleriano se distinguiu dos restantes pelo seu carácter exclusivamente racista, como o regime de Mussolini começou a implementar também uma legislação anti-semita a partir de Março de 1939, precisamente na altura em que Rizzi dava a forma final às passagens da sua obra em que anunciava à classe trabalhadora o horizonte do fascismo. Assim, e para justificar plenamente a sua nova política de alianças, Rizzi propôs todo um programa de anti-semitismo a ser seguido pela classe operária[108]. «[...] a luta contra o capitalismo identifica-se forçosamente, mesmo que só de forma parcial, com a

---

[101] Id., ibid., 254.
[102] Id., ibid., 254, 261, 263, 283.
[103] Id., ibid., 284.
[104] Id., ibid., 282.
Ver igualmente a pag. 286.
[105] Quanto ao apoio que o proletariado deveria prestar aos fascismos ver em especial id., ibid., 267-270, 276-277 e 314-315.
[106] Id., ibid., 283.
[107] Id., ibid., 278.
[108] Id., ibid., 291-300.

luta contra o povo judeu. [...] A luta racista do nacional-socialismo e do fascismo não é, no fundo, senão uma luta anticapitalista conduzida pela nova síntese social, de uma maneira errada na teoria, mas justa na prática. [...] Hitler tem razão e somos nós que estamos errados. Precisamos de corrigir o rumo e de nos tornarmos antijudaicos porque somos anticapitalistas. [... ... ...] Os movimentos nazi e fascista, que, embora não sendo marxistas, são, no entanto, desde há muito e pela sua própria natureza anticapitalistas, manifestam o seu anticapitalismo de um modo inconsciente através da sua luta contra Israel. Nós, marxistas, podemos ter uma visão mais clara, *incluindo* o antijudaísmo no anticapitalismo. Isto prova, uma vez mais, que proletários e ditadores estão situados historicamente uns ao lado dos outros na luta contra o capital»[109].

De um optimismo a toda a prova, Bruno Rizzi imaginava que a conjugação de forças entre o proletariado e a burocracia colectivista forneceria uma oportunidade para proceder de maneira pacífica à reorganização económica mundial, o que daria lugar a uma democratização dos colectivismos burocráticos, precursora do advento da sociedade sem classes[110]. Ele pretendia mesmo que durante um longo período de democratização tanto política como económica o Estado perderia gradualmente o seu carácter opressor e tornar-se-ia um órgão de colaboração entre a burocracia e os trabalhadores[111].

Não é difícil imaginar o escândalo provocado por estas teses, da parte de alguém que havia acabado de romper com o trotskismo a partir de posições mais à esquerda. Mesmo hoje, entre os poucos que têm ainda conhecimento destes problemas, o nome de Bruno Rizzi é coberto de um opróbrio que se reflecte sobre a sua obra, a tal ponto que as reedições actuais se limitam à primeira parte do livro publicado em 1939, onde ele procedeu à crítica do regime staliniano, deixando-se de lado a terceira parte e o Apêndice, onde expusera o programa fascista e anti-semita que propunha para o proletariado revolucionário. As sinuosidades políticas de Bruno Rizzi, porém, e os seus paradoxos não devem afastar-nos do estudo da sua obra. Pelo contrário, contribuem para situá-la no âmago de um contexto prático igualmente difícil de deslindar. Por isso, de todos os autores que naquela época propuseram a tese da superação do capitalismo por um novo regime de exploração, é Bruno Rizzi que deve merecer maior atenção.

Embora a parte do livro dedicada à análise do fascismo não tivesse sido publicada, sabemos que na opinião do autor Mussolini e Hitler não realizavam a defesa histórica do

---

[109] Id., ibid., 294-296, 299 (sub. orig.).
[110] Id., ibid., 277.
[111] Id., ibid., 318-320, 329-330.

capitalismo, mas, pelo contrário, implantavam o sistema novo[112]. Rizzi foi suficientemente explícito ao escrever que o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão «estão em vias de rápida burocratização e [...] adquiriram já um carácter anticapitalista, se bem que o Capital ainda não tenha sido aí suprimido radicalmente, como sucedeu na URSS [...] A Europa e o mundo devem ser fascizados ou socializados. O capitalismo já não tem mais possibilidades de vida [...] O Colectivismo Burocrático [...] tem a sua base social nas classes dominantes que fizeram do Estado a sua sede, na Rússia, na Itália, na Alemanha, no Japão e nos Estados mais pequenos [...] Esta nova forma social é degenerada, mas apesar disto activa, e impõe-se cada vez mais a um Capitalismo que está morto enquanto sistema propulsor»[113]. Do mesmo modo, nos Estados Unidos, a crescente intervenção estatal na economia, executada pela administração do presidente Roosevelt, teria correspondido, na opinião de Bruno Rizzi, à progressiva substituição do capitalismo por um novo sistema económico. O *New Deal,* pretendia Rizzi, «indica o ponto inicial do desmembramento económico capitalista e da cristalização política da burocracia na América»[114]. E, noutra passagem: «Se hoje o Estado se vê obrigado a intervir nas instituições sacrossantas do capitalismo e a organizar o seu controle, isto deve-se ao facto de não se tratar já de uma doença nem de uma crise cíclica, mas da própria morte do sistema [... ... ...] Na sua evolução final a economia capitalista de certo modo obriga o Estado burguês a trair os seus senhores e a transformar-se num Estado burocrático»[115]. Um processo idêntico esboçar-se-ia também na França e na Grã-Bretanha[116]. Em todo o mundo, portanto, o capitalismo, quando não fora ultrapassado, estava moribundo.

Nesta perspectiva torna-se muito insuficiente a justificação proposta por Rizzi para o prevalecimento da burocracia soviética, pois não lhe consegue encontrar raízes mais profundas do que a degenerescência da revolução de 1917. Mas se a burocracia é uma classe que se afirma mundialmente, as suas origens na Rússia não podem circunscrever-se a um processo histórico limitado a este único país. Como se constituíra ela nos outros lugares? Ora, Bruno Rizzi escreveu que nos regimes fascistas existia «uma nova classe dirigente em formação»[117]. Para ele a burocracia era «uma nova classe, que na URSS representava um facto social já completado, embora estivesse ainda em formação nos Estados totalitários»[118].

---

[112] Id., ibid., 103; id. (1976) 60, 84-88.
[113] Id. (1976) 7-10.
[114] Id. [1939] 219.
[115] Id., ibid., 131, 140.
[116] Id., ibid., 238-239.
[117] Id. (1976) 60.
[118] Id., ibid., 62.

Mesmo na democracia norte-americana «a burocracia governamental vê aumentar o seu prestígio e o seu volume»[119]. A intervenção do Estado na economia, suscitada pelo *New Deal,* teria provocado um duplo efeito social. «A classe burocrática está em vias de formação, enquanto a classe burguesa se desagrega»[120]. E no último capítulo da sua crítica ao regime soviético Rizzi escreveu: «[...] este fenómeno é geral e não só russo. Na URSS este fenómeno é sobretudo burocrático, porque nasceu da burocracia, mas nos países totalitários ele gera-se naturalmente no meio dos técnicos, dos especialistas, dos funcionários sindicais e partidários [...] A sua matéria-prima provém da numerosíssima burocracia estatal e para-estatal, dos administradores de sociedades anónimas, do exército, das profissões liberais e da própria aristocracia operária»[121].

Para Bruno Rizzi, portanto, a burocracia, apesar de existir generalizadamente em todo o mundo, só teria sido formada em contextos particularizados! Na origem deste paradoxo está o modelo estritamente leninista que ele empregou para analisar os rumos seguidos pela revolução de Outubro. A sua degenerescência teria resultado não das próprias contradições desenvolvidas no interior do processo revolucionário, mas da ausência de revolução nos países capitalistas avançados. O que significa que Rizzi explicou a derrota das esperanças de 1917 mediante causas políticas, e não sociais. Ele discorria no plano dos partidos e das vanguardas dirigentes da classe operária e, quanto ao regime staliniano, no plano do controle político exercido sobre o aparelho de Estado central, mantendo-se alheio às relações de produção estabelecidas no quadro social das empresas. É o controle do Estado, e não dos processos de trabalho, que assume importância na obra de Bruno Rizzi.

E foi precisamente no âmbito do Estado que Rizzi pretendeu apresentar as transformações operadas no sistema de exploração. Para desenvolver o colectivismo burocrático era suficiente, em seu entender, o emprego deliberado dos mecanismos políticos de maneira a interferir na vida económica. «Basta a tentativa frustrada de manobrar a economia capitalista para indicar a passagem do poder político da classe capitalista para a burocracia do Estado»[122]. E teríamos assim não só o aparecimento de uma nova classe dominante, como também a afirmação de uma economia regida por outras normas. «A intervenção do Estado na economia constitui o começo de uma mudança de *natureza* da sociedade e do próprio Estado. Terminado o processo, a sociedade estará diferente e terá um Estado que lhe é apropriado. [...] a economia, à força de se estatizar, chega ao ponto em que

---

[119] Id. [1939] 122.
[120] Id., ibid., 139.
[121] Id. (1976) 105.
[122] Id. [1939] 222.

já não é capitalista [...] a Sociedade está *mudada*»[123]. Foi aqui que as ideias de Bruno Rizzi sofreram mais profundamente os limites da sua época. Comentador céptico dos meios-termos do *New Deal,* ele previu lucidamente que o capitalismo havia esgotado os quadros do Estado, mas foi incapaz de antecipar as colossais possibilidades que a internacionalização, e mais tarde a transnacionalização, haveriam de oferecer ao desenvolvimento e à valorização do capital. Para ele, por conseguinte, o Estado marcaria as fronteiras terminais do capitalismo e constituiria a base de um modo de produção novo, o colectivismo burocrático.

Na sua opinião, o sistema económico implantado pela classe burocrática teria abolido o mercado e, portanto, teria dado lugar a outro regime de extorsão do lucro, em que a força de trabalho já não concorreria consoante as leis da oferta e da procura. A exploração passaria a dever-se à burocracia, através do poder político central e da estatização dos sindicatos, e seria exercida sobre a globalidade dos trabalhadores, convertidos assim em escravos do Estado – pelo menos numa primeira fase, enquanto a administração burocrática não se transformasse pouco a pouco numa sociedade sem classes[124]. Comentando ironicamente as teses de Luigi Einaudi, conhecido economista e historiador da economia, Rizzi escreveu, referindo-se à Itália fascista: «Que ele vá perguntar aos patrões onde contratam a sua mão-de-obra, se no mercado livre ou nos sindicatos que se tornaram órgãos do Estado, que ele vá perguntar aos trabalhadores se ainda se dirigem aos capitalistas para arranjar trabalho, [...] que ele se lembre de que os aumentos e as diminuições dos salários dependem directamente do chefe do governo, [...] e que venha em seguida afirmar que não foi criada uma nova economia, mediante a destruição das leis da velha economia [...]»[125]. O colectivismo burocrático, em suma, teria substituído a proletarização por um escravismo estatal[126]. Como Rizzi enunciou resumidamente no prefácio à terceira parte do seu livro: «Os proletários mudam de roupagem jurídica, visto que não vendem mais as suas forças de trabalho, como sucedia outrora no mercado livre capitalista, mas são na realidade "comprados" pelo Estado [...] Trata-se de uma nova forma de escravismo colectivo sob a égide do Estado [...]»[127].

Hoje, com tudo o que sabemos acerca do funcionamento das empresas no Terceiro Reich ou na Itália mussoliniana e acerca da autonomia prática adquirida pelos

---

[123] Id., ibid., 172-173 (subs. orig.).

[124] Quanto a esta evolução do escravismo de Estado para uma harmonia social ver id., ibid., 305 e 331.

[125] Id., ibid., 208-209.

[126] Id., ibid., 343; id. (1976) 30, 77-81.

[127] Id. [1939] 103.

administradores de empresa soviéticos ainda em vida de Stalin, e mais tarde reconhecida oficialmente pelas reformas de Khruchtchev e de Kossyguin, a argumentação de Bruno Rizzi pode parecer-nos bastante ingénua. A organização centralizada do capitalismo jamais superou a concorrência entre unidades produtivas nem pôs em causa a mobilidade da mão-de-obra no mercado de trabalho. E, no entanto, Rizzi disporia na sua época de outros argumentos, bem mais poderosos, em favor da sua tese do escravismo de Estado. É claro que, escrevendo antes do começo da segunda guerra mundial, ele não podia adivinhar que o trabalho escravo se generalizaria efectivamente nas terras eslavas ocupadas pelos nazis, mas era-lhe certamente possível, com tudo o que se conhecia nos meios da extrema-esquerda, avaliar a dimensão adquirida na economia soviética pelo trabalho forçado e gratuito, e do mesmo modo levar em consideração as implicações económicas do sistema concentracionário nazi. Seriam estes, em meu entender, os únicos argumentos válidos a favor da sua tese.

Mas não sucederá que seja meu o erro de perspectiva, ou pelo menos alguma miopia? Senão, como explicar que em 1939, e cingindo-se à sua própria linha de reciocínio, Bruno Rizzi tivesse detectado no fascismo aqueles mesmos sintomas de pós-capitalismo que eu só lhe encontro nos anos posteriores? Não estaria já o quadro económico do metacapitalismo aberto antes da guerra?

Os factos pareciam dar razão aos autores que afirmavam o carácter pós-capitalista da classe dos gestores e a sua capacidade de inaugurar um modo de produção novo. O escravismo de Estado planificado e implantado por aquela peculiar tecnocracia fardada que eram os SS revelava-se incompatível com o modelo da mais-valia e não podia entender-se em termos capitalistas. Ao mesmo tempo, o colossal sistema concentracionário instaurado pelo stalinismo, que os militantes da extrema-esquerda conheciam melhor do que ninguém e com o qual eram então as únicas pessoas a preocupar-se, parecia indicar que os gestores soviéticos estavam igualmente a realizar um regime de escravismo de Estado. A história seguiria, assim, um curso lógico e inexorável, que levara em 1939 à assinatura do pacto germano-soviético. Depois de derrotado o movimento operário e vedada a alternativa socialista, dera-se lugar a uma nova barbárie. O capitalismo, que não morrera às mãos dos trabalhadores, ia morrer pela acção dos gestores. Os obscuros teóricos que haviam previsto tudo isso estavam à beira de se tornar célebres.

Mas não se tornaram. A Operação Barba Ruiva inverteu as alianças e o nazismo foi vencido pelo stalinismo, de que parecia o perverso reflexo, com a ajuda dos Estados Unidos do *New Deal,* expressão classicamente capitalista da mais-valia relativa. E depois, com a

morte de Stalin, a União Soviética experimentou formas políticas mais liberais, desmantelando o sistema concentracionário, ou pelo menos retirando-lhe a importância económica, até que finalmente a própria União Soviética foi desarticulada pelo imparável avanço da mais-valia relativa e da transnacionalização do capital. Aqueles teóricos haviam-se enganado redondamente quanto ao futuro, por isso são hoje postos de lado por quase toda a gente.

São relegados sem razão porque, se se iludiram nas previsões, não erraram na caracterização da época em que viveram. A derrota do nazismo não apagou o seu passado e o escravismo de Estado, se deixou de existir, não perdeu a realidade histórica pelo facto de Hitler e Himmler se terem suicidado. A questão permanece inteiramente por resolver. O Führer e o regime que ele chefiava, desinteressados dos mecanismos da economia e satisfazendo-se em deixar o mundo dos negócios a cargo dos capitalistas, acabaram provocando uma profundíssima remodelação económica. Destruíram no leste da Europa as formas de funcionamento do capital e instauraram um novo regime económico e social, que aparentemente foi um novo modo de produção. E fizeram-no no quadro de uma política exclusivamente racial. Este paradoxo, e o papel da classe dos gestores nesta circunvolução da história, são o problema crucial do Terceiro Reich.

III

A CLASSE DOS GESTORES E O FASCISMO

A SALVAÇÃO DA BURGUESIA PELOS GESTORES

1

A institucionalização da convergência social entre a burguesia e os gestores, enquanto classes capazes de possuir, cada uma, uma estratégia própria, resultou no *New Deal* e no tipo de reorganização capitalista comummente atribuída às teorias de Keynes. A renovação das instituições burguesas mediante a iniciativa dos gestores, e em completo afastamento de qualquer participação dos trabalhadores, caracterizou este quadro como uma política de ordem. Num esquema: gestores + burguesia / proletariado.

As grandes etapas da história do socialismo marxista têm sido marcadas pela reorganização dos termos em que a classe dos gestores e a classe trabalhadora restabelecem uma plataforma de convergência social, afirmando-se ambas contrárias à burguesia. A obra de Marx e dos seus seguidores constitui a expressão teórica da profunda ambiguidade das lutas sociais, que funde numa dinâmica única uma vertente do movimento operário e uma vertente dos anseios políticos e económicos dos gestores. É a hostilidade à classe burguesa que permite classificar como potencial ou manifestamente revolucionária esta articulação entre a classe trabalhadora e uma classe capitalista. Num esquema: gestores + proletariado / burguesia.

O fascismo teve em comum com as sucessivas ortodoxias marxistas a mobilização do proletariado sob o comando dos gestores. E a afinidade do fascismo com o *New Deal* veio da conjugação dos gestores com a burguesia, embora precipitando-a num lugar secundário. Assim, o fascismo respeitou o quadro da ordem, mantido pela aliança dos gestores com a burguesia, mas introduziu nele um elemento de revolta, suscitado pelos ecos da mobilização proletária. Num esquema: burguesia + gestores + proletariado.

Abordada a questão nesta perspectiva, a análise do fascismo revela-se crucial para o entendimento tanto dos regimes democráticos como dos marxistas. E a classe dos gestores surge como o eixo de articulação de todas estas variantes do capitalismo.

A necessidade de tomar medidas sociais e políticas contrárias à vontade da burguesia de maneira a impedir o colapso do capitalismo, e portanto a salvar também a burguesia, constitui um dos principais eixos de continuidade de *Mein Kampf*. Nos termos em que Hitler o apresentou, o nacional-socialismo foi muito claramente uma revolução no interior do sistema económico vigente, destinada a reforçá-lo, mesmo que para isso tivesse de pôr de lado a classe que até então havia assumido a condução dos negócios. Tratava-se de revigorar as elites graças ao recrutamento de elementos populares[1].

É bem conhecida a comparação feita por Hitler dos méritos e dos defeitos de Schönerer e de Lueger[2], elogiando ao primeiro o seu pangermanismo, mas criticando-o por se apoiar politicamente na burguesia, enquanto exaltava o pendor populista do segundo e o seu empenhamento nas questões sociais, censurando-lhe apesar disso as ilusões relativamente à dinastia dos Habsburgo e à viabilidade do império austro-húngaro. O mais interessante é que para Hitler, uma vez estabelecido o objectivo político, a estratégia adequada não consistia em fazer proselitismo no meio social que seria em princípio mais receptivo a tal projecto, mas em conquistar a adesão da classe social que revelasse maiores disposições para a luta. A questão era colocada exactamente ao invés do que fazem os marxistas, para quem se deve partir da função histórica de uma dada classe social e só então definir a sua missão política. Para Hitler, pelo contrário, depois de fixadas as grandes linhas estratégicas, a obtenção dos apoios sociais orientava as necessidades tácticas, e apenas nesta perspectiva se elaborava o programa político necessário para conseguir aquela sustentação. Toda a arte da política consistiria, então, em impor o programa de uma classe social graças à mobilização prática de outra.

Foi neste contexto estritamente oportunista que se determinou o lugar da classe trabalhadora no interior do nacional-socialismo e, em consequência, a posição do movimento perante a burguesia. Se os detentores tradicionais do poder económico e político se revelavam incapazes de dar novo vigor ao aparelho de Estado, e se isto só seria conseguido através da mobilização das massas populares, então era absolutamente necessário que os trabalhadores obtivessem a satisfação de algumas reivindicações económicas e, em geral, beneficiassem de condições materiais de vida aceitáveis. Em troca

[1] A. Hitler (1995) 392-393.
[2] Id., ibid., 89 e segs.

os trabalhadores empenhar-se-iam no projecto nacionalista ou, mais exactamente, seriam enquadrados e impulsionados neste sentido pelas milícias nazis[3]. O conteúdo estratégico do movimento era o nacionalismo, entendido como um racismo, quer dizer, não um nacionalismo restrito às fronteiras alemãs, mas a fundação de um Reich onde coubesse toda a raça germânica, ou nórdica. O conteúdo táctico do programa era o socialismo, entendido como a melhoria do nível material de vida, mais à custa da espoliação dos outros povos do que de quaisquer sacrifícios do patronato germânico. Foi por razões historicamente circunstanciais que o socialismo apareceu aqui atrelado ao nacionalismo, desempenhando na prática política o papel subalterno que a ordem de sucessão das palavras anunciava na esfera semântica. «Para conquistar o apoio das massas a um projecto de ressurreição nacional nenhum sacrifício social é demasiado grande. Quaisquer que sejam as concessões económicas que se façam hoje à nossa classe trabalhadora, os benefícios resultantes para toda a nação serão proporcionalmente muito maiores, se essas concessões contribuírem para restituir as vastas massas à nação. Só a mais teimosa das miopias, de que infelizmente existem muitas demonstrações no nosso meio patronal, pode deixar de reconhecer que a longo prazo não haverá melhorias económicas e lucros para os patrões se não for restaurada a solidariedade nacional interna do nosso povo»[4]. Se a estupidez política da burguesia a impedisse de perceber que lucrava com o negócio, alguns safanões ajudá-la-iam a reconhecer os seus verdadeiros intereses. Hitler contou sempre com a pusilanimidade da burguesia alemã.

Nenhuma outra classe senão os gestores estava posicionada de maneira a poder, ao mesmo tempo, mobilizar o proletariado e pressionar a burguesia. A revolução no interior do capitalismo foi uma revolução dos gestores.

3

Em Janeiro de 1934 José Antonio Primo de Rivera declarou numa entrevista: «Até agora o fascismo tem sido apoiado pela classe média inferior. Os trabalhadores serão convencidos mais tarde. As classes abastadas devem usar o seu prestígio histórico em apoio

[3] Esta orientação encontra-se exposta sobretudo em id., ibid., 42-44, 255, 303, 305 e 308-309.
[4] Id., ibid., 305.

do fascismo. O estatuto que perderam só poderá ser recuperado mediante sacrifício e esforço. Se triunfarmos, pode ter a certeza de que os *señoritos* não triunfarão connosco. Eles têm de encontrar ocupação meritória para os seus talentos, reconquistando assim a posição respeitável que dilapidaram pela ociosidade»[5]. Dois anos depois, num discurso pronunciado durante a campanha para as eleições de 16 de Fevereiro de 1936, José Antonio desenvolveu a mesma tese: «Há uma única maneira, profunda e sincera, de evitar que chegue o comunismo: ter a coragem de demolir o capitalismo, demoli-lo por aqueles mesmos a quem ele favorece, se é que querem na verdade evitar que a revolução comunista apague das nossas tradições os valores religiosos, espirituais e nacionais. Se o quiserem, ajudem-nos a demolir o capitalismo, a implantar a ordem nova»[6]. Com a sua juventude, a sua elegância e boas maneiras, estamos a ver José Antonio no papel do herói do *Metropolis* de Fritz Lang[7]. A nova elite sairia das camadas menos privilegiadas das classes dominantes e só pela competência profissional, que contrastava com a ociosidade rentista dos antecessores, resgataria o seu papel histórico. É difícil definir melhor a função dos gestores relativamente à burguesia, e no caso da Espanha relativamente também à fidalguia apegada a ruínas de outras eras. A burguesia só poderia salvar-se na medida em que o capitalismo fosse salvo e desta operação apenas os gestores seriam capazes.

Na sua correspondência José Antonio observava que na Grã-Bretanha e em França essa elite de gestores se havia formado progressivamente, mas que em Espanha era imprescindível a intervenção de um Estado forte, governado por uma elite revolucionária. Daí a razão de ser do fascismo espanhol. Para realizar a revolução nacional, discursava ele em Fevereiro de 1935, «é necesário não organizar massas, mas seleccionar minorias – não muitos, mas poucos, embora fogosos e convictos, porque só assim se tem feito tudo no mundo»[8].

E a classe trabalhadora? Como o Chefe Nacional anunciara na entrevista de Janeiro de 1934, «os trabalhadores serão convencidos mais tarde» – de uma maneira, se não fosse de outra.

---

[5] Citado por S. G. Payne (1961) 74.

[6] Citado por M. García Venero (1967) 318.

[7] Goebbels apreciara devidamente o *Metropolis* e, em 28 de Março de 1933, convidou o realizador para desempenhar o cargo de Director das Actividades Cinematográficas no Ministério da Propaganda. Mas Fritz Lang recusou, e emigrou no próprio dia. Ver a este respeito R. Borde em P. Cadars et al. (1972) 9 e 24.

[8] Citado por S. G. Payne (1961) 75.

TECNOCRACIA LIBERAL E TECNOCRACIA FASCISTA

1

Na sua declaração final durante os processos de Nuremberga, Albert Speer defendeu a tese de que o nazismo fora o primeiro regime inteiramente tecnocrático. «A ditadura de Hitler foi a primeira ditadura de um Estado industrial na era da técnica moderna, uma ditadura que, para dominar o seu próprio povo, utilizou com grande perfeição todos os meios técnicos. Graças a meios técnicos como a rádio e os altifalantes, oitenta milhões de homens puderam ser submetidos à vontade de um único indivíduo. O telefone, o telex e a rádio permitiram que as mais altas instâncias transmitissem imediatamente as suas ordens aos escalões inferiores, que as aplicaram sem discussão, devido à alta autoridade de que emanavam. Numerosas repartições e departamentos receberam por esta via directa as suas ordens funestas. Estes meios tornaram possível submeter os cidadãos a uma vigilância muito ramificada, ao mesmo tempo que ficou muito fácil manter em segredo os procedimentos criminosos. Para um leigo, este aparelho de Estado pode assemelhar-se à confusão aparentemente absurda dos cabos de uma central telefónica. Mas, tal como sucede com a central telefónica, bastava uma vontade única para utilizá-lo e dominá-lo. As ditaduras anteriores tinham tido necessidade de colaboradores qualificados, mesmo nos cargos subalternos, de pessoas capazes de pensar e de agir por iniciativa própria. Isto é prescindível para um sistema autoritário na nossa era técnica, pois bastam-lhe os meios de informação para mecanizar o trabalho dos órgãos subalternos. O resultado é aquele tipo de indivíduo que recebe uma ordem sem a discutir»[1].

São observações muitíssimo lúcidas, sobretudo por insistirem na importância da informação, naquela época que não conhecia ainda a electrónica nem os computadores. Mas se Speer tivesse levado o seu impecável raciocínio até às consequências extremas, o que talvez só hoje seja possível, com a experiência adquirida após a segunda guerra mundial, ele teria decerto concluído que este complexíssimo aparelho técnico, num quadro social dominado pelos gestores, permite dispensar a figura do chefe supremo. A vontade que, sozinha, pode utilizar e dominar a totalidade dos meios técnicos já não emana de um

[1] A. Speer (1979) 676-677.

indivíduo, mas da globalidade dos gestores, enquanto classe. A autoridade pessoal foi imprescindível enquanto a própria tecnologia não adquiriu a configuração que hoje tem, em que todas as redes de difusão das informações pressupõem acima delas um centro. Independentemente de quem ocupe esse centro, de quantas pessoas o ocupem, ou mesmo de alguém pessoalmente o ocupar, a sua mera existência, pressuposta por toda a técnica informática, assegura à autoridade um âmbito ilimitado.

Aquele vazio de espírito que Speer tão bem descreve na vida quotidiana do Führer, a sua completa ausência de interesses privados, a superficialidade dos seus gostos, a companhia ignara de que se rodeava, a inanidade das conversas em que participava, a profunda chateza dos longos monólogos com que afligia os eternos convidados, tudo isto, que emanava do vácuo de personalidade de Hitler, é hoje transportado pela televisão ao interior de todas as casas, pior, ao interior de todas as cabeças. Já não é necessária a influência deletéria da corte de um déspota nulo, quando os meios técnicos permitem multiplicar esta nulidade descentralizadamente, até ao infinito.

A classe dos gestores e a tecnologia que a corporaliza prosseguem uma descentralização das instituições económicas e políticas, sem porem em causa a unificação e a concentração da autoridade. No organograma os pólos de decisão proliferam, tornam-se difusos os limites das empresas e das nações, as cadeias de comando sobrepõem-se e as próprias hierarquias parecem quebrar-se ou inverter-se acima de certo nível, tudo isto porque no sistema tecnológico a verticalização das tomadas de decisão e a hierarquização da sua execução se mantêm absolutamente rigorosas. Nestas circunstâncias o fenómeno moral da ausência de responsabilidade dos executantes, devido ao mero facto de cumprirem ordens, já não tem como consequência a responsabilidade dos dirigentes supremos. No seu domínio colectivo a classe dos gestores aboliu a própria noção de dirigente supremo, diluiu as responsabilidades, converteu os verdadeiros dirigentes em aparentes executantes, de maneira que os desresponsabilizou a todos. O poder dos gestores é anónimo. A responsabilidade deixou de ser um critério pessoal e passou a ser atribuída à infra-estrutura técnica, o que não deixa de ser sensato, já que é a tecnologia a assegurar as condições de exercício do sistema económico e político.

Se esta minha análise estiver certa, então Hitler não inaugurou um regime inovador, mas, pelo contrário, representou no âmbito da tecnocracia uma herança já ultrapassada. Hoje, mundialmente, o totalitarismo pode ser democrático, o que significa que se apagou na supremacia anónima da classe dos gestores. E o tiranicídio perdeu não só a legitimidade, mas ainda qualquer razão prática, num sistema em que a tirania deixou de ser pessoalizada.

Enquanto não for considerada colectivamente responsável, a classe dominante dorme descansada.

2

Na Espanha de antes da guerra civil José Ortega y Gasset foi o mais ilustre representante do relacionamento ambíguo que mantiveram com o fascismo os gestores modernistas, promotores de uma política sem ideologia e de uma prática de governação reduzida aos moldes tecnocráticos. Herbert Southworth sintetiza bem a diferença entre Ortega y Gasset e os fascistas quando escreve que um sonhava com um Estado que fosse já imperialista e que, por isso, podia ser liberal, enquanto os outros desejavam lutar por um império e precisavam, para tal, de um Estado autoritário[2].

À primeira vista nada estaria tão distante do fascismo como a recusa liberal da acção espectacular. Dois aspectos justificam, porém, a convergência de interesses. Se uma política concebida como técnica se pretende neutra e apresenta-se, por isso, desprovida de cor ideológica, por outro lado esta mesma imagem de neutralidade e o culto da eficiência explicam que os projectos de governação tecnocrática sejam situados acima das classes, como se emanassem directamente de um interesse nacional. Era a mesma ambição de reconstruir a nação como quadro integrador da nova ordem que o demagogo fascista encontrava na racionalidade tecnocrática. E os tecnocratas, por seu turno, viam nas tropas de choque do fascismo um dos elementos que lhes permitiriam limpar o palco político e que de então em diante acrescentariam às formas polidas das teorias de administração o necessário argumento do cacete.

Nos últimos anos da monarquia Ortega y Gasset defendera a criação de uma frente nacional que englobasse todos os partidos e, deste modo, representasse directamente uma Espanha concebida enquanto nação[3]. As implicações exactas dessa proposta vaga começam a perceber-se logo após a proclamação da república em Abril de 1931, quando Ortega y Gasset organizou um corpo de intelectuais e especialistas destinado a colaborar nos

[2] H. R. Southworth (1967) 66.
[3] S. G. Payne (1961) 12.

projectos de lei e a administrar departamentos governamentais[4]. Pretendendo-se neutros e colocando-se acima do zumbido da política partidária, estes tecnocratas ambicionavam infiltrar os níveis decisivos da vida pública e chegaram a propor que a nova Constituição estipulasse a formação de Conselhos Técnicos e reconhecesse assim institucionalmente aquela situação de facto, ou pelo menos aquelas aspirações[5]. De entre os promotores da iniciativa salientou-se alguém, pela sistematicidade política que quis imprimir ao projecto.

Professor catedrático de Direito Romano, Alfonso García Valdecasas fora um dos principais deputados orteguistas na assembleia constituinte e no final de 1932 animou um Frente Español que aspirava ultrapassar as atitudes dogmáticas da direita, os extremismos da esquerda e o carácter tradicionalista e doutrinário do centro. Em suma, os técnicos da administração viam os partidos de todas as cores como objectos inúteis, quando não prejudiciais, e o fortalecimento de uma frente supraclassista teria como inevitável corolário a severa depuração do corpo político. Um projecto deste tipo não podia deixar de agradar a elementos do fascismo incipiente, e um ou dois membros do círculo de Ledesma Ramos juntaram-se à Frente de García Valdecasas. Mas foi escassa a repercussão deste movimento. Certamente por isso García Valdecasas alargou o âmbito da sua intervenção, apresentando-se, em concorrência com Ledesma e José Antonio Primo de Rivera, como um dos candidatos à unificação das várias forças que geravam o fascismo. Estranha atitude para quem pretendia precisamente ser visto como tecnocrata. Cumpria aos homens de gabinete deixar a rua aos outros e manipulá-los por detrás, e García Valdecasas teria em breve oportunidade de compreender a lição. Em Agosto de 1933 José Antonio e Ruiz de Alda persuadiram-no a dissolver o Frente Español e colaborar com eles, procurando também, mas sem resultado, que Ledesma Ramos se lhes juntasse. Aproveitando a campanha para as eleições parlamentares de Novembro desse ano e a candidatura de José Antonio, o novo movimento fascista foi lançado com o nome de Falange Española e no acto de fundação García Valdecasas discursou ao lado de José Antonio e de Ruiz de Alda. Seria porque conservadores e nostálgicos da monarquia detinham então a maioria entre os seus filiados que García Valdecasas depressa abandonou o recém-criado partido[6]? Anos depois foi outro, e mais adequado, o seu campo de actuação.

Na Espanha nacionalista do começo da guerra civil os gestores viram luzir-lhes de novo a oportunidade de uma acção política vitoriosa. A Falange enchera-se repentinamente

---

[4] Id., ibid., 23.

[5] Id., ibid., 270-271 n. 6.

[6] Para a trajectória de Alfonso García Valdecasas até este momento ver: M. García Venero (1967) 38, 43; S. G. Payne (1961) 23-24, 32, 36, 38, 42, 270-271 n. 6.

de filiados, muitos deles vindos da extrema-esquerda, que na zona nacionalista se encontrava desarticulada, privada de dirigentes e exposta à repressão, mas originários na maior parte da direita conservadora e mesmo dos meios apolíticos, que constituíam o habitat natural dos homens de gabinete[7]. Contra a facção populista encabeçada por Manuel Hedilla, o chefe provisório da Falange, que endereçava à classe trabalhadora e à base oriunda da extrema-esquerda as suas promessas de constituição de um Estado sindicalista[8], os novos membros de orientação tecnocrática pretendiam reduzir o partido a uma mera máquina autoritária, com que pudessem implantar na prática o modelo corporativo. Com efeito, eles tinham adquirido a hegemonia nos vários Serviços Técnicos formados no interior da Falange, logo no começo da guerra civil, com a finalidade de resolver problemas de ordem económica e de administração pública. Discretamente, como sempre, a classe dos gestores colocara-se nos lugares decisivos do embrionário aparelho de Estado nacionalista[9]. À primeira vista, para quem se ocupe apenas com as peripécias, seriam os partidários de Hedilla e o círculo dos nostálgicos de José Antonio os principais actores na confusa crise de Abril de 1937, cujas peripécias analisarei no capítulo dedicado à guerra civil em Espanha. Na realidade, Franco e Serrano Suñer liquidaram uns e afastaram os outros, ou reduziram-nos à impotência, deixando a nova Falange unificada evoluir naturalmente na direcção proposta pela tecnocracia.

Foi aí que Alfonso García Valdecasas encontrou o campo de actuação mais propício. Durante os conturbados meses iniciais de 1937, quando as várias facções da Falange rivalizavam sem que nenhuma conseguisse impor-se às restantes, a ala tecnocrática teve como figuras mais significativas, além de García Valdecasas, entretanto regressado ao partido, José Luis Escario, Pedro González Bueno e Pedro Gamero del Castillo[10]. Terminada a guerra civil foi criado em Setembro de 1939 um Instituto de Estudos Políticos, destinado em princípio a formar quadros superiores do partido e a funcionar também como centro de estudos, sendo García Valdecasas o seu primeiro director[11].

Vindo da geração que introduziu a tecnocracia na Espanha moderna, na qual teve papel de relevo como pioneiro, García Valdecasas acabou por diluir a sua acção na pesada burocracia gestorial que o franquismo acabava de criar. Para chegar de um a outro estádio teve de atravessar o fascismo populista e radical. Este percurso exemplar revela como a

---

[7] S. G. Payne (1961) 128-129, 146-147.

[8] Id., ibid., 125-126.

[9] Acerca da facção tecnocrática dos Camisas Novas ver S. G. Payne (1961) 152-154. Acerca da participação dos tecnocratas nos Serviços Técnicos ver M. García Venero (1967) 305.

[10] M. García Venero (1967) 287, 288; S. G. Payne (1961) 153-154, 161.

[11] S. G. Payne (1961) 221.

constituição de conselhos técnicos, modelo de organização sempre empregue pelos gestores na sua intervenção política, pode recorrer episodicamente à demagogia populista – de qualquer cor, aliás – apenas na medida em dela necessite para ampliar o escopo da sua actuação. A classe dos gestores, pela posição que ocupa nos mecanismos integradores da economia e pelos sistemas de propriedade que com ela vigoram, é dotada de uma organização acentuadamente colectiva. Só por excepção, e em momentos conturbados, dela se destacam figuras de proa. O anonimato é a condição natural da sua vigência, e a função do carisma é apenas repor a burocracia em condições de funcionamento normal. Ao tornar-se, de alguém original, em um entre muitos, García Valdecasas cumpriu o seu papel histórico. Triunfou.

IV

CONVERGÊNCIAS ENTRE A DIREITA RADICAL E A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

A «NAÇÃO PROLETÁRIA»

1

Na génese da cultura capitalista Karl Mannheim discerniu a existência de uma articulação entre a corrente principal, constituída pelo pensamento abstracto, racionalista e quantificador, típico da burguesia, e outra corrente, ao mesmo tempo oposta e complementar, de feição conservadora, que restaurou os temas arcaicos do irracionalismo e renovou a visão tradicional da realidade, concreta e qualitativa. A ideologia conservadora desenvolveu-se a partir das camadas sociais que haviam sido excluídas pelo processo de racionalização capitalista, ou pelo menos que não haviam tomado parte activa em tal processo. Foi neste meio que continuou a vigorar uma concepção concreta e orgânica da situação humana, recusando a operação fundamental do racionalismo, que consiste em desestruturar as relações e isolar os indivíduos componentes, reduzindo-os a entidades jurídicas abstractas e mutuamente equivalentes. «A importância sociológica do romantismo consiste no êxito com que, enquanto reacção anti-iluminista de um pensamento baseado na experiência [...], conseguiu elaborar num nível consciente formas e conteúdos de vida arcaicos e em declínio, e usá-los em oposição ao estilo racionalista de pensamento. O romantismo deu continuidade precisamente àquelas atitudes e esferas de vida que sobreviviam subterraneamente e de maneira apenas residual, e que o racionalismo burguês ameaçava de extinção». O mero facto, porém, de renovar as tradições num plano de oposição consciente à razão teve como consequência que o pensamento romântico se deixou infiltrar por aquele mesmo iluminismo ao qual se opunha, de maneira que o irracionalismo tornou-se objecto de reflexão, passando a ser encarado numa perspectiva racional. Contrariamente às suas aspirações ideológicas, o conservadorismo romântico acabou por ampliar o próprio campo da razão, incluindo nele métodos de conhecimento e conteúdos que escapavam completamente ao racionalismo burguês[1].

Mas o especial interesse destas observações de Mannheim começa no momento em que nos mostra a classe trabalhadora a buscar inspiração para a sua crítica revolucionária ao capitalismo no universo ideológico do romantismo, que constituíra até então, embora do

[1] Para este conjunto de teses ver K. Mannheim (1986) 63-66. A passagem citada vem na pag. 65.

outro lado do espectro político, a única corrente de pensamento hostil ao mundo burguês. O quadro de interferências é complexo. As forças sociais que sustentavam o conservadorismo romântico, ou entre as quais ele encontrava eco, tinham origem no mundo pré-capitalista e apareciam por isso como representantes da tradição, contra o progresso. Mas o proletariado é um produto social do capitalismo, sem vínculos anteriores nem outras raízes históricas que não sejam as do progresso. Por isso as formas de pensamento da classe trabalhadora não excluem o racionalismo. Seguindo neste aspecto os ensinamentos de Max Weber, que considerava a burocratização como a operacionalidade da razão, em virtude da sua capacidade de reduzir todos os casos particulares a expressões de uma norma geral, Mannheim viu na tendência à burocratização das revoltas operárias a garantia da extrema racionalidade desta classe social. Por outro lado, porém, o anticapitalismo revolucionário dos trabalhadores sofreu a influência do outro extremo e integrou nas suas preocupações próprias não o conteúdo ideológico, mas as formas de pensamento desenvolvidas pelo anticapitalismo contra-revolucionário dos românticos[2].

Nesta conjugação entre um racionalismo pós-burguês e um irracionalismo pré-capitalista residia para Karl Mannheim a especificidade do pensamento proletário[3]. A própria estigmatização do carácter abstracto das relações humanas no capitalismo, que seria depois indispensável para o desenvolvimento da crítica à alienação e aos mecanismos da exploração, foi na sua origem elaborada no campo conservador[4]. Mas a inspiração emanada da direita antijacobina influenciou ainda mais profundamente o operariado radical, atingindo-o no âmago da dinâmica revolucionária. «Enquanto se mantém numa atitude de oposição, a racionalização proletária não pode prescindir do elemento irracional que é necessário para qualquer "acção"». A burguesia calcula as suas actuações por critérios de sucesso estritamente racionais, que minimizem o risco, enquanto os trabalhadores, pelo contrário, conduzem as lutas pelo desejo revolucionário, com todos os perigos inerentes, sem procurarem guiar-se por estimativas prévias de êxito seguro. «[...] o factor indeterminado do ímpeto revolucionário faz com que seja impossível calcular as probabilidades de vitória ou de derrota. É aqui que se torna mais evidente a abertura da "experiência proletária" ao iracional, devida ao lugar social que ocupa. Ela relaciona-se com a feição revolucionária do irracional, com o seu elemento milenarista primitivo. É também

---

[2] Id., ibid., 67-68.

[3] É interessante considerar a este respeito que para Fichte a busca do irracional, do que ele chamou o «supra-sensível», no interior da própria razão teria começado com Leibniz, que deste modo fundara a filosofia alemã moderna; ver J. G. Fichte (1975) 144.

[4] K. Mannheim (1986) 90, 151.

nesta relação que mais exactamente se pode definir a sua afinidade interior com aquilo que é contra-revolucionário»[5]. Em suma – e temos aqui o traço mais significativo da tese defendida por Mannheim – não foi na sua vertente moderada e reformista que o movimento operário absorveu as inspirações ideológicas do romantismo conservador, mas precisamente na sua projecção radical. Parece que só através de formas de pensamento de conotação irracionalista consegue a acção revolucionária ultrapassar os limites da racionalidade burguesa e abrir os horizontes do impossível.

Nesta perspectiva Karl Mannheim pôde situar no quadro da crítica romântica à razão a origem do próprio modelo lógico prevalecente em todas as organizações radicais do movimento operário, a dialéctica marxista, de raízes hegelianas. Mannheim considerava que a modalidade mais primitiva de crítica ao racionalismo dedutivo, em nome da apologia da vida concreta, consistia na proclamação da pobreza da palavra escrita perante o carácter infinitamente multifacetado da realidade. A partir desta oposição entre o estabelecimento de uma norma geral e abstracta e o ser concreto no seu processo, o romantismo germânico procurou desenvolver uma forma de pensamento que reproduzisse directamente a corrente vital, acompanhando a natureza e a realidade social no seu desenvolvimento progressivo e na qualidade inesgotável dos seus aspectos sempre particulares. Enquanto o racionalismo começava por tornar abstracto o presente para lhe conferir em seguida um valor inteiramente genérico e intemporal, o irracionalismo romântico pretendia localizar o pensamento no desdobrar do tempo real, de tal maneira que a génese de ambos tivesse de ser comum. Assim, a crítica à razão jacobina prossegiu em duas vertentes, ao mesmo tempo contra o seu carácter estático e contra as suas ambições generalizadoras, na aspiração de conseguir um pensamento tão multímodo e fluido como a própria vida.

A partir daqui era possível rejeitar até o pensamento e apelar para o irracional, e muitos românticos o fizeram. Mas era possível também desenvolver formas de pensamento que se pretendessem dinâmicas, tal como a vida. Foi com este objectivo que Adam Müller postulou a existência de uma antítese entre o conceito, que é rígido, estático e genérico, e a ideia, fluida e susceptível de desenvolvimento como a realidade, permitindo o pensamento dinâmico. Este carácter móvel do processo de pensamento era assegurado pela transmutação de todas as posições intelectuais em antíteses, de maneira a dissolver a rigidez do racionalismo, que operava sempre mediante deduções lineares a partir de princípios únicos. No racionalismo a concepção de desenvolvimento temporal obedecia à estrita linearidade,

---

[5] Id., ibid., 68.

de que a ideia de progresso era uma das expressões supremas. Pelo contrário, o romantismo, para aproximar o pensamento e a vida, passou a tomar como ponto de partida mais de uma posição e a reflectir sob a égide de mais de um princípio. Nesta vertente das ideologias conservadoras, a crítica ao racionalismo, sem recusar a sistematicidade da reflexão, expressou-se nos termos de um pensamento dinâmico. E o dinamismo do pensamento só era possível num quadro de antíteses e de polaridades. Foi assim, naquela multiplicidade de elementos inter-relacionados e impossíveis de isolar, que o pensamento dinâmico se converteu num pensamento orgânico, pretendendo reproduzir a realidade viva, também ela orgânica e dinâmica, feita de um imparável desenvolvimento e de uma infinidade de oposições.

De então em diante tornava-se possível que o pensamento, entendido como processo, aspirasse a participar nas próprias mutações da realidade. «O que se exige», indicou Karl Mannheim, «é que o pensamento seja móvel e cresça – e isto vai já muito além [...] do simples pensar em termos de polaridades. Já não está apenas implícita a proposta de apreender o objecto através de um oposto igualmente rígido, mas a intenção inovadora de tornar o pensamento tão móvel como a própria vida». Activo no seu dinamismo entre termos antitéticos e pólos opostos, o pensamento romântico realizou-se então sob a forma da mediação. Para o racionalismo burguês a análise operava-se através do desmembramento e da fragmentação, e a síntese consistia numa adição, onde o particular desaparecia no geral. Para o romantismo era o estabelecimento de oposições dinâmicas entre pólos e entre antíteses que constituía a análise, mantendo-se assim a especificidade de cada factor, e a síntese correspondia ao dinamismo da mediação, que congregava os elementos sem nunca lhes retirar o particularismo. Era enquanto mediador que o processo de pensamento podia intervir nos confrontos e tensões constitutivos da realidade. «O dever da pessoa actuante», escreveu Mannheim, «*não* é assimilar uma dada situação concreta *como um caso particular de uma regra geral ou de um conceito geral,* mas experimentar as situações, nas suas mudanças permanentes, como um *compromisso* entre factores em mudança dinâmica [...]». Ao assumir a função de mediador o pensamento dinâmico revelou-se caracterizadamente conservador, capaz de conciliar ou de equilibrar as forças opostas em soluções ou compromissos sempre instáveis e precários, de maneira que a actividade de mediação devia reproduzir-se sem cessar. Continuando a seguir os passos de Mannheim no seu estudo das ideias de Adam Müller, é interessante observar a este respeito que, enquanto o racionalismo burguês apresentava o Estado como um compromisso definitivo entre as partes contraentes, o romantismo contra-revolucionário considerava-o como uma mediação dinâmica e

permanentemente mutável entre várias colectividades em choque recíproco. A vocação mediadora era a força viva do pensamento.

Este tipo de abordagem pôde inspirar, por um lado, uma corrente ideológica que transferiu o pensamento dinâmico para uma actividade interior do sujeito, renovando o ímpeto subjectivo dos místicos e afastando-se, por aí, de qualquer posicionamento político, mesmo conservador. Mas, por outro lado, o romantismo continuou a suscitar uma reflexão sobre o pensamento entendido como uma actividade dirigida para a realidade exterior e para a história. Foi neste contexto que a noção dialéctica de síntese, tal como Hegel a desenvolveu, proveio directamente daquela concepção de uma mediação mutável entre termos opostos ou antinómicos. A noção de síntese presidiu a tal ponto às preocupações de Hegel que ele pretendeu ultrapassar a oposição entre o racionalismo jacobino e o irracionalismo contra-revolucionário, sintetizando ambos num estádio superior da razão, que incluísse a componente dinâmica promovida pelos românticos[6].

E assim, através da sua tão reconhecida filiação hegeliana, a versão marxista da dialéctica surge como herdeira de uma concepção dinâmica de pensamento inaugurada pelo romantismo contra-revolucionário. «A ideia de dialéctica [...] parece, à primeira vista, extremamente racionalista, pois representa uma tentativa de impor uma fórmula lógica única à totalidade do processo de desenvolvimento e de sujeitar a totalidade da realidade histórica à dedução racional». No entanto, continua Mannheim, esta utilização da razão é de cariz completamente diferente do racionalismo burguês, tal como o vemos aplicado nas ciências da natureza. Tanto o pensamento da burguesia como as formas ideológicas correntes nas organizações operárias reformistas e democráticas são hostis à dialéctica, que representa um tipo de racionalidade visceralmente antiburguês. «Já com Hegel [...] a dialéctica serve para resolver problemas que são, de facto, problemas românticos [...]». Antes de mais, a dialéctica recusa a anulação da especificidade individual que é operada pela razão quantitativa da burguesia. «Enquanto que o carácter único do indivíduo fica perdido em todas as abordagens que têm como objectivo generalizações e leis universais, no pensamento dialéctico o indivíduo faz parte integrante do desenvolvimento único em que consiste a história. A dialéctica propõe-se gerar uma forma de racionalização na qual o racionalismo [...] se transcende a ele próprio. A segunda função de todas as correntes da dialéctica [...] é o esforço para detectar a linha de desenvolvimento *interno* de um esfera

---

[6] O percurso que levou a concepção dinâmica de pensamento desde a sua génese na crítica romântica do racionalismo até à sua transformação pela dialéctica hegeliana foi analisado em id., ibid., 138-153. As passagens citadas encontram-se nas pags. 141-142 e 145 (subs. orig.).

cultural. E também isto constitui como que uma racionalização de uma dimensão irracional [...]. Em terceiro lugar, qualquer abordagem dialéctica se esforça por discernir a significação de um processo. Trata-se [...] de uma forma de racionalidade muito dificilmente conciliável com o positivismo "livre de valores" e antimetafísico, orientado para as ciências da natureza». À última hora, todavia, – e a própria lógica dialéctica justifica este género de inversões – Mannheim descobriu uma vocação final de racionalismo no movimento revolucionário anticapitalista. «[...] apesar de tudo a atitude fundamental do [pensamento] "proletário" permanece estritamente racionalista e, na sua tonalidade dominante, está intimamente relacionada com a tendência positivista da filosofia burguesa». Sobretudo, a hierarquização da estrutura e a definição de um plano sócio-económico determinante representam a adopção da «hierarquia de esferas que gradualmente passou a equivaler à realidade para a consciência burguesa»[7].

Na opinião de Karl Mannheim, tal como eu a entendo, a dialéctica marxista constitui a síntese e a superação das duas componentes da cultura moderna, o irracionalismo romântico e a racionalidade jacobina. Fazendo a razão defrontar-se com a problemática colocada pelo irracionalismo, Marx obrigou o pensamento burguês a reconhecer a estreiteza dos seus limites e levou avante, paradoxalmente, a crítica conservadora. Ao mesmo tempo, porém, sujeitando a um modelo lógico rigoroso e bem estruturado os temas propostos pela crítica à razão, Marx conseguiu operar a derrota final do irracionalismo, na medida em que apontou para as suas questões uma solução de ordem racional. Afinal, na articulação contraditória do jacobinismo e do romantismo, a dialéctica marxista representou a superação da razão burguesa pelo recurso ao irracionalismo e a sua passagem a um novo estádio, historicamente superior. A crítica à razão servira, em suma, para levar a razão a ultrapassar os seus limites.

Mas o que podemos então encontrar na ideologia do proletariado revolucionário e acima de tudo na dialéctica de Marx? Uma apologia da razão, capaz de ir mesmo além das fronteiras que lhe pareceriam inerentes e de desvendar de maneira inovadora problemas que antes escapavam completamente à sua visão? Ou um perverso triunfo último do irracionalismo, graças ao qual, aos seus temas e à sua dinâmica única, a razão burguesa foi transformada em algo oposto? Por mais importantes que sejam aquelas reflexões de Karl Mannheim, elas não resolvem por si só nenhum problema. Será que o marxismo constitui

[7] Esta sequência de teses encontra-se em id., ibid., 69-70 (sub. orig.).

uma síntese ou, pelo contrário, uma tensão ideológica permanente entre a razão e a crítica irracionalista da razão?

Mas nem sequer esta dualidade, e a escolha que nela fizermos, nos permitem solucionar definitivamente a questão. Influências e assimilações representam um quadro de percursos, e só a análise histórica concreta permite definir, em cada época, em cada situação, qual o sentido dominante nesses percursos. Que as ideologias do movimento operário, naquilo que possuem de fundamental, ou seja, nas suas formas lógicas de pensamento mais do que nos temas e conteúdos específicos, se têm situado historicamente na convergência do racionalismo jacobino e do irracionalismo romântico – esta é uma indicação metodológica preciosa, que aponta para onde devemos dirigir o olhar. Aquilo que virmos, porém, depende do jogo das forças sociais. Em que medida a classe trabalhadora se submeteu ideologicamente ao racionalismo burguês? Em que medida veiculou a inspiração do irracionalismo contra-revolucionário? Em que medida conseguiu converter um entrecruzar de influências contraditórias numa síntese de novo tipo e desenvolver a partir daí uma ruptura ideológica completa?

2

No conjunto das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels existe uma curiosa dualidade de perspectivas. Por um lado, os dois fundadores do comunismo moderno desenvolveram e expuseram de maneira teórica e altamente abstracta o bem conhecido modelo económico, afirmando que os mecanismos da exploração dividem a sociedade capitalista em classes antagónicas, cuja luta constitui o motor da história. Por outro lado, porém, nas análises concretas e descritivas dos processos revolucionários recorreram a um modelo completamente distinto, trocando a definição económica e abstracta de classe pela evocação de uma pluralidade de estratos sociais estabelecidos empiricamente através da conotação política de cada um, e atribuindo os movimentos históricos a disputas de interesses nacionais, condicionados pelo que mais tarde havia de se chamar geopolítica. Sob este ponto de vista o grande acontecimento mundial consistiria na guerra, tantas vezes anunciada como iminente, entre o czarismo russo e os radicais da Europa ocidental, os

Alemães sobretudo[8]. E os interesses próprios do proletariado, que no modelo abstracto eram postulados como determinantes, encontravam-se remetidos, no modelo empírico, para um vasto confronto entre esferas nacionais, conduzida uma pela facção reaccionária, outra pela facção progressiva, das respectivas classes dominantes. A obsessão anti-eslava é a trama que sustenta as visões políticas de Marx e Engels[9]. Assim, nos seus estudos analíticos e nos artigos de intervenção os dois amigos, em vez de se concentrarem na realidade supranacional do proletariado enquanto classe explorada, tomaram como critério de classificação social a posição política ocupada por cada grupo relativamente ao Estado, e reduziram as perspectivas de futuro a variações em torno do tema da nação. Esta dualidade entre a economia e a geopolítica corresponde, em suma, à diferença entre a síntese abstracta e a análise concreta, e talvez se explique deste modo a paradoxal ausência de lutas sociais em *O Capital,* pois o carácter estritamente teórico e abstracto dessa obra não deixava lugar para conflitos que Marx era incapaz de relatar a não ser em termos de jogos políticos estatais e de choques de interesses entre nações. Os criadores do marxismo nunca resolveram a tensão entre o modelo económico, em que definiam a existência mundial do proletariado e dos capitalistas, e o terreno de referências empírico, que remetia exclusivamente para a problemática do Estado e da nação. Esta transformação da luta de classes em luta de nações ou, talvez mais exactamente, esta conversão de cada um dos campos das lutas nacionais em representante de uma ou outra classe social abriu a brecha teórica e prática onde mais tarde o fascismo havia de se instalar.

Não se pode explicar aquela diferença de modelos pela evocação de quaisquer estádios cronológicos na formação do pensamento dos dois fundadores do marxismo, já que até ao final da vida continuaram a colocar-se no ponto de vista geopolítico, mesmo depois de haverem adquirido notoriedade graças à explanação da mais-valia e das suas implicações sociais e ideológicas. Em 1857, naquela das suas obras que os discípulos mais se esforçaram, e com todo o êxito, por esquecer, Karl Marx chegou ao ponto de reduzir as origens históricas do Estado russo e o seu processo de desenvolvimento às habilidades pessoais dos soberanos, atribuindo do mesmo modo a explicação das disputas entre as potências europeias no século XVIII a ridículas manobras de bastidores[10]. Ao pretender

---

[8] Para as tomadas de posição de Engels a este respeito em 1848 e 1849 ver R. Rosdolsky (1980) 12-13, 40 n. 31, 80 e 83-85.

[9] A. Kriegel (1972) 632 recorda «a luta contra o absolutismo russo que, como é sabido, obcecou Marx até ao final da vida».

[10] K. Marx (1979).

Quando uma das filhas de Marx, Eleanor, reeditou em 1899 a *Secret Diplomatic History of the Eighteenth Century,* tomou a iniciativa de cortar algumas passagens. De então em diante os marxistas

encontrar nos *potins de cour* o segredo de grandes conflitos de interesses económicos e territoriais, Marx ocultou afinal a história sob as máscaras carnavalescas da *petite histoire*.

Se Engels e Marx tivessem sido apenas escritores, a ambiguidade das suas lucubrações não deveria inquietar-nos, nem a sua dilucidação teria qualquer urgência. Mas eles foram também chefes de partido, e o movimento que fundaram alcançou um lugar de considerável destaque durante um século de política mundial. A dualidade entre a perspectiva económica a longo prazo e os imperativos da geopolítica a curto prazo não foi apenas ideológica e, muito mais profundamente, dilacerou o próprio tecido social da classe trabalhadora e condicionou-a nos desvios e impasses da sua actuação.

A posição assumida por Karl Marx e Friedrich Engels relativamente ao movimento revolucionário que em 1848 e 1849 abalou os Estados germânicos e o império austro-húngaro foi de tal modo influenciada pela análise geopolítica que eles se opuseram com todo o denodo de que eram capazes – e com a má-fé que sabiam empregar nas grandes ocasiões – à orientação prosseguida por partidários de Weitling, que pretendiam assegurar a rigorosa autonomia da classe operária através da manutenção de um partido próprio. Pelo contrário, Marx e Engels defenderam nessa ocasião uma aliança muito estreita entre os trabalhadores e o que qualificavam como elementos democráticos, e para isso procuraram mesmo diluir a independência organizativa de que o proletariado mal havia começado a dotar-se. Para Marx e Engels tratava-se de muito mais do que uma mera questão de política interna, por importante que esta fosse, pois dela fizeram depender a estratégia internacional da revolução, e para justificá-la deram livre curso a uma peculiar teoria que restringia a história a certos povos, relegando os demais para um limbo onde aparentemente não se moveria o tempo social.

As facções da burguesia e da nobreza que nas cidades da futura Alemanha, da Áustria e da Hungria se erguiam contra o *Ancien Régime,* e por isso procuravam o apoio do proletariado urbano, igualmente desejoso de ver a queda de um sistema que entravava o progresso da indústria, eram as mesmas que nas áreas rurais pretendiam manter a opressão exercida sobre os camponeses. Se numerosos trabalhadores das cidades tinham ascendência germânica, outros, de origem eslava, haviam sido assimilados por aquele meio cosmopolita e partilhavam a língua e muitos usos dos seus patrões. A sociedade rural, porém, estava geralmente dividida entre o campesinato, de tradição eslava, e os senhores da terra, que

---

esforçaram-se por não divulgar a obra e Stalin censurou-a definitivamente. O livro só foi publicado em França em 1954 e em Itália em 1978. Ver a este respeito o Prólogo em id., ibid., 6-7.

formavam uma nobreza germânica ou inteiramente germanizada. E o mesmo sucedia nos seus territórios com os senhores húngaros[11]. Como o radicalismo das cidades, tanto burguês como aristocrático, perdia nos campos qualquer perspectiva revolucionária, ou sequer meramente reformista, e não encontrava outro programa senão a sujeição dos rurais, era natural que estes não sentissem interesse em apoiar a luta contra as dinastias alemãs e austríaca e acabassem por fornecer ao despotismo uma base social para restaurar o seu poder e a carne de canhão necessária para impô-lo pela força das armas. Um autor que estudou lucidamente estas questões resume a situação afirmando que «as classes dominantes das chamadas nações históricas de 1848-1849 combatiam não só pelos seus Estados nacionais, mas também, e ao mesmo tempo, pelas suas *"esferas de poder nacionais"*, quer dizer, pela continuidade da exploração e da opressão dos "povos servis" existentes até esse momento, enquanto por outro lado, e no essencial, o movimento dos Eslavos, considerados exteriores ao curso da história, tinha precisamente origem numa sublevação contra o predomínio nacional e social das nobrezas feudais húngara, polaca e alemã, bem como da burguesia alemã [...]»[12]. E o mesmo autor acrescenta que «esses eslavos (quer dizer, antes de mais, as massas camponesas eslavas) não actuavam em virtude de motivos *nacionais*, mas *sociais*, porque nos porta-vozes da revolução – e com razão em boa parte dos casos – *reconheciam os seus opressores habituais*»[13].

Os políticos democráticos interpretaram esta situação como decorrente do combate multissecular da cultura germânica ou magiar contra os povos eslavos, e justificaram o seu próprio reaccionarismo no meio rural atribuindo aos camponeses eslavos um carácter intrinsecamente contra-revolucionário e negando-lhes qualquer direito à emancipação cultural, e muito menos nacional. Em 1846, a sangrenta revolta do campesinato da Galícia contra os seus senhores foi apresentada pela nobreza independentista como uma acção de Ucranianos politicamente retrógrados e imbuídos de fanatismo religioso, ao serviço do império dos Habsburgo, contra a Polónia democrática. Na realidade, porém, mesmo os camponeses etnicamente polacos da Galícia ocidental nem sequer queriam ser chamados «polacos», reservando este nome à nobreza rural e à burguesia urbana, e revoltaram-se ao

---

[11] Nessa altura não existiam mais do que rudimentos de uma classe burguesa na Hungria, afirma R. Rosdolsky (1980) 141 n. 14.

[12] Id., ibid., 97 (sub. orig.).

Ver no mesmo sentido as pags. 133 e 146-149.

[13] Id., ibid., 152 (subs. orig.).

«Foi o carácter limitadamente burguês (ou antes, burguês-nobiliárquico) da revolução austro-húngara de 1848», escreve ainda Roman Rosdolsky na pag. 170, «que *impediu* qualquer solução real dos problemas existentes entre as nacionalidades da época, *fazendo aparecer como uma necessidade fatal e inevitável* a atitude contra-revolucionária dos Eslavos!» (subs. orig.).

lado dos seus vizinhos ucranianos. É esclarecedor que Marx e Engels tivessem contribuído várias vezes, nos seus escritos, para ocultar esta profunda clivagem social sob os disfarces de uma política que, naquele contexto, era meramente declamatória. Os dois amigos, que nas suas análises abstractas sabiam identificar com toda a precisão e crueza as oposições de classe, recusaram-se então a considerar a ocorrência de um levantamento rural e negaram aos camponeses galicianos qualquer capacidade de actuação em defesa dos seus interesses próprios, ao mesmo tempo que fizeram a apologia da aristocracia fundiária polaca só porque ela se apresentava como democrática contra as autocracias. Mas na realidade os rurais tinham deixado aos proprietários fundiários as conversas políticas e eles próprios haviam tomado a iniciativa de uma reforma agrária. Ao trucidarem os seus senhores, ao recusarem-se a entregar os tributos e até, em alguns casos, ao repartirem entre si as terras senhoriais, os camponeses da Galícia puseram a nu, sem deixar ocasião para dúvidas, o efectivo conteúdo social da democracia tão propalada pela nobreza polaca[14]. Mas os fundadores do marxismo não quiseram, ou não puderam, aprender esta lição[15].

À medida que os insurrectos alemães e húngaros se foram deparando com as reivindicações sociais e nacionais dos outros povos, Engels pôs de lado algumas hesitações e acabou por formular uma completa justificação ideológica para o programa de expansão da burguesia germânica e da nobreza magiar, transfigurando numa mitologia geopolítica as consequências decorrentes de clivagens complexas de classe. Por um lado, Engels aceitou inteiramente a tese corrente entre os historiadores de língua alemã, segundo os quais haviam sido os colonos germânicos a introduzir a civilização entre os bárbaros de Leste[16]. A historiografia da segunda metade do século XX mostrou de maneira indubitável que aquela tese não possui qualquer fundamento, e tem-se avançado muito no estudo dos procesos de evolução próprios das sociedades eslavas ocidentais antes da chegada das migrações oriundas do império germânico. É claro que, escrevendo nos meados do século XIX, nem Engels nem Marx podiam ter acesso a pesquisas muito posteriores, mas não é menos certo

---

[14] Acerca das questões relacionadas com a insurreição rural na Galícia em 1846 ver id., ibid., 49 e segs., 151 e 152.

[15] «Por estranho que pareça,» salienta id., ibid., 66-67, «nem sequer a extrema-esquerda da revolução de 1848, que tinha como guia espiritual a *N[eue] R[heinische] Z[eitung]*, avaliou correctamente as fecundas implicações da questão camponesa na Áustria e as extraordinárias oportunidades que proporcionava à revolução, bem como os graves perigos com que a ameaçava. *É em vão que se procurará na* N[eue] R[heinische] Z[eitung] *uma análise dos problemas agrários austríacos, um programa concreto para a questão camponesa austríaca* ou, pelo menos, artigos e correspondências de princípios que se ocupassem desta questão» (sub. orig.). Veja-se igualmente a pag. 147.

[16] Quanto à aceitação desta tese por Engels ver id., ibid., 101 e segs. Especialmente sugestiva é uma passagem transcrita na pag. 109: «[...] os Alemães deram-se ao trabalho de civilizar os teimosos Checos e Eslovenos e de introduzir entre eles o comércio, a indústria, uma agricultura razoável e a educação».

que neste caso puseram inteiramente de lado o seu notável espírito crítico, que em tantos outros contextos lhes permitiu duvidar das verdades vulgares e abrir caminhos de análise novos. Na justificação do expansionismo germânico de outrora Engels foi encontrar argumentos com que postulou a legitimidade das opressões da sua época e do programa imperialista futuro. Na sua opinião, os povos que no passado não houvessem conseguido edificar um sistema estatal internamente forte e ameaçador para os vizinhos não teriam hoje qualquer viabilidade histórica e não poderiam, por isso, reivindicar o direito à autonomia, sendo inatamente contra-revolucionários. «De todas as nações e naçõezinhas da Áustria, só três foram portadoras de progresso, tiveram uma intervenção activa na história e continuam hoje a ser viáveis: os Alemães, os Polacos e os Magiares. Por isso são agora revolucionárias. Todas as outras tribos e povos, grandes e pequenos, têm de imediato a missão de se fundir na tempestade revolucionária mundial. Por isso são agora contra-revolucionárias»[17]. Ao considerar o desenvolvimento dos aparelhos de Estado como a única história possível – até que a sociedade sem classes levasse a história ao seu termo – Engels presumia que povos sem uma tradição de formações estatais bem definidas seriam por isso povos sem história e, desprovidos de um passado, ficavam incapazes de um futuro próprio. Estariam em tal situação todos os Eslavos submetidos à Áustria e à Hungria, salvo os Polacos, a única excepção que Marx e Engels admitiam entre a população eslava, por considerarem-nos uma ponta de lança das sociedades estatizadas do Ocidente no meio da gente bárbara do Leste, estranha ao curso da civilização; e os Romenos seriam do mesmo modo votados à tutela alheia[18]. Na visão de Engels o destino nacional destes povos consistia em serem dominados pelos Germanos ou pelos Húngaros, para não caírem presa da autocracia russa, ou talvez o mecanismo fosse o inverso e a unificação da esfera política germânica se confundisse com uma assumida vocação de hegemonizar os Eslavos.

É isto que Engels afirma claramente num artigo de Abril de 1849, destinado a lançar o ridículo sobre as tentativas de formação de um Estado que reunisse a Croácia, a Eslovénia e o que então se denominava ainda Dalmácia: «[...] a Áustria única e centralizada que o governo pretende[19], e onde, evidentemente, a longo prazo os Alemães teriam o predomínio

---

[17] Citado em id., ibid., 126.

[18] Id., ibid., 10, 45 n. 48, 73, 135.

Aliás, a ausência de tradição estatal constituía para Engels um critério geral, por isso negava também o direito de autodeterminação aos Escoceses, aos Galeses, aos Bretões e aos Bascos. Ver id., ibid., 123 e 135.

[19] Trata-se do governo formado em Novembro de 1848, com o príncipe zu Schwarzenberg ocupando o lugar de primeiro-ministro. Este governo prosseguiu uma política centralizadora, baseada na capacidade do exército e do funcionalismo público para aglutinarem as várias nacionalidades do império, mas garantindo ao mesmo tempo que ficasse assegurada a completa hegemonia germânica em ambas as instituições. Estes planos

moral, enquanto nação mais civilizada, infunde a essa trindade pan-eslavista mil vezes mais medo do que os Magiares, que são já dados por vencidos»[20]. Ao decretar, referindo-se à generalidade dos povos tradicionalmente desprovidos de Estado, que «essas naçõezinhas, desde há séculos rebocadas pela história contra a sua própria vontade, têm necessariamente de ser contra-revolucionárias»[21], Friedrich Engels não estava apenas a fornecer ao imperialismo germânico uma legitimação de esquerda, mas a estimulá-lo até nos seus anseios mais profundos, e nestas invectivas rancorosas quase ouvimos o eco dos profetas do Antigo Testamento. «Naquela altura [em 1848] o destino da revolução na Europa oriental dependia da atitude dos Checos e dos Eslavos meridionais. Nunca esqueceremos que no momento decisivo eles atraiçoaram a revolução [...] por causa das suas mesquinhas esperanças nacionais! [...] E por esta cobarde e baixa traição à revolução exerceremos um dia uma vingança sangrenta[22] contra os Eslavos», a não ser os Polacos, claro, a eterna excepção. «[...] dado que Polaco e revolucionário se tornaram sinónimos, também a simpatia de toda a Europa para com os Polacos e para com a restauração da sua nacionalidade[23] é por isso tão certa como o ódio de toda a Europa para com os Checos, Croatas e Russos, e como a mais sangrenta guerra revolucionária de todo o Ocidente contra eles». Que cruzada! Para verberar as facetas mais imediatamente retrógradas dos nacionalismos eslavos Engels não discorreu no plano da existência supranacional do proletariado, mas no quadro igualmente fechado dos nacionalismos anti-eslavos. Enquanto no modelo socioeconómico marxista o internacionalismo decorre da definição genérica da classe trabalhadora, em todos estes artigos de intervenção política o internacionalismo foi transformado no seu contrário, um imperialismo de nações que se pretendiam democráticas. Como se um tal desejo de expansão não bastasse para revelar o carácter estritamente demagógico do programa de democratização prosseguido pela burguesia urbana e por alguma nobreza em crise! Mas continuemos a ler o artigo de Engels. «À verborreia

---

foram comprometidos, todavia, pela rivalidade com a Prússia, que impediu a Áustria de assumir o predomínio na esfera germânica. Schwarzenberg morreu em Abril de 1852.

[20] Citado em R. Rosdolsky (1980) 43.

[21] Citado em id., ibid., 31 n. 72 e 99.

«Os Eslavos – voltamos a lembrar que excluímos aqui sistematicamente os Polacos – foram sempre obrigatoriamente os principais instrumentos da contra-revolução», asseverava ainda Engels, consoante se lê nas pags. 100-101. Ver igualmente as pags. 110, 122 e 164-165. Passagens no mesmo estilo, a respeito dos Eslavos meridionais, vêm transcritas nas pags. 39-43.

[22] Na versão espanhola, de onde traduzo, lê-se *«nos vengaremos cruentamente»*, o que tem uma indubitável acepção sangrenta. A expressão, noutras variantes, voltará repetidamente a aparecer, como veremos.

[23] Roman Rosdolsky traduz por *«nacionalidade»*, no sentido de *entidade nacional*, mas observa em nota que no original se lê *«Staatlichkeit»*, que neste contexto eu traduziria por *Estado*, ou *entidade estatal*. Talvez, afinal, *soberania* fosse a melhor opção.

sentimental sobre a fraternidade, que aqui nos é oferecida em nome das nações contra-revolucionárias da Europa, nós respondemos que a russofobia foi e continua a ser a primeira paixão revolucionária dos Alemães; que a partir da revolução se acrescentaram a checofobia e a croatofobia; e que, em comum com os Polacos e os Magiares, só podemos assegurar a revolução se recorrermos ao mais decidido terrorismo contra esses povos eslavos». Como se tais palavras não fossem suficientemente claras, aquele que um ano antes, num conhecido *Manifesto,* havia ajudado a invocar a união dos proletários de todos os países apelava agora: «Luta, "luta implacável de vida ou morte"[24], contra o eslavismo que atraiçoa a revolução, luta de aniquilamento e terrorismo sem contemplações, não no interesse da Alemanha, mas no interesse da revolução»[25]. Os mesmos temas regressaram, com todo o seu cruento vigor, em outro artigo da mesma época. «[...] logo que ocorra uma insurreição vitoriosa do proletariado francês [...] os austro-alemães e os magiares libertar-se-ão e procederão a uma sangrenta vingança contra os bárbaros eslavos. A guerra generalizada que rapidamente se desencadeará há-de reduzir a pó essa aliança especial eslava e há-de aniquilar até o nome de todas essas pequenas nações taurocéfalas. A próxima guerra mundial não só fará desaparecer do globo terrestre classes e dinastias reaccionárias, mas igualmente povos reaccionários inteiros. E também isto será um progresso»[26].

Junto com aquela argumentação baseada no passado dos povos desprovidos de instituições estatais, Engels usava outro tipo de demonstrações, visando o presente e o futuro imediato, quando decidia que, à excepção dos Polacos, os povos eslavos seriam incapazes de se sustentar economicamente enquanto nações independentes, o que os levaria a servir de peões do czarismo nas grandes partidas do xadrez geopolítico contra a Europa ocidental[27].

Estas concepções de Engels foram inteiramente partilhadas por Marx[28], que adoptou o princípio da autodeterminação nacional, «mas rodeando-o de todo o tipo de restrições. Antes de mais, ele não reconhecia o "direito dos povos a dispor deles próprios" como um princípio *socialista,* mas só como um princípio *democrático,* que era necessário defender enquanto tal na medida em que o proletariado combatesse ao lado da burguesia, "enquanto a democracia não tivesse vencido". Além disso, mesmo o princípio democrático da

---

[24] Nesta frase Engels citou sarcasticamente o panfleto de Bakunin, *Apelo aos Eslavos.*

[25] Citado em R. Rosdolsky (1980) 31 n. 73, 79-80 e 151 n. 3.

[26] Citado em id., ibid., 31 n. 73 e 80.

[27] Id., ibid., 16.

[28] Id., ibid., cita várias passagens em que Marx se pronunciou de maneira absolutamente similar a Engels. Ver por exemplo as pags. 27-29.

autodeterminação das nações não devia ser aplicado a todas as *nacionalidades*. Era preciso distinguir entre as nações "históricas", os povos "necessários" (por exemplo, os Polacos, os Húngaros) e os povos "não necessários" ([...] as nacionalidades que nunca se tornariam nações, como os Escoceses, os Galeses, os Bretões, os Suiços de língua alemã, os Belgas de língua francesa, etc.) [...] Por fim, Marx e Engels introduziram [o] critério [...] da dimensão desejável das nações, insistindo na necessidade de "grandes unidades nacionais"»[29].

A mesma perspectiva caracterizou os demais articulistas e correspondentes da *Neue Rheinische Zeitung*[30], o jornal que os dois amigos dirigiam. Parece-me especialmente sugestivo que em Setembro de 1848 a redacção do periódico se pronunciasse contra várias moções apresentadas na Dieta de Viena, que pretendiam abolir a obrigatoriedade do emprego da língua alemã nos debates e fazer com que fossem aceites as outras línguas faladas pela população do império. Aquela atitude do órgão da extrema-esquerda germânica era tanto mais grave quanto haviam sido eleitos para o parlamento várias dezenas de camponeses polacos, ucranianos e romenos, desconhecedores da língua alemã e que só com grande dificuldade podiam orientar-se nas disputas entre bancadas. Um destes deputados, um camponês da Ucrânia, declarava na câmara, em péssimo alemão: «De quem é a culpa de que na Galícia o camponês não fale alemão? Apenas da opressão»[31]. Este homem rude, que aliás seria em breve expulso da Dieta, havia entendido a conexão entre a opressão social e a subjugação nacional melhor do que os sofisticados porta-vozes do radicalismo germânico.

Consoante o mais decisivo dos critérios, o da história, e também sob o ponto de vista do movimento político, aquelas formulações de Friedrich Engels foram impiedosamente invalidadas. Mas elas não são menos elucidativas num plano estritamente teórico, pois que significado podemos atribuir à tese de que eram atrasados, e por isso inviáveis, os povos que a tradição deixara desprovidos de Estado? Se o Estado é o principal aparelho de dominação das classes exploradoras, a vigência de um Estado no interior de um quadro nacional, onde se afirmam certos padrões de cultura homogéneos, nada mais pode representar do que um sistema de opressão legitimado pelo apoio activo dos explorados. Resumir a dinâmica da história às nações construtoras de Estados corresponde a uma apologia da ordem das classes dominantes. E era exactamente esta perspectiva que presidia às apreciações de Engels e do seu amigo Marx a respeito da capacidade de um povo para assegurar uma sustentação

---

[29] A. Kriegel (1972) 632-633 (subs. orig.).

[30] R. Rosdolsky (1980) analisa abundantemente não só as concepções de Friedrich Engels a respeito das nacionalidades, como também a orientação geral seguida pela *Neue Rheinische Zeitung (Nova Gazeta Renana)*.

[31] Id., ibid., 23-26. A citação vem na pag. 26.

económica independente. Como se no capitalismo a viabilidade económica, determinada pelas características da composição de classes, não significasse – e nos termos propostos pelo próprio marxismo – o desenvolvimento de ciclos de extorsão de mais-valia suficientemente rápidos e amplos para assegurarem bons lucros para as classes superiores e um reinvestimento de capitais adequado! Depois de ter remetido para os quadros nacionais o processo insurrecional de 1848 e 1849, Engels, com todo o apoio de Marx, conferiu à burguesia e à facção democrática da nobreza a iniciativa determinante tanto no plano político como no económico, e adoptou os critérios de eficácia do capital como bitola para avaliar a legitimidade de cada acção revolucionária. Compreendem-se agora melhor as razões profundas da sua oposição à estratégia de autonomia política do proletariado prosseguida por certos partidários de Weitling. Esta transferência da problemática de classe para os temas da nacionalidade atingiu uma expressão paroxística quando uns povos foram classificados de «revolucionários» e outros de «contra-revolucionários». Ao aplicar a nações um critério que só possui conteúdo rigoroso quando é usado para apreciar as posições históricas das classes, Engels inaugurou um tipo de distorção da problemática social a que mais tarde os fascismos recoreram amplamente, encontrando aí um dos seus fundamentos teóricos.

Bakunin, pelo contrário, apesar das fantasias líricas do seu pensamento, que se misturavam com os exageros declamatórios num estilo tão cansativo como difuso, soube compreender as potencialidades revolucionárias do campesinato eslavo. «O erro decisivo dos democratas alemães», escreveu ele em 1851 nesse documento tão vil, astuto e perturbante que é a *Confissão* endereçada ao czar, «provinha, na minha opinião, de restringirem a sua propaganda às cidades, não se preocupando geralmente com os camponeses»[32]. Mas, apesar das pias intenções de Bakunin, era impossível aos senhores da terra – e aos seus aliados urbanos igualmente desejosos de preservar a propriedade – mobilizar o campesinato sem fazerem concessões que lhes comprometeriam a supremacia de classe. De qualquer modo, é certo que o facto de não estarem unidos aos seus senhores em instituições estatais comuns e de não participarem nos mesmos movimentos deixou os rurais de origem eslava eventualmente mais aptos a revoltarem-se contra a globalidade das classes dominantes, por razões directamente económicas, e não políticas, ignorando por isso as distinções de partido que dividiam em facções os donos da terra e os ricos urbanos, e envolvendo-os a todos eles nas labaredas do mesmo ódio. Na polémica vitalícia que se

[32] Citado em id., ibid., 155.

estabeleceu entre Bakunin, por um lado e, pelo outro, Marx e Engels, torna-se difícil discernir se o tema principal era o confronto entre a eslavofilia de um e o germanismo dos outros, ou a forçosa hostilidade que opunha as versões libertária e autoritária do socialismo, ou a escolha entre o campesinato e o operariado urbano enquanto base social dos processos revolucionários. Na realidade, o pan-eslavismo de Bakunin, assente necessariamente nas massas rurais, dado o atraso industrial da Europa de Leste naquela época, só podia supor uma política democrática e colectivista, consoante as características atribuídas miticamente às comunidades de aldeia. Os três aspectos eram inseparáveis.

Mas será que o desenvolvimento posterior da luta de classes e as contradições implícitas no quadro nacional, além do prosseguimento da sua própria obra, inspiraram Engels e Marx para uma visão diferente destes problemas? Bem pelo contrário, as experiências práticas e as oportunidades polémicas proporcionadas pelas vagas revolucionárias que de 1846 até 1849 sacudiram a Europa serviram aos dois companheiros políticos de manancial que lhes foi alimentar a reflexão durante o resto da vida[33]. Como quer que se apresente, toda a teoria refere-se sempre a uma prática passada, congelando-a para o futuro. Em 1852 Engels invocava «a tendência histórica e, ao mesmo tempo, a força física e intelectual da nação germânica para subjugar e assimilar os seus antigos vizinhos. Esta tendência à absorção por parte dos Germanos foi sempre, e continua a ser, um dos meios mais poderosos que permitiram à civilização da Europa ocidental difundir-se a leste deste continente, podendo cessar apenas quando o processo de germanização tiver alcançado os limites de uma grande nação, compacta e unitária, capaz de levar uma vida nacional independente, como os Húngaros e, até certo ponto, os Polacos. Portanto, o destino natural e inevitável destas nações moribundas [os povos eslavos ocidentais e meridionais] consiste em permitir que se complete este processo de dissolução e de absorção pelos seus vizinhos mais fortes»[34]. Eram igualmente os temas da *Neue Rheinische Zeitung* que quase vinte anos depois continuavam a inspirar Engels, quando escrevia, num artigo publicado em 1866, que o destino dos «pequenos restos de povos» consiste em serem «absorvidos como porções integrais de nações mais poderosas, cuja maior viabilidade lhes conferia a capacidade de superarem maiores obstáculos»[35]. E numa data tão tardia como Fevereiro de 1882 Kautsky

---

[33] Id., ibid., 71 transcreve uma passagem de uma carta de Engels datada de Abril de 1853, onde ele aceitava que para os camponeses ucranianos a restauração da Polónia significasse o restabelecimento da antiga dominação da nobreza. No entanto, precisamente no mesmo mês, como veremos já em seguida, Engels manifestou uma completa incompreensão das razões sociais que podiam levar à revolta dos Eslavos meridionais sujeitos ao império turco.

[34] Citado em id., ibid., 105-106.

[35] Citado em id., ibid., 83 n. 12 cont.

lia numa carta que havia recebido de Engels: «Podia perguntar-me agora se tenho pelo menos alguma simpatia pelos pequenos povos e ruínas de povos eslavos reduzidos a pó pelas três cunhas introduzidas no eslavismo, a alemã, a magiar e a turca. De facto, terrivelmente pouca»[36]. «No fundo,» conclui um autor que estudou minuciosamente estas concepções de Engels, «a ideia que ele tinha da almejada revolução na Europa central – mesmo nas décadas de sessenta, setenta e oitenta – continuou sendo *a mesma que em 1848:* concebia-a como uma revolução essencialmente *alemã,* que haveria de resolver os mesmos problemas e contaria, como então, com os mesmos aliados (Hungria, Polónia) e também com os mesmos inimigos (os Eslavos exteriores à história, apoiados pelo czarismo)»[37].

Também Marx permaneceu até ao fim da vida preso a uma cega aversão aos Eslavos, que norteou toda a sua intervenção política e deixou múltiplos traços na própria elaboração teórica. Em 1857 publicou um livro[38] com o intuito exclusivo de denunciar a perversidade como sendo a linha condutora de toda a política externa russa desde há muitos séculos. A habilidade na defesa dos interesses de classe, que em geral ele tanto apreciava e que considerava como o mais legítimo motor da história, era apresentada como uma conjugação repelente de cobardia e de espírito sanguinário quando se tratava dos monarcas russos. E como Marx afirmou a identidade entre este comportamento histórico e a orientação prosseguida pelos czares da sua época, tendo além disso escrito a obra directamente em inglês e usado apenas argumentos relativos à actividade diplomática, tão do agrado dos estratos sociais dominantes, podemos talvez concluir que o livro se endereçava aos próprios círculos governamentais britânicos, para os persuadir dos malefícios russos. Que ingenuidade, da parte de um pobre emigrado, levar tão a sério os jogos da geopolítica!

Todavia, como depois dos meados do século o continente europeu mergulhou em duas décadas de torpor social, garantido precisamente pela expansão do capitalismo e pelo reforço daquele Estado que constituía para Marx e Engels o alibi da história, os dois amigos começaram a seguir com interesse acontecimentos mais distantes. Num artigo de Abril de 1853 acerca das nacionalidades incluídas no império turco, Engels atribuiu aos Eslavos meridionais a intenção única de ampliarem a esfera de poder do czar moscovita[39], e em correspondência enviada para Marx em meados de 1876 vêmo-lo classificar de ladrões os

---

[36] Citado em id., ibid., 136 n. 41.
[37] Id., ibid., 134 (subs. orig.).
[38] K. Marx (1979).
[39] R. Rosdolsky (1980) 39 n. 28.

Sérvios em luta pela sua autonomia nacional[40]. Mais tarde ainda, em Novembro de 1885, numa carta dirigida a August Bebel, Engels qualifica como «miseráveis fragmentos de ex-nações» «os Sérvios, os Búlgaros, os Gregos e outros cortadores de cabeças»[41].

Por outro lado, quando voltaram a sua atenção para o norte da América, Engels e Marx justificaram o expansionismo dos Estados Unidos com a mesma argumentação geopolítica que lhes havia servido para legitimar a opressão exercida pelos senhores germânicos e magiares sobre os camponeses eslavos. Referindo-se, em polémica com Bakunin, à guerra conduzida pelos Estados Unidos contra o México em 1846 e 1847, Engels pretendeu que ela «foi sustentada única e exclusivamente no interesse da civilização». A demonstração que ensaiou é muitíssimo curiosa. «Será porventura alguma desgraça que tenham tomado a magnífica Califórnia a esses mandriões mexicanos, que não souberam fazer nada com ela? Que os enérgicos *Yankees* multipliquem os meios de circulação graças à rápida exploração das minas de ouro ali existentes, concentrem em poucos anos uma população densa e um amplo comércio na costa do Pacífico, criem grandes cidades, inaugurem serviços de navios a vapor, construam uma via férrea de Nova Iorque até São Francisco, abram convenientemente à civilização o Oceano Pacífico e pela terceira vez na história dêem uma nova direcção ao comércio mundial? Talvez com isto fique prejudicada a "independência" de alguns Californianos e Texanos de origem espanhola e sejam violados aqui ou ali outros postulados morais, mas que peso isso tem em comparação com tais factos de transcendência histórica mundial?»[42] Eis um condensado dos pretextos mais usualmente evocados pelo imperialismo para justificar as suas espoliações. As atitudes ambíguas de tantos socialistas a respeito da questão colonial durante a época da Segunda Internacional, e até as posições francamente colonialistas de alguns deles, compreendem-se melhor à luz destas declarações dos mestres.

Neste caso o fio dos raciocínios de Engels é tanto mais contorcido quanto se sabe que os imigrantes norte-americanos estabelecidos na província mexicana do Texas, que em Outubro de 1835 desencadearam a insurreição que levou à independência do território durante uma década, não eram dinâmicos empresários *yankees,* mas proprietários de escravos negros, indignados com facto de o México ter abolido o tráfico humano em 1829. Precisamente por isso o Texas independente foi visto com grande hostilidade pelos abolicionistas do norte dos Estados Unidos, que se opunham à sua entrada na união, e a

---

[40] Id., ibid., 43-44 n. 44.
[41] Citado em id., ibid., 44 n. 45.
[42] Citado em id., ibid., 161.

guerra com o México só foi desencadeada quando a facção sulista e escravocrata conseguiu, nas eleições de 1844, assegurar o triunfo do seu candidato à presidência. Tendo saído vitoriosos do conflito, os Estados Unidos apoderaram-se não só do Texas, mas igualmente de outras vastíssimas províncias, apesar da oposição expressa pelos movimentos anti-escravistas e da enorme controvérsia que a questão originara em todo o país, de tal modo que se pode sustentar que nestes acontecimentos reside uma das causas da guerra civil entre os estados do norte e os do sul, iniciada uma década e meia mais tarde. Friedrich Engels encontrava-se aqui com estranhos aliados.

O ponto de vista prático em que se situavam os fundadores do marxismo não se alterou sequer perante o renascimento dos confrontos de classe na Europa. Se é certo que na guerra franco-prussiana de 1870 e 1871 os favores de Marx e Engels foram de início para a Prússia, pois ela estava a cumprir o papel histórico de unificadora da Alemanha, a partir do momento em que os exércitos alemães se converteram em invasores e a derrocada das tropas de Napoleão III libertou as energias do proletariado francês os dois amigos transferiram as suas simpatias para a França. Fizeram-no, porém, sem abandonar o quadro geopolítico. Já na proclamação emanada do conselho geral da AIT em 23 de Julho de 1870, quatro dias apenas após a declaração de guerra, e inteiramente redigida por Marx, os problemas relativos à situação da classe trabalhadora de ambas as nações no contexto das hostilidades militares foram remetidos para um plano subalterno, atribuindo-se maior relevo à análise crítica dos aspectos dinásticos e geopolíticos do conflito. Era natural, então, que Marx desse livre curso à sua obsessão de sempre, o ódio à Rússia. «Na sombra desta guerra suicida», escreveu ele, «espreita a figura sinistra da Rússia». E, logo depois de citar três excertos de resoluções tomadas em comícios de trabalhadores alemães, e em contraste flagrante com o espírito dessas declarações, onde o repúdio da guerra se exprimia nos termos exclusivamente proletários de uma afirmação de solidariedade para com os trabalhadores da França, Karl Marx lançou-se uma vez mais em considerações geoestratégicas acerca das fatalidades da política externa prussiana[43]. O que já então se anunciava como um claro confronto de classes foi assim transposto para o quadro da diplomacia das grandes potências, e a observação dos interesses próprios do proletariado ficou reduzida, afinal, ao teor ideológico habitual das classes dominantes. Esta atitude de Marx é mais clara ainda na proclamação da AIT com data de 9 de Setembro, e também escrita por ele. Ao lermos esse documento, ficamos sem saber se, na opinião de Marx, é

[43] K. Marx (1963) 30-31. A frase citada vem na pag. 30.

mais criticável a posição de força tomada pela Prússia perante a França derrotada ou a sua alegada posição de fraqueza face ao império russo. E então Marx, num ridículo afã de se intrometer na alta política, procura convencer Bismarck de que seria do seu interesse aliar-se a uma nova França republicana contra a autocracia dos czares. E tudo isto numa solene proclamação da Associação Internacional dos Trabalhadores! A paz entre a Alemanha e a França não foi aqui defendida em função de objectivos especificamente proletários, mas como um factor necessário para conter a ameaça russa. Sempre que se referiram aos acontecimentos concretos, nem Marx nem Engels conseguiram desenredar a posição própria da classe trabalhadora da teia de interesses supraclassistas que caracteriza toda a política internacional.

Esta ambiguidade condicionou a reacção de Marx às opções estratégicas tomadas pelos trabalhadores franceses mais combativos, ao longo dos nove meses que decorreram entre a queda do Império e o esmagamento da Comuna. Já em 18 de Julho de 1870, evocando numa carta ao seu amigo Kugelmann a possibilidade de uma insurreição do operariado francês, Karl Marx considerara que, se tal sucedesse, isso seria uma «desgraça»[44], e manteve em seguida esta atitude, com repercussões muito mais amplas, pois aparecia então como representante oficial da Associação Internacional dos Trabalhadores. Mal o regime de Luís-Napoleão se desagregara a meio da catástrofe militar e fora instaurada a república, o conselho geral da AIT, na sua proclamação de 9 de Setembro de 1870, redigida por Marx, aconselhou o proletariado da França a acomodar-se às instituições burguesas e a procurar, através de meios legais, reforçar as suas organizações de classe, pondo de parte quaisquer veleidades revolucionárias imediatas. «A classe operária francesa depara-se [...] com circunstâncias extremamente difíceis. Qualquer tentativa para derrubar o novo governo, com o inimigo quase às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. [...] Que calma e resolutamente [os operários] aproveitem as liberdades republicanas para proceder metodicamente à sua própria organização de classe»[45]. De Março a Maio de 1871, foi contra a opinião expressa do fundador do comunismo moderno que a insurreição do proletariado parisiense abriu perspectivas novas à luta contra o capitalismo e forneceu a demonstração prática de vários processos destinados a assegurar a emancipação económica e política da classe trabalhadora. Só quando viu que era tarde demais para se opor à

---

[44] Citado por M. Gallo (1971) 12.

É curioso observar que a editora do Partido Comunista Francês não considerou decerto oportuno incluir esta carta entre outras enviadas a Kugelmann acerca das lutas sociais em França, e que foram reproduzidas em K. Marx (1963) 94-104.

[45] K. Marx (1963) 38-39.

revolução e que a história não seguira os seus conselhos, Karl Marx se resignou a aceitar a Comuna. Numa carta endereçada a Kugelmann em 17 de Abril de 1871, exactamente um mês após a conquista do poder pelo operariado de Paris, Marx confirmou pela primeira vez claramente a oportunidade da insurreição, embora já cinco dias antes, escrevendo ao mesmo correspondente, tivesse expressado simpatia pela iniciativa[46].

O mesmo cuidado que tivera em desaconselhar a revolução, Marx empregou-o depois a redigir-lhe o necrológio, reconstruindo a história *a posteriori*, já que não fora capaz de lhe determinar antecipadamente os rumos. «Se a Comuna tivesse escutado os meus conselhos!» – lastimava-se ele candidamente numa carta de 12 de Junho de 1871[47]. Desde as primeiras páginas do seu conhecido panfleto acerca da Comuna de Paris, que foi primeiro publicado enquanto proclamação do conselho geral da AIT, com data de 30 de Maio de 1871, mal a Comuna acabara de ser esmagada, Karl Marx presumiu que a guerra franco-prussiana tivesse sido pelo menos tão marcante como o conflito fundamental entre as classes para determinar os acontecimentos e justificar a derrota final do proletariado. Uma vez mais ele oscilou entre a perspectiva de classe e o quadro das questões nacionais, remetendo a explicação daquela epopeia para as peripécias políticas, no sentido mais superficial do termo, e não para as relações de exploração que tão bem soube desvendar na sua obra teórica. Só nesta óptica podemos considerar os motivos da célebre crítica de Marx à pretensa incapacidade manifestada pelos insurrectos parisienses para ocupar o Banco de França, retomada por Engels, por exemplo num texto de 1891, onde escreve: «O mais difícil de compreender é sem dúvida o respeito sagrado com que pararam perante as portas do Banco de França»[48]. É possível que a veneração pelas contas bancárias tivesse pesado entre os jacobinos que participaram no movimento. Da parte dos operários mais conscientes, porém, as razões que ditaram aquela atitude foram decerto outras. A importância do problema exige que o vejamos demoradamente e com certo recuo.

Saint-Simon, num livro publicado em 1821, considerou que o movimento do capital comercial permitia aos empresários industriais e agrícolas não se dispersarem pelos seus negócios privados e os ligava a todos numa teia única. Por sua vez, o capital bancário reforçava aquela rede, unindo ainda mais estreitamente a multiplicidade dos interesses. «Os

---

[46] Id., ibid., 101-103. Ver a este respeito M. Gallo (1971) 12.

[47] K. Marx (1963) 111.

[48] Trata-se do prefácio à reedição inglesa do panfleto de Marx publicado originariamente enquanto proclamação do conselho geral da AIT, com data de 30 de Maio de 1871. A passagem citada vem transcrita em id., ibid., 21-22.

trabalhos a que se dedicam os industriais[49] têm diferentes graus de generalidade, e desta disposição fundamental resulta uma espécie de hierarquia entre as diferentes classes que compõem essa massa enorme de cidadãos activos na produção. Assim, os industriais podem e devem ser considerados como tendo uma organização e formando uma corporação. Com efeito, todos os cultivadores e os demais fabricantes estão ligados entre si pela classe dos comerciantes, e todos os negociantes encontram nos banqueiros agentes que lhes são comuns, de modo que os banqueiros podem e devem ser considerados como os agentes gerais da indústria. [...] As principais casas bancárias de Paris têm o seu lugar à frente da acção política dos industriais»[50]. Pode supor-se que o banco central coroaria naturalmente toda a estrutura da sociedade. Dois ou três anos mais tarde, Saint-Simon reflectiu de novo sobre as implicações que o lugar ocupado pelos banqueiros devia ter na táctica política: «A classe industrial [...] encontra-se inteiramente organizada por meio da actividade bancária, que inter-relaciona todos os ramos da indústria, por meio dos banqueiros, que inter-relacionam os industriais de todos os géneros, de modo que todos os esforços dos industriais podem facilmente conjugar-se para atingir os interesses que lhes são comuns. Os chefes da indústria, quer dizer, os industriais mais importantes, ainda não souberam aproveitar, na política, as vantagens decorrentes da organização da classe industrial»[51].

---

[49] É conveniente deixar claro o que representava para Saint-Simon a categoria dos «industriais». Escrevia ele em 1817-1818, no Tomo IV de *L'Industrie*...: «O corpo industrial compõe-se [...] de duas grandes famílias: a dos sábios, ou industriais de teoria, e a dos produtores imediatos, ou sábios de aplicação» – C.-H. Saint-Simon (1966 b) 60. Na mesma obra, Saint-Simon considerava a categoria dos industriais composta em França por vinte milhões de homens (pag. 93). Ora, segundo A. Armengaud (1976) 186, em 1816 a população do país mal ultrapassava os trinta milhões de habitantes. Assim, conclui-se que entre os «industriais» se incluía também a classe trabalhadora. E em 1823-1824, no *Catéchisme des Industriels,* Saint-Simon calcula em vinte e cinco milhões de pessoas os «industriais» de França – C.-H. Saint-Simon (1966 a) 143. A composição dos «industriais» foi enunciada claramente em 1819, em *Le Parti National*...: «O partido nacional compõe-se: 1°) Daqueles que executam trabalhos com uma utilidade directa para a sociedade; 2°) Daqueles que dirigem esses trabalhos, ou cujos capitais estão investidos nos empreendimentos industriais; 3°) Daqueles que contribuem para a produção mediante trabalhos úteis ou produtivos» – id. (1966 c) 195. E mais adiante: «No partido nacional ou industrial estão incluídos: 1°) Todos os que cultivam a terra, bem como os que dirigem os trabalhos agrícolas; 2°) [...] todos os artesãos, todos os manufactores, todos os negociantes, todos os empresários de transportes terrestres e marítimos, bem como todos aqueles cujos trabalhos servem directa ou indirectamente à produção ou à utilização das coisas produzidas. [...] Os artistas devem também ser considerados como industriais, porque sob muitos aspectos eles são produtores; entre outras razões, porque os desenhos e modelos que fornecem aos artesãos contribuem poderosamente para a prosperidade das nossas manufacturas». E incluem-se também todos os cidadãos, até padres e advogados, que defendam politicamente os «industriais» – id., ibid., 203-204. Vejamos no *Catéchisme des Industriels* a enumeração das outras classes existentes além dos «industriais», e que lhes devem ser subordinadas: exército, legistas, proprietários rurais não-cultivadores – id. (1966 a) 41. Note-se que ao longo dos seus últimos escritos Saint-Simon passou cada vez mais da ideia de uma cooperação funcional entre operários e patrões reunidos na classe industrial, para a ideia da subordinação passiva dos operários aos patrões. «A França tornou-se uma grande manufactura, e a Nação Francesa uma grande oficina», escreveu ele, por exemplo, em 1821, em *Du Système Industriel*. «Essa manufactura geral deve ser dirigida da mesma maneira que as fábricas particulares» – id. (1966 d) III-c 91-92.

[50] Id. (1966 d) III-a 46-47.

[51] Id. (1966 a) 136-137.

Saint-Simon não foi de modo algum socialista utópico, como Engels o apelidou, mas um verdadeiro capitalista científico. Entre certos discípulos seus, no entanto, e dos mais importantes, desenvolveu-se uma vertente socialista, que via no banco central a instituição que havia de permitir a planificação de toda a economia. Escrevia Bazard, numa obra colectiva publicada em 1830 e 1831 pelos seguidores de Saint-Simon: «Se, tal como proclamamos, a humanidade caminha para um estado em que todos os indivíduos serão classificados de acordo com as suas capacidades e remunerados de acordo com o seu trabalho, é evidente que o direito de propriedade, tal como existe, deverá ser abolido, porque dá a uma certa classe de pessoas a possibilidade de viverem do trabalho alheio e em completa ociosidade, mantendo a exploração de uma parte da população, que é a mais útil, aquela que trabalha e produz, em benefício daqueles que só destroem [...] Uma instituição social fica encarregada dessas funções que são hoje tão mal desempenhadas, reúne todos os instrumentos de produção, preside à exploração de todos os recursos materiais, e a sua posição de destaque permite-lhe apreciar o panorama global, vendo simultaneamente todas as partes da oficina industrial [...] A instituição social do futuro dirigirá todas as indústrias no interesse da globalidade da sociedade e especialmente dos pacíficos trabalhadores. Chamamos provisoriamente a esta instituição o sistema bancário geral, com todas as reservas que se devem fazer quanto a uma interpretação demasiado restrita do termo. O sistema incluirá inicialmente um banco central, que constitui o governo na esfera material. Este banco reunirá toda a riqueza, a totalidade do fundo produtivo, todos os instrumentos de produção, em suma, tudo o que hoje compõe a massa da propriedade privada»[52]. O socialismo autoritário, de que Marx e Engels se converteram nos chefes incontestados, inspirou-se nesta visão saint-simoniana. E no programa marxista o despotismo político do Estado encontrou a sua forma gémea na ditadura económica exercida a partir do banco central, ou de uma instituição equivalente. O marxismo conseguiu a proeza de conjugar num sistema coerente duas tradições autoritárias antagónicas, o culto do governo central, herdado do radicalismo jacobino de Babeuf, e o poder empresarial, que Saint-Simon teorizara e se esforçara por expandir precisamente como alternativa ao jacobinismo que execrava.

Eram muito diferentes, todavia, as concepções que animavam a principal corrente da secção francesa da Associação Internacional dos Trabalhadores nas vésperas da Comuna. Marx e Engels empenharam-se mais tarde em propagar que as duas grandes influências que se exerciam em 1871 entre o proletariado francês vinham de Blanqui e dos discípulos de

[52] Citado por E. Kamenka (1989) 137.

Proudhon. Porém, os proudhonianos haviam já sido marginalizados no interior da secção francesa da AIT durante os últimos anos da década de 1860, e o predomínio passara a caber a uma orientação que se definia como «comunista anti-autoritária» e que encontrava em Varlin um destacado representante. Foi esta corrente que os marxistas procuraram depois esquecer, quando não a confundiam erradamente com o anarquismo. Louis-Eugène Varlin, uma das figuras mais luminosas de toda a história do movimento operário, destacou-se no combate à vertente centralista e autoritária do socialismo, defendendo e prosseguindo na prática uma estratégia de luta que estimulava os trabalhadores a controlarem as suas organizações de classe e os preparava para gerirem mais tarde a economia e exercerem o controle sobre toda a sociedade. Num artigo publicado antes da Comuna, Varlin explicava que uma política socialista que não começasse por transformar as relações de trabalho só podia dar lugar a novas formas de opressão, e concluía com outra das teses fundamentais da autonomia operária, a de que a solidariedade desenvolvida na luta constitui o modelo das futuras relações de produção. Escrevia ele: «[...] devemo-nos [...] aplicar activamente na preparação dos elementos organizativos da sociedade futura, para facilitar e tornar mais segura a obra de transformação social que a Revolução tem de levar a cabo. [...] Se o capitalista, industrial ou comercial, deve deixar de dispor arbitrariamente dos capitais colectivos, quem os fará frutificar em benefício de todos? A não ser que queiramos entregar tudo outra vez a um Estado centralizador e autoritário, que nomearia os directores das fábricas, das manufacturas e das agências de repartição, os quais directores nomeariam por sua vez os subdirectores, os contramestres, etc., e chegarmos assim, de cima a baixo, a uma organização hierárquica do trabalho, na qual o trabalhador seria uma mera engrenagem inconsciente, sem liberdade nem iniciativa, a não ser que queiramos isso somos forçados a admitir que os próprios trabalhadores devem ter a livre disposição, a posse, dos seus instrumentos de trabalho, com a condição de apresentarem os seus produtos para troca ao preço de custo, para que haja reciprocidade de serviço entre os trabalhadores das diferentes especialidades. É a esta ideia que tende a aderir a maior parte dos trabalhadores que desde há alguns anos prosseguem energicamente a emancipação da sua classe. Foi ela que prevaleceu nos diferentes congressos da AIT. Mas não deve imaginar-se que uma organização deste tipo possa improvisar-se facilmente em todos os aspectos. [...] Uma das maiores dificuldades com que se deparam os fundadores de todos os tipos de sociedades, ensaiadas desde há alguns anos, é o espírito individualista [...] Pois bem, as sociedades operárias, qualquer que seja a sua forma actual, têm já a enorme vantagem de habituar os homens à vida em sociedade, preparando-os assim para uma organização social mais ampla.

Elas habituam-nos não só a estabelecerem acordos ou a harmonizarem-se, mas ainda a ocuparem-se dos seus próprios interesses, a organizarem-se, a discutirem, a reflectirem sobre os seus interesses materiais e morais, e sempre sob um ponto de vista colectivo, já que os seus interesses pessoais individuais, directos, desaparecem a partir do momento em que participam numa colectividade. [...] são sobretudo as sociedades corporativas (de resistência, de solidariedade, os sindicatos) que merecem o nosso encorajamento e a nossa simpatia, porque são elas que formam os elementos naturais da construção social do futuro, são elas que se poderão transformar facilmente em associações de produtores, são elas que poderão pôr em funcionamento os instrumentos sociais e a organização da produção»[53].

Delegado às Finanças na Comuna, e depois, a partir de Abril, aos Abastecimentos e à Intendência, e tendo antes disso ocupado funções de comando na Guarda Nacional, a futura milícia dos insurrectos, não espanta que Varlin não se mostrasse interessado pela gestão centralista e autoritária da economia, e patrocinasse pelo contrário a apropriação das oficinas pelos seus trabalhadores, que haveriam de dirigi-las ao seu próprio nível, a partir da base. A documentação que hoje se conhece permite saber que, segundo os projectos da Comissão do Trabalho e das Trocas, não só as oficinas abandonadas pelos patrões seriam confiscadas por acção dos sindicatos para serem exploradas pelos seus trabalhadores, consoante estipulou o decreto de 16 de Abril de 1871, mas a partir do começo de Maio estava igualmente prevista a expropriação completa das manufacturas pertencentes aos grandes proprietários capitalistas e a generalização da gestão operária. As oficinas abandonadas, e depois todas as outras, deveriam ser exploradas e administradas pelos seus trabalhadores sob a forma de cooperativas. Era precisamente esta a solução proposta por Varlin, e a ele se deveu o estabelecimento de contactos regulares entre as associações operárias e a Comissão do Trabalho e das Trocas[54]. Estavam portanto em jogo duas concepções de socialismo profundamente diferentes. Uma delas, que animou as experiências mais audaciosas e avançadas da Comuna, pugnava por uma gestão descentralizada das empresas, a cargo dos seus próprios trabalhadores. A outra, que serviu a Karl Marx e a Friedrich Engels para pintar com algumas tonalidades sombrias a memória da insurreição parisiense, considerava o banco central como a instituição mais adequada a uma

---

[53] Louis-Eugène Varlin, «Les Sociétés Ouvrières», *La Marseillaise*, nº 81, 11 de Março de 1870, transcrito em J. Rougerie (1968) 126-127.

[54] Quanto à profunda transformação das relações sociais de trabalho projectada no âmbito da Comuna de Paris ver J. Bruhat (1972) 530 e J. Rougerie (1968) 117-118.

planificação centralizada e despótica de toda a economia. Foi nesta oposição entre as duas grandes correntes do socialismo revolucionário que se inseriu a questão do Banco de França.

No panfleto publicado logo após a aniquilação da Comuna, Marx deu o menor relevo possível ao decreto de 16 de Abril, citando-o em último lugar entre as medidas económicas tomadas pelos insurrectos, depois da abolição do trabalho nocturno dos padeiros e da proibição feita aos patrões de praticarem descontos sobre os salários dos empregados enquanto forma de penalização. Dificilmente se acreditará que, tão bem informado acerca de tudo o que estava a passar-se em Paris através das centenas de cartas que recebia dos seus partidários, e mantendo naquelas semanas febris uma correspondência com o próprio Varlin[55], Marx ignorasse a verdadeira amplitude dos projectos e dos esboços de realização prática promovidos pela Comissão do Trabalho e das Trocas. Mas ele estava em Londres, onde podia pacificamente escrever a sua versão dos acontecimentos, e os outros estavam mortos[56].

Quando Engels e Marx criticavam os dirigentes do proletariado parisiense por não terem ocupado o Banco de França e ao mesmo tempo apoiavam a decisão de confiscar as oficinas, será que não viam, ou que não queriam ver, que estas duas medidas económicas correspondiam a orientações opostas? Encontramos a solução do enigma ao observarmos que Engels, quando se referiu à expropriação dos meios de produção decretada pela Comissão do Trabalho e das Trocas, não deu tanto destaque ao facto de as oficinas deverem ser exploradas e administradas directamente pelos seus próprios trabalhadores como às disposições necessárias para coordenar esta actividade, que ele apresentou como se devessem conduzir a uma direcção centralizada da economia. «A 16 de Abril, a Comuna ordenou que se efectuasse um recenseamento das oficinas encerradas pelos fabricantes e que se elaborassem planos para entregar a gestão dessas empresas aos operários que até então aí trabalhavam, os quais deviam reunir-se em associações cooperativas, bem como para organizar estas associações *numa única* grande federação. [... ... ...] o mais importante de todos os decretos promulgados pela Comuna instituía uma organização da grande indústria, e mesmo da manufactura, que não só devia basear-se na associação dos trabalhadores de

---

[55] «Os militantes e os contemporâneos da Comuna dirigem-se a Marx através de centenas de cartas», esclarece a Nota do Editor em K. Marx (1963) 9. A correspondência com Varlin é referida na pag. 10 e transcrita na pag. 113.

[56] A 18 de Junho de 1871, exactamente três semanas depois de a Comuna ter sido aniquilada e enquanto dezenas de milhares de trabalhadores eram massacrados em Paris, Marx escrevia ao seu «caro Kugelmann» que «durante a última revolução parisiense eu fui denunciado como o "grande chefe da Internacional" [...] e tenho a honra de ser neste momento o homem mais caluniado e ameaçado de Londres. Isto faz com que eu me sinta realmente bem, depois de vinte anos de um enfadonho idílio» – id., ibid., 104. Aqui, hesitei entre vários comentários, e acabei por não escrever nenhum.

cada fábrica, mas também reunir todas estas associações numa grande federação [...]»[57]. Ora, Engels conhecia bem demais qual havia sido a posição de Varlin e daquela que era então a maioria da secção francesa da AIT a este respeito. O que para uns devia servir de estímulo à iniciativa da base era apresentado pelo outro como devendo reforçar o poder de decisão central.

Que, no seu célebre relato da Comuna, Marx tivesse escamoteado os planos de profunda transformação das relações sociais de trabalho é bastante esclarecedor dos métodos de polémica a que sempre recorria. E que a questão do banco central tivesse depois servido de pretexto à apreciação crítica das orientações económicas do proletariado insurrecto confirma que Engels e Marx se mostraram incapazes de analisar um movimento que punha em causa o centralismo político. Avaliar a Comuna tomando como padrão de referência a instituição económica mais autoritária e centralizadora era desnaturar profundamente a sua acção social. E, todavia, foi Marx quem escreveu, naquele mesmo panfleto, que «a classe operária não se pode contentar em apoderar-se do aparelho de Estado existente e em fazê-lo funcionar por sua conta»[58]. Ao mesmo tempo que soube ver na acção do proletariado parisiense uma destruição dos órgãos estatais, graças à substituição do exército pelas milícias populares, à responsabilização de todos os representantes perante os eleitores e à sua revocabilidade permanente, e ao mesmo tempo que soube classificar estas novas formas políticas como «um governo da classe operária»[59], Karl Marx revelou-se incapaz de prescindir dos paradigmas sugeridos pelo próprio Estado. Este paradoxo de modo algum nos deve surpreender, pois naquela época era já indissolúvel a relação entre a entidade estatal e o quadro nacional, e sem ultrapassarem os horizontes da geopolítica as análises concretas de Marx e Engels ficavam subordinadas aos temas da nacionalidade. Como a nação era a área de poder do Estado e a existência do Estado era justificada ideologicamente pela aspiração nacional, os povos historicamente desprovidos de Estado, de acordo com as concepções dos dois amigos, não eram dignos de ser reconhecidos enquanto nações. E chegamos assim ao cerne deste problema. A insistência com que Marx invocou a trama da geopolítica a respeito dos acontecimentos de 1870 e 1871 e a crítica feita à Comuna por não ter usado o Banco de França como órgão central da reestruturação económica são duas facetas da tendência para transformar, nas análises concretas, os

---

[57] Trata-se do já mencionado prefácio de Engels, datado de 1891. As passagens citadas encontram-se em id., ibid., 19 e 22 (sub. orig.).

[58] Id., ibid., 59.

[59] Id., ibid., 67.

confrontos de classe em questões nacionais. Karl Marx e Friedrich Engels circunscreveram a maior epopeia operária do seu tempo ao quadro autoritário do Estado e ao âmbito centralizador da nação.

Há decerto quem goste de argumentar que as teorias a longo prazo dos fundadores do comunismo moderno teriam a sua validade suspensa dos horizontes brumosos da utopia, enquanto as análises a curto prazo revelariam pés assentes na terra e um são realismo. Mas nem isto a história concedeu. Foram os camponeses eslavos supostamente «contra-revolucionários» a animar o processo revolucionário russo de 1917, assim como foi a sua mobilização, durante a guerra civil, a garantir a vitória dos bolchevistas. E se o grande drama geopolítico que defrontara os «povos revolucionários» germânico e magiar com os «povos eslavos contra-revolucionários» teve algum desfecho, foi na tragédia de uma Rússia soviética incapaz de se prolongar vitoriosamente através das revoluções frustradas húngara e alemã. E a Polónia, a excepção única que Marx e Engels admitiam entre os Eslavos, constituiu precisamente o primeiro dos obstáculos sérios a impedir o avanço do Exército Vermelho. Liquidando as aspirações revolucionárias de uma parte do proletariado, o regime fascista inaugurado por Pilsudski fez da Polónia uma das peças principais da coligação anti-soviética, e esta posição cegou a tal ponto os governantes de Varsóvia que até ao último instante eles julgaram que poderiam contar com as boas graças de Hitler. O facto de a revolução não se ter expandido vitoriosamente à Polónia e ter fracassado na Hungria e na Alemanha contribuiu para a liquidação final de quaisquer restos de aspirações revolucionárias na própria União Soviética, aquando da proclamação oficial do «socialismo num só país». Em seguida, a mais perigosa ameaça com que o stalinismo se defrontou proveio da contra-revolução alemã, aliada ao fascismo magiar, após a liquidação total de uma Polónia vítima das suas ilusões reaccionárias. Se quisermos levar à letra os grandes jogos da geopolítica, a reacção foi encabeçada pelos «povos revolucionários» de Marx e de Engels, enquanto a revolução havia sido promovida pelo «povo contra-revolucionário», que apesar de não ter direitos históricos abrira na história uma colossal ruptura. Uma idêntica infelicidade caracterizou as previsões dos dois amigos a respeito da América do Norte. O tão estimado país dos *Yankees* revelou-se durante longas décadas o terreno mais fértil do capitalismo e um dos mais áridos para a luta de classes, depois de se ter presenciado no México um conjunto muito complexo de processos insurreccionais, precursores dos outros grandes movimentos camponeses do século XX e antecipadores também de algumas das formas de burocratização da revolução russa e de instauração do capitalismo de Estado. Curiosamente, na obra de Marx e de Engels é o modelo teórico e abstracto a longo prazo

que hoje mantém a validade, pela sua capacidade de prever a dinâmica do capitalismo, assente nos mecanismos da mais-valia relativa. E as descrições a curto prazo, presas ao xadrez das nações e aos interesses políticos imediatos, foram impiedosamente desaprovadas pelos acontecimentos.

Marx era demasiado lúcido para não ter intuído os verdadeiros termos do seu dilema teórico, e talvez isto explique as hesitações de que rodeou a redacção da resposta à conhecida carta de Vera Zassulitch. Não será que – a revolucionária russa interrogava o mestre – as colectividades rurais eslavas poderiam servir de quadro para a solidariedade humana e para o comunitarismo de produção e de distribuição que devem caracterizar o socialismo? Nesta dúvida formulada pelos primeiros marxistas russos reflectia-se a inquietação que eles sentiam perante a estratégia de promoção da revolução camponesa defendida pelos populistas, herdeiros e modernizadores do ruralismo radical que na geração anterior havia sido proposto por Bakunin. Marx ensaiou quatro versões do que deveria ser uma longa resposta, para optar afinal por uma carta curta e evasiva, tão anódina que saiu da lembrança dos próprios discípulos, e só a piedade dos arquivistas acabou por recuperá-la do esquecimento definitivo.

Esta contradição entre a política prática e a teoria geral encontrou justificação no modelo teórico, através da função que Marx atribuiu na estrutura hierarquizada da sociedade às categorias *forças produtivas* e *relações sociais de produção*. Quando dava o aval à concepção de materialismo prevalecente nos positivistas da época, Marx – e com ele a ortodoxia dos discípulos – considerava que toda a dinâmica histórica residia no progresso das forças produtivas, encarado como uma acumulação de meios de produção materiais. Nestes termos, seriam obviamente os países dotados das instituições de Estado mais completas que possuiriam as forças produtivas mais desenvolvidas e, por conseguinte, que mais próximos se encontrariam da transformação socialista. O fim do capitalismo não decorreria, consoante tal ponto de vista, de uma ruptura social, mas de uma progressão estritamente material. O mesmo desenvolvimento das forças produtivas que inspirava a apologia da civilização emanada dos povos com Estado e que justificava o imperialismo estimularia, por seu turno, a concentração da actividade económica, ocasionando a superação jurídica da propriedade privada. Esta confusão entre o socialismo e a mera estatização da propriedade supunha que o acréscimo gradual das forças produtivas levaria ao socialismo, e ficava assim resolvido o paradoxo que consistia em enaltecer o desenvolvimento das instituições capitalistas em nome do messianismo de uma sociedade sem classes. Os interesses geopolíticos dos «povos civilizados» eram legitimados pela

pretensão de trazerem rapidamente o socialismo no seu cortejo histórico. Que agradável perspectiva! O colonialismo e todos os seus horrores apresentavam-se como as dores de parto do socialismo, em vez de serem vistos como uma primeira crise de crescimento do capitalismo.

Noutras ocasiões, todavia, Marx atribuiu às contradições existentes nas relações sociais de produção a responsabilidade pela dinâmica da história – e nestas passagens têm, até hoje, procurado inspiração os seus discípulos heterodoxos. Numa perspectiva deste tipo as forças produtivas, enquanto tecnologia, são apenas a materialização de dadas relações sociais, e por isso as forças produtivas do capitalismo não podem ultrapassar os limites da valorização do capital nem servir de base para qualquer modo de produção futuro. Os confrontos da geopolítica e a esfera dos Estados e das nações são redes em que se enleiam os trabalhadores nos conflitos de classe, e a única base possível do socialismo consiste no desenvolvimento da solidariedade e do colectivismo a partir das relações de novo tipo originadas na luta contra o capital. Em conclusão, a profunda ambiguidade que perpassa na obra de Engels e de Marx, quando conferem à geopolítica um lugar central nos confrontos sociais, foi justificada teoricamente pela atribuição do papel histórico decisivo às forças produtivas materiais.

*

Mas esta não é uma questão meramente ideológica, e daí advêm os verdadeiros problemas. A contradição visível na obra de Marx entre a aspiração socialista a longo prazo e o quadro nacionalista e estatal em que era entendida a actividade política imediata reflectia a existência da mesma ambiguidade no seio de todo o movimento operário. Pois quere-se algo mais absurdo do que o facto de a Associação Internacional dos Trabalhadores ter sido fundada não no contexto de qualquer acção de solidariedade entre operários de vários países, mas por ocasião de uma reunião de apoio à luta nacional dos Polacos[60]? Este paradoxo foi sentido por muitos militantes da AIT e por alguns dos seus membros mais influentes, como se observa em intervenções da delegação francesa e da delegação belga. «Já em 1865, quando Marx, com o apoio dos Ingleses, pretendeu discutir a questão da

[60] «[...] a verdade, paradoxal, impõe-se», observa A. Kriegel (1972) 629: «a Internacional nasceu do problema das nacionalidades. O célebre *meeting* do Saint James's Hall fora explicitamente convocado para expressar a indignação dos operários franceses e ingleses perante o abandono da Polónia pelos governos e pelas classes que detinham o poder».

Polónia, apresentando à Conferência de Londres uma resolução-programa que dizia "É imperioso aniquilar a influência crescente da Rússia na Europa aplicando à Polónia 'o direito de qualquer povo a dispor de si próprio' e restaurando esse país sobre uma base social e democrática", ele foi violentamente combatido pelos franceses Le Lubez e Vésinier. Esta polémica deu ao belga de Paepe uma oportunidade para expor a sua própria posição, que de certo modo antecipa a que Rosa Luxemburg haveria de tomar três décadas depois: "O cidadão de Paepe diz que na sua opinião não nos devemos ocupar com tal questão. A restauração da Polónia só pode beneficiar três classes: a alta nobreza, a baixa nobreza e o clero [...] Pretendeis pôr cobro à influência russa [...] Então eu reclamo que se ponha cobro à influência de todos os governos da Europa [...] São tantos os povos que sofrem, que é profundamente injusto citar apenas um". No ano seguinte, no Congresso de Genebra, reproduz-se a mesma cena. Foi adoptado o ponto 9 do programa, onde se lia: "Acerca da necessidade de destruir a influência russa na Europa mediante a aplicação do princípio do direito dos povos a disporem de si próprios, e mediante a reconstituição da Polónia sobre bases democráticas e sociais". Mas os delegados franceses exprimiram publicamente o seu desacordo: "Partidários da liberdade, manifestamos o nosso protesto contra todos os despotismos, a nossa condenação e enérgica reprovação da organização e das tendências sociais do despotismo russo, que conduzirá infalivelmente ao comunismo mais embrutecedor. Mas, enquanto delegados a um congresso económico, consideramos que nada temos a dizer a respeito da reconstituição política da Polónia"»[61].

O carácter inteiramente pertinente destas declarações confirma-se quando sabemos que o movimento pela independência da Polónia, a cujo apoio era concitado o operariado de todos os países, previa a sujeição forçada à entidade polaca de uma multiplicidade de outros povos, que viam assim recusado o seu próprio direito à autodeterminação[62]. A noção de que qualquer nacionalismo é intrinsecamente um imperialismo potencial pareceria ser a conclusão lógica das intervenções dos delegados franceses e belgas. Mas o certo é que elas não permitiram resolver a contradição entre o anseio de criar ou desenvolver o internacionalismo, e a necessidade de prosseguir a actividade prática nos quadros existentes, que eram obrogatoriamente nacionais. E talvez a ambiguidade desta situação tivesse

---

[61] Id., ibid., 630-631.

[62] R. Rosdolsky (1980) 16, 33 n. 3, 48-49, 52-53, 120 n. 54 cont.

Ao apoiarem a pretensão dos independentistas polacos de restaurarem o país nas suas fronteiras de 1772, Marx e Engels estavam a dar o aval à futura anexação de outros povos. Ver a este respeito id., ibid., 45 e n. 47 e 140 n. 7 cont. Num artigo publicado em 1852 e citado em id., ibid., 120 n. 54 cont., Engels propôs que uma futura Polónia independente cedesse à Alemanha os seus territórios ocidentais mais germanizados e, em compensação, obtivesse vastos espaços a leste, através de uma guerra contra a Rússia.

condenado a AIT à extinção[63]. O mesmo dilema levou mais tarde, numa situação dramática, à desagregação da Segunda Internacional e, depois, à rápida degenerescência da Terceira.

É impossível que o socialismo autoritário não privilegie o quadro da nação, já que considera o Estado como o instrumento principal das transformações sociais, e a nação é precisamente a área de poder do Estado. A dualidade entre os dois modelos existentes na obra de Marx e de Engels foi reproduzida nos cinco continentes pelos seus inumeráveis discípulos como uma necessária contradição entre os discursos inflamados e a prática efectiva. Inevitavelmente, os apelos internacionalistas do socialismo autoritário converteram-se, durante o exercício do poder de Estado, numa actuação nacionalista e, portanto, real ou potencialmente imperialista.

As lutas da classe trabalhadora têm geralmente ocorrido em territórios repartidos por Estados e em esferas culturais divididas por nações. Mas não é menos exacto que, simultaneamente, sob o verniz da homogeneidade institucional e cultural reproduzem-se sempre as clivagens de classe. Por um lado, a classe trabalhadora, apesar de a sua existência económica se definir num plano mundial, só muito raramente conseguiu atingir um inter-relacionamento social que ultrapassasse as fronteiras entre nações. Por outro lado, porém, as lutas dentro de quadros nacionais, embora tendam a promover a solidariedade entre as várias classes representadas no país, ou suscitem mesmo activamente essa solidariedade em defesa da independência do Estado, processam-se de maneiras distintas consoante as classes. O patriotismo é sempre um factor de conciliação interna, mas ele é vivido, tanto política como culturalmente, de maneira diferente pelos exploradores e pelos explorados. E esta clivagem, em vez de fornecer uma solução, representa propriamente o problema. Encontrando algumas possibilidades de exercício na esfera das lutas nacionais, a vontade de emancipação da classe trabalhadora tem-se prendido nestes limites, sem os ultrapassar no único terreno que lhe garantiria uma acção autónoma, precisamente contra os Estados, por cima das fronteiras e de todo o tipo de divisões. O facto de o nacionalismo se reproduzir em

---

[63] «[...] à medida que foram aparecendo "questões nacionais", tornou-se visível que a Internacional não dispunha de uma teoria relativa ao problema das nacionalidades», observa pertinentemente A. Kriegel (1972) 631. E esta historiadora acrescenta (pags. 629, 633) que «[...] a inclusão das "questões nacionais" numa iniciativa de vocação universal, que *a priori* parecia rejeitá-las, e o desenvolvimento desigual da luta de classes no interior de cada conjunto nacional contribuíram para desagregar as bases em que assentava a AIT, ou seja, a noção de pertencer a uma comunidade de tipo diferente da comunidade nacional. [... ... ...] pelo facto de a questão nacional surgir essencialmente ligada à consumação da sociedade burguesa, não estava claro qual devia ser o papel da classe operária durante o período transitório, até que a revolução proletária tivesse podido introduzir nas relações entre os povos a teoria e a prática do internacionalismo proletário. Assim, a ausência de uma teoria efectivamente socialista a respeito do problema das nacionalidades prejudicou gravemente o desenvolvimento da Internacional na década de 1860. Após 1870, foi a edificação das próprias nações que liquidou a Internacional».

versões diferentes, consoante as classes sociais, constitui a mais poderosa armadilha, protelando o desenvolvimento do internacionalismo.

A questão é prática, antes de ser teórica. A dialéctica entre a existência internacional da classe trabalhadora e o quadro nacional em que se tem processado a esmagadora maioria das suas lutas, expressa no paradoxo das clivagens de classe internas aos movimentos patrióticos, só poderá esclarecer-se quando os explorados tiverem unificado ambos os campos de actuação num mesmo processo de ruptura social. Até então continuar-se-á a oscilar entre os anseios revolucionários do internacionalismo, utópicos na sua prática imediata, e o realismo da inclusão em fronteiras, condenado a reproduzir e reforçar a ordem capitalista.

Na época actual as grandes companhias transnacionais não se limitam a investir nos diversos países, mas em cada lugar do globo associam-se aos capitais locais ou prendem-nos aos seus interesses sob as formas da subcontratação e da *franchising*. Neste contexto extinguiu-se completamente aquela categoria social que os teóricos marxistas do nacionalismo revolucionário designavam como «burguesia nacional». Hoje já não existe qualquer contradição significativa entre os interesses nacionais da facção capitalista hegemónica nos países menos desenvolvidos e os interesses expansionistas da facção que controla os países mais prósperos. Ultrapassando não só as fronteiras, mas qualquer tipo de barreiras geográficas, as grandes companhias transnacionais tornaram arcaica a vigência dos países na esfera económica, e todos os capitalistas locais se lançam numa feroz competição para que as empresas transnacionais se dignem aceitá-los como associados. Só os sectores em declínio e tecnologicamente retardatários não conseguem interessar as transnacionais, de modo que a derradeira dimensão económica dos nacionalismos consiste em coleccionar empresas moribundas. Ironicamente, chegámos a uma situação inversa da prevista pela geopolítica de Marx e de Engels. As fronteiras ficaram abolidas entre os capitalistas e estão agora reservadas aos trabalhadores, impedindo ou dificultando a sua movimentação no mercado mundial do trabalho e contribuindo poderosamente para o fraccionamento das lutas. Não parece que a actual reestruturação económica tenha facilitado a criação de condições sociais que possibilitem o desenvolvimento de uma actuação internacional da classe trabalhadora, mas permite pelo menos lançar um olhar crítico sobre os dilemas do proletariado e da nação.

3

Foi entre 1908 e 1910 que o político e pensador nacionalista Enrico Corradini começou a conceber a Itália como uma «nação proletária». A importância passada da península e as grandes aspirações do Risorgimento contrastavam com a sua presença insignificante no contexto europeu e com os fracassos na tentativa de adquirir um espaço colonial próprio. Mas para classificar como proletário um país nesta situação era necessário proceder a consideráveis distorções vocabulares. A palavra «proletariado» definira até então exclusivamente uma classe social, pressupondo portanto uma cisão no interior da colectividade nacional. Pelo contrário, designar como proletária a nação equivalia a pensá-la enquanto colectividade predominantemente homogénea, negando a sua clivagem interna em grupos sociais antagónicos. A passagem da oposição de classes para a solidariedade entre classes foi o primeiro resultado desta operação terminológica. Mas a junção dos dois vocábulos teve outra faceta. Corradini não se limitou a adjectivar a Itália como proletária; classificou ao mesmo tempo esta situação proletarizada como constituindo uma existência nacional. As implicações desta segunda operação terminológica foram igualmente profundas.

Corradini acusava os socialistas de, por detrás das referências a uma entidade colectiva, apresentarem na verdade o indivíduo como medida dos seus anseios. Era a velha crítica feita pelos conservadores ao liberalismo que inspirava, afinal, a sua crítica do socialismo. Pão para todos, justiça, condições de vida dignas, estas aspirações reduziam-se à esfera da felicidade pessoal, e ao censurá-las Corradini decerto ecoava as apóstrofes nietzschianas contra a moral da piedade e o socialismo dos escravos. A este padrão individual Corradini substituiu um sujeito exclusivamente colectivo – a nação. Mas não seria mais rigoroso, então, ampliar o verdadeiro sujeito à humanidade, a maior comunidade possível? Para evitar que as suas premissas fossem desenvolvidas até uma conclusão tão lógica quanto inoportuna, o político nacionalista introduziu nestas transmutações verbais uma dialéctica corrente na época, afirmando que cada nação só tinha significado contra as outras nações. Nos seus termos, seria utópico imaginar que, assim como a agregação dos indivíduos levava às nações, também a junção das nações conduziria a um supranacionalismo humanitário. Se a vida, como os darwinianos explicavam, era uma luta

pela existência, então a existência das nações só podia ser uma luta entre elas. Havia que devorar, para não ser devorado. O imperialismo era a única opção para a nação proletária[64].

Fica completa, assim, a definição da «nação proletária». Tratava-se de transformar a luta de classes, que dissolvia a nação e o Estado, numa luta entre nações, que reforçava a coesão de cada uma e consolidava os Estados. Ao conflito interno que opunha proletários e capitalistas substituía-se a guerra externa entre nações proletárias e nações plutocráticas. A magia das palavras! O mesmo termo, «proletariado», que pressupõe a divisão entre os produtores da mais-valia e os seus apropriadores, passava a aplicar-se a outro tipo de clivagem, a que opõe entre si os vários grupos de apropriadores da mais-valia. Qual a finalidade última desta operação vocabular? Assim como a palavra «proletária» é atrelada, enquanto adjectivo, ao substantivo «nação», também a classe trabalhadora iria politicamente a reboque dos capitalistas de cada país.

O génio de Corradini não consistiu em meras modificações terminológicas. Confundir palavras, há muito quem o faça. Corradini assumiu as consequências políticas que decorriam da junção daqueles dois vocábulos, e nos anos que precederam a primeira guerra mundial esforçou-se por consolidar uma aliança entre os seus nacionalistas radicais e os sindicalistas revolucionários, que transportasse a luta do proletariado do interior da Itália para o exterior, convertendo uma nação proletária numa nação imperial[65]. Na realidade, tratava-se de orientar para a colonização africana as multidões de deserdados que todos os anos emigravam do sul da península[66]. «A teoria de Corradini constitui talvez a primeira tentativa de empregar as forças que influem na luta de classes para promover um socialismo imperialista»[67]. O dirigente nacionalista apercebera-se da fraqueza dos grupos sociais conservadores, com os quais seria impossível inaugurar um nacionalismo agressivo. O génio de Corradini consistiu em, a partir da direita, ter entendido a necessidade de renová-la politicamente, usando para isto o proletariado. Residiu aqui a substância mesma do fascismo. Se os nacionalistas de Corradini só se fundiram com o Partido Fascista em 1923[68], quando já Benito Mussolini estava no poder, as concepções ideológicas e a prática política decorrentes da afirmação da «nação proletária» haviam constituído o quadro inaugural do

---

[64] Uma exposição destas teses de Enrico Corradini encontra-se em S. Saladino (1965) 233-235 e 237-238.

[65] Id., ibid., 235; Z. Sternhell (1978) 398.

[66] S. Saladino (1965) 237.

[67] F. Neumann (1943) 226.

[68] S. Saladino (1965) 254.

fascismo italiano. Mussolini trouxera para o fascismo as massas de militantes, mas Corradini dera-lhe a formulação teórica decisiva.

Esta estratégia audaciosa de alianças políticas ficaria sem efeito, porém, se ao mesmo tempo, e não só na Itália, não se operasse a partir de uma certa extrema-esquerda um movimento generalizado de convergência com a extrema-direita nacionalista e autoritária. Um teórico do sindicalismo revolucionário, Angelo Olivetti, escrevia em apoio da guerra colonial que a Itália então conduzia na Líbia: «O sindicalismo odeia a pálida igualdade freirática com a qual sonha o colectivismo, e em vez disso serve de prelúdio à formação de elites combativas e conquistadoras, lançadas ao assalto da riqueza e da vida»[69]. A conjugação do proletariado com a nação, pensada à direita, não teria conseguido uma realidade prática sem que, à esquerda, se tivesse desenvolvido uma teoria da vanguarda revolucionária enquanto nova elite.

4

Em 1906, nas *Réflexions sur la Violence,* Georges Sorel escrevia: «[...] procurámos mostrar que uma nova cultura poderia sair das lutas travadas pelos sindicatos revolucionários contra os patrões e contra o Estado; a nossa maior originalidade consiste em ter defendido que o proletariado se pode emancipar sem lhe ser necessário recorrer aos ensinamentos dos profissionais burgueses da inteligência. E somos assim levados a considerar como essencial nos fenómenos contemporâneos o que outrora era considerado como acessório: aquilo que é verdadeiramente educativo para um proletariado revolucionário que faz o seu aprendizado na luta»[70]. Encontra-se aqui claramente formulada a precedência das formas da luta relativamente ao seu conteúdo, ou seja, do carácter pedagógico da luta relativamente às suas reivindicações imediatas. E se recordarmos que Sorel escrevia em França sob a Terceira República, essa *«république des instituteurs»,* segundo a fórmula de já não sei qual dos seus críticos, maior valor devemos dar à afirmação de que a super-estrutura cultural dos trabalhadores se forma a partir da luta autónoma, e não

---

[69] Citado em id., ibid., 242.
[70] G. Sorel (1936) 51-52.

por herança de um saber legado por mestres: «[...] eu fundo a moral dos produtores não numa educação estética transmitida pela burguesia, mas nos sentimentos desenvolvidos pelas lutas que os trabalhadores travam contra os seus patrões»[71]. Ambos os aspectos, o das formas de luta e o da cultura, encontram-se combinados numa passagem lapidar. A única função dos socialistas, afirma Sorel, «consiste em ocupar-se do proletariado para lhe explicar a grandeza do papel revolucionário que lhe cumpre desempenhar. É necessário, através de uma crítica incessante, levá-lo a aperfeiçoar as suas organizações. É necessário indicar-lhe a maneira de desenvolver formações embrionárias que aparecem nas suas sociedades de resistência, para que possa finalmente construir instituições que não encontrem qualquer modelo na história da burguesia, para que forme ideias que dependam unicamente da sua situação de produtor da grande indústria e que nada devam ao pensamento burguês, e para que adquira hábitos de liberdade, que a burguesia hoje já esqueceu completamente»[72]. Sorel nem ignora a génese («formações embrionárias»), durante a luta («nas [...] sociedades de resistência»), de relações sociais de um tipo novo («instituições que não encontr[a]m qualquer modelo na história da burguesia»), nem ignora que a partir daí se desenvolvem uma nova ideologia e novos comportamentos. «[...] a revolução será absoluta e sem emenda, porque terá como efeito pôr as forças produtivas à disposição de homens livres, quer dizer, de homens que sejam capazes de se comportar na oficina criada pelo capitalismo sem terem necessidade de chefes»[73]. Sorel, promotor da autonomia do movimento operário e antecipador dos temas difundidos durante a Revolução Cultural chinesa?

Antes de responder a esta questão vejamos o que Hubert Lagardelle, director de *Le Mouvement Socialiste,* pensava sobre a autonomia do movimento operário. Escrevia ele em 1908: «Não se pode destruir uma sociedade servindo-se dos órgãos que têm como missão conservá-la, [porque] qualquer classe, para se emancipar, tem de criar órgãos próprios»[74]. E Zeev Sternhell, brilhante historiador do fascismo, elucida: «É esta a razão por que o sindicalismo revolucionário se dedicou a desenvolver os "instintos de revolta" dos proletários. [...] Toda a originalidade deste sindicalismo residia, para os seus ideólogos, nessa criação de instituições proletárias, geradoras de um mundo novo, de uma nova realidade humana»[75]. «Lagardelle insurge-se contra a escola enquanto meio de ascensão

---

[71] Id., ibid., 54.
[72] Id., ibid., 113-114.
[73] Id., ibid., 240.
[74] Citado em Z. Sternhell (1978) 339.
[75] Id., ibid., 339, 340.

social e de integração intelectual do proletariado, e ironiza o "espírito igualitário" da "democracia avançada", cujo objectivo é transformar em "aliados da classe inimiga" operários educados na escola da burguesia e "atafulhados de ciência indigesta". Só "separando-se completamente do mundo burguês é que o mundo operário conseguirá descobrir as suas concepções novas da moral e do direito"». Sternhell recorda ainda as «inumeráveis advertências proferidas pelo director de *Le Mouvement Socialiste,* com o objectivo de incitar o proletariado contra qualquer tentativa de mobilização nas disputas em que se enfrentam as várias facções da burguesia»[76]. Sorel não foi um caso isolado. Ter-se-ia ele incluído, com Lagardelle e os demais sindicalistas revolucionários, entre os defensores da autonomia da classe trabalhadora?

Sorel, Lagardelle, Berth, Pouget e tantos outros promotores do sindicalismo revolucionário foram pioneiros do fascismo. Em 1909, três anos apenas depois da primeira publicação das *Réflexions sur la Violence,* Sorel aderiu à Action Française, o partido monárquico que então dominava com a sua influência a extrema-direita radical em França. Ao mesmo tempo, através do grande número de contactos que mantinha do lado de lá dos Alpes, Georges Sorel deu uma contribuição de vulto para a convergência entre o sindicalismo revolucionário italiano e o nacionalismo expansionista de Corradini, o que o situa na génese directa do fascismo. Mussolini mais tarde reconhecia-o como um dos seus principais inspiradores. Depois de ter passado da esquerda mais iconoclástica para a direita mais ousada, Sorel continuou a reflectir a partir daí as correntes radicais do movimento operário, e em 1917 declarou-se adepto da acção dos bolchevistas na Rússia[77]. Uma oscilação semelhante, ou mais acentuada ainda, encontra-se no caso de Édouard Berth, que, após evoluir do sindicalismo revolucionário para a Action Française, se filiou em 1920 no Partido Comunista[78]. Mas nessa época o comunismo soviético ecoava já os temas do nacionalismo que permitiam, no quadro do nacional-bolchevismo, dar a réplica aos apologistas da «nação proletária». A outra faceta do percurso desta gente é mais ignominiosamente revelada pelo sucedido com Hubert Lagardelle. Depois de fundar, no último ano do século XIX, *Le Mouvement Socialiste,* o principal órgão do sindicalismo revolucionário, onde colaboraram algumas das figuras cimeiras do socialismo europeu, Lagardelle retirou-se durante duas décadas da política activa, até ocupar, em 1933, o posto de conselheiro social na embaixada francesa em Roma. Manifestava então uma crescente

---

[76] Id., ibid., 340.
[77] Id., ibid., 347, 372, 391, 414.
[78] Id., ibid., 347, 372, 384.

simpatia pelo fascismo, o que lhe valeu a nomeação, quase septuagenário, em Abril de 1942, para o cargo de ministro do Trabalho no governo colaboracionista de Vichy. A sua principal função consistia em fornecer à Alemanha nazi uma abundante mão-de-obra sujeita ao regime de trabalho forçado, o que mostra que se pode começar defendendo a automia e acabar praticando a escravatura. Depois da vitória aliada, Lagardelle foi preso, julgado e condenado a trabalhos forçados perpétuos[79]. Um excelente exemplo de justiça retributiva.

No combate contra a democracia liberal tantos deles, sindicalistas revolucionários, colaboradores de *La Guerre Sociale*, de *Le Mouvement Socialiste*, da *Terre Libre*, acabaram por abandonar a perspectiva de uma autonomia social e política da classe trabalhadora e por se identificar com as posições da direita autoritária. Mantiveram a intransigência na crítica às instituições da república parlamentar, e foi o único elemento de continuidade naquela viragem colectiva, que teve como efeito transportar para a extrema-direita um radicalismo de actuação e uma audácia de pensamento que até então lhe haviam faltado[80].

A explicação desta viragem, aparentemente tão abrupta, encontra-se na forma como evoluiu a agitação política e social em torno da condenação do capitão Dreyfus. Os sindicalistas revolucionários haviam participado, tal como toda a esquerda, no movimento em prol da absolvição do réu e, depois, da revisão do processo. Iniciado como uma querela no interior da classe dominante, o *affaire Dreyfus* depressa se convertera na linha demarcatória de todas as opções políticas. Nos anos seguintes, todavia, o movimento grevista deparou-se com uma fortíssima repressão. E quando o secretário do Sindicato dos Carvoeiros do Havre foi preso e condenado à morte por causa das violências cometidas durante uma greve, às quais ele fora estranho, e o movimento operário procurou renovar em seu benefício a solidariedade social que acabara de salvar o capitão Dreyfus, a burguesia liberal permaneceu indiferente e alheou-se da questão[81]. Aqueles mesmos personagens que o *affaire Dreyfus* instalara no poder conduziam agora a repressão sangrenta contra os trabalhadores. Esta foi para os sindicalistas revolucionários a ocasião da ruptura definitiva com todas as instituições da república liberal e com a sua ideologia. A grande vaga de greves que culminou no dia 1 de Maio de 1906 tornava indubitável o confronto entre o movimento operário e a burguesia progressiva. Mas precisamente neste momento, quando parecia que ia ser afirmada a autonomia de classe dos trabalhadores e a especificidade dos seus interesses, os sindicalistas revolucionários procederam a uma inversão política

---

[79] P. Novick (1985) 283; P. Ory (1976) 143-144.
[80] Z. Sternhell (1978) 27.
[81] Id., ibid., 322.

decisiva. Depois de terem atravessado pela extrema-esquerda o *affaire Dreyfus*, eles foram encontrar-se na extrema-direita com aqueles que durante esses anos mais se haviam esforçado por defender a autoridade das instituições tradicionais. A um nível mais profundo, decerto a classe trabalhadora não demonstrava uma coesão social e uma coerência política que lhe permitissem sustentar contra a república democrática uma posição própria e bem definida. As consequências desta situação foram trágicas.

Para a Action Française os sindicalistas revolucionários levaram, além da audácia de métodos, um conjunto de preocupações sociais a que a grande parte dos conservadores insisitia ainda em manter-se alheia. Em troca, eles absorveram o anti-semitismo tradicional da direita francesa. Puderam, além disso, reforçar o elitismo vanguardista que os caracterizara já na fase sindicalista, convertendo-o agora numa teoria das elites verdadeiramente autoritária.

O novo tom foi dado por um artigo de Robert Louzon, «Faillite du Dreyfusisme ou le Triomphe du Parti Juif», publicado em Julho de 1906 em *Le Mouvement Socialiste,* que inaugurou a convergência de pontos de vista com a Action Française[82]. Em Abril do ano seguinte os sindicalistas franceses organizaram em Paris um colóquio que reuniu representantes de tendências similares da Itália e da Alemanha. Figuras destacadas, como Arturo Labriola e Robert Michels estiveram presentes. Discípulo de Max Weber, foi Michels o primeiro a aplicar aos partidos políticos o modelo de burocracia proposto pelo mestre, e neste sentido analisou criticamente a social-democracia alemã. Mas também com ele sucedeu o mesmo que estava a acontecer aos sindicalistas-revolucionários franceses. Quando se podia esperar que a crítica ao pesado aparelho burocrático do socialismo oficial levasse Michels a desenvolver posições libertárias, pelo contrário ele começou a afirmar a inelutabilidade das elites, consoante os modelos sociológicos defendidos por Mosca e por Pareto. Na sua revista *Le Mouvement Socialiste* Hubert Lagardelle difundiu em França as teses de Michels, que beneficiavam também de ampla difusão em Itália, junto com as de Sorel. Aliás, desde 1907 até à sua morte, em 1936, Robert Michels leccionou na Itália, onde participou na convergência dos sindicalistas revolucionários com os nacionalistas de Corradini[83], e viu depois com simpatia a ascensão de Mussolini. Na sua teoria da acção directa, os sindicalistas revolucionários haviam concebido a classe trabalhadora como a grande fonte de energia social, mas afirmavam igualmente a necessidade de conduzir este

---

[82] Id., ibid., 326.
[83] Id., ibid., 398.

dinamismo mediante a intervenção de vanguardas esclarecidas, de maneira a que as minorias radicais não ficassem aprisionadas pelo marasmo de uma massa timorata. E agora, quando estavam definitivamente orientados em direcção ao autoritarismo, eles passaram a considerar as vanguardas como verdadeiras elites, com todas as consequências práticas e ideológicas daí decorrentes[84]. «[...] uma sociedade fundada nos critérios expostos por Sorel, Berth, Pouget, Lagardelle ou Grifuelhes teria apresentado as características principais do tipo ideal de uma sociedade fascista. Conduzida "pelos conscientes, os revoltados" [Pouget], que têm um desprezo sem limites pela democracia [...] e pelo modo de vida da sociedade burguesa, esta sociedade sindicalista pretendia moldar um novo tipo de homem, movido "pela ousadia, pela disciplina maravilhosa" que emana "do exército dos trabalhadores" em greve [Berth] [...] Os sindicalistas revolucionários consideram-se uma nova aristocracia, conduzindo à guerra – a guerra social – o imenso exército dos proletários. [...] O ímpeto revolucionário passa [...] a depender da fé e da vontade, e já não de uma consciência da evolução histórica. Isto explica que o encontro com a Action Française não tenha sido fortuito, resultando de uma concepção muito similar do bem político e das forças históricas»[85]. Qualquer teoria das vanguardas constitui um elitismo em que inelutavelmente se reconstrói o princípio da autoridade e do Estado.

Nas *Réflexions sur la Violence* Sorel afirmara claramente o seu antipatriotismo[86], escrevendo mesmo que «o antipatriotismo tornou-se um elemento essencial do programa sindicalista»[87]. Não foi o nacionalismo, mas o elitismo, a primeira ponte a ligar esta esquerda revolucionária à direita radical. E, no entanto, Sorel manifestara-se também contrário ao elitismo[88], e parece que com não menos clareza: «A elite politiqueira não tem mais nada para fazer senão aplicar a sua inteligência, e acha que o facto de o proletariado trabalhar para sustentá-la está em perfeita conformidade com os princípios da Justiça Imanente (de que ela é a proprietária) [...]»[89]. Sorel partira mesmo da crítica ao elitismo para analisar o problema da burocratização dos partidos socialistas: «[...] os funcionários do socialismo falam constantemente do Partido como um organismo possuidor de vida própria»[90]. E daí previra sem grande dificuldade o que havia de suceder quando os socialistas ortodoxos alcançassem os seus objectivos: «[...] a ditadura do proletariado

---

[84] Id., ibid., 328-330.
[85] Id., ibid., 346-347.
[86] G. Sorel (1936) 162-165, 170-171, 281.
[87] Id., ibid., 281.
[88] Id., ibid., 240-241, 253-256, 268.
[89] Id., ibid., 240-241.
[90] Id., ibid., 241.

corresponde a uma divisão da sociedade em senhores e súbditos [...]»[91]. Logo a seguir chamara-lhe uma «ditadura da politicagem»[92] e explicara-lhe o mecanismo elementar: «A história da Revolução Francesa mostra-nos como as coisas se passam. Os revolucionários adoptam medidas tais que o seu pessoal administrativo esteja pronto para se apoderar bruscamente da autoridade logo que o antigo pessoal abandone o lugar, de maneira a que não haja qualquer solução de continuidade na opressão»[93]. «[...] poder-se-ia mesmo imaginar que, como a transmissão da autoridade se realiza hoje de maneira mais perfeita, graças aos novos recursos de que dispõe o regime parlamentar, e como o proletariado está perfeitamente enquadrado por sindicatos oficiais, veríamos a revolução social conduzir a uma maravilhosa servidão»[94]. E, depois de referir aqueles que pensam que os trabalhadores se limitam a receber ordens e a ser «instrumentos passivos que não têm necessidade de pensar», Sorel observara: «O sindicalismo revolucionário seria impossível se o mundo operário tivesse essa *moral dos fracos;* pelo contrário, o socialismo de Estado adaptar-se-ia perfeitamente a uma tal situação, já que ele se baseia na divisão da sociedade numa classe de produtores e numa classe de pensadores, que aplicam à produção os dados da ciência. A única diferença entre esse pretenso socialismo e o capitalismo consistiria no emprego de métodos mais engenhosos para obter a disciplina nas oficinas»[95]. Mas a crítica de Georges Sorel incidia no elitismo dos partidos socialistas parlamentares, apegados aos valores da democracia burguesa, que ele mais do que tudo odiava. Sorel não mostrou igual lucidez a respeito do elitismo inerente ao sindicalismo revolucionário.

Ao longo das *Réflexions sur la Violence* Sorel nunca concebeu os trabalhadores como uma classe dotada de mecanismos sociais próprios e capaz de uma acção organizativa na sua própria esfera. O enredo do drama social resumia-se para ele às manobras dos políticos profissionais e à actuação dos militantes do sindicalismo revolucionário. Neste sentido o capítulo VI[96] é esclarecedor. Os operários, quando aparecem directamente, limitam-se a formar uma massa capaz de violência. Aqui se enquadra perversamente – e de maneira sinistra – a premonição do que viria a ser o fascismo, e que se encontra muitas páginas atrás, logo no primeiro capítulo: «A experiência mostra que a burguesia se deixa facilmente espoliar, desde que seja um tanto ou quanto pressionada e lhe façam medo com a

---

[91] Id., ibid., 253.
[92] Id., ibid., 253.
[93] Id., ibid., 253-254.
[94] Id., ibid., 256.
[95] Id., ibid., 367.
[96] Id., ibid., 269-329.

revolução. O futuro está reservado para o partido que souber manipular com mais audácia o espectro revolucionário [...]»[97]. E de novo, no segundo capítulo: «É tudo uma questão de avaliação, de cautela, de oportunidade. Necessita-se muita subtileza, tacto e uma calma audácia para conduzir semelhante diplomacia: fazer crer aos operários que se ergue a bandeira da revolução, à burguesia que se põe termo ao perigo que a ameaça, ao país que se representa uma corrente de opinião irresistível»[98].

No reformismo e na política de cedências patronal Sorel via apenas uma táctica para atenuar a violência. Considerava que esta táctica revelaria a degenerescência da burguesia, que teria perdido o seu sentido de luta e que, ao afastar o proletariado da violência, o arrastaria numa igual degradação, comprometendo assim a própria civilização e condenando-a a um futuro de declínio. Teve grande audiência esta tese, em que percebemos os ecos do pessimismo cultural que haveria de se difundir nos meios conservadores durante as décadas que mediaram entre as duas guerras mundiais. Lucien Rebatet, que não sabia ainda soletrar quando foi publicada a primeira edição das *Réflexions sur la Violence,* escandalizava-se de que na França de 1939 as relações «entre os simples soldados e todo o tipo de oficiais subalternos» copiassem as existentes entre o proletariado e a burguesia, «já não de uma maneira autoritária e violentamente triunfante, mas à maneira do capitalismo democrático, operários reles, patrões cobardes [...]»[99]. Que estranha conclusão, considerar que o capitalismo seria moravelmente aceitável desde que se convertesse numa arena de gladiadores! Foi porque Sorel não concebeu os trabalhadores como uma classe dotada de uma organização interna específica, foi porque não lhes analisou a estrutura social, que não percebeu as repercussões tidas sobre a produtividade pela prática capitalista de recuperação das lutas. Ele, que era um leitor tão atento de Marx e que em boa parte o entendeu muito melhor do que os ortodoxos do seu tempo, manteve-se no entanto absolutamente cego aos mecanismos da mais-valia relativa. Em que pode então consistir a autonomia de uma classe, se a sua orgânica interna não é concebida como autónoma?

Uma classe que não é analisada na sua estrutura e na sua dinâmica social própria torna-se uma entidade metafísica. Converte-se, no plano prático, numa massa de manobra e, nas invocações ideológicas, num pretexto moral. A greve geral foi apresentada por Sorel como um facto ideológico, ele chamar-lhe-ia moral, e não como uma forma de organização. A sua realidade não era social, mas espiritual. As páginas 349 e seguintes das *Réflexions sur*

---

[97] Id., ibid., 79.
[98] Id., ibid., 103-104.
[99] L. Rebatet (1942) 284.

la Violence mostram que para Sorel a única organização possível da classe trabalhadora lhe era exterior e residia nos sindicatos. Contudo, e mesmo apesar disto, Sorel parece ter guardado certa lucidez perante os novos perigos e criticou o elitismo que surgia no próprio movimento revolucionário. «[...] o grande perigo que ameaça o sindicalismo são as tentativas de imitar a democracia. É preferível contentar-se durante algum tempo com organizações fracas e caóticas do que ficar sujeito ao domínio de sindicatos que copiem as formas políticas da burguesia»[100]. Aliás, este aspecto caótico foi apresentado como o segredo da vitória: «[...] a greve geral [...] é a manifestação mais patente da *força individualista nas massas sublevadas*»[101]. Um pouco antes a ideia fora melhor explicada: «[...] os grupos de operários que se entusiasmam com a greve geral [...] concebem [...] a revolução como uma imensa sublevação que pode ainda considerar-se individualista: cada um avançando com todo o ardor, agindo por conta própria, sem se preocupar em subordinar o seu procedimento a qualquer plano de conjunto, sabiamente preparado. Este carácter da greve geral proletária [...] não deixa de atemorizar os políticos gananciosos, que compreendem perfeitamente que uma revolução conduzida deste modo lhes tiraria qualquer oportunidade de se apoderarem do governo»[102]. E de novo, num estilo mais conciso: «Este individualismo apaixonado jamais existiria entre classes operárias que tivessem sido educadas pela politicagem. Essas não seriam capazes senão de mudar de chefes»[103]. Foi isto – e nada mais do que isto – que Georges Sorel escreveu numa obra aparecida inicialmente em 1906 sob a forma de artigos de revista e que teve a sua primeira edição como livro em 1908, um ano antes de o autor aderir à Action Française.

Numa edição posterior Sorel introduziu em apêndice um capítulo suplementar e só aí atribuiu um papel decisivo aos propagandistas e organizadores da greve geral. «O catolicismo reservou sempre as funções de luta a instituições com um reduzido número de membros, severamente selecionados através de provas destinadas a confirmar a sua vocação [...] Foi com tropas de elite, perfeitamente treinadas graças à vida monástica, [..] que o catolicismo pôde, até aos dias de hoje, triunfar dos seus inimigos. [...] Para o proletariado seria extremamente perigoso não aplicar uma divisão de funções que teve tanto êxito com o catolicismo durante toda a sua longa história. Ele não seria mais do que uma massa inerte, destinada a cair, tal como a democracia, sob a direcção de políticos que vivem da

---

[100] G. Sorel (1936) 268.
[101] Id., ibid., 376.
[102] Id., ibid., 375.
[103] Id., ibid., 379.

subordinação dos seus eleitores. Os sindicatos não se devem preocupar tanto em possuir um grande número de aderentes como sobretudo em reunir elementos fortes. As greves revolucionárias são excelentes para operar uma selecção, afastando os timoratos que arruinariam as tropas de elite»[104]. E um pouco mais adiante: «Um grande número de organizações intervém mais ou menos de perto na vida económico-jurídica do conjunto da sociedade, de maneira que o grau de unidade necessário numa sociedade é produzido automaticamente. Outras, menos numerosas e bem seleccionadas, conduzem a luta de classe. São estas que empolgam o pensamento proletário, criando a unidade ideológica de que o proletariado necessita para levar a cabo a sua obra revolucionária [...]»[105].

Um arco de cento e oitenta graus? As novas ideias e a nova moral, que Sorel antes previra no quadro de uma pedagogia da luta autónoma, passaram a ser apresentadas como feito e obra de elites seleccionadas. Isto pôde suceder porque já na primeira edição ele concebera a classe trabalhadora como uma massa dotada de enorme potencial de energia, mas desprovida da capacidade de canalizar a violência numa estratégia própria. O proletariado, que os sindicalistas revolucionários enalteciam como o grande objecto da história, seria incapaz de se assumir como sujeito histórico. Desde início que Sorel, não analisando internamente a massa trabalhadora enquanto organismo, transformara-a numa abstracção metafísica. Daí que os seus raciocínios tivessem sobretudo prosseguido no plano moral e ideológico. Uma entidade social a que falte a complexidade de uma estrutura não pode senão limitar-se a servir de pretexto teórico e de caução moral. Não importa que a formulação explícita do elitismo sindicalista de Sorel tenha sido tardia; o elitismo estava já inteiramente contido na visão de uma classe trabalhadora privada de estrutura interna. Depois, as pressões políticas obrigaram os presupostos ideológicos a assumir uma forma visível e revelaram as suas consequências práticas.

Esta distância podemos hoje precorrê-la sem esforço porque a história se encarregou de a preencher primeiro. Não é difícil afirmar que existe uma continuidade quando, depois de tudo sucedido, vemos que essa evolução se processou. Mas antes? Poder-se-ia saber em 1906 que os anseios de um fascismo em gestação eram a conclusão necessária e única de páginas tão brilhantes sobre a autonomia? É esta a terrível assimetria da história. Tudo o que vemos *a posteriori* é, por isso mesmo, razão suficiente. O que nos deixa sem saber com que razão perscrutar no *a priori*. Porque a questão fundamental não consiste em explicar o

---

[104] Id., ibid., 428-430.
[105] Id., ibid., 432.

segredo da evolução de Sorel e, com ele, de uma parte tão considerável do sindicalismo revolucionário. O decisivo seria desvendar o mistério da evolução, a partir do dia de hoje, das experiências actuais de autonomia da classe trabalhadora.

Nos anos que prepararam a eclosão da primeira guerra mundial a concepção sindicalista das elites e o elitismo autoritário da extrema-direita fundiram-se com consequências políticas irreversíveis. Perto do meio operário, e ao mesmo tempo expressando simpatia pela ala populista da Action Française, o grupo reunido em torno da revista *Terre Libre* conjugava o sindicalismo revolucionário com o nacionalismo anti-semita[106], antecipando uma prática que se tornaria corrente durante as décadas seguintes. Mas entre estas experiências precursoras há outra que me parece mais elucidativa. Com o apoio de Charles Maurras e sob a tutela de Sorel foi fundado em 1911 o Cercle Proudhon, lugar de encontro e debate para os sindicalistas anti-liberais e os nacionalistas preocupados com a questão social[107]. «[...] sem os Judeus», escreveria trinta anos mais tarde um dos principais hitlerianos de Paris, «teríamos feito entre nós, e com o mínimo de estragos, essa revolução do socialismo autoritário que se tornou a necessidade do nosso século e de que os velhos doutrinários franceses, como Proudhon, têm a honra de ter sido os precursores»[108]. Colocado sob a égide desta figura, uma das mais ambíguas do movimento operário, inspiradora tanto de um ânimo libertário como de valores plenamente reaccionários, o Cercle era dirigido por Édouard Berth e por Georges Valois. E nada melhor do que a junção destas duas personagens para esclarecer as ambiguidades e contradições que aqui se encerravam. Sabemos já que Berth, chegado à Action Française a partir do sindicalismo revolucionário, iria depois, em 1920, militar no Partido Comunista. Por seu lado, entre os dirigentes da Action Française era Georges Valois o especialista das relações com o meio operário. Ele romperia mais tarde para fundar, em Novembro de 1925, Le Faisceau, o primeiro movimento mussoliniano fora da Itália. Ou porque tivesse evoluído para posições mais socializantes do que propriamente fascistas, ou porque o seu fascismo radical e virado para os problemas sociais se opusesse à doutrina exclusivamente racista do hitlerismo, ou porque o seu nacionalismo o levasse a hostilizar as tropas ocupantes, Valois foi preso pelos nazis durante a guerra e morreu num campo de concentração, tal como sucedeu aliás a outros partidários do fascismo populista[109]. Para quem, como nós, veja a história ao invés, o

---

[106] Z. Sternhell (1978) 389-392.
[107] Id., ibid., 372, 384, 389-392.
[108] L. Rebatet (1942) 565.
[109] P. Ory (1976) 269; Z. Sternhell (1978) 365, 384, 399.

Cercle Proudhon parece conter a premonição de todas as contradições futuras. Mas na história os actores, ou autores, desconhecem o enredo em que participam, ou que julgam escrever.

5

Para a Itália veio finalmente a guerra sonhada por Corradini e pelos sindicalistas revolucionários, não as esmagadoras derrotas como a de Adowa, na Etiópia, e tantas outras na Líbia, nem as campanhas medíocres e as pequenas escaramuças de uma impotência imperial no norte da África, mas o grande massacre. Confundido o radicalismo de classe com a violência de qualquer tipo, e descobertos outros parâmetros para a democracia na fraternidade do perigo e da morte, as trincheiras surgiram como o lugar onde o militante proletário se havia de converter em soldado de uma nação e, ao fazê-lo, transformaria a nação, imprimindo-lhe outra audácia. «Os militares hoje feridos e com baixa são a vanguarda do grande exército que regressará amanhã», prometia Mussolini nos últimos dias de 1917, e continuava: «As palavras "república", "democracia", "radicalismo", "liberalismo", a própria palavra "socialismo", já não têm mais qualquer sentido. Terão um amanhã, mas ser-lho-á dado pelos milhões "daqueles que voltaram". E poderá ser algo bastante diferente. Poderá ser, por exemplo, um socialismo antimarxista e nacional. Os milhões de trabalhadores que regressarão para rasgar a terra com as suas charruas, depois de terem estado na terra rasgada das trincheiras, realizarão a síntese da antítese: classe e nação»[110].

O «socialismo nacional» afigurava-se como a emancipação óbvia da «nação proletária». As consequências lógicas haviam sido extraídas, o quadro estava definido, daqui em diante a regra do jogo só podia ser uma.

---

[110] Benito Mussolini em *Il Popolo d'Italia,* de 15 de Dezembro de 1917, antologiado em R. Griffin (org. 1995) 29.

O NACIONAL-BOLCHEVISMO

1

Para fazer a revolução dentro da ordem, para empregar, em prol da reorganização e do reforço do Estado capitalista, as técnicas de mobilização das massas e de agitação de rua criadas ou aperfeiçoadas pelos discípulos de Marx, o fascismo procurou liquidar os dirigentes partidários e sindicais da classe trabalhadora e apoderar-se das multidões que até então os haviam seguido. Benito Mussolini foi o primeiro a conceber claramente e a executar com sistematicidade esta táctica. As figuras mais representativas do marxismo e do anarquismo foram assassinadas ou espancadas, mais tarde presas, de qualquer modo desmoralizadas, para que os seus seguidores, vendo-se de súbito desprovidos de chefes, seguissem os novos ditadores da rua. Todos os outros partidos fascistas fizeram o mesmo, ou tentaram fazê-lo, e o grau com que o conseguiram pode servir até para definirmos a sua implantação na classe trabalhadora.

As teorias sociológicas das elites destinaram-se, no plano académico, a conceber este processo, já que se partia da concepção de que as massas eram incapazes de organização própria e autónoma e que, desaparecido um pastor, nada mais restava ao rebanho senão seguir o apelo de outros guias. No entanto, sabemos que a sociologia das elites, se exprimiu adequadamente os primeiros alvores do fascismo e a época do seu florescimento, foi de escassíssima eficácia na análise dos processos reais. Todos os despotismos contemporâneos, no preciso momento em que julgaram ter levado a população ao nível mais abjecto da submissão, se depararam com uma imprevista capacidade dos trabalhadores para organizarem de maneira subreptícia, mas nem por isso menos eficaz, formas de resistência próprias. Ao mesmo tempo que serviu aos dirigentes para se enaltecerem a si mesmos, a teoria das elites deixou-os cegos perante formas inusitadas de contestação e inteiramente despreparados para reagirem a modalidades de relacionamento social que fugiam a qualquer dos enquadramentos previstos.

Todavia, se a base do movimento revolucionário não era composta por multidões amorfas de gente que oscilaria entre a passividade e os brutais relampejos de cólera, e que só seria capaz de fazer convergir os seus desesperos individuais se alguém os mobilizasse e conduzisse, como explicar então a eficácia prática dos fascismos? Porque não é menos certo

que aquela terrífica operação de engenharia política que consistiu em liquidar as chefias tradicionais do movimento operário e impor-lhe outros chefes deu pleno resultado. A vitória dos partidos fascistas não pode ser entendida sem descobrirmos e analisarmos os fios de uma teia sempre mais estreita que ligou numa tensão feita de choques e de convergências uma parte considerável dos meios operários e uma vertente da direita radical. Não foi qualquer apatia ou conformismo das massas a explicar a sedução que, para além de muita repulsa, os fascismos exerceram. Tal atracção só pôde existir porque no seio do movimento revolucionário da classe trabalhadora haviam surgido, e assumiam um perfil cada vez menos difuso, alguns dos principais temas que o fascismo tomou como seus.

O extermínio de uns chefes e a sua substituição por outros foi possível apenas porque nos gritos de comando dos primeiros e nas ânsias e inquietações dos seus seguidores se ouvia já o eco antecipado das palavras de ordem dos novos condutores de massas.

2

Em 1918 o tema do nacional-bolchevismo reproduziu, na esquerda mais extrema, o mito da nação proletária que alguns anos antes havia sido formulado a partir dos meios da direita mais radical. Desde então estavam criadas condições de simetria que permitiram a cada um destes pólos reflectir o outro em algumas das suas concepções e tácticas políticas. A esfera terminológica desenvolvida em torno da «nação proletária» passou a ser usada tão frequentemente pela multiplicidade dos políticos de esquerda inseridos no campo do nacional-bolchevismo como a caracterização de «nacional-bolchevista», ou algum dos seus sinónimos, pôde ser reivindicada por figuras da extrema-direita que vinham na imediata linhagem das teses de Corradini.

O nacional-bolchevismo não foi somente uma das linhas partidárias empregues por ordem do Komintern, ou por iniciativa dos seus agentes, em circunstâncias históricas variadas. E foi muitíssimo mais do que os grupúsculos e os círculos políticos de influência duvidosa que se reivindicaram deste programa. Se nos contentarmos com a acepção restrita do termo ficamos a saber apenas uma parte da história e acabamos, afinal, por ignorar a história inteira. Nos anos que decorreram entre as duas guerras mundiais o nacional-bolchevismo representou uma tensão permanente entre o radicalismo do movimento

operário e as formas mais agressivas de nacionalismo. É nesta rede de relações que tem de se entender não só o nacional-bolchevismo, como recurso episódico ou como política definitiva, mas ainda as ambiguidades do movimento operário daquela época e as formas inovadoras assumidas então pelos sectores da direita que viraram costas ao conservadorismo.

A génese do nacional-bolchevismo encontra-se no conjunto dos problemas políticos debatidos no seio do Partido Comunista russo e dos seus momentâneos aliados por ocasião do tratado de Brest-Litovsk. É impossível não ver, hoje, que se travou então um combate decisivo entre linhas políticas antagónicas. Toda a história posterior da revolução russa ficou condicionada pela incapacidade que a classe trabalhadora manifestou para sustentar uma estratégia autónoma, o que corresponderia naquelas circunstâncias a prosseguir uma guerra de resistência em formas sociais novas. Lenin teve razão ao afirmar que a capitulação era a única alternativa, pois aqueles que mais se opuseram à paz com as Potências Centrais, o Partido Socialista Revolucionário de esquerda e a facção bolchevista de esquerda, foram incapazes de aplicar na prática o que defendiam na imprensa e nas tribunas. E, no entanto, quando se lêem relatos e memórias da época, apercebemo-nos de que existia uma efectiva base social capaz de sustentar formas inovadoras de guerrilha, que fundissem a acção militar com a resistência social, sem com isso se abandonar a actividade produtiva. Depois, durante a guerra civil, o poder bolchevista, Trotsky sobretudo, à frente do Comissariado da Guerra, conseguiu desarticular as inúmeras guerrilhas que haviam surgido contra as tropas brancas e integrá-las no Exército Vermelho, sujeitando-as a uma estrita disciplina militarista. Só Mao Tsé-tung, mais tarde, seria capaz, contra as orientações prevalecentes no Komintern, de insuflar um ânimo novo em modalidades arcaicas de guerrilha rural e de mobilizar para fins militares a iniciativa de camponeses que continuavam, apesar disso, ligados à terra e ao seu habitat tradicional. Que faltou na Rússia em 1918? A capacidade dos dirigentes de esquerda para se aperceberem daqueles sintomas, ou a vontade de encabeçá-los? A aptidão dos trabalhadores, nos campos e nas fábricas, para conjugarem iniciativas dispersas?

A capitulação de Brest-Litovsk representou a desnaturação de um processo revolucionário que até então fora estritamente internacionalista. As revoluções russas de 1917 inseriram-se na sequência dos numerosos episódios de revolta generalizada na Europa em guerra, que começaram em 1916 nas trincheiras de França e a partir daí se estenderam a toda a classe trabalhadora dos países beligerantes. Mostrando-se incapazes de continuar este processo, o proletariado industrial russo e sobretudo a massa camponesa permitiram que os aspectos concretos da questão social começassem a ser tratados nos termos abstractos do

interesse nacional. Foi isto que verdadeiramente esteve em jogo em Brest-Litovsk. Na Alemanha, ao longo da década de 1920, diversas personalidades políticas e intelectuais que prosseguiam a abertura do conservadorismo à nova problemática social e várias figuras que a partir da esquerda procuravam transformar a luta contra a exploração numa resistência nacional ao capitalismo estrangeiro começaram a distinguir entre marxismo e bolchevismo. O marxismo seria uma doutrina abstracta e racionalista, por isso mesmo tipicamente judaica e, paradoxalmente, imbuída do filantropismo da burguesia liberal, cosmopolita como o dinheiro, desprovida de raízes nacionais e dissolutora do Estado. O bolchevismo, pelo contrário, que resultaria de uma pulsão elementar e profundamente eslava, representando os interesses nacionais do povo russo e mobilizando-o para retomar a expansão imperial das fronteiras, teria dado origem a uma nova autocracia mediante a profunda militarização do Estado[1]. Compreende-se, neste contexto, que se tenha falado sempre em nacional-bolchevismo, nunca em nacional-marxismo. Mas a distinção entre as teses internacionalistas de Marx e a prática política seguida por Lenin e os seus herdeiros não se deveu a qualquer argúcia de espírito do conservadorismo radical germânico. Ela foi imposta, nos próprios factos, ao assinar-se em Março de 1918 a capitulação de Brest-Litovsk.

De então em diante Trotsky pôde recorrer à colaboração dos oficiais czaristas, e transformou num exército rigorosamente hierarquizado os destacamentos armados que haviam resultado da deserção colectiva e da insurreição contra aqueles mesmos oficiais. Tal como havia depois de suceder em muitas outras ocasiões, foi através da disciplina militar que um processo social libertador se converteu num processo de renovação do aparelho repressivo e dos sistemas de exploração. Tornou-se assim caracterizadamente nacional uma revolução que começara por ser bolchevista. Os dois termos deste aparente antagonismo, que na Rússia de 1917 e 1918 se sucederam por ordem cronológica, revelar-se-iam daí em diante, nas demais experiências revolucionárias, como uma tensão simultânea que atraía para um campo único os dois pólos opostos.

[1] J. P. Faye (1980) 116-119, 131-132, 141, 441.
Goebbels exprimiu-se também neste sentido, na sua carta aberta a «um amigo da esquerda», de Outubro de 1925, antologiada em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 128.

Tanto quanto conheço, é a Jean Pierre Faye que se deve o estudo mais profundo e completo, e sobretudo mais lúcido, sobre a origem do nacional-bolchevismo na Alemanha, enquanto política e enquanto conceito. A paternidade desta nova estratégia, embora não da palavra que veio a caracterizá-la, é atribuída aos dois chefes comunistas de Hamburgo, Heinrich Laufenberg e Fritz Wolffheim. Durante o processo insurreccional de 1918-1919 eles contaram-se entre a minoria que se opunha à desmobilização total das forças armadas e reivindicaram a sua transformação em exército revolucionário, de maneira a que o movimento desse origem a uma «guerra popular revolucionária»[2]. Esta orientação, porém, só aparece à sua verdadeira luz quando conhecemos o relatório de Laufenberg acerca dos acontecimentos de Hamburgo, publicado em Junho de 1919.

Aí vemos como os dois dirigentes comunistas, ao mesmo tempo que participavam pela vertente mais à esquerda na fundação do KPD[3], permitiram a desarticulação do conselho provisório de operários e soldados, que havia desencadeado a revolução, e apoiaram a sua conversão num organismo resultante de um pacto estritamente interpartidário. «Em virtude de um acordo concluído entre os diversos partidos socialistas, devia ser constituído um grande conselho operário com cerca de 500 membros, representando as empresas; enquanto órgão executivo deste grande conselho, o conselho provisório devia ser substituído por um novo conselho operário, composto por três delegados do velho partido [SPD], três delegados dos sindicatos, três independentes, três radicais de esquerda e dezoito representantes das empresas. O *presidium* do executivo, denominado simplesmente "conselho operário", era formado por um representante de cada partido, um representante dos sindicatos e três representantes das empresas»[4]. Note-se que, depois de se ter liquidado o conselho provisório, o único verdadeiramente espontâneo, à medida que se subia na hierarquia o número de lugares atribuídos aos políticos profissionais e aos funcionários dos sindicatos ultrapassava o número dos reservados aos delegados de

---

[2] D. Authier et al. (1976) 237; J. P. Faye (1980) 80-81.

[3] O Partido Comunista alemão foi fundado nos últimos dias de 1918 e, para termos uma noção do peso relativo de algumas correntes, é interessante saber que, segundo dados fornecidos por O. K. Flechtheim (1972) 68, entre os delegados ao 1° Congresso dos Conselhos de Operários e Soldados, reunido em Berlim de 16 a 20 de Dezembro desse ano, onze pertenciam à União dos Revolucionários, dirigida por Laufenberg, e apenas dez eram membros da Liga Spartacus, encabeçada por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht.

[4] Transcrito em D. Authier et al. (1976) 247.

A totalidade do relatório de Heinrich Laufenberg vem publicada nas pags. 245-275 dessa obra.

empresa. No vértice estava Laufenberg, nomeado logo em Novembro presidente do Conselho Operário.

Entretanto, proliferavam os conselhos formados autonomamente na base, por iniciativa das mais variadas categorias profissionais. «Estes conselhos», comentou Laufenberg, «não se calavam com a sua exigência de ser representados no Conselho de Operários e Soldados. O Conselho não aceitou esta pretensão, porque o número de membros do executivo e a representação dos partidos e das empresas haviam já sido fixados, mas foi instituída uma ligação directa e permanente entre os diversos conselhos e as comissões respectivas do grande Conselho [...]»[5]. A pretexto do *numerus clausus* imposto pelo acordo interpartidário, o Conselho dirigente recusou aceitar delegados de todos aqueles conselhos verdadeiramente espontâneos e de base, que davam o vigor ao movimento. Em vez de poderem aproveitar a existência do grande Conselho para se reunir, estreitar a unidade de classe e deliberar todos em conjunto, os novos conselhos foram mantidos em isolamento, devendo cada um relacionar-se, não com os restantes, mas apenas com os órgãos executivos do Conselho dirigente. As consequências fatídicas para o processo revolucionário vieram do facto de a classe trabalhadora ter permitido que o relacionamento igualitário e colectivista fosse destruído pela imposição de um tipo tradicional de relacionamento hierarquizado. A partir desta altura o Conselho de Hamburgo havia criado as condições para a sua completa assimilação pelo aparelho de Estado capitalista.

A generalidade dos historiadores opõe o movimento dos conselhos à república de Weimar. Podemos ver que a verdadeira clivagem ocorreu noutro lado, no interior do próprio movimento dos conselhos. Depois de se ter esforçado por enfraquecer o dinamismo da base, Laufenberg não pôde mais fazer frente às pressões anti-revolucionárias, representadas antes de mais pela direita do Conselho, o SPD. Em Janeiro de 1919 foi decidido que a reeleição do executivo, em vez de se efectuar por empresas, respeitasse o sistema de representação proporcional dos partidos políticos[6]. Laufenberg teve de se demitir do seu lugar de presidente em 19 de Janeiro. Mas nesta altura já não se tratava senão de adequar as formas oficiais àquilo que sucedia na prática. A destruição da especificidade do Conselho e a sua conversão num parlamento de burocracias partidárias vinha a ocorrer desde o início do seu funcionamento. E a base estava decerto suficientemente desanimada para que a social-democracia, e os militares por detrás dela, pudessem abandonar ficções demagógicas.

---

[5] Id., ibid., 253.
[6] Id., ibid., 267-268.

Esta desestruturação política do movimento autónomo foi acompanhada, na esfera económica, pela tentativa de instauração de um sistema de tipo corporativo, que substituísse as greves por acordos com o patronato, arbitrados por gestores. Vale a pena seguir as próprias palavras do comunista de esquerda de Hamburgo: «Sem dúvida que a mais importante das comissões do Conselho era a que tinha a seu cargo a política social. Ela devia proceder à edificação do sistema dos conselhos nas empresas, preparando deste modo o terreno para a sua socialização. Ao mesmo tempo, ela exercia funções de arbitragem suprema nos conflitos entre operários e patrões. [...] em todos os casos importantes [...] era ela que decretava, depois de ter ouvido as partes interessadas. As suas decisões valiam como lei para ambos os lados. E deste modo a regulamentação do conjunto das relações nas empresas decorria, em última instância, do órgão do Conselho revolucionário»[7]. A substituição da luta de classes pela arbitragem e a conciliação pareceu ao presidente do Conselho Operário uma grande novidade, e era-o decerto, realizada por aquele viés. «A secção de política social, superando os meios até agora em vigor na luta contra o patronato, a greve e a negociação directa entre organizações, substituiu-a por um método completamente novo, o processo jurídico perante o Conselho [...] O Conselho [...] eliminou num considerável número de casos e nas posições politicamente decisivas os antigos órgãos de luta e de negociação, convertendo-os em órgãos de uma política de conselhos»[8]. É certo que Laufenberg se lastimou pelo facto de a actividade das comissões não ter conseguido o sucesso pretendido[9], mas como enunciado de príncipios trata-se de um texto suficientemente esclarecedor da maneira como aquela vertente da esquerda comunista tencionava encaminhar o movimento revolucionário. A perspectiva que presidiu em Hamburgo à tentativa de instituição das comissões de conciliação e arbitragem não diferiu substancialmente da orientação que inspirara o acordo de 19 de Novembro de 1918 entre a direcção dos sindicatos sociais-democratas, chefiada por Legien, e Hugo Stinnes, enquanto representante das organizações patronais. Segundo este acordo, válido para todo o país, as questões importantes que dissessem respeito às condições de trabalho deviam ser resolvidas mediante contratos colectivos entre os sindicatos e as associações patronais[10].

A forma como Laufenberg e Wolffheim conduziram os aspectos políticos e económicos da revolução conselhista em Hamburgo esclarece a orientação externa que pretenderam imprimir à cidade-estado, em detrimento da integridade territorial dos estados

---

[7] Id., ibid., 251.
[8] Id., ibid., 257.
[9] Id., ibid., 251.
[10] O. K. Flechtheim (1972) 62.

alemães vizinhos. E, na perspectiva do nacional-bolchevismo, é esta vocação expansionista que sobretudo importa considerar. «[..] o Conselho» escreveu Laufenberg, sem se atemorizar com as palavras, «não ignorou que a posição de Hamburgo no Reich devia ser inteiramente alterada, mediante uma ampliação considerável do seu domínio. Completamente comprimida pela região do estado da Prússia, a cidade não só não dispõe de uma liberdade de movimentos suficiente para estender as suas indústrias e proceder a uma política habitacional de grande envergadura, mas não tem sequer terreno suficiente para desenvolver o seu porto [...] A ideia de que a região de Hamburgo devia ser aumentada predominava igualmente no interior do Conselho. [...] Quando no final de Novembro, na conferência dos estados reunida em Berlim, os representantes de Hamburgo exprimiram abertamente as suas perspectivas "anexionistas" provocaram em torno um cacarejar de galinhas assustadas [...] No princípio de Dezembro, por convocação do Conselho, reuniu-se em Hamburgo uma assembleia de delegados dos conselhos de operários e soldados da cidade e dos arredores, para tomar posição acerca da criação de uma região económica única do Baixo Elba, tendo Hamburgo como centro [...] de modo algum se tratava de anexações violentas»[11].

A estratégia corporativa e expansionista que os dois chefes comunistas procuraram imprimir ao movimento ajuda a compreender que, depois de o exército ter ocupado Hamburgo, em Julho de 1919, Laufenberg frequentasse regularmente o clube dos oficiais e fosse convidado para proferir aí conferências[12], deslocando-se pouco mais tarde a Berlim, juntamente com Wolffheim, para terem ambos conversações com representantes do nacionalismo racista. «Laufenberg procurava parceiros para encetar uma aproximação entre meios comunistas e nacionalistas [...]»[13]. O carácter revolucionário que, como vimos há pouco, os dois dirigentes de Hamburgo haviam pretendido dar a uma eventual continuação da guerra devia ser inspirado pelo carácter popular a conferir ao novo exército, de maneira a que o socialismo assumisse uma dimensão nacional. Os oficiais mais lúcidos veriam decerto que, após Novembro de 1918, a luta contra as limitações à soberania alemã, reconhecidas em Junho de 1919 pelo tratado de Versailles, só poderia prosseguir com uma vasta base

[11] Transcrito em D. Authier et al. (1976) 258-259.

[12] J. P. Faye (1980) 81.

[13] Id., ibid., 86.

Referindo-se ao sucedido em 1919, D. Authier et al. (1976) 237 pretendem, apesar das provas em contrário e do carácter francamente paradoxal da sua própria afirmação, que «ainda que Wolffheim e Laufenberg não hesitem em expor as suas teses perante os militares, eles não estabelecem então qualquer contacto com os meios de direita».

social de apoio. O nacionalismo popular devia prestar um ouvido atento ao nacional-bolchevismo.

Para avaliarmos o significado desta convergência é fundamental ter em conta que ela se operou a partir de pólos extremos. No KPD era à facção de esquerda que os dirigentes de Hamburgo pertenciam, contra a direcção do partido, encabeçada então por Paul Levi, posicionado à direita. Depois de expulsa, a minoria de esquerda fundou em Abril de 1920 o KAPD[14], arrastando consigo 37% dos efectivos, quarenta mil membros sobre um total de cento e sete mil[15]. E é elucidativo que o órgão do novo partido fosse o jornal da facção de Hamburgo[16]. Aliás, já pouco antes, no 2° Congresso do KPD, onde se definira a linha de clivagem iminente, haviam sido Laufenberg e Wolffheim os principais porta-vozes dos futuros cisionistas[17]. Quando sabemos que entre os membros do KAPD se contavam alguns dos defensores mais lúcidos da autonomia operária, como Anton Pannekoek e Otto Rühle[18], apercebemo-nos do ascendente ideológico detido pelos dirigentes de Hamburgo. Além disso, a direcção militar da recém-fundada organização operária era composta por antigos oficiais, muito próximos Laufenberg e Wolffheim[19]. Em breve, porém, ambos seriam expulsos do KAPD, arrastando com eles a organização regional do partido[20].

A partir dessa base procuraram, sem o conseguir, lançar uma organização política de âmbito nacional, que denominaram Liga dos Comunistas[21]. A Liga propôs a fusão entre o spartakismo e a Orgesch, Organização Escherich, do nome do seu fundador, um importante corpo franco da direita radical que obteve um especial sucesso na Baviera, sob as ordens de Röhm[22]. Estava-se em meados de 1920, quando parecia imparável o avanço do Exército Vermelho na Polónia. E a sua aproximação das novas fronteiras orientais da Alemanha dava

---

[14] J. P. Faye (1980) 82 afirma que a minoria de esquerda foi afastada dos trabalhos do 2° Congresso, realizado em Outubro de 1919, e expulsa do KPD em Fevereiro do ano seguinte, fundando em Abril o novo partido. Porém, H. Weber (1972) 300 indica que a expulsão ocorreu em Outubro de 1919, embora dê em (1979) 44 uma versão mais minuciosa, segundo a qual os dissidentes se auto-excluíram do KPD a seguir ao congresso de Outubro e foram formalmente expulsos no 3° Congresso, em Fevereiro de 1920.

[15] São estes os números fornecidos por J. P. Faye (1980) 82. D. Authier et al. (1976) 159 indicam que os delegados ao congresso de fundação do KAPD representavam 38.000 militantes. Por seu lado, O. K. Flechtheim (1972) 87 escreve, de maneira menos precisa, que os efectivos do KPD, «que montavam a cerca de 107.000 membros, ficaram reduzidos de metade». Mais vago ainda é H. Weber (1972) 301, ao indicar que o KPD «perdeu cerca de metade dos seus 100.000 membros».

[16] J. P. Faye (1980) 82.

[17] O. K. Flechtheim (1972) 86; H. Weber (1979) 43.

[18] J. P. Faye (1980) 82, 85 n.

[19] Id., ibid., 88.

[20] D. Authier et al. (1976) 237; J. P. Faye (1980) 87.

[21] D. Authier et al. (1976) 238; J. P. Faye (1980) 87-88.

[22] J. P. Faye (1980) 25, 88.

Uma vez mais, num baldado esforço hagiográfico, D. Authier et al. (1976) 238 negam que os dois dirigentes nacionais-bolchevistas de Hamburgo tivessem procurado uma união com a Orgesch e os spartakistas.

aos nacionalistas radicais a esperança de que a Reichswehr se aliasse às tropas soviéticas e aproveitasse a situação para recuperar os territórios de Leste perdidos pelo tratado de Versailles. «Em muitos nacionalistas alemães o ódio contra a Polónia era tão forte que [...] as notícias acerca das tropas soviéticas estacionadas nas fronteiras da Prússia oriental eram em geral recebidas muito positivamente»[23]. Na Alta Silésia houve mesmo corpos francos que pretenderam avançar contra a Polónia e ligar-se aí ao exército soviético[24]. Se o nacional-bolchevismo implicava internamente uma noção de coesão entre classes sociais antagónicas e, portanto, de reforço da ordem, externamente supunha uma vontade de expansão territorial, um imperialismo guerreiro que explica esta estratégia política pelo mesmo tipo de conjuntura que sustentava os fascismos. E foi precisamente neste momento, em que uma definição prática tão extremada pareceria distinguir drasticamente o nacional-bolchevismo do internacionalismo de inspiração leninista, que Moscovo se orientou para estratégias similares, criando-se a propósito da situação na Alta Silésia uma comissão que reuniu representantes do KPD e do KAPD, além de Wolffheim[25]. A derrota das tropas vermelhas na Polónia em Agosto e Setembro de 1920, condenando as esperanças mais imediatas dos nacionais-bolchevistas, precipitou Laufenberg para fora da actividade política. Wolffheim continuou a animar uma Liga dos Comunistas grupusculizada e a assinalar a sua presença nas franjas extremas da direita radical, até que o nazismo o fará morrer num campo de concentração, ele que contribuiu, mais do que muitos outros, para a abertura da esfera prática e ideológica que Hitler viria a ocupar totalmente[26].

Ao mesmo tempo que se propagava a partir de Hamburgo, o nacional-bolchevismo surgia numa multiplicidade de outros lugares geográficos e políticos. Fundado em 1919, o Juni-Klub, o Clube de Junho, por referência à data da assinatura do execrado tratado de Versailles, desempenhou um papel relevante na introdução na direita alemã de alguns dos novos temas do nacionalismo radical, graças sobretudo a Moeller van den Bruck. O Juni-Klub reuniu representantes não só dos nacionais-alemães, do Zentrum e dos democratas, mas igualmente da social-democracia e até dos comunistas. A participação dos democratas, todavia, foi muito breve, e entre os sociais-democratas contava-se Otto Strasser, que mais tarde se juntaria ao seu irmão Gregor no NSDAP, para cindir em 1930 com uma orientação estritamente nacional-bolchevista. Fritz Weth era o membro comunista do Clube, autor de

---

[23] E. Nolte (1989) 77.

[24] J. P. Faye (1980) 87-89.

Sempre prontos a purificar a história, D. Authier et al. (1976) 162 chamam a estas milícias «um exército vermelho de operários alemães».

[25] D. Authier et al. (1976) 237; J. P. Faye (1980) 88.

[26] D. Authier et al. (1976) 238; J. P. Faye (1980) 90, 141.

um artigo onde se anunciava já a perspectiva do bolchevismo nacionalista, a propósito da greve geral de Março de 1920 que pôs fim à intentona de Kapp. Neste artigo o conteúdo atribuído ao socialismo consistia numa actividade de planificação económica capaz de se opor à penetração do capital estrangeiro, e as formas da sua realização resultariam da fusão entre os conselhos de tipo soviético e as câmaras de tipo corporativo. A esta luz, a tentativa insurreccional de Kapp e dos corpos francos que o apoiavam era duplamente criticada, por um lado porque nada trouxera de politicamente novo, e por outro porque contribuíra para afastar a esquerda e a direita, que tinham vindo a convergir em função da resolução socialista dos problemas nacionais. E este socialismo nacional definia-se por oposição à social-democracia, que podia assim ser atacada como reaccionária tanto do lado comunista como por parte da direita. Bastava, portanto, que a direita se radicalizasse contra o regime de Weimar, para que nesta contestação da social-democracia fosse possível introduzir um fermento de bolchevismo nacionalista[27].

Desde muito cedo que o tema fundamental do nacional-bolchevismo surgiu, embora com argumentos inversos, no campo político usualmente conservador. Em 1923, num livro célebre, Moeller van den Bruck recordou à direita alemã a nova missão, que consistia em extinguir entre os trabalhadores a solidariedade internacional e transformar a luta de classes em guerra externa. Só a expansão territorial permitiria resolver, depois, os problemas sociais no interior do país[28]. A perspectiva de conjugar o imperialismo com o movimento operário, fundando um socialismo nacional e bélico, teve bom acolhimento nas franjas radicais da direita. Já em 1920, na sua obra *Prussianismo e Socialismo,* Spengler propusera a aliança entre a elite militar e um movimento operário convertido ao nacionalismo[29]. No mesmo ano Paul Eltzbacher, um professor de economia na universidade de Berlim, vira no bolchevismo, e na sua correspondente externa, a aliança com a Rússia soviética, o meio de libertar a Alemanha dos entraves de Versailles[30]. O nacionalismo como instrumento do bolchevismo, ou o bolchevismo como instrumento do nacionalismo, não foi esta discrepância precisamente a condição da convergência?

Os dois campos de origem do novo sintagma político, o nacionalismo e o bolchevismo, só puderam convergir em função de um pólo de repulsa comum, o Partido Social-Democrata. E como a social-democracia ocupava um vasto espectro, desde a

---

[27] J. P. Faye (1980) 26-27. Para uma síntese e uma análise crítica do artigo de Weth ver as pags. 32-34. O percurso político de Otto Strasser vem descrito nas pags. 127 e segs.

[28] F. Neumann (1943) 230.

[29] R. Griffin (org. 1995) 112; F. Neumann (1943) 228-229.

[30] J. P. Faye (1980) 36.

esquerda mais ou menos prudente até um efectivo conservadorismo em aliança com as demais forças da direita moderada, os seus adversários precipitavam-se, de um e outro lado, nas duas situações extremas. A conjugação destes opostos deveu-se à política seguida pelos dirigentes do SPD relativamente às reparações de guerra. No que dizia respeito à solidariedade entre os trabalhadores dos vários países, ou mesmo entre as suas burocracias partidárias, o internacionalismo defendido pela social-democracia revelara-se repetidamente uma palavra vã, só adquirindo substância a propósito dos movimentos de capital. Os sociais-democratas, comentou ironicamente um historiador do nazismo, «acreditavam que a solução de todos os problemas económicos consistiria numa expansão financiada por empréstimos externos e [...] consideravam como um extraordinário mago das finanças qualquer presidente de câmara ou tesoureiro municipal social-democrata capaz de obter um empréstimo norte-americano»[31]. No programa do SPD adoptado no congresso de Heidelberga, em Setembro de 1925, lê-se entre as várias reivindicações de ordem económica: «Abolição do sistema de tarifas aduaneiras proteccionistas através de contratos comerciais a longo prazo em nome da livre troca de bens e da integração económica das nações». E na secção de política internacional o partido afirmava o seu empenho na «criação de uma unidade económica europeia, que as circunstâncias económicas actuais tornam urgente, tendo em vista a formação dos Estados Unidos da Europa [...]»[32]. A social-democracia não concebia, evidentemente, qualquer outra forma de internacionalização que não se devesse à livre circulação dos capitais.

Ora, desde que o operariado estivesse em refluxo, ou pelo menos desde que as fronteiras dividissem as lutas dos trabalhadores, que perspectivas se abriam àquele tipo de esquerda radical que buscava antes de mais o poder, e que devia por isso ser pragmática e contar sempre com as possibilidades imediatas? Para estas correntes, concentrar os ataques no Partido Social-Democrata correspondia a recusar a internacionalização do capital, o único tipo de internacionalismo então possível de facto, e como não se lhes deparava a curto prazo qualquer outra forma viável de solidariedade acima das fronteiras, começaram a defender o nacionalismo. Surgiu assim no meio operário uma câmara de eco do principal tema emitido pela direita. O confronto ocorreu realmente entre uma modalidade de supraclassismo representada pelo internacionalismo capitalista da social-democracia e outra modalidade de supraclassismo defendida pelo nacional-bolchevismo da direita radical e da esquerda contra-revolucionária.

---

[31] F. Neumann (1943) 37.

[32] Antologiado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 114 e 115.

As forças políticas operantes neste quadro assimilaram o tema de Corradini e actualizaram-no nos moldes do nacional-bolchevismo. O tratado de Versailles convertera a Alemanha, de grande potência, em «nação proletária», uma colónia das democracias plutocráticas. E o pagamento das reparações de guerra era sentido como uma exploração colectiva da nação proletarizada. Tratava-se de uma concepção corrente nos meios da extrema-direita, um fundo ideológico comum às suas várias alternativas tácticas[33], e que a extrema-esquerda recuperou em termos próprios. Nada mais natural, então, do que transportar para o âmbito nacional as preocupações sociais que até então haviam caracterizado as perspectivas de classe, e confundir o socialismo com a libertação do país relativamente às cláusulas impostas pelos vencedores. Mediante esta redução da dialéctica a jogos de palavras, o socialismo cumprir-se-ia na nação quando esta tivesse sido de novo transformada em imperialismo. Hitler, tão pronto a prosseguir as consequências práticas mais extremas como a esfumá-las com as imagens paradoxais da sua oratória, afirmava nos primeiros anos da década de 1920: «Nacional e social são duas concepções idênticas. Ser social significa edificar o Estado e a comunidade popular [...]»[34]. E mais fogosamente ainda escrevia Goebbels em 1930: «O socialismo adquire a sua forma específica, acima de tudo, ao tornar-se camarada de armas da energia propulsora que emana de um recém-desperto nacionalismo»[35].

Neste contexto definiram-se as duas únicas alternativas estratégicas do KPD, entre as quais ele oscilou regularmente, desde a fundação nos últimos dias de 1918 até à sua destruição pelo nazismo em 1933: ou a tentativa de cativar as forças da extrema-direita no quadro de uma vontade de afirmação nacionalista, ou o estabelecimento de uma frente comum com a social-democracia no âmbito de uma unidade política da classe operária. Toda a actuação da Terceira Internacional na Alemanha se encontrou aprisionada neste dilema, tendo afinal prevalecido a opção nacional-bolchevista. Quando sabemos que o Partido Comunista alemão rapidamente se tornou o mais forte dos seus congéneres fora da União Soviética[36], compreendemos que ao pesquisar os rastos do nacional-bolchevismo não estou a ceder a qualquer perversidade arqueológica, mas, pelo contrário, a desvendar um dos problemas políticos cruciais daquela época.

A própria assinatura do tratado de Versailles, que determinou o carácter assumido pela república de Weimar ao longo da sua existência, colocou perante os dirigentes do

---

[33] J. P. Faye (1980) 74, 105, 126-127, 141, 233, 457.
[34] Citado em K. Heiden (1934) 93.
[35] Joseph Goebbels, num texto publicado em 1930, antologiado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 137.
[36] O. K. Flechtheim (1972) 17; H. Weber (1979) 61.

Komintern e os seus discípulos mais ou menos obedientes do KPD um problema que se revelaram incapazes de resolver, pelo menos nos termos da doutrina que professavam. «A rejeição do tratado de Versailles esteve na base da "orientação para leste", tão típica do KPD, mediante a qual ele propagou a ideia da luta contra o imperialismo ocidental e da aliança com a Rússia soviética e praticou [...] várias vezes, malgrado todas as suas declarações internacionalistas, uma política extremamente nacionalista»[37].

Em 1919, preso em Berlim, na cadeia de Moabit, o delegado do Partido Comunista russo junto da Liga Spartakus, Karl Radek, era visitado por generais monárquicos e por ideólogos da direita radical, como Moeller van den Bruck e outros[38]. Apesar disso, ou talvez por causa disso, foi Radek, em Novembro de 1919, o primeiro a posicionar-se numa perspectiva internacionalista contra a orientação defendida por Laufenberg e Wolffheim, e a dar-lhe o nome por que ficou conhecida, «nacional-bolchevismo»[39]. Contra uma política de abertura à extrema-direita, assente na recusa do tratado de Versailles e voltada para a restauração dos anseios do nacionalismo alemão, o KPD, renovado e engrandecido pouco tempo antes graças à adesão maciça da esquerda do USPD, inaugurou em Janeiro de 1921 uma estratégia de unidade proletária, procurando pressionar a social-democracia ao estabelecimento de uma frente comum[40]. Interrompida em Março por uma tentativa frustrada de sublevação armada, acompanhada por uma aliança com o KAPD[41], aquela estratégia foi retomada a partir de Junho e aplicada de maneira sistemática até 1923, primeiro sob a condução de Ernst Meyer e em seguida sob a direcção conjunta de Heinrich Brandler e August Thalheimer[42]. Uma vez mais, foi Karl Radek, ao substituir Béla Kun enquanto principal delegado do Komintern junto ao KPD e ao superintender a aplicação da política de unidade com o operariado social-democrata, o responsável directo por uma orientação francamente antagónica do nacional-bolchevismo[43]. Tanto mais eloquente se torna a inversão da estratégia seguida por Moscovo e pelo seu agente Radek.

Desde Janeiro de 1923 o Ruhr, uma das províncias alemãs mais industrializadas, foi submetido à ocupação militar conjunta franco-belga, com o objectivo de obrigar um país exaurido ao pagamento das reparações de guerra em atraso. Só a aceitação do Plano Dawes

---

[37] O. K. Flechtheim (1972) 82.
[38] J. P. Faye (1980) 29, 36, 82, 92.
[39] Id., ibid., 82-84.
[40] O. K. Flechtheim (1972) 99; H. Weber (1979) 45.
[41] O. K. Flechtheim (1972) 101-102.
[42] Id., ibid., 104 e segs.; H. Weber (1979) 47 e segs.
H. Weber, *op. cit.*, 47 afirma que a política de frente comum foi retomada em 1922, mas O. K. Flechtheim, *op. cit.*, 104 indica que se regressou a esta estratégia no congresso de Agosto de 1921.
[43] O. K. Flechtheim (1972) 108.

pelo governo alemão, em Agosto de 1924, levou à saída das tropas ocupantes, em Julho e Agosto de 1925. Se a assinatura do tratado de Versailles representara uma desonra nacional para a extrema-direita e, para a extrema-esquerda, a submissão ao imperialismo francês, estes sentimentos foram levados ao auge com a ocupação do Ruhr, precipitando a convergência possível entre os dois campos políticos opostos. Quatro dias antes da entrada das tropas francesas e belgas, uma conferência dos Partidos Comunistas da Alemanha, da França, da Bélgica, da Itália, da Holanda e da Checoslováquia decidira apelar à resistência contra o imperialismo francês[44]. Mas o que parecia ser uma actuação internacionalista deu lugar a uma perspectiva estritamente nacionalista[45].

É certo que ao longo do ano de 1923 Brandler e Thalheimer continuaram a aplicar, com aparente êxito, a estratégia da frente comum com a social-democracia, procurando até ampliá-la e conjugar a unidade operária na base com os acordos entre cúpulas[46], a tal ponto que em Outubro os comunistas participaram junto com o SPD nos governos da Saxónia e da Turíngia[47]. Entretanto, porém, o Komintern pretendeu, sem abandonar esta estratégia, recorrer igualmente à orientação política oposta e competir em nacionalismo com a direita mais radical. Mátyás Rákosi, o dirigente comunista húngaro, que era, ou fora, um dos representantes do Komintern junto ao KPD, escreveu num artigo que «um partido comunista [...] deve levar em conta a questão nacional do seu país. [...] O partido alemão conseguiu-o com muito êxito. [...] Está em vias de fazer com que os fascistas alemães percam a arma nacionalista»[48]. Vejamos como se teria chegado a um resultado tão curioso.

A 20 de Junho de 1923 Karl Radek pronunciou perante o comité executivo do Komintern um discurso célebre em comemoração de Leo Schlageter, activista de extrema-direita que as tropas ocupantes do Ruhr haviam fuzilado no mês anterior. Schlageter, na indubitável eloquência de Radek, teria sido «o viajante do nada» se os seus companheiros dos corpos francos e das organizações fascistas não começassem a dar um sentido socialmente positivo às aspirações nacionalistas, abandonando a hostilidade contra a União Soviética e enfrentando exclusivamente o imperialismo ocidental e, no interior do país, apoiando-se na classe operária, em vez de se porem à disposição dos grandes capitalistas para esmagar as greves e os movimentos de revolta. Radek formulou o seu disurso com uma considerável prudência verbal, insinuando que se trataria de estabelecer uma frente unida

---

[44] J. P. Faye (1980) 94.
[45] Acerca desta inversão estratégica ver O. K. Flechtheim (1972) 112-113.
[46] Id., ibid., 114-117.
[47] Id., ibid., 109, 123-125.
[48] Citado em id., ibid., 118.

contra o capital da Entente e contra o capital germânico, o que decerto mostra que a sua nova orientação se deparava com a desconfiança de uma parte dos dirigentes e dos militantes comunistas, e que se tornava necessário borrifá-la com uns salpicos de classe. Mas as implicações da estratégia defendida por Radek eram iniludíveis. Nos vazios lógicos da sua argumentação ficou marcado o espaço que seria depois preenchido por uma das convicções mais arreigadas da ortodoxia moscovita, já que Radek não encontrava para o grande capital alemão qualquer base nacional e apresentava-o como se fosse inteiramente sustentado pelo capital estrangeiro. Esta peculiar concepção de imperialismo, que em cada país descrevia os maiores capitalistas como um corpo estranho e confundia os demais estratos sociais dominantes com a classe trabalhadora, foi o quadro teórico necessário para dissolver a luta de classe numa afirmação de orgulho patriótico. Em vez de isolar os nacionalistas, tratava-se de orientá-los em direcção ao movimento operário comunista, de maneira tal que os últimos apelos do discurso desfiguraram o internacionalismo numa «família de povos lutando pela emancipação» e converteram-no numa soma de nacionalismos. Nestes termos o proletariado alemão lutaria não pela sua emancipação enquanto classe, mas pela coesão de todo o povo, nacionalistas incluídos, confundindo o comunismo e a nação[49]. Aquele que três anos e meio antes fora o primeiro a denunciar esta estratégia, forjando-lhe o nome de «nacional-bolchevismo», por que ficou conhecida, e que ainda em Janeiro de 1923, no 8º Congresso do KPD, se mostrara sobretudo preocupado com o êxito da frente comum e a formação de governos conjuntos com o SPD[50], havia operado uma viragem de cento e oitenta graus. Tais inversões de rumo foram a especialidade de Radek, mas não é a sua personalidade que importa aqui, pois tratava-se de um vasto debate no interior do movimento comunista.

O discurso de Radek anunciou publicamente um novo curso político, e a partir de Julho ou Agosto de 1923 o comité executivo do Komintern iniciou os preparativos práticos para desencadear na Alemanha uma revolução proletária armada[51]. Tratava-se de reproduzir o modelo insurreccional bolchevista, que dera boas provas na Rússia em Outubro de 1917, mas agora no contexto de uma luta de âmbito estritamente nacional e com objectivos caracterizadamente nacionalistas[52]. A situação pode parecer confusa a alguns historiadores, que debatem acerca das verdadeiras razões que teriam levado o KPD a participar em

---

[49] O discurso de Karl Radek, «Leo Schlageter: Der Wanderer ins Nichts», foi publicado em *Die Rote Fahne* de 26 de Junho de 1923 e está antologiado em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 312-314. Ver também sobre esta questão J. P. Faye (1980) 92, 97-98, 405 e O. K. Flechtheim (1972) 118.

[50] O. K. Flechtheim (1972) 116.

[51] Id., ibid., 122-123; H. Weber (1979) 54-55.

[52] H. Weber (1979) 53-54.

Outubro nos governos da Saxónia e da Turíngia ao lado dos sociais-democratas, enquanto por outro lado procurava atrair as simpatias da extrema-direita para uma sublevação armada. Contudo, a estratégia anunciada por Radek e conduzida pelo comité executivo do Komintern não deixa lugar a dúvidas. As prioridades haviam-se invertido. A procura de uma aliança com o SPD transformara-se numa mera manobra táctica, ficando inteiramente secundarizada perante o objectivo principal, que passara a ser a abertura à direita nacionalista. Apresentando em Janeiro de 1924 o balanço da derrota, o *presidium* do comité executivo do Komintern declararia que «a entrada no governo era, segundo a opinião do comité executivo, uma tarefa militar e política de carácter especial»[53], e pela mesma ocasião uma publicação oficial do partido esclareceria que a participação no governo saxónico teria servido para assegurar ao levantamento armado uma base inicial[54]. Foi neste contexto que o Komintern indicou ao Partido Comunista que encetasse na Prússia oriental negociações com a Orgesch, precisamente aquele corpo franco da direita radical que três anos antes tanto seduzira Laufenberg e Wolffheim, e cuja actividade prosseguia clandestinamente porque desde o final de 1920 estava proibido pelo Ministério do Interior prussiano[55]. Para compreender estas aventuras do comunismo alemão durante a segunda metade de 1923 é necesário não esquecer que a política de frente comum com a social-democracia implicava obrigatoriamente uma aceitação genérica do quadro institucional promulgado em Weimar, enquanto uma orientação insurreccional, voltada antes de mais contra o tratado de Versailles, significava uma recusa do sistema parlamentar e permitia uma abertura às forças políticas da extrema-direita, que se opunham à república pelos mesmos motivos nacionalistas. Neste quadro de absurdos, não é das constatações menos surpreendentes que a linha insurreccional, defendida pela ala esquerda do KPD, fosse a mais caracterizadamente nacional-bolchevista e a que de mais perto namorava os temas da direita radical.

Mesmo a ala comunista moderada, de Brandler e Thalheimer, que desde Fevereiro de 1921 vinha a assumir a condução do partido, e que se havia identificado tão completamente com a estratégia da frente comum, passara a defender o carácter nacional da resistência. Aqueles dois dirigentes afirmavam agora que a burguesia alemã podia, ainda que provisoriamente, desempenhar naquelas circunstâncias um papel revolucionário, desde que os comunistas tomassem a condução do movimento e eles mesmos encabeçassem resolutamente a luta nacional[56]. E a imprensa oficial do partido abriu as suas páginas a

[53] Citado em O. K. Flechtheim (1972) 124.
[54] Id., ibid., 125. Ver igualmente H. Weber (1979) 55 e n. 111.
[55] J. P. Faye (1980) 25, 89.
[56] Id., ibid., 94-95.

algumas das personalidades mais eminentes da extrema-direita, como Moeller van den Bruck, ou ao conde Reventlow, uma figura destacada do anti-semitismo e membro activo da ala populista do nacional-socialismo[57]. Poder-se-ia aplicar uma estratégia mais claramente nacional-bolchevista, tanto nas palavras como nas consequências práticas?

Sem dúvida que sim, e foi o que fez então a ala esquerda do KPD. Nesta encruzilhada de paradoxos, procurar um termo de conciliação com a social-democracia, que permitisse a unidade política da classe operária, correspondia a apoiar uma força conservadora, um dos mais fortes esteios da república. E demonstrar simpatia pela extrema-direita, visceralmente hostil às instituições de Weimar, parecia ser uma das condições para agudizar o processo revolucionário e apressar a insurreição. Ruth Fischer, que surgia então como a figura mais significativa da ala esquerda do KPD, encabeçando a oposição à direcção de Brandler e Thalheimer, gozava de grande prestígio, nomeadamente entre os membros do partido na região do Ruhr, o principal foco de todo este conflito, e tinha aí um dos seus bastiões políticos[58]. Os apelos que lançou à extrema direita populista afirmavam claramente a vocação nacionalista do comunismo alemão: «O Reich alemão só pode ser salvo se tomardes consciência, senhores populistas, de que deveis lutar em colaboração com as massas organizadas no KPD». E, ao solicitar a aliança efectiva com a extrema-direita, Ruth Fischer foi ao ponto de incentivar o anti-semitismo, considerando-o uma componente legítima da luta nacional que o seu partido pretendia encabeçar. «Quem luta contra o capital judaico [...] é já um combatente de classe, mesmo que o não saiba. [...] Abatam os capitalistas judeus, enforquem-nos nos candeeiros, esmaguem-nos!»[59] Que prodigiosos malabarismos a dialéctica justificava, a ponto de o anti-semitismo, uma postura exclusivamente supraclassista, encontrar legitimação em termos de classe! Interrompamos por um momento a leitura destas declarações, que à luz dos acontecimentos posteriores podem parecer delirantes, para fazer uma breve excursão no tempo.

---

[57] O. K. Flechtheim (1972) 118; H. Weber (1979) 54 n. 104.

[58] O. K. Flechtheim (1972) 117 escreve que «a bacia do Ruhr era uma fortaleza da oposição chefiada por Ruth Fischer», mas H. Weber (1972) 305 corrige esta afirmação e esclarece que a cabecilha da ala esquerda «não dominava no Ruhr, onde os partidários de Brandler [...] tinham uma pequena maioria».

[59] Citada em O. K. Flechtheim (1972) 119 e, parcialmente, em E. Nolte (1989) 99.

Note-se que Ossip Flechtheim refere como fonte destas declarações um livro de Georg Schwarz acerca do qual H. Weber (1972) 277-278 levanta severas restrições. Neste caso, porém, Flechtheim menciona igualmente a conhecida obra de Franz Borkenau. Além disso, H. Weber (1979) 54 n. 104 confirma que Ruth Fischer adoptou em público posições nacionalistas extremas. Por seu lado, E. Nolte (1989) 457 n. 8 indica como fonte directamente o jornal *Die Aktion,* órgão de uma corrente comunista de oposição dirigida por Franz Pfemfert, crítico do regime soviético e situado à esquerda do KPD. A este respeito, Ernst Nolte observa (pag. 99): «Mesmo sendo possível que o correspondente, Franz Pfemfert, tenha tomado algumas liberdades poéticas ao relatar estas frases, o certo é que tanto em 1923 como mais tarde se encontram muitas afirmações semelhantes [...]».

Década e meia mais tarde Bruno Rizzi, que acabara de romper com o trotskismo, pretenderia que «a luta contra o capitalismo se identifica forçosamente, mesmo que só de forma parcial, com a luta contra o povo judeu»[60]. E acrescentava: «A luta racista do nacional-socialismo e do fascismo não é, no fundo, senão uma luta anticapitalista conduzida [...] de uma maneira errada na teoria, mas justa na prática. [... ... ...] Nós, marxistas, podemos ter uma visão mais clara, *incluindo* o antijudaísmo no anticapitalismo»[61]. Deve ser motivo de reflexão que estas aberrações tivessem surgido tanto num meio político que considerava estar situado na extrema-esquerda do leninismo como noutro que pretendia ter ultrapassado o trotskismo pela esquerda. Parece ser impossível a certas correntes ideológicas possuírem uma efectiva esquerda. Mas regressemos a Ruth Fischer e aos dissídios internos do comunismo alemão.

O que na verdade interessava à dirigente da ala esquerda era uma atitude nacionalista, que identificasse o inimigo não como uma classe social, mas como uma nação adversa. «O imperialismo francês é agora o maior perigo mundial. A França é o país da reacção. [...] Só ligado à Rússia [...] é que o povo alemão pode expulsar o capitalismo francês da bacia do Ruhr»[62]. Contudo, para que a estratégia nacional-bolchevista do Komintern e do Partido Comunista da Alemanha obtivesse resultados seria necessário que a extrema-direita manifestasse igual empenho.

O discurso sobre «o viajante do nada» recebeu um acolhimento interessado em vários meios da extrema-direita radical, incluindo os racistas[63]. É certo que entre os nazis Rosenberg reagiu negativamente às palavras de Radek, reafirmando o anti-semitismo e recordando que a destruição do bolchevismo era o objectivo fundamental, e Hitler tomou uma atitude semelhante, como se percebe pela leitura de *Mein Kampf*[64]. Mas outros sectores do NSDAP mostraram-se receptivos ao diálogo e os nacionais-socialistas de Estugarda convidaram mesmo Hermann Remmele, o dirigente e deputado comunista, a intervir num debate[65]. O verdadeiro eco ao discurso de Radek, porém, soaria quase dois anos e meio depois, na carta aberta endereçada por Goebbels a um «caro amigo da esquerda». A discordância entre comunistas e nacionais-socialistas, afirmou o mestre da propaganda, que era então um dos fiéis de Gregor Strasser e não começara ainda a caçar por conta de Hitler

---

[60] B. Rizzi [1939] 294-296.
[61] Id., ibid., 295-296, 299 (sub. orig.).
[62] Citada em O. K. Flechtheim (1972) 119 e, parcialmente, em E. Nolte (1989) 99.
[63] J. P. Faye (1980) 98.
[64] A. Hitler (1995) 620.
[65] K. Heiden (1934) 117-118, 128.
Veja-se a este respeito H. Weber (1979) 54 n. 104.

nas coutadas do populismo, não dizia respeito às reivindicações de carácter social, pois «ninguém que pense honestamente pretenderá hoje negar a razão de ser dos movimentos operários» e «já não é necessário discutir se é justificada a reivindicação dos assalariados alemães para obterem uma compensação social, tal como não necessitamos de discutir se a plebe sem direito de voto pode ou deve viver». O confronto entre as duas correntes políticas incidia apenas na questão do nacionalismo e do internacionalismo e, quanto a este assunto, era o «caro amigo» comunista quem estava equivocado, pois o pan-eslavismo tornara-se o verdadeiro carácter da Rússia bolchevista. Não existiam mais traços de internacionalismo no país dos sovietes, mas exclusivamente um nacional-bolchevismo. Quanta ironia histórica estava subjacente às palavras de Goebbels! Os dirigentes comunistas haviam-se esforçado por persuadir os nacionalistas a encaminharem-se em direcção ao movimento operário, e agora o futuro gauleiter de Berlim anunciava que era o próprio proletariado russo quem tinha sido arrebatado pelos ideais nacionalistas. A partir daqui podia chegar-se à conclusão verdadeiramente interessante. Se o nacional-bolchevismo negara o internacionalismo, ele devia igualmente combater os Judeus, cosmopolitas e dissolutores da ideia de nação. «O Judeu num Estado nacional-bolchevista é um absurdo». Empregando uma lógica impecável, o Doutor Goebbels anunciou o anti-semitismo como a sequência natural do nacional-bolchevismo e convidou o «caro amigo da esquerda» a juntar a sua acha às novas fogueiras[66], da mesma maneira que Ruth Fischer o havia feito.

Na segunda metade de 1923, porém, os comunistas não encontraram entre a direita radical o apoio que se haviam esforçado por suscitar, e que compensasse a falta de ânimo do operariado para se lançar em acções desesperadas[67]. Se a frente comum com a social-democracia pouco ajudava na preparação dos planos insurreccionais, o alheamento da grande parte dos activistas da extrema-direita e a falta de um empenho efectivo dos restantes comprometeram os anseios revolucionários do Komintern. Em 1923 foram os nazis fanaticamente anticomunistas da Baviera, chefiados por Hitler, a tentar um golpe revolucionário, e não a direita populista do norte da Alemanha, de simpatias nacionais-

[66] A carta aberta de Joseph Goebbels foi publicada com o título «Nationalsozialismus oder Bolschewismus?» nas *N-S Briefe* de 25 de Outubro de 1925, e encontra-se antologiada em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 127-129.

[67] Em Outubro de 1923, devido a circunstâncias descritas de maneira diferente por O. K. Flechtheim (1972) 127 e H. Weber (1972) 306-307, o levantamento armado só ocorreu em Hamburgo. Comentando o fracasso da insurreição nesta cidade, observa o agitador comunista Richard Krebs, que escreveu sob o pseudónimo de Jan Valtin (1948) 95: «A massa dos grevistas não parecia de modo algum desejosa de colmatar as brechas das nossas fileiras. Enquanto a vanguarda comunista combatia com todo o ardor, a multidão, por seu lado, mantinha-se tranquila. Talvez os operários não desejassem uma revolução».

bolchevistas. No final de Outubro o KPD desactivou a sua planeada insurreição[68]. A intentona frustrada da cervejaria não liquidou apenas a estratégia insurreccional de Hitler, mas assinalou igualmente o fracasso das esperanças do Partido Comunista de mobilizar a extrema-direita em seu redor. Todavia, a derrota desta opção política de modo algum pôs em causa as aspirações nacionais-bolchevistas do comunismo germânico.

Em Abril de 1924, no 9° Congresso, a facção de Ruth Fischer e de Arcadi Maslow assumiu a direcção do KPD. Nesta ocasião Clara Zetkin observou lucidamente que a nova maioria simpatizava tanto com o esquerdismo contrário à actividade parlamentar como com os fascistas anti-semitas, e um interveniente no congresso denunciou a existência de algumas correntes hostis aos Judeus no interior do partido[69]. Foram avisos em vão. Os novos dirigentes do KPD não só encerraram quaisquer veleidades de se estabelecer uma frente única com a social-democracia, como apresentaram enquanto tarefa principal a liquidação completa do SPD[70]. Aliás, por ocasião dos combates de rua as milícias comunistas, a RFB, batiam-se então sobretudo com as milícias sociais-democratas, a Reichsbanner, evitando durante este período o confronto com os nacionalistas conservadores do Stahlhelm e com as SA nazis[71]. Esta política de aliança, pelo menos objectiva, com as forças fascistas e de concentração dos ataques na social-democracia, que continuava a ser o principal partido actuante entre a classe operária[72], foi acompanhada por uma das mais extraodinárias peripécias ideológicas do bolchevismo internacional. O 9° Congresso considerou a social-democracia como uma «fracção do fascismo»[73], seguindo o rumo anunciado já pelo *presidium* do comité executivo do Komintern, que em Janeiro desse ano havia definido do mesmo modo os dirigentes do SPD[74]. Deveu-se a Zinoviev, que naquela época era ainda a figura cimeira do Komintern, a tese que classificava a social-democracia como uma parte constitutiva do fascismo[75]. Esta substituição da dialéctica pelas acrobacias verbais era necessária para apresentar à classe trabalhadora uma orientação que privilegiava o ataque a um partido de base operária ao mesmo tempo que procurava seduzir a extrema-direita. Iniciou-se assim uma das mais nefastas posturas doutrinárias da Terceira

[68] O. K. Flechtheim (1972) 126-127.
[69] H. Weber (1979) 340 n. 39.
[70] O. K. Flechtheim (1972) 135.
[71] Id., ibid., 152-153.
[72] Id., ibid., 243-253; H. Weber (1972) 328; id. (1979) 294.
[73] O. K. Flechtheim (1972) 243-253; H. Weber (1972) 328; id. (1979) 294.
[74] O. K. Flechtheim (1972) 136; H. Weber (1979) 76.
[75] O. K. Flechtheim (1972) 138.

Internacional, que viria a assumir expressões ainda mais paradoxais na época em que os nazis começaram a acercar-se efectivamente do poder.

Em meados de 1925 precipitou-se a crise na direcção de Ruth Fischer e Maslow, e em Julho reuniu-se o 10° Congresso, marcado pelas pressões do Komintern no sentido de levar os chefes do KPD a confirmarem a recente adopção de uma linha um pouco mais moderada, que correspondesse às orientações então prevalecentes no Partido Comunista soviético e, acima de tudo, aos novos interesses da política externa da URSS[76]. O afastamento de Ruth Fischer e de Maslow, no Outono desse ano, não implicou uma mudança da ala hegemónica do partido, mas unicamente a exclusão de pessoas em quem os dirigentes soviéticos haviam deixado de confiar[77]. Na nova direcção continuaram a deter a maioria antigos partidários de Ruth Fischer[78], e o lugar cimeiro coube àquele que fora o braço direito dos dois chefes excluídos, Ernst Thälmann[79], que de então em diante presidiria inamovivelmente a todas as oscilações da linha do partido. Durante três anos parece terem-se suspendido as tentativas de obter o apoio da extrema-direita para aventuras insurreccionais contra a república, e retomaram-se algumas experiências de frente única com a social-democracia, incluindo até acordos de cúpula entre os dois partidos. Mas tratou-se, afinal, de acções isoladas que, apesar de certos êxitos episódicos, não deram lugar a qualquer alteração efectiva e sistemática das estratégias de ambas as forças políticas[80]. Assim, embora se tivesse interrompido a vocação nacional-bolchevista que prevalecera nos anos anteriores, não se prosseguiu de maneira coerente a outra alternativa, a frente comum com o Partido Social-Democrata. O KPD atravessou desde o final de 1925 até ao final de 1928 uma fase de indefinição estratégica. Esta situação, todavia, não impediu o 11° Congresso, realizado em 1927, de pretender que existiam «pontos de contacto» entre o fascismo e a social-democracia[81], do mesmo modo que Zinoviev havia já denunciado o SPD como «fascista» na carta que, dois anos antes, endereçara ao 10° Congresso dos comunistas alemães[82]. E em Setembro de 1928 um dos principais ideólogos do partido vituperava à

---

[76] H. Weber (1972) 321; id. (1979) 108.

[77] O. K. Flechtheim (1972) 157 e segs.; H. Weber (1979) 119-125.

[78] O. K. Flechtheim (1972) 165-167; H. Weber (1979) 126 e segs.

[79] O. K. Flechtheim (1972) 167-168.

Id., ibid., 114 e 131-132 mostra que, por ocasião do combate contra a direcção de Brandler e Thalheimer, fora Thälmann um dos mais estreitos aliados de Ruth Fischer, a qual o ajudou então a prosseguir a sua ascensão no partido. Aliás, foi no 9° Congresso, que marcou a vitória de Ruth Fischer e Maslow, que Thälmann entrou para o *bureau* político (ver a pag. 140).

[80] Id., ibid., 168, 171-172.

[81] Id., ibid., 182.

[82] Id., ibid., 162.

social-democracia «uma tendência cada vez mais evidente para o social-fascismo»[83]. Mantinham-se os pretextos ideológicos necessários para, em qualquer momento, se concentrarem de novo os ataques no Partido Social-Democrata e para se regressar ao inevitável complemento dessa política, a abertura à extrema-direita. Foi o que sucedeu a partir do final de 1928.

À medida que os nazis se aproximaram do poder, a direcção do Partido Comunista descobriu que eles representavam uma forma de capitalismo mais avançada do que a social-democracia, e por conseguinte, em nome da dialéctica marxista e das leis do progresso social, que o radicalismo nazi devia ser apoiado contra o reformismo social-democrata. Que futuro radioso! Segundo os ditames da história, tal como eram concebidos em Moscovo e no edifício Karl Liebknecht de Berlim, a tomada do poder pelos nacionais-socialistas não passaria de um breve interlúdio, uma fase de transição necessária para a inauguração da etapa seguinte, ocupada plenamente pelo Partido Comunista e pelo seu singular comunismo[84]. Georgi Dimitrov, que estava então à frente do secretariado do Komintern para os países da Europa central, teria explicado a um dos seus agentes: «O maior obstáculo no caminho da revolução proletária é o Partido Social-Democrata. A nossa única tarefa consiste em destruir a sua influência – e depois disso lançaremos Hitler, com a sua escumalha da ralé, no lixo da história»[85]. O 12º Congresso do KPD, efectuado em Junho de 1929, considerou a social-democracia como a vanguarda do fascismo, o principal factor do seu desenvolvimento e a sua modalidade mais perigosa e agressiva, tanto internamente como na política estrangeira[86]. Um dos intervenientes chegou mesmo a admitir que, tal como a Itália era o país clássico do fascismo, a Alemanha era o país clássico do social-fascismo[87]. Sendo a forte presença do SPD, naqueles derradeiros anos da república de Weimar, interpretada pelos dirigentes comunistas como uma forma de realização do fascismo, a luta contra o Partido Social-Democrata assumia a prioridade relativamente ao combate ao nazismo[88].

---

[83] Citado por H. Weber (1979) 232.

[84] K. Heiden (1934) 300; W. L. Shirer (1995) I 201; H. Weber (1972) 323.

[85] Citado em J. Valtin (1948) 221-222.

Jan Valtin era o pseudónimo que encobria um antigo agente do Komintern, Richard Krebs. Embora me pareça muito duvidosa a forma como ele apresentou alguns episódios da sua vida, nomeadamente os que dizem respeito às relações com a Gestapo, não vejo razão para pôr em causa outros aspectos destas memórias. Aliás, D. J. Dallin (1956) 50, 126-127 e 408 usa o testemunho de Valtin para descrever a actuação clandestina do Komintern. O livro de David Dallin sobre a espionagem soviética é um produto típico da Guerra Fria, mas o autor parece-me sempre cuidadoso com as fontes.

[86] O. K. Flechtheim (1972) 194-195, 196; H. Weber (1979) 236, 242.

A propósito das polémicas que esta orientação suscitou no interior do KPD ver J. Valtin (1948) 209.

[87] H. Weber (1979) 242.

[88] O. K. Flechtheim (1972) 200-202; H. Weber (1972) 318; id. (1979) 243-244, 249.

Como declarou no final de 1931 o representante do Komintern junto ao Partido Comunista alemão, «só se pode lutar contra o fascismo conduzindo uma luta mortal contra a social-democracia»[89].

Um antigo agente da Internacional Comunista pretende, nas suas memórias, que muitos membros do partido, embora sem violarem abertamente a disciplina, opuseram subrepticiamente uma resistência obstinada àquelas directivas[90]. E, com efeito, um dos historiadores mais versados neste tema escreve que «quando certas organizações de base do partido [...] se comprometiam com o SPD numa acção comum contra o fascismo eram repreendidas pela direcção do KPD. [...] A direcção do KPD preveniu os membros do partido: qualquer tentativa "mesmo que somente de entabular negociações" com os sociais-democratas [...] corresponderia a "uma traição e exigiria a aplicação das mais rigorosas medidas de disciplina partidária contra aqueles que fossem culpados de tais actos"». O mesmo autor acrescenta: «Seis meses antes da chegada de Hitler ao poder o secretariado do comité central declarou numa circular que o SPD continuava a ser, tal como antes, o "principal apoio da burguesia" e que qualquer acordo entre as direcções do KPD e do SPD a respeito de manifestações e de acções comuns era "inadmissível"»[91].

Nesta encruzilhada de paradoxos, classificar a social-democracia como «social-fascismo» foi a condição ideológica necessária para que os comunistas retomassem plenamente a estratégia nacional-bolchevista. Estes dois duplos conceitos aberrantes justificavam-se mutuamente, e o Partido Comunista fez seus os temas nacionalistas propalados pelo nazismo e esforçou-se por lhes dar um tom ainda mais bombástico[92], tentando ao mesmo tempo ultrapassar Hitler pela direita e a social-democracia pela esquerda.

A definição dessa estratégia é indissociável da figura do jovem Heinz Neumann, um dos mais curiosos e pouco estudados agentes do Komintern, especialista em insurreições armadas. Os resultados catastróficos da sua actuação na China não o impediram de beneficiar da plena confiança de Stalin, tornando-se o seu representante pessoal no interior do KPD. Por detrás de Thälmann e dos outros dirigentes mais conhecidos do grande público foi na realidade Neumann quem orientou o partido desde Outubro de 1928 até Outubro de 1932, encaminhando-o numa perspectiva decididamente nacionalista e virada para o diálogo

[89] Citado em H. Weber (1972) 318 e (1979) 249.
[90] J. Valtin (1948) 273.
[91] H. Weber (1972) 320-321; id. (1979) 251.
[92] O. K. Flechtheim (1972) 209-211; H. Weber (1979) 252-253.

e o estreitamento das alianças com a extrema-direita radical[93]. Como recorda um antigo agente do Komintern, que viveu tudo isto, nas eleições de Setembro de 1930 «os comunistas combatiam os socialistas, os socialistas lutavam contra as milícias de Hitler e a guarda hitleriana batia-se contra os comunistas»[94]. E no começo do ano seguinte, «de comum acordo, os partidários de Stalin e de Hitler concluíam tréguas sempre que se tratava de lançar expedições contra as assembleias e as manifestações da frente democrática, ou de impedir que elas se realizassem. No decurso de 1931 participei em dezenas de iniciativas terroristas deste género, na companhia de elementos nazis muitíssimo duvidosos»[95]. Aliás, o autor dá vários exemplos de reuniões do Partido Social-Democrata ou dos liberais que tiveram de ser encerradas devido à acção conjunta de brigadas de choque comunistas e nazis, tanto em 1931 como em 1932[96]. As milícias do NSDAP e do KPD podiam espancar-se e assassinar-se reciprocamente, mas ao mesmo tempo encontravam um terreno comum sempre que se tratava de atacar os sociais-democratas.

Eram muitos os elogios que então se ouviam de um para o outro extremo do espectro político. Em 1929 uma revista em língua alemã editada na União Soviética enaltecia a direita nacional-bolchevista, invocando uma comum atitude anti-imperialista perante o grande capital ocidental[97]. Muito mais importante do que estes abraços à distância foi, em 1931 e 1932, a tentativa do KPD de mobilizar em seu redor um movimento camponês que se situava exactamente no quadro do nacionalismo revolucionário[98]. E não eram apenas as franjas mais extremistas da direita, posicionadas além do hitlerismo, que o KPD cortejava, porque a NSBO, a organização operária do partido nazi, deu o seu apoio à greve dos metalúrgicos de Berlim, desencadeada pelos comunistas em Outubro de 1930[99]. Em troca, os comunistas juntaram em Agosto do ano seguinte os seus votos aos do NSDAP e das milícias do Stahlhelm num referendo contra a social-democracia na Prússia[100], e o comité executivo do Komintern exerceu pressões directas no mesmo sentido[101]. Estas aproximações progressivas culminaram na votação conjunta dos deputados do KPD e do

---

[93] Acerca da actuação de Heinz Neumann no KPD ver J. P. Faye (1980) 423-426 e 449. Quanto às datas em que Neumann assumiu a direcção efectiva do partido e foi dela afastado ver O. K. Flechtheim (1972) 188, 199 e 218.

[94] J. Valtin (1948) 245.

[95] Id., ibid., 273.

[96] Id., ibid., 274-275, 386.

[97] J. P. Faye (1980) 238.

[98] Id., ibid., 327-328.

[99] Id., ibid., 448.

[100] Id., ibid., 424; O. K. Flechtheim (1972) 212-213.

[101] J. Valtin (1948) 275-276; H. Weber (1972) 323; id. (1979) 253.

NSDAP, destinada a derrubar o governo de von Papen, naquela sessão parlamentar de 12 de Setembro de 1932 tão memorável pelo ridículo como pelo seu significado político[102].

Uma vez mais, a abertura aos nacionais-socialistas foi o corolário de uma estratégia insurreccional, e os dirigentes do KPD começaram a fazer preparativos para uma acção armada de envergadura, formando grupos de combate clandestinos e convocando secretamente conselheiros militares e especialistas de revoluções urbanas[103]. A organização militar clandestina, que a seguir a 1923 sofrera uma forte redução no número de quadros, foi reestruturada e ampliada em 1928 e 1929[104]. Mas dentro de muito pouco tempo se verificaria a inanidade disto, e de tudo o resto.

Em Outubro de 1932 tornou-se público que Neumann caíra em desgraça e fora afastado do Politburo[105], mas a orientação ultra-nacionalista que ele preconizara não deixou por isso de se manter em vigor, a tal ponto que – embora isto nos possa hoje parecer espantoso – a declaração oficial do partido anunciava que «o camarada Heinz Neumann e o seu grupo procuravam [...] subestimar o fascismo e moderar a luta de princípios contra a social-democracia»[106]. A menos de quatro meses da nomeação de Hitler para a chancelaria do Reich, aqueles mestres do materialismo histórico decobriam que Neumann, apesar de todo o seu afã nacional-bolchevista, não fora suficientemente activo nos ataques contra o Partido Social-Democrata! Durante o pouco tempo que ainda lhe restava o KPD, recorrendo a um nacionalismo extremo, continuou a namorar os radicais da direita. A greve dos transportes públicos da capital, que os comunistas convocaram de 3 a 7 de Novembro daquele ano em oposição aos sindicatos sociais-democratas, contou com a colaboração activa dos nazis, organizando os dois partidos piquetes comuns[107], «o que teve como consequência desgostar a tal ponto a maioria dos membros dos sindicatos que se modificou a atitude de uma grande parte da população e a greve terminou passados cinco dias»[108]. Não faltaram então, na esquerda internacionalista, vozes a prevenir que o Partido Comunista estava a ajudar os nazis a obterem o poder[109]. Mas não era isto mesmo que aquela estranha

---

[102] A. Bullock (1972) 226-227; J. P. Faye (1980) 586; K. Heiden (1934) 310; W. L. Shirer (1995) I 185-186.

[103] O. K. Flechtheim (1972) 214.

[104] H. Weber (1979) 302 n. 190.

[105] Id. (1972) 325; id. (1979) 256.

[106] Citado por id. (1979) 256.

[107] A. Bullock (1972) 229-230; J. P. Faye (1980) 447, 449; K. Heiden (1934) 311-312; W. L. Shirer (1995) I 187; J. Valtin (1948) 394.

[108] O. K. Flechtheim (1972) 219-220.

[109] J. P. Faye (1980) 425.

dialéctica pretendia, quando supunha que a Hitler sucederiam rapidamente os afilhados de Stalin?

Até Janeiro de 1933, em momento algum se interromperam os contactos pessoais e o vaivém ideológico entre a corrente mais radicalmente populista do nacional-socialismo e os membros do KPD mais propensos à acção nacionalista, e a troca de militantes entre ambos os campos atingiu proporções muito consideráveis[110]. Ao sabermos que no Partido Comunista, entre 1930 e 1932, os abandonos e as novas adesões chegaram a uma taxa superior a 50% dos membros[111], podemos avaliar em que medida a organização era permeável a inspirações ideológicas estranhas, e ao mesmo tempo contribuía para influenciar outras esferas políticas. «Não é talvez exagerado admitir», calcula um especialista, «que no período compreendido entre 1920 e 1933 passaram sucessivamente pela organização do KPD um milhão de operários, a maioria dos quais, no entanto, teve apenas uma breve participação na vida do partido»[112]. E o mesmo autor observa que, «em comparação com o SPD, o KPD revela uma flutuação dos membros incomparavelmente mais elevada»[113]. A instabilidade da base militante do Partido Comunista parece ter sido uma condição das suas oscilações políticas e ideológicas. Talvez seja exacto que as grandes massas trabalhadoras repudiavam a estratégia nacional-bolchevista seguida pelos dirigentes comunistas[114], e que os próprios filiados de base desejavam a constituição de uma frente comum com a social-democracia para lutar contra o nazismo[115], mas são as repercussões daquela orientação na esfera dos militantes mais activos e dos chefes políticos que importa aqui considerar.

Em Julho de 1930, quando Otto Strasser rompeu com Hitler e fundou a Comunidade de Combate dos Nacionais-Socialistas Revolucionários, proclamando que «os socialistas abandonam o NSDAP», um dos seus apoiantes, Pagel, que mantinha excelentes relações com os comunistas, ameaçou repetidamente desencadear uma segunda cisão e levar para o KPD os membros da ala mais extrema da nova organização[116]. Com efeito, vários deles

---

[110] Id., ibid., 485 n.
[111] H. Weber (1979) 31.
[112] Id., ibid., 298.
[113] Id., ibid., 299.
[114] F. Neumann (1943) 248-249.
[115] H. Weber (1979) 249.
Porém, a propósito do apoio prestado pelo KPD aos nazis e às demais forças da extrema-direita no referendo de 1931 contra o governo social-democrata da Prússia, id., ibid., 253, depois de recordar que a direcção comunista se opusera inicialmente ao referendo e mudara de posição devido às pressões do Komintern, esclarece que «muitos dos votantes habituais no KPD recusaram-se a aderir a esta viragem política. [...] Pelo contrário, entre os membros do KPD a nova decisão quanto à participação no referendo não encontrou praticamente oposições».
[116] J. P. Faye (1980) 136, 144.

integraram-se no Partido Comunista[117]. Pela mesma altura, outros representantes da franja extrema do nacional-bolchevismo denunciaram Otto Strasser como sendo o principal obstáculo a um estreitamento das relações com o KPD, que eles reputavam necessário desde que o marxismo dos comunistas alemães fosse definitivamente expurgado pela inspiração nacionalista do racismo radical[118]. Werner Lass, fundador de ligas de extrema-direita e que neste espaço político evoluiu para as formas mais avançadas de nacional-bolchevismo, podia no começo de 1929 receber confidências de dirigentes importantes do NSDAP acerca da falta de disciplina reinante em certos organismos nazis, sem que esta intimidade o impedisse em 1931 de estar muito próximo da corrente mais nacionalista do KPD[119]. E Beppo Römer, antigo combatente na Alta Silésia e que fora em 1919 um dos fundadores do corpo franco Oberland, usado no massacre da República dos Conselhos da Baviera, circulou depois entre os vários grupúsculos defensores de variantes extremas do nacional-bolchevismo, mantendo ao mesmo tempo contactos muito estreitos com o Partido Comunista, no qual acabou por se filiar em meados de 1932[120]. No interior do KPD o grupo que melhor reflectia as inquietações da orla mais radical da extrema-direita nacionalista e as transmutava na linguagem própria do comunismo soviético constituíra-se em torno de Richard Scheringer, um tenente do exército julgado e condenado em 1930 por propaganda nazi no interior das forças armadas. Mas na cadeia Scheringer rompera com Hitler, em virtude da estratégia estritamente legalista que este então preconizava e que inspirara o seu testemunho no tribunal. Assim, a passagem de Schering do NSDAP para o KPD, em Março de 1931, não ficou a dever-se a qualquer modificação dos seus ideais nacionalistas originários, mas, pelo contrário, à convicção de que eles podiam ser melhor servidos entre os comunistas do que entre os hitlerianos. Em redor de Scheringer e da nova revista que ele animou, *Aufbruch,* juntaram-se outros membros do KPD, também eles oriundos da extrema-direita radical, como por exemplo Bruno von Salomon e Bodo Uhse. Mas a revista atraía igualmente gente que se mantivera no outro extremo, naqueles grupúsculos posicionados além da franja radical do nacional-socialismo[121]. Não faltava nenhuma condição para que os temas e as práticas de um lado se reflectissem permanentemente no outro.

---

[117] J. Droz [s. d.] 17, 18.

[118] J. P. Faye (1980) 140-142.

[119] Id., ibid., 237, 238.

[120] Id., ibid., 145, 421; D. Reed (1944) 123.

[121] Acerca de Scheringer e do grupo formado em seu redor no interior do KPD ver J. P. Faye (1980) 237, 330, 334-335, 405-422, 435 e 617. D. Reed (1944) 124 pretende que em 1932 Schering teria rompido com o Partido Comunista e dado a sua adesão à facção de Otto Strasser.

A ala populista do nazismo só se pôde sustentar enquanto existiu um Partido Comunista que lhe serviu de inimigo e, ao mesmo tempo, de interlocutor. Durante toda a república de Weimar, a bem dizer desde o primeiro dia da revolução de Novembro, que a classe trabalhadora na Alemanha oscilou entre o internacionalismo e a apologia de um nacionalismo radical. Ou seja, balançou entre o desejo de aproximar os comunistas de uma social-democracia reformista e cosmopolita, sob o pretexto da unidade das forças de esquerda, e a sedução por fazê-los convergir com a ala populista do nacional-socialismo, invocando o argumento da unidade contra o capital estrangeiro.

A situação de Röhm à frente das SA, e de Gregor Strasser enquanto segundo personagem do NSDAP e chefe do seu sector organizativo, não encontra justificação no estado-maior do exército nem nos salões dos grandes industriais e da alta finança. Foram as ilusões nacionalistas do comunismo, expressão das esperanças que inúmeros trabalhadores depositavam no aparelho de Estado, que sustentaram, do outro lado da barreira, a ala populista do nazismo.

O triunfo absoluto de Hitler em Janeiro de 1933 desorganizou completamente a classe trabalhadora na Alemanha e quebrou a espinha dorsal a quaisquer veleidades de radicalismo operário. De então em diante, perante o racismo revolucionário de Hitler só existiu o nacionalismo conservador. Nesta nova dinâmica política fortaleceram-se o Führer e os SS, mas não era este o espelho em que as SA e os demais populistas podiam mirar-se. Röhm e as suas camisas castanhas, e o que restava no partido dos seguidores dos irmãos Strasser, ficaram historicamente inúteis. Estavam condenados.

4

Na origem imediata do NSDAP não se encontrou qualquer articulação entre correntes socialistas, ou sindicalistas, e facções do nacionalismo radical. Na Alemanha a fusão do tema do movimento operário com o tema do imperialismo, que constituía o quadro ideológico dos fascismos, fora já efectuada antes de Adolf Hitler ter chegado à capital bávara.

O serralheiro Anton Drexler, operário dos caminhos de ferro e antigo social-democrata, criara em Munique, em Março de 1918, o Comité dos Operários Livres,

destinado a combater o marxismo no campo sindical e a defender as exigências alemãs na guerra mundial. Uma actuação política baseada na classe trabalhadora, mas declaradamente contra-revolucionária e ao serviço de um nacionalismo agressivo – tínhamos ali os ingredientes principais do fascismo. O Comité era pequeníssimo e jamais ultrapassou as quatro dezenas de membros, mas filiava-se num movimento muito mais vasto estabelecido no norte do país, a Associação para a Promoção da Paz segundo as Orientações da Classe Trabalhadora. O nome não era curto, mas tinha a vantagem de ser programático. A paz a que se fazia referência não se assemelhava à dos pacifistas, muito menos à dos internacionalistas, era a paz do estado-maior, aquela a que o imperialismo germânico se sentia com direito. E o principal objectivo da propaganda fascista consistia precisamente em demonstrar que as facções conservadoras das classes dominantes eram demasiado débeis para sustentar a expansão nacional, de maneira que o imperialismo teria de assentar numa nova base, fornecida pela classe trabalhadora. Em Janeiro de 1919 Drexler e os seus amigos fundiram-se com outro grupúsculo de orientação similar, dando origem ao Partido Operário Alemão[122]. Foi a este pequeníssimo círculo político que Hitler dedicou o seu talento oratório e a sua capacidade organizativa, transformando-o em Abril de 1920 no Partido Operário Alemão Nacional-Socialista e levando-o ao destino que se conhece.

Se os ingredientes do fascismo existiam e já estavam reunidos na Alemanha durante o final da primeira guerra mundial, nem por isso a confluência do movimento operário e do nacionalismo deixou de se reproduzir depois, tanto a partir da esquerda como da direita. O que mostra que o fascismo não foi uma criação esporádica, mas um movimento continuamente renovado, uma rede que de cada vez se tecia, envolvendo parte da direita nacionalista e parte do operariado revolucionário, e dando-lhes nesta fusão política uma nova perspectiva e novos métodos de acção. Em suma, o fascismo resultou de uma tensão permanente que atravessava de um lado ao outro as hierarquias sociais e lhe permitia de cada vez renascer, em formas sempre variadas, porém, sempre iguais. O fascismo não formou organizações delineadas e bem demarcadas, mas movimentos fluidos e renováveis. Esta foi a sua originalidade – e o seu perigo.

Será crível que durante a revolução conselhista na Baviera Adolf Hitler tivesse andado de braçadeira vermelha e procurado ligar-se ao USPD e aos comunistas, sendo preso pelas forças militares que derrotaram o movimento, e libertado só graças à intervenção de alguns dos seus antigos comandantes[123]? Mais tarde, no meio político favorável a Otto

[122] J. P. Faye (1980) 506; K. Heiden (1934) 4, 6; W. L. Shirer (1995) I 40.
[123] D. C. Watt (1995) xx.

Strasser sustentava-se que Hitler, enquanto membro do exército, não teria conseguido permanecer em Munique durante o regime conselhista sem estar às ordens do comando revolucionário, e insinuava-se que ele teria colocado então a braçadeira vermelha[124]. O certo é que um percurso semelhante ocorreu com figuras menores. Hermann Esser, por exemplo, que no Terceiro Reich se tornou ministro do governo bávaro, fundara em Novembro de 1918, em Kempten, um conselho de estudantes revolucionários e participara num conselho de soldados. Em 1919 colaborava num jornal socialista, mas ainda nesse ano passou para o serviço de imprensa da Reichswehr, onde depressa Hitler o conheceu e começou a utilizar as suas capacidades jornalísticas e oratórias[125], bem como o seu anti-semitismo escandaloso[126]. No interior do NSDAP, porém, não foi em torno do futuro Führer que convergiram as antíteses formadoras do nacional-bolchevismo, mas do lado oposto, em redor dos dirigentes nazis que mais se opunham à orientação defendida por Hitler.

O general Ludendorff, ao longo da década de 1920, distanciou-se progressivamente das posições políticas assumidas pelos altos comandos militares e afirmou uma propensão populista[127]. Mas ele embrenhava-se ao mesmo tempo num misticismo racista que tirava às suas novas opções a agudeza prática e que pouco a pouco constituiu a sua preocupação predominante. No interior do NSDAP foram Gregor Strasser, e até Julho de 1930 também o seu irmão Otto, a chefiar aqueles que, invocando a vocação operária do partido, pretendiam orientá-lo de frente para os trabalhadores revolucionários, em choque e diálogo simultâneos. Aliás, Gregor Strasser havia sido em 1924 um próximo colaborador de Ludendorff, quando o general encabeçou uma orientação divergente da seguida por Hitler[128]. Esta indissolubilidade do confronto e da atracção produziu os seus frutos.

Foi essa a época em que o NSDAP parecia dividir-se em dois partidos, um dirigido por Hitler a partir de Munique, e o outro, no norte do país, comandado por Gregor Strasser. O perfil desta segunda tendência definiu-se mais claramente no congresso que em Novembro de 1925, em Hanover, reuniu os dirigentes nazis da Alemanha do Norte. Aí, Strasser mostrou-se disposto a apoiar as greves comunistas, se isto contribuísse para enfraquecer o regime de Weimar. Nesta visão os nazis e os comunistas convergiriam no ataque à república burguesa[129].

---

[124] D. Reed (1944) 53-55.
[125] K. Heiden (1934) 25.
[126] A. Bullock (1972) 82.
[127] K. Heiden (1934) 178.
[128] Id., ibid., 184, 193.
[129] Id., ibid., 206-207.

Nos últimos meses de 1925 e no começo de 1926 os sociais-democratas e os comunistas conduziam a agitação a favor do confisco das vastas propriedades e dos bens das antigas famílias soberanas. Gregor Strasser defendia que o NSDAP votasse ao lado dos dois partidos marxistas no referendo que ia decidir a questão e, aproveitando este pretexto para pôr globalmente em causa a estratégia de Hitler, propunha também a remodelação do programa económico nazi, reivindicando a nacionalização das grandes indústrias e dos latifúndios e a substituição do parlamento por uma câmara corporativa. As manobras de Hitler no interior do partido alcançaram-lhe, embora a custo, uma maioria que bloqueou as pretensões de Strasser e da ala populista[130]. No norte da Alemanha, porém, os Strasser continuavam a resistir às pressões do Führer e a aplicar a linha política de abertura aos comunistas. Em Março de 1929, no mesmo dia em que Hitler pronunciou um discurso tentando captar as boas graças dos altos comandos militares, Gregor Strasser apoiou no parlamento uma moção de desconfiança apresentada pelo Partido Comunista contra o general Groener, ministro da Reichswehr[131]. Só em Outubro de 1930 é que, pela primeira vez, Hitler apoiou a participação dos nazis numa greve, que havia sido desencadeada pelos metalúrgicos de Berlim. Num artigo publicado nesta ocasião no *Völkischer Beobachter* o Führer pronunciou-se contra os lucros excessivos do grande patronato[132]. Vivia-se então sob o regime autoritário do chanceler Brüning, que governava por decreto, com autorização de uma pequena maioria parlamentar contra a qual haviam votado, junto com os comunistas, os nazis e os nacionais-alemães[133].

Na segunda metade de 1932 Hitler aproximou-se inelutavelmente da chancelaria. Apoiou primeiro o governo conservador de von Papen, para mostrar em seguida que o chanceler não conseguia sobreviver sem o auxílio dos nazis. A 12 de Setembro, numa altura em que o Führer apostava tudo no descrédito do governo e na sua queda, que lhe abriria enfim o caminho do poder, os deputados nazis somaram os seus votos aos dos comunistas quando estes apresentaram uma moção de censura[134]. E poucos dias antes das eleições de 6 de Novembro de 1932 o NSDAP juntou-se ao Partido Comunista na greve dos trabalhadores dos transportes públicos de Berlim, contra a qual se tinham pronunciado o Partido Social-Democrata e os seus sindicatos[135]. A derradeira oportunidade do conservadorismo clássico encontrava-se frustrada. Só os métodos revolucionários de Hitler poderiam impor na

---

[130] W. L. Shirer (1995) I 137-138.
[131] K. Heiden (1934) 260-261.
[132] Id., ibid., 281-282.
[133] Id., ibid., 296-297.
[134] K. Heiden (1934) 310; W. L. Shirer (1995) I 185-186.
[135] O. K. Flechtheim (1972) 219-220; K. Heiden (1934) 311-312; W. L. Shirer (1995) I 187.

Alemanha a ordem por que as facções políticas tradicionais da classe dominante ansiavam, mas que eram incapazes de estabelecer. O Führer lançava nas ruas, quando e como queria, as milícias do partido, podendo causar uma perturbação permanente, ou assegurar com elas a ordem mais estrita. Com esta dupla capacidade, Hitler ocupou então o fulcro da cena política. Seria dele a chancelaria.

Mas não ainda. O último obstáculo que se opôs à ascensão do fascismo ao poder foi também um fascismo, e esta similaridade dos dois termos da alternativa mostra como era já irresistível a escolha.

A 2 de Dezembro de 1932 o general Kurt von Schleicher foi nomeado chanceler e duas semanas depois, num discurso radiodifundido, prometeu conjugar a economia privada com a economia planificada e situou-se acima do capitalismo e do socialismo[136]. Era a demagogia convencional dos fascistas – nem uma coisa nem outra, ou ambas ao mesmo tempo. Mas para realizar o programa faltava ao general o estabelecimento de relações institucionais com a classe trabalhadora, e a ala populista do nazismo parecia um instrumento conveniente. Desde Abril desse ano, sendo a segunda figura no Ministério da Defesa durante o governo Brüning, e enquanto conduzia tortuosas intrigas contra o ministro Groener, que fingia apoiar, Schleicher renovara os seus contactos com Röhm, o chefe nacional das SA, e com o chefe das SA de Berlim, e além disso encontrara-se também várias vezes com Hitler. O general propunha-se ajudar Röhm a conseguir a incorporação das SA no exército[137], o que alteraria profundamente os equilíbrios internos do aparelho de Estado, pois estas milícias contavam então cerca de 400.000 participantes, o quádruplo dos efectivos da Reichswehr, limitada a 100.000 homens pelo tratado de Versailles[138]. Se assumissem a preponderância sobre os militares, as SA poderiam levar a cabo o programa económico populista que defendiam, indo assim mais longe do que os desejos de Hitler, que se limitava a objectivos exclusivamente rácicos. Apoiando Röhm, Schleicher estava a reduzir o espaço de manobra do Führer perante a ala populista do nazismo. Não espanta, por isso, que alguns meses depois, em Novembro, o general Schleicher tivesse introduzido Gregor Strasser nas suas intrigas contra von Papen, a quem se preparava para suceder na

---

[136] W. L. Shirer (1995) I 195.

[137] A. Bullock (1972) 183, 205-206; W. L. Shirer (1995) I 175.

[138] Quanto ao número de membros das SA em Abril de 1932, ver W. L. Shirer (1995) I 155 e 173. Segundo A. Bullock (1972) 170, 204, 217 e 285, no começo de 1931 elas contariam 100.000 homens e teriam triplicado este número um ano mais tarde, para atingirem 400.000 em Abril, mobilizando entre dois e três milhões de filiados nos últimos meses de 1933. No final de 1932, a crer em K. Heiden (1934) 316, os efectivos das SA teriam subido para 600.000 homens, e J. P. Faye (1980) 626 indica que eles seriam quatro milhões na primeira metade de 1934. J. Droz [s. d.] 96, todavia, considera que as SA disporiam de 100.000 membros em 1930 e de apenas o dobro em 1933.

chancelaria. E, uma vez mais, as maquinações na esfera do poder reflectiram-se nas disputas internas do nacional-socialismo. Strasser defendia o apoio a um futuro governo Schleicher e até a participação a nível ministerial, o que se deparava com a oposição de Hitler[139]. Logo que foi nomeado chanceler, o general convidou Gregor Strasser para ocupar os cargos de vice-chanceler e de primeiro-ministro da Prússia. Se isto sucedesse, e perante a hostilidade de Hitler àquele governo, seria impossível evitar a cisão do NSDAP, pois Gregor Strasser era a segunda figura do partido e chefiava o sector organizacional. Mas que firmeza poderia conseguir o governo Schleicher, se se apoiasse apenas na facção populista do nacional-socialismo, para mais dilacerada pelo inevitável confronto com os antigos camaradas? Tendo Hitler como inimigo, de nada valeria a Strasser entrar para o governo. O Führer encontrava-se de novo senhor da situação. Gregor Strasser dimitiu-se a 7 de Dezembro de todos os cargos que ocupava no partido e partiu para férias em Itália. A insatisfação da ala populista foi grande, evidentemente, mas como poderia reagir, e com que objectivos precisos, se o seu chefe, em vez de lutar, se demitira e desaparecera? Hitler encontrou resistências e dificuldades, mas apesar disso bastaram-lhe poucos dias para reunificar o partido em torno de si. A autoridade do Führer saía mais forte, os populistas estavam paralisados, os objectivos de Schleicher comprometidos[140].

O acesso ao operariado ficou bloqueado pela direita, mas Schleicher tentou-o também pela esquerda. Neste sentido encetara conversações com os dirigentes sindicais, dando-lhes a entender que os sindicatos e o exército seriam os dois pilares sobre os quais reorganizaria a república[141]. Aliás, a ideia estava longe de ser nova, pois já em 1919 o programa de uma ditadura apoiada por uma aliança entre a classe operária e os comandos militares fora sugerido pelo coronel Bauer, muito ligado então a Ludendorff, e que ao mesmo tempo mantinha conversações com Radek na prisão berlinense onde este se encontrava[142]. Mas foi sobretudo nos últimos anos do regime de Weimar que este recurso

---

[139] A. Bullock (1972) 234-235; J. P. Faye (1980) 587; K. Heiden (1934) 317, 321; W. L. Shirer (1995) I 188-189.

Todavia, D. Reed (1944) 130-133 afirma que Hitler teria de início explorado simultaneamente duas vias de negociação opostas, uma assente na colaboração de Gregor Strasser com o general Schleicher e a outra resultante das intrigas de Göring com von Papen e Hugenberg.

[140] Para a cronologia dos factos, embora não para a sua interpretação, ver A. Bullock (1972) 238-240 e W. L. Shirer (1995) I 191-193.

[141] A. Bullock (1972) 240-241; J. P. Faye (1980) 363, 369; W. L. Shirer (1995) I 195.

D. Reed (1944) 129-130 dá uma versão diferente dos acontecimentos, escrevendo que a solução governativa proposta por Schleicher previra desde início a colaboração com Gregor Strasser e, ao mesmo tempo, com os dirigentes sindicais socialistas. Porém, na pag. 135 este autor indica que o discurso radiodifundido de Schleicher, anunciando publicamente a sua disposição de se apoiar nos sindicatos, teve lugar a 15 de Dezembro, oito dias depois de Gregor Strasser se ter demitido dos cargos que ocupava no partido nazi.

[142] J. P. Faye (1980) 92.

desesperado apareceu a algumas pessoas como a solução. Por detrás das páginas de um livro de divulgação histórica publicado em 1930 e destinado ao grande público, onde se relatam numa perspectiva francamente reaccionária as lutas sociais e políticas na Alemanha desde a revolução de Novembro de 1918 até ao golpe de Estado malogrado de Kapp em Março de 1920, o que leio em filigrana é uma tentativa de demonstrar a necessidade da aliança entre o estado-maior do exército e a burocracia social-democrata[143]. Aliás, essa obra constitui em boa medida uma apologia do general Groener, de quem Schleicher foi durante anos o mais fiel colaborador, até finalmente o trair. E em 1931, a um nível mais sofisticado, um círculo de intelectuais próximos de Schleicher e da Reichswehr propunha a conjugação de forças dos sindicatos operários e do nazismo populista encabeçado por Gregor Strasser[144]. Mas os dirigentes sindicais negaram-se a acompanhar Schleicher naquele empreendimento[145].

Será que nas suas férias italianas Gregor Strasser se retemperou à sombra do Duce? Senão, como explicar que um mês depois, em Janeiro de 1933, ele tivesse manifestado ao presidente Hindenburg a disposição de participar no governo Schleicher? Mas que utilidade podia ter para o chanceler alguém que havia deixado escapar todo o poder? Talvez Schleicher não o percebesse, mas Strasser entendeu-o finalmente e, desistindo de acompanhar o general nas suas intrigas, regressou ao partido, onde as portas da direcção se lhe fecharam[146].

Também para Schleicher se encerrou a governação. A 29 de Janeiro de 1933, um dia depois de o general ter sido demitido de chanceler pelo presidente Hindenburg, um dia antes de Hitler ser nomeado chanceler, cem mil trabalhadores manifestaram no centro de Berlim a sua oposição ao nazismo. Um dos dirigentes sindicais tentou então entrar em contacto com o comandante-chefe do exército, general Kurt von Hammerstein, para lhe propor uma acção conjunta dos sindicatos e das forças armadas, que impedisse Hindenburg de entregar o poder a Hitler[147]. À última hora regressava-se ao ponto de partida. Tudo o que o movimento sindical encontrava então para se opor ao fascismo de Hitler era o fascismo de Schleicher,

---

[143] E. O. Volkmann (1933).

[144] J. P. Faye (1980) 139.

[145] W. L. Shirer (1995) I 195.

Porém, K. Heiden (1934) 321 admite que existiu uma maior boa vontade por parte da burocracia sindical.

[146] Para a cronologia destes acontecimentos ver A. Bullock (1972) 246 e W. L. Shirer (1995) I 196. Ver também K. Heiden (1934) 318.

[147] W. L. Shirer (1995) I 3.

Referindo-se aos primeiros meses do hitlerismo, K. Heiden (1934) 334 admite que teria então sido possível uma aliança entre os sindicatos socialistas e o exército, com o apoio dos comunistas e até do Partido Nacional Alemão, que afastasse o Führer do poder; e indica que esta opção foi encarada por alguns círculos da Reichswehr. No entanto, Konrad Heiden não relaciona esta frustrada alternativa política com os acontecimentos de 29 de Janeiro.

rejeitado poucos dias antes, um Estado corporativo apoiado nos sindicatos e nos militares. O caminho ficou plenamente aberto ao nazismo.

A forma como Hitler chegou à chancelaria mostra que, no interior do nacional-socialismo, a vertente exclusivamente racista havia já assegurado a hegemonia sobre a ala favorável às transformações económicas imediatas. Nos primeiros meses de 1934 Schleicher conspirava de novo com Röhm e Gregor Strasser, tentando apertar em torno do Führer o círculo da Segunda Revolução, da tomada do poder pelas SA[148], e talvez alguns sectores do exército tivessem participado na manobra[149]. Se na noite de 29 para 30 de Junho de 1934 e ao longo do dia seguinte Hitler e os SS puderam resolver a questão de maneira tão expedita, assassinando os comandos das SA e os demais representantes da mesma tendência, isto deveu-se ao facto de o populismo ter sido já desarticulado durante a experiência governativa de Schleicher. Em 1933 os SS mobilizavam apenas 52.000 homens[150], mas os números aqui não contavam. A força das SA era ilusória, porque lhes faltava a coesão organizativa e a homogeneidade política de que os SS dispunham.

Porém, os cadáveres de Röhm, de Schleicher, de Gregor Strasser e das várias centenas de outros não se explicam somente por razões internas ao nazismo. O nacional-socialismo situara-se na teia que relacionava o movimento operário com o nacionalismo expansionista, e nada do que sucedeu a partir da direita se pode compreender sem se ter analisado também os acontecimentos originados na esquerda. A dialéctica social funcionou aqui como uma Penélope solitária, sem pretendentes nem Ulisses nem outra esperança, mas apesar disso tecendo incansavelmente os fios rompidos.

---

[148] J. P. Faye (1980) 624; W. L. Shirer (1995) I 235, 243-244.

Embora se mostre muito reticente quanto à tese de que Röhm estaria a preparar um golpe de Estado, A. Bullock (1972) 295-296 admite que ele se mantivesse em contacto com Schleicher e possivelmente também com Gregor Strasser.

H. Rauschning (1939) 188-190 propõe uma leitura diferente dos acontecimentos, afirmando que a aliança de Schleicher com Gregor Strasser na primeira metade de 1934 tinha como objectivo combater a demagogia de Röhm e das suas SA.

[149] Escreve D. Reed (1944) 40: «[...] depois de Hitler ter alcançado o poder, o exército teria gostado de o demitir e de o substituir por Gregor Strasser. Esta foi uma das razões da grande "depuração" de 30 de Junho de 1934 e do assassinato de Gregor Strasser». Ler igualmente a pag. 140. Por seu lado, H. Rauschning (1939) 188-190, além de afirmar que a nova aproximação efectuada entre o general Schleicher e Gregor Strasser na primeira metade de 1934 se destinava a fazer frente à demagogia das SA e a impedir as desordens criadas por estas milícias, pretende que os comandos da Reichswehr davam o seu apoio àquela manobra política. Neste contexto, é interessante saber que no final de 1934, quando chegou a um ponto crítico a hostilidade entre, por um lado, o gauleiter do NSDAP na Cidade Livre de Danzig e, por outro, Hermann Rauschning, também membro do partido e presidente do Senado, ou seja, primeiro-ministro de um território que possuía então o estatuto de independência, um «general muito conhecido», segundo as próprias palavras de Rauschning (pag. 248), ter-lhe-ia sugerido algo que servisse de exemplo para a própria Alemanha: decretar a expulsão do gauleiter e prender os seus apoiantes, formando um governo de coligação e distribuindo armas aos sindicatos, de maneira a constituir uma milícia operária que se contrapusesse às milícias nazis. Parece que a ideia de mobilizar os sindicalistas para se opor a Hitler tinha raízes sólidas em certos meios militares.

[150] E. K. Bramstedt (1945) 72.

De um e outro lado do espectro político, o nacionalismo dos comunistas alemães e o populismo nazi defrontavam-se numa tensão que os explicava a ambos. Mas além destas duas correntes, as protagonistas principais, agitava-se uma miríade de personagens menores. Aparentemente não desempenharam qualquer papel decisivo, mas foram eles a preencher numa cadeia ininterrupta o espaço que mediava entre os dois grandes pólos. Deram consistência e vida própria ao que sem isso não teriam sido mais do que ecos e reflexos.

De todas estas figuras, Ernst Niekisch foi das mais interessantes. Inscreveu-se entre os socialistas em 1917, e em Novembro do ano seguinte participou activamente no movimento dos conselhos de soldados e operários. Em Janeiro de 1919 foi eleito presidente do Comité Central dos Conselhos bávaros, o que, no sistema de duplo poder poder então vigente, lhe dava assento do Conselho de Ministros do estado. Niekish considerava que a Baviera, predominantemente agrária, necessitava desta dualidade institucional, e opunha-se à instauração ali de um sistema exclusivamente soviético. Por isso demitiu-se em Abril, quando a República dos Conselhos foi proclamada na Baviera. Mas como, ao mesmo tempo, ele defendia o princípio político dos conselhos, foi levado a abandonar o SPD e a aderir ao USPD. Mais tarde, quando a esquerda do USPD se juntou ao Partido Comunista e lhe deu uma força que até então lhe havia faltado, Niekisch seguiu a ala moderada, regressando ao SPD.

Se a sua primeira passagem do socialismo moderado ao socialismo radical se devera à experiência internacionalista dos conselhos de operários e soldados, a ocupação do Ruhr suscitou uma nova inflexão à esquerda, mas agora no interior do quadro nacionalista. Contra a política de internacionalização do capital que a direcção do SPD defendia a propósito do pagamento das reparações de guerra, Niekisch propôs uma resistência anti-imperialista de carácter nacionalista, em eco às posições assumidas pelo Partido Comunista na mesma ocasião. A partir de 1923 Niekisch foi progressivamente atraído pelas teses conservadoras radicais, por um nacionalismo ao mesmo tempo extremista e virado para o movimento operário. Segundo este ponto de vista, as reparações de guerra constituiriam a principal forma de exploração usada pelo capital internacional, só que esta exploração vitimava, no entender da nova direita, não uma classe, mas a totalidade da nação. Definida para a nação, globalmente, a condição proletária, toda a forma de resistência nacional seria, por isso mesmo, considerada socialista.

Neste terreno Ernst Niekisch conviveu com muitas outras figuras políticas mais ou menos conhecidas, que haviam chegado às mesmas posições, vindas tanto da social-democracia como da direita radical, ou progressivamente radicalizada. Foi aqui, nesta teia de ambiguidades, que certas correntes racistas da direita adquiriram a conotação social que lhes serviu de caução e lhes deu novo vigor. Niekisch dirigia uma revista e animava um esboço de organização política, no entrecruzar de alianças, contactos e permutas com tantos grupos e personagens, próximos ou rivais. A dificuldade em desenhar com exactidão as margens dos vários movimentos, entre os quais até os choques eram formas de inspiração recíproca, indica, afinal, a consistência adquirida por um terreno tão movediço, pois foram precisamente estas sobreposições parciais, estas interferências, a preencher o espaço entre o NSDAP e o KPD e a veicular a influência de cada um destes partidos sobre o outro. Parece ser certo que no final da década de 1920 Gregor Strasser, então a segunda personalidade do nazismo e representante da sua ala populista, convidou Niekisch para chefiar a redacção do *Völkischer Beobachter*, o principal órgão do partido. Niekisch escusou-se, mas é precisamente este convite recusado o mais significativo aqui, pois mostra a estreiteza dos contactos estabelecidos entre campos políticos que, apesar de tudo, não podiam fundir-se. A conclusão principal que se deve extrair desta proliferação de figuras e de tendências entre a direita radical e o comunismo soviético é que o nacional-bolchevismo não se dispôs como um campo intermédio, à feição de um círculo que unisse pólos opostos, mas como uma série escalonada de opções práticas e ideológicas, que permitiram às influências dominantes transitar em ambos os sentidos.

Finalmente, Niekisch havia de ser deputado na República Democrática Alemã, numa época em que a integralidade do marxismo e do leninismo havia já sido revista e depurada consoante as perspectivas estritamente nacionais do aparelho de Estado clássico[151]. Sem dúvida que nos regimes soviéticos, tal como eles vigoraram desde o termo da segunda guerra mundial até à sua desagregação última, Ernst Niekisch encontrou uma versão banalizada, mas nem por isso menos rigorosa, do bolchevismo nacional.

Este troço final do longo percurso político de Niekisch ilustra, aliás, a falta de autonomia do nacional-bolchevismo, enquanto junção entre pólos exteriores. Em Janeiro de 1933, quando Hitler se tornou chanceler e as organizações operárias ficaram probidas, sendo internados em campos de concentração os seus dirigentes, o nacional-bolchevismo sofreu uma profunda transformação topográfica, pois naquele sintagma político o pólo comunista

[151] Acerca de Ernst Niekisch ver J. P. Faye (1980), nomeadamente as pags. 101-127.

era indispensável à afirmação nacionalista. O nacional-bolchevismo perdeu então metade da razão de ser, tendo perdido a outra metade em Junho de 1934, quando Hitler exterminou os chefes da ala populista do partido. A partir daí, aos nacionais-bolchevistas que não renunciassem, pelo menos abertamente, às suas convicções para se integrarem num NSDAP estritamente hitleriano, restava a alternativa de se situarem na órbita de Moscovo, ou de defenderem perante as democracias ocidentais alguns interesses da diplomacia soviética.

Harro Schulze-Boysen, um dos principais animadores do que a contra-espionagem nazi denominou Rote Kapelle, a principal organização de resistência e espionagem pró-soviética na Alemanha hitleriana e na Europa ocupada, havia sido director de uma publicação nacional-bolchevista[152].

Nesta perspectiva são especialmente interessantes diversos relatórios enviados por Adam von Trott zu Solz, um diplomata e alto funcionário alemão, ao representante da espionagem norte-americana na Suiça, Allen Dulles, durante a interminável preparação do que havia de ser o golpe frustrado de Julho de 1944. Encontramos aí, quando podíamos julgá-lo extinto, o eco das antigas preocupações sociais e geopolíticas do nacional-bolchevismo. «[...] a oposição [antinazi] considera que os países anglo-saxónicos estão corrompidos por preconceitos burgueses [...] A tentação de nos orientarmos em direcção a leste é cada vez mais forte e tem como fundamento o facto de acreditarmos na possibilidade de uma fraternização entre os povos russo e alemão, se não entre os seus governos. Ambos romperam com a ideologia burguesa, [...] um e outro desejam uma solução radical dos problemas sociais, que ultrapasse os limites nacionais [...] A oposição está persuadida de que, na Europa, a evolução decisiva processar-se-á no plano social, e não no militar. Quando terminar a campanha da Rússia, depois de o exército alemão ter sido repelido, poderia nascer em ambos os lados um movimento revolucionário. A fraternização entre os Alemães e os operários estrangeiros deportados pode também tornar-se um factor a ter em conta. Hitler foi obrigado a apoiar as classes operárias e a conceder-lhes uma importância sempre crescente; a burguesia, os intelectuais, os generais desempenham um papel cada vez menos importante. Hitler há-de cair, e a fraternidade dos oprimidos constituirá a base sobre a qual será construída uma Europa inteiramente nova»[153]. Era isto que em Janeiro de 1943, um ano e meio antes de ser executado pelos nazis, junto com tantos outros, após o malogro do atentado contra o Führer, declarava um alto funcionário alemão ao futuro director da

[152] D. J. Dallin (1956) 238-239; A. W. Dulles (1947) 137-138; J. P. Faye (1980) 248 e n.; E. Nolte (1989) 357, 395.

[153] A. W. Dulles (1947) 177-178.

CIA. Esta antecipação do futuro revelou-se errada, porque mais não era do que o reflexo de esperanças passadas, e de mitos também. Adam von Trott continuava a acreditar na importância da componente operária do regime nacional-socialista. E mais ainda, admitia que os trabalhadores alemães se unissem aos trabalhadores soviéticos e à mão-de-obra escrava deportada no Reich para fazerem em conjunto uma revolução à escala europeia. Que revolução? Comunista não seria certamente, pois processar-se-ia contra o regime de Moscovo; nem decerto nazi, pois Hitler seria uma vítima. Nestes termos a revolução operária só poderia ser nacional-bolchevista. Mas para atingir tal objectivo era necessário que a estratégia da oposição se orientasse para leste, e não para as democracias liberais do Ocidente. Num contacto estabelecido em Abril von Trott renovou as suas advertências, prevenindo as democracias aliadas de que, se não propusessem à população trabalhadora germânica uma política social e não lhe prometessem a liberdade de organização e a participação dos socialistas no futuro governo, ela seria inevitavelmente atraída pelo comunismo e pela esfera soviética[154]. Mas não devia ser muito grande a convicção de von Trott na possibilidade de as burguesias liberais virem a partilhar preocupações de ordem social, pois pouco tempo antes do fracassado golpe de Julho de 1944 procurou contactar os comunistas alemães sediados em Moscovo[155].

Comparando aqueles dois relatórios, e se fossem estas as opções efectivas, não espanta que os vencedores ocidentais tivessem acabado por preferir o keynesianismo ao nacional-bolchevismo.

6

A convergência entre a vertente nacionalista do movimento operário alemão e o novo radicalismo social assumido por uma certa direita estava em relação íntima com as orientações da diplomacia soviética. Não tem cabimento discutir qual das duas, a política externa ou a interna, foi causa ou efeito. Decerto sem o apoio que o estado-maior alemão obteve dos dirigentes soviéticos para infringir as disposições do tratado de Versailles muitos políticos da direita não olhariam para a esquerda com tão bons olhos. Mas parece

[154] Id., ibid., 183-185.
[155] Id., ibid., 223.

indubitável também que as aberturas diplomáticas do comunismo soviético serviram de caução, ou mesmo de alento, para o pendor nacionalista que já antes se pudera detectar entre a esquerda.

A 7 de Fevereiro de 1922 Karl Radek encontrou-se com o chefe da Reichswehr, general von Seeckt, no âmbito das conversações preparatórias do acordo entre a União Soviética e a Alemanha, assinado em Rapallo a 16 de Abril daquele ano[156]. No seu texto público o acordo limitava-se a restaurar as relações diplomáticas entre os dois países e a enunciar cláusulas de carácter comercial, mas a parte mais importante mantinha-se secreta e consistia no estabelecimento de uma cooperação entre ambos os exércitos, que tornou mais fácil à Reichswehr iludir as limitações impostas pelo tratado de Versailles. Nas imediações de Moscovo o exército alemão iniciara a construção de uma fábrica de aviões de guerra, e em seguida criou uma escola de pilotagem junto a Voronezh, um centro de treino para a guerra química perto de Saratov e, na região de Kazan, um campo de manobras para blindados[157].

A inspiração nacional-bolchevista desta iniciativa diplomática é tanto mais flagrante quanto o Partido Social-Democrata e o presidente social-democrata do Reich foram mantidos na ignorância dos contactos entre o exército alemão e o Exército Vermelho[158]. Interessada numa política de consolidação das relações amigáveis com o grande capital internacional, a social-democracia alemã opunha-se a qualquer orientação pró-soviética da diplomacia do Reich[159].

Pelo contrário, entre os oficiais da Reichswehr, conscientes da impossibilidade de triunfar de uma guerra em duas frentes, mantiveram-se até ao fim muitos continuadores da estratégia de colaboração com a União Soviética, que havia sido prosseguida pelo general von Seeckt[160].

---

[156] J. P. Faye (1980) 91-92.
[157] E. Nolte (1989) 136.
[158] J. P. Faye (1980) 93.
[159] E. Nolte (1989) 132.
[160] A. Bullock (1972) 515.

O primeiro divulgador espanhol do fascismo foi Ernesto Giménez Caballero, literato de profissão, que se estreou publicamente nesta actividade no último ano da década de 1920, durante a ditadura de Primo de Rivera. Começara como socialista a sua vida política, mas em 1928, na Itália, Malaparte ensinou-o a admirar Mussolini e foi esta vertente do fascismo que Giménez Caballero começou a difundir no ano seguinte. Não andaria muito longe, no entanto, pelo menos no espaço social, do outro grande modelo, o nacional-socialismo alemão, pois a primeira propaganda nazi realizada em Espanha, e devida a alguns alemães residentes em Madrid, foi impressa na mesma tipografia que publicava *La Gaceta Literaria* de Giménez[161].

Por *La Gaceta Literaria* passou um jovem licenciado em Filosofia, Ramiro Ledesma Ramos, que também colaborou com ensaios sobre o pensamento germânico na *Revista de Occidente* de Ortega y Gasset. A partir do final de 1930 Ledesma formulou a teoria, ou talvez mais exactamente o delírio, de um fascismo que fosse, não uma imitação de modelos exteriores, mas o resultado das circunstâncias espanholas. Esta preocupação com o nacionalismo aproximá-lo-ia dos conservadores, se não se distinguisse deles por um ardor revolucionário oposto à tradição burguesa das liberdades individuais. Havia, é certo, o nacionalismo intransigente e potencialmente violento dos carlistas, partidários de uma monarquia absoluta e da restauração dos grandes corpos sociais do *Ancien Régime.* Mas que atractivo poderiam essas múmias exercer sobre alguém como Ledesma, que apresentava a juventude como um valor político positivo? O colectivismo por ele defendido aproximou-o inevitavelmente da imagem oferecida pela extrema-esquerda. Mas, porque nacionalista, recusava o cosmopolitismo da esquerda intelectual e o internacionalismo político dos partidos marxistas. Existia, porém, uma corrente na extrema-esquerda que, sendo profundamente antimarxista e alheia a qualquer das Internacionais, podia figurar como um verdadeiro produto da Espanha – o sindicalismo anarquista. E não era de todo ilusória, nem demagógica, esta apreciação do pendor patriótico dos anarco-sindicalistas, porque mais tarde, durante a guerra civil, a imprensa e as declarações públicas da CNT e da FAI deram abundantes provas de nacionalismo[162]. Foi o carácter hispânico do anarco-sindicalismo, conjugado com a sua violência, que seduziu Ledesma. Ele propunha-se como objectivo

[161] S. G. Payne (1961) 7-8; H. R. Southworth (1967) 25 n.; H. Thomas (1965) 97.
[162] V. Richards (1972) 210-211.

imediato resgatar a capacidade subversiva da CNT em prol de uma nova política nacionalista. Esta ambição de sintetizar pólos opostos num objectivo comum explica o nome que deu ao seu fascismo espanhol – Nacional-Sindicalismo – e inspirou a fundação, em Março de 1931, do semanário *La Conquista del Estado*. Giménez Caballero juntou a sua assinatura ao manifesto com que foi lançado o novo movimento, e também ele defendeu a aproximação ao anarco-sindicalismo. Mas para tão grandes objectivos tudo o que Ledesma conseguiu então arranjar foi um total de dez seguidores, que se dispersaram por outras áreas políticas quando o jornal terminou a sua breve e insignificante existência, em Outubro de 1931[163].

Não foi nos sonhos do intelectual Ledesma que nasceu um fascismo vincadamente espanhol, mas na prática que no mesmo exacto momento prosseguia Onésimo Redondo Ortega. A génese da sua formação parece contraditória, se for certo que o nacional-socialismo alemão o influenciou[164], pois foi o catolicismo intransigente o eixo da sua orientação política, o que decerto não se conjugaria com o neopaganismo de tantos círculos nazis. Na actuação prosseguida por Onésimo Redondo cruzavam-se os grandes temas de um tipo de radicalismo que de modo algum era especificamente hispânico, pois fora desenvolvido, do outro lado dos Pirenéus, por Proudhon e Zola, que os acasos da história colocaram à esquerda, mas que podem igualmente bem situar-se à direita, naquela ambiguidade entre os extremos que sempre caracteriza toda a génese do fascismo. A França, porém, evoluíra, industrializara-se e alterara substancialmente o quadro social que havia justificado aquela corrente de pensamento, enquanto em Espanha esse tipo de sociedade continuava vivo e as suas contradições não tinham deixado de ser as mais urgentes. Em 1930 e 1931 Redondo trabalhou na organização de um sindicato de pequenos produtores de beterraba na província de Valladolid, encontrando nas camadas inferiores do campesinato a possibilidade de proceder realmente à síntese que outros procuravam nas abstracções e nas generalidades da teoria política. Ameaçados de um lado pela alta finança capitalista, que os espreitava por detrás de todas as dificuldades económicas, do outro pelo proletariado industrial das grandes cidades, que lhes pressagiava sombriamente um destino e corroía todo o seu quadro de valores, os pequenos camponeses podiam ser mobilizados contra a direita do grande capital e contra a esquerda dos movimentos operários. Ao mesmo tempo formavam a base social de um catolicismo sentido tanto mais profundamente quanto

[163] S. G. Payne (1961) 11-15; H. R. Southworth (1967) 20, 65, 72.

[164] S. G. Payne (1961) 15-16 observa a influência do nacional-socialismo alemão sobre Onésimo Redondo.

exprimia, contra aquele duplo inimigo urbano, a garantia da preservação das condições de vida tradicionais. Foi entre estes pequenos camponeses e os pequenos comerciantes de província que Redondo encontrou a base do fascismo[165]. Em Agosto de 1931 fundou as Juntas Castellanas de Actuación Hispánica, um grupo de choque centrado em Valladolid.

No fascismo nascente, Onésimo Redondo e Ramiro Ledesma miravam-se de campos opostos, um olhando como demasiado radical o outro, que por sua vez o considerava como desalentadoramente conservador. E, assim, desde a sua gestação o fascismo foi-se situando entre os quatro pólos extremos sem os quais não poderia desenvolver-se. Ledesma representava a tensão entre o partido e os sindicatos, e Redondo, entre os sindicatos e a Igreja. Começavam a esboçar-se os dois grandes eixos e a desenhar-se o quadrilátero. No final de 1931 Ledesma, sem apoios financeiros e quase sem colaboradores, precisava da organização de Redondo, assim como a este, isolado na sua província, convinha ter aliados na capital. Os dois grupos fundiram-se nas Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista, dirigidas conjuntamente por ambos os fundadores[166]. O fascismo, culto de um Chefe, na prolixa cultura espanhola da época encontrara já dois. Ledesma não participou no frustrado golpe militar de 1932, por considerar que os conspiradores não ultrapassavam um conservadorismo banal, mas Redondo desempenhou um papel subalterno, o que o obrigou a fugir depois para Portugal[167]. A versatilidade táctica do fascismo, que quando se devia a um chefe único era tida na conta de intuição e de um inspirado «oportunismo da acção», pode ser vista neste episódio menor como aquilo que realmente foi, o resultado da articulação de interesses distintos, embora inseparáveis.

A proliferação de chefes foi uma característica dos primeiros passos do fascismo hispânico. À fundação da Falange Española no final de Outubro de 1933 presidiram José Antonio Primo de Rivera, Julio Ruiz de Alda e Alfonso García Valdecasas, mas este, afastando-se rapidamente, deixou os outros dois encarregar-se do comando[168]. E como as unificações não se fizeram mediante a síntese dos componentes, mas pela sua agregação, a fusão dos dois principais movimentos no começo de 1934 deu lugar à soma de nomes e de dirigentes. A nova organização passou a chamar-se Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista e entregou-se a sua condução a um triunvirato formado por José Antonio, Ledesma e Ruiz de Alda[169]. Só em Outubro José Antonio foi consagrado

[165] Id., ibid., 16-17.
[166] Id., ibid., 17-19.
[167] Id., ibid., 19.
[168] Id., ibid., 38, 42.
[169] Id., ibid., 47.

acima dos restantes e nomeado Chefe Nacional[170]. Pouco depois, em Janeiro de 1935, Ledesma foi expulso[171], e a publicação nesse ano, sob pseudónimo, de um livro acerca do fascismo em Espanha[172] constituiu o último acto da sua vida política, que em breve terminaria *tout court,* preso nos primeiros dias da guerra civil e parece que fuzilado poucos meses depois[173].

Para a Falange, onde haviam predominado os membros conservadores e tradicionalistas[174], o afluxo dos activistas da JONS representava uma radicalização na propaganda e nas expedições de rua[175]. Por seu lado, para as JONS a unificação oferecia oportunidades de acção política mais ampla, ainda que correndo o risco de se descaracterizar. Foi precisamente este o perigo invocado pelo único dos seguidores de Ledesma que recusou integrar-se na nova organização. Na sua carta de demissão, Santiago Montero Díaz, que havia abandonado a direcção das Juventudes Comunistas para chefiar as JONS na Universidade de Santiago de Compostela, argumentava que o nacional-sindicalismo apenas poderia ter sucesso se rivalizasse com o marxismo no terreno da revolução; e a isso se opunham a composição social e a orientação política da Falange[176]. Este incidente recorda o papel de elementos oriundos da extrema-esquerda na formação de alguns dos campos iniciais da direita radical e assinala – se não evoluíssem entretanto – a sua marginalização quando esses campos se ligavam a outros na progressiva constituição da dupla bipolaridade em que se inseriu todo o desenvolvimento do fascismo. Com a manutenção das posições radicais de Montero Díaz contrasta a evolução de Manuel Mateo, também ele vindo do comunismo para se tornar o chefe da CONS, o organismo sindical da Falange, aliás praticamente desprovido de filiados. Quando Ledesma Ramos, no final de 1934, tentou obter a supremacia sobre José Antonio e provocar uma cisão na Falange, Manuel Mateo, que seria um elemento indispensável ao êxito do golpe, não acompanhou o antigo chefe das JONS. Comprometido e isolado, Ledesma foi expulso em seguida[177].

Outro dos nomes na génese do fascismo espanhol é o de Ramiro de Maeztu. Pertencia à célebre *Generación del Noventa y Ocho,* a denominação criada por Azorín para

---

[170] Id., ibid., 67.
[171] Id., ibid., 72-73.
[172] M. García Venero (1967) 31 n.
[173] H. R. Southworth (1967) 87-88.
[174] S. G. Payne (1961) 42.
[175] Id., ibid., 48.
[176] M. García Venero (1967) 143; S. G. Payne (1961) 47.
No entanto, H. R. Southworth (1967) 56 afirma que Montero Díaz só abandonou a organização em 1935, junto com Ledesma.
[177] S. G. Payne (1961) 72.
Quanto ao facto de a CONS não ter praticamente membros ver id., ibid., 63-64.

designar a plêiade de intelectuais a quem se deveu o ressurgimento da cultura do país. Em 1898 não foi só o exército espanhol a sair derrotado da guerra com os Estados Unidos, foram também os últimos vestígios do império a perder a pouca credibilidade que ainda lhes restasse. Quando uma derrota se converte em crise das instituições permite uma tomada de consciência e o questionamento de valores que até então eram aceites como naturais. A partir desse final de século afirmaram-se os nomes tutelares da filosofia, do romance, do ensaio, da poesia que abriram à reflexão e à modernidade a Espanha do século XX. O ensaista político Ramiro de Maeztu não se emparceira decerto com as figuras mais brilhantes deste movimento, mas nele participou, como bom número de outros pensadores, radicalizando as preocupações iniciais até chegar àquela forma extrema de liberalismo que é o anarquismo. Jornalista, embaixador, tornou-se depois um dos primeiros, e principais, teóricos do fascismo espanhol. Não só teórico, mas prático também, conspirando contra a república menos de um mês depois de a monarquia ter caído e tornando-se director de uma nova revista, *Acción Española,* que além de servir a análise política e a propaganda fascista encobria também a preparação de um golpe militar[178].

Na Espanha, tal como nos demais países, as duas grandes esferas ideológicas da esquerda, o marxismo e o anarquismo, contribuíram para aquela encruzilhada política sem a qual nunca o fascismo pôde existir.

8

Entre os múltiplos esboços de guerra civil que constituem o prefácio dos acontecimentos de 1936 a 1939 em Espanha, teve especial importância o sucedido em Outubro de 1934. Contra a ameaça que representava para os partidos republicanos a entrada no governo de três ministros pertencentes à CEDA, socialistas, comunistas e republicanos radicais tentaram desencadear em todo o país uma greve insurreccional, condenada ao fracasso porque os seus promotores fizeram, ao mesmo tempo, o possível por marginalizar os anarco-sindicalistas. Só nas Astúrias, precisamente onde se coligaram os socialistas, os anarco-sindicalistas e os comunistas oficiais e dissidentes, o movimento se converteu numa

[178] H. Thomas (1965) 59-60, 127.

conquista geral do poder pela classe trabalhadora, até que a Legião Estrangeira, as tropas mouras e a aviação, comandadas pelo general Francisco Franco, esmagaram os insurrectos ao fim de duas semanas, numa horrível chacina de vários milhares de mortos.

Enquanto decorriam estes acontecimentos, na Catalunha o conselheiro da Generalitat – ou seja, o governo regional – para a Ordem Pública era José Dencás, que García Oliver qualifica de «principal cabecilha do Estat Català»[179], o partido separatista. Dencás dava ordem para perseguir os quadros da CNT e mandava assaltar-lhe as sedes, ao mesmo tempo que fazia parte da direcção da insurreição. No momento da derrota seria ele, aliás, o único dos membros do governo catalão a conseguir a fuga, encontrando asilo na Itália fascista[180].

Um separatista catalão que escolhe o exílio no país de Mussolini, depois de se ter aliado aos socialistas numa tentativa de greve geral conjugada com uma revolta armada contra a entrada no governo central de três membros de um partido católico e monárquico, próximo do fascismo – eis uma biografia interessante. E mais instrutiva ainda quando conhecemos a teia dos acordos em que se inscrevia o Estat Català, fundado por Francisco Macià, o mais popular dos políticos independentistas da Catalunha, e por ele dirigido até à sua morte em 1933.

O destacado dirigente anarco-sindicalista García Oliver conta que em 1925, em França, quando ambos se encontravam aí exilados durante a ditadura de Primo de Rivera, Macià o convidou repetidamente para conselheiro militar do seu movimento, ou seja, ministro da Guerra num governo catalão no exílio. Na mesma ocasião Macià confessara-lhe que, apesar de ser um burguês liberal, adversário do comunismo, tinha de manter boas relações com Moscovo, porque vinham daí os únicos subsídios de vulto com que o separatismo podia contar. García Oliver recusou o convite[181], o que não impedia que a federação regional catalã da CNT estivesse representada no governo fantasma de Macià através de Rafael Vidiella, nessa altura refugiado em Paris[182]. Um curioso exemplo de colaboração política dos anarco-sindicalistas, prenúncio de vários outros que haviam de se seguir. Por ora, como primeira experiência, esses inimigos do Estado participavam num ministério fictício. Vidiella abandonaria mais tarde o anarquismo e viria a desempenhar funções de direcção na UGT e no partido socialista, e depois no PSUC de orientação

---

[179] J. García Oliver (1978) 159.

[180] Acerca da sua fuga: A. Paz (1972) 229; H. Thomas (1965) 118. Quanto ao exílio junto a Mussolini: J. García Oliver (1978) 176, 254, 417, 581.

[181] J. García Oliver (1978) 88-89, 98-99.

H. Thomas (1965) 106 afirma que as negociações de Francisco Macià com os dirigentes soviéticos não haviam tido resultados práticos, mas García Oliver estava decerto melhor informado acerca da questão.

[182] J. García Oliver (1978) 85.

comunista, mas não são as suas viragens, semelhantes às de tantos outros, que agora me interessam, e apenas a razão por que Macià foi levado a prescindir da sua colaboração. «Quando Macià, como presidente do governo do Estat Català, em Paris, foi a Moscovo e conseguiu obter a ajuda económica que lhe havia de permitir a compra de armas», conta García Oliver, «os comunistas russos exigiram-lhe que limpasse do seu governo a representação da CNT, de que nessa altura se ufanava o companheiro Rafael Vidiella, e que o cargo vago fosse ocupado por Andrés Nin, que estava então em missão em Berlim»[183]. Naquela fase de um percurso político ziguezagueante, que o levou do anarco-sindicalismo até à periferia do trotskismo e o fez cair assassinado pelos agentes da polícia staliniana, Andreu Nin havia já rompido com a CNT e era então secretário do Profintern e membro do comité executivo do Komintern. Mas seria Francisco Macià tão ingénuo a ponto de supor que, obrigando-o Moscovo a desfazer-se de Vidiella, aceitasse a colaboração de García Oliver? O motivo destes equilíbrios era decerto mais profundo.

Passaram alguns anos. Implantara-se a república e, com ela, Macià e depois o seu sucessor, Luis Companys, à frente do governo da Catalunha, retomaram contra o proletariado a política de sempre e continuaram as perseguições e violências que vitimavam os sindicatos anarquistas. Apesar disso, em Julho de 1936, mal os trabalhadores de Barcelona haviam desbaratado os militares insurrectos, os dirigentes das duas centrais sindicais e dos vários partidos políticos republicanos reuniram-se e puseram-se de acordo quanto à formação de um Comité de Milícias, que passou a assumir na realidade as funções governativas. O Estat Català ficou excluído, por proposta da Esquerra, que invocou o facto de Dencás estar refugiado na Itália fascista[184]. A Esquerra Republicana de Cataluña era uma coligação de três ou quatro agrupamentos políticos, entre os quais se havia contado o Estat Català[185], e nada parece mais natural do que afastar do órgão director da luta antifascista um partido dirigido por um fascista confesso. Verdadeiramente surpreendente é o comentário de García Oliver, um dos três representantes da CNT naquela reunião: «Não gostei muito daquela exigência. Declarei que só em princípio a podia aceitar, sem prejuízo de que, quando fosse possível, se ouvissem ambas as partes. Pensava eu que desta maneira evitávamos comprometer-nos numa perseguição aos membros do Estat Català que ainda pudessem restar, já que este partido não tinha sido declarado ilegal pela Esquerra antes da existência do Comité de Milícias»[186]. Por isso, alguns dias depois, o anarquista García

[183] Id., ibid., 433.
[184] Id., ibid., 177.
[185] H. Thomas (1965) 49 n. 1.
[186] J. García Oliver (1978) 254.

Oliver, membro todo-poderoso do Comité de Milícias, deu a sua protecção ao que restava do desmoralizado Estat Català e aceitou que esse partido constituísse uma coluna militar e a enviasse para a frente de combate[187].

Que *chassé croisé*! José Dencás havia sido um dos mais próximos colaboradores de Macià, o homem que tentara navegar entre os comunistas e os anarco-sindicalistas e se resignara a aceitar as directivas dos únicos que avançavam fundos e prometiam apoio diplomático. Dencás perseguiu depois os sindicatos anarquistas, ao mesmo tempo que cooperava com os restantes partidos republicanos radicais e com os socialistas. E precipitou-se afinal na esfera do fascismo, enquanto o seu partido se encostava aos anarco-sindicalistas e enviava uma coluna para combater os fascistas. Não se tratou de cruzamentos políticos fugazes, mas de um padrão de relações duradouro, o que nos ajuda talvez, recuando quase dois anos, a interpretar outro dos episódios catalães da malograda insurreição de 1934.

Em Barcelona, os primeiros a enfrentar então as tropas foram «alguns grupos armados do "Estado Catalão Proletário", uma facção nacionalista extremista, dirigida pelo jovem Jaime Compte, que seria morto durante a defesa da sede do seu partido»[188]. As denominações, embora não o conteúdo, aparecem diferentes noutro relato: «[...] os estampidos de um tiroteio proveniente das Ramblas. Eram Comte e os seus rapazes do Partit Proletari Català, separatistas e marxistas, que procuravam resistir a um batalhão de infantaria do exército [...] Comte morreu»[189]. Com ele parece ter desaparecido também o seu partido, que resultara de uma cisão operada no movimento de Macià, de quem Compte havia sido, no exílio em França, um colaborador próximo. Grupos políticos insignificantes e de vida breve nada ou muito pouco representam por si, mas contribuem para esclarecer as potencialidades das organizações mais vastas de onde surgiram. «Català» era o termo comum aos dois partidos, ambos separatistas. Linguisticamente, o «Proletari» do partido de Compte explica o sentido em que orientou a sua cisão, atribuindo à classe operária a condução da luta nacionalista, que Macià diluía no quadro supraclassista e socialmente anónimo do «Estat». Na versão de Compte o Estat Català converteu-se claramente numa modalidade de nacional-bolchevismo. Mas a possibilidade desta transformação estava já inscrita entre os limites políticos extremos da organização fundada por Macià, que tentara juntar comunistas e anarco-sindicalistas, ficando atrelada aos primeiros, para se lançar de

---

[187] Id., ibid., 253-254.
[188] A. Paz (1972) 228.
[189] J. García Oliver (1978) 159.
Porém, aparece escrito «Compte» na pag. 252.

seguida no fascismo, sob a chefia de Dencás, e contribuir pouco depois para a guerra contra os fascistas, escudando-se na boa vontade de uma das grandes figuras do sindicalismo anarquista.

9

O nome do major Vidkun Quisling serve hoje ainda para designar genericamente aqueles que, durante a guerra, colaboraram com o ocupante nazi. Nos países de língua inglesa *a quisling* é sinónimo do que na área de expressão francesa se designa como *un collaborationiste.* É conhecido o destino do chefe do fascismo norueguês, as suas solicitações para que as tropas alemãs invadissem o país, os seus esforços para se tornar o principal representante político dos ocupantes, que lhe valeram a nomeação como primeiro-ministro em Fevereiro de 1942, a prisão no final da guerra e a sua condenação à morte. Menos divulgado é o começo da sua carreira política.

Adido militar em Petrogrado, assistiu aí às revoluções de 1917 e manifestou-se favorável aos bolchevistas e às suas tácticas. A tal ponto que, de regresso a Oslo, contactou o Partido Trabalhista, que tinha então aderido ao Komintern, e ofereceu-se para criar uma Guarda Vermelha. Mas a moderação dos socialistas noruegueses, que em breve os levaria a abandonar a Terceira Internacional, não se compadecia com iniciativas tão ousadas. Só mais tarde, já na década de 1930, Quisling realizou na direita o radicalismo que antes pretendera, sem sucesso, implantar na esquerda[190].

[190] W. L. Shirer (1995) II 57-58.

A FRENTE POPULAR ANTIFASCISTA

1

Em França, as primeiras tentativas de criação de uma Frente Popular estiveram estreitamente ligadas ao desenvolvimento do fascismo, não enquanto campos inimigos, como poderia logicamente pensar-se, mas reunindo ambos os lados num processo único. A ironia da história atingiu aqui as dimensões de uma verdadeira perversidade.

Na segunda metade da década de 1920 e nos primeiros anos da década seguinte os mestres de dialéctica do Komintern conceberam e promulgaram a curiosa teoria que encontrava no fascismo uma modalidade de capitalismo mais avançada do que aquela defendida pelos sociais-democratas, de onde deduziam que a prioridade devia caber à luta contra os partidos socialistas. Ao mesmo tempo, os timoratos socialistas, apavorados com a ameaça que lhes surgira à esquerda, preferiam aliar-se a partidos burgueses do que às secções da Terceira Internacional. Foi neste contexto que a necessidade de constituir uma frente entre os partidos de base eleitoral operária, que travasse a ascensão do fascismo, começou a ser defendida no Partido Comunista por Jacques Doriot e por Gaston Bergery entre os radicais-socialistas. Entretanto, no interior da SFIO, o grupo que se reunia em torno de Marcel Déat propunha-se também renovar as concepções e a estratégia do socialismo, de maneira a erguer uma barreira mais eficaz contra o perigo fascista.

Em 1927 o *presidium* do comité executivo do Komintern deu instruções ao PCF para abandonar a tradicional política de desistências na segunda volta das eleições em benefício da SFIO, nos casos em que os candidatos comunistas tivessem recebido menos votos do que os socialistas, e para manter até ao fim as candidaturas comunistas[1]. Esta cisão da base eleitoral operária tinha inevitavelmente como efeito que em muitas circunscrições os socialistas seriam derrotados em benefício dos candidatos da direita, o que significava que, consoante a nova orientação em vigor entre os comunistas, a SFIO passava a ser considerada como o inimigo principal.

Vários dirigentes do PCF discordaram das directivas do Komintern, e depressa Jacques Doriot se destacou à frente desta nova oposição interna. Doriot, antigo operário

[1] D. Wolf (1969) 73.

metalúrgico, era um dos mais prestigiados chefes comunistas, com uma grande popularidade junto ao proletariado industrial, sobretudo na região parisiense, e havia-se notabilizado pelo seu combate antimilitarista[2]. Ele argumentava que «a fronteira entre os dois partidos não coincidia com a "fronteira das classes". O campo onde o proletariado se encontrava com a burguesia situava-se, para ele, no interior da SFIO»[3]. Era Saint-Denis, uma importante circunscrição operária nos subúrbios a norte de Paris, a assegurar regularmente a Doriot os votos que o levavam ao parlamento, e foi a partir daí que ele continuou de maneira discreta a luta contra a orientação prevalecente no partido, até conseguir reforçar a sua radicação local em 1931, quando se tornou presidente da câmara. Sentindo-se com uma posição mais sólida, avançou com maior ousadia e «teve a ideia de promover uma espécie de política de frente popular, que lhe permitiria reorganizar e revigorar a debilitada esquerda francesa»[4]. Neste sentido uniu esporadicamente os seus esforços aos de Gaston Bergery, outro personagem que tem o seu lugar nesta breve história de enganos, e participou em Maio de 1933 numa reunião de elementos oriundos de vários quadrantes políticos, que procuravam fundar uma Frente Comum da esquerda. Este ensaio ficou sem efeito, mas nem por isso Doriot desistiu de apelar para que os dirigentes comunistas apresentassem aos socialistas uma plataforma de aliança viável. Repetidamente derrotado tanto no interior do *bureau* político do PCF como nas instâncias cimeiras do Komintern, Jacques Doriot acabou por ser expulso do partido em 1934.

Dois anos mais tarde, precisamente durante as grandes greves que acompanharam a vitória eleitoral do Front Populaire, aquele que os seguidores chamavam *«le grand Jacques»* fundou o Parti Populaire Français, que rapidamente se tornou o maior partido fascista do país. Durante a ocupação Doriot advogou as formas mais extremas de colaboração com as autoridades nazis e veio a morrer na Alemanha, nos derradeiros meses da guerra, titular nominal do supremo cargo político num governo de ilusões, ou de desilusões, que não dispunha já de território para administrar, nem de população para reprimir ou mobilizar, nem sobretudo de tropas que o mantivessem de pé.

O percurso político de Gaston Bergery foi convergente, embora bastante mais discreto[5]. Jovem estrela entre os radicais-socialistas, chefe de gabinete de Édouard Herriot em 1924, alguns anos depois vice-presidente do seu grupo parlamentar na Câmara dos

---

[2] Para a biografia de Doriot consultei sobretudo id., ibid. Os aspectos mais importantes estão resumidos em P. Milza et al. (1992) 212-214.

[3] D. Wolf (1969) 75.

[4] Id., ibid., 92.

[5] Para a biografia de Bergery baseei-me em P. Milza et al. (1992) 112-113. Acessoriamente, encontram-se dados sobre a Frente Comum em D. Wolf (1969) 93-94.

Deputados, Bergery demitiu-se do partido em Março de 1933, anunciando a intenção de animar e dirigir uma Frente Comum anti-fascista que se opusesse a Hitler, e que com efeito foi criada dois meses mais tarde. Esta iniciativa contou, como vimos, com o apoio episódico de Jacques Doriot, além de outros personagens de vários quadrantes da esquerda, mas fracassou rapidamente. No ano seguinte Bergery fundou o jornal *La Flèche,* que lhe serviu para orientar gradualmente a Frente Comum em direcção a um nacionalismo populista de carácter fascista. «Querer lutar contra os *trusts* sem lutar contra os stalinianos», escrevia ele em 1938, «é perder as classes médias e os camponeses, que representam três quartos da França. Querer lutar contra os stalinianos sem lutar contra os *trusts* é voltar contra si a totalidade da classe operária, sem a ajuda da qual qualquer paz social e qualquer esforço de reconstrução são um mito»[6]. Partidário em 1938 e 1939 de uma política de apaziguamento relativamente ao expansionismo hitleriano, Bergery serviu o regime de Vichy, primeiro como conselheiro de Pétain e depois como embaixador em Moscovo e em Ankara. Menos vistoso do que muitos dos seus pares, os tribunais absolveram-no em 1949 da acusação de colaboracionismo, ele que tanto fizera para promover o fascismo em França, e que o próprio Lucien Rebatet classificava, no auge da guerra, como «uma das vedetas do partido dos "colaboradores"»[7].

Personalidade de destaque numa ala tecnocrática e autoritária da SFIO, Marcel Déat, embora sem sugerir a constituição de uma frente que abrangesse os comunistas, defendia uma remodelação fundamental do socialismo, que o tornaria, na sua opinião e na dos seus amigos políticos, capaz de enfrentar com eficácia o fascismo[8]. Ele propunha-se disputar aos fascistas as camadas sociais insatisfeitas, embora não proletarizadas, e batê-los neste terreno. No final de 1933 abandonou a SFIO para fundar o Partido Socialista de França, e o sentido político da ruptura pode avaliar-se quando sabemos que era, ao mesmo tempo, membro do Comité de Vigilância dos Intelectuais Anti-Fascistas. A eficácia do combate ao totalitarismo radical da direita parecia, portanto, nortear as suas preocupações. Contudo, no discurso, a muitos títulos notável, que proferiu no congresso da SFIO de Julho de 1933 contra Déat e os seus partidários, o velho Léon Blum viu a situação com justeza e adivinhou o que se ia passar, ao preveni-los «do perigo de que [...] no vosso ódio ao fascismo, na vossa vontade de o combater e vencer, na vossa vontade de chegar ao poder antes dele, acabem por copiar-lhe as suas próprias armas e, o que é bem pior, a sua própria ideologia»[9]. Com

[6] Citado em R. O. Paxton (1973) 259.
[7] L. Rebatet (1942) 535.
[8] Para a cronologia da vida política de Déat sigo P. Milza et al. (1992) 198-199.
[9] Citado em Office Universitaire de Recherche Socialiste (1970) 25.

efeito, o anticomunismo de Déat levou-o a recusar a adesão ao Front Populaire, em 1936. Defensor de um corporativismo tecnocrático que cada vez mais o aproximava dos regimes fascistas, Marcel Déat tornou-se durante a ocupação nazi o principal rival de Doriot na chefia da extrema-direita, fundando no começo de 1941, juntamente com Pierre Laval, o Rassemblement National Populaire e ocupando a partir de Março de 1944 a Secretaria de Estado do Trabalho e da Solidariedade Nacional.

Quando o Front Populaire foi formado, em 1936, reuniu precisamente aqueles partidos, o comunista, o socialista e o radical-socialista, mas já sem os pioneiros que uns anos antes haviam tentado promover a estratégia unitária ou que, mesmo não o fazendo, procuravam, como Déat, reforçar a oposição ao fascismo. Os três chefes políticos, com os seus seguidores, ou se haviam passado para o lado oposto ou caminhavam em passos largos nessa direcção. Anos mais tarde, em 1942, quando o governo de Vichy decidiu levar a tribunal as personalidades da República que aberrantemente considerou responsáveis pela catástrofe militar, deu a Léon Blum mais uma oportunidade de exercitar em público a sua fina ironia: «Os promotores da Frente Popular enquanto movimento político, os seus padrinhos – talvez os senhores se espantem com a informação – foram o Sr. Doriot e o Sr. Gaston Bergery»[10]. Que os primeiros entusiastas de uma frente antifascista se contassem depois entre os principais cabecilhas daquela mesma corrente política a que haviam pretendido opor-se, eis um mistério cuja elucidação é uma condição absolutamente necessária para se entender, não só a génese do fascismo, mas sobretudo a génese do antifascismo.

2

Aliás, os fios que importa deslindar não se teceram apenas a oeste do Reno. Na Alemanha, Otto Strasser provocara em Julho de 1930 uma cisão no partido nazi, fundando uma organização rival, que agrupou, nos seus próprios termos, os nacionais-socialistas revolucionários. De então em diante o enfraquecimento da posição detida por Hitler no interior do NSDAP tornou-se uma prioridade absoluta para Otto Strasser, que em Fevereiro

[10] Citado em D. Wolf (1969) 93 n. 1.

dez recaíram nele, o resto manifestou-se em branco ou dispersou-se por candidaturas marginais. Num movimento autoritário, como ter um chefe sem autoridade? O sucessor de José Antonio vencia, perdendo. A Falange estava sem chefe.

Seria o momento para desencadear um confronto violento no interior do campo nacionalista? Foi a oportunidade para unir todas aquelas facções, demasiado fracas para que cada uma pudesse prevalecer, e para assentar sobre elas uma autoridade suprema. Na noite de 19 de Abril de 1937 Franco decretou a fusão da Falange e dos carlistas, bem como de outros movimentos menores e, alguns dias depois, também dos monárquicos partidários de Alfonso XIII. Não pediu a opinião às direcções dos movimentos, que estavam já divididos ou acéfalos. Tinham o culto do chefe, haviam-no encontrado enfim. Os quatro pólos do fascismo estavam reunidos.

Talvez não fosse imaginoso o nome que recebeu o partido único, mas era de certeza descritivo, como se alguém, no cruzamento dos dois eixos, olhasse em redor e enunciasse os marcos da nova política – Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista. No exacto centro, Francisco Franco, que a si mesmo se nomeara Chefe Nacional, e com ele, sua mão direita, Ramón Serrano Suñer, com poderes nebulosos, como convinha a quem dispunha de tantos. O cargo de secretário-geral foi deixado por preencher e os principais postos honoríficos distribuíram-se a um Secretariado ou Junta Política. Lançados para além da periferia, todos os que não quiseram apagar-se na anonimidade da nova burocracia do nacionalismo. Fal Conde permaneceu no exílio português. Hedilla, recusando terminantemente o primeiro lugar na Junta Política, viu-se preso, condenado à morte, comutada a sentença por prisão perpétua, libertado em 1941 e colocado em residência fixa em Maiorca, indultado por fim em 1947 e remetendo-se ao silêncio daí em diante, um silêncio talvez não menos pesado do que aquele que sofrera em cela isolada, na prisão das Canárias. Muitos outros falangistas foram detidos também, alguns condenados à prisão. Gil Robles continuou a apoiar o levantamento, mas de fora do país[74].

As facções persistiram, claro, e os descontentamentos, que não são apagados por decreto. Sobretudo depois de terminada a guerra civil os conspiradores impenitentes

---

[74] Para a descrição dos acontecimentos de Dezembro de 1936 até Abril de 1937 em Salamanca consultei: M. García Venero (1967) 291-294, 323-330, 348-349, 353-420; S. G. Payne (1961) 148-171; H. R. Southworth (1967) 179, 185, 187-238; H. Thomas (1965) 449, 527-534.

Acerca do sucedido nos dias 16 e 17 de Abril a versão de Herbert Southworth é a que me parece mais verosímil. A argumentação deste historiador nas pags. 200 e 220-224 mostra que Hedilla não se limitou a uma atitude defensiva e conciliatória, mas tomou a ofensiva contra o triunvirato, recorrendo para isso às milícias comandadas por Carl von Haartman.

voltaram a encontrar-se, a sondar o terreno, meditando as condições para um golpe que assegurasse a hegemonia à tradição radical do fascismo. Mas o poder conquistado tem mecanismos muito diferentes da conquista do poder, e nada há como a distribuição de benesses para amolecer aqueles que pareciam rijos enquanto se tratava de lutar pela satisfação das ambições. Entre os seus correligionários o Caudillo manobrou, e bem, com os compromissos, as compras, o isolamento de alguns, o fuzilamento de muito poucos. A burocratização do movimento encarregou-se do resto. Não foi preciso mais para assegurar a ordem no interior da Falange unificada[75].

Nós hoje, que vemos como inelutáveis, e não como uma aventura, os desenhos da história, entendemos que passara já definitivamente a oportunidade dos Camisas Velhas. Mas para os coevos tudo podia parecer ainda muito conturbado. Não espanta que houvesse do lado republicano quem se interessasse mais em explorar as discórdias entre falangistas do que em encorajar e prover de munições os populares rebeldes ao jugo de Franco.

8

Quando se referem as relações de dirigentes republicanos com falangistas, o nome mais evocado é o de Indalecio Prieto. E, no entanto, lê-se num relatório de Junho de 1938 enviado por von der Schulenburg, então embaixador alemão em Moscovo, que a imprensa soviética deixava a impressão de que os comunistas julgavam possível um entendimento com elementos da Falange, em virtude das discórdias persistentes que os opunham aos militares[76]. Mas não há dúvida que nenhum responsável republicano prosseguiu esta orientação mais sistematicamente do que Prieto.

Parecendo esquecer que lhe apresentara – precisamente a ele – um programa de organização das guerrilhas na zona franquista, García Oliver apostrófa-o nas suas memórias. «Prieto, socialista sem marxismo, sem luta de classes e sem justiça social, era o exemplo vivo da crise do socialismo no centro e no sul da Europa, com a sua direita confinante com

[75] Acerca das facções e conspirações no interior da Falange após o decreto de 19 de Abril de 1937 ver S. G. Payne (1961) 175, 212-215, 234-236, 264-266 e 294 nn. 21 e 23.

[76] Id., ibid., 291 n. 29.

o fascismo»[77]. De muito pouco interessam os cargos que Indalecio Prieto pudesse ou não desempenhar quando rejeitou o plano do dirigente anarco-sindicalista, porque eram completamente opostos os seus interesses. Desde os primeiros anos da década de 1930, quando os banqueiros de Bilbao começaram a procurar alguém a quem pudessem com segurança entregar fundos para a criação de um movimento fascista, fora ele o candidato preferido[78] e, apesar de ter recusado, manifestou sempre simpatia por José Antonio, que os capitalistas se haviam depois resignado a apoiar. Em 1934 o governo da coligação dos radicais com a CEDA, ao ver a Falange pôr em causa a sua política conservadora, pretendeu retirar a José Antonio o mandato de deputado, sob o pretexto de posse ilegal de armas de fogo. No parlamento foi Prieto, com um vigoroso discurso, quem salvou o acusado, de tal modo que este lhe agradeceu efusivamente em plena sessão. A colaboração com o líder do socialismo moderado pareceu tão funesta à facção falangista mais radical que, animada por um agente monárquico inflitrado no partido e responsável pelos grupos de choque e pelo serviço de segurança, tentou organizar um atentado contra Indalecio Prieto[79] e chegou mesmo a planear o assassinato de José Antonio[80]. Este, entretanto, em conversas privadas, indicava que as suas opiniões em matéria de economia pouco diferiam das defendidas por pessoas como Prieto[81]. E em Fevereiro de 1936, dias depois de ser conhecida a vitória da Frente Popular nas eleições, José Antonio contactou o socialista Juan Negrín e, por seu intermédio, procurou convencer Prieto a fundir com a Falange a facção moderada do Partido Socialista e a pôr-se mesmo à frente da nova organização, esperando assim atrair ainda os partidários de Angel Pestaña e os membros da CNT avessos ao internacionalismo[82]. Nas vésperas do confronto armado, aquele que seria em breve a imagem mítica de todo o campo nacionalista recorria a um futuro primeiro-ministro do campo republicano para tentar, vãmente, seduzir um futuro ministro da Defesa da república. Tão próximos estavam todos, girando cada um na órbita dos outros! Podemos compreender que durante a guerra civil algumas distâncias não fossem tão grandes como pareciam. E de novo, durante o mês de Maio, enquanto Mola e os outros generais se atarefavam na preparação do golpe militar que em breve desencadeariam, e com o qual a Falange começava já a esboçar os primeiros

[77] J. García Oliver (1978) 555.
[78] S. G. Payne (1961) 32-33. Ver igualmente H. Thomas (1965) 98 n. 3.
[79] M. García Venero (1967) 49.
[80] S. G. Payne (1961) 59-61.
[81] Id., ibid., 79.
[82] Id., ibid., 97-98; H. Thomas (1965) 138.

compromissos, ainda José Antonio, preso desde há dois meses, manifestava o seu acordo com as ideias de Prieto[83].

Se as declarações e a actuação do obeso dirigente socialista podiam ser ambíguas, mais ainda o eram os seus silêncios e as múltiplas ocasiões de inércia. Indalecio Prieto, que antes de 17 de Julho de 1936 recusara os convites dos banqueiros e do chefe fascista, procurou depois, durante a guerra civil, chegar a termos de entendimento com a Falange, que pudessem constituir a base para uma paz negociada. E ainda aqui reflectia as preocupações expressas por José Antonio na cadeia de Alicante, quando o Chefe Nacional da Falange, ao perceber o agravamento do conflito, afirmava que a única saída consistiria em pôr termo às hostilidades e encetar uma obra de reconstrução económica e política em que se reunissem as boas vontades dos dois campos[84]. E ao mesmo tempo que José Antonio pedia em vão às autoridades da república que o autorizassem a deslocar-se a Burgos, oferecendo-se para servir de intermediário entre ambos os lados[85], os seus amigos políticos desenvolviam uma campanha internacional para obter a sua libertação, contando Prieto como o principal contacto entre os republicanos[86]. Apesar dos esforços neste sentido[87], o dirigente socialista, que dois anos antes salvara o fascista da acusação de posse ilegal de armas de fogo, não conseguiu poupá-lo agora a ser condenado ao fogo das armas por acusações bem mais graves. Fuzilado José Antonio, os textos por ele escritos durante o seu cativeiro foram parar às mãos de Indalecio, que os estudou atentamente e procurou usá-los para estimular cisões no interior das forças nacionalistas[88]. E a política de conciliação que o líder socialista tentou seguir aproximava-se decerto conscientemente da que havia sido proposta pelo Chefe Nacional da Falange. Curioso destino, o destes dois homens, sem nunca fundirem as suas forças e cada um reproduzindo, não obstante, muitos dos ideais políticos do outro. Talvez José Antonio, que as autoridades franquistas tanto mais desfiguravam quanto o propunham a um culto quase religioso, tivesse verdadeiramente sobrevivido no campo republicano, na ala moderada do socialismo.

Preso em Salamanca, na sequência dos acontecimentos que levaram à queda de Hedilla e aos decretos de Abril de 1937 fundindo todas as organizações nacionalistas na nova Falange, Rafael Garcerán Sánchez foi acusado de manter relações clandestinas com Indalecio Prieto. Talvez fosse uma mera calúnia da polícia, ou uma suspeita infundada,

---

[83] H. Thomas (1965) 149.
[84] S. G. Payne (1961) 133-135.
[85] Id., ibid., 135.
[86] Id., ibid., 137.
[87] Id., ibid., 138.
[88] Id., ibid., 140 n., 178-179.

devida à mania persecutória dos profissionais da vigilância. Na mesma ocasião imputaram também a Hedilla contactos com Prieto[89]. Mas não espantaria que fosse verdade, pois Garcerán conservara até Outubro de 1933 a sua filiação entre os socialistas, embora desempenhasse já as funções de secretário pessoal de José Antonio[90], que o empregou em muitas missões confidenciais da maior importância, nomeadamente nos contactos com Mola aquando da preparação do golpe militar. Sendo um dos elementos mais activos da facção que reunia os nostálgicos de José Antonio, e como tal oposto a Hedilla, é bem possível que Garcerán partilhasse a simpatia que o defunto Chefe Nacional tinha por Indalecio Prieto e que este, por seu turno, visse ali uma primeira oportunidade para explorar as contradições do campo nacionalista. Garcerán esteve preso durante algum tempo e ficou definitivamente afastado da vida política[91]. Foi outro o actor da principal jogada de Indalecio Prieto.

Em 1937 Raimundo Fernández Cuesta, secretário-geral da Falange antes do levantamento, preso na zona republicana, era procurado na cadeia por um emissário de Prieto, que lhe levava a proposta de uma paz negociada, e o tom da conversa foi decerto suficientemente amigável para que o fascista confidenciasse ao socialista que o resultado da batalha de Guadalajara, em Março desse ano, onde as tropas italianas haviam sido derrotadas pelas divisões do anarco-sindicalista Cipriano Mera e do comunista Lister, com a colaboração dos tanques do general soviético Pavlov, fora a «única satisfação que sentira na guerra»[92]. Satisfação, claro, a de um nacionalista espanhol saudando o êxito de compatriotas contra um exército estrangeiro, ainda que os estrangeiros fossem fascistas e fossem vermelhos os espanhóis vencedores. A mesma satisfação com que mais tarde o general Yagüe, discursando perante os falangistas em Burgos num banquete comemorativo do primeiro aniversário da fusão dos movimentos nacionalistas, enalteceu as qualidades guerreiras dos republicanos, contrapondo-as ao comportamento de Alemães e Italianos, que classificou de «animais de rapina»[93]. A frase custou uma punição ao general, suspenso durante algum tempo das funções de comando, e granjeou-lhe decerto apoios no meio em que os pretendia.

Nestas circunvoluções da ideologia as iniciativas práticas de Indalecio Prieto não parecem nada deslocadas, e devido às suas boas graças Fernández Cuesta beneficiou em Outubro de 1937 de uma das raras trocas de prisioneiros. Na zona nacionalista, a figura do

---

[89] Acerca da acusação feita a Hedilla ver M. García Venero (1967) 407.

[90] Id., ibid., 197, 316.

[91] S. G. Payne (1961) 110-111, 115, 151-152, 171.

[92] H. Thomas (1965) 501. Este autor não indica data para o encontro, necessariamente posterior a 18 de Março, dia em que terminou a batalha de Guadalajara.

[93] Id., ibid., 673.

antigo secretário-geral da Falange havia servido antes de Abril de 1937 como referência para a facção dos Camisas Velhas oposta a Manuel Hedilla[94] e os cálculos políticos de Prieto eram por isso fundamentados. Seis meses após ter sido decretada a fusão da Falange com os demais agrupamentos nacionalistas, eis Fernández Cuesta junto a Franco, que algum tempo depois o investiu das funções honoríficas de secretário-geral do Conselho Nacional do movimento, nomeando-o também, em Janeiro de 1938, ministro da Agricultura no primeiro governo nacionalista regularmente organizado. «Aparentemente, Prieto esperava com isto ou incitar à acção os Camisas Velhas, proporcionando-lhes um líder que pudesse substituir Franco, ou facilitar as diligências para uma paz negociada, ou conduzir ao estabelecimento da Falange Española Auténtica (FEA), que ele tentava promover como uma espécie de força mediadora entre a velha Falange e os socialistas moderados. [...] Todavia, Fernández Cuesta não alterou a influência que Serrano Suñer exercia no movimento [...]»[95]. Talvez Indalecio Prieto não tivesse percebido até que ponto o decreto de 19 de Abril e o controle directo assumido por Franco sobre a nova Falange tinham modificado a situação. A sua jogada falhou duplamente, não só porque a presença de Fernández Cuesta não contribuiu para agravar as cisões no campo nacionalista, mas ainda porque as funções partidárias que o recém-vindo assumiu permitiram a Serrano Suñer encobrir-se por detrás de um Camisa Velha para continuar a dirigir a Falange.

Para entendermos este jogo na sua verdadeira dimensão não basta conhecer as duas peças principais, porque a personalidade do intermediário que negociou com o falangista na cadeia é reveladora também. Chamava-se Angel Díaz Baza, e era socialista e amigo de Prieto, que no final de 1937 o nomeou para chefiar um novo organismo de espionagem e contra-espionagem, o SIM, destinado a coordenar as muitas agências congéneres existentes no lado republicano. O objectivo último do SIM seria o de «limitar a actividade dos "incontroláveis", anarquistas ou outros [...]»[96], e quem melhor para policiar as próprias fileiras do que um especialista em contactos secretos com o inimigo? «Contudo,» comenta laconicamente Hugh Thomas, «este homem admirável não era a pessoa indicada para dirigir um serviço secreto durante uma guerra civil»[97]. Depressa a coordenação da espionagem

---

[94] M. García Venero (1967) 289.

[95] H. Thomas (1965) 613.

A mesma visão dos acontecimentos e as mesmas críticas a Prieto encontram-se em M. García Venero (1967) 333. Note-se que S. G. Payne (1961) 176 e 178-179, ao relatar este episódio, é bastante mais cauteloso quanto às origens da Falange Española Auténtica e às suas eventuais relações com Prieto. As informações coligidas por H. R. Southworth (1967) 216-217 mostram que a Falange Auténtica, se puder confundir-se com a Falange Autónoma, teve uma real existência política, independente das manobras de Indalecio Prieto.

[96] H. Thomas (1965) 626.

[97] Id., ibid., 626.

republicana passou a ter outro chefe. A razão pela qual Díaz Baza era «admirável» não me parece menos obscura do que o motivo que o impedia de ser «a pessoa indicada para dirigir um serviço secreto». Como não estão aqui em causa os critérios de um historiador, mas os resultados da história, importa apenas saber que, sob os seus novos dirigentes, o SIM ficou inteiramente submetido à influência do Partido Comunista, de modo que Prieto deixou de controlar o organismo que acabara de criar. Díaz Baza parece ter sido uma vítima das tensões que se avolumavam entre o seu mentor e os comunistas. Ainda em 1937, e sempre inspirado por Prieto no afã de alcançar uma paz negociada, o «homem admirável» manteve contactos em Hendaye com o governador militar de Irún[98], e de novo o encontramos em Fevereiro e Março do ano seguinte, desta vez em Saint-Jean-de-Luz, a tentar estabelecer um acordo com os nacionalistas e uma paz de compromisso no preciso momento em que o Partido Comunista tornava públicos os ataques contra Indalecio Prieto[99].

O que distinguiu esta diplomacia animada por Prieto de outras iniciativas de paz esboçadas por alguns políticos socialistas ou liberais foi a pretensão de manipular as divisões e o descontentamento existentes no interior da Falange. Por isso foi mais do que um esforço para evitar as piores consequências de uma derrota que se previa inevitável – a não ser que a guerra iminente na Europa se desencadeasse a tempo. O desejado encerramento das hostilidades teria aqui por base um acordo entre partidos. Neste caso o arco que do campo republicano se projectou para o campo nacionalista partiu do chefe da ala mais moderada do socialismo espanhol, esperançado em reforçar politicamente alguns dignitários civis do fascismo, decerto receosos do exagerado poder que uma vitória total daria aos generais.

Mas fica algo por explicar na actuação de Prieto. De 1923 a 1930 fora ele a opor-se, sem êxito, à colaboração dos socialistas com a ditadura fascizante do general Primo de Rivera[100], precisamente quando Largo Caballero se tornava conselheiro de Estado e a UGT multiplicava o número de membros devido ao apoio prestado ao regime, à sua participação nos Comités Paritários destinados a arbitrar os conflitos laborais e graças também às redobradas perseguições sofridas pelos sindicatos anarquistas. E poucos anos depois, durante a guerra civil, foi Largo Caballero a colocar-se à frente da esquerda socialista e Prieto a ensaiar um relacionamento com o fascismo. Que dinâmicas políticas haviam levado à inversão das geometrias?

---

[98] Id., ibid., 632.
[99] Id., ibid., 652.
[100] C. M. Lorenzo (1972) 59 n. 41; H. Thomas (1965) 47.

Em termos geométricos não há dúvida que Indalecio Prieto via com acerto. O centro político da Espanha encontrava-se cindido pela linha de frente dos exércitos e uma orientação moderada só podia prevalecer se a burocracia dos sindicatos socialistas se conjugasse com os aspirantes a burocratas do embrionário sindicalismo fascista. A finalidade desta estratégia não era abrir uma segunda frente de luta, mas o seu exacto contrário, iniciar no âmbito do centro conversações de paz que pusessem fim à guerra civil, em detrimento dos extremistas de ambos os lados. Foi nos termos dinâmicos do problema que Indalecio se enganou, e completamente.

9

A junção dos radicais do franquismo e dos radicais do regime republicano podia parecer possível a alguns porque em 17 de Julho de 1936 não se desencadeou uma guerra civil, mas três. O proletariado continuou a guerra de classe que desde há decénios vinha a travar contra latifundiários e patrões de fábricas, fossem conservadores ou liberais, favoráveis ou contrários à coroa. Quando os trabalhadores pegaram em armas para se bater contra o levantamento militar não estavam a defender a burguesia republicana, mas a renovar o seu combate de sempre. Por isso, a partir do momento em que a revolução social se converteu numa guerra em prol das instituições legais, as tensões internas do campo republicano só podiam ser crescentes. Entre os comunistas, contra a orientação conservadora e centralista dos stalinianos agia o POUM, revolucionário e basicamente catalão; e, entre os anarco-sindicalistas, contra a política de aliança com as forças da república, encabeçada por Horacio Prieto e Diego Abad de Santillán, e contra o autoritarismo de García Oliver e a militarização das milícias por ele promovida, manifestava-se a insatisfação latente e a descrença das bases sindicais.

A revolta de Maio de 1937 em Barcelona resultou da junção destes descontentamentos e representou, na guerra civil, a abertura de uma nova frente. Mas o POUM não teve força, nem possivelmente vontade, para enquadrar e dirigir um empreendimento de tamanha dimensão. E os principais dirigentes da CNT-FAI fizeram todo o possível por desmoralizar e desarmar os insurrectos, quando não ameaçaram mesmo fuzilar os soldados anarquistas que pretendiam abandonar a frente de Aragão para irem

combater nas barricadas de Barcelona[101]. Talvez Durruti, com o seu prestígio e as tropas que comandava, pudesse ter dado aos revoltosos a direcção que lhes faltava e novo alento. Mas há seis meses já que ele jazia no cemitério de Casa Antúnez e, enquanto vivera, desde os dias decisivos de Julho de 1936 hesitara sempre, falando a favor da revolução e do direito das milícias a manterem a disciplina libertária, mas abstendo-se afinal de inverter os pratos da balança com o peso do seu nome e das suas armas. É mais do que provável que nas jornadas fatídicas de Maio, em que se extinguiu o ânimo de resistência dos trabalhadores, Durruti tivesse permanecido em campanha, sem intervir na capital da Catalunha. Afinal, foi mais eficaz morto, depurada a glória do cadáver das ambiguidades e indecisões dos seus últimos meses de vida e utilizado como bandeira por aqueles que se propunham levar mais fundo a renovação da sociedade.

E tudo isto quer dizer, então, que aquelas barricadas não foram o prelúdio possível de um novo surto revolucionário, mas a sua conclusão definitiva. O próprio agrupamento Los Amigos de Durruti, que pretendeu dar às jornadas de Maio uma orientação consequente e ressuscitá-las depois, demonstrou, com o seu jacobinismo extremo, que os trabalhadores de Barcelona não conseguiam já movimentar-se com autonomia. Como sempre sucede nas lutas sociais no capitalismo, a derrota não veio de fora. Os trabalhadores haviam sido vencidos internamente, a partir do momento em que se revelaram incapazes de generalizar as suas novas formas de organização e de disciplina. Derrotara-os a ilusão de defender a ordem republicana ao lado dos outros partidos políticos, quando converteram a avançada de uma coluna de milicianos contra Saragoça num confronto militar de posições fixas.

Este foi, no campo da República, o desfecho breve de uma segunda guerra civil. Falta o epílogo.

---

[101] As ameaças de fuzilamento deveram-se a Gregorio Jover e García Vivancos, consoante se lê em F. Mintz (1977) 231. Note-se que García Vivancos havia sido membro de Los Solidarios e Jover era íntimo de alguns dos mais importantes activistas desse grupo. Quando, mais tarde, se reorganizaram sob o nome de Nosotros, Jover foi um dos membros e García Vivancos, embora não tivesse aceitado a filiação, assistiu a algumas reuniões, tal era a confiança que nele tinham. Ver a este respeito J. García Oliver (1978) 82, 160-161, 190 e 630.

10

Em Maio de 1937 os comunistas stalinianos triunfaram contra o POUM e os anarquistas radicais. Em Março de 1939 as tropas militarizadas de uma CNT burocrática foram decisivas para aniquilar os comunistas no território que restava ainda à República.

O golpe dirigido pelo comandante do Exército do Centro, coronel Segismundo Casado, com a participação também de liberais e socialistas moderados, e de que resultou a formação do Conselho Nacional de Defesa, foi sobretudo pensado e posto em prática pela CNT, através do Comité de Defesa da sua Federação Regional do Centro. Na CNT, como nas demais organizações políticas do campo republicano, mandava quem tivesse as armas, e ao mesmo tempo que um anarco-sindicalista se encarregava no governo de Negrín do Ministério da Educação e da Saúde, as tropas anarco-sindicalistas de Madrid, as únicas que restavam, derrubaram governo, saúde e educação tudo junto. Os stalinianos haviam-se encarregado de eliminar as últimas veleidades revolucionárias do anarquismo, desimpedindo assim o caminho para a completa burocratização da CNT-FAI, e afinal, quase dois anos mais tarde, foram liquidados pelos mesmos cuja reaccionarização tinham apressado. Em Março de 1939, a poucos dias de chegar ao fim a guerra civil entre republicanos e nacionalistas, terminou a guerra civil interna ao campo republicano. A vitória obtida pelo IV Corpo de Exército, comandado pelo libertário Cipriano Mera, na batalha que travou em Madrid de 7 a 12 de Março com os três Corpos de Exército chefiados por comunistas deixou vários milhares de mortos, apressou o avanço dos nacionalistas e precipitou a desintegração das tropas da república, anulando o pouco ânimo que restasse já para combater.

O objectivo da CNT e dos seus aliados era negociarem uma paz com Franco, em nome do anticomunismo comum a ambas as partes, mas o Generalíssimo continuou a exigir a capitulação incondicional e confidenciou a sua satisfação por lhe terem poupado «o trabalho de esmagar os comunistas». Exactamente duas semanas depois de os anarco-sindicalistas terem conseguido em Madrid um derradeiro triunfo sobre os rivais stalinianos, o exército nacionalista entrou na cidade, destroçando o que restava de todos eles[102]. E com

[102] H. Thomas (1965) 734-755. A frase de Franco vem na pag. 751. Este autor escreve, na pag. 734, que «os preparativos da conspiração e o seu prosseguimento não teriam talvez resultado sem a contribuição dos anarquistas de Madrid», mas, como é seu hábito, esquece-se depois de analisar o papel desempenhado pelos libertários, que pouco aprecia. C. M. Lorenzo (1972) 264-265 dá o devido realce à participação dos anarco-sindicalistas de Madrid. É ainda César Lorenzo quem indica, na pag. 264, que «vários milhares de

este singular golpe de Estado, que parece recomendado por um Machiavelli demente a um príncipe senil, os anarquistas colocaram-se na posição de derradeiros responsáveis pela derrota.

11

A convergência entre anarquistas e sectores do fascismo, que não se efectivou até Abril ou Maio de 1937 e seria totalmente impossível enquanto a guerra civil durasse, ressurgiu após a derrocada de 1939 em sucessivas formas transformadas, ligando alguns Camisas Velhas, ou alguns políticos conservadores monárquicos, a elementos entre os mais moderados, ou tornados mais conformistas, do aparelho que restava da CNT. Falangistas autênticos, carlistas, anarquistas puros haviam sido irremediavelmente projectados para a periferia, onde não encontrariam sequer um horizonte comum. Os contactos entre os dois antigos campos da guerra civil não continuaram o episódio revolucionário de 1937. Pelo contrário, foram uma sequência do golpe de Março de 1939. Os dirigentes da CNT deram início, depois de completamente derrotados, às conversações de paz que Franco não se dignara aceitar antes.

Logo em Março de 1939, e julgo que já no exílio, foi Pedro Herrera, próximo desde há muito de Abad de Santillán, e portanto um membro activo da FAI, quem sugeriu pela primeira vez o estabelecimento de contactos entre a CNT e a Falange. Mas os dirigentes anarquistas imigrados em França recusaram a proposta[103]. Em 1940 ou 1941 foi do outro lado do espectro libertário que partiu a ideia de chegar a um entendimento com uma ala da Falange e de actuar no interior dos sindicatos fascistas, tal como propuseram Ricardo Fornells, Sebastián Clará, José Corbellá e Corrons, membros do Partido Sindicalista e antigos signatários do Manifesto dos Trinta, ou seja, da facção moderada da CNT, que havia cindido em 1931 em virtude de confrontos com a FAI e só se reintegrara no Congresso de Saragoça, em Maio de 1936.

---

homens pagaram este recontro com a sua vida». Apesar de ser geralmente tão minucioso nas estimativas de baixas, Hugh Thomas nem invoca a questão a propósito do golpe de Casado.

[103] C. M. Lorenzo (1972) 274 n. 3.

Estas tentativas de aproximação encontraram correspondente no outro campo. José Antonio Girón, um falangista radical muito próximo de Yagüe e em contacto com os Camisas Velhas participantes na frustrada conspiração de 1939-1941, e que se manteve nas funções de ministro do Trabalho desde 1941 até 1957, procurou recrutar quadros sindicais entre os militantes da CNT. Não se esforçou por aliciar apenas os que jaziam nas prisões, e talvez mais facilmente pudessem ceder, mas sondou também os exilados em França, o que mostra que a orientação do ministro era verdadeiramente política, e não um mero corolário da estratégia repressiva. De imediato Girón obteve alguns resultados e em 1944 elementos oriundos do anarco-sindicalismo, com uma minoria de pessoas vindas dos campos republicano e marxista, fundaram o Partido Laborista, com a finalidade de actuarem no interior da CNS e de limitarem aí progressivamente o peso da Falange. Mas o ensaio ruiu por falta de apoio entre os militantes da CNT e no final de 1947 o incipiente Partido Laborista extinguiu-se[104]. Se aquela ala dos sindicatos nacionalistas tirou alguma lição deste fracasso foi a de que era necessário prosseguir e ampliar as iniciativas. Em 1947, e depois novamente em 1952, fizeram-se mais propostas de abertura à CNT[105]. Abertura aos dirigentes, bem entendido, que talvez parecesse tanto mais necessária quanto a posição da base se manifestava com clareza. Em 1951, na Catalunha, a CNT conseguiu transformar a greve geral de 12 de Março, inicialmente fomentada por dignitários falangistas radicais, num movimento contra o regime e a própria Falange, de que resultaram mortos, feridos, milhares de presos[106]. Nada demonstra melhor o fosso que continuava a existir entre as diferentes tendências que persistiam em reivindicar-se do anarquismo.

Os dirigentes da CNT não responderam favoravelmente aos convites da Falange porque estavam, na mesma altura, a propor uma aliança aos conservadores dissidentes do franquismo, os monárquicos partidários de Don Juan, conde de Barcelona. No final de 1945, num momento particularmente conturbado da política na emigração, quando Indalecio Prieto retirou o seu apoio ao governo Giral, os dirigentes da CNT, tanto em Espanha como no exílio, iniciaram uma série de contactos com os representantes do pretendente à coroa, que se prolongariam até 1948[107]. Perderam-se em manobras sem outro alcance nem efeitos a não ser demonstrar, se ainda fosse necessário, a completa ausência de objectivos.

Em 1965 alguns antigos dirigentes da CNT, residentes em Madrid e proclamando-se Comité Nacional da organização, tomaram a iniciativa de contactar falangistas radicais

---

[104] Id., ibid., 274-276. Quanto a Girón ver S. G. Payne (1961) 213-214.
[105] C. M. Lorenzo (1972) 276-277 n. 7, 320.
[106] Id., ibid., 320.
[107] Id., ibid., 302-304, 307, 310-311, 316-318.

próximos de José Solís Ruiz, o ministro secretário-geral do Movimento, com o objectivo de discutirem as possibilidades de actuação no interior do aparelho sindical e o reforço da intervenção dos sindicatos nas empresas e na economia do país. Dos quatro nomes que conheço entre os promotores desta reconciliação, todos eles tiveram na CNT um passado carregado de responsabilidades. Eduardo de Guzmán, anarquista de sempre, fora chefe de redacção de *La Tierra;* Gregorio Gallego contara-se entre os dirigentes anarco-sindicalistas em Madrid, logo desde o início da guerra civil; Lorenzo Iñigo pertencera ao Comité Nacional do Movimento Libertário, constituído nos derradeiros dias da guerra para unificar as direcções da CNT, da FAI e das juventudes anarquistas, e, na cadeia, ele e outro dos promotores desta iniciativa, Enrique Marco Nadal, que fora secretário geral da CNT na clandestinidade até ser preso em Maio de 1947, haviam recebido em Outubro de 1947 a visita de alguns altos funcionários franquistas que, em nome do ministro da Justiça e do próprio Caudillo, teriam proposto a absorção pela CNT de toda a estrutura sindical do regime, acompanhada pela libertação dos presos políticos, à excepção dos comunistas. O anarco-sindicalismo caucionaria, em suma, a entrada do franquismo no campo das democracias ocidentais, continuando os comunistas na cadeia, como penhor da guerra fria. Interessante proposta, que os dois presos então recusaram, para afinal, duas décadas mais tarde, serem eles próprios a sugerir algo semelhante. A direcção da CNT indignou-se, agitou-se, manifestou-se contrária às conversações, mas o certo é que estes anarquistas madrilenos gozavam, entre os exilados, do apoio de nomes sonantes: uns, moderados de sempre, como Juan López, que durante a guerra civil fora ministro anarquista do Comércio e último secretário do comité nacional da CNT na zona Centro-Sul-Levante, e que aliás, dois anos mais tarde, se poria à disposição do governo franquista para ocupar um cargo na burocracia das cooperativas; outros, antigos radicais da FAI, como Diego Abad de Santillán, ou Pedro Herrera, este precursor, que vinte e seis anos antes apontara aos seus correligionários derrotados o prudente caminho do diálogo com a Falange[108].

É muito tempo, um quarto de século. Chegou para renovar a Espanha e, nela e no resto do mundo, os confrontos sociais. Em meados da década de 1960, precisamente quando se desenvolvia a grande vaga de lutas autónomas, aqueles personagens cimeiros do anarquismo não se preocupavam em adequar as velhas tácticas da guerra de classes ao novo contexto da Espanha tecnocrática. A sua única ambição era atrelar a mítica burocracia

[108] Id., ibid., 323-324. A proposta feita por altos funcionários franquistas a Iñigo e Marco Nadal vem nas pags. 276-277 n. 7. Quanto à passagem de Juan López para o franquismo ver o verbete respectivo em V. Richards (1972) 239.

anarco-sindicalista, de que julgavam dispor, àquela outra burocracia nacional-sindicalista, igualmente ilusória, porque se manifestava inoperante. Por parte de quem não possuía já nenhuma força política, tudo isto era uma farsa. A verdadeira tragédia havia-se completado muito antes, selada em Maio de 1937.

V

RACISMO

A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DO RACISMO NACIONAL-SOCIALISTA

1

Ernst Niekisch, o antigo socialista, depois presidente do comité central dos conselhos bávaros, depois socialista independente, depois socialista de novo, parecia ter encontrado no nacional-bolchevismo a sua vocação definitiva quando a perseguição desencadeada pelo Führer à vertente populista do nazismo o levou a entrar em férias políticas. Em 1935 Niekisch ignorava que viria a ser internado num campo de concentração dois anos mais tarde e que, passada uma guerra mundial e arrumados os destroços materiais e ideológicos que ela deixara espalhados pela Europa, serviria de deputado na República Democrática até abandonar o Partido Comunista em 1953. De momento encontramos o eterno dissidente em Roma, capital de uma «nação proletária» esforçando-se nas pontas do pés por atingir o império, e ei-lo recebido pelo Duce, que o interroga sobre as razões do seu desacordo com Hitler. E Niekisch explica que fora muito influenciado pelo marxismo e que havia trabalhado nos sindicatos. Em que exaltação Mussolini parece ter ficado! Ele, o antigo sindicalista e chefe de redacção do órgão oficial do Partido Socialista italiano, via-se no outro como num espelho e confidenciava que era necessário ter sido marxista para adquirir um conhecimento verdadeiro das realidades políticas. «Quem não passou pela escola do materialismo histórico permanece sempre um ideólogo»[1]. Era evidente o subentendido, o manifesto desinteresse do Führer pelas questões económicas. Mas será que quem nunca fora revolucionário não poderia depois ser verdadeiro fascista? Mussolini, e Niekisch com ele, enganavam-se.

Hitler foi um revolucionário, talvez o mais revolucionário dos defensores da Ordem, porque as transformações que imaginava realizar seriam tão profundas que, para ele, deixariam sem sentido a questão social. Já em *Mein Kampf* lemos que a luta de classes não era inerente ao capitalismo, desencadeando-se apenas a partir do momento em que o capital por acções destruíra a relação pessoal que até então haveria unido patrões e trabalhadores[2].

---

[1] J. P. Faye (1980) 126-127.
[2] A. Hitler (1995) 285.

Ora, na visão hitleriana o capital por acções era representado pelos Judeus. E assim, ao mesmo tempo que a finança internacional atacava a partir do exterior a nação germânica, pretendendo apoderar-se da sua economia, a luta de classes desagregava internamente a solidariedade nacional. «[...] enquanto por um lado ele [o Judeu] organiza até às últimas consequências os métodos capitalistas de exploração humana, ele aborda as próprias vítimas do seu espírito e da sua actividade e depressa as chefia na luta que travam contra ele mesmo. [...] o Judeu faz uma barulheira permanente contra o capital internacional, mas na verdade ele refere-se à economia nacional, que tem de ser demolida para que a Bolsa internacional possa triunfar sobre o seu cadáver»[3]. Este esquema simplista permite decifrar o maior dos paradoxos hitlerianos, que o judaísmo sustentasse tanto o grande capital financeiro como o marxismo, tanto o capitalismo internacional como o anticapitalismo. Ambos poriam em causa, de um e outro lado, o vínculo pessoal, considerado característico do povo germânico, que teria ligado os patrões aos seus trabalhadores. E assim a fobia racial resolvia as inconsistências lógicas. Tal como a expansão do capital por acções a partir das bolsas estrangeiras ameaçava judaizar a economia alemã, também a divisão de classes correspondia a uma «judaização interna do povo»[4]. Nestes termos não existiam problemas sociais, nem mesmo dificuldades económicas significativas, pois tudo ficava remetido para os confrontos entre raças. «[...] o problema marxista tornou-se um problema racial»[5], declarara Hitler em Fevereiro de 1924 perante o tribunal que o julgava pela sua actuação na intentona da cervejaria. E algum tempo depois, na obra que ditou na prisão, ele continuou a afirmar a primazia da questão racial. «Só a perda da pureza do sangue é que destrói para sempre a felicidade interior, mergulha o homem definitivamente no abismo, e as consequências não podem mais ser eliminadas do corpo nem do espírito. Se analisarmos à luz desta questão todos os outros problemas da vida, e os compararmos com ela, veremos como perante este padrão eles são ridiculamente triviais»[6]. Uma vez resolvida a questão rácica, esperava-se que a aplicação do *Führerprinzip* às empresas permitisse restabelecer, no quadro de uma economia moderna, a unidade entre patrões e operários[7].

Em Maio de 1930, numa acerba discussão com Otto Strasser, Hitler declarara que «as únicas revoluções são as revoluções raciais; não pode ocorrer uma revolução política, ou

---

[3] Id., ibid., 289.
[4] Id., ibid., 288.
[5] Discurso de Hitler em 26 de Fevereiro de 1924, antologiado em R. Griffin (org. 1995) 117.
[6] A. Hitler (1995) 297.
[7] Quanto à forma como, depois de terem conquistado o poder, os nazis interpretaram no quadro do antigo *mundium* germânico as relações entre patrão e assalariados, ver F. Neumann (1943) 462-466.

económica, ou social – o que há sempre e apenas é a luta da camada mais baixa de raça inferior contra a raça superior dominante, e esta perde a partida se esquecer as leis da sua existência»[8]. E, após ter tomado o poder, repetiu a um dignitário nazi que «qualquer política que não tenha uma base biológica ou objectivos biológicos é uma política cega»[9].

É tão grande a camada de esquecimento e as posteriores adulterações a que a máquina de propaganda do capitalismo democrático se tem dedicado, que se torna necessário detalhar, na sua abjecção e pavorosa lógica, o programa racista dos hitlerianos. No quadro das minhas concepções, empregando exclusivamente categorias sociais, devo enunciar uma doutrina que foi proclamada mediante critérios fundamentalmente rácicos. Daí uma inevitável tensão nas formas de expressão, entre os termos usados e a referência aos alheios. Mas é isto mesmo a análise crítica.

2

Até 1934, no quadro do nacionalismo radical e mesmo da cultura alemã em geral, confrontaram-se duas abordagens do problema rácico, formuladas por universitários nos seus termos mais precisos, mas retomadas pelos movimentos políticos, que lhes conferiram o vigor de grandes opções de massas.

Na ala populista do NSDAP, encabeçada por Gregor Strasser, e cujo espírito animou os SA, sob a condução de Röhm, até ao expurgo sangrento de 30 de Junho de 1934, vigorava um racismo de tipo abrangente, tendo como modelo teórico um conceito de raça dinâmico e adaptável. A raça superior ampliar-se-ia graças à assimilação de múltiplos elementos que, embora possuidores de algumas características consideradas inferiores, estavam desde há muito física e culturalmente germanizados. Segundo esta versão abrangente, os elementos superiores iriam promovendo biologicamente os inferiores, mediante acasalamentos sucessivos. Em termos práticos, isto significava que se ampliaria e consolidaria uma raça alemã mediante a progressiva integração de todas as raças que compunham a esfera germânica. A convergência entre umas e outras resultaria de uma

---

[8] Citado em A. Bullock (1972) 157-158 e J. Droz [s. d.] 16-17. Ver igualmente D. Reed (1944) 101.
[9] Citado por H. Rauschning (1939) 274.

comunidade de trabalho, da participação de todos elas no povo alemão, da adaptação em conjunto às condições do solo alemão[10].

O quadro assimilador poderia mesmo abrir-se aos Eslavos, cujas características raciais positivas, consoante a opinião das franjas mais extremistas, próximas do nacional-bolchevismo, se manifestavam no comunismo russo. Era este o sentido das teses acerca do «socialismo prussiano», representante de uma tradição germânica voltada para Leste, que encontrava na assimilação dos Eslavos a sua razão de ser. Gregor Strasser defendia uma política externa favorável à Rússia[11] e até ao final de 1932 «a imprensa de Strasser insiste cada vez mais na necessidade de uma aproximação à União Soviética, cujo sistema interno é no entanto condenado. Strasser combate absolutamente a ideia de uma superioridade dos povos germânicos sobre os povos eslavos. [...] O tema – tão frequente no *Völkischer Beobachter* [dirigido por Alfred Rosenberg] – da superioridade dos Germanos sobre os Eslavos é combatido pela imprensa de Strasser»[12].

O conceito de comunidade de trabalho esclarece o plano em que os nazis populistas se colocavam. Para eles um destino histórico colectivo, localizado num âmbito geográfico específico, determinaria a formação da raça alemã. Era um contexto de raízes culturais e, portanto, em grande parte social a justificar o quadro da evolução biológica. Gregor Strasser, lançando o ridículo sobre os métodos de selecção racial de uma nova elite propostos pelos seus antagonistas dentro do NSDAP, defendia que através da participação no serviço militar se obteria em duas ou três décadas uma classe dirigente verdadeiramente

---

[10] Quanto ao racismo de escopo abrangente ver E. Conte et al. (1995) 85-88, 93-99, 104-105, 108-110 e 349-350.

Nas discussões com Hitler em Maio de 1930, que levaram à sua saída do NSDAP, Otto Strasser defendeu uma concepção de racismo abrangente, como se verifica em D. Reed (1944) 101.

[11] K. Heiden (1934) 203-205, 213, 216-217, 238-239.

Deve interpretar-se nesta perspectiva a ambivalência do general e académico Karl Haushofer, promotor do pensamento geopolítico na Alemanha, a respeito da posição da Rússia, observada por F. Neumann (1943) 174-175. Por seu lado, A. Bullock (1972) 318 n. 2 afirma mesmo que Haushofer era partidário de uma política externa pró-soviética. Todavia, E. Nolte (1989) 357 atribui a Haushofer uma orientação favorável à aliança inglesa, o que talvez ajude a explicar o misterioso vôo para a Escócia que o seu discípulo Rudolf Hess realizou em 10 de Maio de 1941, com o objectivo de persuadir o governo britânico a fazer a paz com o Reich. Seja como for, a posição deste teórico da geopolítica era estranha, já que, segundo A. Dallin (1957) 11 e n. 2, ele era partidário da formação de um bloco continental que incluísse a Rússia e a China, e ao mesmo tempo defendia a aliança inglesa, tendo estado implicado no vôo de Hess para a Grã-Bretanha.

Quanto a Otto Strasser, J. Droz [s. d.] 13 mostra que em 1926 ele não defendia uma orientação externa assente na colaboração com a União Soviética. No entanto, durante as discussões que travou com Hitler em Maio de 1930, e que precederam de perto a sua saída do NSDAP, Otto Strasser revelou-se favorável a uma aliança com a União Soviética, como se lê em D. Reed (1944) 103.

[12] J. Droz [s. d.] 14-15.

Quanto à ausência de uma atitude anti-eslava por parte de Gregor Strasser ver igualmente E. Conte et al. (1995) 108-109.

sólida[13]. Nesta perspectiva integradora, até o tradicional anti-semitismo da extrema-direita germânica foi revisto e de certo modo atenuado[14]. O próprio Röhm, que durante os períodos em que chefiou as SA foi uma das figuras mais poderosas do partido nazi, jamais manifestou traços de anti-semitismo, e desde a tomada do poder até ser liquidado no primeiro dia de Julho de 1934 parece ter procurado refrear a política defendida pelo Führer relativamente aos Judeus[15]. O desejo de proceder a remodelações na esfera económica explica o escopo abrangente deste racismo. Ele seria uma consequência da revolução social nacional-socialista e garantiria, em termos físicos, a consolidação dessa ordem nova.

Este tipo de atitudes encontrava raízes na legítima tradição racista, pois Paul de Lagarde, um dos precursores do anti-semitismo moderno, escrevendo no último quartel do século XIX atribuíra à debilidade da cultura alemã o facto de os Judeus não terem ainda sido assimilados e permanecerem no interior do país como um corpo estranho. Na sequência lógica desta posição, Lagarde via no exército a força que seria capaz de dissolver a especificidade da cultura e do comportamento judaicos[16], tal como a figura mais importante do populismo nacional-socialista haveria de propor cerca de meio século depois.

*

Pelo contrário, era excludente o racismo defendido por Hitler e Himmler, por Rosenberg, por Darré. Eles consideravam que a raça nórdica, que consubstanciaria o elemento superior do povo germânico, estava permanentemente submetida à ameaça de abastardamento originada pela proliferação de elementos inferiores, não só os povos estranhos que se haviam introduzido nas fronteiras do germanismo, mas igualmente as demais raças alemãs. Nesta perspectiva as raças não eram dinâmicas e relativamente adaptáveis, mas portadoras de uma essência imutável. Para os defensores de tal concepção

---

[13] Artigo de Gregor Strasser publicado em 1926, antologiado em R. Griffin (org. 1995) 123-124.

[14] Acerca da revisão do anti-semitismo empreendida pela ala populista do partido nazi ver K. Heiden (1934) 204-205 e 255-256. Referindo-se a esta corrente do racismo, E. Conte et al. (1995) 98 observam que «os profetas de uma nova raça alemã tinham evitado formular uma posição clara acerca da "questão judaica" anteriormente a 1933».

Todavia, Otto Strasser, pelo menos após a sua ruptura com Hitler, embora discordasse da estratégia seguida pelos nazis relativamente aos Judeus, propunha a adopção de «medidas restritivas, mas de forma mais digna, contra o aumento excessivo da influência hebraica», como refere D. Reed (1944) 171. E mais detalhadamente, nas pags. 260-263, este autor, que procede como um verdadeiro agente de publicidade do seu biografado, explica que, na opinião de Otto Strasser, só um número reduzido de judeus poderia ser assimilado; quanto aos restantes, considerados hostis ao povo entre quem viviam, seria necessário promulgar medidas que limitassem a sua alegada influência social, política e financeira.

[15] J. Droz [s. d.] 3, 97.

[16] Ensaio de Paul de Lagarde publicado em 1886, antologiado em R. Griffin (org. 1995) 99.

não se tratava de criar por fusão uma raça alemã. Só uma política de exclusão poderia preservar o fundamento eterno da raça nórdica. E, assegurada assim a sua supremacia, o elemento nórdico havia de se expandir e assimilar o contexto germânico e mesmo o contexto europeu mais amplo[17]. Já em *Mein Kampf* Hitler atacara com dureza o racismo de vocação abrangente. «[...] se hoje, através da imposição de uma linguagem universal, diferenças óbvias entre diversos povos forem atenuadas e finalmente apagadas, isto significa o começo de um abastardamento e assim, no nosso caso, não de uma germanização, mas de uma destruição do elemento germânico. [...] O resultado final de um processo deste tipo seria, portanto, a destruição daquelas qualidades que precisamente haviam dado ao povo conquistador a sua capacidade de vitória»[18]. Aliás, Hitler ligava esta questão ao problema do Estado[19]. Se para ele o Estado não era o objectivo da acção política, devendo apenas destinar-se a servir de meio de preservação da raça, para os defensores da outra vertente do racismo o Estado constituiria o quadro que haveria de permitir a fusão das várias componentes raciais, e por isso eles aproximavam-se do totalitarismo de tipo mussoliniano. No nacional-socialismo alemão as polémicas a respeito do Estado foram inseparáveis dos debates acerca da questão rácica. Mas é esta que agora me interessa. Ao discursar no congresso do partido em Agosto de 1933 Hitler afirmou que o nacional-socialismo «reconhece a presença no nosso povo de diferentes substâncias raciais. Ele não pretende de modo algum rejeitar, em si, essa mescla. [...] Ele deseja, no entanto, que a direcção política e cultural do nosso povo conserve o rosto e a expressão da única raça que, graças ao seu heroísmo e às suas predisposições interiores, forjou o povo alemão a partir de um conglomerado de componentes variados. O nacional-socialismo professa assim uma doutrina heróica, que sabe atribuir o seu justo valor ao sangue, à raça e à personalidade»[20]. Claramente evocada pelo perfil heróico, a raça nórdica via reconhecida a sua supremacia.

---

[17] Acerca da génese e do desenvolvimento da concepção nórdica ver E. Conte et al. (1995) 84-85, 94, 99-101, 105-107, 214 e 349. Consultar igualmente A. Bullock (1972) 399-400.

P. Cadars et al. (1972) 274 observam «a predilecção dos cineastas do Terceiro Reich pelas províncias nórdicas – a Frísia, o Schleswig, a Prússia – berço dos grandes construtores do Império e dos Arianos de sangue puro».

[18] A. Hitler (1995) 353, 354.

Para o conjunto da questão ver as pags. 353-358, 361 e 465-466.

[19] Id., ibid., 355-358.

[20] Citado em E Conte et al. (1995) 106.

Os autores, porém, presumem que com este discurso Hitler se teria oposto às teses dos defensores da raça nórdica. Pelo contrário, com a sua habilidade táctica consumada o Führer estava a fazer o que sempre fez, defendendo uma das alternativas em termos tais que deixava aos antagonistas a esperança de que as suas próprias posições não estivessem definitivamente condenadas.

Foi uma das mais curiosas contradições do racismo hitleriano – antecipadora aliás do seu malogro final – esta assimetria entre assimilação e degenerescência. Para os defensores do radicalismo populista os elementos superiores, precisamente por o serem, insuflariam as suas virtudes aos elementos detentores de características inferiores. Para os promotores do racismo excludente, porém, as consequências do acasalamento entre superiores e inferiores funcionariam num sentido único, em detrimento dos elementos superiores. Com o seu simplismo característico, Hitler aplicava à questão o princípio dos vasos comunicantes, afirmando que a alteração motivada pela mistura de sangues «implica o rebaixamento do nível da raça mais elevada»[21]. É certo que subia assim o nível dos elementos inferiores; não tanto, porém, que lhes permitisse algum dia assumir uma verdadeira preponderância. «Qualquer cruzamento entre dois seres que não estejam exactamente ao mesmo nível produz uma média entre o nível dos dois progenitores. Isto significa que os filhos estarão provavelmente num plano mais elevado do que o progenitor racialmente inferior, mas não tão elevado como o progenitor superior. Consequentemente, eles sucumbirão mais tarde na luta contra o nível superior»[22]. Além de não impedir a derrota das raças inferiores, a mestiçagem provocava a erosão da raça superior e prejudicava-lhe a pureza. Ora, como os elementos inferiores seriam, pela sua própria natureza, incapazes de criatividade cultural, qualquer melhoria da sua condição biológica revelava-se inútil, enquanto que a degradação do sangue nórdico comprometia a única raça criadora de cultura. E assim a mestiçagem era apresentada por Hitler como uma perda histórica absoluta, um verdadeiro cataclismo para a humanidade[23]. «A escolha do cônjuge [...] apresenta-se, portanto, como o acto decisivo na vida de cada indivíduo. Ela determina ou, pelo contrário, compromete a "imortalidade" de duas linhagens ancestrais [...], contribuindo assim para moldar o destino genético do povo. Trata-se de um acto irremissível. A "má" hereditariedade não pode ser suprimida nem revalorizada mediante uma "hipergamia genética" posterior, enquanto que a "boa" pode, pelo contrário, ser definitivamente corrompida pela "hipogamia genética"»[24]. O pavor obsessivo do pecado mortal, transposto do espírito para a carne, sustentava toda a dimensão pagã desta biologização do misticismo.

---

[21] A. Hitler (1995) 354.
Ver igualmente as pags. 364 e 389.
[22] Id., ibid., 258-259.
[23] Id., ibid., 260, 265, 267-269, 364-365.
[24] E Conte et al. (1995) 140-141.
Como se lê em *Mein Kampf,* «o casamento não pode constituir um fim em si, mas deve servir o verdadeiro objectivo superior, o aumento e a preservação da espécie e da raça. É este o seu único significado e a sua única função»: A. Hitler (1995) 229. A este respeito ver também as pags. 365-366.

O sangue dos membros mais puros da raça ficaria a tal ponto contaminado pela cópula com pessoas atingidas pela inferioridade biológica que, a seguir ao *pogrom* organizado pelos nazis na noite de 9 para 10 de Novembro de 1938, ao mesmo tempo que o tribunal interno do NSDAP inocentou todos os que haviam assassinado Judeus, incriminou os responsáveis por violações de Judias, expulsou-os do partido e remeteu-os para a justiça comum enquanto infractores das Leis de Nuremberga[25].

Mas por que razão aqueles homens superiores corromperam a pureza do sangue nórdico copulando com Judias, em vez de introduzirem assim elementos nórdicos no sangue judaico? E a desigualdade era mais grave ainda. «O casal nórdico», escrevia o cientista nazi Ludwig Ferdinand Clauss, «não busca o êxtase», enquanto o mediterrânico ou o levantino «é um perito nos prazeres amorosos e carnais»[26]. É certo que o prestígio político de Clauss empalideceu e ficou depois comprometido quando ele entrou em discordância com as principais figuras científicas que orientavam a política rácica do Reich, sendo expulso do NSDAP em 1943; mas mesmo depois disto a sua influência continuou a fazer-se sentir muito fortemente entre as altas instâncias dos SS[27]. Que estranho quadro, o de uma raça de heróis e senhores, inibidos sexualmente pela sua castidade e incapazes de transformar o sangue dos outros povos, enquanto as raças degradadas, aptas à fornicação poluidora, pareciam não conhecer restrições biológicas à sua actuação nociva! Só a metáfora de um corpo são e de bacilos ocultos pode servir para conceber tamanho paradoxo. É muito elucidativo que em *Mein Kampf* Hitler misture a questão da tuberculose e da sífilis com o contacto sexual com Judeus e Judias, considerando tudo isto, em conjunto, como factores de degenerescência da raça[28]. Já numa carta datando de 1919, o primeiro dos seus textos políticos de dimensões significativas a ser hoje conhecido, Hitler escrevera que os Judeus eram uma «tuberculose rácica»[29]. Eles seriam uma peste também[30], e com efeito era como um rato pestífero que a propaganda apresentava o Judeu[31]. «Ele tem a mesma função que um bacilo venenoso desempenha no organismo humano», escrevia Goebbels no seu romance[32]. Portadora da praga e protegida da epidemia, a raça judaica era desde há várias

---

[25] W. L. Shirer (1995) I 472.
[26] Citado em E. Conte et al. (1995) 77.
[27] Id., ibid., 112, 251.
[28] A. Hitler (1995) 224 e segs.
[29] Citado em E. Nolte (1989) 92-93 e D. C. Watt (1995) xxxviii.
[30] A. Hitler (1995) 54, 59.
[31] Foi o que sucedeu nomeadamente no filme *Der ewige Jude,* realizado em 1940 por Fritz Hippler. A este respeito consultar P. Cadars et al. (1972) 202 e 342.
[32] Joseph Goebbels no seu romance *Michael. Ein deutsches Schicksal in Tagebuchblättern,* publicado em 1931, antologiado em R. Griffin (org. 1995) 120.

décadas considerada por biológos e médicos como estando imune a certas doenças contagiosas, nomeadamente a mais terrível de então, a tuberculose[33]. A anti-raça estava salvaguardada do seu próprio perigo. O Judeu «envenena o sangue dos outros, mas preserva o seu próprio»[34].

A lógica que preside a esta série de contradições é meramente moral e explica-se apenas no quadro de uma metafísica hiper-romântica da história, que considera o combate dos puros como uma derradeira defesa, excluindo da sua vocação qualquer possibilidade de redimirem os impuros. Havia muito de Parsifal na mitologia rácica de Hitler e de Himmler, ou de Rosenberg[35]. Enquanto o modelo darwiniano da selecção natural e da selecção sexual fora directamente inspirado pelos mecanismos da concorrência capitalista, para Hitler o confronto entre raças assumia uma forma distinta, exclusivamente militar. Seria a guerra o fundamento da dinâmica dos povos. E nesta perspectiva vertiginosa podemos perguntar se o metacapitalismo alcançado pelos nacionais-socialistas não teria sido, afinal, o regresso a um pré-capitalismo, a uma Idade Média tal como a haviam idealizado os românticos, mas provida agora das mais sofisticadas tecnologias de destruição. No racismo vigente nos círculos políticos animados por Gregor Strasser percebemos um sentimento de confiança subjacente, que só podia dever-se à solidez económica de uma potência capitalista. Nada disto interessava aos defensores da supremacia da raça nórdica. «Nós não acreditamos nas leis económicas» escrevia o *Völkischer Beobachter*, «pelo contrário, acreditamos no poder criativo da nossa raça»[36]. Como declarou Alfred Rosenberg, «nós hoje acreditamos que não existe verdadeiramente uma história mundial, mas somente a história de diferentes raças e povos»[37]. Esta concepção de racismo aproximava-se da histeria heróica que preside sempre à luta dos poucos contra os muitos. Enquanto para o populismo nazi a revolução social operaria como uma ampla redenção biológica, para o racismo excludente dos Nórdicos tal abrangência representaria a inevitável condenação do que restava de pureza entre os Germanos. «[...] como os inferiores predominam sempre numericamente sobre os melhores,

---

Acerca do Judeu como bacilo ver também E. K. Bramstedt (1945) 171.

[33] E. Conte et al. (1995) 203-204.

[34] A. Hitler (1995) 286.

[35] A. Dallin (1957) 168 insiste na inimizade tradicional que oporia Himmler e Rosenberg, pretendendo que ela simbolizava o conflito entre a prática e a teoria. Mas o certo é que Rosenberg aspirou sempre a prosseguir uma actividade política prática, embora em grande parte ficasse frustrado nesta ambição, e Himmler não deixou de ter veleidades teóricas. Eles entraram em conflito aberto após Junho de 1941 a propósito da orientação a seguir nos territórios ocupados a Leste, sobretudo por causa da caracterização rácica de alguns povos eslavos, especialmente dos Ucranianos, mas apesar disto ambos partilharam, em termos gerais, o mesmo tipo de racismo.

[36] Citado em J. P. Faye (1980) 483.

[37] Alfred Rosenberg num discurso em Outubro de 1933, antologiado em R. Griffin (org. 1995) 132.

se ambos tivessem iguais possibilidades de preservar a vida e de se propagarem os inferiores multiplicar-se-iam a uma velocidade tal que no fim os melhores seriam inevitavelmente forçados a ficar em último lugar, a não ser que entretanto se corrigisse esta situação»[38].

Vista a questão desta maneira, a liquidação de Gregor Strasser junto com os chefes das SA era inevitável. Hitler tinha de impedir que a revolução social comprometesse a revolução rácica. Em Dezembro de 1934, seis meses depois do expurgo sangrento, um debate entre cientistas no âmbito do NSDAP confirmou o triunfo dos promotores da raça nórdica e condenou aqueles que defendiam um amplo processo de assimilação racial[39]. Neste contexto afigura-se irresistível a ascensão de Himmler, o racista nórdico puro, que durante o primeiro ano e meio do novo regime se mantivera silencioso, indiferente à disputa de carácter social entre a «revolução conservadora» e a «segunda revolução» populista. Hitler declarara, anos antes, que à revolução social, a revolução da piedade, se opunha a única verdadeira revolução, a revolução rácica, «a selecção operada numa nova camada de Senhores, de homens que não se deixam [...] guiar pela moral da piedade»[40]. Eram esses os SS.

O prevalecimento dos SS não representou apenas a liquidação do populismo, mas viria também mais tarde a comprometer completamente a estratégia racial defendida pelo Obergruppenführer SS Walter Darré. Em 1930 Darré tornou-se membro do partido, e de imediato foi nomeado por Hitler conselheiro para as questões agrícolas[41]. Aliado e amigo íntimo de Rosenberg[42], desde o Verão de 1933 até 1942 ele foi Führer dos Camponeses do Reich e Ministro dos Abastecimentos e da Agricultura. Para Darré o elemento fundador da raça nórdica, e que continuava a fornecer-lhe o esteio mais sólido e duradouro, encontrara-se na população estável e sedentária que compunha o mundo agrário, em contacto orgânico com a terra, regada pelo sangue dos antepassados e inspiradora de realismo e sãs virtudes. Os camponeses e os proprietários rurais, entre quem teriam outrora surgido os guerreiros e os nobres, seriam ainda a força vital da raça nórdica, e deles haveria de renascer a nobreza de sangue, fortalecendo-se a nova raça de senhores[43]. «Tal como a classe camponesa alemã é a fonte inesgotável do germanismo, devendo por isso beneficiar de um tratamento especial», teria declarado Walter Darré a um grupo restrito de dirigentes do partido no

---

[38] A. Hitler (1995) 259.
[39] E. Conte et al. (1995) 104-105, 107.
[40] Citado em J. P. Faye (1980) 135.
[41] A. Bullock (1972) 155.
[42] Acerca das relações entre Darré e Rosenberg consultar R. Cecil (1973) 130-131, 156 e 177-178.
[43] E. Conte et al. (1995) 83, 89-90, 96, 360; B. Miller-Lane (1973) 182-183.

Verão de 1932, «será também necessário garantir a segurança perpétua da nova nobreza e defendê-la da degenerescência, submetendo-a às leis mais estritas da selecção biológica e ligando-a à terra de maneira muito especial. [...] Desde o início do novo sistema que os membros da classe dirigente do partido que ainda não tiverem vínculos rurais deverão assumir a direcção de uma "fazenda da nova nobreza", convertida em propriedade familiar hereditária. Daí em diante os chefes políticos do movimento deverão ser escolhidos unicamente entre os membros desta nobreza, instrumentos seleccionados do domínio mundial alemão»[44]. Aliás, em *Mein Kampf* Hitler considerara também o campesinato como o sustentáculo da raça[45], e Alfred Rosenberg escrevera no mesmo sentido[46].

Inicialmente a colaboração entre Darré e Himmler foi estreita, e assim como o Führer dos Camponeses chefiava desde 1931 o Departamento Central de Raça e Colonização dos SS, também o agrónomo Himmler se considerava «pelos antepassados, pelo sangue e pelo temperamento um camponês» e era membro do Conselho dos Camponeses do Reich[47]. «A concepção de sangue defendida pelos SS está indissoluvelmente ligada à crença no valor do solo e no seu carácter sagrado»[48], afirmava Himmler em 1936. Mas era inevitável que surgissem contradições entre dois quadros de selecção rácica tão diferentes, um que se confundia com o meio rural, o outro que se restringia ao âmbito de uma milícia. Os interesses específicos dos SS, sobretudo a partir do momento em que adquiriram o domínio absoluto sobre os territórios que haviam sido conquistados a leste, comprometeram a antiga convergência de pontos de vista[49]. Quando abandonou a direcção do Ministério da Agricultura, Walter Darré foi também substituído na chefia do Departamento de Raça e Colonização dos SS[50]. Sem que a preservação rácica dos camponeses jamais deixasse de ser apresentada como uma condição necessária, a política racial de Himmler considerou os SS, essa peculiar tecnocracia pagã e guerreira, como o verdadeiro quadro em que se deveriam concentrar todos os esforços para conseguir a

---

[44] Citado em H. Rauschning (1939) 55-56.

[45] A. Hitler (1995) 126, 213.

[46] R. Cecil (1973) 177-178.

[47] Declarações de Heinrich Himmler em 1937, antologiadas em R. Griffin (org. 1995) 147.

[48] Citado em E. K. Bramstedt (1945) 83.

[49] B. Miller-Lane (1973) 182 supõe que, pelo facto de defender teses rácicas semelhantes às de Walter Darré, Himmler se proporia favorecer o renascimento de uma aristocracia biológica camponesa nas regiões de Leste controladas pelos SS. Esta apreciação parece-me errada. A implantação de colonos germânicos nos territórios conquistados aos Eslavos realizou-se sob a alçada dos SS e eram estes que ocupavam todas as funções de comando. O Reichsführer SS não se esforçou por implementar planos alheios, mas os seus próprios. Aliás, se já antes de 1933 Darré, segundo o testemunho de H. Rauschning (1939) 49, «alentava a especial ambição de definir a futura política alemã a leste», isto significa que estavam desde há muito lançadas as sementes da divergência prática que haveria de o opor a Himmler.

[50] E. K. Bramstedt (1945) 83 e n.

depuração do sangue nórdico e garantir a sua hegemonia. Aliás, desde há vários anos que esta orientação vinha a prevalecer na prática.

A partir de 1934 o Führer e o Reichsführer SS pretenderam levar a cabo uma colossal experiência biológica, de que resultaria uma verdadeira recriação da raça superior. Para este fim os SS revelaram-se a instituição adequada. Convertidos em Junho de 1934 na única milícia armada do partido, e dispondo de um arsenal cada vez mais bem abastecido, os SS tornaram-se rapidamente a organização exclusiva da elite nazi e em Junho de 1936 Himmler obteve o comando da totalidade do aparelho policial. Bastaram aos SS dois anos para se situarem no topo do Reich. Esperava-se que uma rigorosa selecção dos membros desta milícia, tendo em conta características biológicas e minuciosos certificados genealógicos, e que a criação de um sistema autoritário ordenando e condicionando os seus acasalamentos, permitissem num prazo relativamente curto a formação extensiva de uma elite biológica. Aliás, já no último dia de 1931 Himmler havia emitido uma ordem interna destinada a orientar numa perspectiva nórdica os casamentos dos membros dos SS[51]. Entretanto, a Lei para a Protecção do Sangue Alemão e da Honra Alemã, apresentada ao Reichstag por ocasião do congresso do partido de Setembro de 1935 e incluída no conjunto jurídico conhecido como Leis de Nuremberga, preservaria da contaminação o povo germânico, fundando assim uma base racial sólida para o domínio da elite. A raça superior deteria, enquanto conjunto, a hegemonia sobre as demais raças. E, no interior da raça superior, a supremacia caberia naturalmente aos SS, enquanto escol fisicamente puro. Os SS seriam, ao mesmo tempo, os chefes da raça nórdica e o repositório da preciosidade do seu sangue, e seriam uma coisa precisamente por serem a outra.

Mas Hitler não era um nacionalista. O predomínio dos Nórdicos sobre os demais elementos germânicos afirmar-se-ia num quadro europeu, e não estritamente alemão. «A ideia de nação foi esvaziada de qualquer substância», confidenciou o Führer um dia àquele que era então ainda o chefe nacional-socialista do Senado de Danzig. «É uma noção de que deveremos prescindir. Substitui-la-emos por um princípio novo, o da raça. [...] Não se tratará mais da concorrência entre nações, mas da luta entre raças [...] Partindo do princípio da nação, a França levou a sua grande revolução além das suas fronteiras. Com a noção de raça, o nacional-socialismo levará a sua revolução até ao estabelecimento de uma ordem nova no mundo»[52]. Por isso os Waffen SS, as forças armadas comandadas pela milícia

---

[51] Id., ibid., 78; E. Conte et al. (1995) 100, 157-160.
[52] Citado em H. Rauschning (1939) 258-259.

negra, aceitavam os componentes não-alemães e mesmo não-germânicos da raça nórdica, e até gente de outras raças, Turcos, Árabes e Indianos, desde que fossem consideradas marciais e aparentadas com os Nórdicos[53]. «Dos novecentos mil homens que passaram pelos Waffen SS (incluindo todas as baixas)», indica um historiador, «menos de metade eram Alemães originários do Reich»[54].

Não têm razão aqueles autores que consideram que no final da guerra as urgências do recrutamento teriam levado a atenuar a severidade racista da selecção[55], com o argumento de que os Waffen SS admitiram Estónios e Letões[56], e também muçulmanos da Bósnia[57]. Não devemos esquecer que as autoridades nacionais-socialistas se propunham integrar os três países bálticos no Grande Reich, assimilando e germanizando a parte da população considerada de bom sangue e expulsando ou exterminando a restante[58]. Mesmo um doutrinário tão estrito como Rosenberg calculava que mais de metade dos seus compatriotas da Estónia fosse de sangue nórdico, embora atribuísse aos habitantes da Letónia uma composição rácica menos privilegiada e colocasse em lugar ainda mais baixo os Lituânios, onde a maior parte da população teria de ser expulsa ou liquidada[59]. Aliás, os Lituânios não foram aceites nos corpos de exército dos SS[60]. Apesar disso, durante a ocupação nazi os três países bálticos foram tratados de maneira muito diferente do que sucedeu nos países eslavos, os seus intelectuais não foram exterminados, e as escolas e universidades, depois de expurgadas politicamente, voltariam a funcionar, em vez de serem definitivamente encerradas, como se pretendia fazer para os Eslavos[61]. Por outro lado, e após várias hesitações, uma reforma implementada em Fevereiro de 1943 permitiu que, dentro de certos limites, os autóctones dos países bálticos fossem proprietários privados e se dedicassem a iniciativas económicas privadas[62], acabando também por serem dispensados do serviço de trabalho obrigatório no Reich[63]. Para Hitler e os seus seguidores, portanto, havia uma diferença rácica muito pronunciada entre os Bálticos e os Eslavos. Quanto aos

---

[53] E. K. Bramstedt (1945) 92-94; A. Dallin (1957) 596.

[54] A. Bullock (1972) 699.

[55] «Devido às dificuldades criadas pela falta de pessoas», pretende A. Dallin (1957) 596, «eles [os Waffen SS] foram obrigados a mitigar os seus "padrões de pureza" originais [...]». No mesmo sentido ler a pag. 600.

[56] Id., ibid., 195 informa que no final de 1943 Himmler insistia no recrutamento de Estónios e de Letões para os SS.

[57] Id., ibid., 600.

[58] Id., ibid., 182-184.

[59] R. Cecil (1973) 200; A. Dallin (1957) 184-185.

[60] A. Dallin (1957) 597.

[61] Id., ibid., 191, 464.

[62] Id., ibid., 391.

[63] Id., ibid., 442.

muçulmanos do Cáucaso e dos Balcãs, que se integrariam na família dos povos turcos, por muito estranho que isto nos pareça Hitler admitia que eles fossem descendentes directos dos antigos Godos, considerando-os por isso dignos de confiança[64]. Devemos além do mais recordar que, com a participação activa de certas autoridades religiosas, como o mufti de Jerusalém, os muçulmanos eram facilmente mobilizáveis contra os Judeus. O anti-eslavismo e o anti-semitismo presidiram até ao fim à política de recrutamentos, e eram estes dois os critérios fundamentais.

É certo que nos últimos tempos da guerra os Waffen SS aumentaram a latitude do seu recrutamento, mas pretenderam sempre preservar o padrão rácico. Todos os Ucranianos alistados eram originários da Galícia, que havia tido tradições de participação militar no império dos Habsburgos, e tanto Himmler como Bormann consideravam que os habitantes dessa região eram etnicamente distintos da restante população da Ucrânia[65]. Aliás, menos de 30% dos que se apresentaram foram aceites[66], o que revela que o crivo da selecção racial continuava a prevalecer, apesar da necessidade de angariar novos combatentes. O único caso que verdadeiramente se me afigura estranho ocorreu em Julho de 1944, quando as milícias russas comandadas por Bronislaw Kaminsky foram convertidas numa divisão dos Waffen SS. Mas deve observar-se que Kaminsky dirigia uma região na Rússia ocupada e chefiava também um partido nazi russo[67]. Ora, era doutrina oficial que a inferioridade rácica dos Eslavos os impedia de assumirem formas estatais próprias[68], e por este mesmo motivo estava proibida a difusão das teses nacionais-socialistas entre a população dos territórios soviéticos conquistados, já que ela seria biologicamente incapaz de apreender tais noções[69].

---

[64] As declarações de Hitler e dos SS favoráveis aos muçulmanos do Cáucaso e dos Balcãs, e em geral aos povos turcos, encontram-se em id., ibid., 251 e 601. O que não impediu que de início, e durante cerca de seis meses, os SS matassem prisioneiros muçulmanos que, por serem circuncisos, haviam sido tomados como judeus. Ver a este respeito id., ibid., 418.

[65] Id., ibid., 598-599.

Todavia, observa id., ibid., 647 n. 2, «em Março de 1945 nem Hitler nem ninguém no seu quartel-general conseguia distinguir entre os SS da Galícia e as outras unidades ucranianas que combatiam ao lado do Reich».

[66] Id., ibid., 599.

[67] Quanto a Bronislaw Kaminsky e ao seu relacionamento com os SS ver id., ibid., 525 n. 3, 526 e 614.

É interessante considerar que em Dezembro de 1944, segundo id., ibid., 649-650, o chefe da Secção do Leste no Ministério da Propaganda transmitia a Goebbels um relatório em que tomava posição contra o movimento reunido em torno de Vlasov, acusando-o de constituir uma mistura de liberalismo e bolchevismo, além de não ter uma orientação anti-semita. Por contraste, apresentava como modelo o movimento de Kaminsky, que seria verdadeiramente nacional-socialista.

[68] Id., ibid., 45, 175-176, 502.

[69] Id., ibid., 525 e n. 2, 616.

Haveria, no entanto, que explicar o funcionamento, autorizado pelos nazis até ao Verão de 1944, de um partido fascista russo, o NTS, ou movimento solidarista, activo tanto na direcção de certos campos de prisioneiros especiais como, no interior do Reich, na infiltração nos meios da velha emigração política russa.

Assim, parece-me muito verosímil a hipótese de que Kaminsky e os seus homens fossem considerados por Himmler como membros de uma antiga elite racial nórdica, de que se manteriam ainda traços de pureza, não corrompidos pelo meio eslavo circundante.

De resto, as tropas auxiliares constituídas por povos a que não se atribuíam afinidades com a raça nórdica, ou recrutadas mesmo entre raças consideradas inferiores, estiveram enquadradas na Wehrmacht[70], não nos SS, o que uma vez mais confirma as funções de selecção racial atribuídas a este corpo de elite. Apesar disso, eram tão arreigados os preconceitos contra a entrega de armas a eslavos dispostos a colaborar com o nazismo, e contra a sua mobilização para as linhas da frente, que Hitler proibiu repetidamente o emprego de russos, prisioneiros de guerra e desertores, em acções de combate[71]. Na prática estas ordens foram em numerosos casos desrespeitadas pela Wehrmacht, mas sem que o nacional-socialismo jamais reconhecesse a legitimidade de tal actuação[72]. Só nos derradeiros meses, perante a iminência da derrota, foram constituídas duas divisões, cinquenta mil homens no total, sob o comando do general russo Andrei Andreevitch Vlasov, que havia sido capturado em Julho de 1942 e se esforçava desde então por convencer as autoridades alemãs a empregarem-no numa campanha não só militar, mas também política, contra o regime staliniano. Vlasov tinha a ambição, ou a ilusão, de animar assim um levantamento nacional e popular. Tarde demais. Não havia já territórios soviéticos ocupados e num Reich em escombros tornara-se praticamente impossível planificar qualquer estratégia. As tropas de Vlasov nenhuma utilidade tiveram para os seus patrocinadores nacionais-socialistas. Mas o rigor do racismo hitleriano prevaleceu até ao último minuto, e atribuiu-se formalmente um estatuto de autonomia às divisões russas de Vlasov, para que não fossem sequer integradas na Wehrmacht[73]. Ao longo de toda a guerra manteve-se estritamente a pureza da selecção racial operada no âmbito dos SS.

Os solidaristas chegaram a deter alguma influência no Ministério para os Territórios Ocupados do Leste, a cargo de Rosenberg, e em certos serviços de propaganda da Wehrmacht, sendo ainda eles quem na realidade orientou o partido nazi de Kaminsky, tal como circulavam em torno de Vlasov. Embora forneça estes dados, id., ibid., 525-526 não os faz acompanhar das explicações necessárias para podermos entender as suas raízes políticas. Mais tarde, depois da guerra, o NTS foi utilizado pelos serviços secretos norte-americanos como instrumento de propaganda anticomunista e como meio para infiltrar agentes na União Soviética, o que por sua vez tornou os solidaristas objecto de especial atenção por parte da espionagem de Moscovo. Ver a este respeito D. J. Dallin (1956) 350-358.

[70] Quanto à organização de tropas auxiliares pela Wehrmacht, recrutadas entre a população soviética, ver A. Dallin (1957) 299 e 497 e segs.

[71] Id., ibid., 500, 502, 534, 541-542.

[72] Id., ibid., 534-538, 542, 551-552.

[73] Acerca de Vlasov ver id., ibid., 553-657. Acessoriamente consultei E. Nolte (1989) 398-401.

Aliás, numa declaração de Agosto de 1940, o Führer considerava a preservação daquela pureza rácica como uma das principais garantias de solidez da futura Ordem Nova continental: «Na sua forma final, o Grande Reich Alemão incluirá no interior das suas fronteiras entidades nacionais que desde princípio se revelam desfavoráveis ao Reich. Isto leva a que seja necessário manter, fora do núcleo germânico do Reich, uma polícia militar de Estado capaz de representar e de impor em qualquer situação a autoridade do Reich dentro do país. Esta função só pode caber a uma Polícia de Estado que tenha nas suas fileiras homens do melhor sangue germânico e que se identifique plenamente com a ideologia em que se fundamenta o Grande Reich Alemão. Só uma formação constituída desta maneira poderá resistir às influências desintegradoras, mesmo em épocas de crise. Uma formação deste tipo – orgulhosa da sua pureza racial – jamais fraternizará com o proletariado e com o submundo [...] Regressando ao país depois de terem mostrado o seu valor no campo de batalha, as unidades dos Waffen SS disporão da autoridade necessária para executar as suas missões enquanto Polícia de Estado»[74]. As opiniões de Hitler a este respeito foram invariáveis e estavam formadas desde há muito, minuciosas no seu detalhe. Declarava ele no Verão de 1932 perante alguns dirigentes do partido, reunidos para escutarem os planos de colonização a leste: «Não se trata de fabricar uma medíocre pan-Europa pacifista [...] O que é necessário, de uma vez para sempre, é que uma Europa germânica crie as bases políticas e biológicas que serão os factores perpétuos da sua existência. [...] A nossa missão é subjugar os outros povos. O povo alemão tem a vocação de dar ao mundo uma nova classe de senhores. [...] Eu vou-vos dizer, camaradas, que aspecto há-de apresentar a futura ordem social. Haverá uma classe de senhores, proveniente dos mais diversos elementos, que será recrutada no combate e encontrará assim a sua justificação histórica. Haverá a esmagadora maioria dos membros do partido, ordenados hierarquicamente. São eles que formarão as novas classes médias. Haverá também a grande massa anónima, a colectividade dos servidores [...] Mais baixo ainda, teremos a classe dos estrangeiros submetidos pela conquista, a quem chamaremos com frieza os escravos modernos. E acima de tudo isto haverá a nova alta nobreza, composta pelas personalidades dirigentes mais merecedoras e mais dignas de responsabilidades. [...] Será no Leste que encontraremos o nosso grande campo de experiências. É lá que há-de nascer a nova ordem social europeia»[75].

---

[74] Citado em A. Bullock (1972) 699.
[75] Citado em H. Rauschning (1939) 58-61.

Se tomarmos em conta que os 300 homens que constituíam todos os efectivos dos SS em 1929 eram já 50.000 por ocasião da tomada do poder[76], subindo o seu número de 210.00 em 1936 para 432.000 em 1940[77], e que os Waffen SS totalizavam 750.000 homens no Verão de 1942[78], chegando a 900.000 no final da guerra[79], podemos fazer uma ideia das dimensões atingidas pelo programa de selecção rácica.

Era uma nova elite que Himmler pretendia criar, que substituísse a degenerada nobreza tradicional e fosse capaz de aliar a rudeza do plebeu à altivez aristocrática. «Temos de ir criando progressivamente, e estamos já a criar, uma oficialidade guerreira que será cada vez mais apta, e este será um labor de gerações e de séculos», escrevia Himmler dois anos antes de iniciada a guerra. «Essa oficialidade tem de se identificar cada vez mais com o espírito dos SS, uma organização [...] que foi criada como uma Ordem baseada no sangue, promovendo deliberadamente a família, e que tem de ser desenvolvida ao longo de séculos, talvez mesmo ao longo de milénios»[80]. A nova elite seria ao mesmo tempo uma raça, conferindo a intemporalidade das leis biológicas ao que sem isso não ultrapassaria os limites efémeros de uma conjuntura social. Nesta mística do sangue havia de assentar a eternidade da Ordem, um Reich dos Mil Anos. A Nova Ordem teria duas vertentes.

*

No oeste do continente europeu subsistiria somente a raça superior, organizada numa sociedade de tipo capitalista, votada ao desenvolvimento económico, ao progresso industrial e à melhoria do nível de vida da população[81]. No seio desta raça, também os elementos da classe dominante se afirmariam graças a pretensos mecanismos biológicos. Vociferando tanto contra os marxistas e a burguesia liberal como contra aqueles membros do seu próprio partido que pretendiam interferir nas hierarquias de empresa, Hitler anunciava numa reunião com industriais, vinte e um dias após a sua nomeação para a chancelaria: «É impossível que a empresa privada se sustente na era da democracia. Ela só é concebível se as pessoas tiverem ideias sensatas acerca da autoridade e da personalidade [...] Todos os bens materiais

---

[76] J. Droz [s. d.] 99.
[77] E. K. Bramstedt (1945) 72.
[78] Id., ibid., 85-86.
[79] P. Milza et al. (1992) 644.
No entanto, A. Bullock (1972) 699 e 728 indica que o número de 900.000 incluiria a totalidade das baixas sofridas.
[80] Citado em E. K. Bramstedt (1945) 98.
[81] F. Neumann (1943) 208.

que possuímos são devidos à luta dos escolhidos [...] Não podemos esquecer que todos os benefícios da cultura têm mais ou menos de ser introduzidos com um punho de ferro»[82]. A aplicação do *Führerprinzip* ao interior das empresas assimilava-as ao restante sistema nazi, sendo portanto os capitalistas concebidos não como uma classe, mas como uma elite. E, num quadro de pensamento que recusava a problemática social, dando o exclusivo às questões raciais, só podia também ser rácico o fundamento da elite empresarial. Em suma, a milícia dos SS, tesouro do sangue mais puro, era por isso mesmo uma tecnocracia. Esta singularidade biológica dar-lhe-ia o direito a chefiar, na esfera económica como em todas as outras, os demais elementos da raça superior.

A leste ficam os países dos Eslavos, considerados pelos hitlerianos como uma raça inferior, os *Untermenschen,* os sub-homens, selvagens animalescos e ferozes, incapazes de cultura, ou seja, em termos fascistas – ou mesmo nos termos de Engels... – desprovidos da capacidade de se organizarem na forma de Estados[83]. Goebbels confidenciou ao seu diário que os Russos «não são gente, mas um amontoado de animais»[84], e quando entre os prisioneiros de guerra eslavos, que as medidas deliberadas das autoridades nazis haviam levado aos paroxismos da fome, se detectaram actos de canibalismo, isto serviu para reforçar mais ainda a imagem animalesca com que se apresentavam aqueles povos[85]. O populismo de Gregor Strasser e dos seus adeptos, ecoando os temas dos nacionais-bolchevistas e da sua política externa, levara-os a defender uma orientação pró-russa, o que, como disse, não deixara de se reflectir nos preconceitos rácicos, impedindo a adopção de uma atitude anti-eslava. Pelo contrário, os dirigentes do NSDAP promotores de um racismo nórdico, nomeadamente, além do Führer, Alfred Rosenberg, admitiram sempre a inferioridade dos Eslavos e deduziram a partir daí a sua política exterior. Talvez seja certo que até 1924 Hitler aceitou a eventualidade de uma aliança com a Rússia[86], mas isto não implica que não desprezasse já então os Eslavos, pois os primeiros anos da guerra, quando os seus preconceitos raciais estavam definidos desde há muito, decorreram sob a égide do pacto assinado por Ribbentrop e Molotov. E em 11 de Agosto de 1939, durante os próprios dias em que o pacto estava a ser activamente negociado, o Führer declarava a um

---

[82] Citado em W. L. Shirer (1995) I 206.

[83] Quanto à tese de que os Eslavos constituiriam uma raça inferior ver em geral A. Dallin (1957). Quanto à sua alegada incapacidade de edificar aparelhos estatais, ler as pags. 45, 175-176 e 502. Alexander Dallin esclarece (pag. 69) que o termo *«Untermensch»* apareceu pela primeira vez durante a guerra na frente leste. A concepção a que esta palavra se refere, todavia, é muito anterior.

[84] Citado em id., ibid., 68.

[85] Ver, por exemplo, as declarações de Göring a Ciano citadas em A. Bullock (1972) 659-660 e W. L. Shirer (1995) II 252 n. Outra versão em A. Dallin (1957) 415.

[86] R. Cecil (1973) 179-180.

representante da Sociedade das Nações: «Todas as minhas acções se dirigem contra a Rússia. Se o Ocidente for demasiado obtuso e demasiado cego para compreendê-lo, ver-me-ei obrigado a chegar a um acordo com os Russos, a vencer o Ocidente e, depois de o ter derrotado, a virar-me com todas as forças contra a União Soviética»[87]. Cinco anos antes Hitler havia sido igualmente claro. «Talvez eu não possa evitar a aliança com a Rússia. Mas reservo essa possibilidade como o meu último trunfo. [...] E se algum dia jogar a cartada russa, nada me impedirá de mudar mais uma vez de posições e de a atacar logo que tiver atingido os meus objectivos no Ocidente. [...] A nossa missão é impedir que a estepe russa alastre pela Europa. Nada poderá impedir o combate decisivo entre o espírito alemão e o espírito pan-eslavista, entre a raça e a massa. [...] É necessário que a hierarquia dos senhores subjugue a multiplicidade dos escravos»[88]. O programa da guerra encontrava-se assim perfeitamente enunciado, e o acordo com os Soviéticos, em vez de indicar qualquer oscilação da política externa de Hitler, constituiu apenas um passo táctico indispensável ao prosseguimento do objectivo último dessa estratégia, a expansão para leste.

Quanto a Rosenberg, se é certo que propôs durante a guerra uma política diferente da prosseguida por Hitler e por Himmler relativamente aos territórios ocupados a Leste, para os quais lhe fora conferida uma autoridade fictícia de ministro, fê-lo precisamente porque pretendia, pelo menos desde 1927, estimular as rivalidades étnicas e fragmentar a hegemonia exercida por Moscovo. O seu objectivo era facilitar a luta do Reich contra a massa dos Russos e Bielo-Russos, suscitando para isso a colaboração activa de certas nacionalidades soviéticas periféricas, às quais ele atribuía uma identidade rácica menos degradada do que a dos *Untermenschen*. Foi sobretudo acerca dos Ucranianos que se travaram as polémicas mais acerbas, pretendendo Rosenberg que entre eles era ainda significativa uma presença tradicional de elementos da raça nórdica, o que os diferenciaria da sub-humanidade eslava e os tornaria merecedores de um tratamento relativamente favorável, incluindo uma certa autonomia política. Contudo, o teórico oficial do nazismo e a

---

[87] Citado em E. Nolte (1989) 249.

Ernst Nolte não entende o sentido do pacto germano-soviético, em especial nas pags. 250-251, porque erradamente considera que seria o anticomunismo o principal propulsor das acções de Hitler, quando na realidade se tratava para ele de uma conjugação de anti-eslavismo na política externa e anti-semitismo no plano interno. Antes de se lançar contra a União Soviética Hitler tinha de eliminar os rivais na frente ocidental, e foi o que ele imaginou que tivesse sucedido em 1941. A. Bullock (1972) 558-559 sintetiza com muita clareza os dados da questão: «Nem o acordo com a Rússia nem a decisão de atacar a ocidente implicaram qualquer alteração do objectivo último de Hitler – apoderar-se do *Lebensraum* [espaço vital] alemão no Leste. Eliminar a oposição francesa e britânica era uma condição prévia, e não um substituto, para o prosseguimento das suas ambições a leste».

[88] Citado em H. Rauschning (1939) 155-156.

sua equipa permaneceram praticamente isolados na defesa destas posições. Contavam com apoio em alguns meios da Wehrmacht e entre certos diplomatas, mas a autoridade política dos generais foi sempre declinando ao longo da guerra, até se extinguir por completo na sequência do golpe de Estado frustrado de Julho de 1944, e o prestígio da velha diplomacia era nulo no regime nazi. Nem os SS, nem qualquer outro centro de poder no interior do partido, nem muito menos Hitler, se mostraram dispostos a aceitar a existência de gradações raciais significativas entre os Eslavos. Apesar de todos os seus esforços, de então em diante Rosenberg não exerceu qualquer influência no decurso dos acontecimentos[89].

A expansão para Leste, sobretudo a conquista dos países bálticos, fora um dos objectivos dos corpos francos em 1919[90], que tiveram como precursor as ideias defendidas por Otger Gräff, chefe de uma das ligas de juventude mais declaradamente anti-semitas, morto em combate em 1918. Gräff afirmara que a raça superior não existia ainda na sua pureza e que devia ser criada, propondo ao mesmo tempo uma política de expansão para Leste[91]. Encontramos nestes termos a antecipação da experiência rácica prosseguida pelos SS e da política externa que eles aplicaram. Foi decerto aquele ambiente a inspirar Hitler na formulação das suas teses racistas e imperialistas, tal como influenciou outros também.

Uma estratégia anti-eslava, agressivamente expansionista, devia constituir para Hitler o objectivo central da política externa alemã. Para isso seria necessário proteger a retaguarda, eliminando a França, cuja degenerescência racial era já irrecuperável. «Este povo [os Franceses], que quanto ao essencial está cada vez mais a converter-se em Pretos, representa, devido às suas relações com os objectivos judaicos de domínio mundial, um perigo durável para a existência da raça branca na Europa»[92]. O corolário desta diplomacia

---

[89] Acerca da posição de Alfred Rosenberg quanto aos territórios ocupados a Leste e dos seus desacordos com os demais dirigentes nazis ver A. Dallin (1957), nomeadamente as pags. 45 e segs., 107 e segs. e 666-668. A questão dos Ucranianos vem abordada nas pags. 107-119, 124-133, 141-161, 412-414, 443 e 460. Consultar a este respeito também E. Conte et al. (1995) 316-317. Note-se que, segundo A. Dallin (1957) 201, Rosenberg colocava a Bielo-Rússia no mesmo nível racial da Rússia. As orientações defendidas no interior da Wehrmacht e entre alguns meios diplomáticos, bem como as polémicas a que deram lugar, encontram-se em id., ibid. sobretudo nas pags. 497 e segs. H. Rauschning (1939) 92 mostra que já em 1933 e 1934 Rosenberg promovia activamente a causa ucraniana.

R. Cecil (1973) 175-177, 204-205 e 212-213 fornece os dados que permitem compreender a posição de Rosenberg, sem que o autor, porém, entenda que para o doutrinário nazi se tratava apenas de uma hierarquia de inferioridades rácicas.

[90] J. P. Faye (1980) 30, 97.

[91] Id., ibid., 212.

[92] A. Hitler (1995) 569.

Acerca da hostilidade manifestada contra a França ver ainda as pags. 565, 607-609 e 615 e segs.

O tradutor inglês escreve que o povo francês estava *«negrified»*, mas eu não consegui encontrar na língua portuguesa uma palavra única para exprimir esta concepção pejorativa. Talvez *apretalhado*, mas ficaria pouco compreensível, e *cafrealizado* é demasiado arcaico e sugere um racismo estritamente português. As opiniões de Hitler acerca da influência negra em França ficarão mais claras se soubermos que entre as tropas de ocupação francesas estacionadas em solo alemão após a primeira guerra mundial contavam-se militares

antifrancesa seria uma dupla aliança, com a Itália, por ser um Estado fascista, e com a Grã-Bretanha, que estaria também interessada no esmagamento da França e, além disso, soubera preservar o sangue nórdico[93]. Fazer a paz com a Grã-Bretanha foi uma das preocupações principais do Führer a partir de Setembro de 1939, e nesta perspectiva a expedição de Rudolf Hess parece menos lunática e afiguram-se menos mirabolantes os contactos estabelecidos com o ex-monarca inglês, Eduardo, duque de Windsor[94]. Mas toda a actividade diplomática e bélica a Ocidente destinar-se-ia apenas a permitir as conquistas territoriais no Leste, contra os Eslavos e nomeadamente contra a Rússia. Hitler pretendia que os únicos resultados positivos da política externa germânica durante mil anos haviam consistido na progressão para Leste, e a preservação da raça nórdica de novo exigia que se avançasse na mesma direcção e se ocupassem territórios ainda mais amplos[95]. Vemos que o eixo da política externa hitleriana, tanto nas suas manobras diplomáticas como na estratégia guerreira, teve uma inquebrantável consistência.

Ao mesmo tempo que o futuro Führer ditava as suas elucubrações, o jovem Heinrich Himmler, já membro do NSDAP, era um dos responsáveis do Bund Artam, uma liga de juventude racista, toda entregue à exaltação de mitos arianos e igualmente à ambição de colonizar as terras de Leste[96]. As orientações exteriores do Terceiro Reich tiveram raízes muito fundas.

Enquanto massa, os sub-homens eslavos, supostamente desprovidos de uma capacidade de organização política estável e alheios por isso à vocação construtora dos grandes Estados, seriam incapazes de se revoltar, a não ser que os conduzisse uma qualquer elite. Para evitar tal risco, os nazis começaram por organizar a chacina das classes dominantes eslavas[97]. No dia 18 de Outubro de 1939 o general Franz Halder, que desde Setembro do ano anterior e até Setembro de 1942 ocupou o lugar de chefe do estado-maior

---

senegaleses. Os racistas consideraram esta presença como uma afronta particularmente grave, e o pequeno número de crianças que resultou das relações mantidas entre estes soldados negros e mulheres alemãs foi objecto de um ódio especial. É importante saber que o programa de esterilização forçada a que foram submetidas durante o Terceiro Reich havia já sido inteiramente preparado pela república de Weimar.

[93] Id., ibid., 564-566, 570, 607-608.

[94] Afirma A. Dallin (1957) 17 que o vôo de Hess para a Escócia se destinava a obter o apoio britânico no ataque iminente contra a União Soviética. A. Bullock (1972) 645, que mostra a este respeito uma notável candura, admite que Hess nada soubesse acerca dos planos de invasão da URSS, só porque este assunto não consta do relatório oficial dos seus interrogadores. A respeito dos contactos entre os nazis e o duque de Windsor durante a segunda guerra mundial ver W. L. Shirer (1995) I 655 e II 177-184.

[95] A. Hitler (1995) 128-129, 587-588, 591-592, 598-599, 602-607.

[96] J. P. Faye (1980) 241-242.

[97] E. K. Bramstedt (1945) 153-154.

Este autor considera sob o mesmo ponto de vista a prisão de 2.650 professores noruegueses em 1941 e 1942. Mas na Noruega os intelectuais não foram vítimas de nenhum programa de liquidação sistemática e os

do exército, resumia no seu diário uma conversa com o general Eduard Wagner, o quartel-mestre general, que acabara de receber directivas do Führer a respeito da campanha contra a Polónia: «Não temos qualquer intenção de reconstruir a Polónia. [...] deve impedir-se que a *intelligentsia* polaca se estabeleça enquanto classe governante. Deve manter-se um baixo nível de vida. Escravos baratos. [...] Deve provocar-se uma desorganização total!»[98]. Cuidadosamente preparado por uma competentíssima burocracia, este programa visou a eliminação da nobreza autóctone e do clero, e igualmente das novas classes dirigentes e da intelectualidade urbana. Logo a 3 de Outubro de 1939, mal passara um mês sobre o começo da invasão da Polónia, Hans Frank, que dentro de poucos dias seria nomeado governador daquela porção do país conhecida pelo nome de Governo Geral, informava os chefes militares de que, segundo as ordens emanadas de Hitler, era necessário encerrar «todos os estabelecimentos educacionais, especialmente as escolas técnicas e profissionais, de maneira a evitar o desenvolvimento da nova *intelligentsia* polaca»[99]. E, no final de Maio do ano seguinte, Frank recordava aos seus colaboradores na polícia que, consoante ordens recebidas do próprio Führer, «os homens capazes de exercer uma liderança na Polónia devem ser liquidados. Por sua vez, os seus seguidores [...] devem ser eliminados»[100]. Emanaram igualmente do governador geral estas instruções: «Não é possível dar aos Polacos o nível de vida dos Alemães. Tem de haver uma diferença entre o nível de vida da raça dos senhores e o dos súbditos. Os Polacos têm de reconhecer o limite das suas possibilidades de desenvolvimento. Em resposta ao meu pedido expresso, o Führer reafirmou que eles têm de respeitar as limitações que nós lhes impomos. Nenhum polaco poderá exercer funções superiores às de contramestre. Nenhum polaco poderá ter acesso a um grau de educação mais elevado»[101]. Calcula-se que desde Setembro de 1939 até Junho do ano seguinte tivessem sido executados cerca de 3.500 intelectuais e outros membros das classes dominantes polacas[102]. Aliás, as ordens dadas por Hitler a Frank e a outras autoridades nazis na Polónia em 2 de Outubro de 1940 encontram-se num memorando devido a Martin Bormann, fiel escrivinhador das palavras do Führer: «Os Polacos, em completa oposição ao

---

professores presos haviam-se oposto às autoridades de ocupação, enquanto nos países eslavos eles eram exterminados pelo mero facto de serem intelectuais, independentemente das suas opiniões.

[98] Citado em W. L. Shirer (1995) II 41.

Sem abandonar a perfeita seriedade académica, A. Bullock (1972) 492 pretende que, «com a sua perspectiva austríaca acerca das questões políticas europeias, Hitler não partilhava a hostilidade aos Polacos que é tradicional entre os Alemães do Norte [...]».

[99] Citado em W. L. Shirer (1995) II 351.

[100] Citado em id., ibid., II 44.

[101] Citado em G. M. Gilbert (1954) 668.

[102] I. C. B. Dear (org. 1995) 1.

que sucede com os nossos trabalhadores alemães, destinam-se especialmente a trabalhos pesados [...] está inteiramente posta de parte qualquer ideia de melhorar a situação dos Polacos. Pelo contrário, é necessário manter um baixo nível de vida na Polónia, e não pode ser permitido que ele suba [...] Os Polacos são preguiçosos e é necessário forçá-los a trabalhar [...] O Governo Geral só deve servir para nos fornecer mão-de-obra não qualificada». E em seguida Hitler insistiu na necessidade de exterminar completamente a nobreza rural e a intelectualidade urbana, bem como de liquidar todos os padres que não pregassem a estrita obediência ao ocupante. «Haverá um único senhor para os Polacos – os Alemães. Dois senhores, lado a lado, não podem e não devem existir»[103]. Em Outubro de 1940 uma directiva secreta do Führer estipulava que metade da população do Protectorado da Boémia e Morávia, considerada de sangue mais puro, fosse progressivamente assimilada pelos colonos germânicos que haviam de se estabelecer no território, enquanto a outra metade, incluindo a maior parte dos intelectuais, fosse expulsa ou de qualquer modo exterminada[104]. Entretanto, até ao termo de 1942 as tropas fascistas húngaras, que ao serviço dos hitlerianos ocupavam parte da Jugoslávia, tinham deportado nessas regiões a totalidade dos intelectuais e dos membros das profissões liberais[105]. E também Erich Koch, comissário do Reich para a Ucrânia ocupada, defendeu o extermínio dos intelectuais e das demais camadas cultas do país, no que foi apoiado por Himmler[106]. Um dos seus subordinados vangloriar-se-ia mesmo de que «na minha zona, quem quer que dê mostras de inteligência será fuzilado»[107]. Para evitar o reaparecimento de camadas sociais cultivadas e manter os *Untermenschen* no mais baixo nível cultural devia ser extinto todo o ensino superior, médio e técnico, e reduzida a instrução primária aos termos mais elementares do saber ler, escrever e contar[108]. Um plano tão consistente e aplicado de maneira tão metódica não podia deixar de ter sido pensado desde há muitos anos, e sabe-se, com efeito, que já antes de 1933 Walter Darré e Hitler haviam previsto a manutenção dos Eslavos em situação de analfabetismo[109]. Afinal, como o Führer confidenciou aos seus íntimos em Outubro de 1941, «autorizem-nos [os Eslavos] a aprender apenas o bastante para compreenderem os nossos sinais de trânsito e não se deixarem atropelar pelos nossos veículos»[110].

---

[103] Citado em A. Bullock (1972) 693 e W. L. Shirer (1995) II 344.
[104] A. Bullock (1972) 694; W. L. Shirer (1995) II 344.
[105] E. K. Bramstedt (1945) 154 n.
[106] A. Dallin (1957) 127.
[107] Citado em id., ibid., 149. Este, pelo menos, não devia correr riscos.
[108] Id., ibid., 454, 458-471; W. L. Shirer (1995) II 343, 345.
[109] H. Rauschning (1939) 55, 62.
[110] Citado em A. Bullock (1972) 656.
Ver igualmente A. Dallin (1957) 459.

A liquidação de pessoas dos estratos dirigentes tradicionais não podia ser deixada a cargo dos generais, que permaneciam demasiado presos aos interesses conservadores. Foram os SS quem levou a cabo o programa de extermínio e com ele puderam dar um passo mais – e decisivo – no processo de marginalização do exército, que no último ano da guerra levaria a milícia negra à obtenção do poder completo. No desenvolvimento dos equilíbrios internos do nazismo, a subjugação dos sub-homens e o reforço dos SS são aspectos indissoluvelmente ligados. Logo no começo de Outubro de 1939 Himmler foi nomeado pelo Führer comissário do Reich para o Reforço do Germanismo, um cargo que lhe atribuía funções supraministeriais à escala continental. Do mesmo modo, ao ser lançada a campanha contra a União Soviética, as tropas alemãs receberam do próprio Führer as ordens mais rigorosas para fuzilarem todos os comissários comunistas[111]. Mas também aqui a confiança que Hitler tinha nos generais não era excessiva, e concedeu a Himmler poderes repressivos e administrativos especiais para levar a cabo aquele extermínio[112].

Para a liquidação dos milhares de pessoas pertencentes às classes dominantes foi possível recorrer ao assassinato individual, ao fuzilamento e ao enforcamento. Mas o programa de desorganização social dos sub-homens era muito vasto e previa igualmente a eliminação de uma grande parte dos outros elementos modernos, o operariado industrial. A esta escala a chacina só seria possível em termos maciços, e os ocupantes nazis planificaram a destruição organizada de uma percentagem muito considerável das populações urbanas. Aliás, já em 1932 e durante os primeiros anos de governo Hitler manifestara a intenção de despovoar os territórios eslavos para os ocupar com colonos alemães, embora não se referisse então a um massacre colectivo, e apenas enunciasse um projecto de emigração forçada de milhões de autóctones, completado por medidas destinadas a impedir a procriação daqueles que restassem nos países de origem[113]. A guerra, todavia, forneceu condições mais propícias ao genocídio. Alfred Rosenberg, o doutrinador do racismo nórdico e místico da história, foi nomeado em Abril de 1941 comissário para o Controle Central das Questões Relativas às Regiões do Leste Europeu, e em Junho desse ano, dois dias antes de ser lançado o assalto contra a União Soviética, discursava assim aos seus colaboradores mais próximos: «Obter alimentos para o povo alemão constitui a principal das prioridades que nos levam a reivindicar o Leste. Os territórios meridionais [da Rússia] devem servir [...] para alimentar o povo alemão. Não vemos qualquer razão para que sejamos obrigados a usar

---

[111] W. L. Shirer (1995) II 226-227.
[112] Id., ibid., II 227-228.
[113] H. Rauschning (1939) 57, 159-160. Ver igualmente a pag. 52.

a produção desse território fértil para alimentar também o povo russo»[114]. Mas Rosenberg fora desde há muito relegado para uma posição marginal nas altas esferas dirigentes, e aliás, como disse já, defendeu uma atitude conciliatória em certas regiões soviéticas ocupadas, que permitisse aos nazis encontrar aliados locais contra o Exército Vermelho. Outras vozes houve, bem mais autorizadas. Num memorando secreto onde se registaram as conclusões a que se chegou numa reunião de secretários de Estado efectuada a 2 de Maio de 1941 lê-se: «Não há qualquer dúvida de que muitos milhões de pessoas morrerão de fome se tirarmos do país aquilo de que necessitamos»[115]. Göring fora entretanto nomeado para superintender a exploração económica dos territórios que deviam ser conquistados à União Soviética, e em 23 de Maio, exactamente um mês antes de ter início a Operação Barba Ruiva, uma directiva emanada dos seus serviços económicos estipulava: «É possível que a administração alemã naqueles territórios tente minorar as consequências da fome generalizada que terá indubitavelmente lugar e acelere o regresso a condições agrícolas primitivas. [...] Todavia, estas medidas não evitarão a fome. Muitas dezenas de milhões de pessoas nas áreas industriais tornar-se-ão supérfluas e morrerão ou terão de emigrar para a Sibéria. Qualquer tentativa de importar excedentes da zona dos solos negros para salvar aquela população de morrer à fome prejudicaria o abastecimento da Europa. Isso reduziria a capacidade de resistência da Alemanha na guerra e deixaria a Alemanha e a Europa com menos possibilidade de fazer face ao bloqueio. É necessário que isto seja clara e integralmente compreendido»[116]. Em Outubro de 1941 Göring confidenciava ao conde Ciano, genro de Mussolini e seu ministro dos Negócios Estrangeiros: «Nos campos de prisioneiros russos eles começaram a comer-se uns aos outros. Este ano entre vinte e trinta milhões de pessoas morrerão de fome na Rússia. Talvez seja bom que isto suceda, porque certas nações têm de ser dizimadas. Mas mesmo que o não fosse, nada se pode fazer para o evitar»[117]. E uma directiva emanada do próprio Führer em 29 de Setembro de 1941, depois de estipular que Leningrado fosse inteiramente arrasada, explicava que «o problema da sobrevivência da população e do seu abastecimento alimentar não pode e não deve ser resolvido por nós. Nesta guerra pela existência não temos interesse em conservar nem sequer parcialmente a população desta grande cidade»[118]. Outras metrópoles, como Moscovo e Varsóvia,

---

[114] Citado em W. L. Shirer (1995) II 229.
Ver igualmente A. Dallin (1957) 295.
[115] Citado em A. Bullock (1972) 643 e W. L. Shirer (1995) II 230.
[116] Citado em A. Bullock (1972) 642-643, A. Dallin (1957) 311 e W. L. Shirer (1995) II 229.
O «solo negro» é, evidentemente, o *tchernozem*.
[117] Citado em A. Bullock (1972) 659-660, A. Dallin (1957) 123 e W. L. Shirer (1995) II 252 n.
[118] Citado em A. Bullock (1972) 654 n. 1 e W. L. Shirer (1995) II 251-252.

destinavam-se a ser demolidas também, depois de se privar de alimentos os seus habitantes[119]. Entretanto, e num âmbito mais imediato, deixavam-se morrer à fome vários milhões de prisioneiros de guerra soviéticos[120]. «A situação dos Russos ou dos Checos é-me completamente indiferente», declarou Himmler em Outubro de 1943, num discurso proferido perante os altos comandos dos SS. «Só me interessa saber se os outros povos vivem na abundância ou se esticam de fome na medida em que precisamos deles como escravos para a nossa cultura. O resto não me interessa»[121]. Finalmente, depois de exterminarem uma parte muito considerável da população eslava, as autoridades nacionais-socialistas encerrariam ou reduziriam a um mínimo os hospitais e os serviços de saúde e de vacinação e, em geral, destruiriam toda a infra-estrutura higiénica e sanitária, de maneira a manter baixa ou mesmo negativa a taxa de reprodução demográfica dos autóctones[122].

Aplicado rigorosamente e num prazo muito curto, os nazis esperavam que este programa privasse inteiramente os sub-homens dos seus dirigentes naturais e do meio social em que novos dirigentes poderiam surgir. E como a presumida inferioridade biológica os deixaria incapazes de se revoltarem sozinhos, ficaria instaurada a Leste uma ordem sem falhas. É curioso considerar que neste caso o racismo excludente de Hitler e Himmler tivesse recorrido aos mecanismos sociais não com os objectivos que haviam sido propostos pelos populistas, mas apenas para anular entre os Eslavos todo o traço de uma organização própria e fundar nessa sociedade de grau zero o funcionamento das leis rácicas.

Outro aspecto do programa de extermínio e de aviltamento dos sobreviventes consistiu na apropriação do melhor sangue que se pudesse encontrar entre eles, para o incorporar na raça nórdica. É necessário, declarou num discurso em 1940 o Reichsführer SS e comissário do Reich para o Reforço do Germanismo, «captarmos para nós todo o sangue nórdico do mundo, tomarmos este sangue ao nosso adversário e introduzirmo-lo em nós»[123]. Três anos mais tarde era esta ainda uma das missões que Himmler apresentava perante um grupo de oficiais da Wehrmacht: «Ou obtemos todo o bom sangue que pudermos usar e lhe damos um lugar no seio do nosso povo, ou, meus senhores – talvez achem isto cruel, mas a

---

Ver igualmente A. Dallin (1957) 76-79.

[119] A. Dallin (1957) 76-79; W. L. Shirer (1995) II 343, 351.

[120] R. Cecil (1973) 202, 205-206, 220; A. Dallin (1957) 426.

Segundo R. Cecil (1973) 218, em Dezembro de 1941 Rosenberg observou a Hitler que os prisioneiros de guerra soviéticos estavam a morrer a uma média de 2.500 por dia.

[121] Citado em A. Dallin (1957) 438.

[122] Id., ibid., 454-458.

[123] Citado em E. Conte et al. (1995) 277.

natureza é cruel – destruímos esse sangue»[124]. Os cientistas SS mediam cabeças, analisavam nomes, consultavam arquivos, inspiravam-se nas fisionomias e metodicamente, família a família, pessoa a pessoa, seleccionavam aqueles que conservariam ainda algumas gotas do precioso sangue que séculos atrás as migrações germânicas haviam levado para Leste. Nada disto era científico, se é que a ciência podia ter ainda pretensões à exactidão, ou sequer ao bom senso. Tudo eram fantasias absurdas, a que o carácter burocrático do procedimento e o uso da quantificação conferiam o prestígio das actividades académicas. Mas na história as tolices têm consequências práticas e convertem-se por isso em horrores. Não se tratava de solicitar os eleitos a partir para o Reich, ou sequer de atraí-los com promessas, mas de os transferir compulsivamente. Uma pessoa nada mais era do que o receptáculo temporário de um sangue eterno, e o apelo da raça devia imperar sobre quaisquer vocações individuais. Esta reapropriação do sangue nórdico foi considerada especialmente promissora no caso das crianças, que facilmente perdiam a memória do meio de origem e adquiriam no Reich uma mentalidade e um comportamento inteiramente novos. A administração SS conferia-lhes outro nome e entregava-as para educar a casais alemães de boa raça, que as criavam como filhos[125]. Calcula-se que 200.000 crianças polacas tenham sido submetidas a esta forma de rapto administrativo, das quais só um quinto conseguiu regressar ao país natal, no final da guerra, sei lá como, através de uma Europa em destroços[126]. E assim, no entender do racismo nacional-socialista, os Eslavos ficavam privados do único sangue de valor que, se continuasse a existir entre eles, contribuiria para organizar a guerrilha e as acções de resistência. «Entre os insurrectos destacam-se os "nórdicos" e "nórdico-dináricos" como especialmente perigosos devido à sua capacidade de formar um núcleo racicamente são e susceptíveis de chefiar a maior parte dos guerrilheiros, camponeses predominantemente "ósticos" ou "bálticos orientais". Assim, aconselharão os "peritos", para ser completa a luta contra a guerrilha implica, além da repressão armada, não só o extermínio dos "melhores", mas também a germanização da sua prole»[127]. Sem dirigentes autóctones, sem um meio social propício ao aparecimento de uma nova elite, sem os laivos de heroísmo que pudessem

---

[124] Discurso de Himmler em Bad Schachen, a 14 de Outubro de 1943, citado em E. K. Bramstedt (1945) 244.

[125] Acerca do processo de reapropriação do sangue nórdico disseminado entre os Eslavos consultar E. Conte et al. (1995) 297-298, 301-303, 330-331, 334-337 e 357-360.

[126] Id., ibid., 337, 359.

[127] Id., ibid., 333.

resultar daqueles resquícios de sangue nórdico, os Eslavos estariam irrevogavelmente reduzidos à sua condição de sub-humanidade[128].

Em termos muito gerais, mas suficientemente claros e bastante precisos quanto às intenções últimas, esta estratégia fora já formulada em *Mein Kampf,* onde se lê que a raça superior precisa de escravizar a raça inferior para criar as condições materiais e tecnológicas da sua supremacia[129], e onde se encontra a antecipação do sistema usado para colonizar os territórios ocupados a Leste[130]. Uma vez mais, teriam os nazis chegado a um metacapitalismo, ou retrocedido até um pré-capitalismo revisto e corrigido pelo medievalismo romântico?

No espaço deixado livre pelas populações dizimadas, ou esvaziado pela deslocação forçada dos autóctones, instalaram-se colonos de origem germânica, vindos de uma diversidade de países do Leste europeu. Para os ideólogos e os chefes do nacional-socialismo tratava-se ainda de uma forma de reforçar a raça nórdica mediante a incorporação de tantos elementos de bom sangue que se encontravam dispersos. Ao iniciarem a exploração dos campos que lhes eram atribuídos, estes imigrantes contaram com as instalações, o equipamento e o gado confiscados aos antigos proprietários eslavos[131]. E grande parte da população nativa sobrevivente foi enquadrada em habitats de tipo concentracionário e submetida a um regime de escravismo de Estado, para o qual o aparelho político-militar dos SS formou a ossatura repressiva e económica. «[...] a submissão dos Eslavos sobreviventes seria garantida por uma política de recolonização, inspirada pela noção de uma cadeia de povoações germânicas fortificadas, que se estendiam do Báltico até aos Cárpatos e eram guarnecidas por soldados-camponeses *(Wehrbauer),* cuja função colonizadora não consistiria em levar a civilização para o Leste, mas em impedir definitivamente a civilização de renascer fora daquelas povoações»[132]. Tal como Walter Darré anunciara já em 1932, a missão da nova nobreza rácica saída do meio rural, «além das fronteiras étnicas do país alemão, será a de servir de guarda pretoriana, formando senhores

---

[128] Heinrich Himmler declarou-o claramente no seu discurso aos oficiais da Wehrmacht, proferido em Bad Schachen em 14 de Outubro de 1943, consoante se lê em E. K. Bramstedt (1945) 243-244.

[129] A. Hitler (1995) 267-269.

[130] Id., ibid., 368.

[131] E. Conte et al. (1995) 266-344; W. L. Shirer (1995) II 351.

Na apresentação do racismo nazi é muito forte o apego a uma perspectiva exclusivamente judaica, que a Guerra Fria contribuiu para impor nos meios académicos e divulgar entre o grande público ocidental. Na sua minuciosa análise da colonização germânica da região de Zamosc, na Polónia ocupada, E. Conte et al. (1995) 265-344 confundem o tratamento infligido aos Judeus com o sofrido pelos Eslavos, embora dêem elementos (pags. 277, 299, 309, 317, 341, 342) que permitem distinguir as duas situações.

[132] R. Cecil (1973) 202.

rigorosos que hão-de impor o domínio alemão»[133]. E Hans Frank, governador a partir de 12 de Outubro de 1939 daquela parte da Polónia administrada sob o nome de Governo Geral, confiava ao seu diário no dia seguinte à nomeação: «Os Polacos serão os escravos do Reich Alemão»[134]. Aliás, já no dia 3 desse mês ele dissera aos chefes do exército, transmitindo-lhes as directivas do Führer: «A Polónia será tratada como um território colonial. Os Polacos serão os escravos do Grande Reich Alemão»[135]. Quanto ao mais, para empregar as palavras usadas a propósito da União Soviética num relatório emanado em Maio de 1941 dos serviços económicos de Göring, os ocupantes nazis provocariam a fome generalizada «para acelerar o regresso a condições agrícolas primitivas»[136]. E os estabelecimentos industriais seriam desmantelados e enviado o material para a Alemanha[137]. Escravos de Estado alimentados por uma agricultura arcaica, eis o lugar dos sub-homens na Nova Ordem europeia[138].

Ao anunciar em 1932, a um círculo seleccionado de dirigentes do partido, os seus planos de colonização no leste, o Führer referira «a classe dos estrangeiros submetidos pela conquista, a quem chamaremos com frieza os escravos modernos»[139]. E pouco antes do começo da guerra, por exemplo no seu discurso de 23 de Maio de 1939 aos comandos militares, a propósito da expansão para Leste ele invocara a conveniência de empregar os Eslavos como mão-de-obra forçada[140]. Um mês mais tarde, na reunião do Conselho de Defesa do Reich a 23 de Junho, sob a presidência de Göring, quando se tratava de tomar disposições gerais para a preparação do conflito iminente, de novo se encarou a utilização compulsiva da força de trabalho eslava dos territórios ocupados, que nesta altura se resumiam ainda ao Protectorado da Boémia e Morávia[141]. O programa de escravização dos sub-homens encontra-se completamente enunciado por Himmler num discurso efectuado perante os altos comandos dos SS, em Posen, em 4 de Outubro de 1943, e que permaneceu então secreto, reservado a quem o ouvira: «É-me completamente indiferente o que possa suceder a um russo ou um checo. Apropriar-nos-emos do bom sangue do nosso tipo que as outras nações tiverem, e se for necessário raptar-lhes-emos as crianças e educá-las-emos aqui connosco. Só me interessa saber se as outras nações vivem na prosperidade ou se

---

[133] Citado em H. Rauschning (1939) 55.
[134] Citado em W. L. Shirer (1995) II 43.
[135] Citado em id., ibid., II 351.
[136] Citado em id., ibid., II 229.
[137] Id., ibid., II 343, 351.
[138] F. Neumann (1943) 212-213.
[139] Citado em H. Rauschning (1939) 61.
[140] W. L. Shirer (1995) I 531.
[141] Id., ibid., I 545-546.

morrem de fome como animais na medida em que precisamos delas como escravos para a nossa cultura. O resto não me interessa. [...] A nossa preocupação, o nosso dever, é o nosso povo e o nosso sangue. Podemos ser indiferentes a tudo o resto. Eu desejo que os SS adoptem esta atitude relativamente a todos os povos estrangeiros, não-germânicos, especialmente os Russos»[142].

Aliás, a submissão dos Eslavos a um regime de escravismo de Estado foi o culminar de toda a revolução rácica nacional-socialista. Não esqueçamos que o nazismo não era conservador e prometeu restaurar a ordem com métodos revolucionários. Ou seja, na acepção literal dos termos, operou uma contra-revolução, procedendo a uma revolução no interior da ordem. Por isso os nazis propunham-se não suprimir as classes sociais existentes, mas renovar-lhes os membros, revigorando-as com sangue novo, o sangue da raça nórdica. No sistema educativo destinado a filtrar os novos elementos da elite, a base era formada pelas Escolas Adolf Hitler, dirigidas pela Juventude Hitleriana, que escolhia entre os jovens de doze anos de idade aqueles que pareciam mais promissores e os submetia a seis anos de disciplina e treinamento intensivo, que lhes permitissem, depois de passarem pelas universidades, ocupar os postos directivos no partido e nos serviços públicos. O escalão intermédio da hierarquia educativa era constituído pelos Institutos de Educação Política, sob a supervisão dos SS. Quanto aos métodos pedagógicos, inspiravam-se nas antigas academias militares prussianas, mas orientados agora para o estudo das doutrinas nazis. No topo do sistema educativo existiam os quatro Castelos da Ordem, em referência ao que fora a Ordem Teutónica, a expressão mais aguerrida e homogénea das migrações germânicas para Leste, desde o século XIII até ao século XV. Era aí que recebia instrução e treinamento a elite da elite, recrutada entre os que haviam obtido as melhores classificações nos dois escalões anteriores, e preparada agora para ocupar os lugares de chefia no enorme aparelho administrativo, político e económico constituído pelos SS. «Nos meus "Burgos" da Ordem», anunciou Hitler um dia àquele que era então um dos seus seguidores, «formaremos uma juventude perante a qual o mundo há-de tremer. Uma juventude violenta, imperiosa, intrépida, cruel. [...] Quero que ela tenha a força e a beleza das jovens feras. [...] É assim que purificarei a raça dos seus milhares de anos de domesticação e de obediência»[143]. E num tom delirante, como o mago que treme perante as suas próprias encantações, ele

---

[142] Citado em A. Bullock (1972) 697-698 e W. L. Shirer (1995) II 343. Encontra-se uma versão um pouco diferente em A. Dallin (1957) 438 e 593.

[143] Citado em H. Rauschning (1939) 278.

confidenciou: «Vou dizer-lhe um segredo. Eu vi o homem novo. Ele é intrépido e cruel. Ao vê-lo, tive medo»[144].

Para fabricar este «Homem-Deus», este super-homem não só espiritual mas também biológico[145], era necessário passar sucessivamente por cada um dos quatro Castelos, o primeiro devotado ao ensino da doutrina racista e de outros aspectos do nazismo, o segundo destinado sobretudo ao adestramento físico, o terceiro dedicado aos temas políticos e militares. Finalmente, atingia-se o quarto Castelo, em Marienburgo, na própria fortaleza que havia outrora servido de sede à Ordem Teutónica. Aí o ensino concentrava-se na necessidade de prosseguir a expansão para Leste, e nesta perspectiva eram abordados os temas rácicos, políticos e militares[146]. Aliás, o mito das ordens guerreiras e monásticas e das suas virtudes pedagógicas no racismo fora já invocado durante os anos da primeira guerra mundial por Otger Gräff[147] e antes disso, muito mais estranhamente, por uma sociedade esotérica e racista de Viena, que contara com a adesão de um personagem célebre como August Strindberg e que interessara um Hitler jovem, faminto e desconhecido[148]. Alguns anos mais tarde, ao ditar *Mein Kampf,* o futuro Führer indicara o caminho dos Cavaleiros Teutónicos como devendo ser trilhado de novo[149]. O domínio exercido sobre os sub-homens eslavos e a instauração de um escravismo de Estado não foram um aspecto secundário do nazismo ou uma consequência fortuita das campanhas militares. Foram a razão de ser dos SS, e com eles de todo o Estado hitleriano. Ao colocarem a expansão para Leste como o tema a que chegavam, no fim de um longo treinamento e de sucessivas selecções, aqueles que iriam constituir o vértice da nova elite, Hitler e Himmler desvendavam claramente o seu eixo estratégico principal.

O programa rácico de Hitler teria assim deixado obsoletas as ambições sociais dos irmãos Strasser. A ordem resultaria de uma engenharia biológica, e não de qualquer arquitectura económica. Este programa tinha por objectivo que, no sistema capitalista estabelecido na parte ocidental do Reich, as clivagens entre patrões e trabalhadores fossem superadas pela alegada irmandade rácica, e por conseguinte os antagonismos de classe se resolvessem em termos biológicos[150]. A elite dos chefes e a massa do povo disciplinado teriam em comum o facto de pertencerem à raça superior. Além disto, presumia-se que a

---

[144] Citado em id., ibid., 274.
[145] Foram as expressões e os conceitos empregues pelo Führer, segundo id., ibid., 273.
[146] Acerca do sistema de ensino da elite nazi ver W. L. Shirer (1995) I 278-279.
[147] J. P. Faye (1980) 212.
[148] Id., ibid., 519 e segs., especialmente as pags. 528 e 576. Consultar também J. Droz [s. d.] 2.
[149] A. Hitler (1995) 128.
[150] K. Heiden (1934) 94.

exploração maciça dos escravos de Leste beneficiasse a globalidade da sociedade ocidental, contribuindo para aumentar aí o nível de vida dos trabalhadores e – esperava-se – atenuar mais ainda as suas reivindicações[151]. Nas palavras de Erich Koch, comissário do Reich para a Ucrânia, num discurso pronunciado em Kiev em Março de 1943: «Nós somos uma raça de senhores e devemos lembrar-nos de que o mais humilde dos trabalhadores alemães é mil vezes mais valioso racial e biologicamente do que a população daqui»[152]. Por outro lado, os Eslavos infra-humanos, sem chefes próprios, roubados do sangue nórdico que ainda pudessem ter e defrontados com a supremacia exercida pela raça dominante, seriam incapazes de qualquer revolta séria, o que relegaria, aqui também, para um plano meramente acessório a questão social. E assim, com este *apartheid* executado numa dimensão continental, os nazis contavam instaurar uma sociedade de exploração perfeitamente estável, o império perene da ordem absoluta, «uma paz que não se apoia nos louros brandidos por carpideiras pacifistas, mas se firma na espada vitoriosa de um povo de senhores, colocando o mundo ao serviço de uma cultura superior»[153].

Hitler teria declarado em 1932 a um círculo restrito de dirigentes do seu partido, directamente interessados no programa rácico e de expansão territorial: «É necessário que, de uma vez para sempre, uma Europa germânica crie as bases políticas e biológicas que serão os factores perpétuos da sua existência. [...] Estamos hoje perante a implacável necessidade de criar uma nova ordem social. [...] A sociedade sem classes dos marxistas é uma loucura. A ordem implica sempre uma hierarquia. Mas a concepção democrática de uma hierarquia baseada no dinheiro não é uma loucura menor. Uma verdadeira dominação não pode nascer dos lucros arriscados resultantes das especulações dos homens de negócios. [...] A verdadeira dominação só pode nascer onde existir a verdadeira submissão. Não se trata de suprimir a desigualdade entre os homens, mas, pelo contário, de a amplificar e transformá-la numa lei protegida por barreiras intransponíveis, como nas grandes civilizações dos tempos antigos»[154]. Deixemos os tempos antigos, era no imediato que os hitlerianos pretendiam alicerçar numa revolução biológica um indestrutível regime de exploração.

À raça superior atribuíam-se, e por isso mesmo, as características intelectuais adequadas à criação e à manutenção de uma sociedade de exclusiva ordem. «Quanto mais

---

[151] F. Neumann (1943) 213.
[152] Citado em A. Bullock (1972) 692 e W. L. Shirer (1995) II 345.
[153] A. Hitler (1995) 360.
[154] Citado em H. Rauschning (1939) 59.

facilmente se estiver disposto a prescindir dos interesses meramente pessoais, tanto maior será a capacidade de constituir vastas comunidades. É sobretudo entre os Arianos que se desenvolveu mais acentuadamente esta vontade de auto-sacrifício, que leva cada um a dar aos outros o seu trabalho pessoal e, se necessário, a sua própria vida. A superioridade do Ariano não reside nas suas qualidades intelectuais, em si, mas no enorme grau em que se dispõe a pôr todas as suas capacidades ao serviço da comunidade. Ele elevou o instinto de conservação à sua forma mais nobre, pois subordina de bom grado o seu próprio ego à vida da comunidade e, chegado o momento, aceita mesmo sacrificá-lo»[155]. Definida a cultura somente como a coesão de um povo, então a criatividade cultural corresponderia à anulação do indivíduo, um acto que havia de encontrar na morte heróica a essência superlativa. Único criador de cultura, e por isso o único a conhecer o verdadeiro heroísmo, o Ariano, como Hitler então lhe chamava, ou o Nórdico, como os teóricos do racismo nazi o denominariam depois, via-se sujeito ao mais macabro dos paradoxos, assegurar a criação da cultura mediante a destruição da vida. Por isso a cultura e o heroísmo foram duas faces inseparáveis nesta mitologia do sangue superior, encontrando ambas a sua razão de ser na ordem, entendida como coesão da raça e sua estabilidade. Nos termos de Rosenberg, a submissão de cada geração e de cada pessoa à permanência supratemporal do sangue da raça inspirava o comportamento heróico e o culto da honra[156]. Além disso, a indissolúvel ligação do sangue ao solo, da história concebida como eternidade a uma geografia considerada imutável, produzia o bom senso e o realismo, que representavam a compreensão pelo homem do lugar detido na organização geral da natureza[157]. Pretendia Walter Darré que os camponeses, conservando em si a força vital da raça nórdica e inspirados pelo ciclo que leva da sementeira à colheita, estavam aptos a compreender que a essência da realidade é o processo de evolução orgânica[158]. Deste conjunto de valores fundamentais resultava o espírito de síntese, a capacidade de fazer prevalecer a união sobre as cisões, a hierarquia sobre os conflitos, o todo sobre as partes. A disciplina era para os nazis a expressão da superioridade do sangue, e tanto mandar como obedecer exigiam disciplina. No interior da raça superior a autoridade da elite sobre as massas era apresentada como uma submissão comum aos imperativos do sangue. Nesta atitude de obediência à raça, enquanto

[155] A. Hitler (1995) 270.
[156] E. Conte et al. (1995) 38-39.
[157] Id., ibid., 90.
[158] B. Miller-Lane (1973) 183.

colectividade presente e permanência trans-histórica, dissolver-se-iam as oposições de classe.

Foi neste quadro que adquiriu um amplo carácter operacional o conceito de *Volksgenössische,* camaradagem entre os elementos do povo, que deve aqui entender-se como Camaradagem de Raça[159]. O conceito vinha expresso já no quarto ponto do programa do partido, apresentado em 1920[160], mas só mais tarde demonstrou todas as suas potencialidades de articulação. A passagem de um fascismo social a um fascismo rácico operou-se mediante a conversão da «nação proletária» numa Raça de Camaradas. *Genosse,* o termo que em alemão designa o camarada no movimento operário, recordava a qualificação socialista de que este nacionalismo racial se reivindicava, e ao mesmo tempo fundia todos os membros da raça numa entidade social única, negando a divisão em classes. O socialismo que o Führer pretendia implantar significava, nas suas próprias palavras, o desaparecimento das divisões entre classes, através da comunidade do sangue[161]. Explica-se assim a crítica dos hitlerianos ao totalitarismo de Mussolini e às concepções jurídicas de Carl Schmitt, o apologista alemão do Estado Totalitário. Se a revolução social fora superada pela revolução rácica, então a hegemonia não cabia ao Estado, mas ao povo enquanto Raça[162]. «A questão crucial na teoria jurídica nacional-socialista é a negação completa do carácter genérico do direito. Não pode, por conseguinte, existir separação de poderes. O poder do Estado constitui um todo indiviso e indivisível, englobado na categoria da "unidade do comando". Não há duas pessoas nem dois casos a que se aplique a mesma regra. [...] A principal função do direito nacional-socialista consiste em conservar a existência racial. Por conseguinte, tem de destacar as diferenças biológicas e de negar a igualdade social ou jurídica e os direitos civis. [...] A autoridade do juiz hoje baseia-se nos

---

[159] E. K. Bramstedt (1945) 71, 169; J. P. Faye (1980) 160-161, 230 e n.; K. Heiden (1934) 18 n.

Tradutor de *Mein Kampf,* Ralph Manheim deu de *«völkisch»* e de *«Volksgenossen»* versões neutras, como *«nationalist»* e *«national comrades»,* com o argumento de que eram termos correntes antes do aparecimento dos nazis, sendo usados por muitas pessoas sem conotação racista; ver A. Hitler (1995) 12 n. 3 e 84 n. 1. Parece-me que isto devia precisamente ter levado o tradutor a acentuar a especificidade hitleriana no emprego daquelas palavras. A. Bullock (1972) 67 n. 1 tem razão ao traduzir o nome do jornal *Völkischer Beobachter* como *«Racist Observer».* Este historiador comenta (pag. 123 n. 1) que *«völkisch»* é «uma palavra difícil de traduzir, porque combina a ideia de nacionalismo com as ideias de raça [...] e de anti-semitismo». Esta observação é inteiramente confirmada por Jean Pierre Faye, tão competente enquanto linguista como lúcido e arguto na análise histórica, demonstrando exaustivamente que *racista* é a tradução mais correcta de *«völkisch»,* e citando uma conversa pessoal com Herbert Marcuse em abono da tradução de *«Volksgenosse»* como *camarada de raça;* ver a este respeito J. P. Faye (1980) 151-158 e 726 n. 8.

[160] E. Conte et al. (1995) 212; A. Kaes et al. (orgs. 1995) 125.

[161] J. P. Faye (1980) 538.

[162] Id., ibid., 344-345.

ditames do Führer»[163]. No entender de Hitler, o Estado limitava-se a ser o instrumento da preservação da raça, a qual encontrava no Führer a expressão suprema[164].

Perante a raça de senhores, disciplinada e inteiramente coesa, estavam os sub-homens eslavos, incapazes de ascender à disciplina do sangue e privados já de qualquer princípio próprio de ordenação social. A disciplina do sangue fazia com que os membros da raça superior jamais se digladiassem entre si. A ausência de uma disciplina do sangue impedia que os sub-homens se revoltassem contra a raça superior. Estaria assim assegurada uma ordem sem falhas? Nada ameaçaria o império continental nacional-socialista?

*

Para que a raça superior fizesse triunfar aquela ordem estável e inaugurasse o Reich dos Mil Anos seria necessário aniquilar primeiro a raça privada de espírito de síntese, os críticos propensos a analisar o todo na contraditoriedade das suas partes, os subversores que sempre ameaçam as hierarquias com os conflitos. E quem melhor os podia representar senão aquele povo que, há dois mil anos expulso da pátria de origem, se revelara incapaz, tanto de se deixar assimilar pelos Estados que o acolheram, como de fundar um Estado próprio?

Apercebemo-nos de que para os nacionais-socialistas o Judaísmo era um mito, que em nada derivava de pretensos problemas étnicos nem de qualquer situação económica real, ao recordarmos que os Judeus compunham na população total da Alemanha uma fracção mínima, 0,76% em 1933, e a sua presença estava além disso em declínio, pois em 1871 haviam representado 1,5% da população[165]. E se é certo que em algumas profissões e ramos de actividade, como advogados, notários e médicos, e em empregos no sector bancário privado e no sector comercial, a participação de Judeus era especialmente notória[166], isto implicava, evidentemente, que eles eram insignificantes nas outras esferas da economia. Quando estigmatizava os Judeus, os perseguia e mais tarde se afanava em exterminá-los sistematicamente, o nacional-socialismo de feição hitleriana massacrava na carne o que eram meros emblemas ideológicos. «O Judeu não é mais um ser humano, tornou-se uma figura mítica»[167] – e este foi talvez o aspecto mais pavoroso da demência racista. Só o

---

[163] F. Neumann (1943) 497.
[164] J. P. Faye (1980) 534, 536.
[165] J. Droz [s. d.] 38.
[166] Id., ibid., 38-39.
[167] A. Bullock (1972) 40.
Referindo-se a Hitler, H. Rauschning (1939) 262 comenta que «a furiosa obstinação do seu anti-semitismo só se torna compreensível pela transfiguração mítica do Judeu em protótipo do Mal».

entenderemos quando soubermos quais as atitudes sociais e as posturas ideológicas atribuídas ao Judaísmo.

Por oposição ao Nórdico, que anula a sua individualidade na preservação da raça e é, portanto, criador de cultura, o Judeu limita-se ao parasitismo cultural, afirmou Hitler em *Mein Kampf*, porque lhe falta a capacidade de auto-sacrifício. Assim, o Judaísmo constitui uma horda, uma mera soma de indivíduos, unidos apenas enquanto se defrontam com um perigo comum, e votados sem isso ao egoísmo e à luta fratricida[168]. Naquela metáfora do parasitismo semita muitos racistas reencontraram a sua vocação ao mesmo tempo socialista e nacionalista, transferindo para a esfera dos Estados e das nações um conceito de parasita, de explorador, que antes tivera curso apenas no plano das classes[169]. Parasitas por serem individualistas e incapazes de praticar a aniquilação heróica do eu, os Judeus seriam pelo mesmo motivo os desagregadores de toda a ordem social, e as suas personalidades eminentes «são grandes apenas na destruição da humanidade e da sua cultura»[170]. «Desintegradores e destruidores», chamou-lhes Gottfried Feder[171]. Para quem considerava o Estado como a suprema manifestação da ordem e da cultura, o Judeu errante, condenado à eterna diáspora, simbolizava a vocação da desordem e da desagregação da humanidade. Nos primeiros anos da sua carreira, discursando em Munique em 28 de Julho de 1922, proclamava Hitler: «O Judeu nunca fundou qualquer civilização, se bem que tenha destruído centenas delas. Ele não criou nada que possa mostrar. Tudo o que tem é roubado [...] só o Ariano é capaz de formar Estados e de lhes abrir o caminho da grandeza futura»[172]. E o Führer estigmatizava, ao discursar em 11 de Dezembro de 1941, «[...] o elemento judaico, cujos interesses conduzem todos à desintegração, e nunca à ordem»[173]. Dois meses depois ele repetia aos seus íntimos que «o hebreu é o catalisador que lança fogo aos combustíveis», para concluir que «um povo sem hebreus regressa à ordem natural»[174], o que era lógico quando se considerava que a existência do Judeu corresponderia a uma desordem na natureza. «Ele é um ser estranho à ordem natural», confidenciara Hitler um dia, «é um ser

---

[168] A. Hitler (1995) 273-275. Ver também as pags. 138 e 140.
Este tema foi retomado no filme *Der ewige Jude*, de Fritz Hippler, estreado em 1940.

[169] E. Conte et al. (1995) 210-211 relatam as polémicas no interior do NSDAP acerca do carácter socialmente parasitário atribuído aos Judeus.

[170] A. Hitler (1995) 320.
Ver também as pags. 59, 60, 406 e 598.

[171] Expressões usadas por Feder num texto publicado em 1928, antologiado em R. Griffin (org. 1995) 122.

[172] Citado em A. Bullock (1972) 407.

[173] Citado em W. L. Shirer (1995) II 302.

[174] Citado em E. Nolte (1989) 413.

fora da natureza»[175]. Na defesa do princípio da maioria contra o princípio da força Hitler via a própria expressão política do Judaísmo, onde confundia a democracia parlamentar e todos os cambiantes do marxismo numa mesma aversão à preponderância numérica, dissolvente do que era para ele a verdadeira ordem[176].

Para compreender os fundamentos míticos do anti-semitismo nazi convém recordar os escritos de Theodor Fritsch, um dos doutrinários racistas a gozar de maior popularidade na Alemanha, a tal ponto que em 1933 o seu livro mais significativo atingira a tiragem de 145.000 exemplares. As sociedades primitivas, explicava ele, haviam expurgado do seu seio os mestiços, factor de degenerescência. Estes elementos expulsos reuniram-se em hordas que possuíam em comum a hostilidade à sociedade e ao Estado, e converteram em sistema tal indisciplina desagregadora. Na Índia aquela gente foi relegada do regime de castas e formou os Tschandala, os intocáveis, onde se reunia a infra-humanidade desprovida de raça, criminosos, leprosos. E também o Judaísmo aparecia no Ocidente como a «raça dos sem-raça»[177]. Estas teses acerca da constituição do povo judaico foram retomadas por Himmler, que declarava, numa época em que assumira já algumas das mais elevadas responsabilidades do Reich: «Conhecemos bem demais o Judeu, essa raça composta da escória de todos os povos e nações deste planeta e na qual ele imprimiu o seu carácter racial judaico, que tem prazer na destruição, cuja vontade é aniquilar, cuja religião é a ausência da crença em Deus, cuja ideia é o bolchevismo»[178]. No pensamento nazi corrente os Judeus eram a «anti-raça»[179]. Incapazes de contruir um Estado, eles só podiam viver infiltrando-se parasitariamente nos Estados alheios.

Na verdade, a mesma situação marginal de origem e as mesmas características desagregadoras eram atribuídas pelo nacional-socialismo aos Ciganos, um povo indomável, sem fronteiras e resistente ao assalariamento regular. Tal como os Judeus, os Ciganos foram perseguidos e exterminados em campos de concentração, mas a sua reduzida importância histórica no mundo contemporâneo fez com que não ocupassem qualquer lugar de relevo na encenação nazi do grande mito rácico.

---

[175] Citado em H. Rauschning (1939) 269.
[176] A. Hitler (1995) 60, 73-83, 255, 287, 406-407.
[177] J. P. Faye (1980) 174-176.
[178] Declarações de Heinrich Himmler em 1937, antologiadas em R. Griffin (org. 1995) 147-148.
[179] E. Conte et al. (1995) 210.
A este respeito ver, por exemplo, Joseph Goebbels antologiado em R. Griffin (org. 1995) 120. Afirma A. Dallin (1957) 9 n. 1 que a concepção dos Judeus enquanto «anti-raça» teria sido inspirada por Arno Schickedanz, um dos personagens que rodeavam Rosenberg.

O catálogo das peculiaridades intelectuais necessariamente atribuídas aos Judeus e daquelas que floresciam na raça superior foi muito desenvolvido e detalhado pelos partidários da Física Ariana. Dois detentores do prémio Nobel, Philipp Lenard e Johannes Stark, animaram um movimento de universitários e investigadores que pretendia reconstruir a física sobre bases raciais[180], considerando a teoria quântica e a relatividade como tipicamente judaicas em virtude do seu carácter dedutivo e da prática sistemática da abstracção quantitativa; enquanto a raça superior se distinguiria pelo raciocínio indutivo e pelo prevalecimento do concreto qualitativo, e por isso seria capaz de conceber a natureza como um todo e de praticar a experimentação científica como uma fusão do experimentador nesse todo. «Era um axioma entre todos os nacionais-socialistas a rejeição de quaisquer formas de materialismo e a adopção da ideia de uma natureza animada por um espírito omnipresente. A comunhão com este espírito permitia adivinhar a ordem hierárquica natural das coisas, incluindo a necessidade de que um Führer conduzisse um povo na luta pela existência»[181]. Comentando apreciativamente as ideias defendidas por Walter Darré, Hitler elogiara nas tradições pré-cristãs do campesinato germânico «a apreensão misteriosa e directa da natureza, o contacto instintivo, a comunhão com o espírito da terra»[182]. Era exactamente esta a atitude que os promotores da Física Ariana queriam implantar nos modernos laboratórios científicos. A oposição entre o sentimento da presença de um concreto diferenciado, que emanava da Física Ariana, e a redução intelectual das diferenças mediante a abstracção quantitativa, que caracterizaria o raciocínio judaico, não era mais do que a oposição entre a ordem estável e o igualitarismo dissolvente. Wilhelm Müller, um

---

[180] O tema de uma ciência definida pelo seu carácter racial pode encontrar-se já no começo do século XIX entre os românticos alemães, que nunca deixaram de atribuir uma conotação rácica às concepções nacionais. Professor de história da Alemanha na Universidade de Iena, Heinrich Luden, por exemplo, «declara abertamente que "também a ciência deve ter uma nacionalidade"», como menciona J. Droz (1966) 222. Os resultados práticos deste ponto de vista avaliam-se ao sabermos que «ele não se preocupava com as fontes nem procedia à crítica interna dos documentos [...]» (id., ibid., 222-223). Talvez se deva considerar no mesmo contexto a opinião de Adam Müller, ao escrever que «só submetendo-se livremente ao Estado podem as ciências readquirir e conservar o seu prestígio» (citado em id., ibid., 234). Assim, Hitler tinha, sem dúvida, lugar numa importante corrente do pensamento germânico quando declarava, segundo H. Rauschning (1939) 252: «Não existe [...] senão a ciência de um grupo humano definido numa época definida. Não tenho dúvida de que há uma ciência nórdica e uma ciência nacional-socialista, que devem estar em oposição à ciência judaico-liberal [...]».

[181] A. D. Beyerchen (1977) 126-127.

Entre outras deficiências, a maior das quais é não aprofundar suficientemente as relações ideológicas entre a Física Ariana e o indeterminismo de Heisenberg, Alan D. Beyerchen não consegue entender que a experimentação a que se referiam Lenard, Stark e os seus seguidores não era de tipo empirista, mas subjectiva e panteista. Note-se que, segundo K. Heiden (1934) 256-257, Gregor Strasser apresentara em 1929 os princípios indeterministas da física moderna como uma confirmação do irracionalismo nazi. Enquanto a Física Ariana se inseriu na orientação exclusivamente racista defendida por Hitler, as teorias de Heisenberg decorreriam decerto do campo ideológico que havia sido ocupado pelo populismo nacional-socialista.

[182] Citado em H. Rauschning (1939) 71.

divulgador ligado a este movimento, escrevia que as teorias de Einstein tinham «do princípio ao fim o objectivo de transformar o mundo vivo – ou seja, não-judaico – de essência viva, nascido de uma mãe terra e cimentado com sangue, e convertê-lo por magia numa abstracção fantasmagórica, onde todas as diferenças individuais dos povos e das nações e todos os limites internos das raças se perdem na irrealidade, e onde sobrevive apenas uma diversidade de dimensões geométricas desprovidas de substância, que produz tudo o que sucede mediante o determinismo da sua sujeição a leis, na ignorância de Deus»[183].

Sem interesse actual para a ciência, as elucubrações da Física Ariana são importantes para apresentar a ordem como supremo critério de distinção entre as raças. Nas palavras de um dos ideólogos do regime, Ernst Krieck, reitor da universidade de Frankfurt, que em 1933 havia presidido a um auto-de-fé de livros de autores marxistas ou judeus, tratava-se de erguer «o sangue contra a razão formal, a raça contra a racionalidade dirigida para um fim concreto, a honra contra o espírito de lucro, a unidade contra a integração individualista, as virtudes guerreiras contra a segurança burguesa, o povo contra a massa»[184]. Que as ideias nebulosas de Hitler e dos seus seguidores representassem a oposição entre a raça e a racionalidade, não deve haver decerto nenhum crítico que recuse esta formulação do ideólogo nacional-socialista. Ou, como escrevia, a escassos meses do fim do Reich, o semanário dos SS, «onde a dissecação intelectual do céptico cria a divisão, o poder maternal do coração restaura a unidade»[185].

E assim todos os Judeus começaram a ser perseguidos, mais tarde exterminados, como subversores. E todos os críticos, comunistas e sociais-democratas, foram de imediato aprisionados e em grande parte aniquilados enquanto Judeus. Um reputado historiador pretende que não havia Judeus nos primeiros campos de concentração, sendo aí detidos inicialmente, além de criminosos de direito comum, apenas os opositores políticos do regime, e que só depois os Judeus começaram a ser progressivamente sujeitos ao sistema concentracionário[186]. Do mesmo modo, os primeiros filmes verdadeiramente anti-semitas realizados no Terceiro Reich datam só de 1939[187]. Nas suas memórias, todavia, um antigo

---

[183] Citado em W. L. Shirer (1995) I 273.

[184] Citado em F. Neumann (1943) 512.

O tradutor da obra de Franz Neumann escreveu *«el pueblo contra la masa»*, mas a versão correcta seria decerto *a raça contra a massa*. Recordo a tal respeito a n. 159 deste capítulo. Aliás, segundo H. Rauschning (1939) 156, Hitler opunha «a raça e a massa».

Quanto à participação de Krieck na destruição de livros, ver J. Droz [s. d.] 82.

[185] Em *Das Schwarze Korps*, de 25 de Janeiro de 1945, antologiado em R. Griffin (org. 1995) 163.

[186] J. Droz [s. d.] 103, 105.

[187] P. Cadars et al. (1972) 189.

agente do Komintern refere a presença de numerosos judeus, ainda no final de 1933, no mesmo campo de concentração em que ele se encontrava[188]. Mas haverá razões para proceder a uma distinção rigorosa entre uma ideologia e uma alegada raça, quando por exemplo lemos o caso do «editor judeu de um jornal socialista» assassinado naquele campo? Pelos insultos dos algozes, vemos que foi enquanto Judeu que o torturaram até morrer[189], mas teria sido à sua etnia ou ao seu partido político que ele devera a prisão?

Não devemos esquecer que para os nazis o marxismo, em todas as suas variantes, era uma modalidade do Judaísmo, e constituiria sem dúvida o perigo mais urgente nos primeiros tempos do regime. Naquela mistura de idealismo absoluto e de pedantismo mensurador que foi o racismo hitleriano, uma determinada atitude ideológica definia alguém como Judeu com não menos segurança do que o fazia um certo tipo de nariz ou a forma do lábio inferior. Quando o Führer, discursando no congresso do partido de 1933, se referiu, a propósito dos Nórdicos, «àqueles que pertencem em espírito a uma certa raça»[190], a multidão que o escutava não encontrou decerto nada de estranho nessa operação mágica, pela qual a imaterialidade se via subitamente dotada de uma biologia. O vaivém entre espírito e corpo, entre ideias e raça, é indispensável para compreendermos as manifestações práticas do racismo no Terceiro Reich. Se ser judeu era uma característica tanto física como espiritual, reduzir o programa de extermínio dos Judeus à sua dimensão étnica, como fazem hoje a esmagadora maioria dos académicos e a voz jornalística corrente, é tomar o nazismo à letra e, afinal, laborar nos mesmos mitos. O que os nazis concebiam em termos de raça, para mim só tem significado em termos ideológicos. A tragédia consistiu, dentro do país, na liquidação de todas as formas de crítica social e na supressão de quaisquer manifestações de inquietação intelectual e, fora dos limites alemães do Reich, à medida que progredia a ocupação de territórios eslavos, na chacina dos elementos sociais mais modernos e mais cultos, ou simplesmente mais inteligentes. O absurdo resultou do facto de a repressão aos críticos e aos agentes de dissolução da ordem ter prosseguido não só nos planos ideológico e político, mas também num nível pretensamente biológico, onde foi conferida a certos traços fisionómicos tanta importância como aos documentos de filiação partidária e aos livros e artigos, aulas ou discursos. A multiplicação daquela tragédia através deste absurdo explica o indizível horror do racismo hitleriano. Mas só o podemos entender, em toda a sua lógica perversa, se nos recordarmos de que a grande maioria das vítimas foi apenas um símbolo

---

[188] J. Valtin (1948) 589-591.
[189] Id., ibid., 597.
[190] Citado em E. Conte et al. (1995) 106.

corporal de ideias que não tinha e de práticas que não perfilhava. Judeus e marxistas constituíram para os hitlerianos uma realidade única, e não deve espantar que fossem primeiro presos ou mortos os chefes do movimento operário e em seguida, com mais vagar, se procedesse à liquidação metódica do Judaísmo considerado como raça. É sugestivo que na maioria dos relatórios emanados dos grupos de extermínio organizados por Himmler e Heydrich para actuar nas regiões ocupadas do Leste da Europa as execuções de Judeus e de membros do Partido Comunista soviético fossem enumeradas em conjunto, sem que possamos discriminar as duas categorias de vítimas[191]. Como sempre, é na contabilidade que se desvendam os pressupostos ideológicos mais profundos. Socialistas e comunistas sem nenhum antepassado judaico eram condenados como Judeus, do mesmo modo que o eram judeus francamente reaccionários ou conservadores.

*

O domínio absoluto exercido pelos SS sobre os internados nos campos de concentração representava, de uma maneira não só real mas também simbólica, a supremacia da raça de senhores sobre a anti-raça e a sub-humanidade[192]. Nos termos do novo paganismo que tanto interessava Himmler, os horrores indescritíveis do universo concentracionário assumiam a dimensão verdadeiramente religiosa de uma liturgia, manifestando ritualmente a hegemonia racial da milícia negra.

A dialéctica racista desenvolvida ao longo de muitas décadas na área da cultura germânica fora enfim sistematizada por Hitler numa forma lógica sintética, mediante a articulação de uma antinomia externa, entre Nórdicos e Eslavos, com um antagonismo interno, resultante da acção dissolvente exercida pelos Judeus no seio dos Germanos. Estas duas modalidades de contradição, a antinomia e o antagonismo, sustentaram o modelo do racismo de Hitler e Himmler e inspiraram-lhe os seus pavores. Sem entendermos esse triângulo, e a assimetria das relações entre os três vértices, não podemos compreender o racismo dos nacionais-socialistas e muito menos a lógica que presidiu à sua actuação.

Para eles, a raça deparava-se com um enorme perigo se a anti-raça mobilizasse a sub-raça e a conduzisse numa revolta. Os *Untermenschen* seriam incapazes de se dotar sozinhos de uma coesão política e de uma organização estatal. Poderiam fazê-lo se os

---

[191] W. L. Shirer (1995) II 371 n.
[192] J. Droz [s. d.] 104-105.

guiassem elementos de sangue nórdico, restos de antigas migrações que mantinham ainda uma certa pureza racial. Foi para evitá-lo que as brigadas exterminadoras dos SS fuzilaram no leste da Europa resistentes e chefes guerrilheiros tidos como seminórdicos, e que outros departamentos da milícia negra procederam nesses territórios ao rapto sistemático de algumas centenas de milhares de crianças consideradas de bom sangue. Mas além daquele risco surgia outro ainda, já que os Judeus, incapazes de coesão e de solidariedade estatal quando deixados a eles próprios, seriam dotados da arte de porem de lado os egoísmos naturais quando se deparavam com um inimigo da sua raça. Levando à letra esta sucessão de absurdos, o nacional-socialismo hitleriano considerava o regime soviético como uma massa de Eslavos e Asiáticos chefiada por uma elite perversa de Judeus[193]. Os Eslavos só poderiam converter-se num perigo se os Judeus os organizassem e comandassem. A liquidação do Judaísmo não seria necessária apenas por considerações de âmbito interno, respeitantes à preservação do sangue germânico e à reconstituição da pureza racial nórdica, mas por razões externas também, de maneira a impedir para sempre que os povos do Leste se tornassem ameaçadores. Para que o domínio dos Nórdicos sobre os Eslavos se consolidasse numa ordem sem falhas era necessário exterminar os Judeus[194]. A dinâmica deste triângulo explica toda a encenação nazi da guerra mundial.

Nesta demência os nazis foram coerentes, e tal coerência constituiu sem dúvida o grau superior de alucinação. Como um prisioneiro no seu *Bunker,* o Führer de um império em escombros reflectia sobre as causas da sua derrota e dava instruções ao ministro do Armamento e das Munições para proceder à destruição total das instalações militares e industriais, e mesmo das infra-estruturas de que a população necessitaria depois da guerra para prosseguir uma existência rudimentar[195]. Não era seu o malogro, mas do povo que não soubera estar à altura do chefe supremo. Se a lei da vida era a vitória do mais forte sobre o mais fraco, ao ser vencido o povo germânico demonstrou que não era a raça superior. Outros o seriam. Os sub-homens haviam-se revelado afinal como a super-humanidade, os Eslavos triunfavam sobre os Nórdicos. A eles a supremacia. «Se a guerra está perdida», declarava Hitler a Albert Speer na noite de 18 para 19 de Março de 1945, «o povo alemão

---

[193] A Rússia, declarara Hitler em Maio de 1930, no encontro com Otto Strasser que levou à ruptura entre ambos, é um corpo eslavo-tártaro com uma cabeça judaica; ver A. Dallin (1957) 9.

[194] A «solução final» fora já claramente enunciada em *Mein Kampf*: «A recuperação nacional das nossas massas só terá êxito quando, para além de toda a luta positiva pela alma do nosso povo, forem exterminados os seus envenenadores internacionais»; ver A. Hitler (1995) 307. E também a técnica usada no genocídio, mediante o emprego de gases venenosos, fora prevista com exactidão: id., ibid., 620.

[195] A. Speer (1979) 533-535, 562, 574 e segs., 751 n. 10, 752 n. 3.
Aliás, e como é bem conhecido, Speer esforçou-se na prática por sabotar esta directiva de Hitler.

está perdido também. É inútil preocuparmo-nos com as condições necessárias à sobrevivência mais elementar do povo. Pelo contrário, é preferível que até isso seja destruído. Porque este povo mostrou ser o mais fraco, e o futuro pertence exclusivamente ao povo do Leste, que se revelou mais forte. Depois deste combate só ficarão os medíocres, porque os bons terão sucumbido»[196]. Aliás, é interessante considerar que mesmo antes da guerra o receio de que os Eslavos adquirissem a supremacia rácica constituíra uma das elucubrações habituais do Führer, nos longos monólogos com que brindava os seus íntimos em Obersalzberg, enquanto bebiam golinhos de chá e provavam a pastelaria vienense[197]. «Hoje, prosseguia ele [Hitler] por vezes, e curiosamente já antes da guerra, os Siberianos, os Russos Brancos e os homens da estepe têm um modo de vida muitíssimo são. Por isso, é possível que evoluam e adquiram a longo prazo uma superioridade biológica sobre os Alemães»[198].

A poucas horas de pôr cobro à vida, ao ditar o seu testamento político, foi outro o tom empregue por Hitler, deixando antever a esperança de que o sacrifício dos soldados germânicos fizesse germinar a semente e um dia, no futuro, se reconstituísse a unidade da raça e renascesse o nacional-socialismo[199]. Mas talvez este optimismo histórico se destinasse apenas a estimular os soldados ao cumprimento das derradeiras ordens que o Führer lhes dava, de resistirem até ao fim. Com efeito, para todos os que não se pretendessem artistas como ele e não sentissem o prazer de encenar a própria morte junto com a dos outros entre as ruínas da nação, para que serviria o sacrifício sem a esperança de uma recompensa, mesmo nas névoas do mito? São muito poucos os que gostam de fruir, do interior, a estética da desolação. A verdadeira coda do Terceiro Reich não é no testamento do Führer que a encontramos, mas nas repetidas ordens dadas a Albert Speer, nos últimos meses da guerra, de desmantelar tudo o que restava da Alemanha moderna. Estes acordes de catástrofe haviam já sido sugeridos antes, quando os desenvolvimentos do tema se aproximavam do final. Num discurso que proferiu perante os gauleiters em Agosto de 1944, Hitler declarara: «Mas se agora o povo alemão sucumbir neste combate [...] é porque foi demasiado fraco. Não triunfou dos desafios da história e a morte teria sido o seu único

---

[196] Citado em id., ibid., 578-579.

Speer assegura a exactidão destas palavras, por motivos que explica nas pags. 750-751 n. 8. Ver igualmente A. Bullock (1972) 774-775.

[197] «Todos podiam tomar à vontade chá, café, chocolate, com diferentes tipos de doces, tortas e pastéis e, para terminar, licores e conhaques»: A. Speer (1979) 123. O Führer, como se sabe, além de vegetariano era abstémio, defeitos a que juntava a gula.

[198] Id., ibid., 132. Os Russos Brancos são, claro, os Bielo-Russos.

[199] A. Bullock (1972) 794-795; W. L. Shirer (1995) II 549.

destino»[200]. E já bastante tempo antes ele prevenira os generais de que, «se a Alemanha não ganhar a guerra é porque não triunfou nesta prova de força, e deverá então sucumbir, e sucumbirá»[201]. O racismo hitleriano morreu da mesma maneira que começou. Ao opor a sua concepção excludente às doutrinas rácicas abrangentes defendidas por Gregor Strasser e pela ala propensa ao nacional-bolchevismo, ao insistir na assimetria heróica de um sangue puro, incapaz de resgatar as outras raças, mas sempre exposto a ser abastardado por elas, Hitler parecia ter desde início uma premonição de tragédia. Deixando o seu Reich em ruínas, responsabilizando o seu povo pela derrota, proclamando esta derrota como a derradeira confirmação das suas teorias, Hitler terminou como todos os delirantes, devorado pela teia de ilusões que ele próprio produzira.

É nesta escala que devemos analisar o racismo nazi. O programa de genocídio anti-semita, a que a generalidade dos grandes órgãos de informação hoje resume o fascismo alemão, não foi uma mera continuação dos *pogroms* que começaram a difundir-se entre a plebe da Europa a partir da Primeira Cruzada. Estes deveram-se à problemática religiosa, no contexto de uma busca mítica de Jerusalém, mas a perseguição nazi teve implicações muito mais amplas. Num quadro ideológico estritamente racista não podia deixar de se atribuir uma referência rácica ao inimigo, a qualquer inimigo. E é precisamente isto que os sustentáculos actuais do capitalismo querem fazer esquecer. A campanha anti-semita foi um corolário das medidas destinadas a criar uma raça alegadamente superior. São estas medidas a questão central, de que todas as outras decorrem. O genocídio dos Judeus era logicamente necessário para assegurar a estabilidade do domínio da raça nórdica superior e a submissão definitiva dos sub-homens eslavos. Reduzir o nazismo a um anti-semitismo vulgar corresponde a ocultar toda uma problemática de manutenção e reforço da ordem, deixando além disso sem explicação o sistema de escravismo de Estado a que estava votada a população sobrevivente dos territórios do Leste. Mas é indispensável às democracias actuais confundir o fascismo hitleriano com um tipo de perseguição aos Judeus anterior ao capitalismo, para ocultar a génese das fobias raciais especificamente nazis.

---

[200] Citado em A. Speer (1979) 521.
[201] Citado em id., ibid., 226.

3

No século XIX surgiu um novo tipo de racismo, caracterizado pela concepção de que as diferenças culturais se devem a diferenças biológicas e que estas hierarquizam os povos consoante as qualidades intelectuais. Até então as culturas haviam sido exclusivistas e cada uma sobrevivia pela negação das outras. Mas se povos com crenças, línguas e formas de organização diferentes podiam ser considerados inferiores, esta alegada inferioridade cultural e social não se projectava geralmente numa degradação biológica. É certo que se documentam exemplos de conversão do ostracismo civilizacional num pretenso escalonamento de capacidades intelectuais, mas eram casos pouco frequentes, reduzidos a pessoas ou meios restritos. Se a generalidade de uma população desdenhava o falar das outras, os seus hábitos, até a cor da pele, não desprezava por isso as aptidões de cada indivíduo. Todos os grandes impérios consideraram bárbaros os vizinhos, mas um bárbaro que se pusesse ao serviço da sociedade rival e demonstrasse talentos podia ascender aos mais altos postos, chegar até ao trono.

A representação dos Negros na pintura europeia constitui um teste interessante. Os artistas do renascimento e do barroco, quando tinham a oportunidade de pintar Negros, figurados sobretudo entre os Reis Magos, ou como servidores exóticos das cortes reais, mostravam rostos onde os traços não contrastavam excessivamente com os dos Brancos, os narizes não eram demasiado achatados nem os lábios exageradamente cheios. Só mais tarde a mentalidade dos Europeus tornou mais pronunciada a distância física que os separa de outros povos e as representações plásticas converteram-se então em caricaturas.

4

A atribuição de raízes biológicas à diversidade das civilizações e a transformação das diferenças entre sociedades numa hierarquia de raças foi inaugurada na Europa pelos povos germânicos, na sua luta contra o imperialismo napoleónico. É certo que alguns elementos formadores desta concepção datam já do final do século XVIII, mas a problemática da independência nacional precipitou a sua conjugação num sistema

ideológico coerente e genérico, passando muito além dos pensadores individuais e marcando toda uma cultura. Desde então têm sido considerados democráticos os valores da autodeterminação cultural, da construção nacional e da autonomia política, afirmados contra as pretensões expansionistas de vizinhos mais fortes. E, como se não fosse suficiente esta ironia da história, apresentando uma génese progressista para uma das variantes do racismo contemporâneo, o paradoxo fica reforçado pelo facto de o expansionismo saído da revolução francesa não ter sido racista. Muito pelo contrário, tanto o jacobinismo republicano como o imperial admitiam que todas as culturas e nações europeias pudessem ser unificadas num mesmo espaço político. Aliás, a França contemporânea resulta de uma fusão que naquela época decerto pareceria tão hipotética – ou tão segura – como a das monarquias continentais sob a égide de Napoleão. Basta recordar que durante a revolução os decretos deviam ser publicados nas diferentes línguas, dialectos e maneiras de falar do país, e só a elite possuía uma língua comum, o francês, que era então precisamente a língua comum da elite em todos os outros países da Europa.

Foi contra este expansionismo jacobino e imperial, caracterizadamente anti-racista, que os povos germânicos sentiram um sobressalto de independência. Se Corradini tivesse nascido cem anos mais cedo descobriria entre eles a sua «nação proletária», pois nem a Itália anterior ao Risorgimento estava tão fragmentada. A esfera da cultura germânica era constituída por um povo sem Estado, repartido entre uma multiplicidade de soberanos e participando até numa monarquia, a dos Habsburgo, que não se apresentava como exclusivamente germânica. A dispersão era agravada pela divisão entre católicos e protestantes, acentuando no plano religioso as rivalidades profundas que opunham a Áustria e a Baviera à Prússia. Neste povo politicamente esfacelado surgiram vozes para defender uma unificação feita nos seus próprios termos, contra a confederação parcial que Napoleão levara a cabo sob a condição de uma definitiva dependência. Além disso, um nacionalismo estritamente germânico não podia senão ser antinapoleónico, pois o que Bonaparte pretendia era reunir o continente sob o seu império, e desse quadro resultaria uma Alemanha cosmopolita, nunca nacionalista. Os patriotas germânicos antijacobinos esforçavam-se por insuflar ao povo uma inspiração comum e fazer dele uma nação. Mas como a nação mais não é do que a territorialização do poder de Estado, se os Germanos não possuíam um Estado único eles estavam igualmente desprovidos de uma conotação nacional. Em que termos se poderia, então, definir a nova Germânia?

O romantismo germânico promoveu o ideal de uma nação unida para além das divisões políticas, e o factor de coesão apenas se podia encontrar na língua e na literatura.

«A unidade da língua», escreveu Friedrich Schlegel, «é aqui muito importante. Ela constitui o testemunho irrecusável, o traço de união mais íntimo e mais natural, e será considerada, junto com a identidade dos costumes, como o elo mais sólido e mais durável, assegurando a unidade da nação através dos séculos»[202]. Mas o certo é que na área linguística alemã havia também uma grande quantidade de dialectos e maneiras de falar. E, assim, o primeiro objectivo destes novos nacionalistas consistiu no estabelecimento da língua e das tradições orais. Foi um nacionalismo de literatos, de etnólogos do conto popular, de pesquisadores de canções tradicionais[203]. O *volk lore,* o tesouro de saber de um povo, o folclore, nasceu como nacionalismo literário. «É o espírito da nossa nação que reside no conjunto da nossa literatura», lemos num artigo de Joseph Görres, «e como a poesia é, mais do que qualquer outra forma literária, um espelho fiel do povo, graças a ela podemos conhecer facilmente a essência do nosso carácter nacional, a sua fisionomia particular e os traços dominantes do seu génio»[204]. Não convém decerto esquecer que, ao mesmo tempo, em vários outros países houve eruditos a preocuparem-se igualmente com as raízes dos contos e cantos populares e das tradições rurais, mas só entre os Germanos eles detiveram uma posição central na cultura e mesmo na política. Se nos demais Estados os literatos foram os serventes dos políticos, na formação da Alemanha moderna foram os literatos os primeiros políticos.

Supor que uma identidade nacional estava subjacente a uma língua comum correspondia à admissão de que falar da mesma maneira implicasse pensar da mesma maneira. A própria forma de construir as palavras foi considerada como um sintoma da constituição da mente. Aqueles que se exprimiam em alemão estariam possuídos por uma alma comum, um *Volksgeist,* o génio colectivo de um povo. Fichte deduziu a partir daqui todo o seu plano prático de renascimento do patriotismo alemão, de resistência ao invasor e de restauração da liberdade nacional. Ele considerava a língua como o factor originário, e deduzia a vitalidade cultural e política dos Alemães precisamente do facto de terem mantido viva a sua língua própria, enquanto os outros ramos germânicos que se espalharam pela cristandade ocidental haviam adoptado uma língua morta, o latim, o que provocara a sua inevitável degenerescência[205]. A dialéctica concebida por Fichte para explicar a história das culturas assentava nesta oposição entre a continuidade de uma língua viva e o uso de uma língua morta. Para ele os Alemães eram o único povo que podia pensar de uma maneira

---

[202] Citado em J. Droz (1966) 59.
[203] Id., ibid., 79, 194, 198-199.
[204] Citado em id., ibid., 195.
[205] J. G. Fichte (1975) 108-109, 119-120, 141-142, 150 e segs.

criativa e sincera, desenvolvendo portanto a ciência e dando asas ao progresso, ao mesmo tempo que conservava os valores sóbrios e tradicionais da honestidade intelectual. Bastava-lhe para isso reflectir a partir dos fundamentos da língua, que na opinião de Fichte correspondiam à essência mais íntima do povo. «[...] a bem dizer, não é esse povo quem exprime o seu conhecimento, mas o seu conhecimento que se exprime através dele»[206]. Fichte pretende, muito claramente, que não é o povo a falar a língua, mas a língua a fazer falar o povo. Desta maneira os Franceses, antigos Germanos, tendo-se sujeitado ao uso do latim, que era estranho à identidade orgânica do povo germânico, ficaram condenados a uma cultura artificial. Como poderia uma língua morta exprimir-se através de um povo, se ela já nada mais tinha a dizer? Incapaz de profundidade porque não podia nunca retomar as raízes populares, a cultura francesa esvaiu-se assim na superficialidade do discurso[207].

Para Fichte a língua não era uma criação social, que um povo conseguiria moldar consoante os traços da sua cultura, quaisquer que fossem os materiais de origem empregues. Pelo contrário, «os homens são formados pela língua, mais do que a língua o é pelos homens. [...] A língua em geral e, mais particularmente, a designação dos objectos com a ajuda de sons emitidos pelo aparelho vocal em nada depende de decisões arbitrárias ou de convenções [..] Na verdade, não é o homem enquanto tal quem fala, mas a natureza humana que se exprime através dele e se comunica aos outros. Assim, devia dizer-se que a língua é *una* e inteiramente necessária»[208]. Considerada a língua como o factor primitivo, saído directamente da natureza, as palavras possuiriam o estatuto de coisas reais. «[...] não sendo a língua uma criação arbitrária, mas emanando da vida inteligente como uma força directa da natureza, sucede que ao prosseguir o seu desenvolvimento sob a égide desta lei ela possui igualmente a força para intervir na vida e para a estimular. Tal como as coisas, mediante a sua presença directa, são capazes de estimular a actividade dos homens, também as palavras dessa língua devem estimular aqueles que as compreendem, porque estas palavras são igualmente coisas reais, e de modo algum produtos arbitrários»[209].

Esta tese desenvolveu-se num sentido racista quando da alma se passou ao corpo, pretendendo-se que se falava e pensava da mesma maneira porque se tinha o mesmo tipo de cérebro. A ansiada existência de um povo germânico não se justificava em função de um Estado enquanto mero conjunto de instituições políticas centralizadoras, nem em função de

---

[206] Id., ibid., 110.
[207] Ver os quarto, quinto e sexto Discursos em id., ibid.
[208] Id., ibid., 109-110 (sub. orig.).
Ver igualmente as pags. 114-115.
[209] Id., ibid., 113-114.

uma nação, quer apresentada simplesmente como um território quer considerada de maneira sentimental como um solo, com todas as conotações metafísicas. Neste contexto o povo só era compreensível em termos de raça. A língua passou a significar, antes de mais, uma expressão da raça. Mesmo Fichte, que várias vezes, nos seus *Discursos...*, adoptou uma postura humanista e universal, prevendo as implicações positivas do sistema educacional de Pestalozzi para «toda a humanidade»[210] e afirmando, por exemplo, que «o género humano é um todo, eternamente em progresso»[211], mesmo ele desvendou os estreitos limites deste universalismo ao erigir a nação alemã em mãe da civilização e ao proclamar, na conclusão do último discurso, que a degradação da cultura germânica e da sua entidade nacional implicaria o fim definitivo da humanidade[212].

Mas Fichte mantivera-se jacobino e, por isso, o seu nacionalismo racista não podia deixar de ser atenuado, paradoxalmente, pelos apelos a uma fraternidade mundial. Foi entre os conservadores e os jacobinos convertidos ao conservadorismo, formando a grande maioria dos românticos na área germânica, que a passagem do tema da língua para o tema da raça se operou sem equívocos. «Em si, cada raça é um todo fechado, um círculo completo», escrevia Joseph Görres; «todos os seus membros estão unidos por uma comunidade de sangue; e tal como eles falam uma única língua, também devem ter uma única consciência e comportar-se como um só homem. É esta a regra fundamental»[213]. Se os povos germânicos nada mais possuíam em comum além da língua, ela foi assimilada à raça, no seu sentido biológico. Na verdade, os teóricos do novo racismo inverteram os critérios de avaliação histórica e mistificaram a transitoriedade cultural mediante a invocação de uma perenidade biológica, pois todos os discursos que proferiam sobre as raças mais não eram do que discursos sobre as línguas. Assim se passou da descoberta de uma família de línguas indo-europeias à invenção de uma raça ariana. E a filologia expandiu o seu domínio da história cultural das línguas para a pretensa história biológica da humanidade[214].

O racismo deixou uma marca iniludível na génese do nacionalismo germânico, em todos os seus cambiantes. E como o imperialismo napoleónico havia promovido a emancipação jurídica dos Judeus[215], a conversão linguística de um povo numa raça

---

[210] Id., ibid., 190.
[211] Id., ibid., 182.
[212] Id., ibid., 275-276.
[213] Citado em J. Droz (1966) 198.
[214] M. Bernal (1987) 224, 231, 232, 238, 305, 345.
[215] J. Droz (1966) 135; F. Neumann (1943) 135.

manifestou igualmente sintomas de anti-semitismo[216]. Um polemista vigoroso, Ernst Moritz Arndt, incluiu o anti-semitismo junto com os demais temas do romantismo nacionalista[217], e o facto de até ao fim ter permanecido eivado de racionalismo não impediu um conservador subtil como Friedrich Gentz de se lançar também em diatribes contra os Judeus[218]. Nem foi menos anti-semita o patriotismo democrático e republicano de Fichte[219].

As teorias racistas de conotação linguística foram forçosamente irracionalistas[220], pois a língua não é um conteúdo do pensamento, mas a sua forma. Estipulava-se como elemento rácico determinante uma forma de pensamento, anteriormente ao seu conteúdo intelectual, ou mesmo sem esse conteúdo. E é precisamente isto que caracteriza o irracionalismo. Tratava-se, no entanto, de um tipo de irracionalismo bastante diferente do intuicionismo que esteve em moda no começo do século XX, porque para o romantismo racista germânico a forma do pensamento não seria apenas uma categoria lógica, mas uma verdadeira manifestação física, sensorial. «Considerava-se que as duas essências mais puras de uma "raça" eram a sua linguagem e os seus cantos populares. [...] e considerava-se que eles comunicavam o sentimento, não a razão. [... ... ...] Herder negou a prioridade do pensamento e da razão relativamente às palavras [...] Para Herder e para os românticos, o objectivo principal da linguagem não era o de transmitir a razão, mas o de expressar o sentimento [...]»[221]. A língua falada e a língua cantada seriam formas capazes de comunicar as sensações antes de veicular as ideias, aptas a estabelecer uma verdadeira comunhão física elementar. Uma língua comum seria uma atitude biológica comum. Herder «imagina a nação como uma concepção biológico-filológica»[222] e é ele quem primeiro desenvolveu a ideia, que logo veio a ser tão importante na cultura histórica racista, de que existiria uma psicologia dos povos[223].

Contra as abstracções niveladoras que atribuíam toda a razão de ser das diferenças ao dinheiro, esse grande redutor do qualitativo ao quantitativo, os românticos alemães repensaram os princípios da sociedade conservadora. Eles deviam inevitavelmente aparecer

---

[216] J. Droz (1966) 236 n. 2 considera que «este anti-semitismo se revestiu de um carácter mais económico do que racial». Ambos os aspectos, porém, afiguram-se-me indissociáveis no romantismo germânico, em que todos os traços culturais eram considerados expressões de uma especificidade rácica.

[217] Id., ibid., 187.

[218] Id., ibid., 157.

Quanto ao facto de Gentz nunca ter abandonado o racionalismo ver id., ibid., 157-158.

[219] F. Neumann (1943) 135.

[220] A propósito do irracionalismo na obra de Herder ver J. Droz (1966) 17-18 e 37. Quanto ao mesmo tema nas teses de Ernst Moritz Arndt ver id., ibid., 187. Consultar também id., ibid., 223.

[221] M. Bernal (1987) 206, 226.

[222] J. Droz (1966) 37.

[223] Id., ibid., 193.

como conservadores, já que se pronunciavam contra os teóricos e os políticos jacobinos. Mas como as forças mais retrógradas, ligadas aos interesses da multiplicidade de casas reinantes, podiam defender a fragmentação da soberania e ser contrárias a qualquer ensaio centralizador, o nacionalismo germânico, apesar de conservador, foi paradoxalmente obrigado a ser inovador. E como lucidamente não podia depositar nos monarcas todas as esperanças de renovação, teve também de ser popular. Não foi ao velho corpo doutrinário dos séculos XVII e XVIII que os românticos recorreram para prosseguir a crítica ao racionalismo abstracto, mas a teses novas, desenvolvidas sobretudo contra a revolução francesa, se bem que geradas já durante o prevalecimento do iluminismo[224].

Os nacionalistas germânicos aplicaram então à história da humanidade e às suas instituições o modelo biológico dos organismos[225], que se desenvolvem e, apesar disso, mantêm a identidade através da sucessão das suas fases. De certo modo, este antropomorfismo social[226] não espanta, se o colocarmos no contexto de um racismo que atribuía aos povos uma psicologia, como se fossem indivíduos. Dando um cérebro ao *Volksgeist,* acabava-se dando-lhe também um organismo, e desta operação mental resultaram consequências muito importantes quanto à maneira de entender a política e a história. A razão abstracta, triunfante na revolução francesa, tinha como corolário a noção de progresso. O romantismo germânico, todavia, ao conceber a solidariedade das sucessivas gerações no interior de uma sociedade entendida de maneira orgânica, não atribuía à história uma dinâmica de progresso, considerando a passagem do tempo como uma evolução, a cujos estádios presidia a imanência do passado[227]. Deste modo, as especificidades dos indivíduos eram apagadas pela participação em comunidades nacionais[228], que falavam a mesma língua e constituiriam, portanto, raças, comportando-se como organismos. Para os românticos alemães «é o organismo social que se vai tornar o principal elemento de reflexão»[229], e esta redução do indivíduo a uma mera expressão da colectividade constituiu uma forma de totalitarismo. Contra a *nation* dos cidadãos jacobinos definiu-se um *Volk,* fundido num sentimento e num pensamento comuns, e que por isso tendia a ser representado não só culturalmente mas racialmente, de maneira *völkisch.* «[...] sempre que

---

[224] Id., ibid., 20 e segs. mostra que as novas concepções conservadoras haviam surgido já antes de 1789.

[225] Id., ibid., 19, 35, 44, 46-47, 70, 128, 187-18 194, 223.

[226] Em especial na obra de Joseph Görres o antropomorfismo é muito claro, já que considera as dualidades do corpo humano como modelo do organismo contraditório do Estado; ver a este respeito id., ibid., 194.

[227] Id., ibid., 19, 35-37.

[228] Id., ibid., 44-46, 72-73, 82.

[229] Id., ibid., 46.

os teóricos e as figuras políticas da Alemanha se referiram à nação divorciaram-na de qualquer conotação jacobina, tanto democrática como política, quer dizer, de qualquer doutrina de soberania popular. Uma teoria biológica racial substituiu a teoria política da nacionalidade. Muito antes de Hitler, na teoria política alemã o vínculo político entre homens livres tendia a dar lugar ao vínculo natural entre membros da raça germânica»[230]. Não se tratava de unificar os indivíduos de uma nação mediante discursos e interesses. Tratava-se de inspirar para uma nova fase de desenvolvimento um povo cujos elementos comungavam de uma mesma sensibilidade perante o mundo, que se fundiam numa mesma paixão com a terra que pisavam. E assim os nacionalistas românticos introduziram uma alteração muito profunda no conceito de liberdade que havia sido inaugurado pela democracia jacobina. «[...] com efeito, se eles proclamam a liberdade como necessária, não é de modo algum para emancipar o indivíduo dos constrangimentos históricos, de ordem política ou social, mas para criar uma colectividade organizada, um "ser popular", uma vontade colectiva de poder, em suma, para integrar mais fortemente o indivíduo no todo»[231]. Contra as concepções jurídicas assentes na igualdade do direito, a doutrina desenvolvida no começo do século XIX por Friedrich Karl von Savigny partira precisamente do postulado que encontrava o fundamento do direito no povo, entendido enquanto comunidade cultural de raízes biológicas. Para a nova escola de interpretação do direito as leis surgiam e desenvolviam-se do mesmo modo que o faziam as palavras e a língua, a partir de um núcleo originário irracional e indefinível, formando-se uma entidade evolutiva que os contemporâneos partilhavam com todos os seus ancestrais[232]. Os indivíduos não eram cidadãos, mas membros de uma raça[233].

E eram as raças o sujeito da história, evoluindo, como as línguas evoluem, mas conservando através dos tempos os seus caracteres fundamentais de sistema, tal como a maneira de falar de uma época encontra as raízes nas outras épocas. Contra a abstracção

---

[230] F. Neumann (1943) 128.

[231] J. Droz (1966) 189.

[232] Acerca das teorias jurídicas desenvolvidas por Savigny, no contexto do romantismo nacionalista, ver id. (1966) 216-219 e id. [s. d.] 90.

[233] É muito estranho que K. Mannheim (1986) não se tenha apercebido do carácter fundamentalmente racista do conservadorismo germânico. A incompreensão é flagrante nas pags. 92-93, quando Mannheim atribui aos conservadores de expressão alemã concepções que situavam o indivíduo nos corpos sociais ou na nação, quando era no povo entendido enquanto raça que eles encontravam o único lugar para o indivíduo. Mais curioso ainda é Karl Mannheim não ver, nas pags. 153 e segs., que a escola histórica implicava, no contexto da cultura germânica, uma perspectiva estritamente racista da vida dos povos. Talvez esta miopia se deva a uma sobrestimação, habitual na esquerda, do papel desempenhado por Hegel e pelas suas concepções de Estado. Analisar à luz do hegelianismo a maioria dos pensadores políticos do romantismo germânico é fechar os olhos à tradição racista e preparar-se para não entender o nazismo, considerando-o apenas uma

corrosiva do imperialismo jacobino e napoleónico, o nacionalismo democrático germânico defendia uma interpretação orgânica dos povos, que privilegiava as diferenças colectivas e as considerava definidoras de uma identidade trans-histórica. A dialéctica hegeliana, que tenta conceber o desdobrar das mudanças enquanto realização de uma permanência fundamental, foi a tentativa suprema para conferir uma lógica coerente a este novo tipo de conservadorismo racial. Num livro publicado em 1809, um ano que tantas esperanças frustradas trouxe para o patriotismo germânico, Adam Müller escreveu que o Estado, já que engloba todas as formas de colectividade humana e se mantém em permanente mutação, inclui também a comunidade dos mortos e mesmo a dos que hão-de nascer no futuro, daí lhe advindo a sua qualidade fundamental, que é a duração no tempo. Por isso Müller afirmava que o Estado não pode ser contido no interior de qualquer teoria política e que, tratando-se de uma entidade orgânica e concreta, ele constitui uma ideia, e não uma categoria abstracta, ou seja, um conceito. «O Estado e todas as grandes questões humanas têm em comum uma qualidade que os caracteriza, a de a sua essência ser completamente insusceptível de se envolver ou condensar mediante palavras ou definições», postulou Adam Müller naquela obra. «Às fórmulas rígidas [...] chamamos conceitos. Mas não existe qualquer conceito de Estado. [...] Se o pensamento que dedicámos a um tão sublime objecto se expande, se ele se move e desenvolve à medida que o objecto se move e desenvolve, chamamos então a este pensamento não o conceito da coisa, mas a ideia da coisa, do Estado, da vida»[234]. Vemos que a crítica à abstracção científica em nome do lirismo do concreto, que veio depois a inspirar os postulados da Física Ariana, se encontrava na pura linhagem da problemática que levou à fundação do Estado alemão moderno.

Só neste contexto se pode entender o entusiasmo por um Estado capaz de preservar a identidade da raça e de defender a autarcia económica, que Fichte procurou incutir à juventude germânica no auge da luta contra o expansionismo da França imperial[235], e as mesmas circunstâncias justificaram, mais tarde, a apologia feita por Hegel do autoritarismo prussiano. Uma vez definido um povo-raça pelos linguistas e literatos, era urgente impor-lhe um Estado centralizador que o justificasse na prática, e que devia ser tanto mais fortemente hierarquizado e unificatório quanto os futuros súbditos estavam secularmente dispersos.

---

versão do fascismo romano. Para um texto escrito na década de 1920, quando a sombra de Hitler crescia sobre toda a Alemanha, esta lacuna é propriamente intrigante.

[234] Citado em K. Mannheim (1986) 141.

Quanto às concepções de Adam Müller a respeito do Estado consultei J. Droz (1966) 72 e K. Mannheim *op. cit.*, 98.

[235] Acerca da autarcia económica no sistema educativo e na organização estadual ver J. G. Fichte (1975) 210-211, 226-227 e 246-247.

Quem se opunha a esta vocação racista e totalitária do novo Estado, anunciada pelo conservadorismo romântico? A precaridade da sua base social própria fez com que a esmagadora maioria dos liberais ou evoluísse para posições conservadoras ou se comprometesse com o imperialismo napoleónico, e assim, paradoxalmente, o jacobinismo raramente pôde assumir entre os povos germânicos uma verdadeira atitude nacionalista[236]. Fichte, nos seus *Discursos à Nação Alemã,* foi uma excepção bem conhecida, já que criticou o império de Bonaparte precisamente por ter traído as origens jacobinas da revolução, e propôs-se resolver em termos democráticos e republicanos os problemas da unidade alemã. Ao fazê-lo, porém, Fichte teve de adoptar os temas que haviam sido propostos pelo romantismo conservador, anunciando a implantação de um totalitarismo económico assente no povo entendido enquanto raça[237]. A pequena minoria de liberais que participou no movimento nacionalista não se opôs, antes deu nova força, às teses defendidas pelos românticos, pois só nesse quadro conceptual pôde avançar as suas propostas. Um notável especialistas destas questões resume a situação ao escrever que «eles foram obrigados a sacrificar o seu liberalismo ao seu nacionalismo»[238], e outro autor analisa os dilemas sentidos por Fichte e pelos nacionalistas democratas. «Fichte confessava-se anti-semita, e os seus sentimentos anti-semitas assumiram a forma mais aguda na época em que ele formulava a sua teoria quase anarquista do Estado. É importante saber que essas declarações anti-semitas ocorreram durante o período liberal do seu pensamento. Não se tratou de uma coincidência, como podemos verificar quando recordamos que na época posterior à revolução francesa e às guerras napoleónicas foi o movimento liberal a adoptar e prosseguir o anti-semitismo. O regime napoleónico levara a cabo a emancipação jurídica dos Judeus na Alemanha, e neste país a luta contra Napoleão converteu-se em luta contra as reformas que ele realizara. Mobilizadas por lemas liberais e patrióticos, as multidões destruíram as sinagogas e as residências judaicas, e os maus-tratos infligidos aos Judeus tornaram-se quase quotidianos»[239].

Do mesmo modo, foram os liberais de 1848 quem, ao opor-se às dinastias, lutou pela instauração de um Estado central poderoso e anexionista[240], capaz de realizar a unificação do povo-raça. Depois do paradoxo constituído pela génese democrática deste racismo,

---

[236] J. Droz (1966) 178-179, 296, 298-299.

[237] Acerca dos *Discursos à Nação Alemã,* de Fichte, ver id., ibid., 115-117.

Em id., ibid., 155 vemos que Gentz, numa carta dirigida a Adam Müller, elogiou os *Discursos à Nação Alemã,* o que ajuda a situar politicamente os limites do liberalismo de Fichte.

[238] Id., ibid., 296.

[239] F. Neumann (1943) 135.

[240] Id., ibid., 236.

temos um segundo conjunto de circunstâncias não menos singular, aparecendo os liberais como defensores de instituições políticas de vocação totalitária. Se reapreciarmos neste contexto as opiniões defendidas por Friedrich Engels e por Karl Marx acerca da relação entre Alemães e Eslavos, tal como as expus no capítulo dedicado a analisar a origem do conceito de «nação proletária», apercebemo-nos de toda a dimensão do problema. Não só os fundadores do comunismo moderno não se destacaram em 1848 do quadro político do povo-raça, como permaneceram até ao final da vida apegados a um tema que na sua procedência e nas suas implicações era de carácter estritamente romântico e conservador. Torna-se assim mais fácil compreender que muitos dos liberais de 1848 figurassem depois de 1870 como conservadores favoráveis ao regime prussiano. O Império já estava então formado e havia-se constituído um forte poder político centralizador. A partir dessa altura o conservadorismo, em vez de se confundir com a antiga dispersão das soberanias, identificou-se com as novas instituições imperiais. Nada houve de estranho nesta evolução, que foi, pelo contrário, muito coerente, revelando-se afinal sem dissimulações a vocação totalitária do liberalismo germânico.

Daqui resultou, na Alemanha, a fragilidade de qualquer política que se inspirasse nas conotações democráticas que nos outros países têm sido atribuídas ao liberalismo. Os liberais alemães do Império tinham uma vocação totalitária no âmbito interno, e eram agressivos nas relações externas, visto que as potências vizinhas se haviam oposto à unificação do país e continuavam a vê-la com desconfiança depois de ela ter sido realizada[241]. «Este é, na verdade, o fenómeno mais estranho da história alemã», observa um comentador arguto e muito conhecedor; «a burguesia industrial, incapaz de lutar pela democracia parlamentar ou sem vontade de o fazer, submetida ao sistema semiabsolutista do Império, orienta toda a sua energia política em direcção a um imperialismo agressivo»[242]. Mas creio que o mistério se esclarece quando traçamos a origem do racismo moderno e do totalitarismo na esfera da cultura germânica.

Isto ajuda a compreender a fragilidade das instituições implantadas pela república de Weimar, bem como a ausência de uma corrente significativa de tradição democrático-burguesa entre os movimentos políticos que se opuseram à ascensão do nacional-socialismo. O triunfo de Hitler ficou singularmente facilitado, num país em que não cabia aos conservadores enfrentar o totalitarismo e em que os próprios liberais o haviam promovido.

---

[241] Quanto a este duplo aspecto do liberalismo alemão sob o Segundo Reich ver id., ibid., 234-242.
[242] Id., ibid., 236.

Para culminar, a versão racista do fascismo estava na perfeita continuidade da concepção do povo enquanto raça, originariamente defendida num quadro de valores de inspiração emancipadora.

Todavia, se na genealogia do nazismo se encontra o racismo romântico, caracterizado por conferir uma conotação biológica a algumas características culturais ou mesmo psicológicas que até então haviam sido sempre remetidas para a esfera espiritual, o outro dos precedentes da selecção racial promovida por Hitler e por Himmler encontra-se na actividade científica do século XIX. Sob este ponto de vista, a particularidade do nacional-socialismo consistiu em ter conjugado ambas as tradições num sistema único.

5

Foi num surto de vocação popular contra o imperialismo napoleónico que surgiu a versão romântica do racismo moderno. A outra versão não teve uma génese menos democrática, nasceu na Inglaterra, a própria metrópole do parlamentarismo. O racismo nazi encontrou nas democracias as mais legítimas credenciais.

A generalização nos países europeus de uma nova concepção de racismo, com implicações biológicas e assente na suposição de que a uma cultura alegadamente inferior corresponderia uma inferioridade das capacidades cerebrais, fica ilustrada com especial clareza se compararmos duas das obras de Darwin. A primeira, publicada em 1839 sob o título *Journal of Researches into the Geology and Natural History of the Various Countries Visited by H.M.S. Beagle, 1832-36,* tornou-se correntemente conhecida como *The Voyage of the Beagle*. Darwin revelou aí uma profunda compreensão das relações sociais e das culturas de povos que, ao mesmo tempo, desdenhava pelas suas limitações tecnológicas e pela ausência de Estado. Por exemplo, depois de descrever as atrocidades que na Argentina as tropas de Rosas estavam a cometer na guerra contra os Índios, observa: «É triste descobrir como os Índios cederam perante os invasores espanhois. Schirdel diz que em 1535, quando foi fundada Buenos Aires, havia aldeias com dois e três mil habitantes. Mesmo no tempo de Falconer (1750) os Índios organizavam expedições contra lugares tão distantes como Luxan, Areco e Arrecife, mas agora estão remetidos para além do Salado. Não só foram exterminadas tribos inteiras, mas os que restam tornaram-se mais selvagens;

em vez de habitarem grandes aldeias e se dedicarem aos ofícios da pesca e da caça, vagueiam agora pelas planícies, sem casa ou ocupação fixa»[243]. É uma análise especialmente interessante por mostrar que a situação das populações indígenas na época não correspondia a quaisquer características próprias, resultando de uma degradação provocada exclusivamente pelos invasores. E tendo dedicado páginas a observar, sempre com compreensão e frequentemente com grande argúcia, o tipo de vida dos nativos do extremo sul das Américas, Darwin afirmou a relação entre as formas sociais e as condições económicas e políticas. «A perfeita igualdade existente entre os indivíduos que compõem as tribos da Terra do Fogo há-de atrasar por muito tempo a sua civilização. [...] Quer se considere como uma causa, ou como uma consequência, são sempre os mais civilizados que têm as formas de governo mais artificiais. [...] Na Terra do Fogo, até que surja algum chefe com poder suficiente para se apoderar de qualquer vantagem adquirida, por exemplo os animais domesticados, não se afigura possível melhorar o estado político da região. Mesmo uma peça de tecido dada a alguém é rasgada em pedaços e distribuída; e nenhum indivíduo se torna mais rico do que outro. Por outro lado, é difícil entender como possa vir a surgir um chefe sem que haja antes algum tipo de propriedade que lhe permita manifestar a sua superioridade e aumentar o seu poder»[244]. Não importa que Darwin tivesse considerado aqui uma sociedade tanto mais perfeita quanto mais desiguais fossem as fortunas e opressivo o Estado. O fundamental é que explicou a situação daquelas populações em termos estritamente sociais, não rácicos.

E, no entanto, quando em 1874 Darwin publicou a segunda edição, ampliada, de *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex,* a perspectiva mudara radicalmente. O pressuposto do livro é a inferioridade biológica dos povos que vivem em sistemas sem propriedade, ou com um grau reduzido de diferenciação das fortunas, e sem Estado, ou sob formas rudimentares de opressão. Sempre que refere diferenças de raça é explícito que se trata de uma hierarquia, sendo os Brancos considerados superiores e ficando os Anglo-Saxónicos acima dos demais. E esta tese, que serve de fio condutor a toda a obra, é por vezes enunciada com flagrante rudeza e concisão, por exemplo ao afirmar: «A convicção de que existe no homem uma estreita relação entre a dimensão do cérebro e o desenvolvimento das faculdades intelectuais apoia-se na comparação dos crânios das raças selvagens e civilizadas, dos povos antigos e modernos, e por analogia com toda a série dos

[243] Ch. Darwin (1990 b) 78.
[244] Id., ibid., 173.

vertebrados»[245]. E «os poderes mentais dos animais superiores não diferem em género, ainda que o façam muito em grau, dos poderes correspondentes do homem, especialmente das raças inferiores e selvagens [...]»[246]. Esta distância menor que separaria as raças inferiores dos animais superiores explicaria, sem dúvida, «a forte tendência observada nos nossos aliados mais próximos, os macacos, nos idiotas microcéfalos e nas raças selvagens da humanidade para imitar tudo aquilo que ouçam e lhes desperte a atenção [...]»[247]. Ao mesmo tempo Darwin considerou também as mulheres física e mentalmente inferiores aos homens. Será bom nunca esquecer que a conversão do racismo numa gradação biológica se operou conjuntamente com idêntica transformação no sexismo.

Porém, Charles Darwin, se se tornou um racista, não deixou por isso de ser um grande cientista e a argumentação que emprega ilustra involuntariamente este paradoxo. No primeiro terço do livro afirmou a inferioridade biológica dos povos que julgava selvagens e propôs-se em seguida explicá-la. Para isso introduziu a noção de selecção sexual, mas tudo o que conseguiu, nos restantes dois terços da obra, foi tentar justificar as diferenças de cor e de fisionomia, sem que nunca, nem numa linha sequer, pudesse daí inferir qualquer hierarquização das capacidades mentais. E assim ficou por demonstrar aquela que, para ele, seria precisamente a questão.

Darwin forneceu um mecanismo teórico que permite explicar como uma multiplicidade de seres com diferenças infinitesimais pode desenvolver-se de maneira a formar grandes grupos, muito diferentes uns dos outros e relativamente homogéneos no seu interior. Por seu lado, o racismo linguístico germânico concebera um sistema teórico que permitia estabelecer uma história para essas famílias de povos. Darwin propôs a base biológica e parou no limite do social. Deste limiar em diante os linguistas românticos haviam já dado o seu contributo, ao representarem a constituição do corpo político enquanto língua e a história enquanto filologia. O modelo de Darwin é inteiramente interindividual, reduzindo os grupos aos seus componentes individuais e obedecendo assim ao paradigma parlamentar. O modelo do romantismo linguístico é absolutamente supra-individual, definindo a língua, e portanto a suposta raça, como um verdadeiro sujeito, acima dos indivíduos e independentemente deles.

O racismo moderno nasceu numa encruzilhada cultural onde se anunciaram os vários destinos do capitalismo. Na sua forma linguística foi concebido como ideologia de

---

[245] Id. (1990 a) 45.
[246] Id., ibid., 471.
[247] Id., ibid., 73.

um combate anti-imperialista e, portanto, de vocação popular. Dos apelos nacionalistas do romantismo germânico, porém, surgiu a concepção da esfera política como um sujeito próprio e supra-individual, o que representa o verdadeiro modelo de todos os totalitarismos. Por outro lado, na sua forma directamente biológica o racismo forneceu a teoria justificativa da expansão da mais imperialista das metrópoles. Todavia, a Inglaterra, ao mesmo tempo que grande potência colonial, era também o lugar do parlamentarismo, o que marcou as teses de Darwin com o forte cunho da competição democrática entre elementos individualizados. Democracia e imperialismo, dispersão parlamentar e entusiasmo totalitário, todas as grandes variantes históricas do capitalismo convergiram na génese do racismo moderno, contribuindo para desenhar um quadro geral desta cultura em que o tema dos «direitos do homem» e o da «ordem acima de tudo» se encontram sempre numa conjugação necessária.

6

Que se passou para provocar uma mutação tão cabal entre o Darwin de 1839 e o de 1874?

Até então a expansão dos Europeus em direcção à África e ao Oceano Pacífico tivera objectivos predominantemente comerciais e assentara na fundação de entrepostos, mantendo relações de tráfico com as sociedades autóctones. O desenvolvimento da indústria nas metrópoles obrigou a uma profunda remodelação da estratégia colonial, que passou a visar principalmente a obtenção de alguns tipos de alimentos e de matérias-primas, quer pela extracção, quer pelo estabelecimento de grandes plantações. Mas para isso seria necessário converter ao assalariamento povos que, enquanto parceiros comerciais, tinham conservado os seus sistemas económicos próprios; e uma destruição metódica dos modos de produção tradicionais não poderia ocorrer sem a ocupação dos territórios. As guerras de conquista que as democracias europeias desencadearam em África na segunda metade do século XIX, e que levaram à reunião da Conferência de Berlim em 1884-1885, foram a condição prévia à assimilação de povos que haviam antes sido aliados. E a obtenção de trabalhadores para as minas e plantações conseguiu-se com um misto de pressões económicas e fiscais

permanentes, de enquadramento administrativo e de violência pura, resultando numa conjugação peculiar de assalariamento e trabalho forçado.

Este processo de anulação de soberanias e de implantação dos novos sistemas de trabalho fez-se acompanhar, na consciência democrática europeia, pela convicção da inferioridade biológica dos povos de pele escura. No plano da ideologia o processo foi duplo. Ao mesmo tempo que o sistemático desdém a que passaram a ser votadas as culturas africanas contribuiu, por um lado, para minar a autoconfiança daqueles povos e constituiu um dos factores da sua subjugação, por outro lado serviu para tranquilizar as consciências brancas e para certificá-las de que a opressão colonial entrava na ordem natural das coisas. Transformar o social em biológico é uma forma clássica de legitimação.

O que se passara já em vastas regiões das Américas confirma esta análise. Desde há vários séculos que aí se mobilizavam grandes equipas de escravos, especialmente Negros importados de África, empenhados numa produção directamente destinada ao mercado mundial. E de igual modo as vítimas do sistema foram consideradas física e mentalmente inferiores pelas classes dominantes locais. As novas concepções de racismo eram necessárias para justificar aos Europeus a destruição dos modos de produção pré-capitalistas, a completa desorganização social de vastas populações e a integração de muitos dos seus elementos, sob a imediata e rigorosa vigilância dos colonos, num sistema cuja razão de ser escapava inteiramente aos trabalhadores por estar em relação directa com os grandes circuitos do comércio mundial.

Todavia, as sociedades coloniais estabelecidas nas duas Américas haviam-se mantido até então na periferia da cultura ocidental, recebendo a influência da Europa, mas não exercendo elas mesmas uma acção ideológica em sentido inverso. Por isso os países europeus só começaram a ser permeados pelas novas concepções de racismo a partir dos meados do século XIX, quando as suas próprias empresas e a sua própria população se encarregaram directamente de destruir as civilizações africanas.

7

As Sociedades de Geografia, que proliferaram a partir da segunda metade do século XIX, constituíram uma infra-estrutura do novo tipo de colonialismo. Graças às expedições e

pesquisas que estas sociedades patrocinavam e àquelas cujos resultados difundiam, as campanhas militares podiam ser mais cuidadosamente preparadas e redobrava-se a eficácia da ocupação territorial e do posterior enquadramento administrativo. Ao mesmo tempo a estratégia expansionista era justificada através do aprimoramento e da divulgação das novas formas de racismo. E, também mediante a acção das Sociedades de Geografia, em breve este conjunto de orientações pôde ser integrado numa nova disciplina académica, a Geografia Política, depois denominada Geopolítica.

A geopolítica procurava explicar a necessidade sentida pelo capitalismo de afirmar o seu poder sobre novos e vastos territórios, atribuindo-a, não à dinâmica económica, mas a pretensos interesses históricos de povos entendidos não menos miticamente. E assim as aspirações imperiais das classes dominantes europeias e norte-americanas desculpar-se-iam pelas cedências e a submissão derivadas da alegada inferioridade dos povos de pele mais escura, negra ou amarela. Ao mesmo tempo que a política de expansão prosseguida na África e na Índia pelas grandes empresas europeias, e depois pelos governos, era justificada por jornalistas e memorialistas, nos Estados Unidos desde os meados da década de 1840 que o avanço contra os Índios e os Mexicanos se legitimava de maneira idêntica, enquanto *«manifest destiny»* de um povo.

Na realidade tal espírito de missão não incumbia à colectividade nacional norte-americana, entendida enquanto conjunto de toda a população, mas apenas aos habitantes de origem anglo-saxónica. Racionalista e abstracta, assente numa cidadania genérica e indeterminada, a concepção jacobina de nação dificilmente poderia ser bafejada pela graça celeste, e entre os homens eram-lhe francamente adversas todas as representações do aglomerado populacional enquanto totalidade orgânica. Configurar uma nação como um povo constitui a operação intelectual prévia a qualquer racismo. O «destino manifesto» dos Índios parecia oscilar entre a chacina e o ludíbrio, enquanto o dos Negros era, evidentemente, a sujeição, agravada pela escravidão nos estados do sul. Quanto aos «mandriões mexicanos», «que não souberam fazer nada» com a Califórnia, para empregar os termos de Engels, esse convicto admirador do *manifest destiny* de alguns povos escolhidos, a sua vocação era sem dúvida a de serem destroçados e espoliados por aqueles que o ilustre co-fundador do comunismo moderno julgava serem os «enérgicos *Yankees*»[248]. E estas situações de facto, destacando os vencedores dos vencidos, mostravam que a escolha de Deus não recaíra sobre toda uma nação, mas exclusivamente sobre um povo. Nada senão o

[248] Citado em R. Rosdolsky (1980) 161.

desígnio divino poderia ter reunido naquele solo americano Brancos vindos de tão longe, insuflando-lhes um destino colectivo que encontrava a sua expressão mais adequada no massacre dos autóctones e no desbaratar dos vizinhos do sul, até que a fronteira chegasse ao Pacífico.

Explicar uma actuação histórica invocando um espírito colectivo é converter um povo em raça, e a partir daí legitimar todas as suas agressões. A geopolítica surgiu no quadro do racismo, como um dos seus corolários. E nos Estados Unidos, de acordo com as tradições profundamente religiosas dos imigrantes anglo-saxónicos, a geopolítica assumiu uma conotação mística na doutrina do *manifest destiny*. Adoptada rapidamente pelo Congresso, esta doutrina serviu de então em diante para justificar todo o expansionismo, primeiro no interior do continente, depois através dos oceanos, de um lado para Cuba, e no outro lado em direcção ao Hawai e às Filipinas. Após a derrota nazi, quando o marechal Keitel, aguardando na prisão o julgamento que o condenaria à morte, declarou a um dos seus interrogadores que Hitler se referia à conquista da Rússia como se se tratasse do «nosso destino manifesto»[249], isto mostra que os pretextos ideológicos do expansionismo norte-americano puderam igualmente servir as pretensões do Grande Reich.

Nascida nas democracias, aperfeiçoada nas instituições universitárias e administrativas dos países democráticos e aí desenvolvida, nomeadamente na Grã-Bretanha pela acção de Halford Mackinder, membro da ala mais imperialista do Partido Conservador e que, ao serviço do seu governo, desempenhou em 1919 um importante papel na guerra civil russa como conselheiro político das forças brancas, a geopolítica iria contribuir para a formação do pensamento de Hitler. O expoente desta disciplina na Alemanha de entre as duas grandes guerras, o general e geógrafo Karl Haushofer, foi, na Universidade de Munique, professor de Rudolf Hess, de quem se tornou amigo pessoal. E é bem conhecido que Hess, membro do partido nacional-socialista desde 1920, onde viria a ocupar o segundo lugar até à sua bizarra partida para a Grã-Bretanha durante a guerra, gozava então da inteira confiança de Hitler e ajudou-o quando ele, na cadeia, preparava o *Mein Kampf*. Foi assim que Hitler teve oportunidade de aproveitar amplamente as doutrinas geográficas em voga[250]. O cordão umbilical que uniu o fascismo alemão às democracias ficou reforçado.

---

[249] Citado em G. M. Gilbert (1954) 686.
[250] A. Bullock (1972) 78; W. L. Shirer (1995) I 53.

A Eugenia foi outra das novas disciplinas académicas, criada nos regimes democráticos, que contribuiu decisivamente para a formação do quadro ideológico do nazismo.

Directo continuador da obra de Darwin, o seu primo Francis Galton, fundador da eugenia, desenvolveu o racismo em dois aspectos que se revelariam de grande importância. Por um lado, considerou em termos biológicos não só as diferenças de situação entre os povos, mas também as diferenças sociais no interior de cada povo, de maneira que a elite da classe dominante seria superior, tanto sob o ponto de vista físico como mental, e além disso os descendentes destas famílias herdariam as qualidades dos pais. Assim, Galton fundiu numa justificação única o domínio de uns povos sobre outros e, no interior de cada sociedade, de uma classe sobre a outra, explicando-os ambos pela superioridade biológica. Intimamente relacionada com esta concepção está a sua defesa de uma estratégia de progresso biológico, considerando necessária uma intervenção directa e sistemática na evolução humana, mediante o condicionamento dos acasalamentos, de maneira a aperfeiçoar a raça. A futura política hitleriana ficava assim já traçada nas suas linhas fundamentais. Aliás, a tese de Galton de que a genialidade era uma característica transmissível hereditariamente havia recebido a concordância de Darwin, que formulou ele próprio um verdadeiro programa de genocídio social e rácico.

Em primeiro lugar, Darwin abordou o problema de como assegurar, no interior de um mesmo povo ou sociedade, a supremacia dos que a si próprios se julgavam superiores relativamente aos considerados inferiores. «Entre os selvagens», escreveu ele na sua grande obra sobre a evolução humana, «são rapidamente eliminados os indivíduos física ou mentalmente fracos; e os sobreviventes demonstram geralmente uma saúde vigorosa. Nós, os civilizados, pelo contrário, fazemos todo o possível por travar o processo de eliminação. Construímos hospícios para os atrasados mentais, os aleijados e os doentes, promulgamos leis de auxílio aos pobres, e os nossos médicos empenham-se com toda a habilidade em salvar a vida de cada um até ao último momento. [...] Assim se propagam os membros fracos das sociedades civilizadas. Ninguém que tenha participado na criação de animais domésticos pode duvidar de que isto é forçosamente muito prejudicial à raça humana». Mas, ao chegar a este ponto, Darwin intimidou-se nas conclusões, por considerar que a simpatia manifestada para com os débeis se integrava em formas de comportamento necessárias ao

próprio tecido social. E consolou-se com a reflexão de que, pelo menos, «os membros inferiores e mais fracos da sociedade não se casam com tanta liberdade como os vigorosos», além da existência de factores institucionais que, mediante os mecanismos da selecção, beneficiariam os mais aptos física e mentalmente. Pôde assim concluir: «Embora a civilização trave de muitas formas a acção da selecção natural, parece favorecer um melhor desenvolvimento do corpo [...] Isto pode deduzir-se do facto de os homens civilizados, quando comparados com os selvagens, terem-se revelado mais fortes fisicamente». Quanto às qualidades intelectuais, Darwin afirmou em seguida: «Se os membros de cada escalão da sociedade fossem divididos em dois corpos iguais, incluindo um os intelectualmente superiores e o outro os inferiores, não pode haver praticamente dúvidas que os primeiros teriam mais êxito em todas as profissões e criariam um maior número de filhos. [...] Deve por isso haver nas nações civilizadas uma certa tendência para o aumento, tanto em número como em nível, dos intelectualmente aptos». Apesar de tão agradável constatação, Darwin não era inteiramente optimista. «Nos países civilizados um dos mais importantes obstáculos ao aumento numérico dos homens de uma categoria superior [...] [é] o facto de os mais pobres e imprevidentes, tantas vezes degradados pelo vício, [...] tenderem a multiplicar-se a uma taxa mais rápida do que a dos indivíduos previdentes e em geral virtuosos». Porém, actuariam igualmente em sentido contrário outros mecanismos da selecção natural, além de instituições sociais, levando os pobres, os imorais e os criminosos a sofrer uma maior taxa de mortalidade. Esta complexa articulação de forças opostas em caso nenhum levaria a resultados garantidos: «Se os vários obstáculos especificados [...], e talvez outros ainda desconhecidos, não impedirem os imprevidentes, os depravados e os restantes membros inferiores da sociedade de aumentar a uma taxa mais rápida do que a dos homens de melhor categoria, a nação retrocederá, como sucedeu já tão frequentemente na história do mundo. Devemos lembrar-nos de que o progresso não é uma regra invariável»[251].

Foi precisamente neste ponto que as teses de Galton continuaram as de Darwin, suprindo-se as incertezas da selecção natural com a intervenção segura «dos homens de melhor categoria». Aliás, já noutra passagem da mesma obra Darwin esteve à beira de conceber esse tipo de actuação, ao escrever que «o homem distingue-se muito de qualquer animal estritamente domesticado, porque a sua criação nunca foi controlada durante muito tempo quer por uma selecção sistemática, quer inconsciente. Nenhuma raça ou corpo de homens foi subjugada tão completamente por outros homens que alguns indivíduos fossem

[251] Ch. Darwin (1990 a) 113-119.

conservados, e assim seleccionados inconscientemente, por de algum modo serem da maior utilidade para os seus senhores»[252]. Só pode chegar-se a um grau tão extremo de antecipação histórica quando o lugar das doutrinas e práticas futuras está já exactamente marcado.

Ainda que Darwin hesitasse quando analisava a questão rácica no interior de uma mesma sociedade, tudo se esclarecia ao passar para o confronto entre povos. A superioridade branca, nomeadamente anglo-saxónica, encontraria confirmação na própria expansão imperialista, que Darwin entendeu como uma verdeira estratégia de genocídio. «A extinção resulta sobretudo da rivalidade entre tribos e entre raças. [...] Quando nações civilizadas entram em contacto com selvagens a luta é breve [...] o cultivo da terra será, de maneiras diversas, fatal para os selvagens, que não podem, ou não querem, mudar de hábitos. Nalguns casos novas doenças e vícios revelaram-se muitíssimo destrutivos», e Darwin continua a enunciar um catálogo de formas de extinção das populações autóctones resultantes da introdução de novas instituições económicas e administrativas e de novos tipos de vida, sem esquecer o extermínio provocado mais directamente pelas campanhas militares[253]. A este respeito ele já não tinha dúvidas quanto ao sentido prevalecente nos mecanismos de seleccção. «O nível de civilização parece ser um elemento da maior importância no êxito de nações rivais». E poucas linhas depois, com igual convicção, escrevia, a propósito de um dado caso, que «a morte seguiu-se às tentativas de civilizar os nativos»[254]. Se aquela mesma «civilização» que assegurava o triunfo de uns garantia a liquidação dos outros, então tudo corria bem no melhor dos mundos. «Numa época futura, que não há-de distar muitos séculos, as raças civilizadas do homem decerto exterminarão em todo o mundo, e substituirão, as raças selvagens»[255].

Na sequência da acção de Galton, as Sociedades de Eugenia proliferaram nos meios universitários das democracias europeias e norte-americana, empenhando-se mais profundamente ainda do que o fundador no programa racista. E o racismo recebeu a consagração oficial no direito internacional das democracias quando a Sociedade das Nações, fundada em 1919 por iniciativa das potências vencedoras na primeira grande guerra, se recusou a introduzir nos seus estatutos uma cláusula de igualdade racial, proposta pelo Japão e pela China.

---

[252] Id., ibid., 23.
[253] Id., ibid., 157 e segs.
[254] Id., ibid., 158.
[255] Id., ibid., 134.

Embora o presidente Woodrow Wilson tivesse sido um dos mais activos promotores da Sociedade das Nações, os Estados Unidos acabaram por se auto-excluir, em virtude da posição isolacionista tomada por grande parte do Senado. Mas nem os governantes nem algumas das personalidades destacadas dos meios económicos norte-americanos necessitavam de qualquer inspiração estrangeira para agravarem as medidas racistas. É conhecidíssimo, por exemplo, o papel desempenhado por Henry Ford na remodelação dos sistemas de gestão do trabalho e na organização de uma produção industrial em massa, mas, curiosamente, foi quase esquecida a hostilidade fanática que manifestava contra os Judeus e que o levou a criar uma verdadeira organização secreta de espionagem e propaganda anti-semita e anticomunista, directamente controlada a partir da fábrica de automóveis de Detroit[256]. Ford exerceu uma influência ideológica efectiva sobre a direita racista alemã mediante os textos antijudaicos que escrevia e os jornais que financiava, e se não é inteiramente seguro que tivesse chegado a subsidiar o NSDAP[257], é pelo menos indelével o elogio que Hitler fez ao «grande homem» na primeira edição do *Mein Kampf*[258]. Aliás, Henry Ford viria a ser homenageado com a condecoração mais importante do Terceiro Reich[259].

Num âmbito mais lato, os eugenistas, cujas campanhas contra a imigração se haviam iniciado nos Estados Unidos antes do começo do século XX, beneficiaram de um crescente apoio dos meios políticos. Um dos porta-vozes mais importantes deste movimento, Madison Grant, presidente da Immigration Restriction League, interpretava a primeira guerra mundial como um conflito entre raças, em termos que influenciaram directamente a tipologia do racismo nazi[260]. As campanhas de Grant e dos demais eugenistas receberam a consagração quando o Congresso aprovou, em 1924, a National Origins Quota Law, que, além de estabelecer um limite máximo ao número de imigrantes aceite anualmente, fixava as suas origens nacionais consoante critérios destinados a orientar a composição étnica da população norte-americana. Hitler não escondeu a sua satisfação e propôs esta lei como um modelo a seguir. «Recusando liminarmente a imigração às pessoas não saudáveis e

---

[256] M. Sayers et al. (1947) 174-178.

[257] K. Heiden (1934) 147; A. Hitler (1995) 583 n. 2.

L. I. Guintsberg (1957) 172 e M. Sayers et al. (1947) 177-178 mostram que em 1923 as autoridades da Baviera estavam convencidas de que Ford subsidiava o NSDAP.

[258] A. Hitler (1995) 583.

[259] L. I. Guintsberg (1957) 172.

[260] E. Conte et al. (1995) 81-82.

excluindo simplesmente da naturalização certas raças, ela manifesta o começo progressivo de uma perspectiva que é específica da concepção racista de Estado»[261].

Ao mesmo tempo, e por influência também das Sociedades de Eugenia, começava a difundir-se a esterilização de várias categorias de doentes mentais e de pessoas consideradas criminosas ou moralmente prevertidas. Na década de 1930 numerosos estados dos Estados Unidos e algumas das mais modelares democracias europeias haviam promulgado legislação neste sentido.

9

Bastante antes de o nacional-socialismo conquistar o poder já as democracias tinham criado, desenvolvido e aplicado um programa racista, que não só afirmava a existência de uma hierarquia de capacidades mentais e físicas consoante as cores de pele e os estratos sociais, mas propunha-se igualmente, mediante normas legais, conduzir uma actividade selectiva de modo a orientar a evolução biológica.

No nazismo fundiram-se as duas linhagens do racismo. A assimilação operada pelo romantismo germânico entre língua e raça foi desenvolvida pelos nacionais-socialistas ao atribuírem a cada raça um perfil psicológico e um comportamento prático bastante detalhados. Mas renovaram profundamente aquele quadro ideológico, em que as raças haviam sido consideradas de maneira definitiva[262], e adoptaram a problemática darwiniana e galtoniana de uma intervenção deliberada na selecção humana e da criação de uma raça superior. Postulando a hereditariedade e a continuidade genética, a eugenia situava as raças no plano das tradições; na medida, porém, em que pretendia interferir na reprodução e manipulá-la, a eugenia virava as suas preocupações para o futuro. Esta ponte entre o passado e as inovações permitiu ao hitlerismo conceber de forma diferente a perenidade da raça, introduzindo o elemento dinâmico no âmbito da tradição. Foi, afinal, a articulação entre o racismo herdado da linguística romântica e o racismo praticado pelos discípulos de Darwin que possibilitou a Hitler efectuar a sua revolução no interior do conservadorismo.

---

[261] A. Hitler (1995) 400.

[262] Herder, por exemplo, considerava que os povos não possuíam capacidade de renovação. Ver a este respeito J. Droz (1966) 37.

Nesta perspectiva o racismo hitleriano distinguiu-se do racismo democrático apenas quanto aos meios administrativos empregues, pois foi num quadro altamente centralizado que os nazis pretenderam produzir a raça superior. Enquanto as democracias, equilibrando vários centros de poder, propunham-se chegar de outra maneira ao mesmo objectivo. Mas esta diferença de actuações entre os dois sistemas políticos não se restringia ao racismo, decorrendo das formas de organização a que, neste campo como em todos os outros, obedeciam os aparelhos de Estado. Quanto à ideologia e aos seus objectivos, os projectos raciais de Hitler dispunham das mais puras credenciais democráticas.

Nem foi menor a legitimidade democrática quando os nazis recorreram às formas mais delirantes de crueldade para aplicar o programa rácico. É bem conhecido o horror dos campos de concentração criados pelo Terceiro Reich, mas os democratas cobrem com um espesso silêncio a transformação de vastíssimos territórios colonizados em puros campos de concentração. Os regimes parlamentares eram uma forma política adequada ao tipo de economia prevalecente nas metrópoles; e este aspecto do sistema capitalista não podia existir sem o seu complemento, a exploração colonial, com as atrocidades sistemáticas e o terrorismo patronal e de Estado necessários para introduzir o trabalho assalariado entre populações que toda uma cultura prendia a outros modos de produção. Democracia e terror colonial foram duas faces da mesma realidade. Só o emprego extensivo de variadas formas de crueldade, não só as punições físicas, mas a permanente humilhação social e psicológica, pôde converter, no espaço de uma geração, populações seguras de si, ou tantas vezes arrogantes, numa massa submissa. Para que a vida se processasse nos termos requeridos pelo colonialismo era indispensável desagregar os sistemas sociais existentes, e a tarefa não foi entregue à livre iniciativa dos colonos. Foi planeada e superiormente dirigida pelas classes dominantes nas metrópoles democráticas. Tratava-se de deixar esses povos sem qualquer compreensão do presente, de modo a serem roubados do futuro. Deixá-los desprovidos de passado foi o verniz ideológico deste programa, e para isso os universitários e os propagandistas recusaram a dignidade da História a todas as histórias que não tivessem conduzido à civilização europeia e negaram a igualdade biológica dos povos que sustentavam culturas diferentes. Seria impossível fazer aqui o catálogo das atrocidades praticadas nas colónias pelas democracias. Seria inútil também, porque o principal horror reside na possibilidade de empregar sistematicamente tais métodos, e não no facto de mais um, ou dez, ou mil mutilados e cadáveres se juntarem à soma.

Numa noite de Outubro de 1941, falando livremente na sua roda íntima de comensais acerca das crueldades necessárias para implementar o programa de colonização

dos territórios eslavos, Hitler comentou: «E acima de tudo, nada de remorsos a este respeito! [...] Há um único dever, o de germanizar esse país através da imigração de Germanos e de considerar os nativos como Peles Vermelhas»[263]. A comparação não podia ser mais apropriada, pois a grande democracia do outro lado dos mares tem como acto fundador da sua história um comportamento em tudo semelhante àquele que os nacionais-socialistas adoptaram na Checoslováquia, na Polónia e nos territórios ocupados da União Soviética. Talvez o Führer se recordasse então dos romances de *cow-boys* que tanto gostara de ler na sua juventude e que continuou a devorar pela vida fora[264]. Nesta nova aventura ele trataria a sub-humanidade eslava tal como os outros haviam tratado os Peles Vermelhas.

10

Na segunda guerra mundial enfrentaram-se dois tipos de racismo, o hitleriano e o democrático.

Para os movimentos anti-racistas norte-americanos, em especial para os que procuravam alcançar a emancipação dos Negros, a guerra forneceu a oportunidade de juntar a luta externa contra os fascismos com a luta interna contra a discriminação. O racismo na esfera do trabalho era tanto mais grave quanto os estatutos de alguns sindicatos da AFL impediam a filiação de Negros, e foi a agitação conduzida em 1941 que levou o presidente Roosevelt a criar uma comissão encarregada, segundo o próprio texto da lei, de instaurar «uma participação plena e justa de todos os trabalhadores nas indústrias de defesa, sem descriminações por motivos de raça, convicção religiosa, cor ou origens nacionais». A restrição da esfera de actuação deste organismo às indústrias militares indica claramente os objectivos pretendidos. Não se tratava de combater os fundamentos do racismo na sociedade norte-americana, mas apenas de persuadir a população não-branca a participar no esforço de guerra, ou mesmo de lhe permitir que o fizesse. Ainda assim a comissão não teve praticamente poderes para implementar as suas decisões nem para evitar o racismo no âmbito militar.

---

[263] Citado em A. Bullock (1972) 656.

[264] «A sua leitura preferida são as histórias de *cow-boys* e os romances policiais», afirma H. Rauschning (1939) 288.

Embora as leis aprovadas pelo Congresso em Setembro de 1940 proibissem a discriminação racial no alistamento dos recrutas e na sua formação, as autoridades militares vetavam a criação de unidades integradas, alegando que isso minaria o moral das forças brancas, pelo que pouquíssimos Negros haviam sido recrutados até à altura em que os Estados Unidos entraram em guerra. Lançados no conflito, e mesmo apesar de se depararem com um número insuficiente de combatentes, os comandos das forças armadas continuaram a ser hostis à ideia de um exército integrado, mostraram-se relutantes ao recrutamento sistemático de Negros, impediram tanto quanto possível que eles fossem promovidos a oficiais e afastaram os soldados de cor do confronto directo com as tropas inimigas. Em geral, os Negros eram alistados em unidades separadas, às quais se atribuíam funções meramente auxiliares. O mesmo sucedeu na Marinha, onde tradicionalmente os Negros eram apenas empregues em serviços de limpeza e outros do mesmo género, e esta prática estava tão arraigada que até depois de Roosevelt ter decretado a abolição daquelas restrições, em Dezembro de 1942, mais de 95% dos Negros alistados na Marinha continuaram na situação descrita. Também na Força Aérea a discriminação era a regra, começando por se vetar o recrutamento de Negros e acabando-se depois por relegá-los para esquadrões separados, na maior parte afastados do combate e limitados a serviços de manutenção. O alistamento de Negros ampliou-se à medida que aumentavam as baixas e as chefias militares se debatiam com falta de homens, mas apesar disso os Negros nas frentes de combate eram na esmagadora maioria dos casos confinados a funções de apoio. Soldados negros chegaram mesmo a ser proibidos de frequentar um refeitório ao qual tinham acesso prisioneiros de guerra alemães. Os motivos desta política sistematicamente discriminatória, que perdurou durante toda a guerra, foram enunciados francamente pelo secretário da Guerra, Henry L. Stimson, quando declarou que os Negros tinham uma aptidão inferior para o emprego de armas tecnologicamente sofisticadas.

As medidas racistas levaram a frequentes movimentos de contestação por parte dos soldados negros, tanto mais que elas entravam em contradição com as necessidades do esforço de guerra e com os próprios argumentos da propaganda democrática invocados contra o fascismo. Em bastantes casos ocorreram motins violentos, que as autoridades reprimiram com grande severidade. A revolta de várias centenas de estivadores militares negros, em protesto contra condições de trabalho que haviam provocado a morte de mais de trezentos deles numa explosão de munições, levou à condenação de quarenta e quatro amotinados a penas entre oito e quinze anos de trabalhos forçados.

Ao mesmo tempo, houve sangrentos tumultos racistas ocasionados por trabalhadores brancos, assim como se verificaram muitos casos em que soldados negros foram atacados por civis brancos, mais frequentemente nos estados do Sul. O recrutamento maciço de Brancos para o serviço militar abrira aos Negros novas possibilidades de ascensão profissional em sectores industriais de onde haviam tradicionalmente sido excluídos. Esta situação levou a manifestações de racismo por parte do operariado branco, que reivindicava a aplicação de medidas discriminatórias. O caso mais grave ocorreu em Detroit em 1943, quando os trabalhadores brancos da fábrica de automóveis Packard entraram em greve contra a promoção de Negros a lugares qualificados, o que levou a uma generalização dos confrontos raciais na cidade, com bandos de Brancos atacando Negros. Em resultado ficaram vinte e cinco negros mortos e nove brancos, sendo necessário declarar o estado de emergência e enviar tropas federais para a cidade. O problema do racismo nos Estados Unidos, tal como na Alemanha, não se resumiu a uma atitude das classes dominantes. Condicionou igualmente as relações no interior da classe trabalhadora, e é isto que indica toda a gravidade da questão[265].

A ampla difusão de comportamentos racistas na sociedade norte-americana pode ser confirmada quando se observam as medidas que vitimaram a população de origem nipónica. Enquanto os germano-americanos e os ítalo-americanos jamais foram incomodados colectivamente como grupos étnicos desde o princípio até ao fim da guerra, nem foram sequer objecto de suspeitas generalizadas, as pessoas de ascendência japonesa, mesmo que nascidas nos Estados Unidos, diferenciáveis pela cor da pele e pelos traços fisionómicos, foram todas elas sacrificadas à hostilidade dos seus vizinhos brancos. Já a lei eugenista de 1924 destinada a restringir a imigração e a orientá-la racialmente, aquela mesma lei que, como mencionei há pouco, recebeu a aprovação de Hitler em *Mein Kampf*, juntamente com a série de medidas jurídicas que a completaram, havia excluído da cidadania os novos imigrantes procedentes do Japão e limitado o seu acesso à propriedade fundiária. Ostracizados no interior do país, especialmente na Califórnia, onde a grande maioria se fixara, eles haviam-se tornado um dos alvos preferidos do militantismo xenófobo, que encontrou na guerra com o Japão o pretexto sonhado. As pressões exercidas por um número considerável de brancos da costa ocidental levaram a administração Roosevelt a decidir, em Fevereiro de 1942, a deslocação forçada de mais de cento e dez mil indivíduos de origem

---

[265] Para a descrição do racismo nos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial, e em especial no âmbito militar, segui Clayborne Carson, «African Americans at War», em I. C. B. Dear (org. 1995) 5-8. A citação encontra-se na pag. 5. Ver acessoriamente «Selective Service System», em ibid., 996.

japonesa, dos quais quase dois terços eram cidadãos norte-americanos, e a ordenar o seu internamento em dez campos de concentração, sujeitos à vigilância militar. Não havia quaisquer provas de que entre eles se preparassem actos de sabotagem, ou de que fossem mais fiéis à terra dos seus antepassados do que àquela onde viviam e onde tantos haviam nascido. Foram sacrificados apenas pela aparência física. Vendo-se na necessidade de liquidar imediatamente os seus negócios, muitos deles arruinaram-se ou sofreram prejuízos de vulto, em benefício, claro, dos seus concorrentes etnicamente privilegiados. E mesmo depois de aqueles campos de concentração terem sido encerrados, em 1944, a população de origem nipónica continuou a deparar-se com atitudes discriminatórias a vários níveis da sociedade[266].

Em vez de contribuir para uma liquidação do racismo nos Estados Unidos, a guerra contra os fascismos só parece ter confirmado a discriminação e os preconceitos. Como poderia alguma vez a grande democracia combater o racismo em que se alicerçava o Grande Reich?

*

As democracias vencedoras precisam de reconstruir a história, e a ilusória pureza de que revestem os seus antecedentes é o espelho da falsidade com que operam no presente. Para entendermos o capitalismo contemporâneo como um estádio superior, e tanto mais grave, da repressão camuflada, do controle oculto, da imperceptível manipulação, não devemos esquecer que as democracias têm sempre sido estruturalmente inseparáveis das formas mais abjectas de opressão. Se pudessem olhar para o interior de si próprias e para o seu passado como, na novela célebre de Joseph Conrad, o Sr. Kurtz à beira de morrer, exclamariam com ele: «O horror! O horror!»

---

[266] Acerca da discriminação sofrida pela população de origem japonesa consultei Clayborne Carson, «Japanese-Americans», em I. C. B. Dear (org. 1995) 632-634.

1

Enquanto gozou de autonomia suficiente para conservar as suas características próprias, o fascismo italiano ocupou-se com uma problemática estritamente social, onde não tiveram lugar as questões rácicas, a tal ponto que no discurso pronunciado durante a visita que fez a Roma no final de 1932 Alfred Rosenberg omitiu cuidadosamente quaisquer ataques directos aos Judeus[1]. «O anti-semitismo italiano é um mero artifício, uma questão de conveniência, se bem que o ex-secretário do partido, Farinacci, e Paolo Orano [...] tenham desenvolvido uma doutrina anti-semita»[2].

Só quando a aproximação da guerra precipitou o perfil das alianças e o *Anschluss* selou a dependência de Roma perante Berlim é que o Duce, em Março de 1939, tomou as primeiras medidas de perseguição aos Judeus. E as instituições mussolinianas não estariam decerto demasiado empenhadas em aplicar a nova legislação, já que a hegemonia adquirida pela Gestapo no interior da OVRA parece ter sido necessária para estimular o racismo em Itália. «[...] a Gestapo infiltrou-se até às próprias raízes da organização policial fascista, procurando reorganizá-la consoante o modelo germânico. É muito possível que a influência crescente da Gestapo na Itália se tenha feito sentir na mudança súbita e inesperada que se operou na política do fascismo relativamente aos Judeus»[3]. Aqueles traços específicos e próprios que o regime de Mussolini conseguiu manter não pressupunham nem exigiam o anti-semitismo.

[1] R. Cecil (1973) 183.
[2] F. Neumann (1943) 544 n. 81.
[3] E. K. Bramstedt (1945) 55-56.

Mariano Rodríguez Vázquez, o célebre Marianet, depois de ter sido secretário do Comité Regional da CNT da Catalunha foi secretário do Comité Nacional a partir de Novembro de 1936, até morrer acidentalmente em Junho de 1939, já no exílio em França. Nem era um personagem insignificante nem um dirigente de segundo plano, pois em Setembro de 1936 Horacio Prieto introduzira no Comité Nacional da CNT uma remodelação que reforçou consideravelmente a autonomia de decisão e a autoridade daquele órgão. Ocupando um cargo dotado de significativos poderes e de grandes responsabilidades, Marianet escreveu em Maio de 1938: «Em Espanha existiam duas potências económicas, a dos Judeus e a dos jesuítas. A dos Judeus era quase toda formada por capital estrangeiro. A dos jesuítas surgia na maior parte dos casos como capital nacional». Em nome da sua organização, o secretário nacional da CNT recusava qualquer política destinada a promover o regresso dos Judeus: «é necessário deixar bem claro que nós não podemos apelar nem envidar esforços para a abolição do velho edicto que ordena a expulsão dos Judeus de Espanha, e para abrir as portas do país a todos os que aqui quiserem vir estabelecer-se. Não podemos fazer isso porque seria indubitavelmente uma das decisões mais contra-revolucionárias que poderíamos adoptar. Sabemos perfeitamente que de imediato se estabeleceria aqui um capitalismo de enorme importância, renascendo assim, e por este motivo, os velhos sistemas de exploração [...] À margem desta questão de princípio, pode ser feito todo o trabalho de atracção, de propaganda e de divulgação que se queira nos meios sefarditas, se bem que tenhamos de concordar que nenhum judeu é fascista»[4].

A que se refere este documento, que a um leitor de hoje pode parecer tão extraordinário? Quem pretendia então reintroduzir os Judeus em Espanha?

O fascismo resultou sempre de uma frustração imperialista e, se a debilidade militar parecia um impedimento decisivo à conquista de novos territórios, restava o recurso à organização das esferas culturais. Desde o final do século XIX, quando a Espanha perdeu os últimos despojos de um império já moribundo, os meios oficiais e governamentais iniciaram uma política pró-judaica, destinada a restabelecer os laços com as comunidades sefarditas que há várias centenas de anos haviam sido obrigadas a abandonar a península. O primeiro dos fascistas espanhóis, Ernesto Giménez Caballero, passou a animar este movimento e em

[4] Citado por F. Mintz (1977) 212.

1929, precisamente na mesma altura em que ele introduziu em Espanha a ideologia mussoliniana, partiu com o apoio do governo para uma missão junto às comunidades sefarditas nos Balcãs, na Turquia e em Itália. E nos anos seguintes deu continuidade à política de relações culturais com os judeus de origem espanhola disseminados pelo mundo, apresentados como promotores da língua e da civilização hispânicas. O jovem fascismo espanhol idealizava-se como um expansionismo cultural e neste sentido foi muito activa *La Gaceta Literaria,* o jornal dirigido por Giménez Caballero. Entre os demais fascistas de renome o anti-semitismo era raro antes da guerra civil, manifestado apenas por Onésimo Redondo, para cuja formação ideológica fora decisiva uma visita à Alemanha. Depois, quando os militares e as armas nazis se revelaram cruciais para as esperanças de vitória nacionalista, a hostilidade aos Judeus foi difundida pela propaganda falangista, para ser abandonada com a derrota dos hitlerianos. O anti-semitismo fora um mero expediente oportunista, indispensável para congraçar um aliado poderoso, e Franco retomou as tentativas de hegemonização dos meios sefarditas no estrangeiro, que havia originariamente caracterizado o fascismo espanhol[5].

Mais esclarecedor ainda do que a situação italiana, este caso mostra como é inteiramente errado pretender que a hostilidade aos Judeus fosse uma característica constitutiva do fascismo. O lugar ocupado pelo anti-semitismo nos movimentos populares conservadores só pode compreender-se numa longa perspectiva histórica, recordando as esperanças escatológicas que precipitaram para Jerusalém os peregrinos pobres do final do século XI. E para entender o papel fundamental desempenhado pela chacina dos Judeus no Terceiro Reich é necessário ter analisado primeiro toda a estrutura dos mitos raciais no nacional-socialismo. Não foi uma das menos portentosas circunvoluções desta sanguinária cronologia de mal-entendidos que ao mesmo tempo que em Espanha os fascistas surgissem como protectores dos Judeus e promotores da cultura sefardita, os anarco-sindicalistas se tivessem manifestado como anti-semitas.

[5] H. R. Southworth (1967) 32-36.

R. Griffin (org. 1995) 185 observa que «em geral na ideologia falangista, tal como no franquismo, não se encontravam tensões anti-semitas e eugenistas». Este autor, porém, não menciona Onésimo Redondo como uma das excepções.

VI

ESTÉTICA

O FASCISMO COMO ESTÉTICA

1

Todo o movimento político que se situe acima das classes e pretenda conciliá-las tem de recorrer a símbolos. No seu célebre quadro sobre a revolução parisiense de 1830, *La Liberté guidant le peuple*, logo atrás de um primeiro plano de cadáveres, emancipados deste vale de lágrimas e das suas divisões sociais, e que por isso aparecem rotos, seminus, quase desprovidos de símbolos vestimentares já inúteis, Delacroix representou um burguês e um proletário, irmanados pela força da multidão que os impele, e da qual nos apercebemos como isso mesmo, uma massa humana gesticulante, confundida no mesmo tom sombrio, envolta nas nuvens dos incêndios e da pólvora. Contra este fundo homogéneo de um movimento colectivo, tanto mais acentuado é o contraste entre a blusa branca do operário, aberta no peito, as suas calças de trabalho, a boina, e a casaca e o colete negros do burguês, a gravata que lhe cinge a camisa no pescoço, o chapéu alto, que não sei como não cai no meio de tanta agitação. O que une aqueles dois homens, que tudo separa na vida? Nada de real, um símbolo apenas, a liberdade, que cada um entende à sua maneira, e que amanhã, senão hoje mesmo, os oporá em vez de os juntar. Para fundir assim as classes num mito comum não bastaram ao pintor os recursos exclusivamente estéticos, o turbilhão de movimentos e luz que envolve todas as personagens numa espiral única e confere ao quadro uma indubitável unidade. A consciência das clivagens sociais era já demasiado profunda para que pudesse encontrar resposta no campo das formas artísticas apenas. Foi necessária a introdução de um elemento narrativo, explicitamente ideológico, dando corpo à abstracção. É uma operação que decorre na esfera da magia, inventar uma personagem, ao mesmo tempo ideal e com traços humanos, e encarregá-la, mediante a sua mera invocação, de resolver uma contradição insolúvel. Ei-la então, essa Liberdade, com todo o corpo projectado para diante e banhada já por uma nova luz, um amanhã que a ilumina, mas que mal atinge ainda a criança armada de duas pistolas, a nova geração que caminha a seu lado. A Liberdade incita o povo ao ataque e ergue-se acima dos mortos, que para ela não constituem obstáculo, enquanto o burguês e o proletário se protegem com a pilha de cadáveres e, como que recuando um pouco naquele minuto decisivo, parecem mais impulsionados pela multidão informe do que capazes de a conduzir. Na cabeça o barrete

frígio, sinal de emancipação, na mão a bandeira, as cores representando a nova dinastia, o peito nu, tão nu como o corpo do combatente morto que a prolonga esteticamente no ângulo estruturante do quadro, um já fora das classes sociais, a outra sempre acima delas, esta fantasmática Liberdade demonstra, pelo seu próprio aparecimento, que sem o artista, e a sua arte, nada poderia ocultar os antagonismos sociais e ultrapassá-los. Os símbolos da conciliação de classes são obrigatoriamente estéticos.

Na França de 1830 tratava-se de instaurar uma democracia parlamentar, a expressão colectiva dos interesses múltiplos e diversificados da burguesia. Não era um poder individualizado, mas anónimo, que residia nas funções e não nas pessoas. Por isso aquele símbolo não podia ter outro corpo senão o que convinha a uma abstracção. Mas os fascistas, tal como antes o haviam já feito os seus antecessores jacobinos, deram uma solução diferente ao problema, preenchendo o símbolo com uma pessoa real. O herói em política, o chefe, é um actor apenas, corporalizando um símbolo. E assim a estética, que no parlamentarismo não ultrapassa o plano dos acessórios, no poder pessoal confunde-se com a própria actuação política. Robespierre, Bonaparte depois dele, e o terceiro Napoleão, foram essencialmente actores, movimentando figurantes. Todavia, o fascismo elevou ao máximo expoente o supraclassismo e a aparente fusão de todo o povo, por isso a necessidade de símbolos atingiu aí um grau sem precedentes e a política pôde reduzir-se, pela primeira vez, a um desempenho exclusivamente estético.

No entrecruzamento de pólos tão dissimilares como os que marcavam o eixo da ordem e o eixo da revolução, e pretendendo-se tão vincadamente ideológico, como conseguiria o fascismo apresentar um discurso coerente? A sua consistência resultou, acima de tudo, da suprema incoerência entre acção e palavra. Essa artimanha corrente dos políticos, que consiste em prometer algo de diferente do que tencionam realizar e em desviar a atenção do que fazem propalando o que dizem fazer, foi levada pelo fascismo ao nível de uma verdadeira arte. Se a palavra propaganda adquiriu aqui um novo sentido isto deveu-se ao facto de nunca, até então, a ideologia ter assumido tão sistematicamente a função de contrário da prática. Enquanto expressão negativa da prática, a ideologia reprodu-la sempre de forma transformada. Com o fascismo esta diferença converteu-se em estrita oposição. Dizer não qualquer coisa diferente do que se fazia, mas sempre o exacto contrário era a condição para que pudessem manter-se conjugados os agentes de uma prática profundamente rasgada por contradições internas. Para as conciliar numa ideologia de sinal oposto era necessário que ao discurso claro e racional se substituísse o lirismo palavroso e o tumulto verbal. Era preciso, sobretudo, apresentar como figuras de estilo ou meros efeitos

de contraste aquelas contradições que, no campo da razão, não podiam aparecer senão enquanto erros de lógica ou completos absurdos. Dionisio Ridruejo, que durante a guerra civil espanhola se havia encarregado da propaganda na Falange franquista, devia conhecer bem as operações do verbo e denunciou-as, mais tarde, já afastado do Movimento. «O cultivo retórico desta embriaguês do estilo permitiria chamar revolução a uma operação de polícia e, o que é mais grave, vivê-la espiritualmente como se o fosse»[1]. Foi esta, sem dúvida, a faceta estética que José Antonio Primo de Rivera atribuiu à Falange[2].

Abandonar o raciocínio e cingir-se à estética foi para o fascismo uma incontornável necessidade. Se na estética a forma é o verdadeiro conteúdo, então o fascismo anulava a contraditoriedade dos conteúdos do discurso quando a convertia em jogo de formas. O que segundo o critério do raciocínio eram erros, e como tal recusáveis, encontrava-se transposto para um campo onde os únicos critérios possíveis decorriam do gosto e onde, portanto, tudo era logicamente aceitável. O fascismo não foi uma estética por opção, mas por necessidade.

Apologistas da intuição, oportunistas da acção, plebeus sentindo-se elite e suscitando, junto com aristocratas falidos, uma nova revolução aristocrática, os chefes fascistas foram *dandys* de um tipo novo, herdeiros por isso das tradições da boémia do século XIX e dos seus interesses artísticos. A ideologia fascista não pode ser analisada se não nos dermos conta de que, aos olhos dos seus promotores, ela foi menos uma política do que uma estética. O fascismo surgiu primeiro nos manifestos artísticos, e antes ainda de Corradini ter efectivado politicamente a convergência entre o nacionalismo radical e o sindicalismo revolucionário, já Marinetti, em 20 de Fevereiro de 1909, proclamara a fundação do futurismo, anunciando não só alguns dos temas principais que inspirariam o Duce, mas sobretudo o estilo que ele havia de adoptar. Só depois de ter aparecido na arte a nova mentalidade foi aplicada à esfera política, por artistas com vocação de políticos, ou por políticos que descobriram a sua actividade como uma arte.

---

[1] Citado por H. R. Southworth (1967) 13.
[2] S. G. Payne (1961) 49 e segs.

Jamais a ideologia antecipa a prática. Nós conhecemos o que praticamos, e na exacta medida em que praticamos. Tragicamente, porém, conhecemos só tarde demais, depois de termos praticado.

Se a correspondência da ideologia à prática não assumir uma forma inteiramente contraditória, e enquanto o quadro que condiciona um dado plano da nossa acção se mantiver imutável em termos gerais, então os caminhos que asseguram a continuidade dessa prática podem parecer ciclos em que uma prática se representa numa ideologia para que esta por sua vez presida a uma nova prática. Portanto, neste caso, como a prática se vai reproduzindo sem grandes alterações, é possível imaginar que a expressão ideológica de uma dada fase da actuação sirva para inspirar a fase seguinte, em vez de se entender que são estas fases sucessivas a encadear-se numa determinação estrita, limitando-se a ideologia a constituir como que um reflexo paralelo, inoperante no plano da prática. Só quando a continuidade da actuação se rompe e cada um de nós se depara com o abismo de uma prática imprevista é que somos capazes de reconhecer que a ideologia é sempre posterior à acção e pode apenas conceber aquilo que já conhece. Mas tais momentos de modéstia são fugazes, duram o breve instante das grandes revoluções, e quando elas se institucionalizam e a novidade de ontem se reproduz como dia a dia, de novo a petulância comum transforma em profético esse saber já consagrado. Regressa-se então ao estádio em que a continuidade da prática é entendida enquanto capacidade antecipadora da ideologia.

Nos fascismos, todavia, a ideologia não foi meramente contraditória, e tornou-se o exacto oposto da prática, sendo a correspondência entre as duas instâncias inteiramente de sinal negativo. Neste caso a prática prosseguiu sob uma forma aparentemente desideologizada. Quero dizer, a prática permitida pela repressão política apresentava-se no âmbito do lugar-comum, que é uma espécie de terreno neutro sob o ponto de vista ideológico. E a ideologia oficial precisava, para se legitimar, de criar uma prática própria, uma espécie de realidade supletiva. Mas se a ideologia é apenas expressão da prática e, enquanto causa, é somente capaz de suscitar outros planos ideológicos, e nunca instâncias práticas, então uma prática criada por uma ideologia só pode ser uma prática aparente – aparente enquanto prática, e real apenas enquanto ideologia. A política serviu aqui de realidade virtual. Ora, a ideologia apresentada como instância prática é precisamente a

definição dos rituais. Daí a necessidade absoluta para o fascismo de se desenvolver ideologicamente sob a forma de cerimónias, de festivais, de paradas e desfiles.

Para que a ideologia fosse o revés da prática, era preciso que a prática fosse obnubilada por uma prática aparente. Por isso o festival foi indispensável na ideologia fascista. Contudo, uma ideologia que era toda ela voltada para a sua apresentação enquanto prática aparente, um discurso cujos enunciados surgiam como imediatamente criadores de uma actividade própria, não podia ser senão mágica. A palavra do chefe era encantatória porque, perante uma multidão em transe, dava corpo a visões.

E assim temos no fascismo uma dualidade de esferas. A prática efectiva de reprodução do quotidiano permitido era apresentada como desprovida de ideologia própria, já que ficava remetida ao lugar-comum, ao empirismo subjacente. E a ideologia oficial, situada nos antípodas da prática corrente, criava a sua própria instância interna de rituais, mediante o recurso às operações da magia. O objectivo último do fascismo consistia em figurar aqueles rituais como se constituíssem o nível superior da prática. Neste círculo vicioso o totalitarismo do vazio legitimava-se a si próprio. A falsa-prática heróica, que não tinha outra substância senão a ritualização da ideologia, servia para ocultar, ou para fazer esquecer, a desoladora banalidade da prática real.

3

A problemática do futurismo é muito complexa, no cruzamento das preocupações estéticas e das antecipações políticas, e compete-nos hoje deslindar o que os próprios personagens daquela história viveram confusamente. Sem entendermos esta teia de contradições, que resulta aliás da contraditoriedade da própria arte, não poderemos proceder a uma análise diversificada do futurismo.

O manifesto fundador, publicado por Marinetti em Fevereiro de 1909, limitou-se a anunciar um estilo de vida, confundido com um frenesi de acção. Que se desengane quem julgue poder encontrar neste manifesto as regras de uma construção artística. Se o futurismo não era, para Marinetti, tanto uma nova forma de organizar os materiais plásticos e sonoros como sobretudo uma maneira diferente de viver, isto não o destacava do esteticismo romântico, que pretendera investir o génio na vida e só o talento nas obras, para retomar a

expressão nostálgica do lucidíssimo Oscar Wilde. «[...] eu declaro agora que o lirismo é a capacidade requintada de nos extasiarmos com a vida,» proclamaria mais tarde Marinetti, em Maio de 1913, «de preenchermos a vida com o inebriamento de nós próprios»[3]. Não foi ao apresentarem a vida como uma arte que os futuristas se salientaram e estarreceram os contemporâneos, mas na nova forma que quiseram imprimir à arte de viver. Quando se lêem os onze pontos programáticos do primeiro manifesto, vemos que desde início é feita a apologia da morte. «Queremos cantar o amor do perigo [...]». A modernidade é a acção, que se confunde com a agressão. «[...] queremos celebrar o movimento agressivo, a insónia febril, o passo ginástico, o salto mortal, a bofetada e o murro». Por isso a acção moderna tem de ser rápida. A velocidade é o ataque. «[...] a beleza da velocidade. [...] Nada é mais belo do que a luta. [...] A poesia tem de ser um assalto violento [...]»[4]. Apologia da morte, o futurismo foi apresentado por Marinetti como uma estética da agressão.

Da estética da agressão até à agressão estética a diferença parece ter sido curta, não só a profanação dos clássicos e os sarcasmos bombásticos, mas mesmo as vias de facto enquanto modalidade da polémica artística, «porque foi a murro e com sonoras bofetadas,» preveniu uma vez o conferencista Marinetti, «que lutámos nos teatros das mais importantes cidades italianas»[5]. Os sábios da estratégia afirmam que a regra da violência é a ascensão aos extremos, por que razão se limitar a partir caras? «Depressa chegará o momento em que não nos poderemos mais contentar em defender as nossas ideias à bofetada e ao murro, e teremos de inaugurar o atentado em nome do pensamento, o atentado artístico, o atentado literário [...] Mas talvez a cobardia dos nossos inimigos nos poupe o luxo de os matar»[6]. Não eram figuras de estilo de um chefe de escola que gostava de causar sensação, e os demais membros do movimento partilhavam a mesma atitude. «Chegou a vez da juventude, da violência, da ousadia!» – escreviam os principais pintores e escultores futuristas no começo de 1910[7]. E o compositor Balilla Pratella evocava «os poetas e pintores futuristas, belos na violência, ousados na revolta»[8]. Que viver como poeta fosse viver como guerreiro, eis o contributo do futurismo enquanto derradeiro movimento romântico.

---

[3] Em *Destruição da Sintaxe...*, de Maio de 1913, em U. Apollonio (org. 1973) 98.

[4] No primeiro *Manifesto do Futurismo,* de Marinetti, publicado a 20 de Fevereiro de 1909, em F. T. Marinetti (1911) 146-147.

[5] F. T. Marinetti (1911) 5.

[6] Id., ibid., 99.

[7] Boccioni, Carrà, Russolo, Balla e Severini no *Manifesto dos Pintores Futuristas,* de Fevereiro de 1910, em U. Apollonio (org. 1973) 27.

[8] Num texto de Outubro de 1910, em id., ibid., 31.

O mesmo tipo de atitude presidiu ao *Manifesto da Luxúria,* assinado em Janeiro de 1913 com o nome de Valentine de Saint-Point, que desde a sua primeira linha proclamava: «A luxúria, se for considerada sem preconceitos morais e como uma parte essencial do dinamismo da vida, é uma força». E que terminava insistindo: *«A luxúria é uma força».* A luxúria era definida exclusivamente como a imposição violenta de uma elite expansionista, e se substituirmos a libido pela política encontramos naquelas proclamações o futuro programa de acção do fascismo. Ao longo deste manifesto o tema da sensualidade mostra-se indissoluvelmente entrelaçado com os temas da violência guerreira e da força racial. A sensualidade não era vista sequer como a luta dos sexos, no sentido em que Monteverdi a apresentara nos seus *Madrigali guerrieri et amorosi,* mas como a brutal alegria do triunfo do macho. «A satisfação da sua luxúria é um direito dos conquistadores. Após uma batalha em que homens morreram, *é normal que os vencedores, testados pela guerra, se lancem a cometer violações na terra conquistada, para que a vida possa ser criada de novo.* [... ... ...] a luxúria é uma força porque mata o fraco e exalta o forte, contribuindo para a selecção natural». E era esta esfera conjunta da violência e da raça a ser celebrada enquanto acto criativo. «A luxúria é o acto de criar, é Criação». O desejo do corpo era anunciado no mesmo tom opressor e triunfante em que outros, ou os mesmos, afirmariam o desejo do poder. «[...] para os dominadores de todos os campos, a luxúria é a esplêndida exaltação da sua força». Na estrutura do texto, e decerto igualmente nas imagens cerebrais de quem o escreveu e dos muitos que o leram nos anos seguintes, o debate amoroso não se distinguia do futuro confronto físico dos *squadristi* com as suas vítimas. *«A arte e a guerra são as grandes manifestações da sensualidade. A luxúria é a sua flor».* Pois o murro e a bofetada celebrados por Marinetti como a suprema poesia não eram igualmente um toque de epidermes, um pressionar de carnes? «A luxúria é [...] a dolorosa alegria da carne ferida [...]»[9]. O lugar do fascismo como politização do sadismo estava já claramente marcado no manifesto de Valentine de Saint-Point.

Esta postura de misoginia viril é uma das obsessões que mais frequentemente afloram nos textos doutrinários de Marinetti: «[...] o desprezo pela mulher, condição essencial da existência do herói moderno»[10]. Os laços sentimentais impediriam os homens de se transcenderem e de enfrentarem o perigo com a risonha indiferença da coragem natural. «Nós desprezamos o Amor horrível e enfadonho, que estorva o passo do homem e o

---

[9] *Manifesto Futurista da Luxúria,* publicado em Janeiro de 1913, e reproduzido em id., ibid., 70-74 (subs. orig.).

[10] F. T. Marinetti (1911) 4.

impede de sair da sua humanidade, de se redobrar, de se ultrapassar a si mesmo para se converter no que chamamos: o *homem multiplicado*»[11] – e assim por diante, ao longo de mais uma dezena de páginas. Para os pintores e escultores do futurismo, no entanto, como para os seus fotógrafos, cineastas, músicos ou potenciais arquitectos, não se tratava de tecer apenas considerações líricas a respeito de uma forma de viver e copular, ou de morrer e matar, mas também de enunciar os resultados da nova sensibilidade visual e auditiva, e de lhes dar corpo e forma nas suas obras. Por isso o futurismo deve ser analisado como uma corrente cabalmente estética.

A primeira e mais fundamental das operações estéticas a que estes artistas procederam foi a conversão da violência, que é um modo de comportamento pessoal e político, em dinamismo, que é uma regra de formas. Talvez seja impossível encontrar estes temas entrelaçados mais estreitamente do que numa passagem de um texto de Umberto Boccioni, em que ele refere «o calor dinâmico, a acção violenta e a variação marginal que são precisamente as qualidades que permitem à forma viver fora do intelecto, de maneira a poder ser projectada para o infinito»[12]. A descoberta de que o dinamismo pode corresponder, no plano estético, àquilo que a violência representa na vida social permitiu aos futuristas afirmarem e desenvolverem os fundamentos da arte moderna. Começando somente como uma apologia neo-romântica da vida perigosa e da audácia na acção, o futurismo depressa se ampliou, de maneira a renovar toda a reflexão estética a partir do princípio do dinamismo interior de cada elemento, e a remodelar neste sentido a criação artística. «*Nós queremos alcançar a essência interior das coisas, o movimento puro* [...]»[13]. E Boccioni proclamava: «Nós, os futuristas, descobrimos a forma no movimento, e o movimento da forma»[14].

Todavia, os futuristas não teriam conseguido o seu impacto inovador se se tivessem limitado a desenvolver os princípios do movimento no contraste entre elementos distintos, porque esta fora já a lição de muitos clássicos. Onde a modernidade se implantou foi no reconhecimento da «ubiquidade do homem multiplicado»[15]. O habitante das cidades contemporâneas, habituado à velocidade, às luzes artificiais e aos sons mecânicos, que dispõe de meios de comunicação tão rápidos e múltiplos que ao mesmo tempo pode

---

[11] Id., ibid., 57-58.

[12] Num texto de 1914, em U. Apollonio (org. 1973) 173.

[13] Anton Giulio Bragaglia no manifesto *Fotodinamismo Futurista,* publicado em Julho de 1911, em id., ibid., 44 (sub. orig.).

[14] No *Dinamismo Plástico,* de Dezembro de 1913, em id., ibid., 93.

[15] F. T. Marinetti (1911) 114.

presenciar vários acontecimentos ou fazer-se ouvir em diversos lugares, que tem como natural de vida a participação simultânea em ritmos distintos e, portanto, a noção de uma multiplicidade de tempos, e que não conhece outra paisagem senão a das intersecções e da sobreposição de contrastes, uma pessoa assim não pode deixar de sentir qualquer objecto, antes mesmo de ser uma forma em movimento, como uma forma do movimento. «O gesto que queremos reproduzir na tela não será mais um *instante fixo* do dinamismo universal. Será simplesmente a própria *sensação dinâmica*», escreviam os principais pintores e escultores do futurismo logo em Abril de 1910[16]. E Umberto Boccioni, o mais *réussi* dos escultores deste grupo, iniciava assim um texto publicado em Março de 1914: «O movimento absoluto é uma lei dinâmica inerente ao objecto. A construção plástica do objecto deve ocupar-se com o movimento que o objecto tem no interior dele próprio, quer esteja parado ou em deslocação». E observava adiante que «na nossa percepção moderna da vida não existe qualquer objecto sem movimento»[17]. Era esta, aliás, a crítica que os futuristas faziam aos cubistas, acusando-os de ignorarem o dinamismo interno dos objectos e de reduzirem as formas a uma decomposição estática de planos, realizada de acordo com normas *a priori,* em vez de ser dado livre curso à dinâmica da intuição[18]. Pelo mesmo motivo os futuristas opunham-se radicalmente à ortogonalidade, já que o ângulo recto é insusceptível de representar o movimento, e, além de ângulos agudos e obtusos, propunham o emprego de toda a gama de curvas[19].

O dinamismo, para os futuristas, era anterior à velocidade, que não passava de uma das suas modalidades. Independentemente de algo poder ou não estar em movimento, era o dinamismo a explicar-lhe a estrutura interna. Por isso estes pintores, escultores e fotógrafos pretendiam – e talvez seja esta a melhor descrição do efeito visual produzido por grande parte das suas obras – «registar a continuidade de uma acção no espaço»[20]. Boccioni escrevia em Dezembro de 1913: «Na escultura [...] não procuramos necessariamente [...] a construção de um objecto, mas a construção da acção de um objecto»[21]. Ele proclamou a sua intenção de «fazer os objectos viverem, mostrando as suas extensões no espaço como

---

[16] No *Manifesto dos Pintores Futuristas,* de 1910, assinado por Boccioni, Carrà, Russolo, Severini e Balla, em id., ibid., 180 (subs. orig.).

[17] Em *Movimento Absoluto + Movimento Relativo = Dinamismo,* em U. Apollonio (org. 1973) 150 e 152.

[18] Para alguns exemplos destas críticas ver id., ibid., 90, 93, 150-151 e 172-176.

[19] Ver id., ibid., 91, 112-113, 123, 171 e 177.

[20] São palavras de Bragaglia no *Fotodinamismo Futurista,* em id., ibid., 40.

[21] No *Dinamismo Plástico,* em id., ibid., 93.

sensíveis, sistemáticas e plásticas»[22]. E, um ano depois, explicava melhor: «As áreas entre um objecto e outro não são espaços meramente vazios, mas materiais contínuos com intensidades diferentes, o que nós revelamos mediante linhas visíveis [...] É por isso que nos nossos quadros não existem objectos e espaços vazios, mas somente uma maior ou menor intensidade e solidez do espaço»[23]. Neste sentido Carlo Carrà pôde definir o «movimento total» como «a expansão esférica do espaço»[24], e Gino Severini referiu-se à *«expansão esférica da luz no espaço»*[25].

Se revelar algo no seu dinamismo era mostrá-lo na sua realidade mais íntima e decisiva, então o dinamismo conjugado de todos os elementos impedia que cada um deles aparecesse isolado. «[...] o próprio bloco escultórico deve conter os elementos arquitectónicos do *ambiente escultórico circundante* onde o objecto existe», escrevia Boccioni. «Deste modo estaremos a produzir uma escultura do *ambiente circundante*. [...] Vamos [...] proclamar a *abolição completa e absoluta das linhas finitas e da estátua sujeita a limites. Vamos rebentar a meio as nossas figuras e colocar dentro delas o ambiente circundante*»[26]. Numa das conclusões do mesmo manifesto Boccioni acrescentava: «Aquilo que estamos a criar é apenas uma ponte entre um infinito plástico exterior e um infinito plástico interior, por isso os objectos nunca podem ser finitos, interseccionando-se uns aos outros através de uma combinação infinita de poderes, que atraem e repelem»[27]. E de novo, numa conferência proferida no final de 1913: «Temos [...] de elevar o conceito de objecto ao de um todo plástico: *objecto + ambiente circundante*. [...] A escultura futurista colocará a figura no centro de uma orientação plástica do espaço»[28]. A velocidade, na relação de um elemento móvel com os demais, era só um dos aspectos da interpenetração dinâmica de todos os elementos. «O dinamismo é uma lei geral da simultaneidade e da interpenetração», escreveu ainda Boccioni[29]. Seguindo a mesma inspiração, Marinetti, no seu manifesto de Março de 1914, *O Esplendor Geométrico e Mecânico e a Sensibilidade Numérica,* pôde afirmar: «Nós destruímos sistematicamente o "eu" literário, para o dispersar pela vibração

---

[22] Boccioni no *Manifesto Técnico da Escultura Futurista,* publicado em Abril de 1912, em id., ibid., 52.

[23] Boccioni em *Os Fundamentos Plásticos da Escultura e da Pintura Futuristas,* publicado em Março de 1913, em id., ibid., 89.

Ver também o seu *Dinamismo Plástico,* em id., ibid., 93.

[24] Em *A Pintura de Sons, Barulhos e Cheiros,* de Agosto de 1913, em id., ibid., 113.

[25] Em *As Analogias Plásticas do Dinamismo – Manifesto Futurista,* redigido em Setembro e Outubro de 1913, em id., ibid., 124 (sub. orig.).

[26] No *Manifesto Técnico da Escultura Futurista,* em id., ibid., 62-63 (subs. orig.).

[27] Id., ibid., 65.

[28] Boccioni em *Dinamismo Plástico,* em id, ibid., 95 (sub. orig.).

[29] Em *Dinamismo Plástico,* em id., ibid., 94.

universal [...] E assim a poesia das forças cósmicas suplanta a poesia do humano»[30]. Menos prolixamente, Severini definiu: «Os objectos individuais deixaram de existir»[31].

A grande parte da reflexão estética futurista incidiu na reconstituição do movimento interno a que eles resumiam todas as formas, e na discussão teórica e aplicação prática dos meios que permitiriam essa reconstituição. Foi assim que criaram uma arte inteiramente nova. Neste sentido, o emprego de analogias – visuais, sonoras, olfativas – foi o principal recurso técnico e aquele que suscitou um debate mais rico. «Devemos considerar as obras de arte (na escultura e na pintura) como estruturas de uma nova realidade interior,» escreveu Boccioni, «que os elementos da realidade exterior ajudam progressivamente a desenvolver num sistema de analogias plásticas [...]»[32]. Mas que sentido devemos atribuir a uma proclamação que referia «pinturas de sons, barulhos e cheiros»? *«Sob o ponto de vista da forma»,* explicava o artista, «há sons, barulhos e cheiros que são côncavos, convexos, triangulares, elipsoidais, oblongos, cónicos, esféricos, em espiral, etc. *Sob o ponto de vista da cor:* há sons, barulhos e cheiros que são amarelos, verdes, azuis-escuros, azuis-claros, roxos»[33].

Pode parecer surpreendente que esta formulação da técnica das analogias tivesse sido apresentada com pretensões à modernidade, pois não deixará de nos recordar a problemática suscitada por Mallarmé e pelos simbolistas. Todavia, não se tratava para os futuristas de uma correspondência simbólica, mas de uma equivalência directa, justificada mediante referências mais ou menos imprecisas, ou até francamente extravagantes, às concepções científicas da época. No seu manifesto *Cromofonia – As Cores dos Sons,* publicado em Agosto de 1913, Enrico Prampolini pretendia que «as vibrações cromáticas emitidas por uma fonte sonora existem *também* na atmosfera e são perceptíveis pelo nosso sentido da vista. [...] Podemos distinguir duas notas – dó e fá, por exemplo – porque reflectem para a atmosfera tipos de vibração diferentes. Seria, assim, igualmente fácil e digno de crédito distinguir cromaticamente o valor de uma ou outra nota, já que os objectos em redor, graças à influência das suas cores, provocam uma refracção naquelas vibrações. [...] as vibrações deslocadas por uma única força não podem ser equiparadas a uma única cor, mas a uma multiplicidade de cores, pois, como sabemos, a atmosfera é composta por sete cores primárias, e as vibrações constituem uma desintegração da atmosfera. [...]não é

---

[30] Id., ibid., 155.

[31] Em *As Analogias Plásticas do Dinamismo,* em id., ibid., 118.

[32] Em *Os Fundamentos Plásticos da Escultura e da Pintura Futuristas,* em id., ibid., 88.

[33] Carlo Carrà, *A Pintura de Sons, Barulhos e Cheiros,* em id., ibid., 111-115 (subs. orig.). As citações encontram-se nas pags. 111 e 114.

exacto nem possível que uma nota, um som, um barulho, um gesto, uma palavra, um cheiro possam ter uma cor correspondente; pelo contrário, devem ter várias cores. [...] pretendo incluir no termo "Cromofonia" qualquer tipo de deslocação atmosférica, mesmo aquelas que provêm de origens não-sonoras»[34]. Se o próprio processo prático de realização estética tinha as analogias como base, então, antes ainda de começarem a tomar forma, já estas obras rompiam as fronteiras convencionalmente demarcadas entre os géneros. Também aqui se completou a síntese ambicionada pelos românticos entre as várias modalidades da arte, e que recebera de Wagner um novo alento. Mas os futuristas jamais se enlearam no neo-romantismo e precipitaram-se na modernidade, provocando uma ruptura efectiva com o passado.

As correspondências tornaram-se mais complexas num manifesto redigido por Severini na segunda metade de 1913, na medida em que estipulou a intersecção de tempos diferentes. «[...] a matéria, considerada nos seus efeitos, encerra o universo num círculo de analogias incrivelmente vasto [...] a realidade exterior e aquilo que conhecemos dela já não têm qualquer influência na nossa expressão plástica e, no que diz respeito à acção da memória sobre a nossa sensibilidade, permanece apenas a memória da emoção, e não a da causa que a produziu. [...] Hoje, nesta época de dinamismo e de simultaneidade, nenhum acontecimento e nenhum objecto pode ser separado das memórias e das preferências ou aversões plásticas que a sua *acção expansiva* evoca *simultaneamente* em nós [...]». A criação estética situar-se-ia no cruzamento de uma infinidade de analogias, entre o tempo presente e as recordações, entre o sujeito e os objectos. «Trata-se de uma forma complexa de realismo, que destrói *totalmente* a integridade do conteúdo [...] E assim, mediante o emprego de analogias, podemos penetrar na parte mais expressiva da realidade e representar *simultaneamente* o *assunto* e a *vontade* na sua máxima *intensidade* e *expansividade*»[35]. Houve mesmo quem pretendesse que a quantidade de energia cerebral necessária para estabelecer as analogias devia determinar rigorosamente o preço da obra de arte, de tal maneira que quanto mais distantes e diferentes fossem os elementos conjugados e mais numerosas e complexas as relações tecidas entre eles tanto maior seria o valor do produto[36]. É, aliás, este o critério usado por Carrà para definir a qualidade estética, que se elevaria à medida que aumentasse o grau de distorção provocado pelo emprego de analogias[37].

---

[34] Id., ibid., 116-118 (sub. orig.).

[35] Em *As Analogias Plásticas do Dinamismo,* em id., ibid., 121-122 (subs. orig.).

[36] Bruno Corradini e Emilio Settimelli, *Pesos, Medidas e Preços do Génio Artístico – Manifesto Futurista,* de Março de 1914, em id., ibid., 135-150.

[37] Carlo Carrà, *Guerrapintura,* publicado em 1915, em id., ibid., 202-205.

Estes fundamentos da actividade artística pressupunham a correspondência das sensações e o seu jogo recíproco. Nas palavras de Carrà, a «*pintura total* [...] requer a cooperação activa de todos os sentidos»[38]. Foi neste âmbito que os futuristas pretenderam conferir às sensações individuais um conteúdo inteiramente objectivo e genérico, o que jamais deixou de ser paradoxal. Para eles, a percepção estética da vida moderna operava-se mediante a intuição, que confundiam com a sensação[39]. «Nós identificamo-nos com a própria coisa [...]»[40]. Ou ainda, «na nossa pintura, cada perspectiva particular corresponde a uma vibração na mente»[41]. E como nas cidades de hoje as sensações são múltiplas, sincopadas e sobrepostas, ou entrecruzadas, a obra artística devia resultar da convergência desta variedade de sensações, no espaço e no tempo. «A simultaneidade dos estados de espírito na obra de arte – eis o objectivo exaltante da nossa arte. [...] Para levar o espectador a viver no centro do quadro [...] o quadro tem de ser a síntese *daquilo de que nos lembramos* e *daquilo que vemos*. [... ... ...] não é apenas a variedade que se encontra nas nossas obras, mas o caos e o choque de ritmos completamente opostos uns aos outros, e apesar disso nós conjugamo-los numa nova harmonia. Conseguimos assim o que denominamos a *pintura de estados de espírito*». Os autores desta proclamação, que eram as figuras mais expressivas do futurismo nas artes plásticas, afirmaram ainda a necessidade de unir a «personalidade do objecto» com as «emoções do espectador»[42], o que me leva a admitir que a obra residisse na articulação da subjectividade do objecto com a subjectividade do sujeito. «Devemos considerar um quadro ou uma escultura», escreveu mais tarde Boccioni, «enquanto construções de uma jovem realidade interior, com o contributo de elementos da realidade exterior para o estabelecimento de uma lei das analogias plásticas [...]»[43].

A apologia da sensação fez com que os futuristas se reclamassem de uma abordagem primitivista dos problemas artísticos, por oposição às abordagens intelectuais. «[...] nós somos [...] os primitivos de uma nova sensibilidade [...]»[44]. E nem aqui saímos da problemática do dinamismo, pois o primitivo seria aquele que, graças à sua intuição,

---

[38] Em *A Pintura de Sons, Barulhos e Cheiros,* em id., ibid., 115 (sub. orig.).

[39] É um tema recorrente em grande número de proclamações e manifestos, como se vê, por exemplo, em id., ibid., 34, 38, 40, 45, 46, 48, 66, 90 e 100-103.

[40] Escrevia Boccioni, em Março de 1913, em *Os Fundamentos Plásticos da Escultura e da Pintura Futuristas,* em id., ibid., 90.

[41] Palavras de Carrà, também em Março de 1913, em *Planos Plásticos enquanto Expansões Esféricas no Espaço,* em id., ibid., 92.

[42] Proclamação assinada por Boccioni, Carrà, Russolo, Balla e Severini, publicada em Fevereiro de 1912, em id., ibid., 47-49 (subs. orig.).

[43] Em *Pintura e Escultura Futuristas,* de 1914, em id., ibid., 179.

[44] *Manifesto dos Pintores Futuristas,* assinado por Boccioni, Carrà, Russolo, Severini e Balla, em F. T. Marinetti (1911) 185-186.

entendia os objectos a partir de dentro, e portanto os reconstituía no seu movimento interno, enquanto a aproximação dos objectos a partir do exterior os reduziria à sua superfície e os deixaria estáticos, esteticamente mortos. Só que, para os futuristas, empenhados nas facetas mais fugazes da vida urbana contemporânea, não se tratava de procurar inspiração na arte tradicional da África ou da Oceânia, mas de redescobrir o primitivismo no âmago da modernidade. «[...] inspiramo-nos no elemento de *barbárie* que existe na vida moderna»[45]. E Marinetti saudou «o Homem multiplicado por ele próprio», por um lado «discípulo da Máquina», mas possuidor, por outro, «de um instinto selvagem»[46]. Podemos agora, a partir de uma reflexão estritamente estética, entender de maneira mais completa a apologia da ginástica guerreira, do murro e do tabefe – formas, com razão ou sem ela, consideradas as mais primitivas do comportamento humano. As realizações artísticas do futurismo nunca se separaram das suas proclamações de violência pessoal e política, mas transmutaram-nas em planos estéticos, que por isso fugiam às implicações doutrinárias mais estritas. É neste vaivém que deve conduzir-se a crítica.

O primitivismo na modernidade – esta fórmula permite compreender a distinção, e ao mesmo tempo o profundo relacionamento, existentes entre o dinamismo estético e a violência política. A máquina é, evidentemente, a forma concentrada de tudo o que surgiu de inovador nos séculos XIX e XX. «O homem multiplicado pela máquina», proclamava Marinetti. «Novo sentido mecânico, uma fusão do instinto com a eficácia dos motores e das energias dominadas»[47]. A exaltação lírica que se apossava do fundador do futurismo à vista das rodas dentadas, das cremalheiras e dos *pistons,* ou das imaculadas superfícies polidas, não se esgotava na mera apreciação estética e palpitava numa estranha sensualidade. «[...] desenvolvemos e preconizamos uma grande ideia nova que circula na vida contemporânea, a ideia da beleza mecânica, e exaltamos o amor pela Máquina, que vimos iluminar o rosto dos maquinistas [...] Será que nunca os observastes a lavar amorosamente o grande corpo poderoso da sua locomotiva? Têm para com ela a ternura minuciosa e experiente do amante que acaricia a mulher adorada. [... ... ...] Existem hoje homens que percorrem a vida quase sem amor, numa atmosfera cor de aço. Esforcemo-nos por que aumente o número destes homens exemplares. Estes seres enérgicos não têm uma terna amante a aguardar a sua visita nocturna, mas de manhã cedo estão já a fiscalizar, com minúcia amorosa, as condições

---

[45] Boccioni na *Pintura e Escultura Futuristas,* de 1914, em U. Apollonio (org. 1973) 176 (sub. orig.).
[46] F. T. Marinetti (1911) 94-95.
[47] Na *Destruição da Sintaxe...,* de Maio de 1913, em U. Apollonio (org. 1973) 97.

perfeitas em que a sua fábrica recomeça a funcionar»[48]. Numa época em que a força dos animais era substituída pelo cavalo-vapor, não devemos espantar-nos de que a misoginia viril tivesse dado lugar a um bestialismo mecânico. «Ao luar nostálgico, sentimental ou luxurioso, opomos enfim o heroísmo injusto e cruel, dominando a febre conquistadora dos motores»[49].

Devemos à civilização mecânica a simultaneidade de tempos diferentes, o choque dos contrastes, o que há de artificial nas luzes, nas cores, nos cheiros, nos sons de uma cidade de hoje e que constitui para nós a única e verdadeira natureza. «Não só no ambiente barulhento das grandes cidades, mas também no campo, que até há bem pouco tempo era normalmente silencioso,» observou Luigi Russolo, «a máquina criou hoje uma tal variedade e rivalidade de ruídos que o som puro, na sua exiguidade e monotonia, é já incapaz de despertar quaisquer sensações»[50]. E Marinetti chamava a atenção para «a mudança de perspectiva e a síntese visual provocadas pela velocidade dos comboios e dos automóveis, que dominam a nossa apreciação das cidades e dos campos»[51]. A nova abordagem da realidade foi resumida por Boccioni: «Nós somos os únicos artistas modernos a criar uma arte que está em completo acordo com a maneira moderna de ver a vida»[52]. Estas eram, para a generalidade dos futuristas, as implicações estéticas da máquina. E embora Marinetti preconizasse «a identificação próxima e inevitável do homem com o motor»[53], ao mesmo tempo que alguns membros do movimento pretendiam também, ingénua ou provocatoriamente, que «não há qualquer diferença essencial entre um cérebro humano e uma máquina»[54] e Sant'Elia, nas suas notáveis visões arquitectónicas, antecipasse que «a casa futurista deve assemelhar-se a uma máquina gigantesca»[55], outros não se resignavam a uma aceitação servil dos efeitos mecânicos e reservavam a possibilidade de intervir activamente no processo criador. Bragaglia, por exemplo, interessado na renovação da fotografia, defendeu que, sem a noção de ritmo possuída pelo artista, a câmara cinematográfica destruiria o movimento[56]. Também Balla, depois de comentar que a fotografia retirara a razão de ser à pintura tradicional de carácter estático, considerou

---

[48] F. T. Marinetti (1911) 71, 76-77.
[49] Id., ibid., 92.
[50] Em *A Arte dos Barulhos,* de 1913, em U. Apollonio (org. 1973) 75.
[51] Na *Destruição da Sintaxe...,* em id., ibid., 97.
[52] Em *O Dinamismo Futurista e a Pintura Francesa,* de Agosto de 1913, em id., ibid., 110.
[53] F. T. Marinetti (1911) 73.
[54] Bruno Corradini e Emilio Settimelli em *Pesos, Medidas e Preços do Génio Artístico – Manifesto Futurista,* em U. Apollonio (org. 1973) 136.
[55] Antonio Sant'Elia no *Manifesto da Arquitectura Futurista,* publicado em 1914, em id., ibid., 170.
[56] No *Fotodinamismo Futurista,* em id., ibid., 39 e 40.

imperativo «renovarmo-nos a nós próprios mediante a criação de uma arte que nenhuma máquina possa imitar e que só o Génio Criador do artista possa conceber»[57]. E Russolo propôs que os sons mecânicos das cidades industriais fossem afinados e harmonizados «de modo tal que cada fábrica seja transformada numa exaltante orquestra de ruídos»[58].

Por outro lado, a máquina alterou também o comportamento primitivo, deu à violência nova amplitude e conferiu ao uso da força uma pirotecnia de sensações estéticas sem precedentes. «Começa connosco o reinado do homem que cortou as raízes, do homem multiplicado, mestiçado de ferro, alimentado de electricidade, e que já só compreende a voluptuosidade do perigo e o heroísmo quotidiano»[59]. Os murros e bofetões sabiam já a pouco, numa época de tanta abundância. Foi na guerra moderna, profusamente mecanizada, na sua «velocidade aterradora, irresistível, sintetizadora»[60], que os futuristas reconheceram a realização plena do espírito de primitivismo que possuíam, ou desejavam. «Guerra – Futurismo intensificado»[61]. Por isso a máquina ocupou o lugar central no conjunto de temas e de implicações práticas do futurismo, ao mesmo tempo critério e código do dinamismo estético interno, e meio de afirmação bélico de uma política de violência.

Ainda que os futuristas tivessem partilhado o romantismo elitista, modernizado por uma fúria da velocidade, nas suas obras esse comportamento objectivou-se numa nova organização dos materiais plásticos ou sonoros, e a partir desse momento as realizações adquiriram vida própria, servindo de espelho a outras inspirações e dando a réplica noutros diálogos. A passagem da violência ao dinamismo estético converteu uma doutrina de acção num modelo formal possível de aplicar numa pluralidade de contextos ideológicos. Uma vez concretizada, a arte não pode senão ser multímoda, ou mesmo francamente equívoca, e escapa sempre às intenções dos criadores, ensinando por vezes aos discípulos o contrário da lição dos mestres. Ao aplicarem praticamente as suas teses acerca da organização recíproca dos materiais, das formas e das cores, ou dos sons, os futuristas ultrapassaram muito o âmbito da sua ideologia ou, o que talvez seja o mesmo, permitiram que outros o fizessem.

Mas não me interessa aqui transpor o terreno do futurismo. O meu objectivo é exactamente o contrário, pretendo traçar-lhe as fronteiras com a maior precisão e, mais do que as potencialidades das obras, são as limitações dos artistas que importam agora. Por isso

---

[57] Numa proclamação de Dezembro de 1915, em id., ibid., 206.

[58] Em *A Arte dos Barulhos,* em id., ibid., 87.

[59] F. T. Marinetti (1911) 87.

[60] Marinetti, Settimelli e Corra em *O Teatro Sintético Futurista,* de Janeiro-Fevereiro de 1915, em U. Apollonio (org. 1973) 184.

Corra foi o pseudónimo adoptado por Bruno Corradini.

[61] Os mesmos em id., ibid., 183.

eu procedi à análise literária de manifestos, e não ao comentário estético de obras. O facto de aqueles doutrinários terem também sido artistas não implica que as suas criações representassem sem equívoco as suas teorias. Se assim fosse, eles não teriam sentido a necessidade de escrever manifestos e redigir proclamações, atordoando o público a propósito de tudo e de nada não só com realizações plásticas e sonoras, mas com uma imparável verborreia. Aos artistas, geralmente, interessa apenas completarem-se a eles nas suas construções objectivas, ou tentarem resolver nelas os seus próprios dilemas íntimos. Quando muito, se escrevem, limitam-se na maior parte dos casos a discorrer sobre questões técnicas. Os futuristas fizeram algo muito diferente, porque além de artistas eles eram também ideólogos, e não podiam deixar de perceber, mesmo confusamente, que lançadas no domínio público as obras escapam ao criador, e não é mais o artista, mas o espectador, quem se reflecte nelas. As teorias, se bem formuladas, podem pretender-se unívocas, enquanto as realizações estéticas, condenadas a servirem de espelho aos outros, só assumem realidade na multiplicidade e no equívoco. É esta a razão que me levou a avaliar uma doutrina estética não no campo da estética, em que se metamorfoseia e escapa, mas no da doutrina, em que mantém a rigidez dos contornos. Mais rigorosamente ainda, os manifestos estritamente políticos ou aqueles que versavam unicamente a poesia enquanto técnica verbal e as formas de comportamento enquanto transposição das figuras de estilo para a vida corrente eram insusceptíveis de se objectivar em obras concretas. Foi nestes textos que o futurismo permaneceu aprisionado nos seus paradoxos e é aí que melhor lhe podemos desvendar as implicações políticas.

Para os futuristas a opção política foi sempre inseparável da sua postura pessoal e das suas realizações estéticas. «Se os nossos quadros são futuristas, é porque resultam de concepções éticas, estéticas, políticas e sociais absolutamente futuristas», escreveram em Fevereiro de 1912 os nomes mais representativos da pintura e da escultura deste movimento[62]. Mal passara um mês depois de ter lançado o *Manifesto* fundador, já Marinetti publicava o primeiro dos seus manifestos políticos, por ocasião das eleições gerais de Março de 1909, e em Outubro de 1913 ele, junto com Boccioni, Carrà e Russolo, assinaram o *Programa Político Futurista*.

Num livro editado em 1911 Marinetti defendeu uma estratégia orientada, no exterior, para a guerra contra a Áustria e, no interior, para o combate ao clericalismo e ao papado e para uma promoção activa da indústria e do comércio nacionais. Além disso,

---

[62] Boccioni, Carrà, Russolo, Balla e Severini em id., ibid., 46.

ficava em suspenso a ameaça de republicanismo, no caso de a coroa não aceder rapidamente a estas pretensões mínimas[63]. Igualmente interessantes eram as observações dirigidas aos partidos da oposição. «[...] de modo algum somos o porta-voz dos socialistas ou dos republicanos. O oportunismo e a cobardia apodreceram todos os partidos políticos italianos, e nós trazemos-lhes o desinfectante futurista, o ácido corrosivo revolucionário»[64]. Acima da direita e da esquerda? Nesta topografia era já o fascismo que despontava. As ideias políticas de Marinetti situaram-se no cruzamento da direita mais radical e de uma certa esquerda revolucionária, caminhos que naqueles mesmos anos vinham a ser percorridos pelos nacionalistas de Enrico Corradini[65], na Itália, e pelos sindicalistas discípulos de Georges Sorel, na Itália e em França.

Marinetti censurou aos anarquistas o conservadorismo que demonstravam numa grande quantidade de aspectos da vida social, em termos onde ecoa o espírito de rebeldia global proposto por Sorel. Assim como as *Réflexions sur la Violence* defendiam a necessidade de o proletariado assumir uma cultura própria, radicalmente oposta à da burguesia, também Marinetti parecia não se satisfazer com os objectivos limitados do anarquismo e propunha uma nova atitude. «Os anarquistas contentam-se [...] em atacar os ramos políticos, jurídicos e económicos da árvore social. Nós queremos muito mais, queremos arrancar e queimar as suas raízes mais profundas, aquelas que estão plantadas no próprio cérebro do homem, a mania da ordem, o desejo do menor esforço, a adoração fanática da família, a preocupação com o sono e com as refeições à hora certa, o quietismo cobarde, o amor das antiguidades e das velharias, [...] o horror à novidade, o desprezo pela juventude e pelas minorias rebeldes, [...] a necessidade instintiva de leis, de grilhões e de entraves, o horror à violência, ao desconhecido e ao novo, o medo de uma liberdade total»[66]. O fundador do futurismo, todavia, confundiu a rebelião contra as convenções com um certo estilo boémio de vida, enquanto para Sorel a nova cultura nasceria na prática da luta de classes.

Ao mesmo tempo, nas páginas em que Marinetti se opôs ao pacifismo internacionalista do anarquismo não podemos deixar de recordar as teses de Enrico Corradini, para quem cada nacionalidade só tinha significado através da luta contra as outras. Também para Marinetti a única razão de ser das nações era o combate recíproco.

---

[63] F. T. Marinetti (1911) 46-48.

[64] Id., ibid., 47-48.

[65] Não confundir, evidentemente, Enrico Corradini, o político nacionalista, com Bruno Corradini, ou Corra, o artista futurista.

[66] Id., ibid., 54-55.

«Nós [...] não admitimos outra higiene para o mundo senão a guerra»[67]. Não se tratava aqui de imitações nem de influências superficiais. As mesmas raízes que sustentaram a estratégia política de Corradini mergulharam igualmente fundo no âmago das concepções futuristas. Numa das conclusões da *Proclamação Futurista aos Espanhóis,* Marinetti apelou para a convergência do nacionalismo e do proletariado em termos que não eram apenas os de Enrico Corradini. «Os políticos e os literatos têm de fundir a ideia de exército poderoso e de guerra possível com a ideia de proletariado livre, industrial e comercial»[68]. Da nação, Marinetti parece ter-se interessado exclusivamente pela capacidade guerreira e, quanto ao proletariado, num país com um campesinato tão miserável, foi o seu carácter industrial e urbano que o atraiu. Os dois termos da «nação proletária» de Corradini ficaram transmutados pelos futuristas na dupla esfera da violência, modelo de uma nação belicosa, e da máquina, cujas superfícies polidas exaltariam o amor dos proletários. Tratava-se, simplesmente, da apoteose bélica das sociedades industriais. Nos conceitos ainda sociológicos e políticos da «nação proletária» o futurismo viu apenas um dinamismo selvagem, e a máquina de guerra era a metáfora, enquanto não foi a síntese, de um proletariado lançado em expedições imperialistas sob a bandeira nacional. A guerra estava contida, como uma necessidade rigorosamente lógica, na apologia futurista da modernidade.

Por isso a eclosão do conflito mundial em Julho-Agosto de 1914 permitiu que a intervenção política dos futuristas se projectasse para um plano verdadeiramente eficaz. Até então eles haviam aparecido sobretudo como criadores de obras artísticas, cuja acção política se resumia a provocações sem consequências e a irrisórias batalhas de teatro. Aquela guerra, porém, era o tão ambicionado espectáculo total, a sã ginástica da raça, prodígio do heroísmo mecânico, substituindo com vantagem os acidentes de automóvel[69] e os desastres aéreos[70] tão estimados por Marinetti – a guerra, campo fértil de analogias sonoras, visuais, e sem dúvida olfativas também, pois não deixaria de se perceber, mesmo ao longe, o cheiro dos mortos e da disenteria dos vivos[71]. Como não aproveitar tamanha

---

[67] Id., ibid., 53-54.
Ver no mesmo sentido a pag. 50.

[68] Id., ibid., 218.

[69] Quanto ao orgulho com que Marinetti descreve os seus próprios acidentes de automóvel ver id., ibid., 38-39 e 144-145.

[70] «Enquanto esperamos pela guerra com a Áustria, que invocamos, não vemos hoje nada que nos interesse, a não ser as belas mortes contínuas e desenvoltas dos aviadores», escreveu Marinetti em id., ibid., 100.

[71] «Eu crio verdadeiros teoremas ou equações líricas mediante a introdução de números, escolhidos intuitivamente e colocados mesmo no meio de uma palavra, com uma certa quantidade de + – × =. Eu mostro a espessura, o relevo, o volume daquilo que as palavras devem expressar. [...] Ao colocar + + + + + eu represento um aglomerado de sensações iguais (por exemplo, *odor fecal da disenteria + o fedor adocicado*

modernidade estética? Os futuristas situaram-se logo na primeira linha daqueles que reclamavam a participação da Itália no conflito mundial. Ligando-se no auge da campanha belicista aos movimentos que, a partir de uma esfera exclusivamente política, vinham a introduzir no nacionalismo uma nova temática radical, o futurismo tornou-se então indissociável do fascismo. No final de 1918 e no começo do ano seguinte foram fundadas em quatro cidades italianas, entre as quais Florença e Roma, as primeiras agremiações fascistas-futuristas[72].

Foi apenas como uma forma que o fascismo italiano se revestiu das descobertas do futurismo, convertendo em meras metáforas da acção o que para os pintores e escultores futuristas, os fotógrafos e cineastas, os músicos, até os que sonharam uma nova arquitectura, eram verdadeiros temas plásticos e sonoros, destinados a orientar realizações artísticas práticas. Enquanto se limitou a apelar aos *dandys* para que renovassem os seus gestos e adquirissem uma elegância compatível com a civilização industrial, ou seja, enquanto se ateve ao puro estilo e a uma moral sem objectivação plástica, o futurismo situou-se exclusivamente num terreno político unívoco, que levou ao fascismo, e a mais lado algum.

4

A actividade do grande estadista e do grande chefe militar, escreveu Hitler em *Mein Kampf,* «reside sempre na esfera da arte», não menos do que a do grande pintor ou do grande poeta[73]. Já nos primeiros anos do século XIX Adam Müller, um dos nacionalistas românticos que de mais perto parece ter antecipado vários aspectos doutrinários do nacional-socialismo, considerara a política como a principal das artes, necessária para ultrapassar a permanente dualidade interna do Estado e resolver a oposição entre a razão e a imaginação[74]. Este tema da política enquanto estética foi um dos mais versados no discurso de Hitler. «[...] como explicava no congresso do partido em 1936, [...] tanto a arte como o

---

dos suores pestíferos + cheiro de amónia, etc. em "Comboio Cheio de Soldados Doentes", no meu *Zang tumb tumb*)», explicava Marinetti em *O Esplendor Geométrico e Mecânico e a Sensibilidade Numérica,* em U. Apollonio (org. 1973) 159.

[72] Consoante uma menção demasiado breve na Cronologia incluída em id., ibid., 221.

[73] A. Hitler (1995) 320.

[74] J. Droz (1966) 70-71.

Estado são produtos de uma força criadora, que ele denominava de vários modos: "vontade autoritária", ou ainda "capacidade política de criar formas". Da vontade política derivam tanto a forma do Estado como as formas da arte, desde que exista, como condição fundamental, um povo unificado ou uma nação. Segundo Hitler, os intérpretes das forças criadoras são, por um lado, o artista e, por outro, o político. É sintomático que ele se refira a ambos com termos praticamente permutáveis»[75]. De maneira simétrica, Rosenberg escrevia que «a arte germânica é acção, quer dizer, a vontade que recebeu uma forma»[76]. A política e a arte eram definidas de maneira similar. Em ambas, se o espírito, enquanto vontade e poder, era criador, bastava a palavra para que surgisse a matéria, e assim o esteticismo fascista, que na verdade foi um idealismo absoluto, regressou às províncias nebulosas da magia[77].

O nacional-socialismo alemão apresentava-se como um ideal estético e Hitler jamais deixou de se considerar um artista[78], como tal se comportando sempre, boémio e noctívago[79]. «[...] com o estilo do artista boémio, ele desprezava a disciplina no trabalho, não pretendendo nem conseguindo dedicar-se a um esforço regular»[80]. Foi ele, aliás, quem decidiu o desenho e a cor dos símbolos do partido e do estandarte das SA[81]. Em 1929 declarava como profissão ser «pintor e escritor»[82] e, já chanceler, o Führer desenhou meticulosamente a nova bandeira do Reich e a insígnia do seu automóvel oficial[83]. E ainda que o que se conheça da sua produção pictórica dos dias de miséria em Viena pareça ser de baixíssima qualidade e o seus gostos deixem perplexo qualquer esteta[84], inúmeras vezes, nos seus intermináveis monólogos, Hitler se classificou como artista[85]. É curioso observar que no primeiro ataque sistemático que dirigiu contra os Judeus em *Mein Kampf,* Hitler não invocou os temas da infiltração económica nem das características raciais, mas acusou-os de serem os promotores de uma arte deletéria[86]. E em Maio de 1930, numa acesa discussão

---

[75] B. Miller-Lane (1973) 242-243.
[76] Citado em P. Cadars et al. (1972) 14.
[77] F. Neumann (1943) 484.
[78] A. Hitler (1995) 8-9, 15, 16, 18-20, 32, 113-114, 184.
[79] A. Bullock (1972) 35, 386; K.Heiden (1934) 113; H. Rauschning (1939) 288.
[80] A. Speer (1979) 121.
[81] K.Heiden (1934) 79-80; A. Hitler (1995) 451-453; W. L. Shirer (1995) I 47-48.
[82] P. Cadars et al. (1972) 11.
[83] A. Speer (1979) 118.
[84] Mesmo um dos mais apaixonados hitlerianos de Paris se sentiu na obrigação de confessar, em plena ocupação, que pelo serviço de ter salvo o que ele chamava a civilização ocidental e a raça ariana «podemos perdoar ao Führer, que é bom melómano, o facto de não ser um grande conhecedor em pintura...». Ver L. Rebatet (1942) 608.
[85] W. L. Shirer (1995) I 21, 602. Ver igualmente H. Rauschning (1939) 206, 228 e 237.
[86] A. Hitler (1995) 54-55.

com Otto Strasser, que levaria à ruptura entre os dois homens e a uma cisão no NSDAP, Hitler iniciou a sua série de recriminações invocando a oposição manifestada nos jornais dirigidos por Strasser ao ascendente que estavam a adquirir no interior do partido as concepções estéticas de Schulze-Naumburg, um arquitecto cujas opiniões conservadoras o situavam muito próximo de Alfred Rosenberg e cujos ideais artísticos francamente retrógrados indispunham os nacionalistas radicais, mais propensos ao expressionismo[87]. Não deixa de ser elucidativo que o maior confronto ideológico travado no interior do partido nazi antes da tomada do poder, e que teve como pretexto e objectivo último o papel a desempenhar pelo socialismo no quadro nacional, tivesse começado como uma disputa acerca dos temas da arte.

Também as inclinações artísticas de Goebbels são bem conhecidas, literato, dramaturgo e encenador frustrado[88]. Não menos sugestivo foi o percurso do doutrinário do nazismo, Alfred Rosenberg, arquitecto de formação e tão interessado pelos problemas estéticos que a sua obra maior, *O Mito do Século XX,* encontrou a inspiração inicial numa reflexão acerca das questões da arte[89]. Em 1943 incluiu numa antologia de textos seus a reprodução de algumas das suas pinturas, paisagens de Outono[90], como convinha no ocaso de tantas profecias. E dois ou três anos mais tarde, quando sabia que o seu destino se abeirava do termo, Rosenberg, do mesmo modo que Hitler o fizera, manifestou a frustração por não ter prosseguido a vocação da juventude e não se ter dedicado inteiramente à pintura[91].

Talvez o aspecto mais impressionante das memórias de Albert Speer seja o retrato de um Führer sem horários, nem método, nem disciplina, desprezando os problemas burocráticos e ignorando as questões da administração e da economia, para se devotar principalmente aos seus projectos de arquitecto amador, que, não obstante alguns defeitos técnicos, executava em geral com competência[92]. Depois, a condução directa das operações militares alterou-lhe substancialmente os hábitos de vida, mas apesar disso teve ainda interesse em esboçar os planos dos vários tipos de *bunker* destinados à costa Atlântica, e encontrou tempo para fazê-lo[93]. Ao ouvir os termos em que Hitler anunciou a Speer a ruptura com Stalin e o início das operações contra a União Soviética, julgar-se-ia que se

---

[87] D. Reed (1944) 96-97. Ver igualmente A. Bullock (1972) 157.
[88] P. Cadars et al. (1972) 11.
[89] R. Cecil (1973) 21-22, 102.
[90] P. Cadars et al. (1972) 11.
[91] R. Cecil (1973) 36.
[92] A. Speer (1979), em especial as pags. 56, 58, 61, 71, 78, 104, 110, 118-119 e 193.
[93] Ver em id., ibid., uma das ilustrações inseridas entre as pags. 606 e 607.

tratava de um duelo entre arquitectos, esforçando-se cada um por impedir o outro de construir o palácio mais alto. «Agora, exclamou, livrámo-nos para sempre daquele seu edifício»[94]. E nem sequer as urgências do estado-maior e depois os imperativos dos reveses militares o levaram a mudar de atitude. Relatando no seu diário, em 23 de Setembro de 1943, uma conversa com o Führer, Goebbels atribuiu-lhe o desejo de ver o fim da guerra. «Ele disse que gostaria de retomar o contacto com os meios artísticos, de ir ao teatro à noite e visitar o Clube dos Artistas»[95].

Ao avaliar os dignitários do Reich, Hitler sempre lhes levara em conta o gosto artístico. «Uma crítica que pusesse em causa o sentido estético de alguém podia por vezes implicar o fim de uma carreira [...]»[96]. Em 1943, com a reputação de Göring destroçada pelos fracassos da Luftwaffe, Hitler hesitava, sem saber quem havia de nomear para lhe suceder, já que nem em Bormann, nem em Himmler, nem sequer em Goebbels ele encontrava um carácter de artista[97]. E depois do atentado frustrado de 20 de Julho de 1944, quando a possibilidade de ser morto por uma nova tentativa com sucesso ou por um bombardeamento aliado o levou a ocupar-se mais demoradamente com o problema da sua sucessão, excluiu Himmler, entre outras razões, por lhe faltar completamente qualquer espírito artístico[98]. Mesmo para conduzir um Reich batido em todas as frentes seria indispensável um artista? Quem sabe se então mais do que nunca, pois no estilo *pompier* que Hitler tanto prezava as ruínas eram um tema irresistivelmente pinturesco.

Desta estética da política não se encarregavam as musas tradicionais. Era uma arte nova, superior às outras porque a todas englobaria. Hitler levou mais longe a ambição wagneriana do teatro enquanto arte total e pôs em cena o próprio Estado, apresentando a assembleia política como uma representação, a propaganda como um teatro filmado, a arquitectura como um cenário, finalmente a guerra como uma coreografia. Arte do totalitarismo, a encenação converteu-se na arte absoluta, e nela se operou a síntese de todas as outras. Se a virmos só no seu aspecto formal, a arquitectura de aparato do Terceiro Reich não se distingue das demais da época, mesmo nas democracias, na França, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, onde não só edifícios públicos mas até sedes administrativas de grandes empresas adoptaram aquele monumentalismo de inspiração neoclássica. O que

---

[94] Citado em id., ibid., 210.
[95] Citado em W. L. Shirer (1995) II 425.
Ver também A. Bullock (1972) 721.
[96] A. Speer (1979) 186.
[97] Id., ibid., 369-370.
[98] A. Bullock (1972) 769; W. L. Shirer (1995) II 531.

diferenciou a arquitectura hitleriana foi o seu emprego como cenário nos grandes festivais políticos de massas. Iniciados em França pelos jacobinos, confundidos por Napoleão Bonaparte com o tema do imperialismo, usados na esfera germânica pelo movimento democrático e nacionalista do século XIX, os grandes festivais de massas foram levados por Hitler a proporções mais colossais ainda, e neles passou a resumir-se toda a política pública[99].

Emanação directa do espírito do Führer, a sua palavra era a própria criação em acto, por isso o discurso não se podia separar dos grandes desfiles e festivais. «Acusaram-me de fanatisar as massas, de as levar ao êxtase», confidenciou Hitler àquele que era então ainda um dos seus admiradores. «Os psicólogos subtis aconselham a acalmar as massas, a mantê-las num estado de apatia letárgica. Não, meus senhores, deve fazer-se exactamente o contrário. Para dirigir as massas tenho de arrancá-las à apatia. As massas só se deixam conduzir quando estão fanatizadas. Apáticas e amorfas, as massas representam o maior dos perigos para qualquer comunidade política. A apatia constitui uma das formas de defesa das massas. É um refúgio provisório, um entorpecimento de forças que de súbito explodirão em acções e reacções inesperadas»[100]. A este respeito um crítico do nazismo observou que, «ao sincronizar todas as actividades culturais, o nacional-socialismo submete o povo alemão a tensões permanentes. A insistência no activismo em vez do pensamento significa que as pessoas não terão nunca liberdade nem tempo para pensar por si próprias. [...] A técnica do nacional-socialismo consiste em fazer com que a acção de um aparelho autoritário pareça uma actividade espontânea das massas»[101]. Mas as consequências foram mais graves ainda, porque se tratava de uma questão de outra ordem. Com o Führer em transe, o seu verbo constituía a expressão mesma da raça, por isso as massas podiam agitar-se perante ele como galinhas sem cabeça. As frases que lhes ritmavam os gestos ou lhes impunham a imobilidade emanavam do espírito colectivo, e nesses cerimoniais públicos o orador pensava tão pouco quanto os próprios ouvintes, pois todos juntos escutavam apenas o pulsar do sangue dos antepassados. Enquanto alienação geral da razão, a estética dos festivais só pode entender-se como operação de magia.

A especificidade da arquitectura nazi não se apreende sem nos darmos conta de que ela foi apenas um dos elementos da política enquanto suprema arte. Neste sentido o seu estilo foi estritamente funcional. Uma arquitectura destinada a servir de quadro a uma

---

[99] Ver a este respeito G. L. Mosse (1991).
[100] Citado em H. Rauschning (1939) 238.
[101] F. Neumann (1943) 483-484.

política de massas tinha de ser monumental. «[...] o "monumentalismo" era inerente à conjugação da estética e do nacionalismo»[102]. As paradas e os desfiles foram o tipo de uso apropriado àquela arquitectura e àquela urbanização. «Uma característica especial destes edifícios era o papel que neles se reservava para as massas. As pessoas não haviam de os admirar como turistas, mas de os experimentar enquanto membros de formações militares. Organizadas e de uniforme, as massas forneceram à arquitectura nacional-socialista a "ornamentação" complementar de que ela necessitava»[103]. A função da arte nazi consistiu em materializar, mais do que na pedra, na própria disciplina dos corpos a «vontade autoritária» do Führer, expressando a ordem e a eternidade, o poder na permanência. Era a encenação colectiva de uma forma de vida.

Ao ler os seus diálogos com Albert Speer, fico tomado pela estranha ideia de que Hitler desejara conquistar o poder só para ter possibilidade de realizar os seus projectos arquitectónicos! Dias depois de vencida a França, o Führer foi passar algumas horas em Paris, exclusivamente ocupadas a visitar os monumentos que mais apreciava, acima de todos a Ópera, que tão bem conhecia por lhe ter estudado minuciosamente os planos, mas também o Arco do Triunfo, os Invalides, o Panthéon, o Sacré-Coeur. E confessou no final aos poucos que o acompanhavam: «Era o sonho da minha vida, poder visitar Paris. Nem imaginam como me sinto feliz hoje por ter realizado este sonho»[104]. Para efectuar uma excursão a Paris, de escassas horas, que estaria ao alcance de qualquer operário alemão mediamente pago, não se afigura necessário desencadear a segunda guerra mundial. Mas este absurdo de parecer tomar o poder e fazer a guerra só para dar livre curso à imaginação arquitectónica não era tão absurdo assim. O nazismo foi uma arquitectura, porque concebeu a arquitectura como um cenário. Na tradição da dicotomia romântica que separara a engenharia da arquitectura, o Terceiro Reich utilizou a proliferação das massas arquitectónicas para esconder o seu desinteresse ideológico pela infra-estrutura de engenharia. Hitler, que dedicava tanto do seu tempo ao desenho de edifícios, ocupou-se apenas com construções de aparato, e a sua indiferença pelas obras de carácter técnico era tão grande que nas poucas vezes em que lhe mostraram este tipo de projectos praticamente não os viu[105]. Mesmo as auto-estradas, que convencionalmente se apresentam como a grande realização técnica do nacional-socialismo, eram traçadas de maneira a oferecer ao

---

[102] G. L. Mosse (1991) 31.

[103] B. Hinz (1980) 199.

[104] A viagem de Hitler a Paris vem descrita em A. Speer (1979) 232-234. A frase citada encontra-se na pag. 234.

[105] G. L. Mosse (1991) 186.

viajante os pontos de vista mais grandiosos, e por esta mesma razão reduziam deliberadamente a uma paisagem os campos que atravessavam, transformavam num cenários as aldeias e cidades que contornavam, até converterem todo o país ao modelo do jardim pinturesco[106].

As construções oficialmente celebradas como monumentos, e as muitas mais minuciosamente planificadas, serviram de encenação para fazer esquecer a completa falta de empenho artístico do regime em obras de implicação directamente produtiva, que ocasionassem um desenvolvimento sólido da economia, autónomo da produção militar. Nos edifícios administrativos correntes e nas habitações para trabalhadores aplicou-se um género de pragmatismo que, se pode parecer funcional por ser desprovido de grandiloquência, era verdadeiramente antifuncionalista, porque ocultava toda a concatenação da estrutura sob a banalidade da aparência. Mais interessante é o caso da arquitectura industrial e da produção de certos bens de consumo destinados ao grande público, onde continuou a ser aplicado o estilo que nos outros domínios fora banido como degenerado. Muitas vezes eram as próprias empresas que, obedecendo a imperativos económicos e contrariando as orientações proclamadas pela direcção do NSDAP, impunham aos seus produtos um desenho funcionalista[107]. Tratar-se-ia de mais um aspecto da contradição entre capitalismo e metacapitalismo?

Se assim foi, no campo meramente estético a contradição estava resolvida de antemão, pois esse *design* inspirado pelo que haviam sido as vanguardas da década de 1920 não representou qualquer sobrevivência de uma corrente estilística autónoma. Integradas no contexto dominante, as realizações directamente industriais tornaram-se mais um elemento subsidiário do monumentalismo. Um estudioso destas questões critica lucidamente aqueles autores que pretendem que «a consciência nacional-socialista se teria detido no limiar do *design* dos objectos de uso corrente. Isso seria dar um exagerado valor ao significado da forma pura, porque o domínio exercido sobre todos os meios de comunicação [...] podia determinar de maneira tão definitiva o contexto e, portanto, o significado das formas, que elas próprias se tornavam meios de doutrinamento sem terem para isso de adoptar as mesmas conotações estilísticas que a arquitectura de aparato nacional-socialista»[108]. Não eram as realizações práticas da indústria civil que os discursos, os documentários cinematográficos, os jornais e revistas, as exposições celebravam. Se a monumentalidade

---

[106] H. J. Syberberg (1980) 378.
[107] H.-E. Mittig (1980) 358.
[108] Id., ibid., 358.

dos maiores edifícios públicos constituía por si mesma uma propaganda, os outros eram escamoteados por detrás da propaganda de uma propaganda, pois o que em seu lugar as fotografias de imprensa divulgavam eram maquetes de que jamais resultariam alicerces reais, ou habitações-modelo erguidas exclusivamente para exposições. «Eram estes complexos-modelo, e não as realizações comuns e muito menos atraentes da arquitectura residencial nazi, que apareciam com muita frequência nas publicações oficiais, onde eram apresentados como se fossem exemplos de toda a arquitectura nazi em geral»[109]. Nos edifícios, como na linguagem, o nacional-socialismo navegou entre a pompa e o lugar-comum. A arquitectura foi para Hitler a forma sólida assumida pela propaganda, entendida, como sempre no fascismo, como inversão e máscara da prática. À realidade social e material substituíram-se as ficções do espírito. A arquitectura de aparato hitleriana foi a transmutação do sonho em pedra, e se é certo que «o sonho da razão gera monstros», temos aqui a explicação daqueles edifícios de pesadelo.

Há uma passagem perturbante, num longo discurso feito por Hitler aos seus principais generais da frente ocidental, em 28 de Dezembro de 1944, a escassos meses do fim. «[...] não devem concluir que sequer por um instante eu imagine a possibilidade de uma derrota nesta guerra [...] Eu nunca aprendi o significado da palavra "capitulação" [...] No que me diz respeito, a situação actual nada traz de novo. Já estive em situações muitíssimo piores»[110]. Aliás, tanto repetiu este tema que ele se tornou o seu refrão nos últimos tempos da guerra. O problema, porém, não consistia em saber se Hitler já tinha atravessado piores momentos, mas se a Alemanha já o teria. A situação militar objectiva foi aqui apresentada como uma emanação da vontade subjectiva do Führer, tal como a arquitectura materializava o delírio da sua vontade. Enquanto para todas as outras figuras políticas da história os mecanismos do poder têm sido entendidos como um meio para impor decisões, Hitler considerava-os uma mera extensão da sua vontade, no sentido espiritual do termo, de maneira que todo o mundo real teria sido absorvido pelos seus processos mentais, pela sua acção psíquica. «Nenhuma das artes tradicionais, literatura, pintura, escultura ou arquitectura, foi capaz de representar o sonho hitleriano da grande Alemanha. Tratava-se da vontade de expressão de uma arte oficial, produzida por Hitler, cuja carreira de político e de diplomata só pode ser compreendida se não esquecermos que começou como artista. Tudo,

---

[109] B. Miller-Lane (1973) 256-257.
Ver igualmente B. Hinz (1980) 182-183.
[110] Citado em W. L. Shirer (1995) II 516.
Ver ainda A. Bullock (1972) 763.

portanto, estava ao serviço de uma vontade de grandeza e de poder, utilizando os meios que esse século forneceu para os grandes movimentos de massas[111]. A acção, concebida enquanto estética, serviria para converter o processo histórico numa emanação da psicologia do Führer. «Mesmo chegado ao cume do poder», escreveu, depois de tudo terminado, o general Franz Halder, que fora chefe do estado-maior do exército desde Setembro de 1938 até ser demitido quatro anos mais tarde, «não existia para ele a Alemanha, não existiam tropas alemãs pelas quais se sentisse responsável. Para ele havia apenas uma grandeza – subconscientemente primeiro, mas nos últimos anos com plena consciência – uma grandeza que dominou a sua vida e à qual o seu génio maligno sacrificou tudo – o seu próprio Ego»[112]. O nacional-socialismo, tal como Hitler o praticou, foi um idealismo absoluto, e é neste sentido que devemos interpretá-lo enquanto estética. A realidade como resultado da actividade criadora do espírito, de um espírito, o do próprio Führer, era esta a doutrina artística. E a transformação das massas em obra de arte, era este o sentido último da política. Não nos iludamos. Sem os grandes desfiles, sem a colossal encenação de multidões jamais o nazismo poderia ter existido e sobrevivido, mas não era essa a suprema obra de arte que o Terceiro Reich ambicionava. A encenação seria levada muito além da mera disciplina dos corpos, penetrá-los-ia até lhes conferir uma outra identidade biológica. O Führer só poderia ser um artista, porque a obra de arte suprema consistia em fazer de um povo uma raça.

Num Estado racista tratava-se do mito ovidiano de Pigmaleão e Galatea. Se, na sua intuição, o Führer era o depositário dos mais puros impulsos do Sangue, e se era dele que emanava a vontade de a Raça se purificar e sobreviver, então era ele a dar vida ao material informe. «As massas não são para nós senão um material informe», anotara Goebbels no seu diário[113]. Nestes termos o Führer não seria apenas um artista, mas o supremo criador, e a selecção da espécie constituiria uma arquitectura biológica, a mais importante de todas. Como observou um dos primeiros historiadores do nacional-socialismo, os Alemães eram considerados pelos seus novos chefes como «um povo para heróis, e não um povo de heróis»[114]. Os campos de concentração, as Leis de Nuremberga, o genocídio dos Judeus, a escravização dos Eslavos foram os meios necessários para dar àquela idealização estética da vontade uma expressão biológica. A Hitler cabia soprar o barro. Se não era Deus, era pelo menos demiurgo.

---

[111] H. J. Syberberg (1980) 378.
[112] Citado em A. Bullock (1972) 775.
[113] Citado em J. P. Faye (1980) 555.
[114] K. Heiden (1934) 381.

Curzio Malaparte foi, era-o sempre, muito perceptivo ao descrever Hans Frank, o jurista encarregado do Governo Geral dos Territórios Polacos Ocupados, a tocar admiravelmente uma sonata de Beethoven ou um prelúdio de Chopin e a acompanhar depois os seus convidados numa expedição de caça em que os alvos eram judeuzitos famintos que tentavam, rastejando por orifícios cavados na muralha, obter fora do *ghetto* algo para se sustentarem. «O mal-estar que sempre senti na sua presença vinha precisamente da enorme complexidade do seu carácter, uma singular mistura de inteligência cruel, de subtileza e de vulgaridade, de cinismo brutal e de sensibilidade requintada. [...] apercebia-me instintivamente de que as raízes da sua cruel inteligência, da sua sensibilidade musical requintada, tocavam o fundo mórbido, e em certo sentido criminoso, do seu carácter»[115].

A estética aqui era uma atitude de distância, a única possível para que os carrascos não se sentissem ainda mais abjectos do que a mais humilhada das vítimas, a distância que, despersonalizando o sofrimento alheio, o converte em jogo de prazer. Estéticas há muitas, e os fascistas amaram só uma delas, a da violência enquanto dança. Para eles a permanente palestra com a morte nada teve de mística. Negar à vítima a sua personalidade é a forma extrema da indiferença, e foi esta conjugação da violência com a indiferença que caracterizou a atitude estética dos fascistas. A coragem que podiam demonstrar não resultava do mito de uma abnegação a oferecer-se enquanto exemplo histórico, mas da ironia perante o perigo a transformar o heroísmo num cruel divertimento. Era, uma vez mais, uma pose de *dandy*. Apesar de toda a apologia da irracionalidade, a coragem era para eles, não um empenho, mas uma atitude. Ficam claros assim tantas palavras de ordem ou nomes de jornais. *No Importa* era o título do boletim publicado clandestinamente pela Falange quando a organização estava proibida e os dirigentes presos, nas vésperas da eclosão da guerra civil[116], o que soa como um claro eco do *Me Ne Frego* das juvendudes mussolinianas. Não se tratava de sacrifício, mas de um aristocrático alheamento perante o risco. Tal só seria possível, contudo, a quem ditasse as condições da violência. Apenas assim deixaria o perigo de ser uma incontrolável ameaça exterior e ficaria reduzido a um

[115] C. Malaparte (1946) 98-99, 177-178, 209-211. A passagem citada encontra-se nas pags. 172-173.
[116] M. García Venero (1967) 263; S. G. Payne (1961) 49 n., 104.

enredo de cena, convertendo-se de catástrofe em drama. Os grupos de choque e as milícias foram os *régisseurs* necessários à fruição estética destes encenadores de novo tipo.

Não tão novo como isso, porém. Roçar a morte enquanto supremo critério da estética era, afinal, uma ideia banalizada por toda a tradição da cultura burguesa.

A SEDUÇÃO DA MORTE

1

Pela arte da sociedade burguesa perpassava o tema da solidão do homem perante a natureza. Não é assombroso que, no próprio momento em que a técnica começou a permitir o controle dos fenómenos naturais, as obras de arte exprimissem a precaridade de um ser humano dominado pela natureza ou vítima da fúria dos elementos? Nunca a catástrofe deve ter ocupado um lugar tão importante enquanto tema estético como naquela época, precisamente quando primeiro começara a poder evitar-se. Pela representação da catástrofe o artista sublinhava o delírio, deixando subentendidos os perigos a que se expunha quem convertesse a negação ideológica da civilização industrial numa renúncia material. Era no conforto de edifícios solidamente construídos e sob a protecção garantida pelas novas técnicas que se desfrutavam as imagens do cataclismo. Foi esta a atitude primordial na percepção estética do público da época, e ela deu à noção de Sublime um novo sentido, que marcou a transição do classissismo para o romantismo. A transformação do conceito de sublime operou-se na Grã-Bretanha, evidentemente, pois era aí que ocorrera a primeira revolução burguesa e que a economia capitalista mais profundamente alterara a sociedade aristocrática, reduzindo-a afinal à forma de um novo conteúdo, ou seja, a uma mascarada.

Quando a nossa própria preservação é posta em causa, escrevia Edmund Burke em 1757, não directamente, mas mediatamente, pelo veículo da arte, atinge-se o sublime, considerado a emoção superior e mais forte. A ampliação da sensação de terror, até preencher toda a noção de sublime, constituiu a transformação fundamental operada por Burke na doutrina estética. Para ele o sublime era a ideia da dor e do perigo, quando o espectador não era, nem podia ser, incomodado por perigos e dores reais. Hoje esta categoria das sensações estéticas ficou relegada para alguns filmes de série B, mas naquela época atingia os píncaros na pintura e na literatura. A adequação do conceito de sublime é facilmente demonstrada pela rapidez da sua difusão. Tomemos um exemplo de sabor doméstico. Mrs. Thrale nascera em 1741 na pequena fidalguia empobrecida e casara vinte e dois anos mais tarde na burguesia abastada. Mais do que o dinheiro do marido, possuía uma cultura e uma independência de juízo capazes de a fazerem contrair tardiamente um segundo matrimónio assaz escandaloso, com o professor de canto da filha. Para fugir aos zunzuns,

talvez também para desfrutar a abastança de que gozava, foi viajar com o músico para o continente e escreveu então, narrando a descida pelo lado italiano dos Alpes, que «os perigos reais ou imaginários que encontramos pelo caminho instigam o terror no grau exactamente necessário para se combinar com o prazer e nos proporcionar a plenitude do sublime»[1]. Balzac poria numa fórmula lapidar: «O perigo torna interessante»[2].

O sublime consistia na indissociabilidade do terror e do prazer. Mas para que estes opostos se conjugassem era necessário que o pavor, sentido como verdadeiro, fosse imaginado. Senão seria mortal e o prazer ficava abolido. Começou nesta época a atribuir-se à imaginação – que a racionalidade clássica havia limitado a uma mera técnica subsidiária – uma função decisiva e inteiramente nova. A imaginação passou a servir para nos enganarmos a nós próprios quanto ao verdadeiro carácter do horror, para aumentarmos ilusoriamente os riscos até atingir, na sua fruição estética, o auge do sublime. Imaginar era imaginar horrores, perigos se vistos dinamicamente e, quando estáticos, desproporções. Entre precipícios e anões disformes, Quasimodos e cavernas de bandidos, deleitou-se aquela sociedade que, na prática, foi afinal tão ponderada. Para eles imaginar era, acima de tudo, iludir, criar a mais grave das ilusões, aquela que se pratica sobre o próprio. Com esta técnica, tão bem adquirida, de se enganar a si mesmo nasceu o interesse pelo subconsciente, aquele nível da actividade intelectual que tinha de ser explorado para atingir o que a viajante inglesa tão astuciosamente denominava « perigos reais ou imaginários».

Foi para alguns, os que não se satisfizeram com as artimanhas do subconsciente, um jogo arriscado. Procuraram nas drogas exóticas um incentivo para a imaginação, que a fizesse ir mais além na criação de ilusões. Estímulos de intensidade crescente, para obterem depois efeitos mais breves e, afinal, embotados. Restava o repto à verdadeira morte, a vida aventurosa, a guerra. Mas como garantir que o desafio permanecesse, sem ser repentinamente abolido por uma bala ou, banalmente, pelo rodado de uma carroça de munições, como sentir o máximo do terror e continuar vivo para lhe apreciar a sublimidade, como combater sem morrer? A estética do sublime não residia no objectivo, mas no processo. A aventura mortal era um somenos. Apenas importava a vida aventurosa, a vida sentida como a possibilidade sempre iminente da morte.

Compreende-se então a frequência relativa do tema do desastre nas poucas obras de arte em que a actividade industrial foi figurada. Mas não se apresentavam acidentes de trabalho, que revelassem o avesso das novas técnicas. As explosões eram pintadas do

---

[1] Transcrito em R. Hudson (org. 1993) 71.

[2] Balzac, *Les Chouans ou la Bretagne en 1799,* em Balzac (1976-1981) VIII 1023.

mesmo modo que os cataclismos mitológicos ou as punições bíblicas. Remetidos no tempo, pelo revivalismo, à era pré-industrial, os acidentes fabris viam-se descritos como se fossem desastres naturais, evocando elementos em fúria. A catástrofe, para aqueles artistas, só podia pertencer ao domínio da natureza. O delírio residia na negação estética da indústria, e a obsessão da catástrofe era a vertigem em que a mente imaginava a conversão dessa negação estética em negação material, atingindo-se assim o sublime. O processo foi duplo. A descrição do cataclismo serviu para lembrar os horrores que ameaçavam a sociedade burguesa se a infra-estrutura fabril viesse a desaparecer. Mas como a civilização industrial era escamoteada daquelas obras, as catástrofes dissimularam esteticamente a realidade económica do capitalismo.

Por parte do artista, o tema da catástrofe e da solidão do ser humano perante a natureza foi, ao mesmo tempo, uma consequência da estética do delírio e um meio de a sublinhar. Pelo lado do público, o sublime foi a emoção com que se viram aqueles quadros, se leram aqueles livros, se aplaudiram aquelas óperas. Assim como noutras épocas os pintores gostavam de figurar no paraíso o primeiro casal, a moda difundiu-se então, entre os artistas, de invocarem, no tempo da derradeira catástrofe, visões do último homem, da última mulher.

A obra de Turner, especialmente as telas características da sua maturidade, constitui o exemplo mais perfeito daquela anulação do mundo fabril, um dos raros casos em que a dissimulação não resulta de transposições simbólicas ou alusões temáticas, ocorrendo de maneira directamente plástica. Apologista das forças da natureza, Turner subsumiu-lhes até as manifestações mais evidentes da indústria. Vejamos *Rain, steam, and speed: The Great Western Railway,* pintado em 1844. Nada há de específico no comboio relativamente à tempestade, e a natureza é o objecto de contemplação único. Os torvelinhos de luz roubaram ao homem o fogo da técnica, e um Prometeu solitário vê vindo dos céus a chama que dera à humanidade. Na obra de Turner a civilização industrial é negada, porque assimilada à natureza nos seus efeitos estéticos. Por isso, de todos os pintores da época, foi ele o mais profundo e autêntico, o único a conseguir plenamente os objectivos últimos do revivalismo e do exotismo sem precisar de vestir os personagens com roupa de outras eras, nem de invocar folclores de outros lugares, nem de imitar o estilo de mestres do passado. Como sucede com todos os verdadeiros artistas plásticos, Turner não se exprimiu através do aparente conteúdo, mas directamente pela forma. Para além do espaço, os seus quadros finais ultrapassaram todos os exotismos e foram mais longe, atingiram-lhe o próprio fundamento. Para além do tempo, ultrapassaram os revivalismos e desvendaram o que estes

só metaforicamente representavam. Foi o tratamento inovador da luz que permitiu a Turner projectar o mundo contemporâneo para o ponto em que a história do presente era negada pela eternidade da natureza absoluta. Nos remoinhos da tempestade ou da catástrofe, tanto como na placidez tranquila, foi sempre a luz o agente dessa dissolução da especificidade do tempo e do espaço. Por isso, se Turner pôde, quanto a certos aspectos da sua técnica pictórica, ser considerado pelos impressionistas como um precursor, os fundamentos e os objectivos da sua estética foram radicalmente distintos do impressionismo. Naquilo que diferenciou Turner de todos os seus contemporâneos, o delírio não projectou a civilização industrial para outros tempos e outros espaços, mas verdadeiramente lançou-a fora do espaço e do tempo, fazendo-a desaparecer numa natureza omnipresente.

Mas nos seus começos Turner limitara-se a ser uma espécie de Salvator Rosa inglês, quero dizer, com menos terra e mais mar. Com Tiepolo chegara-se ao fim do barroco. O dramatismo reduzira-se para ele a um jogo de formas. Franz Anton Maulbertsch traçou o arco que nos permite passar de Tiepolo a Turner, e compreender a coerência que levou o barroco a desenvolver-se em romantismo. Com uma grande candura nos meios usados, porém, já que Maulbertsch fez pintura *gótica* em encenações neoclássicas. De início Turner não se destacava dos demais, os seus quadros não ultrapassavam o pinturesco. Apenas o detalhe lhes conferia um pseudodramatismo, e enquanto a descrição somar detalhes não existe drama, só a ilustração de uma suposta narrativa. Restam-nos de então os esboços como a sua melhor realização, porque tendo a narração um efeito meramente superficial na obra acabada, os pormenores eram tratados em último lugar e a eles ficava imune o esboço, que podia assim ir directo ao mais profundo. Que diferença entre as paisagens iniciais de Turner e os seus interiores pintados no final da década de 1820 e no começo da década seguinte, em que as figuras humanas são elementos de fusão e expressão da luz, e o detalhe é inexistente! Já em 1798, em *Morning amongst the Coniston Fells, Cumberland*, Turner estabeleceu uma continuidade entre o céu e a água, o rio neste caso particular, que seria depois a mais apreciável constante da sua obra. Por enquanto tratou-se só de uma fusão de dois elementos, líquido e aéreo, originariamente distintos. Mais tarde foi um elemento único, a luz, a realizar-se em modalidades próprias no céu, na terra, no mar. Uma etapa muito significativa neste percurso estético ocorreu em 1812 com *Snow storm: Hannibal and his army crosing the Alps*. O que temos naquelas vertigens da luz é muito mais do que uma tempestade de neve, é a materialização do ser em rajadas de vontade, e o esforço do exército em marcha é o mesmo que o do céu em fúria. O tempo suspende-se na permanência do eterno – é este, sem qualquer detalhe, o único conteúdo das obras de maturidade de Turner.

E por isso a forma estética extravasou também os limites materiais. Tudo continua para além da moldura, subitamente arbitrária, dos seus quadros.

Nada mais paradoxal do que imaginar, elaborados com todos os meios técnicos modernos e reproduzidos aos milhares graças às inovações mecânicas, quadros e gravuras que mostravam, face a uma natureza inacessível, um ser humano desprovido de qualquer recurso eficaz. A gravura constituiu uma importante fonte de rendimentos para os artistas daquela época, e uma boa parte da fortuna de Turner foi-lhe garantida pela venda de novecentas séries de gravuras, reproduzindo desenhos e quadros seus, algumas com uma tiragem de milhares de exemplares. Não é sugestivo que a primeira tela de Turner a ser reproduzida e vendida sob a forma de gravura representasse um naufrágio? Graças às novas técnicas de reprodução, um vastíssimo público podia desfrutar domesticamente o pavor da catástrofe e atingir as delícias do sublime, com o conforto e a segurança garantidos pela civilização fabril. Muito prosaicamente, era um terror de pantufas.

2

O Jardim Inglês foi a expressão mais extrema da anulação da aparência da técnica mediante o recurso aos instrumentos da técnica. No *Ancien Régime* os jardins por toda a Europa haviam obedecido à concepção francesa e manifestavam eloquentemente o triunfo da razão sobre as forças elementares. As árvores, as sebes, os arbustos talhavam-se geometricamente, subjugando aos arquétipos a aleatoriedade da natureza e impondo-lhe a ordem humana. E os repuxos, cujas bacias sucessivas repartiam o jacto de água originário e informe em fios de líquido cada vez mais estreitos e bem controlados, que caíam em geometrias sempre mais rigorosas, testemunhavam a arrogância da razão. Nada podia exibir melhor a submissão da natureza do que o jardim de tipo francês – numa época, porém, em que mal ainda se esboçavam as aplicações mais efectivas da maquinaria às forças elementares.

Não foi por acaso que surgiu em Inglaterra a nova arquitectura dos jardins. Aí se desenvolveram primeiro a revolução industrial e as técnicas fabris, e se completara, antes de qualquer outro país, a transformação capitalista da pecuária e da agricultura, prosseguindo-se mais longe as inovações na tecnologia agrária. A natureza encontrava-se, na Grã-

Bretanha, duplamente dominada, técnica e economicamente, o que portanto a identificava com o universo fabril. Numa estética da ilusão, em que as novas técnicas e os novos materiais eram dissimulados mediante a evocação dos elementos naturais, tornava-se indispensável ocultar que até a natureza havia deixado de ser natural. Os mesmos maquinismos com que se controlavam os processos naturais foram empregues para encenar a natureza, ou mesmo para dramatizá-la com a simulação de catástrofes. E então os capitalistas rurais, de origem aristocrática ou plebeia, e os capitalistas industriais com residência no campo, começaram a ecomendar jardins onde a natureza era reconstruída como mais natural do que ela própria.

Foi William Kent quem, na primeira metade do século XVIII, iniciou o desenho destes jardins irregulares. Enquanto arquitecto, Kent demonstrara um gosto ecléctico, ligando o paladianismo ao revivalismo gótico, e do mesmo modo orientou a edificação tanto de construções neogóticas como de pequenos templos neoclássicos nos jardins que se encarregou de decorar. Desde o seu início o Jardim Inglês situou-se entre os dois pólos dominantes do revivalismo, o medieval e o greco-romano, que de então em diante continuaram a orientar-lhe as alternativas estilísticas.

A versão neoclássica, que teve em Lancelot «Capability» Brown o seu melhor representante, procurava reconstruir a natureza em formas suaves e calmas. A corrente neogótica, ilustrada por Uvedale Price, Richard Payne Knight e William Gilpin, postulava uma arquitectura dramática da natureza, que lhe aumentasse os contrastes, erguendo penhascos e acentuando os declives, fazendo passar ribeiros entre rochas abruptas e recorrendo a toda uma série de artifícios então considerados pinturescos. Nos seus exemplos mais extremos este tipo de jardins era povoado de construções exóticas, ruínas e todo um variado *bric-à-brac*. Nada se podia apresentar mais natural do que esses jardins inteiramente mecânicos. E embora o entusiasmo pela modalidade exagerada do jardim de catástrofes tivesse diminuído em Inglaterra após 1760, manteve-se na Europa até uma época mais tardia.

Na vasta conspiração do medo que a imaginação de Graham Greene teceu durante a segunda guerra mundial em torno do Tamisa, um sinistro alfarrabista ajuda a enredar na teia a vítima ocasional e obstinada. E de que falam eles, naquela capital em escombros? Precisamente de outras ruínas, não menos artificiais e com aparência igualmente trágica, mas de que a verdadeira tragédia humana denunciava o ridículo.

«"[...] É uma arte extinta, sabe? Há coisas muito mais importantes do que as flores. É tudo o que hoje querem nos jardins", disse ele com desprezo, "flores".

"O senhor não gosta de flores?"

"Bem, flores", disse o livreiro, "por que não? Tem de haver flores".

"Na verdade", disse Rowe, "pouco sei de jardinagem... excepto flores".

"Era as partidas que pregavam". Os olhos mortiços ergueram-se com um entusiasmo malicioso. "As máquinas".

"Máquinas?"

"Tinham estátuas que esguichavam água para cima de quem passava. E as grutas artificiais! As coisas que eles se lembravam de pôr nas grutas! Olhe, num bom jardim não se estava socegado em lado nenhum".

"Julgava que os jardins eram feitos para se estar socegado".

"É, mas eles tinham outra opinião", disse o livreiro [...]

"Além disso", disse o livreiro, "havia os túmulos".

"Também esguichavam água?"

"Ah, não. Mas davam um retoque de solenidade, o *memento mori*"»[3].

Naqueles cenários de cataclismo carnavalesco, as estátuas que lançavam água eram a réplica jocosa das inundações e dilúvios cuja ficção exaltava até ao sublime e que se reproduziam em miniatura nos riachos tortuosos do jardim. E as grutas, essa ruína da natureza, onde se juntava a inspiração do revivalismo ao tema do exotismo, confundindo num símbolo único a passagem do tempo e a distância dos lugares a que não chegara a civilização industrial – as grutas não eram menos artificiais nem menos artificiosas, e por detrás da sua encenação de pedra e heras escondiam sabe-se lá que outras folias mecânicas. A tal ponto se chegara nos labirintos da simulação, que ao mesmo tempo que ela era levada a sério, desvendava-se como ironia, para logo se ocultar de novo com a visão dos túmulos – túmulos falsos, porém, pedras recentemente talhadas como se fossem antigas, sem ninguém lá dentro, mais um cenário de um passado fabricado.

As correntes originárias do Jardim Inglês baseavam-se exclusivamente no desenho de espaços, sendo as flores praticamente ausentes, como se percebe pelo desdém com que o livreiro de Graham Greene se lhes referia. Mas a expansão comercial levou ao conhecimento de novas espécies florais e a um redespertar do interesse pelo seu cultivo. Desenvolveu-se a partir de então uma síntese do jardim irregular e do jardim de flores, que correspondeu a mais uma fusão do revivalismo com o exotismo, e que foi iniciada por Humphry Repton. Na primeira metade do século XIX Loudon prosseguiu esta síntese,

[3] G. Greene (1996) 100.

insistindo no cultivo de flores. A arquitectura das estufas, exigida pelas espécies oriundas de climas quentes, surgiu como uma sequela do revivalismo e do exotismo.

Nos jardins ingleses a simulação atingiu um paroxismo. Não se tratava só de mistificar a técnica sob a aparência da natureza, mas de produzir, graças aos recursos técnicos, o absoluto paradoxo de uma natureza artificial. A simulação da técnica vigorava aqui na forma redobrada de simulação da natureza, e a obra de arte enquanto cópia de um padrão exterior manifestava-se na elaboração desse padrão como um padrão vazio. Se a técnica era ocultada sob uma simulação da natureza, a natureza apresentava-se como simulação dela própria. A encenação cobriu todos os horizontes geográficos da sociedade burguesa, desde o revivalismo da arquitectura urbana até aos jardins a que se reduziam os passeios campestres. A simulação serviu à sociedade burguesa para não reconhecer a civilização industrial, e os cenários de que assim se rodeou forneceram-lhe ao mesmo tempo a caução aparentemente objectiva desta atitude. Nessa encenação completa o delírio garantiu a si mesmo a justificação.

Mas não era ainda a justificação máxima. A realização cabal do delírio não exigia só a completa simulação no espaço, mas no tempo também. Num quadro de um obscuro pintor seiscentista, Jan Baptist Weenix, de péssima qualidade, tanto estética como técnica, figura-se uma paisagem com ruínas e no topo, onde deveria estar o frontão do pórtico, apresenta-se um rochedo, inteiramente absurdo, sobre as colunas do que resta do edifício[4]. Mas as inépcias em matéria de estilo são frequentemente elucidativas, porque não mascaram as convenções com a individualidade do génio. Este quadro mostra que o universo das ruínas é o mesmo que o das grutas, apesar de aparentemente umas serem obra do homem e as outras se deverem à natureza. Não restauraria o tempo, com as suas catástrofes, a supremacia do natural e não seria a ruína uma confissão da derrota humana? E quantas das grutas que povoaram a paisagem dos citadinos não se deveram dissimuladamente ao engenho e às máquinas? As transformações sofridas pela arquitectura de jardins na Inglaterra desde o século XVIII confirmam que as ruínas e as grutas se integravam no mesmo universo, resultante da confusão entre uma técnica destroçada pela natureza e uma natureza encenada pela técnica. Não bastava fabricar a natureza, era necessário fabricar ruínas.

[4] No Szépmüvészet Múzeum, em Budapeste.

Por que razão a paisagem, deliberadamente representada como tal, só surgiu na época barroca, quando pela primeira vez se iniciou uma urbanização consciente e planificada? A paisagem é o campo visto com o olhar das pessoas da cidade. A paisagem não é o domínio dos valores rurais, é a sua nostalgia, por isso a ruína encontrou aí o lugar geográfico adequado e a referência temporal mais conveniente.

Na pintura da renascença as ruínas eram uma mera visualização da arquitectura clássica, pretendiam atingir a fidelidade descritiva, sem estarem investidas de qualquer carga estética ou moral que lhes fosse própria. Por isso eram pintadas com a mesma nitidez, precisão e ordenamento com que se apresentavam as construções novas. As ruínas figuradas pelos pintores renascentistas negavam a passagem do tempo, servindo de testemunhas vivas da perenidade do mundo antigo. Tudo mudou no barroco, quando a ruína passou a ser um dos elementos do Bizarro e se tornou inseparável da definição do pinturesco. Aqueles arcos mutilados, aquelas colunas truncadas, aqueles restos de parede cobriram-se de heras e ervas para povoar uma paisagem de contrastes. As ruínas não valiam já por aquilo que mostravam, mas pelo que delas desaparecera. De vestígio clássico, haviam-se transformado em demonstração e marco da passagem do tempo, ameaçadora memória dos cataclismos passados, emblema da história como sucessão de catástrofes. Foi a partir de então que a ruína assumiu a sua nova função, de inspiradora de sentimentos. Naquela época tratava-se de antecipar o romantismo no interior do classicismo, precisamente o que tão bem revela nos seus escritos italianos William Beckford, que perante os restos de Roma se interessava, não pelas simetrias e as regularidades, mas pelas sombras e os contrastes, por aquilo que o crepúsculo já não deixava ver, pelo que o tempo removera, pela ruína. E assim o pinturesco, onde a ruína era um elemento indispensável à bizarria das irregularidades, articulou-se com o sublime, formando os dois estilos complementares uma estética única. A pintura e a literatura haviam acumulado as referências ao tema da ruína, elementos de um vocabulário artístico que o romantismo empregou de outra forma e a que veio dar novas conotações.

As ruínas foram o objecto por excelência dos cultores do sublime, no duplo sentido de que era com este sentimento que as estimavam e de que só graças a ele podiam ver o que tinha ficado esteticamente despercebido a dezenas de gerações. As ruínas denotavam a inelutabilidade da passagem do tempo, que destruiria tudo, mesmo aquilo que então se vivia, e só deixaria a imagem digna de ser apreciada, uma imagem estética. Para que as

ruínas revelassem o prazer estético fora-lhes necessário atravessar o prévio horror da morte, e era precisamente isto que conferia sublimidade ao espectáculo dos despojos clássicos. Porque a ruína que o viajante neles procurava não era a da Grécia ou da Roma antigas, mas a dele próprio. Era esta a ruína última e única. Sentir o prazer do eu através da ameaça da morte.

A ruína não estava nas velhas pedras, mas no olhar que as via. Na Itália a sociedade local desprezava aqueles restos da Antiguidade, porque permanecia inteiramente inserida no regime senhorial, com outras preocupações e outros gostos. O público consumidor das ruínas italianas vinha da Inglaterra, eram os filhos da gente enriquecida pela revolução industrial ou pelo desenvolvimento do capitalismo nos campos, que para perfazerem a sua educação e encerrarem a juventude percorriam a Europa no *grand tour*. Compradores abastados, quando não mesmo excentricamente perdulários, sustentavam uma verdadeira manufactura de telas, desenhos, gravuras e estátuas, que lhes recordassem, quando definitivamente regressados à ilha natal, o terror dos escombros e as ameaças do tempo. Entre tantos gravadores banais ou meramente conscienciosos, que satisfaziam em massa os viajantes britânicos, apenas Giovanni Battista Piranesi se destacou, pela sua capacidade de compreender a implicação ideológica profunda das ruínas e de transmitir plasticamente as suas consequências tenebrosas.

Comparem-se duas gravuras de Piranesi[5]. Uma mostra o teatro de Marcellus, em Roma, tal como existia na época, os restos do antigo edifício preenchidos com uma construção nova e o conjunto adaptado à habitação. Era como um enorme prédio circular de apartamentos, parcialmente decorado com relíquias clássicas. O *kitsch* pós-moderno adoraria. A outra gravura representa as ruínas do teatro, não como teriam talvez existido antes de serem transformadas em moradia, mas numa antecipação do futuro, em que o teatro de Marcellus haveria de voltar ao estado de ruína. Não é o tema do futuro visto como uma ruína que interessa aqui destacar, pois este é o contexto geral de todas as representações desse tipo. O que me chamou a atenção foi o facto de as ruínas desenhadas por Piranesi se reduzirem aos restos da velha construção romana, sem que nenhuns vestígios do edifício de apartamentos tenham sobrevivido naquela imaginação do futuro. As ruínas, e o tempo como devastação, serviram para restabelecer as hierarquias que o presente confundia, para liquidar pelo esquecimento um prédio de apartamentos, para restaurar o teatro de Marcellus na sua suposta dignidade.

[5] Estou a vê-las em R. Hudson (org. 1993) 172 e 173.

Esses jogos com o tempo talvez nos surpreendam mais ainda quando eram inspirados, não pelas ruínas herdadas do passado, mas pelas mais recentes inovações. O genial arquitecto John Soane foi um mestre – entre muitas outras coisas – na conjugação de lanternas e cúpulas, o que lhe permitiu remodelar as técnicas de distribuição da luz no interior dos edifícios e, assim, dar aos volumes uma outra plástica. Com este fim não hesitou, na última década do século XVIII, em combinar o vidro com a modernidade do ferro na lanterna do departamento de *consols* do Banco de Inglaterra. Foi uma atitude de uma grande ousadia ideológica, quando sabemos o ostracismo a que nessa época, e até aos meados do século XIX, esteve votado o ferro aparente nas construções de prestígio. Este denegrimento estético do metal que melhor simbolizava a revolução industrial constitui mais uma demonstração do que parece ter sido a finalidade exclusiva da arte burguesa, mascarar a sua própria produção material. Pois apesar de toda a modernidade e da audácia artística daquela cúpula de vidro e ferro, um dos artistas preferidos do grande arquitecto, Joseph Michael Gandy, pôde pintar *Architectural ruins – a vision,* em que a sede do banco figura em ruínas, no tempo projectado de uma catástrofe, e sem que isto tivesse parecido contraditório, a ele ou aos contemporâneos. Torna-se também especialmente significativo que na colecção de John Soane se encontre uma gravura de P. Fabris, *Virgil's tomb at Pozzuoli*[6], representando uma cúpula arruinada no topo, com uma fenda que deixa entrar a luz de maneira a provocar um efeito de lanternim. Nos restos do túmulo do poeta romano encontraria o arquitecto inglês a caução estética definitiva dos seus arrojos? Só revestidas do passado as audácias da técnica pareciam dignas. Ou então, o que era exactamente o mesmo, projectadas para um futuro tão distante que delas já não se conservassem senão os escombros, conferindo ao presente actual a respeitabilidade de ser um passado possível dos presentes futuros. Estes construtores de cidades apenas nos cemitérios se conseguiam olhar.

O crítico de arte William Gilpin, que conhecemos já como um dos mais assinaláveis promotores dos jardins de estilo pinturesco, defendia que a indústria não devia ser representada pelos artistas. E quando alguém, como John Cooke Bourne, por exemplo, tomava uma posição oposta e decidia figurar fábricas e a actividade industrial, fazia-o em termos tais que a indústria era transportada no tempo e assimilada às ruínas e à encenação dramática, tidas como condição do pinturesco. Nesta polémica ambos os lados se situavam afinal no mesmo campo, pois fundamentalmente negavam à civilização fabril o direito a uma problemática estética própria. Que são – nos quadros e desenhos dos poucos artistas

[6] No Sir John Soane's Museum, em Londres.

que as representavam – aquelas fábricas senão outras ruínas a adicionar às muitas que povoam as obras da época? Quem são aqueles operários de siderurgias senão outros tantos ferreiros míticos a somar aos personagens de incontáveis Forjas de Vulcano? Que importava o número de caldeiras e a máquina Watt de que dispunha a fundição de ferro de Goscote, a maior da região, se o pintor Peter le Cane a imaginou como escombros de outros séculos num ambiente bucólico e rural? Mesmo um artista como Joseph Wright, dito Wright de Derby, de todos o mais interessado pelas novas actividades surgidas com a revolução industrial e pelas experiências científicas da época, quando não representava as fábricas como ruínas pinturescas, dedicava-se a um revivalismo à maneira de Caravaggio, fraco *pastiche* transformando o que para o genial italiano fora a expressão plástica de uma concepção filosófica numa mera técnica de efeitos de luz. Por exemplo, em *An Experiment on a bird in the air pump*, datando de cerca de 1768, a origem técnica da luz é apenas uma justificação naturalista do estilo de Caravaggio. Só remetidas a outro tempo, pela sua conversão em ruína ou pela maneira revivalista como eram figuradas, as manifestações da civilização industrial adquiriam uma legitimadora dignidade para os escassos artistas que as abordavam. Eles podiam considerar a actividade fabril merecedora de se revestir das roupagens do passado, mas, contraditoriamente, só o *travesti* tornava real aquela respeitabilidade.

O engenheiro Isambard Kingdom Brunel foi, mais do que moderno, um precursor, e apesar disto – ou quem sabe se por isto mesmo – vêmo-lo dissimular repetidamente as suas audácias técnicas com o revivalismo estético. Verdadeiramente assombroso foi ter deixado incompleta uma das bocas do túnel do Great Western Railway, de modo a imitar uma ruína medieval, mandando ainda plantar-lhe hera, para aumentar o efeito. Decerto um túnel, mesmo de ferrovia, não podia deixar de ser sentido pelos contemporâneos como a evocação de uma gruta, por isso a ruína nada tinha ali de incongruente, apesar de tão artificial e moderna como tudo o mais. Nem pareceria ameaçador aos viajantes que a entrada num longo subterrâneo, onde tudo devia garantir a segurança, estivesse fantasiada de escombros. E se o parecesse, seguros da técnica como intimamente estavam, seria uma benvinda oportunidade para os *frissons* do sublime. Aquelas extemporâneas ruínas assinalaram a atribuição de uma dignidade social ao novo meio de transporte.

Com grutas e ruínas a cultura burguesa dissimulou o capitalismo e a produção fabril, e do mesmo modo mistificou os conflitos sociais que lhe são inerentes. A literatura da época revela uma curiosa deslocação do pânico das classes dominantes. Ao mesmo tempo que se impunha um sistema cada vez mais complexo de disciplina de empresa, que se procuravam

impedir as coligações de operários, que se reprimiam duramente as greves e mais ferozmente ainda os tímidos esboços de emancipação política da classe trabalhadora, eram outras as angústias sociais manifestadas nos romances, nas peças de teatro, nos folhetins de jornal que ajudavam a preencher os ócios dos proprietários e dos rentistas. Não era aí a imagem dos trabalhadores que perturbava a placidez da mentalidade burguesa, mas a invocação dos *bas fonds,* todo um mundo de marginais, ignorado, indefinível, escondido da luz do dia e agitando-se nos subterrâneos da sociedade. Os antagonismos explícitos de classe, que as obras dos economistas desvendavam e esclareciam, sob a pluma dos ficcionistas ficaram convertidos em mistérios. Talvez por isto a leitura dos economistas era expurgada da sociedade de bom-tom, vedada às senhoras e remetida, com as demais actividades profissionais, àquela esfera de que se vivia, mas da qual não se falava, ao mundo dos homens entre eles. *À table, on ne parle pas boutique*. As inquietações localizavam-se então nas cloacas e esgotos das cidades, que nada mais eram afinal do que outras grutas, tão artificiais como as dos jardins. A ideia de que por baixo da sociedade legítima fervilhava um secreto mundo de perigos caracteriza os escritores do romantismo, os piores como os melhores. Só assim a cultura burguesa aceitou tomar consciência dos antagonismos sociais que a rasgavam, remetendo-os a outro espaço, onde os pensou portanto como exóticos, e um espaço contido entre túneis, colunas e abóbadas, misto de gruta e de ruína, e projectado portanto para outro tempo.

Como sempre em arte, não se trata do objecto, mas do nosso olhar, e onde a ruína verdadeiramente existia era naquele presente que só conseguia afirmar-se quando imaginariamente defrontado com o pavor da sua destruição. Criada, a arte objectiva-se, destaca-se do autor e assume uma aparente vida própria, que é sempre a projecção de cada espectador na obra, a sua assimilação pelo espectador e, assim, a sua recriação. Mas a autonomia da obra reside também na capacidade de suportar o acaso, as excrescências, as mutilações – a ruína. Pode inverter-se a frase e definir-se como estética a obra que é capaz não só de servir de espelho a cada um de nós, mas de integrar nas suas linhas, nos seus volumes, nas suas cores as vicissitudes do tempo. A arte é contraditória, porque resulta do embate de uma obra com um olhar, e é contínua e interminável, porque o desgaste vai impondo outros contornos à sua forma. Então, será uma ruína sempre uma ruína? Ela pode ser vista de maneira diferente, enquanto fragmento, e suscitar uma atitude estética oposta. Estou perante os frisos do Parténon. Estes torsos semidestruídos não os vejo como antigas esculturas desmembradas, mas formas humanas que incessantemente irrompem da rocha, uma criação da vida. Que diferença poderia encontrar-se entre estes corpos mutilados e a

inacabada *Pietá* de Miguel Ângelo? Incompletos uns já, a outra ainda? Estão irmanados, nada os distingue, porque os corpos gregos esculpidos no esplendor da sua glória viveram por si, assimilaram as destruições fortuitas, e o produto da criação converteu-se em acto de criação. O que me surge ao olhar é o contrário de uma ruína, é o processo de passagem da rocha a forma humana.

4

A sociedade burguesa foi a única, em toda a história, a pretender preservar o passado arquitectónico, impedindo-o de evoluir organicamente e de se fundir com os estilos da época. Viollet-le-Duc conta-se como o primeiro nesta linhagem de conservadores do património, e na sua actividade observa-se já a contradição fundamental de todos os seus sucessores, mesmo daqueles que em muitos aspectos o criticaram. Nenhum deles fugiu ao paradoxo de pretender congelar no tempo uma arquitectura que fora feita e acrescentada ao longo de séculos.

À força de tanto ouvirmos falar do passado, quase esquecemos que para a cultura burguesa esse era um tempo sem espessura. Passado era a antiguidade e o gótico, as eras míticas dos gregos ou dos cataclismos bíblicos, e os séculos, ainda bem próximos, da renascença e do começo do barroco. O passado resumia-se, afinal, à palavra com que se confundiam uma multiplicidade de épocas históricas, e com que se ocultavam os elementos que em cada época anunciavam a sua transformação na etapa seguinte. O eclectismo que assinalou a grande maioria da arquitectura burguesa, e que de toda a maneira nunca poderia deixar de caracterizar as novas ruas e praças, pois elas reuniam no mesmo tecido urbano os mais diversos estilos de revivalismo, mostra que o passado era desestruturado no preciso momento em que se convertia em padrão estético absoluto. Por que razão, em qualquer monumento, seria mais espúrio o acrescento recente do que o introduzido há alguns séculos atrás?

Deste dilema não tem conseguido até hoje libertar-se a política oficial de restauros. O paradoxo atingiu proporções colossais, a ponto de se converterem bairros inteiros, aldeias, mesmo cidades em verdadeiros museus. As fachadas são restauradas na traça originária, ou noutra qualquer variante posterior que se achou por bem aceitar, quando não é

numa versão ilegitimamente deduzida a partir de elementos documentais e arqueológicos insuficientes, e por força de lei conservadas naquele estado. E a coberto desta encenação, por detrás dos muros, as moradias são remodeladas e modernizam-se, paredes divisórias são derrubadas ou substituídas, montam-se chuveiros e latrinas confortáveis, enfim, a ficção torna-se habitável. E a população que dentro das casas vive a sua vida própria, saída à rua transforma-se em figurantes, animando artificialmente aquele troço de tempo que a arbitrariedade dos restauros fixou.

Em termos de história, é isto que a cultura burguesa tem para oferecer. Uma vida factícia entre ruínas, que todo o engenho da técnica mantém no estado de ruínas, paradoxais testemunhos de caducidade e perenidade.

5

Seria por tanto desenhar e gravar ruínas, e por tão bem o fazer, que Piranesi conseguiu penetrar nelas e apercebê-las a partir do seu interior, desvendando-lhes o conteúdo? Na dupla série de dezasseis gravuras[7] que compõe *Le Carceri,* os escombros foram convertidos de arquitectura em urbanismo, de restos de edifícios em colossais metrópoles, e bastou esta transformação decisiva para que ficassem esclarecidas não só as implicações mais profundas do gosto pelas ruínas, como a função última das cidades que aquela estética haveria de construir.

Estas não são prisões comuns, estreitos calabouços onde se amontoem prisioneiros. Os cárceres imaginados por Piranesi são escassamente povoados, sobretudo se tivermos em conta a abundância de planos, que multiplicam os percursos, e as poucas figuras de que nos apercebemos parecem a todo o momento desvanecer-se, mal delineadas, esboçadas apenas, ou tão fugidias como a sombra em que se confundem. Quem as prende, se estão do lado de cá das grades, praticamente todas sem grilhetas nem amarras[8], livres de circular pelas

[7] Entre ambas as séries houve década e meia de intervalo. Note-se que para duas gravuras da segunda série não existem correspondentes na primeira série. A edição que sigo aqui é G. B. Piranesi (1973).

[8] Na gravura do frontespício vê-se uma figura acorrentada, mas será pessoa ou estátua? Mesmo que represente uma figura humana, a sua função estética é aí exclusivamente de escultura. O mesmo pode dizer-se da gravura V, de que não existe correspondente na primeira série, e onde o personagem amarrado com cordas mais parece petrificado e confundido com o baixo-relevo da coluna que o sustenta. De resto, só na gravura II, existente apenas na segunda série, e em ambas as versões da gravura X é que se encontram corpos amarrados.

infinitas escadarias, pelo emaranhado de pontes, por baixo dos arcos, sob as cúpulas? Os cárceres são colossais labirintos de pedra, que permitem a quem os povoa caminhar uma vida inteira sem escapar nunca ao espaço que eles delimitam. E, como me observou Milton José de Almeida, a conjugação de diferentes perspectivas aumenta o efeito labiríntico e a impossibilidade de alguma vez lhe fugir. Esta claustrofobia dos grandes volumes correspondia tanto à sua intenção última que Piranesi a acentuou na segunda série das gravuras, multiplicando os planos sobrepostos e entrecruzados, que filtram a luz e deixam o ambiente mais tenebroso ainda, onde o nosso olhar permanece irremissivelmente enclausurado. O grau supremo de realidade cabe àquelas massas monumentais que encerram todo o horizonte possível, e por contraste o traçado dos corpos não deixa nunca de ser indeciso. Quando são desenhados com detalhe assemelham-se de tal maneira a esculturas ou altos-relevos que parece que a mera presença explícita dos corpos os condena a converterem-se em pedra. Naquela urbanização carcerária apagam-se as pessoas. É esta a forma suprema de aprisionamento, a perda de identidade de uma população de espectros, que nos gestos e atitudes se confunde com as estátuas e ornamentos. Piranesi previu a época em que os habitantes da cidade seriam meros figurantes de uma paisagem geométrica.

Porque é de geometria que aqui se trata. Antes de Boullée e Ledoux terem idealizado um colossal urbanismo platónico, projectando na escala desmesurada da sua arquitectura os arquétipos das formas puras e atribuindo um valor directamente simbólico à organização rigorosa dos espaços, já Piranesi mostrara como era inevitavelmente cruel multiplicar as formas geométricas na dimensão de um monumento sem fim. Para Boullée e Ledoux a construção dos edifícios seria apenas um aspecto de uma vasta organização social, de que o arquitecto se encarregaria, erigindo-se de urbanista em déspota. O absolutismo tardio não teve fôlego já para arcar com o grande projecto tecnocrático, como com nenhum outro, e foi o bonapartismo a esboçar pela primeira vez na prática, timidamente ainda, algumas das ideias dos dois arquitectos. O exercício da razão geométrica, que a revolução francesa havia pretendido generalizar a cada um dos cidadãos, tornara-se entretanto um exclusivo do tirano, e precisamente por este motivo a escala dos edifícios e dos eixos urbanos ampliou-se desmedidamente. O monumentalismo geométrico exprime o avesso da razão, que passou a conceber o povo não como entes racionais, mas como objectos puros de uma racionalidade alheia. Se «o sonho da razão produz monstros», não é menos monstruosa a desmesura da razão. Na dialéctica da sua história a revolução francesa converteu a razão concreta numa abstracta alienação da razão, mostrando que o irracionalismo pode ser gerado nos próprios termos da racionalidade. O humanismo racionalista não concebera outra escala senão a das

pessoas, enquanto o despotismo da razão de Estado não encontra limites à ostentação colossal do seu rigor. Por isso os cárceres de Piranesi são uma cidade pensada como deserto, onde uma população é obrigada a habitar, sem conseguir jamais deixar naquele dédalo uma marca humana.

Entendemos então que, despojada pelo déspota daquilo a que Dostoyevsky chamaria piedade, e transformada por isso num irracionalismo de pesadelo, a razão geométrica tendesse a multiplicar-se incessantemente e a converter os seus planos e elipses em células, prisões transparentes mas não por isso menos eficazes. Não foi necessário aguardar que Boullée e Ledoux propusessem a extrema concisão das formas puras. Piranesi pôde encontrar todos os elementos dessa geometria nas curvas e planos das ruínas, tanto mais que o próprio carácter incompleto das paredes, das colunas, dos arcos deixava a mente prolongá-los como quisesse. Não se tratava já de imaginar as ruínas como uma arquitectura, mas de transpô-las para um verdadeiro urbanismo, e para isso a escala teve de ser ampliada e os mais vulgares detalhes tornaram-se monumentos. Foi precisamente a monumentalidade que converteu em cárceres o que sem isso seriam só escombros. Nestas proporções desmedidas, as correntes, os instrumentos de tortura, as lanças e roldanas perderam completamente a função originária. É impossível usá-los para trucidar corpos, tornados minúsculos perante artefactos tamanhos. Os engenhos do horror expostos nos cárceres não servem mais para martirizar alguns indivíduos isolados[9], mas para apavorar todos eles. São monumentos ameaçadores, que converteram a tortura numa presença iminente e eficaz, uma sombra a que ninguém foge.

Se nos seus *Carceri* Piranesi antecipou o carácter ferozmente inumano de um urbanismo que levasse às consequências mais extremas a estética das ruínas, Goya denunciou nas oitenta e três gravuras[10] incluídas em *Los Desastres de la guerra* a barbárie de uma humanidade capaz de se arruinar a ela própria. Aqui foram as mulheres e homens a requerer toda a atenção do desenhador, destacando-se de fundos inexistentes ou só sumariamente esboçados, céus nocturnos, paisagens desoladas, vagos edifícios. E que construções são essas? Arcos, ou por vezes só a sua sombra, planos de muros descontínuos, restos de castelos, torres isoladas, e o inevitável acompanhamento de tudo isto, as grutas, que são outros tantos arcos naturais – é o clássico vocabulário das ruínas que serve aqui de

[9] Só na gravura II, que não tem correspondente na primeira série, deparamos com uma cena efectiva de tortura. Os prisioneiros da gravura X, em ambas as séries, encontram-se amarrados, mas não estão sujeitos a qualquer engenho de tortura.

[10] A primeira edição, de 1863, contava oitenta gravuras; três outras foram conhecidas posteriormente. Sigo aqui a edição F. Goya y Lucientes (1967).

cenário a uma humanidade enlouquecida pela crueldade e pelo desespero. A própria natureza participa da perversão. Os troncos onde se enforcam os prisioneiros, se amarram, se empalam, se esquartejam, são de árvores mortas também, secas, decepadas.

Que estranhas arquitecturas constroem os montões de cadáveres! Nos vivos Goya desenhou a circularidade dos gestos, que obriga o nosso olhar a repetir incessantemente o seu percurso e assegura assim a perenidade do movimento, definidora da vida. O carácter estático dos mortos não lhes vem só da inércia, mas sobretudo de obedecerem a outra espécie de geometria, que faz os corpos sobreporem-se em ângulos claramente visíveis e dispõe os membros numa inumana ortogonalidade[11]. Ao movimento circular dos vivos, criador de uma infinidade de geometrias concretas, frenéticas e sempre diferentes, Goya opôs a geometria da morte, linear e pura. Mas não é esta mesma a geometria da razão abstracta? É então necessário morrer, ser trucidado, para corresponder ao ideal estético proposto pelo novo despotismo tecnocrático, tão bem encarnado por aquele burocrata demoníaco, cujas orelhas, que podiam ser de burro, são asas de morcego, e que minuciosamente contabiliza o massacre[12]. A racionalidade geométrica fica denunciada como uma geometria dos mortos, e portanto como um resultado da estética das ruínas.

A crítica de Goya não parou aqui. Aquelas duas geometrias não se opõem, uma é a consequência da outra. Não é decerto por acaso que das lutas Goya preferiu representar o corpo a corpo, os amplos gestos de braço com que se manobram sabres e varapaus, punhais e machados, posicionando-se além disso os combatentes como se participassem numa dança de roda, um carrocel macabro. E é este o maior desastre da guerra, que a circularidade do movimento sirva não para reproduzir a vida, mas para provocar a morte e traçar com os cadáveres os ângulos de linhas rigorosas. Piranesi desvendou a monstruosidade de uma razão esquecida da sua razão de ser. Goya compreendeu que isso só podia resultar do pesadelo da razão[13]. Muito antes de a estética das ruínas se ter desenvolvido até atingir os limites extremos, já a arte crítica – e nunca esqueçamos que ela é sempre uma crítica pela arte, efectuada exclusivamente por meios formais, não discursivos – fora capaz de lhe denunciar os efeitos mais perversos.

---

[11] A angularidade dos cadáveres, ou a ortogonalidade dos seus membros e corpos, é uma regra geral nesta série de gravuras, mas atinge uma expressão alucinante na gravura 30, *Estragos de la guerra.*

[12] Gravura 71, *Contra el bien general.* Compare-se com o burocrata militar da gravura 65, *Qué alboroto es este?* Em ambos os casos a mesma posição, ao mesmo tempo atenta e indiferente.

[13] Em *Los Caprichos,* a gravura 43, *El Sueño de la razón produce monstruos.*

6

Nacionalismo agressivo de derrotados ou de vencidos frustrados do triunfo, o fascismo foi pela sua própria essência uma política vocacionada para a guerra. Gerado mentalmente nos campos de batalha da primeira guerra mundial, alimentado pelos anseios de desforra, cimentado pela aplicação à vida civil dos fardamentos e da disciplina militar, era inevitável que o fascismo fosse uma apologia da morte. E já que os chefes fascistas exerciam a política como uma arte, a guerra era apresentada também enquanto grande festival estético. Comentando um filme realizado em 1941 por Karl Ritter, e que se pretendia uma epopeia da Luftwaffe, escrevem dois historiadores do cinema: «[...] *Stukas* tem um certo ar de opereta guerreira, servindo-lhe de refrão o ronco das esquadrilhas e a explosão das bombas. A começar pela partitura triunfal de Herbert Windt [...] e a terminar no grande *ballet* final, a guerra torna-se música e o artista é aquele que sabe matar»[14].

Cada tipo de fascismo louvou a morte à sua maneira, inspirando-se no fundo inesgotável de realidades ou invenções heróicas de que cada país dispõe, e criando outros tantos mitos de última hora, para não arrefecer o entusiasmo. O regime de Mussolini assimilou o tema futurista da guerra enquanto expressão máxima da máquina e da velocidade, o fragor da batalha confundido com o barulho dinâmico dos motores, e nestes termos a guerra foi exaltada como uma aproximação, ou mesmo uma antecipação, do futuro. No pólo oposto das sensibilidades estéticas, a guerra surgiu para os partidários de Hitler como a imanência do passado, a voz dos mortos clamando fidelidade à raça.

A estas duas perspectivas opostas, projectada uma em direcção ao sol escaldante do futuro, a outra iluminada pela palidez fria e lunar, oferecia-se um mesmo objecto de visão – as ruínas.

[14] P. Cadars et al. (1972) 210.

«Dinâmico e agressivo, o futurismo tem agora a sua realização plena na grande guerra mundial, que ele – e ele somente – previu e glorificou antes de se ter desencadeado», proclamava Marinetti num apelo dirigido aos estudantes no final de 1914. «*A guerra actual é o mais belo poema futurista que jamais se viu.* O futurismo significava precisamente a irrupção da guerra na arte [...] O futurismo era a militarização dos artistas inovadores. Estamos hoje a presenciar uma imensa explosão futurista de contextos dinâmicos e agressivos [...]»[15]. Da arte como guerra até à guerra como arte, era o percurso do seu movimento que Marinetti sintetizava.

E não mentia, pois desde o primeiro instante que a sedução da morte estivera contida na apologia futurista da velocidade. Quando lançou o movimento, com o manifesto de 20 de Fevereiro de 1909, ao descrever o ímpeto que se apossou dele e dos seus companheiros, Marinetti evocou apenas os temas da morte, não de um banal fim da vida, mas da morte enquanto conceito, com maiúscula, a grande mãe, redentora e criativa. «[...] como jovens leões, nós perseguíamos a morte [...] Nada nos fazia desejar a morte, senão o desejo de nos vermos enfim livres do peso da nossa coragem!» O motor do veloz automóvel em que os amigos percorriam a noite «domesticava» a morte, e as carícias que trocavam com ela eram narradas com as mesmas palavras usadas habitualmente para descrever a sedução das damas da rua[16]. Estamos muito longe, aqui, dos guerreiros castos da mitologia nacional-socialista, e o peso da coragem parece ser do mesmo tipo da obsessão do desejo, possível de descarregar em lupanares. No mesmo traço de caneta com que proclamaram o seu «desprezo pela mulher, condição essencial da existência do herói moderno»[17], estes poetas da velocidade e da agressão exaltaram a guerra. «Decerto, o nosso vigor exige a guerra e despreza as mulheres»[18]. A guerra, a melhor das ginásticas. «Queremos celebrar a guerra – única higiene do mundo [...]»[19].

---

[15] F. T. Marinetti, *Manifesto agli Studenti,* de 29 de Novembro de 1914, antologiado em R. Griffin (org. 1995) 26 (sub. orig.).

[16] Manifesto de Marinetti, publicado em 20 de Fevereiro de 1909, e reproduzido em F. T. Marinetti (1911) 143-144.

[17] F. T. Marinetti (1911) 4.

[18] No segundo manifesto futurista de Marinetti, *Morte ao Luar!!,* em id., ibid., 156.

[19] No primeiro manifesto de Marinetti, de Fevereiro de 1909, em id., ibid., 148.

«Cada dia que passa», escreviam Marinetti e alguns outros em Setembro de 1916, «a conflagração vai animando mais a sensibilidade europeia»[20]. Só mediante um considerável esforço de imaginação, porém, seria possível tomar como exemplo de dinamismo uma guerra que, na sua frente decisiva, se imobilizara nas trincheiras. A não ser que o dinamismo fosse apenas o da metralha que de um e outro lado era projectada sobre aquela humanidade enterrada e estagnante. Num dos seus mais importantes manifestos, em que proclamava o «esplendor geométrico e mecânico», Marinetti prometia: «Nós destruímos sistematicamente o "eu" literário, para o dispersar pela vibração universal [...] E assim a poesia das forças cósmicas suplanta a poesia do humano». Estilisticamente este efeito obter-se-ia mediante o uso do infinitivo. «O infinitivo é a paixão do *eu* a abandonar-se para se transformar em *todos* [...]». Mas podia chegar-se ao mesmo resultado, de maneira muito mais drástica e com muito maior amplitude, através de uma gramática de outro tipo. «De facto, eu constatei na bateria de Suni, em Sidi-Messri, em Outubro de 1911, que o vôo brilhante e agressivo de uma bala de canhão, aquecida ao rubro pelo sol e impelida velozmente pelo fogo, tornava quase indiferente o espectáculo da carne humana dilacerada e moribunda»[21]. Neste caso foi a bala de canhão, e não o recurso ao infinitivo, a destruir o «*eu* literário» e a precipitá-lo nas «forças cósmicas». A guerra, com as suas máquinas de morte, era o acto de criação do supremo poema.

Já na proclamação fundadora do futurismo Marinetti confundira sob as mesmas apóstrofes exaltadas a excitação das multidões, percorridas pelo prazer ou na fúria da revolução, e a violência da luz eléctrica nas noites cosmopolitas, o faiscar dos motores, a estridência das máquinas[22]. Jamais se tratou, evidentemente, de uma humanização daqueles monstros metálicos, velozes e brutais, mas do exacto contrário, a assimilação do ser humano pelas engrenagens mecânicas, por isso as destruidoras máquinas de guerra puderam ser vistas como o estádio superlativo da civilização industrial. E assim se chegou a um notável paradoxo, pois o que se apresentara primeiro como uma maneira de viver da nova geração depressa se revelou como o estilo de funcionamento das técnicas modernas. Não culpemos o futurismo por isso. Não foi dele o paradoxo, mas da sociedade capitalista, e ao subsumirem o homem à máquina Marinetti e os seus discípulos estavam a apresentar lucidamente – embora não criticamente – a única via da estética contemporânea. Se o futurismo teve como

---

[20] Marinetti, Corra, Settimelli, Ginna, Balla e Chiti em *O Cinema Futurista,* em U. Apollonio (org. 1973) 207.

[21] Citações extraídas de F. T. Marinetti, *O Esplendor Geométrico e Mecânico e a Sensibilidade Numérica,* publicado em 1914, reproduzido em id., ibid., 154-159 (subs. orig.).

[22] Manifesto de Marinetti, de 20 de Fevereiro de 1909, em F. T. Marinetti (1911) 148-149.

razão de ser a descoberta artística de uma idade industrial, não espanta que as máquinas militares se encarregassem directamente de escrever o louvor e a celebração da morte.

E foi aqui que o verdadeiro paradoxo surgiu, porque em substituição dos museus, das bibliotecas e das academias, que pretendiam fechar, e do pendor arqueológico, de que escarneciam com jovial crueldade[23], que tinham os futuristas para oferecer? Na *Destruição da Sintaxe...* Marinetti evoca «uma zona de vinda intensa», onde inclui «revolução, guerra, naufrágio, terramoto e muito mais»[24]. Nada senão a catástrofe podia marcar com um traço comum acontecimentos tão diversos, e a «vida intensa» seria, então, equivalente à morte em massa. Contra a morte congelada no tempo pela estética tradicionalista, Marinetti e os seus companheiros propunham uma morte novíssima, uma antecipação célere do futuro. A audácia de que se reclamavam, e que tinham inegavelmente, definia o orgulho de serem jovens. «Os mais velhos de nós têm trinta anos [...]»[25]. A morte que diziam procurar não se encontrava no termo da vida, mas no seu começo. «Só gostamos do sangue quando o vemos jorrar das artérias [... ... ...] Escutem bem, que o sangue só adquire valor e esplendor quando o ferro ou o fogo lhe abrem o cárcere das artérias»[26]. Mais matinal ainda, a morte deveria surgir no próprio despontar da vida. «Que tal vos parece, por exemplo, aquele projecto futurista que consiste em fazer adoptar por todas as escolas um curso regular de riscos e perigos físicos? Voluntariamente ou à força, as crianças seriam postas perante a necessidade de enfrentar permanentemente uma série de perigos, cada um mais aterrador do que o outro, habilmente preparados e sempre imprevistos, como, por exemplo, incêndios, afogamentos, desabamentos de tectos e outros acidentes»[27]. Neste jardim de delícias todas as iniciativas lúdicas consistiriam no jogo com a morte, em bizarras versões letais das *farces et attrapes,* «enormes brinquedos, perigosos e agressivos, para funcionarem fora de casa»[28].

Que bela escolha, ou preservar as ruínas do passado e fazer delas o templo de uma arte acabada, ou arruinar o presente e converter este gesto destruidor numa aproximação estética do amanhã! As ruínas foram o horizonte único de qualquer das opções do fascismo.

---

[23] Id., ibid., 149-151.
[24] Manifesto de Maio de 1913, em U. Apollonio (org. 1973) 98.
[25] F. T. Marinetti (1911) 151, 153.
[26] Id., ibid., 101, 159.
[27] Id., ibid., 99-100.
[28] Giacomo Balla e Fortunato Depero, *Reconstrução Futurista do Universo,* publicado em Março de 1915, em U. Apollonio (org. 1973) 199.

8

Com o nazismo a estética das ruínas alcançou o seu estádio supremo. Não se tratava já de manufacturar ruínas, nem de fantasiar apenas os edifícios actuais como escombros num incerto tempo futuro. A própria técnica de construção dos monumentos, dos únicos a que se atribuía relevância histórica, os palácios e esplanadas do poder, foi alterada de maneira a garantir que mais tarde, mil anos depois, seriam igualmente imponentes como ruínas, para ilustração e entusiasmo dos séculos.

«Hitler gostava de explicar que as suas construções se destinavam a legar à posteridade o génio da sua época», conta Albert Speer, que de 1933 até 1942 foi o arquitecto particular do Führer e o seu confidente nas questões estéticas. «Porque, afinal, só os grandes monumentos recordam as grandes épocas da história. [...] Ele pensava que na história de um povo existem sempre períodos de declínio, mas os monumentos que esse povo edificou testemunham então o seu antigo poderio. É claro que não basta esse testemunho para criar as bases de um renascimento do espírito nacional. Mas quando, após um longo período de declínio, o espírito de grandeza nacional puder de novo ser glorificado, então esses monumentos ancestrais constituem o mais eloquente dos estímulos. [...] era necessário que os nossos edifícios pudessem, nos séculos futuros, falar à consciência da Alemanha. Na opinião de Hitler, era isto que dava valor a uma realização duradoura.

«Começámos imediatamente a preparação da esplanada de Nuremberga, porque queríamos pelo menos ter a tribuna pronta para o próximo congresso do partido. Para construir a nova tribuna foi necessário primeiro mudar para outro lugar uma garagem de carros eléctricos, dinamitando-se em seguida as estruturas de betão armado. Um dia, ao passar por ali, vi um emaranhado de hastes metálicas que se torciam em todas as direcções e começavam já a enferrujar. Não era difícil imaginar o aspecto que aquilo em breve apresentaria. Este espectáculo lamentável forneceu o ponto de partida para uma reflexão que me levou a elaborar uma teoria, que apresentei mais tarde a Hitler sob o nome um tanto pretensioso de "Teoria do Valor das Ruínas de um Edifício". Não havia dúvida que os edifícios construídos de acordo com as técnicas modernas eram pouco apropriados para lançar em direcção às gerações futuras essa "ponte da tradição" exigida por Hitler. Era impensável que montões de entulho enferrujado pudessem algum dia inspirar pensamentos heróicos como o faziam aqueles monumentos do passado que Hitler tanto admirava. A minha teoria queria encontrar uma resposta para este dilema. Empregando certos materiais,

ou obedecendo a certas regras de física estática, seria possível construir edifícios que, passadas centenas ou mesmo, como nós nos comprazíamos a imaginar, milhares de anos, se assemelhariam mais ou menos aos modelos romanos.

«Para dar aos meus pensamentos uma forma concreta e visível mandei pintar uma ilustração de estilo romântico, que representava a tribuna da esplanada Zeppelin após séculos de abandono. Apesar de estar coberta de hera, com a massa principal do paredão parcialmente desmoronada e com algumas pilastras derrubadas, os seus contornos gerais mantinham-se perfeitamente reconhecíveis. [...] Hitler [...] achou esta reflexão de uma lógica luminosa e deu ordem para que, no futuro, os edifícios mais importantes do seu Reich fossem construídos de acordo com esta "lei das ruínas"»[29].

Sob um certo ponto de vista, a pintura que Speer menciona, representando em ruínas a esplanada que se propunha construir, vinha na fiel tradição de muitas outras lucubrações mórbidas dos séculos XVIII e XIX, mesmo dos melhores arquitectos, como indiquei há pouco. Mas tratava-se agora de algo mais, porque aquele tema não se limitava a inspirar as ânsias do sublime e servia de base a uma renovação das próprias técnicas de construção. As ruínas, de referência ideológica, haviam passado a motivo prático.

O nazismo tratava o presente como um passado de outros presentes, de modo a haver um só tempo – o passado. E começamos então a desvendar o paradoxo, que num regime cuja missão confessada seria a construção, ou reconstrução, de uma Raça de Senhores, não fosse um futuro radioso de novas gerações que dominasse o tempo, mas a fantasmagoria das catástrofes, de um passado tido como um sempre ameaçador fim dos séculos. Quando, com a aproximação do desfecho da guerra, se foi tornando cada vez mais frequente no discurso hitleriano o tema de que, se a Alemanha não triunfasse, mereceria ser inteiramente destruída[30], devemos recordar que esta obsessão das ruínas estivera já pressuposta nas construções monumentais anteriores a 1939. E nos derradeiros meses do Reich seria precisamente a Albert Speer, o seu antigo arquitecto particular, convertido desde 1942 em ministro do Armamento, que Hitler daria ordem de arrasar o potencial industrial do país, e mesmo toda a infra-estrutura económica e administrativa, já que os Germanos derrotados não deveriam ter direito sequer à mais rudimentar das existências[31]. E Speer, o

---

[29] A. Speer (1979) 78-79.

Acerca desta questão ver ainda a pag. 209. Aliás, note-se que, na sua residência de montanha, Hitler tinha um quadro de Pannini, representando as inevitáveis ruínas romanas; ver a este respeito a pag. 124. É interessante saber que Gianpaolo Pannini foi o primeiro pintor a especializar-se na representação das ruínas de Roma.

[30] Id., ibid., 226, 521, 578-579, 750-751 n. 8.

[31] Id., ibid., 533-535, 562, 574 e segs., 751 n. 10, 752 n. 3.

autor tardiamente arrependido da *Teoria do Valor das Ruínas,* ao opor-se às repetidas directivas do Führer não perdeu afinal a oportunidade de testar na prática a sua morbidez arquitectónica, pois os bombardeamentos aliados e as sabotagens efectuadas pelas tropas alemãs em retirada deixaram o Reich em escombros e o nazismo como a última e mais completa das suas ruínas.

Para alguns sequazes do regime as devastações que sofria o país pareciam servir apenas para confirmar aquela atitude estética. Um artigo publicado em 1944, precisamente na revista de arte de que Speer era um dos co-directores, observava a propósito dos destroços de uma ponte: «O único pilar que resta, desprovido já da sua função utilitária, representa uma forma arquitectónica completa em si própria. É uma espécie de monumento, o que presume uma adesão às leis da grandeza. Uma destas leis é a lei da massa. Sem massa, quer dizer, sem um emprego extravagante de materiais, é impossível obter qualquer efeito monumental»[32]. Como a anterior utilidade da ponte lhe devia ter sido enfadonha! Libertada enfim da tirania da banalidade, ela pôde assumir a verdadeira essência da sua grandeza, erguendo-se pura, e solitária, como ruína.

Mas nunca para os nazis a arte se reduziu a um cenário. Era sempre de coreografia que se tratava, traçando às multidões de figurantes o percurso dos passos, o ritmo dos gestos e vozes. Um Reich em escombros nenhum significado teria, estético e político, se não fosse também povoado de fantasmas da morte. Com o exército soviético já nas imediações de Berlim, a 17 de Abril de 1945, exactamente duas semanas antes de se suicidar, e a toda a família com ele, Goebbels, o supremo *maître régisseur,* proferiu uma conferência perante os seus funcionários do Ministério da Propaganda. «Meus senhores, daqui a cem anos será projectado um belo filmes a cores descrevendo os dias terríveis que atravessamos. Querem desempenhar um papel nesse filme? [...] Portem-se com coragem, para não serem daqui a cem anos vaiados pelo público quando aparecerem no *écran*»[33]. Haviam vivido a política como um espectáculo, era lógico então que pusessem em cena a própria morte, actores sempre, num país transformado em palco lúgubre.

Desde o início que na estética do nazismo se inscrevera a fatalidade política, a sua capacidade única para destroçar os outros e para se edificar a si próprio como uma ruína iminente. Na perfeita linhagem da cultura burguesa, o nazismo, enquanto encenação estética, esteve sempre suspenso do macabro e da sedução pelo passado. Só assim ficou convertido em tragédia o que, sem isso, nunca teria sido senão uma farsa.

---

[32] F. Tamms citado em B. Hinz (1980) 197.

[33] Citado em A. Bullock (1972) 797 e P. Cadars et al. (1972) 15.

9

Para os seguidores do racismo hitleriano era enorme o peso da morte na raça, que só enquanto presença dos defuntos podia aparecer como força vital. «A nova *Weltanschauung* [concepção do mundo]», escrevia Rosenberg em 1936, «não toma como ponto de partida o *ego* individual ou a ideia abstracta de humanidade, mas resulta de uma experiência nem sempre possível de exprimir com clareza e que pode ser representada de maneira aproximada pela noção de Alma-Raça. E é a partir deste núcleo oculto que se desenvolve aquilo a que chamamos carácter racial e cultura racial»[34]. Nestas circunvoluções deliberadamente obscuras do pensamento, o espírito só animava o indivíduo enquanto ele participasse da alma colectiva da raça, e apenas enquanto portadores do sangue dos mortos – dos seus mortos – tinham os vivos razão e direito de existir. No sangue nórdico consubstanciava-se o espírito de todos os seus mortos, e o seu rumor ecoava no solo onde a raça nascera e lançara raízes. Para uma história necrófila, uma geografia sepulcral. Nas palavras de Jakob Wilhelm Hauer, um dos principais ideólogos do neopaganismo nacional-socialista, «a terra é a nossa pátria e o nosso santuário. A sua vontade é que as gerações voltem a ela, tal como dela surgiram. [...] É-nos estrangeira a concepção de uma morte apavorante e aterradora, como se encontra na tradição religiosa levantina. Por isso, na [nossa] fé não temos qualquer necessidade de um redentor nem de um salvador que prive a morte do seu poder»[35]. Esta vizinhança familiar da morte não constituía um tema reservado a um ou outro dos filósofos mais densos ou sombrios do regime, porque ouvimos o seu eco soar junto ao público anónimo. Num filme cuja primeira projecção em Berlim contou com a presença de Hitler, apenas três dias depois de ele ter sido nomeado chanceler, medita um dos personagens, comandante de um submarino durante a primeira guerra mundial: «Talvez a morte seja o único acontecimento da vida». E, noutra sequência: «Nós, Alemães, talvez não saibamos viver, mas sabemos morrer melhor do que ninguém»[36].

Estranho destino este, fixado a uma raça superior, o de encontrar na própria destruição a sua razão de ser. Na dupla luta constante contra a aniquilação vinda de fora e a corrupção infiltrada por dentro, a imortalidade nórdica era assegurada mediante a morte dos

---

[34] Citado em R. Cecil (1973) 97.

[35] Citado em E. Conte et al. (1995) 48.

[36] *Morgenrot,* filme realizado por Gustav Ucicky, com argumento de Gerhard Menzel; ver P. Cadars et al. (1972) 115.

homens, entendidos sempre como guerreiros. Pelo mesmo diapasão se afinava o papel das mulheres, mães de combatentes, viúvas de heróis. A imortalidade que se prometia à raça era a eternidade da morte, e a morte dos homens representava a vida do sangue. Este espantoso paradoxo encontrava noutro a sua simetria, pois entendia-se que a morte do sangue era provocada pela mestiçagem – no entanto, acto salutar de procriação, e portanto de vida. O racismo hitleriano só na eliminação da vida conseguia pensar a perenidade da raça.

A legislação que em Novembro de 1941 instituiu o casamento com os mortos[37] e em Março de 1943, obedecendo ao rigor lógico de todas as burocracias, autorizou o divórcio dos mortos[38] foi a melhor expressão da vida que se atribuía à morte. Sendo o heroísmo o principal componente espiritual da raça nórdica e votando-se os vivos a perecerem no combate, entende-se que os mortos fossem tratados como vivos. Era o carrocel do macabro. Se a raça existe no plano da eternidade e a principal obrigação de cada geração é procriar para dar continuidade ao sangue dos mortos, então o presente é apenas uma modalidade do passado, e o passado é o único tempo real.

A intemporalidade da raça nórdica não era para os hitlerianos um ideal abstracto. O peso dos mortos dava a essa fantasmagoria um carácter ao mesmo tempo sacro e corpóreo, daí a aparência sepulcral de muitas arquitecturas. A extinção das outras raças, ou a sua sujeição a condições infra-humanas, garantiam a preservação dos Nórdicos, que encaravam a própria morte como condição da eternização da sua raça. Num regime que abolia tão radicalmente qualquer significado dos indivíduos, que reduzia todas as implicações de um homem ou uma mulher à sua contribuição para o sangue acumulado pelas gerações, parece lógico que as pessoas tivessem um perfil cada vez mais difuso, e a raça uma psicologia sempre mais precisa. Não podia ser maior o peso dos mortos, quando cancelavam a presença dos vivos e conferiam à raça uma realidade antropomórfica, física e espiritual. A raça podia evoluir, declinar ou ser melhorada, ou até criada de novo, como se propunham aqueles místicos da biologia, os SS, mas no fundamento racial último, o sangue, não existia história. A história incidia na relação do povo com o sangue, não no sangue. Esta conjugação do elemento dinâmico introduzido pela selecção rácica com o elemento estático constituído pela perenidade do sangue esclarece a hierarquia existente entre os dois termos do nacional-socialismo, a revolução e a ordem. O carácter eterno conferido ao sangue enquanto substrato fundamental de um povo representava o primado da ordem sobre a revolução provocada pela renovação das elites. Afinal, a atribuição a cada raça de

[37] E. Conte et al. (1995) 167 e segs.
[38] Id., ibid., 173 e segs.

características psicológicas definitivas indicava a constante imanência de um passado imutável. O passado era um tempo único, e sem espessura. A psicologia rácica foi o corolário da imanência macabra.

Ao discursar no congresso de Agosto de 1933, Hitler declarou que o nacional-socialismo «se tornará o partido daqueles que pertencem em espírito a uma certa raça»[39], e esta concepção devia ser familiar a muitos dos que o escutavam, pois encontrava-se já na obra de Houston Stewart Chamberlain[40]. Pertencer em espírito a uma raça era uma operação propriamente extraordinária, a não ser que a raça fosse espírito também, e para os vivos, votados ao sacrifício, o corpo se reduzisse a um mero acessório. Os SS asseguraram que esta participação espiritual adquirisse uma substância biológica graças à selecção minuciosa dos seus membros e a uma avaliação igualmente rígida das suas noivas, ou mediante a transferência forçada para o Reich daqueles vencidos em cujas veias ou cérebros parecia correr algum sangue nórdico, e ainda através do rapto sistemático de muitas dezenas de milhares de crianças eslavas que pareciam revelar no corpo um espírito nórdico, ou quem sabe se seria no espírito que mostravam o físico da raça.

Pelo espírito se pertencia a uma qualquer das raças, que determinavam os comportamentos, as aptidões, os processos mentais, os modelos de religião, as sensibilidades eróticas. Tanto fazia ir de trás para diante como de diante para trás, um dado físico era prova suficiente de que se pertencia a uma certa raça, mas à falta disso uma ideologia ou uma atitude psicológica revelavam a raça com não menos segurança. O drama da história ficou projectado para uma luta entre sombras, que assimilavam a si os vivos, e os devoravam.

10

Foi logo no começo da guerra civil, a 15 de Agosto de 1936, em Sevilha, na Festa da Assunção de Nossa Senhora, quando os nacionalistas celebravam publicamente a substituição da bandeira republicana pela monárquica, que o general Millán Astray pela primeira vez proclamou, em réplica a alguém que da assistência lhe interrompera o discurso

[39] Citado em id., ibid., 106.
[40] R. Cecil (1973) 100.

com um *Viva* ao seu nome – «Não quero Vivas para mim! Mas que todos gritem comigo, *Viva la muerte!*»[41].

Nem podia a Morte ter arranjado melhor emissário para celebrá-la entre os vivos. Em 8 de Setembro de 1832, na defesa da cidade do Porto, cercada pelos absolutistas, foi ferido um dos mais lúcidos e o mais corajoso dos liberais portugueses desse século, Bernardo de Sá Nogueira, o futuro Marquês de Sá da Bandeira, que ali perdeu o braço direito, junto ao chafariz dos Arrependidos, no Alto da Bandeira de Vila Nova. A um camarada de armas que o socorreu e procurou amparar-lhe o membro ensanguentado, o imperturbável político e militar observou: «Não lhe bula, que já não me pertence»[42]. A Millán Astray, quanto também dele próprio já não lhe pertencia! As guerras haviam-lhe levado uma perna, um olho, um braço, alguns dedos da mão que restava. Que redundância, aquele grito do general, pois não era ele a imagem viva da morte? Tão esfacelado assim, quando os outros generais combatiam e discursavam inteirinhos de corpo, decerto não fora um acaso. Millán Astray tinha a sedução da Morte, visitava-a em grandes fogos de artifício de aço e sangue, deixava-lhe parte de si, para consigo a trazer a ela. Era vivo e morto. *Viva la Muerte!*

Aonde o general ia levava a Morte, viva com ele. Estamos em 12 de Outubro de 1936, dia da Festa da Raça, na Universidade de Salamanca. Estão autoridades, está o bispo, está Millán Astray, preside o reitor, Unamuno. Cabe ao general discursar e ergue-se contra a cultura catalã e a basca, cancros que com o separatismo corroem a Espanha *Una,* a Espanha *Grande,* a Espanha *Libre,* e que o escalpelo do fascismo cortará do corpo da nação. Nada tinha isto de extraordinário. Pois não se festejava a Raça? Nenhuma outra havia a celebrar senão a castelhana, vitoriosa congregadora da península. Mas era basco o reitor e catalão o bispo, Unamuno levantou-se para falar. Que não iria responder, disse, ao insulto pessoal implícito nos ataques contra os dois povos. Era outra a razão a movê-lo, «um grito necrófilo e sem sentido», vindo do público quando vitoriava o general – *Viva a Morte!* E ele, proclamando-se filósofo que havia passado a vida a dar forma a paradoxos encolerizadores de tanta gente, ele, reivindicando a autoridade nesta matéria, negou-se a admitir aquele paradoxo supremo.

Pois não fora toda a sua obra de escritor e filósofo um persistente combate contra a morte, que reputava absurda? Para Unamuno o sentimento humano mais profundo é a ânsia de imortalidade, que não se resolve de maneira abstracta, pela fusão dos empenhos

[41] H. Thomas (1965) 348-349.
[42] H. P. Monteiro [s. d.] 17.

individuais nas grandes correntes históricas. É pessoal a imortalidade que se ambiciona e apenas o cristianismo a pode dar, uma religião investida pela crença não só na imortalidade do espírito, mas na ressureição final da própria carne. Perante a recusa da morte como um absurdo, a imortalidade consiste no desejo de fusão da alma individual com a esfera do divino. Que suprema injúria, então, gritar *Vivas* à morte perante alguém que se dedicara a negar a morte que há na vida. Este é o enredo aparente daquela cena tão conhecida. Mas se reflectirmos duas vezes, seria tão grande a contradição entre a ânsia de imortalidade tal como o filósofo a entedera e a sedução do fim tal como a proclamavam os barulhentos admiradores do general?

Estava velho, o velho Unamuno, com a pior das idades, a que não se vê nos resultados da sua própria obra. Ele, que tanto influenciara Ramiro Ledesma Ramos, o fundador do nacional-sindicalismo[43], ele, que em Fevereiro de 1935 oferecera a sua presença a um comício da Falange[44] e aceitara em sua casa a visita de José Antonio, recuando apenas perante o excessivo radicalismo das JONS[45]. A maior figura da *Generación del Noventa y Ocho,* dessa onda de pensadores e artistas que havia arrastado a elite espanhola para a modernidade liberal, não queria agora escutar no grito do general o eco de toda a cultura burguesa das ruínas, a mesma cultura em que encontrara a inspiração para os seus dilemas e os argumentos das suas soluções.

Unamuno passeara decerto – quem não passeava! – por jardins mais ou menos cuidados, povoados de gordas colunas truncadas e estátuas toscas sem sexo nem braços. Não eram relíquias escavadas da terra, retiradas de museus, mas obras recentes, feitas assim mesmo, originariamente partidas e escalavradas, ingénuas imitações do antigo. E o filósofo não reflectira nunca que este vocabulário obrigatório dos ócios citadinos e palacianos não preservava da morte nenhum passado, mas matava, no próprio momento em que eram criadas, obras do presente, que a todos anunciassem a vida desta cultura da morte. A banalização da mensagem assegura-lhe o êxito, que na esfera das ideologias é sempre silencioso. A arte das ruínas era comum demais para ser posta em causa e Unamuno nunca se chocara com ela, malgrado toda a sua ânsia pela imortalidade. O grito de Millán Astray incomodava-o agora por iluminar, com uma luz fria de pureza lunar, o que se havia mantido na indiferenciada penumbra. Unamuno não se aterrou por ouvir o outro, mas por lhe desvendarem o que mais absolutamente precisava de ignorar em si mesmo. Por isso, no seu

[43] H. R. Southworth (1967) 65.
[44] M. García Venero (1967) 64.
[45] S. G. Payne (1961) 50; H. R. Southworth (1967) 173.

curto e escandaloso discurso, teve de esquecer as imagens quotidianas das esculturas truncadas e concentrar-se num símbolo apenas. «O general Millán Astray é um aleijado. Digo-o sem nenhum sentido depreciativo. É um inválido de guerra. Também Cervantes o era. Infelizmente há demasiados inválidos na Espanha de hoje». Como a razão do filósofo lhe obedecia bem aos desejos! Os amputados vivos substituíam os de pedra. «É para mim doloroso pensar que o general Millán Astray possa ditar o modelo da psicologia de massas. Um aleijado a quem falta a grandeza espiritual de um Cervantes tem o hábito de procurar um ameaçador alívio provocando a mutilação em seu redor». É exacto. E bem dito. Não foi a coragem perante os outros que lhe faltou, mas perante si próprio, ao ignorar as tantas mutilações psicológicas, culturais, ideológicas que suscitara a insidiosa estética das ruínas.

Foi aqui que o especialista em gritos interrompeu o perito em paradoxos. «Abaixo a Inteligência!» E de novo – «Viva a Morte!» Difundira-se capilarmente por todo o fascismo uma frase reveladora: «Quando ouço a palavra "cultura" levo a mão ao meu revólver»[46]. Este exemplar de estilo apareceu primeiro numa peça em comemoração de Schlageter, o herói e mártir fascista da resistência contra a ocupação franco-belga do Ruhr, cuja memória havia na altura sido saudada por nacionais-socialistas e comunistas juntos. A frase teve êxito porque exprimia vigorosamente o desprezo dos fascistas pelas inépcias e temores da geração liberal e recordava que contra os sofismas da razão um tiro resolve as mais intrincadas questões. Já o Macedónio, com a espada, cortara o nó. Casando os dois gritos, o general esclareceu-os a ambos. A vida da Morte só podia ter lugar mediante a morte da Inteligência. Vitoriar a Morte era o mesmo que fazê-lo à Intuição, essa outra filha querida do pensamento burguês, gémea das ruínas manufacturadas. Também nisto nada havia de estranho, a não ser que o general fora irónico, decerto involuntariamente porque esta qualidade não costuma ser estimada pelos líricos da acção física. Mas apesar disso irónico, já que o primeiro ali a matar a inteligência pela negação da razão fora Unamuno, ele que, conhecedor de duas línguas mortas e quinze modernas, aprendera outra, o dinamarquês, só para ler o irracionalista Kierkegaard no original. Ele que encontrara a especificidade da cultura espanhola na preocupação com a imortalidade substancial, tão oposta às especulações científicas a que se devotava o resto da Europa. A Espanha irracional, porque ansiosa de imortalidade, vivia agora, plenamente irracionalista, nos vitupérios do general, que ao matar a razão libertava as forças da morte. Esquivando-se a recordar os domínios obscuros do instinto e da intuição que durante toda a sua carreira literária perscrutara, e esquecendo-se de colocar a ruína

[46] E. Nolte (1989) 333.

humana na rigorosa e legítima linhagem das de pedra, o filósofo rompera a cadeia das causas e dos efeitos que parece ser o único exercício da razão. Para não aceitar a conclusão lógica da sua própria cultura, Unamuno teve de dar ali mesmo por concluída a sua inteligência, no preciso momento em que ela se deparava com os frutos mais reveladores.

Por isso terminou o discurso na menos racional, porque mais infantil, das formas – o amuo. Falou do «templo do intelecto», disse que era o seu «sumo sacerdote». Tão velho aquilo tudo. E retirou-se, dignidade ofendida. Foi um escândalo, claro. Daí em diante o reitor da Universidade de Salamanca permaneceu em prisão domiciliária, para morrer dois meses e meio depois, no derradeiro dia de 1936, não da morte viva que o outro gritava, mas de uma morte morta[47]. Como o general amputado se devia ter divertido!

Divertiram-se outros também, os falangistas que ousaram celebrar o enterro de Unamuno apesar do seu ostracismo dos últimos tempos. Quem levaram aos ombros não foi o mestre, mas os ensinamentos que dele haviam extraído. «O enterro de Unamuno ocorreu à tarde. [...] a assistência era formada na maior parte por camisas azuis, e alguns falangistas levaram aos ombros o caixão. [...] E, após a ordem de formar e desfilar, ouviu-se a voz do falangista de Salamanca: – Miguel de Unamuno y Jugo... E a resposta, unânime: – Presente!»[48]. Contra o «grito necrófilo e sem sentido» desforrara-se afinal o velho professor, que os falangistas gritavam vivo quando acabava de morrer. Um era um vivo morto, o outro tornara-se um morto vivo. Haviam-se encontrado ambos na cultura comum.

[47] Para a descrição do incidente de 12 de Outubro de 1936 na Universidade de Salamanca, incluindo as citações, sigo H. Thomas (1965) 442-444. A análise do desejo de imortalidade enquanto problemática central da obra de Unamuno encontra-se em J. M. Valverde (1957) 201-211.

[48] M. García Venero (1967) 303.

VII

O FASCISMO PÓS-FASCISTA

O FASCISMO SEM NOME

1

Após a segunda guerra mundial a forma mais grave de fascismo tem sido a sua existência larvar. A vitória aliada não levou a uma crítica da ideologia fascista, mas à sua supressão material. Montou-se uma das mais colossais operações de censura. A literatura fascista desapareceu das livrarias e foi retirada de muitas bibliotecas, os filmes mais caracterizadamente, ou mais explicitamente, fascistas deixaram de ser exibidos em salas comerciais e só raras vezes as cinematecas os projectam[1], e muitas colecções de pintura e escultura de inspiração nazi continuam inacessíveis ao público[2]. Ao mesmo tempo, foi escamoteado das histórias de arte, das enciclopédias e das biografias correntes o empenho com que tantos artistas, entre os mais reputados de todas as vanguardas europeias, celebraram a prosápia mussoliniana. Com que cómica seriedade os pensadores e chefes políticos da actual democracia portuguesa promovem a santuário da consciência nacional os poetas e pintores do gupo do *Orfeu,* precisamente quem introduziu no país os temas do fascismo radical! E um grande número de personalidades intelectuais que pontificaram na França das décadas de cinquenta e sessenta deixou esbater-se no conveniente esquecimento o período formador das suas concepções, durante a década de trinta, quando eram movidos pelo militantismo plebeu de Doriot ou, mais sofisticadamente, frequentavam a tecnocracia inspirada por Marcel Déat.

Este processo generalizado de dissimulação ideológica correspondeu inteiramente aos interesses de tanta gente demasiado comprometida com os regimes fascistas, que procurava então fazer o mesmo com as suas próprias pessoas, forjar identidades falsas, esconder-se, passar despercebida, mudar de pele. Daí em diante numerosos estudiosos da política, e até historiadores, passaram a considerar que no fascismo teria prevalecido a prática, sendo secundária a ideologia, quando, pelo contrário, a especificidade do fascismo – ou o seu inigma – consistiu em ter subsumido a prática à ideologia. Quanto aos restantes

---

[1] Acerca da ocultação de que tem sido objecto o cinema do Terceiro Reich ver P. Cadars et al. (1972) 8, 307 e 314-316.

[2] Quanto às colecções de pintura nazi apreendidas pelas forças armadas norte-americanas ver B. Hinz (1980) viii.

especialistas, os que abordam o fascismo como um corpo de ideias, são tão pouco comuns os que não as desnaturam completamente, que mal reconhecemos algum traço da inspiração originária naqueles *travestis* de análise. Afinal, praticamente sem excepção têm alguma coisa a esconder, ou, pior ainda, a esquecer – a génese comum das ideias, quando não a própria convergência das actuações. Só alguns raríssimos autores, sentindo-se desvinculados de todas as formas de capitalismo, conseguiram proceder a uma crítica efectiva do fascismo e, ao mesmo tempo, à reconstituição do seu corpo ideológico original e da trama em que se inseriu. A crítica ao capitalismo é a condição da crítica ao fascismo.

É elucidativo observar que, do lado ocidental, aquelas medidas de censura foram inauguradas, ou pelo menos conduzidas, por forças conservadoras, as mesmas que até 1939 haviam defendido uma estratégia conciliatória relativamente à Alemanha hitleriana e que, com o começo da Guerra Fria, usaram antigos fascistas para melhor combater o comunismo de feição soviética. Para todos os que continuaram fiéis ao fascismo esta esponja passada publicamente sobre as suas ideias constituiu um incalculável benefício, permitindo-lhes reorganizarem-se na sombra e prosseguir depois as mesmas aspirações em novos termos e com novos temas. E a esquerda oficial, considerando progressivo tudo o que se apresentasse como um ataque ao fascismo, apoiou alegremente as medidas censórias e empenhou-se em aplicá-las por conta própria. Não era a primeira vez, não será a última, que as boas intenções aparentes da esquerda servem finalidades contrárias. Os dirigentes dos regimes soviéticos e os comités centrais dos Partidos Comunistas na oposição tinham de fazer esquecer que antes de inaugurarem a estratégia de Frentes Populares se haviam aliado na Alemanha aos nazis contra a social-democracia, que antes de se lançarem na Grande Guerra Patriótica em defesa da União Soviética tinham assinado com Ribbentrop o Pacto de Não-Agressão e feito o possível por sabotar o esforço militar aliado. Era tão necessário à esquerda ortodoxa apagar os traços da teia de confluências e interferências e sobreposições que levara ao aparecimento do nacional-bolchevismo e à criação de um espaço de difusão do fascismo, como o era aos conservadores obnubilar que o fascismo se incluíra legitimamente no âmbito do elitismo autoritário das democracias e que o racismo nazi tivera as suas raízes nas elucubrações linguísticas do romantismo germânico e nas teorias científicas de Darwin e de Galton.

Talvez nem tivesse passado uma década sobre o final da guerra, ainda estava viva e de boa saúde a esmagadora maioria dos que haviam participado nos conflitos sociais dos anos trinta e sobrevivido à carnificina da primeira metade da década seguinte, e já todos aparentemente tinham esquecido o conteúdo ideológico dos fascismos. O único defeito de Mussolini fora o de ter feito a guerra do lado errado e o imperdoável pecado de Hitler

consistira em ter levado demasiado longe a sua ideia fixa de exterminar os Judeus. Esta visão desnaturada dos acontecimentos foi o resultado mais caricatural daquela sistemática censura que obscureceu o considerável corpo ideológico dos fascismos. O seu resultado mais dramático foi a infiltração operada pelas ideias fascistas, tanto mais fácil quanto rarissimamente se apresentam hoje como tais. O fascismo ressurgirá, profetizou com notável candura um fascista francês de carregado *pedigree*, «com outro nome, outro rosto, e sem nada que revele a projecção do passado»[3]. Os próprios promotores destas renovadas correntes ideológicas ignoram frequentemente a tradição em que se inserem. Os grandes temas do fascismo, desarticulados do seu referencial mais explícito, penetraram todo o espectro de opiniões e comportamentos da sociedade contemporânea, não só da direita e da esquerda, mas mesmo daqueles, e são a maioria, que imaginam não professar nenhumas ideias políticas. E com efeito, nos seus termos estritos, essas ideias não são políticas, porque este é um fascismo sem nome. Mas não corresponderá ele, por isso mesmo, à essência do fascismo?

2

É uma curiosa aventura seguir na *Encyclopaedia Universalis* o registo do fascismo francês durante a segunda guerra mundial, e mais interessante ainda é apercebermo-nos do muito que ficou por mencionar. Começo pelo lugar mais óbvio, as rubricas referidas sob a epígrafe *«Collaboration»*[4]. Encontram-se indicados certos nomes significativos, e poderia supor-se que quanto a Doriot e a Déat, os dois chefes rivais do colaboracionismo mais extremo, o veredicto da enciclopédia fosse inapelável. Mas o texto é reticente, quando afirma, a respeito de Doriot, que «é difícil proceder a um juízo comedido a respeito de um percurso excessivo sob todos os pontos de vista», ou é mesmo ambíguo, atribuindo à «vontade de poder» do personagem a sua carreira como fascista e como colaboracionista[5]. O desejo de mandar, todavia, anima qualquer político, e não parece que um tão banal exercício de psicologia contribua em alguma coisa para explicar o motivo que levou um dos mais

[3] Maurice Bardèche, escrevendo em 1961, antologiado por R. Griffin (1995) 321.
[4] *Encyclopaedia Universalis, Thesaurus - Index*, 769.
[5] Id., ibid., 1051.

importantes e precoces dirigentes do Partido Comunista, e sem dúvida um dos mais populares, a fundar o maior partido fascista francês. O mesmo subterfugio é aplicado a propósito de Marcel Déat, pretendendo-se que «a sua instabilidade política, a sua ambição pessoal, tão cedo frustrada, desempenharam sem dúvida um papel considerável na determinação das suas escolhas políticas»[6]. Em ambos os casos a opção fascista decorre de traços de carácter, sem que haja qualquer reflexão sobre o cruzamento de tendências prevalecente no ambiente político da época, como se se tratasse de autores de diários íntimos, e não de chefes políticos de grande audiência. E assim o conluio com o ocupante nazi, remetido a figuras individualizadas, transforma-se numa questão a que teria permanecido alheia a generalidade do meio social do país.

Dos escritores franceses, apenas três aparecem mencionados no verbete *«Collaboration»*. Um deles, Jean Giono, foi, sob o ponto de vista que aqui me interessa, um personagem menor. Durante a guerra as suas oscilações entre uma colaboração moderada com as autoridades ocupantes e o distanciamento perante os aspectos mais extremos do fascismo foram partilhadas por vários outros escritores e artistas, além de muitíssimos cidadãos comuns. Também Cocteau, por exemplo, teve o seu namoro episódico com os representantes artísticos da Alemanha nacional-socialista, sem que a *Encyclopaedia Universalis* se preocupe com isso, já que passa em silêncio esta faceta de um homem tão multímodo[7]. Mas o autor do verbete acerca de Giono, em vez de tomar tal ambiguidade como reflexo da época, prefere absolver o escritor com o argumento de que o auxílio prestado a judeus, comunistas e outros resistentes o ilibaria da sua participação – que não foi menos real – na vida artística sob a tutela das autoridades nazis[8]. Na história, porém, as contradições não existem para que um termo apague o outro, mas para que ambos se esclareçam reciprocamente.

Os restantes romancistas invocados na enciclopédia são Céline e Lucien Rebatet. O caso de Céline pareceria indiscutível, desde a série de panfletos anti-semitas iniciada em 1936 até à prisão depois da guerra. E, no entanto, também aqui deparo com insuperáveis pudores. O autor do artigo, em vez de explicar a raiva manifestada por Céline contra os Judeus recordando a tradição anti-semita francesa, vigente naquela época tanto na direita como numa certa esquerda de pendor anarquizante, prefere relegá-la «para a esfera da psicopatia pura e simples»[9]. Porém, e por mais incómodo que isto possa ser para aguns dos

[6] Id., ibid., 938.
[7] Veja-se Ch. Doumet, «Cocteau (Jean)», em id., *Corpus,* vol. 6, 36-37.
[8] L. Fourcaut, «Giono (Jean)», em id., ibid., vol. 10, 472.
[9] Ph. Dulac, «Céline (Louis-Ferdinand)», em id., ibid., vol. 5, 166.

seus actuais admiradores, Céline esteve muito longe então de constituir um caso isolado e as suas páginas serviram de bandeira ao fascismo francês. «"Deixar-se enrabar pelos Judeus é a nova Alsácia-Lorena". Foi Céline quem o disse, o génio, o nosso único profeta, Louis-Ferdinand Bardamu, pai da Pátria. *Muy bien!*»[10], escrevia Rebatet durante a guerra, caloroso, entusiástico. Mas a enciclopédia dilui a teia compacta de uma cultura social na inexplicabilidade dos casos individuais.

Neste contexto as posições assumidas por Céline enquanto durou a ocupação nazi são apresentadas pelo seu biógrafo de uma maneira não só escandalosamente falsa como totalmente incoerente. Lemos que «nada prova, até agora, que o anti-semita Destouches [era este o verdadeiro nome do escritor] tivesse sido um autêntico colaboracionista»[11]. Os chefes do nacional-socialismo, que decerto não possuíam todos os segredos da enciclopédia, ignoravam candidamente que Céline não seria «um autêntico colaboracionista», pois ele contava-se entre as personalidades que Rosenberg convidara para o congresso anti-semita convocado para 1944 em Cracóvia, e cancelado aliás por decisão do Führer[12]. Embora fiquemos sem saber o que seria um colaboracionista «não autêntico», são abundantes os testemunhos acerca das ideias defendidas pelo escritor durante a ocupação nazi. Lucien Rebatet, admirador entusiástico do Führer e um dos mais audíveis porta-vozes na campanha de apoio ao Reich, depois de imaginar com horror que se o exército francês tivesse resistido alguns meses mais em 1940 o bolchevismo e os judeus norte-americanos teriam possivelmente entrado em campanha e superado então uma França e uma Alemanha exangues, recorda: «Uma noite, durante aquele Inverno, à luz de candeeiro, num Montmartre coberto de neve, eu conversava com Céline a este respeito, e o admirável visionário ampliava ainda o quadro. As divisões de pretos americanos e as divisões kalmuks[13] espalhavam-se pela Europa. Entre as suas hordas pululavam Judeus. Em breve haveria milhões de mestiços, o sonho dos Judeus, todo o Ocidente a assemelhar-se aos Judeus, a raça branca condenada à morte. Não há dúvida, toda uma raça pode depender assim de alguns fios do destino [...]»[14]. Este mesmo Céline – que, apesar de «único profeta» e «admirável visionário» para os fascistas, não seria um «colaboracionista autêntico» –

---

[10] L. Rebatet (1942) 249.

[11] Ph. Dulac, «Céline (Louis-Ferdinand)», em *Encyclopaedia Universalis, Corpus,* vol. 5, 166.

[12] R. Cecil (1973) 226.

[13] Os Kalmyks são um povo de origem mongol, que havia emigrado para a região do Mar Cáspio, onde o poder soviético lhes concedeu autonomia administrativa em 1920 e, em 1936, os reconheceu como república, incluída na Federação Russa. O que dá à história algum picante é o facto de este povo, escolhido por Céline para ilustrar a barbárie soviética, ter sido acusado por Stalin de colaboração com os invasores alemães, sendo a sua república suprimida em 1944, para ser restabelecida apenas em 1958.

[14] L. Rebatet (1942) 622.

vêmo-lo depois, em 1944, pelas artes do seu engenhoso biógrafo, «consciente da derrota iminente da Alemanha e dos perigos que o ameaçam», a atravessar o território germânico numa tentativa frustrada de alcançar a Dinamarca[15], pensando decerto que estaria livre no Reich das hordas de negros americanos, das hostes de mongóis bolchevistas e da proliferação de judeus universais, e imune também, muito mais imediatamente, aos incómodos que o aguardariam numa Paris libertada. Acabou afinal por se juntar em Sigmaringen a Pétain e aos demais notáveis do colaboracionismo francês, naquela absurda corte do crepúsculo, de que nos deixou um retrato inestimável em *D'un Château l'autre*.

Ao menos quanto a Rebatet, autor de *Les Décombres,* o maior sucesso de livraria durante a ocupação, e que animou o último reduto dos intransigentes do colaboracionismo no principal jornal pró-nazi de Paris, o *Je Suis Partout,* poderia julgar-se que nem todas as boas, ou más, intenções da enciclopédia conseguiriam atenuar as posições políticas do escritor. E, no entanto, como as arestas foram polidas! «Colaboracionista tão contrário a Vichy como anticlerical, esteve muito ligado aos meios alemães cultivados»[16]. Porque é necessário distinguir, havia nazis e nazis, não confundamos – e não será estimável a colaboração entre gente culta? Já o abjecto irmão bastardo de Ivan Karamazov percorrera os caminhos sinuosos da tentação segredando que «é um prazer falar com pessoas inteligentes». Aliás, é estranho que *Gringoire* seja o único órgão de imprensa mencionado sob a epígrafe genérica de *«Collaboration»,* não sendo menos curioso que o artigo dedicado a Lucien Rebatet não recorde a sua participação decisiva no *Je Suis Partout* durante o período da ocupação.

Deparo com outras lacunas bizarras. Entre os romancistas, estão ausentes da rubrica *«Collaboration»* quase todos aqueles que, no entanto, os próprios artigos da enciclopédia dedicados ao *Je Suis Partout* e ao *Gringoire* mencionam relativamente aos anos da guerra. Um véu discreto contribui assim para cobrir nomes conhecidos como La Varende, Marcel Aymé, René Barjavel, Morvan Lebesque, Henri Béraud, que participaram muito activamente nos órgãos mais reputados do colaboracionismo. Para melhor apagar os traços, o artigo dedicado a Marcel Aymé não diz palavra acerca da sua contribuição no *Je Suis Partout,* nem mesmo refere as posições que tomou durante a ocupação nazi[17]. Mais significativo ainda é o facto de Pierre Drieu La Rochelle e Robert Brasillach não se encontrarem invocados a propósito da *«Collaboration»*. O artigo acerca de Brasillach é

[15] Ph. Dulac, «Céline (Louis-Ferdinand)», em *Encyclopaedia Universalis, Corpus,* vol. 5, 166-167.
[16] *Encyclopaedia Universalis, Thesaurus - Index,* 2924.
[17] J. Bens, «Aymé (Marcel)», em id., *Corpus,* vol. 3, 675-676.

bastante curioso, sublinhando as diferenças entre o seu «fascismo francês» e o nacional-socialismo alemão. E, depois de indicar que o escritor aceitou do regime de Vichy a nomeação para o cargo de comissário geral do Cinema, a enciclopédia esclarece que, «entrando rapidamente em desacordo com as autoridades alemãs, ele demitiu-se passados dois meses, para chefiar em 1941 o *Je Suis Partout* – semanário de tendência fascista – que abandonou dois anos mais tarde»[18]. Redigido assim, parece que o apoio prestado por Brasillach às autoridades nazis teria sido um acidente de percurso, quando na realidade ele dirigiu, não um mero jornal «de tendência fascista», mas o órgão mais significativo do colaboracionismo. Por seu turno, o autor do artigo sobre Drieu recorda o que todos sabem, a sedução do romancista pelo fascismo, para invocar em seguida um segredo que se pretende redentor. «Depois da derrota de 1940 ele aderiu [...] à colaboração franco-alemã, mas o que é menos conhecido é a decepção e o nojo que depressa lhe inspiraram Hitler, a política de Pétain e o seu próprio papel»[19]. Como sempre, as contradições bem reais entre modalidades diversas do fascismo são desnaturadas e ficam reduzidas a conflitos íntimos. Neste tipo de análises a psicologia funciona enquanto alibi da política. Como se tudo o que se passasse dentro da cabeça das pessoas não se passasse, por isso mesmo, fora delas.

Alfred Cortot, um dos mais ilustres pianistas do seu tempo, e mesmo de todos os tempos, foi igualmente poupado à lista do opróbrio, já que ao aceitar o convite do regime de Vichy para ocupar altos cargos burocráticos na esfera das artes e ao tocar sob a égide das autoridades alemãs ele estaria a dar provas de «uma fidelidade artística que, cega às realidades da época, permanece presa às ilusões de um velho sonho humanista»[20]. Que o humanismo da cultura burguesa liberal tivesse sido uma das vias a contribuir para a formação dos fascismos, isso não deixa de ser certo, mas o colaborador da *Encyclopaedia Universalis* é isento de ironia, e o que ele pretende dizer, afinal, é simplesmente que o músico se enganou. Outros se iludiram como ele, muitos e muitos, por razões igualmente nobres, decerto, porque bons motivos existem sempre com abundância. E como não, já que nos salões de Otto Abetz, embaixador da Alemanha em Paris e um dos principais artífices da política de colaboração, se reunia a fina flor do bom gosto. Estava-se entre *gens d'esprit*.

Que sucedeu, afinal, a estes personagens, aos ilustres e aos menos ilustres? Uma das rubricas mencionadas sob a epígrafe *«Collaboration»* diz respeito à *«Épuration (1944-1945)»*, ou seja, a perseguição judiciária dos acusados de pactuar com o ocupante. Leio aí

[18] Id., *Thesaurus - Index*, 495.
[19] D. Fernandez, «Drieu La Rochelle (Pierre)», em id., *Corpus*, vol. 7, 682.
[20] Id., *Thesaurus - Index*, 854.

que «numerosos jornalistas e escritores foram condenados à morte: Georges Suarez, Robert Brasillach, Henri Béraud, Jean Luchaire, Lucien Rebatet»[21]. Mas a enciclopédia omite que, se Suarez e Brasillach foram efectivamente fuzilados, Béraud morreu em 1958 e Rebatet em 1972. A censura posterior à guerra, além de servir para ocultar a presença dos temas ideológicos fascistas, contribuiu também, sempre que os ideólogos foram poupados a incómodos irreversíveis, para lhes assegurar afinal uma sobrevivência tranquila, discreta ou disfarçada, consoante os gostos.

Em vez de ajudarem a esclarecer as relações entre o fascismo francês e o ocupante nacional-socialista, as páginas da *Encyclopaedia Universalis* têm, pelo contrário, de ser objecto de uma verdadeira arqueologia do saber político, capaz de encontrar vestígios sob os traços apagados.

3

A forma como o Estado Amplo se desenvolveu nas últimas décadas não correspondeu a uma liquidação das ideologias, nem sequer a uma atenuação do vigor da instância ideológica, como tantas vezes se pretende. O que na realidade sucedeu foi uma deslocação do lugar da ideologia e uma profunda alteração dos meios e agentes da sua formulação, e é isto que não conseguem entender muitos especialistas da cultura, que como habitualmente confundem conceitos com ideias feitas e, sendo portanto incapazes de abrir os olhos à novidade, consideram qualquer renovação como uma catástrofe. A estes historiadores e comentadores falta sempre metade do quadro, vêem o que desapareceu e nunca o que surgiu, porque só sabem procurar o velho.

Ao alargarem o âmbito da soberania que já exerciam sobre a sociedade em geral e ao transnacionalizarem as suas operações, as grandes empresas deixaram sem qualquer possível conteúdo real os mitos da nação. As teias tradicionais de falsas lealdades e verdadeiras submissões ou passam hoje a projectar-se em nacionalismos de dimensões tão microscópicas que são na verdade regionalismos, quando não quase bairrismos, ou começam a adquirir como nova substância o quotidiano da empresa, e é esta segunda

[21] Id., ibid., 1175.

alternativa que se configura actualmente como a mais importante. Para que isto suceda é necessária uma profunda transmutação de valores. Todo o nacionalismo tivera uma referência territorial, claramente demarcável com fronteiras precisas, e a apologia da violência política tomara sempre como objecto das suas ambições o aparelho de Estado clássico, definido como uma instituição exterior à restante vida social e económica. Este panorama foi completamente modificado quando as empresas transnacionais passaram a assumir a condução das variadíssimas esferas da sociedade. Por um lado, as fidelidades deixaram de obedecer a qualquer quadro geográfico e o seu objecto tornou-se tão fluído como os próprios movimentos do capital. Os novos meios de comunicação e de divulgação ideológica, os vídeos, a televisão por satélite, a internet e outras inovações do mesmo tipo explicam-se neste contexto, e ao mesmo tempo ampliam as suas consequências. Por outro lado, as principais manifestações de violência e de opressão confundiram-se com a própria disciplina do trabalho, a tal ponto que a organização das actividades produtivas é simultaneamente uma forma de vigilância, de avaliação e de castigo. O desenvolvimento da tecnologia electrónica foi condicionado pelas novas circunstâncias impostas à força de trabalho, permitindo simultaneamente agravar tais condições de laboração. Pela primeira vez na história o gesto de trabalhar se uniu ao acto de vigilância, fazendo com que exploração e opressão se tivessem fundido num quadro único. Estamos ainda muito longe de nos darmos conta de todas as implicações desta situação.

Numa vida política tão profundamente alterada, é inevitável que as concepções fundamentais do fascismo tenham abandonado os sistemas ideológicos em que se inseriram e que haviam servido para defini-las, e passem a vigorar com outro aspecto e diferentes conotações nos sistemas de administração de empresa. É aí, nas novas modalidades assumidas pela disciplina do trabalho, na nova autoridade que as grandes empresas conquistaram em todas as facetas da vida social, nas novas redes de um poder sempre mutável e fluído, adaptado aos movimentos permanentes do capital, aos seus choques e recomposições, é em toda esta nova trama de relações que o fascismo, enquanto concepção e prática política, se conseguiu reencarnar. Quem quiser estudar o fascismo actual não pode prender a atenção em miseráveis grupúsculos de paranóicos nostálgicos. Devemos partir da constatação de que o Estado Amplo é hoje o principal lugar do poder e de que é na administração de empresa que a política se exerce no sentido mais pleno.

Nestas novas condições o fascismo tem permanecido anónimo, porque não foi objecto de conceitos que permitam caracterizá-lo. Todavia, temos de reconhecer que uma boa parte do esforço ideológico do Estado Amplo consiste em negar que ele tenha qualquer

ideologia, ou mesmo qualquer realidade. A anonimidade é um dos traços ideológicos decisivos dos grandes temas do fascismo contemporâneo. Reconhecer-lhe a existência é a condição de qualquer crítica e, na cegueira generalizada em que nos encontramos, não deixa de ser um gesto ousado.

ECOLOGIA DA TERRA E SANGUE

1

O mais elucidativo nas ideologias ecológicas, como geralmente em todas as formas de pensamento, são os pressupostos. Todos os ecológicos admitem, implicitamente quando não o fazem explicitamente, dois axiomas fundamentais – o mito da natureza e o mito das raízes.

A ideia de que a civilização industrial rompeu o equilíbrio da natureza baseia-se, como não é difícil entender, na suposição de que esse equilíbrio tivesse alguma vez existido. Não parece incomodar muito os ecológicos o facto de a actividade científica contemporânea, tanto na física como na química e na biologia, adoptar como modelo o desequilíbrio e o restabelecimento de um equilíbrio sempre precário, concebido por sua vez em termos de novo desequilíbrio. A importância assumida desde a revolução quântica pelo conceito de energia, e as repercussões que este conceito tem tido em todos os demais domínios do pensamento, quer nas ciências da natureza quer nas ciências humanas, ilustram as consequências inerentes ao postulado do desequilíbrio. A energia é, ao mesmo tempo, a emanação do desequilíbrio e a condição para o estabelecimento de um patamar de equilíbrio provisório, ele mesmo internamente desequilibrado.

Ao postularem o equilíbrio, e ao demonizarem a indústria por haver introduzido o desequilíbrio, os ecológicos retomam a perspectiva da Física Ariana e da sua visão romântica da natureza. O aspecto talvez fundamental na crítica que Lenard, Stark e os seus seguidores fizeram à física quântica, acusando-a de cosmopolita e, por isso, judaica, dizia respeito aos métodos de experimentação. Contra as técnicas de experimentação dedutivas e inteiramente abstractas introduzidas por Einstein, ou que ele pelo menos elevou a níveis nunca antes alcançados, os partidários da Física Ariana pretendiam que o cientista se colocasse inicialmente em comunhão com a natureza e, a partir daí, como que refizesse no seu cérebro os percursos da natureza. De um lado temos a dissecação mediante o uso da análise e a definição das leis em termos próprios ao cientista, pondo-se inteiramente de lado a preocupação de repetir os processos naturais, considerados agora não só exteriores à actividade científica, mas propriamente incognoscíveis. Do outro lado, a intuição de uma síntese era tida como prévia à formulação de quaisquer análises e a acção do cientista devia

preservar a pretendida unidade natural, em vez de a fraccionar e desarticular mediante a inteligência. Enquanto para a postura inaugurada pela física quântica a natureza se destina apenas a ser desestruturada, e a sua reconstituição numa nova estrutura ocorre no plano exclusivamente intelectual, para os sectários da Física Ariana a natureza era uma mãe inviolável e quem quisesse conhecer-lhe os segredos tinha de regressar ao ventre materno. Uns são os destruidores do mito da natureza, os outros eram os seus sumos sacerdotes.

O que sustentava esta dicotomia era uma profunda divergência quanto à concepção de tradição. Para a Física Ariana a natureza era uma mãe eterna e eternos eram os seus mistérios, independentes do frenesi humano. Partindo de uma comunhão com a natureza, o cientista colocar-se-ia no ponto central de toda a tradição, no fundamento mais sólido das pretensas imutabilidades. E é precisamente uma postura do mesmo tipo que adoptam hoje os ecológicos. Conceber a natureza como caracterizada por um estado originário de equilíbrio e remeter para ela os postulados genéricos de todos os demais equilíbrios é procurar aí a justificação de ilusórias harmonias sociais e, portanto, é alienar da sociedade os seus modos de funcionamento. A naturalização constitui a forma suprema de reificação. A partir do momento em que um dado padrão de ordem é apresentado como natural ele torna-se eterno e indiscutível. A aceitação do mito da natureza corresponde ao triunfo absoluto da tradição.

Porque, com efeito, a natureza é um mito. Quando o filósofo grego definia o homem como um animal social estava realmente a defini-lo como um ser antinatural. A todos os desequilíbrios da natureza devemos somar mais um, o da acção social, que, sendo sempre contraditória, só pode entender-se como um desequilíbrio determinante de desequilíbrios. Não existe natureza senão como objecto da acção humana. Se definisse a natureza, fá-lo-ia exactamente com os termos da *coisa em si* kantiana, ou seja, daquilo que é exterior à acção humana e portanto é impensável, porque o homem só pensa e conhece a sua própria actuação.

Todas as novas tecnologias, enquanto materialização de dados sistemas de relacionamento social, surgiram não só para solucionar desequilíbrios humanos, criando desequilíbrios novos, mas igualmente para resolver desequilíbrios mais ou menos agudos resultantes da apropriação social da natureza, e para inaugurar formas de desequilíbrio inovadoras. A civilização industrial limitou-se, inicialmente, a resolver os desequilíbrios insustentáveis que haviam resultado das tecnologias anteriores e das formas de exploração que a precederam, e a partir de então tem encontrado resposta aos novos desequilíbrios que ela própria criou, avançando para modalidades novamente contraditórias e, por isso,

desequilibradas. Nem sequer se deve julgar que a civilização industrial atingiu uma potencialidade destruidora superior. Bem pelo contrário, pode definir-se como regra que, quanto mais rudimentares forem os meios técnicos empregues por uma sociedade, tanto mais vastas serão as repercussões da sua acção sobre a natureza, por comparação com os resultados obtidos em termos de produção material. Os grupos sociais nómadas que usavam instrumentos de pedra não os aguçavam de novo quando o gume estava embotado, mas punham-nos de lado e talhavam outros instrumentos. Em prazos muitíssimo breves, pequenos agrupamentos humanos conseguiam esgotar completamente pedreiras consideráveis, estabelecendo-se então junto a outra fonte de abastecimento, até que a tivessem consumido também, e assim sucessivamente. Em pouco tempo se produzia a depredação de enormes territórios. Podia somar interminavelmente exemplos, todos eles demonstrativos de uma regra única, a de que, proporcionalmente ao nível de produção pretendido, as tecnologias mais toscas são as que ocasionam efeitos secundários mais consideráveis e que perturbam áreas mais vastas. O mito da natureza é inseparável do mito do bom selvagem, em harmonia com o meio circundante.

A própria concepção de selvagem, elaborada por uma sociedade europeia possuidora já de algumas técnicas de produção bastante avançadas, resultou de uma significativa distorção da capacidade de observação dos navegantes e colonizadores, que não conseguiam ver a considerável sofisticação das técnicas próprias daquela humanidade que abordavam pela primeira vez. Procurando nos outros apenas aquilo que eles mesmos possuíam, os Europeus chegaram, evidentemente, à conclusão de que os outros nada tinham, ou muito pouco. Difundiu-se assim, para o bem e para o mal, a noção da existência de pessoas em comunhão com a natureza, em vez de se entender que essas pessoas actuavam também sobre a natureza, destruíam-na e recriavam-na em moldes sem dúvida diferentes dos Europeus, mas nem por isso menos carregados de consequências.

O mito do bom selvagem, no entanto, continuado por numerosos antropólogos que curiosamente, no panorama político actual, se apresentam como progressivos, tem sido indispensável para transportar para o âmbito social as implicações conservadoras do mito da natureza. Se a terra, mãe comum, é a fonte inesgotável de uma tradição perene e imutável, então os homens pretensamente desprovidos de técnica são os actores de uma vida exemplar. Os racistas europeus da segunda metade do século XIX e do século XX introduziram uma alteração neste mito, entronizando como modelo da tradição não a gente de outras peles e outros narizes, mas aquela parte da população europeia que havia sido relegada para o emprego de instrumentos considerados arcaicos. Pouco importava,

evidentemente, a estes entusiastas da tradição que desde as pesquisas de Lefebvre des Noëttes e depois, noutra perspectiva, de Marc Bloch e dos seus seguidores, se soubesse que as técnicas rurais, longe de se manterem imutáveis, haviam desde sempre vindo a sofrer numerosas adaptações e mesmo, por vezes, remodelações muitíssimo profundas e relativamente rápidas. É de mitos que aqui se trata, e esses são tanto mais sólidos quanto mais cegamente resistem às demonstrações que os invalidam. Seria uma grande ingenuidade imaginar que o exercício da crítica contribui para pôr em causa os mitos alheios. Pelo contrário, reforça nos outros a solidez das convicções. Se a fé é cega, parece que a cegueira é a condição prévia das crenças irracionais. Os camponeses europeus foram considerados pelos racistas como estando imemorialmente apegados a técnicas que, por comparação com as velocíssimas mutações difundidas na indústria, eram apresentadas como neutras, efectivamente não-técnicas. Criou-se assim o mito da harmonia do camponês com a natureza ou, em termos mais drásticos e exactos, da própria integração do camponês na natureza, enquanto elemento natural. Cultivador de raízes, ele mesmo seria uma raíz, fundamente implantada na terra mãe. Mas que sedução podem os contemporâneos da sociedade industrial encontrar nesta ficção idílica de um mundo rural imutável?

Perante as alterações profundas suscitadas permanentemente pelo capitalismo moderno, a constituição de novas classes dominantes e a precipitação das antigas no esquecimento, a renovação das elites através da mobilidade social, a ameaça obscura e difusa de revoltas e perturbações de um novo tipo, face a todo um mundo de intimidantes inovações, a calma rural parecia conter lições de humildade, de modéstia e de respeito. O capitalismo é o único modo de produção a exigir a instabilidade, quando todos os outros regimes pressupuseram a conservação do existente como condição de funcionamento. Só o capitalismo não pode funcionar sem permanentes crises económicas sectoriais e regionais, sem a ininterrupta adaptação a novas técnicas e novos sistemas organizativos, sem que estejam sempre a ser lançadas no desemprego massas de trabalhadores enquanto outros são absorvidos por novos ramos de actividade, sem a contínua deslocação de volumes muito consideráveis de capital e a migração de enormes vagas humanas. Mas um modo de produção que, para assegurar a vitalidade dos seus fundamentos, não pára de pôr em causa as suas formas episódicas e de substituí-las por outras parece correr um risco grave. Será que os explorados, educados para considerarem a mutabilidade de todos os meios de vida e de todas as condições de existência, acabarão afinal por admitir a precaridade do próprio regime de exploração? Foi neste quadro que surgiu a necessidade do mito da estabilidade rural.

Não poderemos entender esse mito sem nos apercebermos de que ele existe a um nível estritamente ideológico, sem nunca se ter realizado em modalidades económicas ou sequer sociais. Foram regimes promotores da industrialização, ou mesmo francamente tecnocráticos, a propor a pretensa harmonia camponesa como padrão de comportamento geral. Enraizar a ordem e a obediência às hierarquias numa sociedade em mudança contínua, conseguir o milagre de enxertar a estabilidade dos modos de vida e de pensamento sem comprometer a necessária instabilidade da economia e os ritmos acelerados da produção – eis a ambição de quem promove o mito do campesinato e das suas raízes.

Este paradoxo caracterizou sem excepção todos os tipos de fascismo, que sempre fizeram a industrialização ser acompanhada pela romantização do mundo rural. A regra era, até, que quanto mais uma se desenvolvia no plano económico e social, tanto mais se afirmava a outra na esfera ideológica. Por isso o país fascista que possuía a infra-estrutura mais avançada e as técnicas produtivas mais inovadoras foi também aquele onde o mito camponês atingiu as proporções mais delirantes. Quem observe a pintura executada no Terceiro Reich e promovida pelo gosto oficial tem de fazer um verdadeiro esforço para recordar que se estava numa das nações mais industrializadas do mundo e que o nazismo fora posto no poder para atingir taxas superiores de crescimento económico. Não só a indústria era geralmente excluída da representação pictórica, identificando-se o mundo do trabalho com o meio rural, mas além disso os próprios camponeses eram mostrados a manejar apenas instrumentos arcaicos, nunca usando a maquinaria agrícola, sem a qual a exploração dos campos teria sido impossível numa economia moderna[1]. Se bastava o lugar ocupado pelo campesinato na pintura do Terceiro Reich para mitificar a sociedade da época, a forma como o camponês era figurado constituía uma mitificação suplementar. Tratava-se aqui estritamente de processos ideológicos. Ter-se-á hoje esquecido que «Sangue e Terra», o lema que existe em filigrana em todas as correntes ecológicas, foi adoptado como padrão da sua política por Walter Darré, o Führer dos Camponeses do Reich? «Sangue e Terra» – as raízes da raça assentando na imutabilidade dos ciclos da sementeira e da colheita, o solo regado pelo sangue dos antecessores alimentando por seu turno as novas gerações com a memória do passado, a estabilidade mítica da natureza inspirando a ordem perene do Reich dos Mil Anos, a obediência à hierarquia apresentando-se como um fenómeno natural, tal como os elementos da natureza se sujeitam às suas próprias leis, a tradição remetida para os

[1] B. Hinz (1980) 110.

ritmos invioláveis da terra mãe, tudo isto atingiu um nível superior de formulação na ideologia nacional-socialista.

E tudo isso constitui hoje o quadro último de referências do pensamento ecológico. Nas décadas de 1920 e de 1930 ninguém ignorava o contexto em que era invocado o mito das raízes. Tratava-se de afirmar, contra o internacionalismo e o cosmopolitismo, a necessidade de inscrever imutavelmente as pessoas num território e num Estado, ou numa raça. O internacionalismo político dos trabalhadores era visto, não sem razão, como uma consequência perigosa decorrente da internacionalização do capital. E o capital cosmopolita era considerado, com razão também, como uma ameaça aos grupos económicos de âmbito estritamente nacional. Ambos estes processos eram denegridos pelo fascismo, e foram conceptualizados pelo racismo nacional-socialista como expressões do Judaísmo. Na sua génese ideológica, a afirmação do mito das raízes foi uma das condições da tentativa de exterminar o judeu errante. Entre o culto da natureza, enquanto apologia da autoridade e da tradição, e a invocação das raízes, enquanto justificação do massacre rácico, a ecologia contemporânea encontra o seu quadro inspirador.

RITUAIS DE VIOLÊNCIA

1

Não é todos os dias que se encontra alguém capaz de raciocinar criticamente no jornalismo, uma profissão que tem como objectivo a apresentação superficial de acontecimentos secundários isolados do contexto. Marcelo Coelho destaca-se como uma excepção.

«[...] o Rock in Rio aparece em todos os seus detalhes, em todos os seus gritos, em suas convulsões, em sua espetacularidade agressiva, sua feiúra deliberada, sua monstruosidade, seu entusiasmo, sua violência, seu grotesco. [...] Vê-se um sujeitinho fantasiado, afetando o mais profundo mau humor, que vocifera para a massa. Mais de cem mil jovens, em acesso histérico, respondem em coro a gritos que não entenderam direito. Agitam os braços. Vivem o prazer obscuro de estar em multidão: sentem-se, ao mesmo tempo, fortes e submissos. [...] Vociferação, gritos, cara feita, dureza (o ritmo da bateria é selvagem, implacável, monótono), agressividade, delírio de massas: só me ocorre uma comparação. É com o fascismo. Pouco importa se os cantores de rock falam contra a guerra, se Woodstock e os hippies etc. etc. Os milhares de jovens que estavam no Rock in Rio detestam a guerra, gostam do verde, querem "liberdade" e "amor", tudo isso é conhecido e exaltado. Não é o fundamental. Assim como, no jogo de "paint-ball", o pacato cidadão sente os prazeres e as emoções da guerra sem usar balas de verdade, esses shows de rock gigantescos oferecem à massa um fascismo sem problemas e maiores consequências. É o fascismo intransitivo, é a manifestação fascista sem ideologia fascista, é o fascismo da paz e do amor, mas é fascismo, é a quintessência juvenil, "alegre", "energética" do fascismo. Desrecalque, liberação de energias agressivas, gosto pela uniformidade [...], fascínio pela figura, pelos gritos, pela dureza antipática do líder: sem dúvida, foi isto o que atraiu muita gente para o fascismo nas décadas de 20 e 30. O perfil psicológico da massa e os problemas políticos e sociais da época podem ter mudado. Mas as necessidades mais "puras", não obrigatoriamente criminosas, do fascismo persistem. O rock as atende. [...] Perdeu-se o culto à disciplina e à autoridade, tão característicos da personalidade reprimida e mesquinha do fascista. Não há mais um fanatismo ideológico e político. Sobrou, contudo, um enorme potencial de agressividade e uma enorme frustração. Sobrou acima de tudo um medo

característico da sociedade de massas: o medo de ficar sozinho. É isso o que se exorciza num show de rock. [...] Quando a platéia delira diante de um tipo antipático e mal-encarado, está cultuando também a autoridade; digamos, antes a estética da autoridade que a autoridade em si. [...] Mas, se tudo isso é verdade, só se pode concluir que o "rock" é o menor dos males. Libera de modo inócuo uma selvageria que, no fascismo, encontrou formas incomparavelmente mais violentas e diabólicas de manifestação. [...] Tornando-se inócuo, "estético", abstrato, todo um potencial de energia bárbara, de monstruosidade grotesca, de agressão dionisíaca se libera sem que ninguém morra devido a isso»[1].

Decerto o público não sai de um espectáculo de rock convertido em esquadrão da morte, nem os músicos, para assim lhes chamar, fundam campos de concentração. Mas esta «manifestação fascista sem ideologia fascista», como tão bem a caracteriza o jornalista, é um elemento numa trama muito vasta. Se se trata de «um fascismo sem problemas e maiores consequências», isso não se pode saber apreciando só a plateia do rock, mas definindo a sua função na sociedade em geral. A «estética da autoridade» não reforça menos o poder do que o fez a autoridade explícita. E a estética apolítica da violência não se mostra menos violenta do que o fascismo enquanto doutrina de estética política.

2

Nas bancadas dos estádios de futebol e pelas ruas das cidades onde decorrem as competições, sobretudo antes e depois do jogo, os bandos de apoiantes de uma e outra equipa entregam-se em muitos países a rituais de violência que nas formas de organização e nas tácticas empregues não diferem das agressões levadas a cabo pelos agrupamentos fascistas entre as duas guerras mundiais. Mas esta hebdomadária violência dos nossos tempos reduz-se frequentemente a uma acção e a uma sensação – sem ideologia. E não se define assim mesmo a fruição estética?

Um jornalista seduzido por estas manifestações e dividido entre a participação e a reflexão relata candidamente o que sente quando se entrega, em comunhão perfeita com os demais energúmenos, ao bailado do murro, do pontapé, da facada e da barra de ferro.

[1] M. Coelho (1991).

Justifica-se primeiro, a ele e aos outros, com o tédio de uma vida bem regrada, de ter horas para as coisas e locais para as fazer. A ordem quotidiana é-lhe, decerto, querida e indispensável. «Mas eu vejo-a também como um peso, como uma barreira, um obstáculo, que me separa de algo que não conheço ou não compreendo. [...] E eu sinto-me atraído pelos momentos em que ela desaparece, mesmo que de maneira breve, sobretudo de maneira breve [...] sinto-me pressionado, *excitado,* por aquilo que encontro do outro lado. [...] Nunca experimentei um entusiasmo maior. [...] experiências exaltantes que pela sua intensidade, o seu risco, a sua ameaça de auto-imolação excluem a possibilidade de qualquer outro pensamento que não seja a própria experiência, incineram a autoconsciência, transcendem (ou obliteram?) o nosso sentido do pessoal, da individualidade [...] Que experiências são estas? Há tão poucas, e são tão intoleráveis! O êxtase religioso. O excesso sexual (insistente, impiedoso). A dor (provocá-la, sofrê-la) – uma dor tão grande que é impossível experimentar nada mais senão a dor, a dor enquanto sensação absoluta. O fogo posto. Certas drogas. A violência criminosa. Fazer parte de uma multidão. E – melhor ainda – fazer parte de uma multidão num acto de violência. É o nada que aí se encontra. O nada na sua beleza, na sua simplicidade, na sua pureza niilista. [... ... ...] Sinto-me atraído pelo instante em que a consciência se extingue, os instantes de sobrevivência, de intensidade animal, de violência, quando não há multiplicidade, não há potencial para diferentes níveis de pensamento, que se resume a um só – o presente no seu absoluto. A violência é uma das experiências que se vivem de maneira mais intensa e, para quem for capaz de se lhe entregar plenamente, é um dos prazeres mais intensos. [...] Eu sentia-me [...] literalmente a flutuar no ar. [...] Compreendo muito bem as palavras que eles usam para descrevê-la, quando dizem que a violência de multidões é para eles uma droga. E para mim o que era? Uma experiência absolutamente completa»[2].

Serão ecos do *Me ne frego* mussoliniano e daquele outro niilismo, dos SS, «puro» também, como o gelo boreal? Não são ecos, porque foram apagadas as vozes que proferiram as antigas palavras. É muito pior do que isso. São as mesmas palavras ditas de novo. Na versão deste autor o fascismo, como estética da violência, encontra-se despido de referências ideológicas e conotações políticas e reduzido a um comportamento estético. Essa violência tão intensa que exclui qualquer forma de pensamento, para me cingir à maneira como foi descrita, representa o mais acabado círculo vicioso de irracionalismo, o acto sem razão impedindo que aflore ao cérebro mesmo uma ténue centelha de razão. Poderia

[2] B. Buford (1992) 193, 205 (sub. orig.).

dedicar-me a propósito daquele texto a um exercício de crítica de estilo, destacando o pretenciosismo vocabular, especialmente evidente no original inglês, com uma abundância de palavras de raiz latina em substituição dos termos correntes, e chamando ainda a atenção para a ênfase provocada pela mera repetição da mesma ideia, com o fim de ocultar a superficialidade dos conceitos – e tudo isto para quê? Na ausência de qualquer quadro doutrinário a que possa ser remetida, e para que esta forma de violência não apareça reduzida ao que é, desmandos boçais e sem nenhuma sofisticação, o jornalista achou conveniente dar-lhe um verniz intelectual. Mas só na sua rudeza elementar aquela violência deve ser analisada nos efeitos estéticos, e portanto psicológicos.

A redução à simples violência, alheia às conotações ideológicas, nem sempre se opera, porém, porque os entusiastas das equipas de futebol não se limitam a agredir-se uns aos outros e a quem quer que lhes apareça no caminho. Em alguns países, na Grã-Bretanha sobretudo, tomam sempre que possível os imigrantes como alvo, os de pele escura. E então grita-se *«Sieg Heil»* e esticam-se os braços e espalmam-se as mãos enquanto se desferem os pontapés. Talvez aos olhos do apologista esta violência perca muito da «beleza», da «simplicidade» e da «pureza niilista». Mas ela reencontrou a sua verdade. A estética da violência preservou um fascismo sem nome, para vir afinal dar-lhe o nome que tem, reatando a tradição fascista. Não só ideologia política, mas Ciência Ariana também, pois as duas dúzias de botas Doc Martens que reduzem a pasta informe um jamaicano ou um paquistanês isolado e derrubado na rua estão a demonstrar experimentalmente a superioridade dos mais fortes.

O futebol é uma manifestação supraclassista, reunindo pessoas de todos os estratos e condições sociais para apoiarem e vitoriarem um clube. É certo que uns se sentam em bancadas de primeira e outros urram de pé nos piores lugares, mas todas as formas supraclassistas, ao mesmo tempo que agregam, hierarquizam. Os Estados nacionais, que têm sido o mais importante quadro de conjugação e conciliação das classes, são também o lugar de divisões e escalonamentos rigorosos. E o facto de nas guerras ser maioritariamente a população mais pobre a matar e a deixar-se morrer em defesa das elites não a impede de se sacrificar pela glória da nação, precisamente quando esta abstracção devia estar a ser desmentida pelo facto de uns se pouparem e os outros não. Do mesmo modo, entre os apoiantes de um clube ou de uma selecção nacional são sobretudo os estratos inferiores e com escolaridade mais reduzida quem se vai bater nas ruas e praças com os bandos do lado contrário, mas isto não os impede de vitoriarem o nome do clube ou do país.

Relativamente aos Estados nacionais, a novidade do futebol enquanto manifestação supraclassista vem do facto de as equipas não serem uma instituição política, mas o elemento mais visível de grandes empreendimentos económicos, que nas condições actuais não podem deixar de estar intimamente ligados ao capital internacional. Por vezes as equipas são até uma emanação de colossais companhias transnacionais, ou começam mesmo elas próprias a cotar-se nas bolsas. E não é só no capital que as sustenta e no destino dado aos lucros que as firmas desportivas ultrapassam as velhas fronteiras, mas nos jogadores também, comprados, vendidos, trocados entre clubes de diferentes países, de modo que nos desafios internacionais os apoiantes exaltam em gritos o nome de um país a propósito de um golo conseguido por um cidadão estrangeiro. Quando se trata de selecções obrigatoriamente nacionais o remédio é simples, naturalizam-se. No campeonato do mundo de 1994 a equipa da Suécia alinhava contra a do Brasil um maior número de jogadores negros, todos eles suecos, claro. E assim o futebol tornou-se a expressão mais perfeita e concentrada da situação actual, em que uma economia completamente transnacionalizada se oculta por detrás de rituais políticos onde as grandes referências são ainda nacionais. Relegado para funções de máscara e despido de poder próprio, o Estado Restrito deixa de ser sentido como uma instituição viva e resume-se ao que é – uma bandeira que se agita. Os bandos organizados de apoiantes das equipas não se integram no meio político oficial ou, quando sustentam militâncias partidárias, seguem correntes que se encontram à margem da vida política maioritária. Os governos nacionais não os entusiasmam, nem podem mobilizá-los porque as guerras modernas são capital-intensivas, só admitem pessoal reduzido e altamente qualificado. E assim estes jovens, que os ministérios deixam indiferentes e que nos dias de eleição aumentam o número dos abstencionistas, dão curso aos seus furores nacionalistas a pretexto de empreendimentos económicos supranacionais.

Na sua violência desprovida de qualquer outro objectivo ou pretexto, no seu racismo resumido a uma manifestação elementar de ódio, no seu nacionalismo sustentado por uma economia transnacional, em tudo isto o futebol é uma expressão cabal das ambiguidades contemporâneas. É um campo fértil do fascismo sem nome e um dos lugares predilectos onde recomeça a nomear-se.

SIGLAS

AFL: American Federation of Labor (Federação Americana dos Trabalhadores).
AIT: Associação Internacional dos Trabalhadores [Primeira Internacional].
CEDA: Confederación Española de Derechas Autónomas (Confederação Espanhola de Direitas Autónomas).
CIA: Central Intelligence Agency (Departamento Central de Informações).
CNS: Central Nacional Sindicalista [central sindical franquista].
CNT: Confederación Nacional del Trabajo (Confederação Nacional do Trabalho).
CONS: Confederación de Obreros Nacional-Sindicalistas (Confederação de Operários Nacionais-Sindicalistas).
Estat Català: Estado Catalão.
FAI: Federación Anarquista Ibérica (Federação Anarquista Ibérica).
FE de las JONS: Falange Española de Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (Falange Espanhola das Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista).
Gestapo: Geheime Staatspolizei (Polícia Secreta do Estado).
JONS: Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista.
KAPD: Kommunistische Arbeiter Partei Deutschlands (Partido Comunista Operário da Alemanha).
Komintern: Internacional Comunista [Terceira Internacional].
KPD: Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista da Alemanha).
NKVD: Narodny Komissariat Vnutrennikh Del (Comissariado do Povo para os Assuntos Internos).
NSBO: Nationalsozialistische Betriebszellen-Organisation (Organização Nacional-Socialista das Células de Empresa).
NSDAP: Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores).
OVRA: Opera Volontaria per la Repressione dell'Antifascismo (Organização Voluntária para a Repressão do Antifascismo) ou Organizzazione di Vigilanza per la Repressione Antifascista (Organização de Vigilância para a Repressão do Antifascismo).
PCF: Parti Communiste Français (Partido Comunista Francês).
POUM: Partit Obrer de Unificació Marxiste (Partido Operário de Unificação Marxista).
Profintern: Internacional Sindical Vermelha.
PSUC: Partido Socialista Unificado de Cataluña (Partido Socialista Unificado da Catalunha).
Reichsbanner: Bandeira do Reich.
Reichswehr: [exército alemão entre 1919 e 1935].
RFB: Rote Frontkämpferbund (Liga de Combate da Frente Vermelha).
SA: Sturmabteilung (Secções de Assalto).
SFIO: Section Française de l'Internationale Ouvrière (Secção Francesa da Internacional Operária) [Partido Socialista francês].
SIM: Servicio de Investigación Militar (Serviço de Investigação Militar).
SPD: Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata da Alemanha).
SS: Schutzstaffeln (Esquadrões de Protecção).
Stahlhelm: Capacete de Aço.
UGT: Unión General de Trabajadores (União Geral de Trabalhadores).

USPD: Unabhängig Sozial-Demokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata Independente da Alemanha).

Waffen SS: SS armados.

Wehrmacht: [exército alemão de 1935 até ao final do Terceiro Reich].

REFERÊNCIAS

M. B. AKPAN (1985) «Liberia and Ethiopia, 1880-1914: The Survival of Two African States», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.

Umbro APOLLONIO (org. 1973) *Futurist Manifestos,* Londres: Thames and Hudson.

André ARMENGAUD (1976) «Le Rôle de la Démographie», em Fernand Braudel e Ernest Labrousse (orgs.), *Histoire Économique et Sociale de la France,* Tome III, vol. I, Paris: Presses Universitaires de France.

Denis AUTHIER e Jean BARROT (1976) *La Gauche Communiste en Allemagne (1918-1921),* Paris: Payot.

BALZAC (1976-1981) *La Comédie Humaine,* ed. org. por Pierre-Georges Castex, 12 vols., [Paris]: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade).

J. BARROT (1972) *Notas para uma Análise da Revolução Russa,* Lisboa: Cadernos de Hoje.

Alexandre BERKMAN (1987) *Le Mythe Bolchevik,* Baye: La Digitale - Calligrammes.

Martin BERNAL (1987) *Black Athena. The Afroasiatic Roots of Classical Civilization,* vol. I: *The Fabrication of Ancient Greece 1785-1985,* New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press.

Charles BETTELHEIM (1971) *L'Économie Allemande sous le Nazisme. Un Aspect de la Décadence du Capitalisme,* 2 vols., Paris: François Maspero.

R. F. BETTS (1985) «Methods and Institutions of European Domination», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.

Alan D. BEYERCHEN (1977) *Scientists under Hitler. Politics and the Physics Community in the Third Reich,* New Haven e Londres: Yale University Press.

E. K. BRAMSTEDT (1945) *Dictatorship and Political Police. The Technique of Control by Fear,* Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co.

Jean BRUHAT (1972) «Le Socialisme Français de 1848 à 1871», em Jacques Droz (org.), *Histoire Générale du Socialisme,* vol. I, Paris: Presses Universitaires de France.

Bill BUFORD (1992) *Among the Thugs,* Nova Iorque e Londres: W. W. Norton.

Alan BULLOCK (1972) *Hitler. A Study in Tyranny,* Harmondsworth: Penguin.

Pierre CADARS e Francis COURTADE (1972) *Le Cinéma Nazi,* [s. l.]: Eric Losfeld, Le Terrain Vague.

Robert CECIL (1973) *Il Mito della Razza nella Germania Nazista. Vita di Alfred Rosenberg,* Milão: Feltrinelli.

D. CHANAIWA (1985) «African Initiatives and Resistance in Southern Africa», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.

Anton CILIGA (1977) *Au Pays du Mensonge Déconcertant. Dix Ans derrière le Rideau de Fer,* Paris: Union Générale d'Éditions (10/18) [1ª ed.: *Au Pays du Grand Mensonge,* Paris, 1938. 2ª ed., tiragem restrita: 1950].

Marcelo COELHO (1991) «O Rock in Rio Mostra o Fascismo Sublimado», *Folha de S. Paulo,* 23 de Janeiro de 1991, pag. E-16.

Édouard CONTE e Cornelia ESSNER (1995) *La Quête de la Race. Une Anthropologie du Nazisme,* [Paris]: Hachette.

C. COQUERY-VIDROVITCH (1985) «The Colonial Economy of the Former French, Belgian and Portuguese Zones, 1914-35», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.

Eberhard CZICHON (1971-1972) «Qui A Aidé Hitler à Prendre le Pouvoir?», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme,* XIII, nº 69-70.

Alexander DALLIN (1957) *German Rule in Russia, 1941-1945. A Study of Occupation Policies,* Londres: Macmillan.

David J. DALLIN (1956) *Soviet Espionage,* New Haven: Yale University Press, Londres: Geoffrey Cumberlege e Oxford University Press.

Charles DARWIN (1990 a) *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex,* Londres: The Folio Society.

Charles DARWIN (1990 b) *A Naturalist's Voyage,* Londres: The Folio Society.

István DEÁK (1965) «Hungary», em Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.), *The European Right. A Historical Profile,* Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

I. C. B. DEAR (org. 1995) *The Oxford Companion to the Second World War,* Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.

Jacques DROZ (1966) *Le Romantisme Allemand et l'État. Résistance et Collaboration dans l'Allemagne Napoléonienne,* Paris: Payot.

J. DROZ [s. d.] *Le National-Socialisme,* Paris: Centre de Documentation Universitaire (Les Cours de la Sorbonne, policop.).

Allen W. DULLES (1947) *L'Allemagne Souterraine,* Genebra e Paris: Trois Collines.

Dietrich EICHHOLTZ (1971-1972) «Histoire de l'Économie de Guerre Allemande, 1939-1945», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme,* XIII, nº 69-70.

Encyclopaedia Universalis, 27 vols., Paris: Encyclopaedia Universalis, 1992-1995.

M. ESOAVELOMANDROSO (1985) «Madagascar, 1880s-1930s: African Initiatives and Reaction to Colonial Conquest and Domination», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.

Jean Pierre FAYE (1980) *Langages Totalitaires. Critique de la Raison – l'Économie – Narrative,* segunda tiragem corrigida, Paris: Hermann.

J. G. FICHTE (1975) *Discours à la Nation Allemande,* Paris: Aubier-Montaigne.

Ossip K. FLECHTHEIM (1972) *Le Parti Communiste Allemand (K. P. D.) sous la République de Weimar,* Paris: François Maspero.

Max GALLO (1971) «L'Abus du Mythe», *Le Monde,* 14-15 de Março de 1971, pag. 12.

Juan GARCÍA OLIVER (1978) *El Eco de los Pasos. El Anarcosindicalismo en la Calle, en el Comité de Milicias, en el Gobierno, en el Exilio,* Paris: Ruedo Ibérico, Barcelona: Ibérica de Ediciones y Publicaciones.

Maximiano GARCÍA VENERO (1967) *La Falange en la Guerra de España: La Unificación y Hedilla,* [s. l.]: Ruedo Ibérico.
Jean-Maurice GÉLINET (1974) «L'Opposition Ouvrière ou le Guetteur Mélancolique», em Alexandra Kollontai, *L'Opposition Ouvrière,* Paris: Seuil.
G. M. GILBERT (1954) «Psychologie de la Dictature: Frank, Keitel, Hoess», *Les Temps Modernes,* X, nº 107.
Francisco GOYA Y LUCIENTES (1967) *The Disasters of War,* Nova Iorque: Dover.
Graham GREENE (1996) *The Ministry of Fear,* Londres: The Folio Society.
Roger GRIFFIN (org. 1995) *Fascism,* Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
M'baye GUEYE e A. Adu BOAHEN (1985) «African Initiatives and Resistance in West Africa, 1880-1914», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.
L. I. GUINTSBERG (1957) «Les Liaisons des Milieux Réactionnaires Américains et Anglais avec le Parti Hitlérien (1930 - Janvier 1933)», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme,* nº 1.
Konrad HEIDEN (1934) *Histoire du National Socialisme. 1919-1934,* Paris: Stock.
Berthold HINZ (1980) *Art in the Third Reich,* Oxford: Basil Blackwell.
Adolf HITLER (1995) *Mein Kampf,* Londres: Pimlico.
Roger HUDSON (org. 1993) *The Grand Tour. 1592-1796,* Londres: The Folio Society.
H. A. IBRAHIM (1985) «African Initiatives and Resistance in North-East Africa», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.
A. ISAACMAN e J. VANSINA (1985) «African Initiatives and Resistance in Central Africa, 1880-1914», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.
A. JUIN (1987) «Avant-Propos», em Ernst Jünger, *Orages d'Acier. Journal de Guerre,* [Paris]: Christian Bourgois (Folio).
Anton KAES, Martin JAY e Edward DIMENBERG (orgs. 1995) *The Weimar Republic Sourcebook,* Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press.
Eugene KAMENKA (1989) *Bureaucracy,* Oxford e Cambridge, Ma.: Basil Blackwell.
M. H. Y. KANIKI (1985) «The Colonial Economy: The Former British Zones», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.
Fritz KLEIN (1957) «Comment la Grande Bourgeoisie Allemande A Préparé la Dictature Fasciste (1929-1932)», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme,* nº 1.
Arthur KOESTLER (1991) *Scum of the Earth,* Londres: Eland, Nova Iorque: Hippocrene.
Annie KRIEGEL (1972) «L'Association Internationale des Travailleurs (1864-1876)», em Jacques Droz (org.), *Histoire Générale du Socialisme,* vol. I, Paris: Presses Universitaires de France.
S. V. LIPITSKY (1974) «A Guerra Civil», em *História do Século 20,* vol. III: *1919/1934,* São Paulo: Abril.

César M. LORENZO (1972) *Los Anarquistas Españoles y el Poder, 1868-1969,* Paris: Ruedo Ibérico.
Curzio MALAPARTE (1946) *Kaputt,* [Paris]: Denoël (Le Livre de Poche).
Karl MANNHEIM (1986) *Conservatism. A Contribution to the Sociology of Knowledge,* Londres e Nova Iorque: Routledge & Kegan Paul.
F. T. MARINETTI (1911) *Le Futurisme,* Paris: E. Sansot.
Arthur MARWICK (1974) «O Bloqueio Fere Profundamente», em *História do Século 20,* vol. II: *1914/1919,* São Paulo: Abril.
Karl MARX (1963) *La Guerre Civile en France, 1871 (La Commune de Paris),* Paris: Éditions Sociales.
Karl MARX (1979) *Historia de la Diplomacia Secreta en el Siglo XVIII,* Madrid: Taller de Sociología.
Ida METT (1949) *La Commune de Cronstadt. Crépuscule Sanglant des Soviets,* Paris: Spartacus.
Barbara MILLER-LANE (1973) *Architettura e Politica in Germania, 1918-1945,* Roma: Officina Edizioni.
Pierre MILZA e Serge BERSTEIN (1992) *Dictionnaire Historique des Fascismes et du Nazisme,* Bruxelas: Complexe.
Frank MINTZ (1977) *La Autogestion en la España Revolucionaria,* Madrid: La Piqueta.
Hans-Ernst MITTIG (1980) «La "Sachlichkeit" du Fascisme», em *Les Réalismes, 1919-1939,* Paris: Centre Georges Pompidou.
Henrique Pires MONTEIRO [s. d.] *Sá da Bandeira. Glorioso Chefe Militar e Esforçado Colonialista,* Cadernos Coloniais nº 62, Lisboa: Cosmos.
Henri E. MOREL (1977) «As Discussões sobre a Natureza dos Países de Leste (até à Segunda Guerra Mundial): Nota Bibliográfica», em Artur J. Castro Neves (org.), *A Natureza da URSS,* Porto: Afrontamento.
A.-L. MORTON e George TATE (1963) *Histoire du Mouvement Ouvrier Anglais,* Paris: François Maspero.
George L. MOSSE (1991) *The Nationalization of the Masses. Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich,* Ithaca e Londres: Cornell University Press.
G. MUNIS (1948) *Jalones de Derrota: Promesa de Victoria. España 1930-39,* México D. F.: Lucha Obrera (reprodução fac-simile, Paris: La Vieille Taupe, 1972).
H. A. MWANZI (1985) «African Initiatives and Resistance in East Africa, 1880-1914», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.
Franz NEUMANN (1943) *Behemoth. Pensamiento y Acción en el Nacional-Socialismo,* México: Fondo de Cultura Económica.
Ernst NOLTE (1989) *Nazionalsocialismo e Bolcevismo. La Guerra Civile Europea, 1917-1945,* Florença: Sansoni.
Peter NOVICK (1985) *L'Épuration Française, 1944-1949,* [s. l.]: Balland.
OFFICE UNIVERSITAIRE DE RECHERCHE SOCIALISTE (1970) *Léon Blum et le Néo-Socialisme,* em *L'Ours,* nº 9, suplemento.
Pascal ORY (1976) *Les Collaborateurs, 1940-1945,* Paris: Seuil.
Robert O. PAXTON (1973) *La France de Vichy, 1940-1944,* Paris: Seuil.
Stanley G. PAYNE (1961) *Falange. A History of Spanish Fascism,* Stanford: Stanford University Press.
Abel PAZ (1972) *Durruti. Le Peuple en Armes,* Paris: La Tête de Feuilles.

S. M. PETRITCHENKO (1975) *A Verdade sobre Cronstadt,* [Lisboa:] A Batalha.
Giovanni Battista PIRANESI (1973) *The Prisons (Le Carceri),* Nova Iorque: Dover.
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1987) *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar,* vol. I: *1931-1939,* [Lisboa].
Hermann RAUSCHNING (1939) *Hitler m'a dit. Confidences du Führer sur son Plan de Conquête du Monde,* Paris: Coopération.
Lucien REBATET (1942) *Les Décombres,* Paris: Denoël.
Douglas REED (1944) *Nemesi? La Storia di Otto Strasser,* Roma ("durante l'occupazione tedesca"): Edizioni delle Catacombe.
Vernon RICHARDS (1972) *Lessons of the Spanish Revolution (1936-1939),* Londres: Freedom.
Bruno RIZZI [1939] *Quo Vadis, América? (Est-ce un "New Deal"?),* [fotocópia da 1ª ed., sem menções bibliográficas].
Bruno RIZZI (1976) *L'U.R.S.S.: Collectivisme Bureaucratique (La Propriété de Classe),* Paris: Champ Libre [1ª ed.: *La Bureaucratisation du Monde,* 1ª Parte, Paris, 1939].
W. RODNEY (1985) «The Colonial Economy», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.
Roman ROSDOLSKY (1980) *Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos "Sin Historia". La Questión de las Nacionalidades en la Revolución de 1848-1849 a la Luz de la "Neue Rheinische Zeitung",* México: Pasado y Presente.
J. ROUGERIE (1968) «Les Sections Françaises de l'Association Internationale des Travailleurs», em *La Première Internationale. L'Institution, l'Implantation, le Rayonnement,* Colloque International, 1964, Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
Claude-Henri de SAINT-SIMON (1966 a) *Catéchisme des Industriels,* em *Oeuvres,* vol. IV-a, Paris: Anthropos.
Claude-Henri de SAINT-SIMON (1966 b) *L'Industrie ou Discussions Politiques, Morales et Philosophiques dans l'Intérêt de tous les Hommes Livrés à des Travaux Utiles et Indépendants,* Tome IV, em *ibid.,* vol. II-a.
Claude-Henri de SAINT-SIMON (1966 c) *Le Parti National ou Industriel Comparé au Parti Anti-National,* em *ibid.,* vol. II-a.
Claude-Henri de SAINT-SIMON (1966 d) *Du Système Industriel,* em *ibid.,* vols. III-a e III-c.
Salvatore SALADINO (1965) «Italy», em Hans Rogger e Eugen Weber (orgs.), *The European Right. A Historical Profile,* Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
Michel SAYERS e Albert E. KAHN (1947) *La Grande Conspiration contre la Russie,* Paris: Hier et Aujourd'hui.
William L. SHIRER (1995) *The Rise and Fall of the Third Reich. A History of Nazi Germany,* 2 vols., Londres: The Folio Society.
Georges SOREL (1936) *Réflexions sur la Violence* (8ª ed., incluindo *Plaidoyer pour Lénine*), Paris: Marcel Rivière.
Herbert Rutledge SOUTHWORTH (1967) *Antifalange. Estudio Crítico de «Falange en la Guerra de España: La Unificación y Hedilla» de Maximiano García Venero,* [s. l.]: Ruedo Ibérico.
Albert SPEER (1979) *Au Coeur du Troisième Reich,* [Paris]: Fayard (Le Livre de Poche).

Zeev STERNHELL (1978) *La Droite Révolutionnaire, 1885-1914. Les Origines Françaises du Fascisme,* Paris: Seuil.

Hans Jürgen SYBERBERG (1980) «Hitler Artiste de l'État ou l'Avant-Garde Méphistophélique du XX^{e} Siècle», em *Les Réalismes, 1919-1939,* Paris: Centre Georges Pompidou.

Hugh THOMAS (1965) *The Spanish Civil War,* edição revista, Harmondsworth: Penguin.

Leon TROTSKY (1972 a) «The Class Nature of the Soviet State», em George Breitman e Bev Scott (orgs.), *Writings of Leon Trotsky [1933-34],* New York: Pathfinder.

Leon TROTSKY (1972 b) «The Paris Conference: A Firm Nucleus for a New International», em *id., ibid.*

Walter ULBRICHT (1957) «Sur la Nature du Fascisme Hitlérien», *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme,* n° 1.

G. N. UZOIGWE (1985) «European Partition and Conquest of Africa: An Overview», em UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.), *General History of Africa,* vol. VII: A. Adu Boahen (org.), *Africa under Colonial Domination, 1880-1935,* Londres: Heinemann, Berkeley: University of California Press, Paris: UNESCO.

Jan VALTIN (1948) *Sans Patrie ni Frontières (Out of the Night),* Paris: Dominique Wapler.

José Maria VALVERDE (1957) *História da Literatura Espanhola,* Lisboa: Cor.

Pierre VAN PAASSEN (1941) *Estes Dias Tumultuosos,* Porto Alegre: Globo.

A VELHA TOUPEIRA (1973) «Introdução», em Alexandra Kollontai, *A Oposição Operária, 1920/21,* Porto: Afrontamento.

VOLINE (1972) *La Révolution Inconnue,* vol. II: *Du Pouvoir Bolcheviste à Cronstadt,* vol. III: *La Fin de Cronstadt et l'Insurrection Paysanne en Ukraine,* Paris: Pierre Belfond.

E. O. VOLKMANN (1933) *La Révolution Allemande. 9 Novembre 1918 - 17 Mars 1920,* Paris: Plon.

D. Cameron WATT (1995) «Introduction», em Adolf Hitler, *Mein Kampf,* Londres: Pimlico.

Hermann WEBER (1972) «Postface», em Ossip K. Flechtheim, *Le Parti Communiste Allemand (K. P. D.) sous la République de Weimar,* Paris: François Maspero.

Hermann WEBER (1979) *La Trasformazione del Comunismo Tedesco. La Stalinizzazione della KPD nella Repubblica di Weimar,* Milão: Feltrinelli.

John WILLIAMS (1974) «Os Motins do Exército Francês», em *História do Século 20,* vol. II: *1914/1919,* São Paulo: Abril.

Dieter WOLF (1969) *Doriot. Du Communisme à la Collaboration,* Paris: Fayard.